



Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras
Instituto de História da Arte

**O EDIFÍCIO DO MUSEU DE SÃO ROQUE
MAIS DE UM SÉCULO DE REMODELAÇÕES**
HISTÓRIA, PROJECTOS E INTERVENÇÕES

Sílvia Linhares de Freitas Pereira

Dissertação para obtenção do grau de Mestre
em Arte, Património e Teoria do Restauro

Orientador:
Professor Doutor Vítor Manuel Guimarães Veríssimo Serrão

Lisboa
Fevereiro 2011

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todas as pessoas que, das mais diversas formas, contribuíram para a concretização deste trabalho.

Ao meu orientador, Professor Doutor Vítor Manuel Guimarães Veríssimo Serrão, pela sua disponibilidade, orientação e preciosas sugestões.

À Dra. Teresa Morna, directora do Museu de São Roque, e a todos os meus colegas de trabalho, pela disponibilidade e precioso apoio na pesquisa de documentação. João, os teus levantamentos documentais foram valiosíssimos...

Ao Sr. Rui Figueiroa, da Unidade de Estudos e Projectos da SCML, pela sua simpatia e auxílio no acesso a documentação relativa às obras do Museu.

À Dra. Maria João Varela de Sena Magalhães Madeira Rodrigues, ao arquitecto Fernando Augusto Peres Guimarães, ao arquitecto Sérgio Castanheira Infante e ao arquitecto Rui Pedro Cabrita, pela sua simpatia e disponibilidade em me receberem e falarem acerca da sua colaboração com a SCML.

Ao Prof. Eng. Luís Elias Casanovas pela inspiração e pelo seu incansável apoio no esclarecimento de dúvidas.

À minha família, e à minha cara-metade, pelo amor, carinho e constante apoio e motivação... vocês são o pilar da minha vida.

Finalmente, aos meus amigos... pelo apoio e compreensão pela minha ausência.

A todos,

Muito obrigado.

RESUMO

O presente trabalho pretende dar a conhecer a história da arquitectura do Museu de São Roque, enquanto edifício histórico alvo de diversas intervenções estruturais ao longo de mais de um século. Simultaneamente, tem como propósito reunir informações relevantes para um futuro estudo, acerca da influência das intervenções efectuadas, sobre o estado de conservação do edifício e, particularmente, do acervo nele inserido. Pela sua relevância para este último objectivo, incidiu-se grande parte do levantamento histórico sobre as técnicas e materiais utilizados nas empreitadas, uma vez que estes encerram dados úteis a essa análise.

Este estudo vem assim contribuir, não só com novos dados históricos acerca das intervenções levadas a cabo neste centenário museu de arte sacra, mas também demonstrar a importância e utilidade da interdisciplinaridade no estudo e preservação do património, evidenciando-se, neste caso particular, a mais-valias da disciplina da história da arte para esse efeito.

ABSTRACT

The intent of the following study is to present the architecture history of the São Roque Museum, as an historical building that endured several structural interventions for more than one century. Simultaneously, it has the intention of bringing together important information to a future review, about the influence of those interventions on the preservation condition of the building and, mainly, on the collection itself. For its relevance to this last goal, we set this historic study particularly on the techniques and materials used on these contracts, because they hold useful data to these analyses.

For these reasons, this study contributes, not only with new historic data about the interventions held in this centenary sacral art museum, but also demonstrates the importance and usefulness of interdisciplinarity on the study and preservation of heritage, pointing out, in this particular case, the importance of art history discipline for that matter.

ÍNDICE

ÍNDICE DE IMAGENS	13
-------------------------	----

INTRODUÇÃO

Estado da Questão	27
Objectivos da Dissertação e Grau de Novidade.....	28
Organização e Estruturação da Dissertação	29

CAPÍTULO I

CONTEXTO HISTÓRICO INERENTE À GÉNESE DO MUSEU

1.1. A peste no século XVI e a construção da ermida dedicada a São Roque ..	31
1.2. O papel de D. João III na instalação da Companhia de Jesus	32
1.3. O legado de D. José I à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	34
1.4. O projecto não materializado de Pierre Joseph Pezerat para a Sala do Conselho Geral de Beneficência (1853-1854)	36
1.5. A exposição do <i>Tesouro da Capela</i> e a génese de um <i>dos mais</i> <i>importantes e curiosos museus de Lisboa</i>	44

CAPÍTULO II

PRINCIPAIS INTERVENÇÕES ESTRUTURAIS DO SÉCULO XX

2.1. O projecto do arquitecto Arnaldo Redondo Adães Bermudes (1902-1904)	47
2.2. A mudança estética da fachada da Misericórdia de Lisboa através do seu revestimento a azulejos biselados monocromáticos (1908)	54
2.3. O projecto de Tertuliano de Lacerda Marques (1927-1931)	58
2.4. A acção da DGEMN na Misericórdia de Lisboa e a criação da Comissão Administrativa de Obras (1943-1961)	65

2.5. O papel da conservadora Maria João Madeira Rodrigues e o projecto de Fernando Augusto Peres Guimarães (1964 – 1968)	68
2.6. As obras da CAO e o projecto não concretizado de Sérgio Castanheira Infante (1980 - 1988)	76
2.7. As obras coordenadas pelos Serviços Técnicos da SCML e os trabalhos projectados pelo atelier de arquitectura MARC (1988 - 1992)	87
2.7.1. Os trabalhos projectados pelo atelier de arquitectura MARC (1988 - 1992)	88
2.7.2. As obras coordenadas pelos Serviços Técnicos da SCML (1988 - 1991)	104

CAPÍTULO III

O EDIFÍCIO DO MUSEU NO SÉCULO XXI – REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO

3.1. O projecto do arquitecto João Bento d’Almeida e as candidaturas da SCML à obtenção de apoio financeiro externo (1995-1997)	113
3.2. A adopção e renovação do projecto por Carlos Pietra Torres e a candidatura ao Programa Operacional da Cultura (1997-2008)	117
3.3. As obras de remodelação e ampliação do Museu de São Roque (2006-2008)	135
3.4. A ocupação dos novos espaços e a reabertura do Museu de São Roque (2008)	163
3.5. As áreas de especialidade ao serviço do património da Misericórdia de Lisboa	166
3.5.1. Os trabalhos de escavação e acompanhamento arqueológico realizados em São Roque pela firma Era, S.A.	166
3.5.2. O levantamento e identificação de estruturas arquitectónicas no edifício do Museu de São Roque, realizados pelas firmas In Situ, Lda. e Topometria, Lda.	168
3.5.3. Os ensaios de caracterização da estrutura do edifício do Museu de São Roque, realizados pela firma Oz, Lda.	172

3.5.4. O estudo acerca do comportamento higrotérmico das soluções construtivas propostas para a remodelação do Museu de São Roque, realizado pela firma Prof. Eng.º Vasco Peixoto de Freitas, Lda.	174
3.5.5. Os testes aos novos materiais de exposição e revestimento do Museu de São Roque, realizados pela firma Archeofactu, Lda.	176
CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
ELENCO BIOGRÁFICO	183
FONTES E BIBLIOGRAFIA	197

ÍNDICE DE IMAGENS

CAPÍTULO I

CONTEXTO HISTÓRICO INERENTE À GÉNESE DO MUSEU

Fig.1. Escultura de São Roque	I
Fig.2. Relicário da relíquia de São Roque	I
Fig.3. Planta cartográfica da cidade de Lisboa	II
Fig.4. Lápide comemorativa da consagração da Ermida de São Roque	III
Fig.5. Pintura D. João III	III
Fig.6. Largo de São Roque em desenho de 1833	IV
Fig.7. Fachada do edifício onde viria a ser instalado o Museu de São Roque antes do início das primeiras obras de remodelação em 1902	IV
Fig.8. Fachada do edifício onde viria a ser instalado o Museu de São Roque antes do início das primeiras obras de remodelação em 1902	V
Fig.9. Fachada do edifício onde viria a ser instalado o Museu de São Roque antes do início das primeiras obras de remodelação em 1902	V
Fig.10. Gravura do século XIX, onde é visível o corpo alto e estreito, anexo à igreja, que terá sido demolido por volta de 1902	VI
Fig.11. Gravura da autoria de Coelho Pedrozo, provavelmente de finais do século XIX, onde é visível o corpo alto e estreito que terá sido demolido por volta de 1902	VI
Fig.12. <i>Planta Geral da Igreja de São Roque, cerca e mais edifícios que hoje pertencem à Santa Casa da Misericórdia, c. 1808</i>	VII
Fig.13. Retrato do provedor José Maria da Silva Torres	VIII
Fig.14. Fachada do edifício dos Banhos Termais de São Paulo, da autoria de Pierre Joseph Pézerat (1853-57)	VIII
Fig.15. Projecto de remodelação da fachada do edifício sede da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, da autoria de Pierre Joseph Pézerat	IX
Fig.16. Museu de São Roque e Companhia de Carruagens Lisbonenses	X
Fig.17. <i>Catalogo Illustrado da Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola</i>	X

Fig.18. Retrato do provedor António Augusto Pereira de Miranda	XI
Fig.19. Retrato de Francisco Ribeiro da Cunha	XI
Figs.20 e 21. Exposição da colecção da Capela de São João Baptista na sacristia da Igreja de São Roque, em 1898	XII
Figs.22 e 23. Exposição da colecção da Capela de São João Baptista na sacristia da Igreja de São Roque, em 1898	XIII
Figs.24, 25 e 26. Interior da antiga Sala de Extracções da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em 1986	XIV
 CAPÍTULO II	
PRINCIPAIS INTERVENÇÕES ESTRUTURAIS DO SÉCULO XX	
Fig.27. Retrato de Adães Bermudes de cerca de 1909	XV
Figs.28 e 29. Desenho e fotografia do jazigo dos Beneméritos da SCML	XV
Figs.30 e 31. Plantas do rés-do-chão e 1º andar do projecto da nova sala de extracções da SCML, da autoria do arquitecto Adães Bermudes	XVI
Figs.32 e 33. Cortes AB e CD do projecto da nova sala de extracções da SCML, da autoria do arquitecto Adães Bermudes	XVII
Figs.34, 35 e 36. Detalhes do projecto da nova sala de extracções da SCML, da autoria do arquitecto Adães Bermudes	XVIII
Fig.37. Detalhes do projecto para a instalação do Tesouro da Capela de S. João Baptista, da autoria do arquitecto Adães Bermudes	XIX
Fig.38. Fotografia da demolição da fachada do edifício onde viria a ser instalado o Museu	XX
Fig.39. Fotografia da fachada do edifício do Museu, após a remodelação projectada por Adães Bermudes	XX
Figs.40 e 41. Fotografias do interior da sala do Museu, após a remodelação projectada por Adães Bermudes	XXI
Fig.42. <i>Suas magestades e altezas saindo do museu de S. Roque</i>	XXII
Fig.43. <i>El Rei [D. Carlos, a Rainha D. Amélia] e as princezas Margarida e Victoria [de Connaught] chegando à igreja de S. Roque</i>	XXII
Figs.44, 45 e 46. <i>Auto da Inauguração do Museu do Tesouro da Capela de São João Baptista em São Roque</i>	XXIII
Fig.47. Notícia do jornal <i>Diário de Notícias</i> , “O Tesouro da Capella de S. João Baptista”	XXIV

Figs.48 e 49. Notícia do jornal <i>Ilustração Portuguesa</i> ,	
“A Exposição de Alfaias da capela de S. João Baptista de S. Roque”	XXIV
Figs.50 e 51. Fachada do edifício do Museu revestida a azulejos	
biselados monocromáticos	XXV
Fig.52. Factura da Fábrica Nacional de Louça Constância	XXVI
Fig.53. Catálogo de azulejos da <i>Real Fábrica de Louça de Sacavém</i>	XXVI
Fig.54 e 55. Páginas do catálogo de azulejos da <i>Real Fábrica de Louça de Sacavém</i>	XXVII
Fig.56. Ilustração dos trabalhos de remoção dos azulejos da fachada do edifício	
da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	XXVII
Fig.57. Retrato do provedor José da Silva Ramos	XXVIII
Fig.58. Fotografia de Jorge Cid	XXVIII
Figs.59 e 60. Plantas do rés-do-chão e 1.º andar do Museu de São Roque,	
segundo o projecto de Tertuliano Lacerda Marques	XXIX
Fig.61 e 62. Vestíbulo e rés-do-chão e escadaria de acesso ao 1º piso do Museu,	
após o projecto de Tertuliano Lacerda Marques	XXX
Figs.63 e 64. Sala norte e sala sul, após o projecto de Tertuliano Lacerda Marques	XXXI
Figs.65 e 66. Átrio de entrada no rés-do-chão e galeria no 1º piso após o arranjo	
museográfico de Pedro da Cunha Santos	XXXII
Figs.67 e 68. Corredor oeste e sala norte do claustro após o arranjo	
museográfico de Pedro da Cunha Santos	XXXIII
Figs.69 e 70. Lado este e lado oeste da Sala do Brasão após o arranjo	
museográfico de Pedro da Cunha Santos	XXXIV
Fig.71. Retrato do provedor José Guilherme de Mello e Castro	XXXV
Fig.72. Retrato do provedor António Maria de Mendonça Lino Neto	XXXV
Fig.73. Fotografia da conservadora Maria João Madeira Rodrigues	XXXVI
Fig.74. Fotografia de Fernando Augusto Peres Guimarães	XXXVI
Figs.75 e 76. Plantas do rés-do-chão e 2º piso do Museu segundo	
o ante-projecto de Fernando Peres Guimarães	XXXVII
Fig.77. Planta do 1º piso do Museu segundo o ante-projecto	
de Fernando Peres Guimarães	XXXVIII
Figs.78 e 79. Desenhos das vitrinas do Museu, segundo o projecto	
de Fernando Peres Guimarães	XXXIX
Fig.80. Desenhos de pormenor das vitrinas do Museu, segundo	
o projecto de Fernando Peres Guimarães	XXXIX
Fig.81. Desenhos de pormenor das vitrinas da sala de exposições temporárias	
do museu, segundo o projecto de Fernando Peres Guimarães	XL

Fig.82. Desenhos dos elementos expositores do Museu, segundo o projecto de Fernando Peres Guimarães	XL
Fig.83. Aspecto do lado este da Sala II (Sala do Brasão), após a alteração projectada por Peres Guimarães e Maria João Madeira Rodrigues	XLII
Fig.84. Tocheiros da colecção da Capela de São João Baptista, expostos após a alteração projectada por Peres Guimarães e Maria João Madeira Rodrigues	XLII
Fig.85. Aspecto da Sala III após a alteração projectada por Peres Guimarães e Maria João Madeira Rodrigues	XLIII
Fig.86. Aspecto da Sala III após a alteração projectada por Peres Guimarães e Maria João Madeira Rodrigues	XLIII
Fig.87. Aspecto da Sala III após a alteração projectada por Peres Guimarães e Maria João Madeira Rodrigues	XLIV
Fig.88. Aspecto da Sala IV após a alteração projectada por Peres Guimarães e Maria João Madeira Rodrigues	XLIV
Fig.89. Vitrina de separação entre as Salas IV e V, após a alteração projectada por Peres Guimarães e Maria João Madeira Rodrigues	XLV
Fig.90. Inauguração das novas instalações do Museu de São Roque a 2 de Julho de 1968	XLV
Figs.91 e 92. Inauguração das novas instalações do Museu de São Roque a 2 de Julho de 1968	XLVI
Figs.93 e 94. Plantas com marcações propostas por Madeira Rodrigues, posteriormente projectadas por Sérgio Infante	XLVII
Figs.95 e 96. Vistas do claustro do Museu na altura em que se encontrava parcialmente ocupado pelos Serviços da Lotaria	XLVIII
Figs.97 e 98. Antiga sala dos Serviços da Lotaria durante uma fase de obras	XLIX
Fig.99. Antiga sala de reuniões dos Serviços da Lotaria durante uma fase de obras	XLIX
Fig.100. Pormenor do levantamento arquitectónico realizado pelo arquitecto Sérgio Infante, correspondente ao piso 0 da área actualmente ocupada pelo Museu	LI
Fig.101. Corte AB do levantamento arquitectónico realizado pelo arquitecto Sérgio Infante	LII
Fig.102. Pormenor do levantamento arquitectónico realizado pelo arquitecto Sérgio Infante, correspondente ao piso 1 da área actualmente ocupada pelo Museu	LIII
Fig.103. Proposta de intervenção do arquitecto Sérgio Infante, ao nível do piso 0	LIII
Fig.104. Pormenor do corte AB da proposta de intervenção do arquitecto Sérgio Infante ao nível do piso 0	LIII

Figs.105 e 106. Pormenores do desenho N.º.1, da proposta de vitrinas do arquitecto Sérgio Infante	LIII
Fig.107. Pormenor do desenho N.º.1, da proposta de vitrinas do arquitecto Sérgio Infante	LIV
Figs.108 e 109. Pormenores do desenho N.º.2, da proposta de vitrinas do arquitecto Sérgio Infante	LIV
Figs.110 e 111. Pormenores do desenho N.º.2, da proposta de vitrinas do arquitecto Sérgio Infante	LV
Fig.112. Pormenor do desenho N.º.2, da proposta de vitrinas do arquitecto Sérgio Infante	LV
Figs.113 e 114. Pormenores do desenho N.º.3, da proposta de vitrinas do arquitecto Sérgio Infante	LVI
Fig.115. Pormenor do desenho N.º.3, da proposta de vitrinas do arquitecto Sérgio Infante	LVI
Fig.116. Pormenor do desenho N.º.3, da proposta de vitrinas do arquitecto Sérgio Infante	LVII
Figs.117 e 118. Pormenores do desenho N.º.4, da proposta de vitrinas do arquitecto Sérgio Infante	LVII
Figs.119 e 120. Pormenor do desenho N.º.5, da proposta de vitrinas do arquitecto Sérgio Infante	LVII
Fig.121. Pormenor do desenho N.º.6, da proposta de vitrinas do arquitecto Sérgio Infante	LVIII
Fig.122. Pormenor do desenho N.º.7, da proposta de vitrinas do arquitecto Sérgio Infante	LIX
Figs.123 e 124. Perspectivas de ambos os claustros, segundo a proposta de recuperação do arquitecto Sérgio Infante	LX
Fig.125. Desenho de Sérgio Infante ilustrativo da sua proposta de recuperação para o claustro pequeno	LX
Fig.126. Retrato do provedor José Damasceno de Campos	LXI
Fig.127. Retrato da provedora Maria José Pinto da Cunha Avilez Nogueira Pinto	LXI
Fig.128. Retrato do provedor Padre Vítor José Melícias Lopes	LXII
Fig.129. Manchas de humidade na parede norte da Sala IV, do lado esquerdo da vitrina grande	LXII
Figs.130 e 131. Tratamento do chão em mármore do átrio do Museu	LXIII
Fig.132. Tratamento de portas e janelas em madeira na fachada do Museu	LXIII
Figs.133 e 134. Tratamento de portas e janelas em madeira no claustro do Museu	LXIV
Figs.135 e 136. Átrio do Museu de São Roque e galeria de estudo, em Março de 1990	LXV

Fig.137. Vista da Sala III, em Março de 1990	LXV
Figs.138 e 139. Vistas da Sala IV, em Março de 1990	LXVI
Figs.140 e 141. Vistas da Sala V, em Março de 1990	LXVII
Figs.142 e 143. Vistas da Sala do Brasão (Sala II), em Março de 1990	LXVIII
Fig.144. <i>Planta Síntese</i> do 1º piso, do projecto de execução do arquitecto Rui Cabrita	LXIX
Fig.145. Desenho de pormenor PE02, do projecto de execução do arquitecto Rui Cabrita	LXX
Figs.146 e 147. Desenhos de pormenor PE03 e PE04, do projecto de execução do arquitecto Rui Cabrita	LXXI
Fig.148. Desenho de pormenor PE05, do projecto de execução do arquitecto Rui Cabrita	LXXII
Fig.149. Desenho de pormenor PE06, do projecto de execução do arquitecto Rui Cabrita	LXXIII
Fig.150. Desenho de pormenor PE07, do projecto de execução do arquitecto Rui Cabrita	LXXIV
Fig.151. Desenho de pormenor PE08, do projecto de execução do arquitecto Rui Cabrita	LXXV
Fig.152. Vista da Sala do Brasão (Sala II), na primeira metade de 1992(?)	LXXVI
Fig.153. Inauguração do Museu de São Roque em Julho de 1992	LXXVI
Figs.154 e 155. Inauguração do Museu de São Roque em Julho de 1992	LXXVII
Figs.156 e 157. Fachada do Museu nas décadas de 1980 e 1990	LXXVIII
Fig.158. Fachada do Museu em 1996. SCML	LXXIX
Fig.159. Vista aérea do complexo de São Roque	LXXIX
Figs.160 e 161. Sala I e galeria de estudo, após a renovação museológica projectada por João Bento d’Almeida	LXXX
Figs.162 e 163. Sala III e Sala II (Sala do Brasão), após a renovação museológica projectada por João Bento d’Almeida	LXXXI
Fig.164. Sala IV, a norte do claustro, após a renovação museológica projectada por João Bento d’Almeida	LXXXII
Fig.165. Inauguração do Museu após a renovação museológica levada a cabo por Nuno Vassallo e Silva, segundo o projecto do arquitecto João Bento d’Almeida	LXXXII
Fig.166. Inauguração do Museu após a renovação museológica levada a cabo por Nuno Vassallo e Silva, segundo o projecto do arquitecto João Bento d’Almeida	LXXXIII

CAPÍTULO III

O EDIFÍCIO DO MUSEU NO SÉCULO XXI – REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO

Fig.167. Desenho EP-01, <i>Alçado Principal</i> , Estudo Prévio do projecto de arquitectura, de Junho de 1997	LXXXV
Fig.168. Desenho EP-02, <i>Planta do Piso -I</i> , Estudo Prévio do projecto de arquitectura, de Junho de 1997	LXXXV

Fig.169. Desenho EP-02, <i>Planta do Piso 0</i> , Estudo Prévio do projecto de arquitectura, de Junho de 1997	LXXXVI
Fig.170. Desenho EP-03, <i>Planta do Piso 1</i> , Estudo Prévio do projecto de arquitectura, de Junho de 1997	LXXXVII
Fig.171. Desenho EP-03, <i>Planta do Piso 2</i> , Estudo Prévio do projecto de arquitectura, de Junho de 1997	LXXXVIII
Fig.172. Desenho EP-04, <i>Corte 1</i> , Estudo Prévio do projecto de arquitectura, de Junho de 1997	LXXXVIII
Figs.173 e 174. Desenho EP-04, <i>Corte 2 e Corte 3</i> , Estudo Prévio do projecto de arquitectura, de Junho de 1997	LXXXIX
Figs.175, 176 e 177. Desenho EP-05, <i>Corte 4, Corte 5 e Corte 6</i> , Estudo Prévio do projecto de arquitectura, de Junho de 1997	XC
Figs.178, 179 e 180. Vistas do claustro do Museu, previamente à renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres	XCI
Figs.181 e 182. Vistas do lado norte e lado sul do claustro do Museu, previamente à renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres	XCII
Figs.183, 184 e 185. Vistas da antiga Tesouraria da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	XCIII
Fig.186. Imagem da casa forte da antiga Tesouraria da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	XCIV
Fig.187. Antiga sala de reuniões da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	XCIV
Fig.188. Vista do antigo serviço afecto à Lotaria, à data a ser utilizado pelos serviços do voluntariado da SCML	XCV
Figs.189 e 190. Retratos das provedoras Maria do Carmo Romão Sacadura dos Santos e Gertrudes Jorge	XCV
Figs.191 e 192. Vistas do antigo átrio de entrada e recepção do Museu de São Roque, previamente à renovação daquele espaço	XCVI
Figs.193 e 194. Vistas da antiga escadaria de acesso ao piso 1 do Museu de São Roque, previamente à renovação daquele espaço	XCVII
Figs.195 e 196. Vistas das antigas escadaria de acesso ao piso 1 e Sala I do Museu de São Roque, previamente à renovação daquele espaço	XCVIII
Figs.197 e 198. Vistas da galeria I do Museu de São Roque, previamente à renovação daquele espaço	XCIX
Figs.199 e 200. Vistas da antiga Sala III e IV do Museu de São Roque, previamente à renovação daquele espaço	C

Figs.201 e 202. Vistas da antiga Sala V do Museu de São Roque, previamente à renovação daquele espaço	CI
Figs.203 e 204. Vistas da antiga Sala II do Museu de São Roque, previamente à renovação daquele espaço	CII
Figs.205 e 206. Desenho n.º PE-1.01b, <i>Plantas dos pisos -1 e 0</i> , das alterações ao projecto de arquitectura, de Setembro de 2005	CIII
Figs.207 e 208. Desenho n.º PE-1.02b, <i>Plantas dos pisos 1 e 2</i> , das alterações ao projecto de arquitectura, de Setembro de 2005	CIV
Figs.209, 210 e 211. Desenho n.º PE-1.03a, <i>Corte 2</i> , Desenho n.º PE-1.04a, <i>Corte 2'</i> e Desenho n.º PE-1.05a, <i>Corte 4</i> , das alterações ao projecto de arquitectura, de Setembro de 2005	CV
Figs.212 e 213. Desenho n.º PE-2.01b, <i>Planta geral dos pisos -1 e 0</i> , das alterações ao projecto de arquitectura, de Setembro de 2005	CVI
Figs.214 e 215. Desenho n.º PE-2.02b, <i>Planta geral dos pisos 1 e 2</i> , das alterações ao projecto de arquitectura, de Setembro de 2005	CVII
Figs.216, 217 e 218. Desenho n.º PE-2.03a, <i>Corte 1</i> , Desenho n.º PE-2.04a, <i>Corte 2</i> e Desenho n.º PE-2.05a, <i>Corte 2'</i> , das alterações ao projecto de arquitectura, de Setembro de 2005	CVIII
Figs.219, 220 e 221. Desenho n.º PE-2.07a, <i>Corte 4</i> , Desenho n.º PE-2.08a, <i>Corte 4'</i> e Desenho n.º PE-2.09a, <i>Corte 5</i> , das alterações ao projecto de arquitectura, de Setembro de 2005	CIX
Fig.222. Desenho n.º PE-2.10a, <i>Corte 6</i> , das alterações ao projecto de arquitectura, de Setembro de 2005	CX
Fig.223. Desenho n.º PE-3.06, mapa de vitrines, <i>vitrine 1, vitrine 2a/b e vitrine 3</i> , das alterações ao projecto de arquitectura, de Setembro de 2005	CX
Fig.224. Desenho n.º PE-3.06, mapa de vitrines, <i>vitrine 4, vitrine 5 e vitrine 6</i> , das alterações ao projecto de arquitectura, de Setembro de 2005	CX
Fig.225. Desenho n.º PE-3.06, mapa de vitrines, <i>vitrine 7 e vitrine 8</i> , das alterações ao projecto de arquitectura, de Setembro de 2005	CXI
Fig.226. Desenho n.º PE-3.06, mapa de vitrines, <i>vitrine 9, vitrine 10 e vitrine 11</i> , das alterações ao projecto de arquitectura, de Setembro de 2005	CXI
Fig.227. Desenho n.º PE-3.07.1, mapa de volumes expositivos, <i>volume 5</i> , das alterações ao projecto de arquitectura, de Setembro de 2005	CXI
Fig.228. Desenho n.º PE-3.07a, mapa de volumes expositivos, <i>volume 1, volume 2 e</i> <i>volume 4</i> , das alterações ao projecto de arquitectura, de Setembro de 2005	CXII
Fig.229. Desenho n.º PE-3.07a, mapa de volumes expositivos, <i>volume 3</i> , das alterações ao projecto de arquitectura, de Setembro de 2005	CXII

Figs.230 e 231. Desenho n.º ALT 1.01, <i>Plantas dos pisos -1 e 0</i> , alterações ao projecto base, de 26 de Abril de 2007	CXIII
Fig.232. Desenho n.º ALT 1.02, <i>Planta do piso 1</i> , alterações ao projecto base, de 26 de Abril de 2007	CXIV
Fig.233. Desenho n.º ALT 1.03, <i>Planta do piso 2</i> , alterações ao projecto base, de 26 de Abril de 2007	CXV
Figs.234 e 235. Desenho n.º ALT 1.04, <i>Cortes 1A e 2A</i> , alterações ao projecto base, de 26 de Abril de 2007	CXV
Figs.236 e 237. Desenho n.º ALT 1.04, <i>Cortes 3A e 4A</i> , alterações ao projecto base, de 26 de Abril de 2007	CXVI
Fig.238. Desenho n.º ALT 1.06, <i>Corte 5B</i> , alterações ao projecto base, de 26 de Abril de 2007	CXVI
Figs.239, 240 e 241. Desenho n.º ALT 1.06, <i>Cortes 6A, 7A e 8A</i> , alterações ao projecto base, de 26 de Abril de 2007	CXVII
Figs.242 e 243. Desenho n.º ALT 1.07, <i>Cortes 8B e 9A</i> , alterações ao projecto base, de 26 de Abril de 2007	CXVIII
Figs.244, 245 e 246. Desenho n.º ALT 1.08, <i>Cortes 10B, 11B e 12A</i> , alterações ao projecto base, de 26 de Abril de 2007	CXIX
Figs.247, 248 e 249. Desenho n.º PE-A2.09, <i>Plantas dos pisos -1 e 0</i> , e Desenho PE-A2.11, <i>Planta do Piso 2</i> , do Projecto de execução, de 4 de Setembro de 2007	CXX
Fig.250. Desenho n.º PE-A2.10, <i>Planta do piso 1</i> , do Projecto de execução, de 4 de Setembro de 2007	CXXI
Figs.251 e 252. Estaleiro da obra de remodelação e ampliação do Museu de São Roque	CXXII
Figs.253 e 254. Zona do átrio e recepção durante as obras de remodelação e ampliação do Museu de São Roque	CXXIII
Figs.255 e 256. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu	CXXIV
Figs.257 e 258. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu	CXXV
Figs.259 e 260. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu	CXXVI
Figs.261 e 262. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu	CXXVII
Figs.263 e 264. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu	CXXVIII
Figs.265 e 266. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu	CXXIX
Figs.267 e 268. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu	CXXX
Figs.269 e 270. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu	CXXXI
Figs.271 e 272. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu	CXXXII
Figs.273 e 274. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu	CXXXIII

Figs.275 e 276. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu	CXXXIV
Figs.277 e 278. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu	CXXXV
Figs.279 e 280. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu	CXXXVI
Figs.281 e 282. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu	CXXXVII
Figs.283 e 284. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu	CXXXVIII
Figs.285 e 286. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu	CXXXIX
Figs.287 e 288. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu	CXL
Figs.289 e 290. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu	CXLI
Figs.291 e 292. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu	CXLII
Figs.293 e 294. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu	CXLIII
Figs.295 e 296. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu	CXLIV
Figs.297 e 298. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu	CXLV
Figs.299 e 300. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu	CXLVI
Figs.301 e 302. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu	CXLVII
Figs.303 e 304. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu	CXLVIII
Figs.305 e 306. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu	CXLIX
Figs.307 e 308. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu	CL
Figs.309 e 310. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu	CLI
Figs.311 e 312. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu	CLII
Figs.313 e 314. Aspecto das salas de exposição durante a instalação das peças	CLIII
Figs.315, 316 e 317. Aspecto das salas de exposição durante a instalação das peças	CLIV
Figs.318 e 319. Aspecto das salas de exposição durante a instalação das peças	CLV
Figs.320 e 321. Aspecto das salas de exposição durante a instalação das peças	CLVI
Figs.322, 323 e 324. Aspecto das salas de exposição durante a instalação das peças	CLVII
Figs.325 e 326. Aspecto das salas de exposição durante a instalação das peças	CLVIII
Figs.327 e 328. Aspecto das salas de exposição durante a instalação das peças	CLIX
Figs.329 e 330. Aspecto das salas de exposição durante a instalação das peças	CLX
Figs.331 e 332. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres	CLXI
Figs.333 e 334. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres	CLXII
Fig.335. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres	CLXIII
Fig.336. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres	CLXIII
Figs.337 e 338. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres	CLXIV
Fig.339. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres	CLXV
Fig.340. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres	CLXV

Fig.341. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres	CLXVI
Fig.342. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres	CLXVII
Figs.343 e 344. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres	CLXVII
Figs.345 e 346. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres	CLXVIII
Figs.347 e 348. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres	CLXIX
Figs.349 e 350. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres	CLXX
Figs.351 e 352. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres	CLXXI
Figs.353 e 354. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres	CLXXII
Figs.355 e 356. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres	CLXXIII
Figs.357 e 358. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres	CLXXIV
Figs.359 e 360. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres	CLXXV
Figs.361 e 362. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres	CLXXVI
Figs.363 e 364. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres	CLXXVII
Figs.365 e 366. Inauguração do Museu de São Roque	CLXXVIII
Figs.367 e 368. Inauguração do Museu de São Roque	CLXXIX
Fig.369. Pormenor das ossadas encontradas nas valas abertas para as fundações	CLXXX
Fig.370. Imagem dos trabalhos de pesquisa arqueológica realizados pelos técnicos do IPPAR	CLXXX
Figs. 371 e 372. Exemplos de um enterramento encontrado na zona de instalação do elevador	CLXXXI
Fig.373. Mapa identificativo das zonas onde foram realizadas sondagens arqueológicas	CLXXXII
Fig. 374. Trabalhos de escavação para implantação dos esgotos, na zona do claustro, realizados pela firma Era, S.A.	CLXXXII
Figs. 375 e 376. Trabalhos de escavação arqueológica realizados pela firma Era, S.A.	CLXXXIII

Fig. 377. Exemplo do material osteológico encontrado durante os trabalhos de escavação arqueológica realizados pela firma Era, S.A.	CLXXXIV
Figs. 378, 379, 380, 381 e 382. Exemplo dos artefactos encontrados durante os trabalhos de escavação arqueológica realizados pela firma Era, S.A.	CLXXXIV
Figs.383 e 384. Plantas esquemáticas das paredes mapeadas do Piso 0 e Piso 1 do Museu de São Roque	CLXXXV
Fig.385. Cartografia da parede a norte do claustro, no piso 0	CLXXXV
Fig.386. Cartografia da parede a poente do claustro, no piso 0	CLXXXV
Fig.387. Cartografia da parede nascente, do corredor interior, no piso 0	CLXXXVI
Fig.388. Cartografia da parede poente do corredor interior, no piso 0	CLXXXVI
Figs.389 e 390. Pormenores das cartografias das paredes poente e norte da escadaria	CLXXXVI
Fig.391. Cartografia da parede poente do corredor interior, no piso 1	CLXXXVII
Fig.392. Cartografia da parede nascente do corredor interior, no piso 1	CLXXXVII
Fig.393. Imagem da ala sul do piso 0	CLXXXVIII
Fig.394. Exemplo das madeiras degradadas detectadas na estrutura do edifício	CLXXXVIII
Figs.395, 396 e 397. Cobertura da ala norte	CLXXXIX

ABREVIATURAS E SIGLAS

AHMOPTC – Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações;
AHSCML – Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
AVAC – Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado;
CAO – Comissão Administrativa de Obras (da SCML);
CCRLVT - Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo;
Cf. – Confrontar;
CML – Câmara Municipal de Lisboa;
Coord. – Coordenação;
DGEMN – Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais;
DIGIE – Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos (da SCML);
DGIP – Departamento de Gestão Imobiliária e Património (da SCML);
Dir. – Direcção;
DGOTDU - Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano;
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional;
GAFE – Gabinete para os Assuntos dos Fundos Estruturais (da SCML);
IAN/TT – Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo;
ICOMOS – Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios;
IMC – Instituto dos Museus e da Conservação;
IPM – Instituto Português de Museus;
IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico/ Instituto; Português do Património Arquitectónico;
IPPC – Instituto Português do Património Cultural;
LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
MOP – Ministério das Obras Públicas;
MOPCI – Ministério das Obras Públicas Comercio e Industria;
p. – página;
pp. – páginas;
PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central;

POC – Programa Operacional da Cultura;

QCA – Quadro Comunitário de Apoio;

SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;

s/d – Sem data;

SEPC – Sector de Estudo, Planeamento e Construção (da SCML);

s/n.º pp. – Sem número de páginas;

UEP – Unidade de Estudos e Projectos (da SCML);

UTA’S – Unidades de Tratamento de Ar.

INTRODUÇÃO

ESTADO DA QUESTÃO

O estudo do edifício que alberga, desde o início do século XX, o primitivamente designado Tesouro da Capela de São João Baptista, actual Museu de São Roque, foi alvo de diversas abordagens históricas ao longo dos primeiros 105 anos da sua existência.

Os nomes dos primeiros autores que encontramos associados ao tema do Museu de São Roque são o de Jorge Cid, em 1933, o de José da Silva Ramos, em 1937, e o de Armando de Lucena, em 1946, porém, estas figuras dedicaram-se maioritariamente ao estudo do tesouro da Capela de São João Baptista, fazendo apenas breves abordagens ao edifício que o integrava. A primeira pessoa que se dedicou a escrever de forma mais sistematizada e descritiva acerca deste espaço museológico, foi a conservadora Maria João Madeira Rodrigues, que devotou grande parte da sua vida profissional à Misericórdia de Lisboa, à preservação e à ampliação do espaço outorgado a este serviço e à salvaguarda e divulgação do espólio aí exibido.

Em 2005, a conservadora Teresa Morna publicou uma monografia dedicada ao centenário do Museu de São Roque, na qual descreve sucintamente as principais intervenções arquitectónicas e museológicas levadas a cabo durante este período e, em 2006, Paula Noé, no âmbito do estudo do património arquitectónico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, dedicou-se ao levantamento historiográfico da arquitectura do edifício, desde o século XVI, enquanto antiga Casa Professa, até 1905, altura da instalação do Museu naquele local.

Mais recentemente, entre Janeiro de 2008 e Outubro de 2009, o historiador João Miguel Simões dedicou-se ao levantamento documental dos arquivos da SCML, no âmbito do estudo do património móvel e arquitectónico da Misericórdia de Lisboa, tendo encontrado diversos documentos relevantes para o estudo aqui apresentado.

OBJECTIVOS DA DISSERTAÇÃO E GRAU DE NOVIDADE

Em primeira análise, a presente dissertação pretende dar a conhecer, de forma cronologicamente sistematizada, a história da arquitectura do Museu de São Roque, enquanto edifício alvo de variadas intervenções estruturais, tanto em períodos anteriores à sua qualificação como espaço museológico, mas mormente após esta conjuntura. Neste sentido, este estudo baseou-se inicialmente na leitura das fontes já conhecidas e publicadas, à qual se seguiu uma vasta pesquisa arquivística que permitiu, não só a verificação dessas fontes, mas também a introdução de dados inéditos, nalguns casos, totalmente insondados. Foi neste sentido que se abordaram os dois projectos que, apesar de nunca terem sido materialmente concretizados, nos pareceram suficientemente relevantes para o estudo da história da arquitectura da instituição, nomeadamente o projecto de Pierre Joseph Pezerat para a Sala do Conselho Geral de Beneficência (1853-1854), e o projecto de Sérgio Castanheira Infante, de ampliação do Museu de São Roque (1980-1988).

Contudo, o propósito desta investigação não se esgota no seu carácter historiográfico, pretendendo sobretudo reunir uma série de informações relevantes para um futuro estudo, necessariamente mais extenso física e cronologicamente, acerca da forma como as intervenções levadas a cabo influíram no estado de conservação do edifício em análise e, particularmente, do acervo aí preservado, nalguns casos, durante mais de cem anos. Foi por esta razão que nos detivemos frequentemente na descrição exhaustiva dos materiais e técnicas utilizados nas intervenções, possivelmente mais do que seria espectável de um trabalho meramente historiográfico. Assim, por interesse profissional e correspondendo ao âmbito deste mestrado, optámos por perspectivar para o futuro deste estudo uma vertente mais virada para a preservação do património da instituição, nomeadamente através do conhecimento dos materiais utilizados na construção e reconstrução do edifício e dos elementos expositores, que nos poderão fornecer informações importantes relativamente ao comportamento higrotérmico das salas de exposição, ao potencial de emissão de poluentes desses materiais, e outros dados relevantes para o estudo do ambiente em que estiveram inseridas as colecções aí expostas. Como referiu recentemente Luís Elias Casanovas, *o edifício assume um papel importante [na estabilidade ambiental] e, entre nós, consegue-se alcançar um notável equilíbrio entre o clima exterior e as necessidades da conservação, desde que se respeitem as características dos edifícios históricos e o passado das*

coleções [...].¹ Hoje podemos estudar com muito mais rigor o passado das nossas colecções e dos edifícios que as albergam, graças a novos conceitos como o das flutuações confirmadas e a inércia higroscópica e recorrendo sempre que necessário e possível à história da arte e do clima.²

ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

O presente estudo divide-se em três capítulos centrais que abordam cronologicamente o percurso histórico do edifício onde se encontra integrado o Museu de São Roque. O primeiro capítulo intitulado, *Contexto histórico inerente à génese do Museu*, expõe a conjuntura histórica que levou à decisão de criação deste equipamento naquele local, referindo sucintamente as origens do edifício e a forma como este acabou por chegar à posse da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

O segundo capítulo, relativo às *Principais intervenções estruturais do século XX*, aborda os vários projectos arquitectónicos ou estruturais realizados no edifício ao longo deste século, não só no espaço à data utilizado por este serviço, mas também nos espaços que acabariam, no século seguinte, por lhe ser atribuídos, nomeadamente as áreas dos serviços da Tesouraria e da Lotaria. Foi naturalmente abordada a conjuntura institucional na época, e mencionados os nomes dos projectistas envolvidos nestas intervenções, como Adães Bermudes, Tertuliano de Lacerda Marques, Fernando Augusto Peres Guimarães, Sérgio Castanheira Infante e Rui Cabrita, tendo ainda sido dado grande ênfase ao excepcional trabalho desenvolvido pela conservadora Maria João Madeira Rodrigues, que colaborou com muitos destes arquitectos nos projectos por eles apresentados.

No terceiro e último capítulo, *O edifício do Museu no século XXI – Remodelação e ampliação*, foi exposta a conjuntura que envolveu a concretização da mais recente empreitada, iniciada pelo arquitecto João Bento d'Almeida e renovada pelo projecto de Carlos Pietra Torres, com particular ênfase para as vicissitudes que interferiram na sua concretização, nomeadamente, a candidatura ao apoio financeiro externo, os achados arqueológicos e arquitectónicos e as fragilidades estruturais do edifício. Simultaneamente, foram abordados os resultados procedentes da contratação de serviços especializados pela Misericórdia de Lisboa, que contribuíram não só

¹ Cf. CASANOVAS, Luís Elias, “A sustentabilidade: o equilíbrio entre o clima exterior e as condições-ambiente dos espaços museológicos: o Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e o Museu de São Roque”, in *ECR – Estudos de Conservação e Restauro*, n.º2, Dezembro de 2010, p.11.

² *Idem*, p.14.

para a implementação de medidas de conservação preventiva, mas também para o levantamento e registo dos elementos históricos descobertos durante a obra.

Optámos ainda por intercalar cada capítulo com o elenco de imagens correspondentes, de forma a facilitar a percepção da leitura e, por último, por integrar num elenco complementar algumas notas biográficas das principais figuras referidas neste estudo.

CAPÍTULO I

CONTEXTO HISTÓRICO INERENTE À GÉNESE DO MUSEU

1.1. A PESTE NO SÉCULO XVI E A CONSTRUÇÃO DA ERMIDA DEDICADA A SÃO ROQUE

Actualmente inserido numa das zonas mais centrais e turísticas de Lisboa, a criação do Museu de São Roque encontra-se estritamente ligada à história da evolução daquele espaço, enquanto edifício de diferentes utilidades. As memórias que antecederam o início da construção da Igreja e Casa Professa de São Roque foram, até aos dias de hoje, abordadas diversas vezes e por diferentes autores, de forma consonante a respeito da fundação da ermida de São Roque, ponto de partida da posterior edificação. Apesar do elemento do nosso estudo não remontar a tempos tão tardios, parece-nos imprescindível a exposição de algumas vicissitudes que antecederam e levaram à construção do edifício onde, no século XX, se viria a estabelecer o Museu de São Roque, baseando-nos, para isto, com maior incidência na crónica do Padre Baltasar Telles³ que, apesar extemporâneo, foi aquele que nos deixou um relato mais minucioso da aluída ermida de São Roque.

Nos primórdios do século XVI, os recorrentes surtos de epidemia que assolaram Lisboa⁴ e o resto do país terão contribuído para o atear da crença religiosa, com particular ênfase para o culto a São Roque (**fig.1**), já popular na Europa pelos milagres que teria consumado em França e Itália àqueles que padeciam de peste.⁵ Numa derradeira tentativa de travar este surto, o Rei D. Manuel I terá solicitado à Republica de Veneza uma relíquia do santo milagreiro (**fig.2**), que terá sido trasladada para o exterior da muralha fernandina, que delimitava a cidade a oeste, precisamente para o descampado convertido, à data, em última morada dos corpos atingidos (**fig.3**). Neste local, e segundo as crónicas do Padre Baltazar Telles (publicadas em 1647), terá

³ Cf. TELLES, Padre Balthezar, *Chronica da Companhia de IESU da Província de Portugal*, segunda parte, Paulo Craesbeeck, 1647.

⁴ Cf. *Idem*, *Op. Cit.*, p.92. Sobre as epidemias no século XVI veja-se também RODRIGUES, Teresa Ferreira, ANDERSON, Rita, RAMOS, Vera Ortigão, “Para o Estudo das Pestes e Epidemias na Lisboa Quinhentista”, separata do *Boletim de Estudos Históricos e Etnológicos*, vol.1, Ferreira de Zêzere, s/d., 1986, pp.101 a 133.

⁵ Cf. TELLES, Padre Balthezar, *Op. Cit.*, p.92, *Cit. MORNA*, Teresa Freitas (Coord.), *A Ermida Manuelina de São Roque*, 1999, p.9.

sido edificada em 1506 uma ermida dedicada ao novo padroeiro, consagrada em 1515 pelo Bispo D. Duarte⁶, facto testemunhado por uma das lápides actualmente expostas no Museu de São Roque (fig.4). Durante a construção da ermida, terá sido instituída a confraria de São Roque, cuja actividade subsistiu nos séculos seguintes.⁷

1.2. O PAPEL DE D. JOÃO III NA INSTALAÇÃO DA COMPANHIA DE JESUS

Em 1540, chegaram a Lisboa os primeiros padres da Companhia de Jesus, que terão escolhido o local da ermida para edificação da sua igreja e casa professa, zona ainda caracterizada por um ambiente fortemente rural. Em 1553, apesar do desagrado inicial da Confraria de São Roque, terá sido assinado o contrato entre os padres e a confraria, acabando estes por chegar a um entendimento. Em virtude da vontade de D. João III (fig.5), que apoiava a cedência deste território aos Jesuítas, os confrades terão vindo *dar gosto a sua alteza*, rendendo-se aos padres que, após a assinatura do contrato, ter-se-ão instalado na ermida e casas adjacentes. No contrato terá sido estipulada a obrigação dos padres da companhia manterem na nova igreja *o título e invocação de São Roque*, e de construírem no seu interior uma capela dedicada ao santo padroeiro das pestes.⁸

Dois anos mais tarde, dada a exiguidade do espaço, os Jesuítas terão decidido dar início à construção de uma nova igreja que, numa primeira fase, não terá reflectido a grandiosidade daquela que vemos actualmente. Esta condição só viria a ser adquirida em 1565, quando voltou a ser alvo de uma segunda ampliação, que lhe incutiu a traça maneirista que manteve, com pequenas alterações, até aos nossos dias.⁹

Segundo o cronista Baltasar Telles, além deste templo, o rei terá ainda requerido *ao seu arquitecto*, Afonso Alvares, a construção do edifício residencial dos padres Jesuítas, anexo à igreja.¹⁰ Porém, a documentação relativa à construção deste complexo habitacional, encontra-se em parte incerta, ou ter-se-á eventualmente perdido, e as diversas modificações de que foi alvo até aos nossos dias, revestem-no de uma traça difícil de interpretar. Na opinião de Paula Noé, a

⁶ Cf. TELLES, Padre Balthezar, *Op. Cit.*, pp. 92 e 93.

⁷ Cf. *Idem*, *Op. Cit.*, pp.93 e 94.

⁸ Cf. *Idem*, *Op. Cit.*, p.98, *Cit.* CARITA, Hélder, “A Igreja, a Rua Larga e o Bairro Alto de São Roque”, in MORNA, Teresa Freitas, MANTAS, Helena Alexandra (Coord.), *Património Arquitectónico, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, volume1, 2006, p.25.

⁹ Cf. TELLES, Padre Balthezar, *Op. Cit.*, p.108, *Cit.* NOÉ, Paula, “A Casa Professa de São Roque e o Convento de São Pedro de Alcântara. Dois Modelos Arquitectónicos”, in MORNA, Teresa Freitas, MANTAS, Helena Alexandra (Coord.), *Património Arquitectónico, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, volume 1, 2006, pp.38 e 39.

¹⁰ Cf. TELLES, Padre Balthezar, *Op. Cit.*, pp.106 e 107, *Cit.* NOÉ, Paula, *Op. Cit.*, p. 39.

construção dos dois claustros é coeva à edificação da igreja e, segundo os relatos de Baltasar Telles, logo em 1555 *se principiaram os dois corredores (...) de cima e de baixo, começando a correr de Oeste para o Leste, com dezoito cubículos*.¹¹ O restante edifício, já posterior e da responsabilidade do padre Pedro da Fonseca, correria *desdo lavatório pela parte do Norte, e o que está lançado pela parte do Oriente, com os cubiculos, cisternas, abobedas, que servem de celeiros, com outras mais officinas*¹², revelando já grande parte da estrutura actualmente ocupada, e modificada, pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

A Casa Professa de São Roque caracterizar-se-ia por uma simplicidade e austeridade comuns a esta tipologia arquitectónica. A sua fachada principal, pelo que é possível observar em desenhos e fotografias da segunda metade do século XIX (figs.6 a 11), seria constituída por dois pisos, de vãos rectilíneos. O piso térreo era geometricamente rasgado por três portas, de verga e ombreiras rectas, intercaladas por cinco janelas de peitoril e guilhotina com vidraças de malha reticulada. O segundo piso apresentava oito janelas idênticas às anteriores, que coroavam as aberturas do piso inferior.

Com base na conhecida planta de cerca de 1808¹³ (fig.12), levantamento realizado quarenta ou quarenta e cinco anos após a instalação no local da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1768), conseguimos ter uma noção de como seria a distribuição dos espaços na época em que estes foram habitados pela Companhia de Jesus. A portaria encontrar-se-ia próxima da entrada da igreja, seguida do locutório e da secretaria, situando-se todos estes espaços no piso térreo, a sul do claustro da portaria. Ainda no mesmo piso, a norte do claustro da portaria situavam-se cinco capelas e a este a casa dos padres capelães.¹⁴ No piso superior, a sul deste claustro situar-se-ia provavelmente a sala de reuniões ou salão nobre dos Jesuítas, e a norte e este do claustro posterior os dormitórios. Em redor deste claustro, no piso térreo, ficariam provavelmente o refeitório, cozinha, enfermaria, rouparia, oficinas, celeiros, cavalariças e outros espaços necessários à vida quotidiana dos Jesuítas.

¹¹ TELLES, Padre Balthezar, *Op. Cit.*, p.107.

¹² *Idem*, *Op. Cit.*, p.107, *Cit. NOÉ, Paula, Op. Cit.*, p. 42.

¹³ Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Planta Geral da Igreja de São Roque, cerca e demais edifícios que hoje pertencem à Santa Casa da Misericórdia*, c. 1808. Sem cota. Referência 303 do processo de restauro do Arquivo Histórico da SCML. Publicada em NOÉ, Paula, *Op. Cit.*, p.49. Segundo Paula Noé, esta planta poderá ser de 1813, tendo como base um pagamento realizado pela SCML em 11 de Setembro de 1813. Cf. SCML, Arquivo Histórico, Livros da Caixa Corrente, SCML/GF/DR/02/Lv 033, fl. 14, *Cit. SIMÕES, João Miguel*, “O complexo de São Roque, a colina secreta de Lisboa”, in MORNA, Teresa Freitas, MANTAS, Helena Alexandra (Coord.), *Património Arquitectónico, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, volume 2, tomo II, 2010, p.20.

¹⁴ Cf. NOÉ, Paula, *Op. Cit.*, pp.43 e 45. Veja-se também, SCML, Arquivo Histórico, *Planta Geral da Igreja de São Roque, cerca e demais edifícios que hoje pertencem à Santa Casa da Misericórdia*, c. 1808. Sem cota. Referência 303 do processo de restauro do Arquivo Histórico da SCML.

1.3. O LEGADO DE D. JOSÉ I À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

Em 1759, o rei D. José I, certamente orientado pelo seu ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, ordenou o sequestro de todos os bens da Companhia de Jesus, incluído naturalmente a Igreja e Casa Professa de São Roque, tendo, pouco depois, expulsado do reino e dos seus domínios os membros da Ordem.¹⁵ Posteriormente, mais de uma década após o terramoto de 1755 que destruiu as antigas instalações da Santa Casa, e à luz de um contexto em que a Misericórdia desempenhava na capital do reino um papel de acção social preponderante, o monarca doou, através de carta régia de 8 de Fevereiro de 1768, a totalidade do espaço e edifícios, ao provedor e restantes irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML)¹⁶, que pouco depois terão dado início às remodelações estruturais necessárias à sua nova funcionalidade.

Assim, partir de 1768, passou a zona residencial a ter uma utilidade social e institucional, tendo a campanha arquitectónica ligada a esta mudança de função, sido estudada e documentada por Paula Noé.¹⁷ Segundo a historiadora, as primeiras obras realizadas no espaço residencial terão decorrido, sensivelmente, entre Março de 1768 e Maio de 1769, tendo como propósito a instalação dos serviços inerentes à instituição, como a secretaria, a tesouraria, a casa dos cofres, a casa da mesa e o recolhimento, tendo o arquitecto Rimígio António sido o responsável pelo projecto de reestruturação.¹⁸ No que diz respeito à construção, terão sido empregues materiais de excelente qualidade, particularmente nas zonas mais nobres, entre os quais: *madeiras do Brasil* (...), *pau-santo*, *pinho da Flandres*, *vigas de Riga* (...), *carvalho*, *castanho* e *casquinha*.¹⁹ Uma

¹⁵ Acerca da Expulsão dos Jesuítas veja-se a revista *Brotéria, Cristianismo e Cultura*, 2/3, vol.169, *A Expulsão dos Jesuítas. 250 Anos. 1759-2009*, Agosto/ Setembro 2009. Decorreu no dia 17 de Novembro de 2009, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, o Colóquio Internacional “1759-2009. Os Jesuítas e Portugal (Historia e Cripto-Historia)”, promovido e organizado pelo Instituto de Historia da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em parceria com o Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (CEAUCP), não tendo sido publicadas actas deste encontro.

¹⁶ Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A Misericórdia de Lisboa. Quinhentos Anos de História*, 1998, p.226.

¹⁷ Cf. NOÉ, Paula, *Op. Cit.*, pp.44 a 52.

¹⁸ Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Livro do Cofre Geral*, SCML\GF\DR\01\Lv 003, fl.71 (8 de Dezembro de 1768), *Cit. NOÉ, Paula, Op. Cit.*, pp.44 e 46, transcrito em SIMÕES, João Miguel, *Volume Segundo de Partilha Documental*, documento policopiado apresentado à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 21 de Janeiro de 2009, p. 127. Relativamente a este assunto, foram também consultados alguns documentos de *Despesa do Cofre*, na sua maioria inéditos, conservados no Arquivo Histórico da SCML, porém, devido às limitações temporais deste estudo, e uma vez que uma parte desta investigação já foi realizada pela historiadora Paula Noé, não nos dedicámos de forma exaustiva à consulta desta documentação. Apesar disto, nos documentos relativos ao ano de 1768, não se encontram discriminados quaisquer trabalhos relacionados com esta empreitada.

¹⁹ SCML, Arquivo Histórico, diversos documentos da *Despesa do Cofre*, *Cit. NOÉ, Paula, Op. Cit.*, p.47.

vasta área do edifício terá recebido azulejos, executados e fornecidos pelo mestre azulejador Teotónio dos Santos da Cruz.²⁰

O projecto de remodelação terá ainda implicado a demolição de alguns espaços da antiga Casa Professa, porém terá sido mantida a maior parte da estrutura, particularmente em redor do claustro da portaria, onde terão sido instalados os principais serviços, particularmente na ala virada ao Largo de São Roque. No piso 0 terá sido instalada a secretaria e a casa da roda, e no piso 1 a sala do despacho, mantendo-se no mesmo local a portaria. Nesta primeira fase, as capelas do claustro terão sido preservadas.²¹

Também na Misericórdia de Lisboa se fez sentir o estímulo verificado em Portugal na segunda metade do século XVIII relativamente à produção de azulejaria, tendo este material sido escolhido, nesta época, para forrar o interior de diversos espaços da Santa Casa, nomeadamente, o claustro posterior e a portaria, revestidos a azulejos de *mosaico*, e a secretaria revestida a azulejos de *brutesco* azul, tendo esta recebido ainda decoração em estuque. Também a sala central da ala virada ao exterior, onde foi instalada a sala do despacho, recebeu azulejos de *brutesco de cores* e trabalhos em estuques da autoria do mestre Giovanni Grossi²², tendo esta sido a área mais decorada.²³

O claustro da portaria também terá recebido azulejos, porém desconhece-se o seu padrão, tendo os trabalhos de pintura *de alvayade, a olio, com duas demãos*, realizados neste espaço, estado a cargo do mestre pintor Manuel Gonçalves Vital²⁴, bem como as grades pintadas a preto com ornatos a amarelo, e as portas e grades pintadas a verde. Para o piso superior do claustro foram ainda executadas dezasseis janelas de sacada, com pedra *bastarda escodada*, cada uma com vinte e quatro vidros e grades de ferro lavrado.²⁵ Outros trabalhos terão sido executados nas restantes áreas da Casa Professa, porém não nos alongaremos nessa matéria uma vez que extravasam o objecto do nosso estudo.²⁶

Recentemente, também o historiador João Simões se debruçou sobre as intervenções levadas a cabo na totalidade do complexo de São Roque, tendo constatado que as campanhas que decorreram entre 1768 e 1834 terão tido como propósito a adaptação da antiga casa professa às

²⁰ Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Livro do Cofre Geral*, SCML\GF\DR\01\Lv 003, fl.68, (6 de Dezembro de 1768), *Cit.* NOÉ, Paula, *Op. Cit.*, p.47, transcrito em SIMÕES, João Miguel, *Op. Cit.*, 21 de Janeiro de 2009, p. 127.

²¹ Cf. NOÉ, Paula, *Op. Cit.*, p.47.

²² Para Giovanni Grossi veja-se o Elenco Biográfico, p.186.

²³ Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Livro do Cofre Geral*, SCML\GF\DR\01\Lv 003, fl.71 (8 de Dezembro de 1768), *Cit.* NOÉ, Paula, *Op. Cit.*, p.48, transcrito em SIMÕES, João Miguel, *Op. Cit.*, 21 de Janeiro de 2009, p. 127.

²⁴ Este mestre pintor também realizou, em Outubro de 1758, trabalhos de pintura na casa da fazenda do Hospital Real de Todos os Santos. Cf. IAN/TT, Hospital de São José, Lv 943, fl. 35 v.

²⁵ Cf. SCML, Arquivo Histórico, diversos documentos da *Despesa do Cofre*, *Cit.* NOÉ, Paula, *Op. Cit.*, p.48.

²⁶ Para mais informações acerca de outras áreas da antiga Casa Professa, actual Complexo de São Roque, ver Paula Noé e João Simões, ambos *Op. Cit.*

diversas necessidades da Misericórdia, e a planta conhecida como sendo de cerca de 1808²⁷, terá marcado o momento imediatamente anterior às maiores alterações, e servido de base à programação das obras.²⁸ Na opinião deste historiador, terão ocorrido em 1853 algumas alterações na casa professa, entre as quais: a demolição das cinco capelas com ligação ao claustro, as sacristias da Capela de São Roque e da Capela de São Francisco Xavier, e os *antigos quartos dos padres jesuítas*.²⁹ Porém, para Paula Noé, as capelas que separavam os dois claustros terão sido demolidas apenas em 1901, para abertura de um corredor nesse espaço, na sequência do projecto de Adães Bermudes de instalação da sala de extracções no segundo claustro.³⁰ Desconhece-se qual das hipóteses estará mais próxima da realidade, uma vez que, até à data, ainda não foram localizados projectos ou memórias descritivas que confirmem qualquer uma delas.

1.4.O PROJECTO NÃO MATERIALIZADO DE PIERRE JOSEPH PEZERAT PARA A SALA DO CONSELHO GERAL DE BENEFICENCIA (1853-1854)

Num contexto posterior às guerras liberais da década de 30 do século XIX, que deram a vitória a D. Pedro IV, foi criada pelo governo português a *Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia e do Real Hospital de São José de Lisboa*³¹, alegadamente para análise do estado financeiro da instituição, tendo-lhe sido entregue a sua total administração, por decreto de 11 de Agosto de 1834.³² Esta conjuntura levou à reestruturação do complexo de São Roque, nomeadamente através da saída de alguns serviços daquele local, mantendo-se aí a funcionar apenas a administração da Santa Casa (na sua maioria estabelecida na antiga casa professa), o Hospital dos Expostos e as casas de arrendamento da Calçada da Glória.³³

Com a criação desta comissão deu-se início a uma nova fase na Misericórdia de Lisboa, baseada numa administração central de nomeação régia, que desenvolveu substancialmente a vertente social da instituição, nomeadamente através da criação, a 6 de Abril de 1835, do

²⁷ Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Planta Geral da Igreja de São Roque, cerca e mais edifícios que hoje pertencem à Santa Casa da Misericórdia*, c. 1808. Sem cota. Referência 303 do processo de restauro do Arquivo Histórico da SCML. Publicada em NOÉ, Paula, *Op. Cit.*, p.49.

²⁸ Cf. SIMÕES, João Miguel, *Op. Cit.*, 2010, p.20.

²⁹ SIMÕES, João Miguel, *Op. Cit.*, 2010, p.25. Consultar planta em NOÉ, Paula, *Op. Cit.*, p.45.

³⁰ Cf. NOÉ, Paula, *Op. Cit.*, p.50.

³¹ Cf. Resumo do Decreto de 28 de Fevereiro de 1834, *Cit.* CARDOSO, Rogério Seabra (Coord.), *Colectânea Legislativa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1498-1998)*, Arquivo Histórico/ Biblioteca da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998, p.34.

³² Cf. Resumo do Decreto de 11 de Agosto de 1834, *Cit.* CARDOSO, Rogério Seabra (Coord.), *Op. Cit.*, 1998, p.35.

³³ Cf. SIMÕES, João Miguel, *Op. Cit.*, 2010, p.21.

Conselho Geral de Beneficência.³⁴ A precária situação financeira herdada pela Comissão Administrativa da Misericórdia, originada pelos *avultados empréstimos a juros concedidos à nobreza durante a segunda metade do século XVIII*, que permaneciam até à data por liquidar³⁵, não terá sido favorável à realização de grandes campanhas arquitectónicas nesta época, tendo a Santa Casa dado prioridade ao restabelecimento das suas finanças e à sua acção no campo da assistência social.³⁶

A 26 de Novembro de 1851, deu-se a reforma da Comissão Administrativa que foi substituída respectivamente, pela Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e Mesa do Hospital de São José.³⁷ Apesar desta reestruturação, a Santa Casa manteve o sistema de nomeação governamental tendo, nesta época, sido nomeado como provedor da Instituição José Maria da Silva Torres³⁸ (fig.13).

A separação entre a Misericórdia de Lisboa e o Hospital de São José levou simultaneamente à reorganização dos serviços e equipamentos, tendo a Santa Casa sido coagida a acolher no edifício de São Roque as mulheres provenientes do Asilo do Amparo, “encaixando” este serviço nas construções existentes, nomeadamente no Hospital dos Expostos.³⁹

As condições precárias em que se encontravam os utentes da Misericórdia de Lisboa, acabaram por levar à decisão de reestruturação e ampliação da antiga casa professa, tendo a 28 de Março de 1853 a Mesa deliberado que se dessem início aos procedimentos necessários à realização da empreitada.⁴⁰ Entre as razões que contribuíram para a vontade de realização de obras no complexo de São Roque, encontravam-se a falta de luz e ventilação natural do espaço, potenciadas pelo aglomerado de edifícios que compunham os serviços centrais da instituição, que em nada contribuíam para a saúde dos utentes.⁴¹

³⁴ Cf. Resumo do Decreto de 6 de Abril de 1835, *Cit.* CARDOSO, Rogério Seabra (Coord.), *Op. Cit.*, 1998, p.36. Acerca do Conselho Geral de Beneficência, no período entre 1842-1869, veja-se também Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (IAN/TT), Ministério do Reino, Conselho Geral de Beneficência, Mç.4507 e Mç.4562.

³⁵ Cf. SIMÕES, João Miguel, *Op. Cit.*, 2010, p.21.

³⁶ Cf. CARDOSO, Rogério Seabra, *Provedores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa desde 1851*, Arquivo Histórico/ Biblioteca da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1995, p.XV.

³⁷ Cf. Resumo do Decreto de 26 de Novembro de 1851, *Cit.* CARDOSO, Rogério Seabra (Coord.), *Op. Cit.*, 1998, p.47, *Cit.* CARDOSO, Rogério Seabra, *Op. Cit.*, 1995, p.XV.

³⁸ Cf. CARDOSO, Rogério Seabra, *Op. Cit.*, 1995, p.5, *Cit.* SIMÕES, João Miguel, *Op. Cit.*, 2010, pp.22.

Para José Maria da Silva Torres veja-se o Elenco Biográfico, p.188.

³⁹ Cf. SIMÕES, João Miguel, *Op. Cit.*, 2010, pp.22 e 23.

⁴⁰ Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/OA/MS/04/ Lv 001, fl. 108 (28 de Março de 1853).

⁴¹ Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Obras, Projecto de Obras para a Sala do Conselho de Beneficência, no edifício da Misericórdia, 1858*, Maço 3, Processo N.º33, ofício de Pézerat à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 14 de Janeiro de 1854.

Neste contexto, o arquitecto escolhido para a elaboração do projecto das obras foi Pierre Joseph Pézerat (1801-1872)⁴², que terá executado também para a Misericórdia de Lisboa, o projecto do edifício dos Banhos Termais de São Paulo, em 1853-57 (fig.14).⁴³ A esta escolha não terá sido alheio o facto deste engenheiro/ arquitecto, que desde Dezembro de 1852 se encontrava ao serviço do Município de Lisboa, ter já realizado diversos projectos de urbanização, tendo-se preocupado em particular com as condições de higiene que, segundo ele, seriam a mais importante exigência para o bem estar e para a saúde pública. Neste âmbito, Pézerat terá insistido na necessidade de aprovação pela Câmara Municipal, não apenas dos desenhos das fachadas, mas também das plantas com a distribuição interna das edificações (situação inédita em Lisboa), tendo estabelecido normas que assegurassem a salubridade dos edifícios.⁴⁴

A 2 de Maio de 1853, a Mesa mandou *activar* o levantamento da planta e orçamento das obras referidas a 28 de Março, entre as quais se encontrava a *construção de uma sala decente para as Sessões do Conselho Geral de Beneficência*, tendo sido aprovado nesta sessão o regulamento do encarregado das obras.⁴⁵ O interesse da Mesa relativamente às obras de reconstrução, não se prendia apenas com a melhoria das condições dos espaços, mas em grande medida com a imagem que a fachada principal do edifício sede da instituição transmitia para o público, como comprova a acta de 2 de Junho de 1853: *Mandou-se prevenir a pessoa encarregada de levantar a planta da obra que se projecta fazer no edifício da Santa Casa para o fim de se construir ali uma sala para o Conselho Geral de Beneficência, para que tenha em consideração toda a simetria e regularidade do frontispício, e a sua devida correspondência com o largo, que deve vir a ser um dos mais formosos da cidade, procurando-se com urgência as informações necessárias sobre os pedaços de terreno que é necessário adquirir.*⁴⁶

Simultaneamente, a Mesa decidiu incluir no projecto a construção de uma casa-forte para a tesouraria⁴⁷, na qual o provedor pretendia guardar o tesouro da Capela de São João Baptista, apesar deste não se encontrar ainda sob a administração da Santa Casa. A casa-forte deveria ser à

⁴² Para Pierre Joseph Pézerat veja-se o Elenco Biográfico, p.192.

⁴³ Cf. FRANÇA, José-Augusto, “Pierre Joseph Pezerat (1801-1872). Le dernier architecte Neo-classique à Lisbonne”, separata do *Bulletin de la Société de l'Histoire de l'Arte Français*, 1979, pp.225 a 235, *Cit.* SIMÕES, João Miguel, *Op. Cit.*, 2010, p.23. Sobre os Banhos de São Paulo vejam-se as referências documentais fornecidas por João Simões, p.23, nota 55.

⁴⁴ Cf. FRANÇA, José-Augusto, *Op. Cit.*, p.227.

⁴⁵ Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/OA/MS/04/ Lv 002, fls.2v e 3v (2 de Maio de 1853), *Cit.* SIMÕES, João Miguel, *Op. Cit.*, 2010, p.24.

⁴⁶ SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/OA/MS/04/ Lv 002, fl.10 (2 de Junho de 1853), *Cit.* SIMÕES, João Miguel, *Op. Cit.*, 2010, p.24.

⁴⁷ Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/OA/MS/04/ Lv 002, fl.15 (16 de Junho de 1853), *Cit.* SIMÕES, João Miguel, *Op. Cit.*, 2010 p.24.

prova de fogo, de modo a evitar *o grande risco e perda irreparável a que tantas preciosidades [estavam] sujeitas por algum casual incêndio*.⁴⁸

A 17 de Junho de 1853, a Santa Casa remeteu um ofício à Câmara Municipal de Lisboa, expondo a prática de *actos imundos* frequentemente ocorridos junto da Igreja de São Roque, potenciados pelas ruínas do largo, que prejudicavam tanto os utentes como os funcionários da instituição. Neste contexto, propôs a requalificação do largo, designadamente *por meio de construções regulares*, referindo que pretendia contribuir para este fim, dando *toda a elegância à frente do seu edifício*.⁴⁹ Alegou a utilidade de se demarcar, de entre os terrenos adjacentes ao largo, aqueles que eram privados e os que pertenciam à cidade, referindo que, se desta demarcação se aferisse que pertencia ao Município o pequeno recanto existente do lado nascente do edifício da Santa Casa, solicitaria que lhe fosse cedida a parte necessária à adequada esquadria da fachada do edifício que pretendia erigir. Se por outro lado aquele recanto pertencesse a um particular, pretendia que lhe fosse indicado a quem se dirigir ou, em ultima instância, contra quem havia de *invocar a lei das expropriações*.⁵⁰

A 10 de Outubro, terá sido enviado à Câmara Municipal *o plano de todas as obras* que se encontravam projectadas para o edifício da Santa Casa.⁵¹ Além da remodelação da fachada (**fig.15**) e da construção da casa-forte, o projecto encomendado a Pézerat incluía diversas outras obras a realizar no edifício sede da Misericórdia, nomeadamente: a construção de um novo pavimento sobre a sala da Mesa e da Contadoria, o melhoramento do edifício em que se encontravam as asiladas do Amparo, a construção de uma enfermaria especial *para os casos extraordinários de epidemia, ou qualquer outro mister importante para a salubridade do estabelecimento*, as alterações necessárias para que a entrada para a habitação do padre tesoureiro, ou o serviço do esquife, não se realizassem pelo pátio, a construção de seis ou sete novas oficinas para trabalhos e o arranjo do cano geral de despejo.⁵² O projecto de Pézerat não previa a inutilização da escada de acesso à sala da Mesa e da Contadoria, mas antes o seu arranjo, tendo a Mesa requerido um orçamento e aberto concurso para a execução deste trabalho.⁵³

⁴⁸ *Idem*, fl.35 (8 de Agosto de 1853).

⁴⁹ SCML, Arquivo Histórico, *Correspondência expedida pela provedoria*, SCML/GA/01/ Lv 018, fl.138 (17 de Junho de 1853).

⁵⁰ *Ibidem*.

⁵¹ Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/OA/MS/04/ Lv 002, fl.90v (15 de Novembro de 1853).

⁵² Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/OA/MS/04/ Lv 003, fl.4 (9 de Janeiro de 1854), *Cit. SIMÕES, João Miguel, Op. Cit.*, 2010, p.26.

⁵³ Cf. *Ibidem*.

A 9 de Janeiro de 1854 foi nomeado como fiscal das obras da Santa Casa Ricardo Henrique Wittnich, que teve inicialmente como função ajudar o arquitecto e engenheiro Pézerat *em todos os desenhos e planos das obras projectadas*. Para isto, Pézerat deveria apresentar um plano de regulamento para a organização do serviço do fiscal.⁵⁴

Em resposta a uma série de questões que lhe terão sido levantadas pela Mesa da Santa Casa, Pézerat comunicou, a 14 de Janeiro de 1854, que na sequência da vistoria realizada no dia 12 a toda a instituição, pela comissão composta por si, pelos médicos Simas e Teixeira e pelo mestre de obras da Santa Casa, haviam comprovado *os inconvenientes que apresentava a distribuição geral do edifício, sua má exposição, e colocação sobre um terreno em ladeira de que [resultava] enterrarem-se quase todos os pavimentos térreos de cada corpo de casas deste imenso espécie de labirinto, (...) [e] a impossibilidade de o ventilar, e dar-lhe a luz solar tão necessária para a boa higiene como o mesmo ar puro*. Quanto a isto, referiu ainda *fomos unanimemente de acordo que debaixo deste ponto de vista era impossível propor melhoramentos susceptíveis de execução razoável*.⁵⁵ Do ofício de Pézerat conseguimos apreender que a planta⁵⁶ e o desenho da fachada do edifício da Santa Casa (fig.15), da autoria deste arquitecto, terão sido entregues à Mesa previamente ao dia 14 de Janeiro de 1854, e que apesar da comissão se encontrar convicta da *impossibilidade de empreender-se quaisquer obras de alguma importância para o melhoramento das circunstâncias*, Pézerat entendeu por bem responder às questões que lhe haviam sido colocadas, esclarecendo que *a obra não [seria] de pequena monta e que para ser executada segundo o projecto, [importaria] em mais de vinte contos de reis*, além dos custos inerentes à aquisição do pedaço de terreno localizado do lado este, bem como a aprovação do projecto do largo pela Câmara Municipal de Lisboa.⁵⁷

A 22 de Março (1854), provavelmente na sequência de diversos avanços e recuos e outras tantas reuniões, a Mesa da Santa Casa remeteu novamente a Pierre Pézerat a descrição de todos os trabalhos que pretendia que fossem projectados e orçados, podendo o arquitecto contar para isto com o auxílio do fiscal Ricardo Wittnich. Entre os trabalhos previstos encontravam-se diversos já propostos, e alguns então sugeridos, designadamente: *uma sala para o Conselho*

⁵⁴ Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/OA/MS/04/ Lv 003, fl.4 (9 de Janeiro de 1854).

⁵⁵ SCML, Arquivo Histórico, *Obras, Projecto de Obras para a Sala do Conselho de Beneficência, no edifício da Misericórdia*, 1858, Maio 3, Processo N.º33, ofício de Pézerat à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 14 de Janeiro de 1854.

⁵⁶ Até à data, não foi localizada qualquer planta relativa a esta empreitada nos arquivos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, do Ministério das Obras Públicas, ou da Câmara Municipal de Lisboa. Apesar disto, consideramos provável que existam mais desenhos/ plantas no Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, porém, ainda por tratar arquivisticamente.

⁵⁷ Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Obras, Projecto de Obras para a Sala do Conselho de Beneficência, no edifício da Misericórdia*, 1858, Maio 3, Processo N.º33, ofício de Pézerat à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 14 de Janeiro de 1854.

Geral de Beneficência por cima da Sala da Mesa, tendo em toda a consideração a simetria e regularidade do frontispício e a sua correspondência com o largo, contando com a aquisição do recanto que fica ao Nascente e a frontaria (...). Uma Casa Forte para Tesouraria e se poderá ser feita à prova de fogo e com espaço suficiente para conter em armários envidraçados as alfaías da Capela de São João (...). O plano de estender-se por cima da Contadoria actual o novo pavimento (...). O modo de levar a efeito a vantajosa providência de se fazer o serviço do esquife sem devassar por maneira alguma o Hospital dos Expostos (...). A maneira de evitar inteiramente a comunicação com o mesmo Hospital pelo pátio da casa de residência do padre Tesoureiro (...). As obras que serão precisas para acabar para sempre a serventia da Igreja, Sacristia, Torre e fiel da mesma Sacristia, pelo referido pátio. Os arranjos próprios para converter em quarto para porteira, mas sem comunicação alguma para a Rua, a casa que ora ocupa o boleeiro do Esquife. O modo de impedir que qualquer das Casas da Calçada da Glória, ocupadas por inquilinos tenha vista para o Hospital dos Expostos. Os reparos de que precisa indispensavelmente e com urgência a cerca do edifício em razão do desmoronamento da muralha que sustentava o pátio das amas, mas de modo que a mesma cerca possa servir para passeio e recreação das crianças (...). O plano do estabelecimento no referido pátio, ou em qualquer outro lugar da cerca, de uma oficina conveniente para a lavagem das roupas do estabelecimento (...). A maneira de ligar com essa oficina um cano geral de despejos de todo o edifício de sorte que todas as imundices tenham fácil saída, pelo mesmo cano até aquele que se diz existir na Calçada do Duque (...). O que deverá fazer-se para dar a todo o edifício a maior soma de luz e ventilação possível (...). Os reparos do telheiro que dá serventia da Sacristia para a Torre. O modo de obstar a toda a vista e comunicação das janelas do Hospital dos Expostos para esse lugar que dá passagem para a Torre e Casa do fiel da Sacristia.⁵⁸

A 18 de Maio (1854), a Mesa referiu ter tomado conhecimento de que a Companhia de Carruagens Lisbonenses (**fig.16**) havia decidido dar início, ainda naquele mês, à construção de um edifício, com fachada virada a oeste, para o Largo de São Roque, prolongando-se pela Rua Nova da Trindade. Esta situação colocava em causa o projecto de Pézerat relativo à fachada do edifício da Santa Casa, uma vez que, o extremo norte do prédio da Companhia de Carruagens iria incidir no recanto do lado este do edifício da Santa Casa. A Mesa deliberou ouvir a este respeito o engenheiro Pézerat, para à vista do risco da mesma obra, se entrar em alguma transacção com a referida Companhia e Câmara Municipal.⁵⁹

⁵⁸ SCML, Arquivo Histórico, *Correspondência expedida pela provedoria*, SCML/GA/01/ Lv 018, fls.234 e 234v (22 de Março de 1854).

⁵⁹ SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/OA/MS/04/ Lv 003, fl.85 (18 de Maio de 1854).

A 5 de Junho (1854), a Mesa decidiu, com base no plano apresentado por Pézerat de *abertura de uma nova rua desde o ângulo a leste do edifício até à Calçada da Glória*, pedir à Câmara a sua intercessão para a realização e aprovação desse plano, bem como a aprovação da cedência de determinados terrenos camarários à Santa Casa, como compensação pela perda dos seus para abertura da dita rua.⁶⁰ Simultaneamente, a Mesa pretendia que, após a aprovação da Câmara, se requeresse ao governo a autorização para negociar com a Companhia de Carruagens Lisbonenses a cedência do bocado de terreno que a Santa Casa necessitava para executar a fachada do seu edifício.⁶¹

Apesar destas resoluções, a 3 de Julho (1854), a Santa Casa terá mudado de opinião após a vistoria realizada ao local pelo provedor, na companhia do engenheiro Pézerat, do mestre de obras e do fiscal Ricardo Wittnich, na sequência da qual Pézerat terá reconhecido os inconvenientes da abertura da dita rua, para o Hospital dos Expostos, não só no que diz respeito à iluminação natural do mesmo, mas também à sua devassa. O arquitecto confirmou ainda o incómodo da eventual construção do edifício da Companhia de Carruagens para o projecto do frontispício da Santa Casa, tendo o provedor ordenado que se procedesse imediatamente à avaliação da parcela de terreno da Companhia, necessária aos intentos da instituição, para que a Mesa pudesse negociar a transacção, e que se enviassem à Câmara Municipal e ao Ministério das Obras Públicas os desenhos relativos à fachada para que pudessem ser aprovados (fig.15).⁶²

A 6 de Julho de 1854, Pézerat terá remetido à Santa Casa as plantas em falta⁶³, indicando nas mesmas o terreno necessário à execução do cunhal do lado este, e o plano das construções que a Companhia das Carruagens pretendia edificar. O triângulo que interessava à Santa Casa estaria indicado a *tinta carmezim*, medindo *17.43 palmos superficiais*, isto é *17.1/2 braças quadradas*.⁶⁴

A 1 de Setembro de 1854, a Mesa requereu ao arquitecto Pézerat que empregasse *toda a diligência* na conclusão das plantas das obras a fazer na cerca e fachada da Santa Casa, alegando

⁶⁰ Cf. *Idem*, fl.93 (5 de Junho de 1854), *Cit. SIMÕES*, João Miguel, *Op.Cit.*, 2010, p.27.

⁶¹ Cf. *Ibidem*.

⁶² Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/OA/MS/04/ Lv 004, fl.1 (3 de Julho de 1854), *Cit. SIMÕES*, João Miguel, *Op. Cit.*, 2010, p.27.

⁶³ Como referimos anteriormente, não foi encontrada, até à data, qualquer planta relativa a esta empreitada nos arquivos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, do Ministério das Obras Públicas, ou da Câmara Municipal de Lisboa.

⁶⁴ SCML, Arquivo Histórico, *Obras, Projecto de Obras para a Sala do Conselho de Beneficência, no edifício da Misericórdia*, 1858, Maço 3, Processo N.º33, ofício de Pézerat à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 6 de Julho de 1854. Convertendo em metros as medidas referidas no documento, nomeadamente: *17.43 palmos superficiais* e *17.1/2 braças quadradas*, e tendo em conta que 1 palmo corresponde a 0,22m e 1 braça corresponde a cerca de 1,83m, concluímos que o triângulo que a Santa Casa pretendia adquirir teria cerca de 3,83m de frente, e uma área de cerca de 32,02m². Cf. Sítio de unidades de medida (<http://www.ancruzeiros.pt/ancunidades.html>), consultado em 30.06.2010.

que estas eram *urgentíssimas*, porque se encontrava adiantada a construção da muralha na mesma cerca, e porque a Companhia de Carruagens pretendia dar brevemente início às suas obras, o que iria dificultar a anuência por parte da Companhia a uma eventual proposta de aquisição dos terrenos, por parte da Santa Casa.⁶⁵

No projecto do frontispício (fig.15), que apesar de não se encontrar assinado e datado, é provavelmente a proposta apresentada por Pierre Pézerat, antes do dia 14 de Janeiro de 1854, podemos observar uma fachada monumental de estilo neoclássico, com três pisos, delimitados por frisos salientes, com três volumes, sendo o central avançado, formando duas varandas sustentadas por quatro colunas de ordem toscana, guarnecidas por balaustradas de cantaria. Os volumes laterais apresentam-se delimitados nas extremidades por duas pilastras, formando torreões, encontrando-se as inferiores assentes em plintos. A cobertura é composta por frontão triangular ao centro, com as armas da misericórdia, e platibanda rebocada. Em todos os pisos abrem-se, em ritmo regular, nove vãos de arco de volta perfeita, e em cada um dos torreões existe um vão complementar com moldura de cantaria, arco de volta abatida, disposto no eixo do vão inferior. O piso inferior apresenta-se revestido a cantaria e os dois pisos superiores rebocados e pintados, com vãos emoldurados em pedraria, ligados por um friso ao nível do ábaco dos arcos e com guardas em ferro.

Na sequência de todas as diligências realizadas no sentido da reestruturação do frontispício do edifício sede da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o projecto do engenheiro/arquitecto Pierre Joseph Pezerat acabaria arquivado sem nunca ter sido concretizado. Parece-nos provável que, para esta conjuntura tenham contribuído distintos factores, nomeadamente, a precária situação financeira em que se encontrava a Misericórdia de Lisboa e a mudança da administração, com a nomeação do provedor conselheiro Joaquim António de Aguiar⁶⁶, em Dezembro de 1854, que optou por aplicar os recursos da instituição na assistência aos mais carenciados, que nesta época recorriam em força à Santa Casa.⁶⁷

Assim, a fachada actual, mais tardia, da autoria de Adães Bermudes, terá sido a primeira grande reestruturação levada a cabo na frente do edifício desde a sua utilização como casa professa dos Jesuítas, mas disto falaremos mais à frente. Curiosamente, o projecto do edifício da Companhia de Carruagens Lisbonenses, também atribuído a Pézerat, acabaria por ser parcialmente concretizado, no âmbito do arranjo urbanístico do Largo de São Roque, através da

⁶⁵ Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Correspondência expedida pela provedoria*, SCML/GA/01/ Lv 018, fl.281 (1 de Setembro de 1854).

⁶⁶ Para Joaquim António de Aguiar veja-se o Elenco Biográfico, p.187.

⁶⁷ Cf. CARDOSO, Rogério Seabra, *Op. Cit.*, 1995, p.25.

construção da sua fachada monumental de estilo neoclássico, em meados dos anos 60 do século XIX (fig.16).⁶⁸

1.5. A EXPOSIÇÃO DO TESOIRO DA CAPELA E A GÉNESE DE UM *DOS MAIS IMPORTANTES E CURIOSOS MUSEUS DE LISBOA*

Já nos inícios do século XX, a ala privilegiada do edifício de São Roque, virada ao Largo Trindade Coelho e ao público, passaria a ter uma utilidade museológica, que manteve até hoje, sempre sobre a alçada da Santa Casa.

A decisão da criação de um museu, pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, terá estado relacionada com a conjuntura social, política e cultural da época. Era notória a vontade desta instituição em ser reconhecida, através da exibição do seu património, para além da sua vertente filantrópica, como uma importante e abastada instituição cultural. A instalação do museu num espaço privilegiado da Santa Casa, com fachada amplamente visível e virada para o largo, teve decerto o intuito de evidenciar perante as elites lisiponenses a imagem de uma instituição moderna, erudita e progressista, numa sociedade contagiada, segundo alguns vultos da cultura portuguesa da época, por uma verdadeira apatia cultural.⁶⁹

Neste contexto, o Museu de São Roque foi um dos primeiros museus de arte a serem criados em Portugal, consequência de uma época pós revolução liberal, em que se começava a valorizar as artes decorativas e ornamentais nacionais, e em que se pretendia colocar este património ao alcance de todo o público. Expressão desta notória valorização e vontade inovadora, foi a grande *Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola*, que decorreu de Novembro de 1881 a finais de Janeiro de 1882, no *Museu Nacional de Bellas Artes* (fig.16), onde estiveram também patentes algumas obras de ourivesaria e paramentaria da coleção da Capela de São João Baptista⁷⁰, ainda sob a administração do Ministério Reino.

Em 1892, a administração da Capela de São João Baptista foi transferida para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, tendo o tabelião Jorge Camelier presidido à comissão

⁶⁸ Cf. SIMÕES, João Miguel, *Op.Cit.*, 2010, p.28.

⁶⁹ Cf. *Idem*, *Op. Cit.*, p.31.

⁷⁰ Cf. *Catalogo Illustrado da Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola celebrada em Lisboa em 1882 sob a Protecção de Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Luiz e a Presidencia de Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Fernando II*, 1882.

encarregue do levantamento de todos os *valores e objectos* do *Tesouro da Real Capela de São João Baptista*.⁷¹

Em 1898, o provedor e ministro do Reino, António Augusto Pereira de Miranda⁷² (fig.18), sendo conhecedor do inquestionável valor da colecção da Capela de São João Baptista, e tendo-se apercebido das desanimadoras condições em que esta se encontrava, nomeadamente em compartimentos acanhados da igreja, decidiu expô-la, abrindo-a ao público. Para isto, contou com a ajuda do coleccionador de arte, Francisco Ribeiro da Cunha (fig.19), tendo ambos decidido adaptar o espaço da sacristia a esta apresentação pública (figs.20 a 23). O sucesso da exposição, inaugurada a 21 de Agosto de 1898, por ocasião do IV centenário da fundação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, conjugou-se e beneficiou das festividades ligadas às comemorações do IV centenário da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia, ocorridas no Chiado e divulgadas em jornais e revistas da época.

Apesar do êxito desta mostra, patenteado sobretudo pela riqueza e ostentação da colecção, o espaço escolhido apresentava alguns inconvenientes, nomeadamente o excesso de peças relativamente à área expositiva, situação comum à maioria dos museus da época. Simultaneamente, a solução de exposição pecava ao nível da conservação das peças, evidenciando-se isto pelos paramentos precariamente pendentes nas paredes. Todavia, terá havido alguma preocupação com a segurança, nomeadamente na separação, através do uso de expositores e barreiras entre o observador e a peça, certamente devido ao valor material e artístico da colecção (figs.20 a 23).

Entre o êxito da exposição e a falta de um espaço adequado à mesma, uniram-se os ingredientes necessários à decisão de criar uma zona mais adequada à mostra permanente deste tesouro *quase desconhecido do público por falta de instalação condigna*.⁷³ Mais uma vez, a iniciativa partiu do provedor Pereira de Miranda e o espaço escolhido para este fim foi o recinto da antiga sala de extracções da lotaria (figs.24 a 26), tendo sido convertida *num dos mais importantes e curiosos museus de Lisboa*.⁷⁴ Para esta readaptação terá contribuído o rei D. Carlos, que entendeu por bem *conceder à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, para obras no edifício denominado o Thesouro, a quantia de três contos de reis*.⁷⁵ O arquitecto seleccionado

⁷¹ SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/OA/MS/04/ Lv 015, fls. 69 a 69v e 74v (21 de Outubro de 1892).

⁷² Para António Augusto Pereira de Miranda veja-se o Elenco Biográfico, p.183.

⁷³ SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/OA/MS/04/ Lv 017, fl.31, (19 de Janeiro de 1905).

⁷⁴ “O thesouro da capella de S. João Baptista – A sua exposição permanente”, in *Diário de Notícias*, n.º 14.051, 11 de Janeiro de 1905.

⁷⁵ Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (IAN/TT), MOPCI, Proc.21, Mç.470, ofício da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas Comercio e Indústria, Direcção Geral das Obras Públicas e Minas,

pela administração, a 4 de Janeiro de 1902, para *estudar a construção da nova sala para o tesouro da Capela de São João Baptista, modificando a frente do edifício*, foi Arnaldo Adães Bermudes⁷⁶, de quem falaremos no próximo capítulo.

Repartição de Obras Públicas, ao Inspector dos Serviços de Obras Públicas do Distrito de Lisboa, de 12 de Dezembro de 1901.

⁷⁶ Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/OA/MS/04/Lv 016, fl. 178v (4 de Janeiro de 1902).



Fig.1. Escultura de São Roque, calcário policromado, Portugal, meados do século XVI. SCML, Museu de São Roque, colecção de escultura, inv. Esc.202. Fotografia da autoria de Júlio Marques, 2007. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Fig.2. Relicário da relíquia de São Roque, Portugal, 1808. SCML, Museu de São Roque, colecção de relicários, inv. Rl. 1044. Fotografia da autoria de João Miguel Simões, 2008. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Fig.3. Planta cartográfica da cidade de Lisboa com todas as ruas e praças da cidade. Desenhada pelo arquitecto régio, João Nunes Tinoco, 1650. Pub. Tinoco, João Nunes, *Planta da cidade de Lisboa em q se mostram os muros de vermelho com todas as ruas e praças da cidade dos muros a dentro co as declarações postas em seu lugar*, 1853. Disponível em <http://purl.pt/4503>.

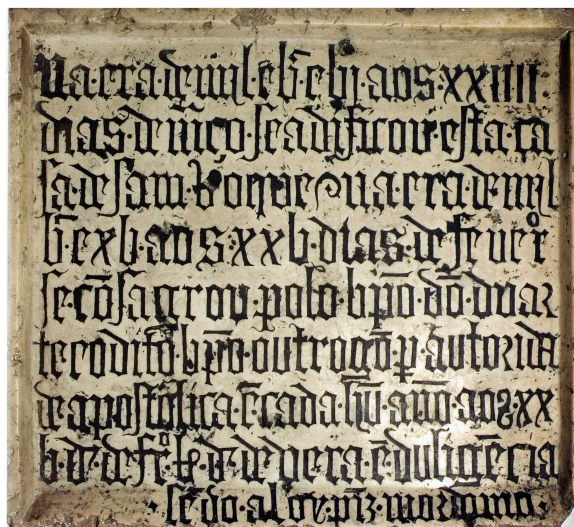


Fig.4. Lápide comemorativa da consagração da Ermida de São Roque, calcário, Portugal, 1515. SCML, Museu de São Roque, colecção de lápides, inv.38. Fotografia de autoria desconhecida, s/d. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Fig.5. Retrato de D. João III, óleo sobre madeira, autoria de Cristóvão Lopes, Portugal, 1550-1560. SCML, Museu de São Roque, colecção de pintura, inv. Pin.50. Fotografia de autoria desconhecida, s/d. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.

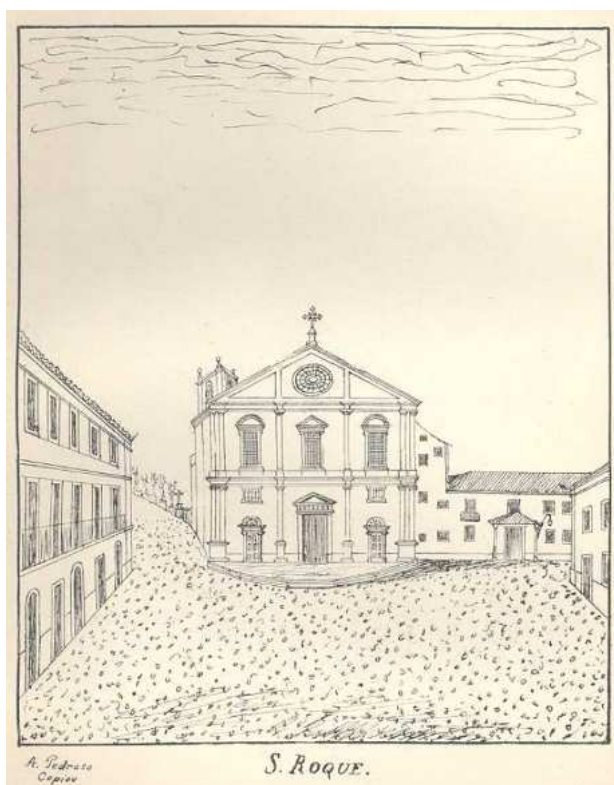


Fig.6. Largo de São Roque em desenho de 1833. É parcialmente visível o edifício onde mais tarde foi instalado o Museu. Apresenta no portal do lado esquerdo um telheiro, idêntico a outros ainda existentes em antigos colégios da Companhia de Jesus. PEREIRA, Luiz Gonzaga, *Igreja de S. Roque*, in *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, 1927.



Fig.7. Do lado esquerdo da imagem encontra-se parcialmente visível a fachada do edifício onde viria a ser instalado o Museu, antes do início das primeiras obras de remodelação projectadas pelo Arquitecto Adães Bermudes, que tiveram início em 1902. Note-se o semblante seiscentista da fachada, de linhas simples e austeras, comuns à arquitectura de influência militar, praticada pela Companhia de Jesus. O edifício visível ao centro é o da antiga Companhia das Carruagens Lisboenses. Fotografia de autoria desconhecida, s/d. CML, Arquivo Fotográfico, código de referência PT/AMLSB/AF/LSM/000661.



Fig. 8. Vista parcial da fachada do edifício onde viria a ser instalado o Museu, situado do lado direito da Igreja de São Roque, antes do início das primeiras obras de remodelação iniciadas em 1902. É visível o corpo alto e estreito, anexo à igreja, que terá sido demolido nas mesmas obras. Fotografia de autoria desconhecida, s/d. CML, Arquivo Fotográfico, código de referência PT/AMLSB/AF/LSM/000339.



Fig. 9. Vista parcial da fachada do edifício onde viria a ser instalado o Museu, situado do lado direito da Igreja de São Roque, antes do início das primeiras obras de remodelação iniciadas em 1902. É visível o corpo alto e estreito, anexo à igreja, que terá sido demolido nas mesmas obras. Fotografia de autoria desconhecida, finais do século XIX. SCML, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Fig.10. Gravura do século XIX, onde é visível o corpo alto e estreito, anexo à igreja, que terá sido demolido por volta de 1902. “S. Roque e os seus Artistas”, in *Revista Municipal*, Ano XIV, nº58, Publicação Cultural da Câmara Municipal de Lisboa, 3º Trimestre de 1953.



Fig.11. Gravura da autoria de Coelho Pedrozo, provavelmente de finais do século XIX, na qual é também visível parte do edifício onde se encontra actualmente instalado o Museu de São Roque. Também nesta gravura é visível o corpo estreito e alto que terá sido demolido, porém, é curioso que, ao contrário da anterior gravura e desenho, neste só foram representadas seis janelas no dito corpo, em vez das supostas sete, sendo isto revelador de que estes desenhos são apenas ilustrativos da realidade. “Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Antiga Casa Professa dos Jesuítas em São Roque”, in *Archivo Pittresco*, Semanário Ilustrado, volume 5, 1862.

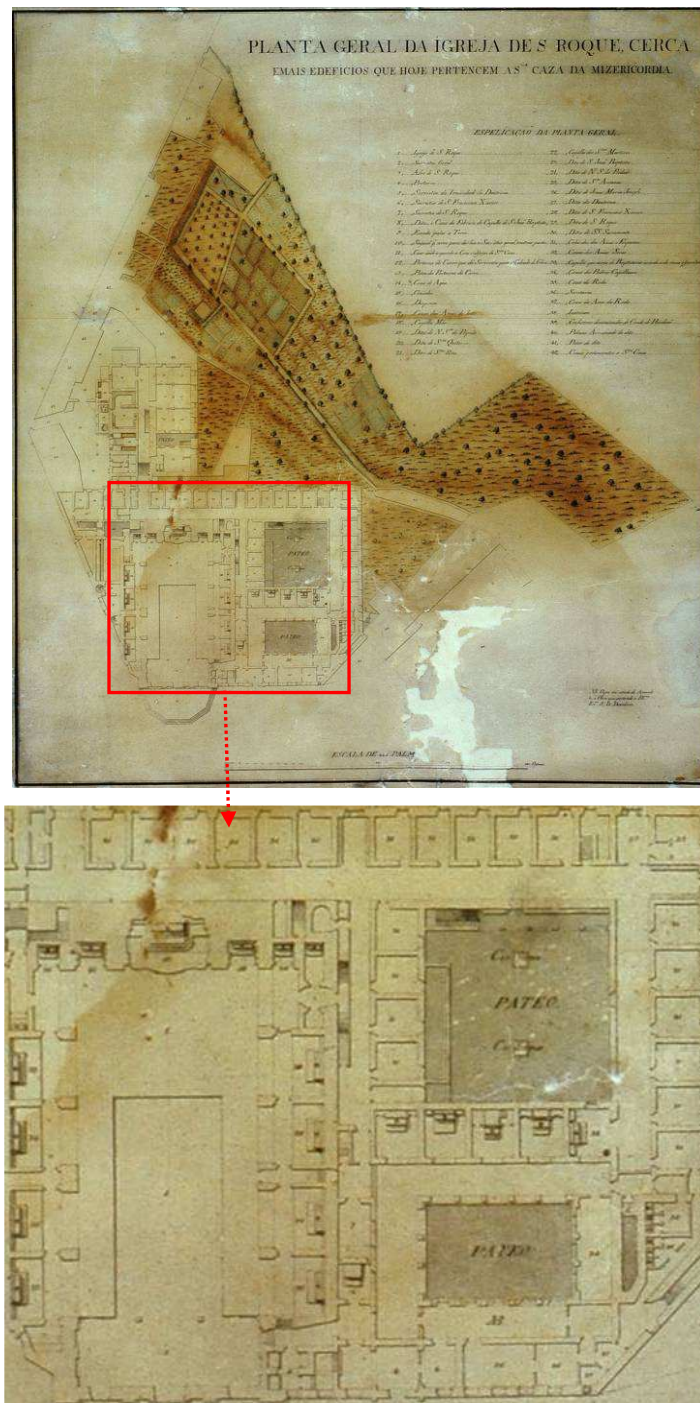


Fig.12. *Planta Geral da Igreja de São Roque, cerca e mais edifícios que hoje pertencem à Santa Casa da Misericórdia.* Nesta planta são visíveis os espaços que provavelmente terão constituído a Casa Professa da Companhia de Jesus (Igreja e zona residencial). A partir de 1768, a zona residencial passou a ter uma função social e institucional, após a doação do edifício, pelo Marquês de Pombal, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. As campanhas que terão decorrido entre esta data e 1828, terão tido como propósito a adaptação da zona residencial às necessidades da Santa Casa, tendo esta planta, muito provavelmente, servido de base às obras de alteração. SCML, Arquivo Histórico, *Planta Geral da Igreja de São Roque, cerca e mais edifícios que hoje pertencem à Santa Casa da Misericórdia*, c. 1808. Sem cota. Referência 303 do processo de restauro do Arquivo Histórico da SCML.



Fig.13. Retrato do provedor José Maria da Silva Torres, arcebispo de Palmira, (provedor da SCML de 1851 a 1854), pintura a óleo sobre tela, da autoria de Eduardo Malta, meados do século XX. SCML, Museu de São Roque, colecção de pintura, inv. Pin.34. Fotografia de autoria desconhecida, s/d. SCML, Arquivo Fotográfico, sem cota. Publicado em CARDOSO, Rogério Seabra, *Provedores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa desde 1851*, Arquivo Histórico/ Biblioteca da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1995, p.3 e CAETANO, Joaquim Oliveira, *Pintura. Século XVI ao Século XX. Colecção de Pintura da Misericórdia de Lisboa*, 1998, p.135.



Fig.14. Fachada do edifício dos Banhos Termais de São Paulo. Projecto da autoria de Pierre Joseph Pézerat, realizado em 1853-57 para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Fotografia de Armando Serôdio, 1968. CML, Arquivo Fotográfico, código de referência PT/AMLSB/AF/SER/S05319.

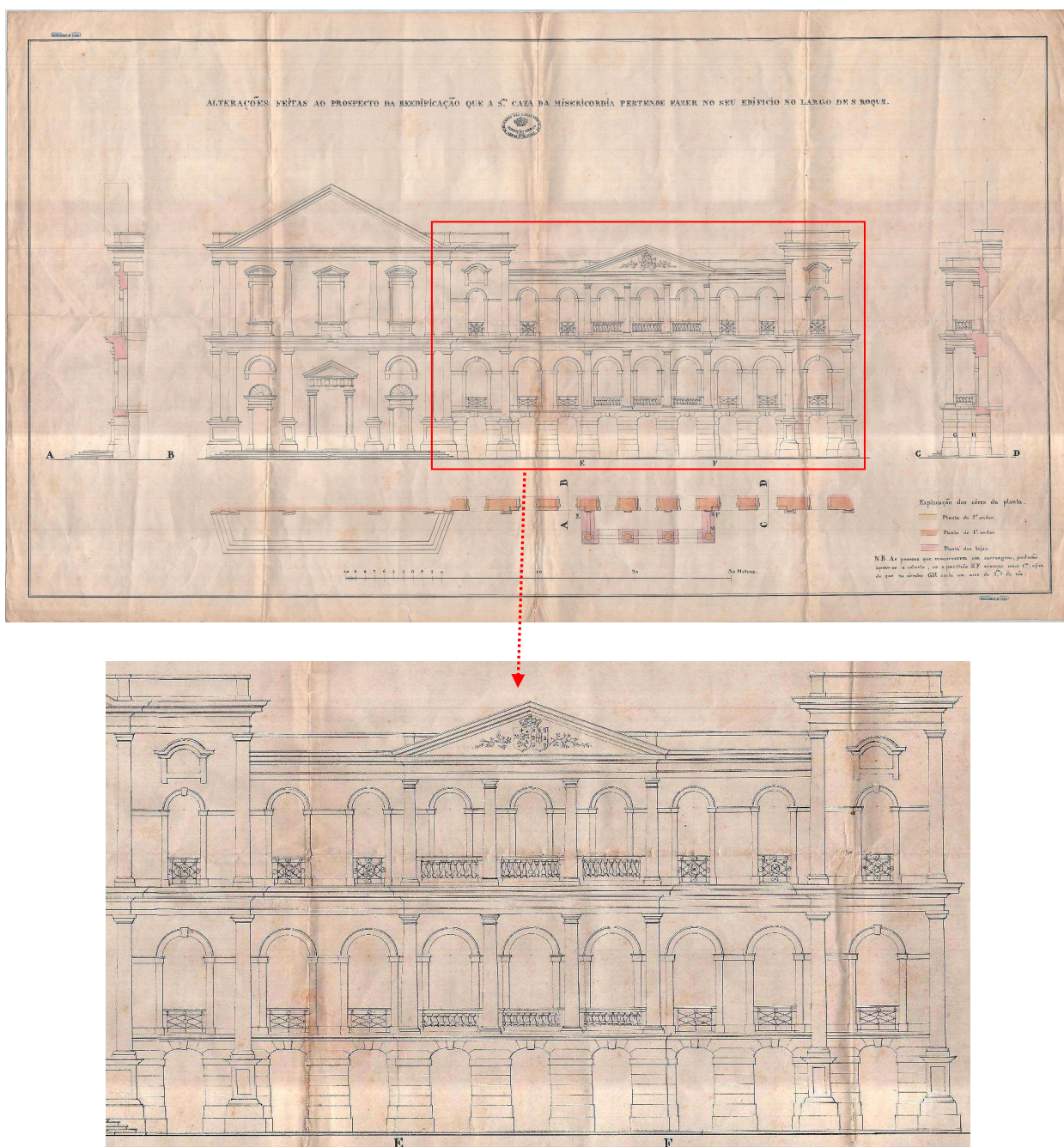


Fig.15. Projecto de remodelação da fachada do edifício sede da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, da autoria de Pierre Joseph Pézerat. Neste desenho inédito são também visíveis a fachada da Igreja e alguns cortes que ilustram as volumetrias pretendidas para o edifício. O projecto de Pezerat, ao nível da fachada, nunca terá chegado a ser concretizado, provavelmente devido à precária situação financeira em que se encontrava a Misericórdia de Lisboa e à mudança da administração, tendo o novo provedor optado por aplicar os recursos da instituição na assistência aos mais carenciados. SCML, Arquivo Histórico, *Obras, Projecto de Obras para a Sala do Conselho de Beneficência, no edifício da Misericórdia, 1858*, Maço 3, Processo N.º33, “Alterações feitas ao prospecto da reedificação que a S.^{ta} Caza da Misericórdia pretende fazer no seu edifício no Largo de S. Roque”.



Fig.16. Largo Trindade Coelho por ocasião da extracção da lotaria. Do lado direito da fotografia é visível o edifício da Companhia de Carruagens Lisboenses, com fachada virada a oeste, para o Largo, cuja parede norte se encontrava adossada à parede este da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, do lado esquerdo da foto. Em 1854, a decisão de construção do edifício da Companhia de Carruagens colocou em causa o projecto de Pézerat relativo à fachada do edifício da Santa Casa, uma vez que, o extremo norte do prédio da Companhia iria incidir no recanto do lado este do edifício da Santa Casa. Pormenor de fotografia de Joshua Benoliel, 1908. CML, Arquivo Fotográfico, código de referência PT/AMLSB/AF/JBN/000261.



Fig.17. Frontispício do *Catalogo Illustrado da Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola* celebrada em Lisboa em 1882 sob a protecção de Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Luiz I e a Presidencia de Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Fernando II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882.



Fig.18. Retrato do provedor António Augusto Pereira de Miranda (provedor da SCML de 1887 a 1922), pintura a óleo sobre tela, de autoria desconhecida, meados do século XX. SCML, Museu de São Roque, colecção de pintura, inv. Pin.40. Fotografia de autoria desconhecida, s/d. SCML, Arquivo Fotográfico, sem cota. Publicado em CARDOSO, Rogério Seabra, *Provedores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa desde 1851*, Arquivo Histórico/ Biblioteca da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1995, p.91 e CAETANO, Joaquim Oliveira, *Pintura. Século XVI ao Século XX. Colecção de Pintura da Misericórdia de Lisboa*, 1998, p.137.

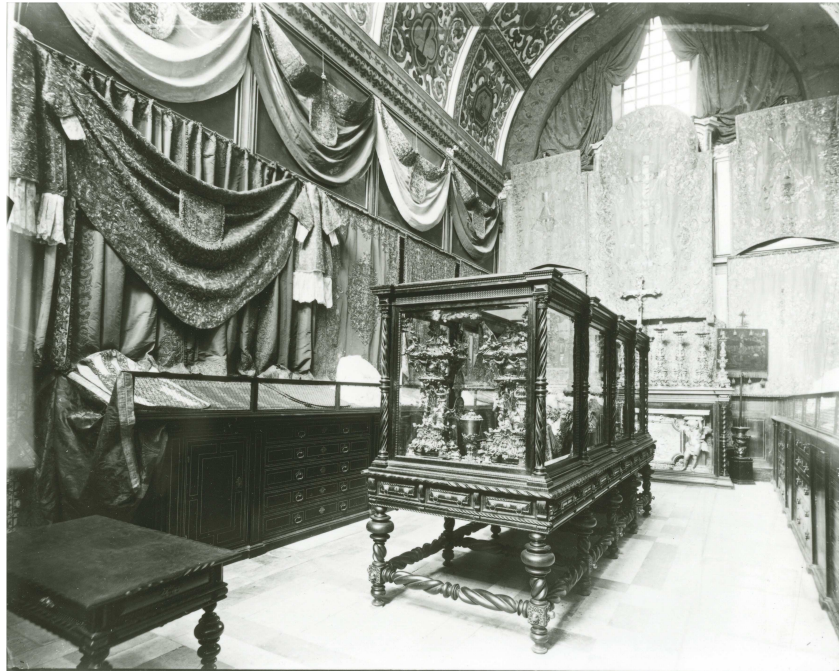


Francisco Ribeiro da Cunha

Fig.19. Retrato de Francisco Ribeiro da Cunha. Coleccionador de arte que colaborou na adaptação da sacristia à apresentação pública do tesouro da Capela de São João Baptista. Gravura publicada em “O thesouro da capella de S. João Baptista. A sua exposição permanente”, in *Diário de Notícias*, n.º 14.051, 11 de Janeiro de 1905. Gravura publicada em MORNA, Teresa Freitas, “O Museu de São Roque – 100 Anos de História – 1905-2005”, in MORNA, Teresa Freitas, (Coord.), *100 anos Museu de São Roque*, 2005, p.23.



Figs.20 e 21. Exposição da colecção da Capela de São João Baptista. Por decisão do Provedor e Ministro do Reino, António Augusto Pereira de Miranda, foi exposta pela primeira vez a colecção da Capela de São João Baptista na sacristia da Igreja de São Roque, em 1898. Neste processo colaborou também Francisco Ribeiro da Cunha. É notório o excesso de peças relativamente à área expositiva, bem como o deficiente suporte dos paramentos pendurados na parede. Fotografias de autoria desconhecida, 1898. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota. Publicadas em MORNA, Teresa Freitas, “O Museu de São Roque – 100 Anos de História – 1905-2005”, in MORNA, Teresa Freitas, (Coord.), *100 anos Museu de São Roque*, 2005, p.17.



Figs.22 e 23. Primeira exposição da colecção da Capela de São João Baptista na sacristia da Igreja de São Roque, em 1898. Também nestas imagens é patente o excesso de peças relativamente à área expositiva, e as deficientes condições de conservação em que os paramentos se encontravam. Fotografia de autoria desconhecida, 1898. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota. Publicadas em MORNÁ, Teresa Freitas, “O Museu de São Roque – 100 Anos de História – 1905-2005”, in MORNÁ, Teresa Freitas, (Coord.), *100 anos Museu de São Roque*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2005, p.17.

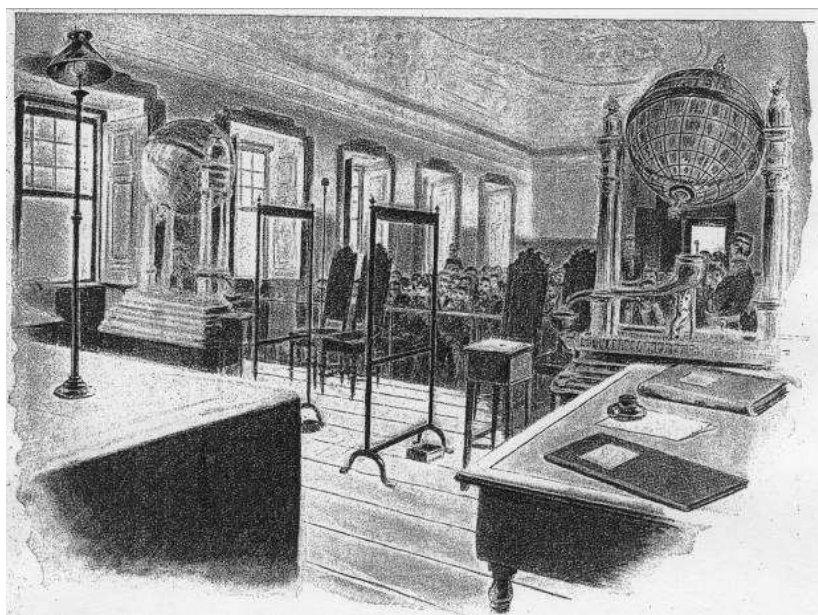
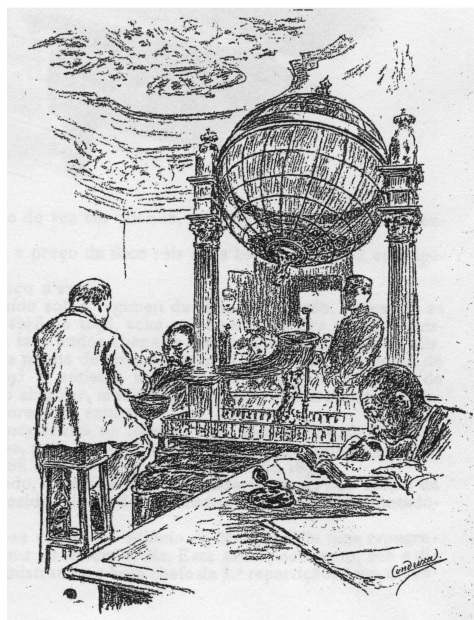
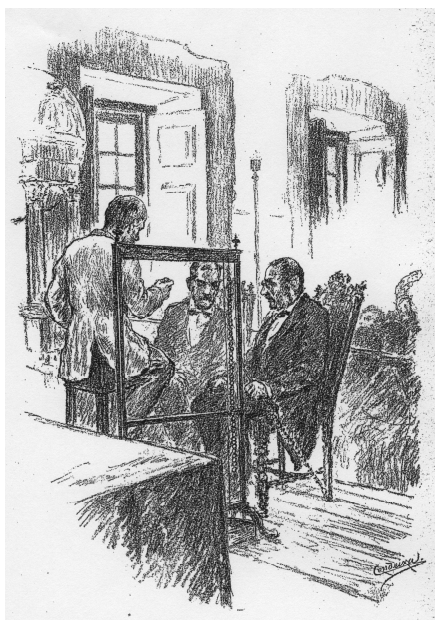


Fig.24. Interior da antiga Sala de Extracções da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, conhecida actualmente por Sala do Brasão, onde viria a ser instalado o Museu, por iniciativa de Pereira de Miranda e projecto de Adães Bermudes. Gravura da autoria de Ernesto Condeixa, publicada em CAMELIER, George, “As Loterias” in *Branco e Negro*, n.º24, 1986, p.8, e MORNA, Teresa Freitas, *O Museu de São Roque – 100 Anos de História – 1905-2005*, in OLIVEIRA, Maria Helena, (Coord.), *100 anos Museu de São Roque*, 2005, p.20.



Figs.25 e 26. Interior da antiga Sala de Extracções da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Na zona superior da segunda gravura é visível o brasão da Misericórdia, em estuque, da autoria do mestre Giovanni Grossi. Gravuras da autoria de Ernesto Condeixa, publicadas em CAMELIER, George, “As Loterias”, in *Branco e Negro*, n.º24, 1986, p.8.

CAPÍTULO II

PRINCIPAIS INTERVENÇÕES ESTRUTURAIS DO SÉCULO XX

2.1. O PROJECTO DO ARQUITECTO ARNALDO REDONDO ADÃES BERMUDES (1902-1904)

Arnaldo Redondo Adães Bermudes (1864-1948)⁷⁷ (fig.27), era já um prestigiado arquitecto, com obra realizada na Santa Casa da Misericórdia Lisboa, quando foi convidado a executar o projecto de readaptação da antiga sala de extracções ao novo espaço museológico.

Da sua contribuição para esta instituição destaca-se o Jazigo dos Beneméritos (1903-1905) que, apesar de projectado e executado quase em simultâneo com o projecto de readaptação da sala para o museu (1902-1904), apresenta uma estética totalmente distinta (figs.28 e 29). Estas diferenças são, por si só, reveladoras de diferentes conjunturas, uma em que o arquitecto se viu perante uma obra a ser projectada de raiz, onde sentiu liberdade para expressar uma estética exuberante, revivalista e neo-manuelina, tão do agrado do seu trabalho, e reveladora da importância da instituição encomendante, e outra em que interveio sobre um edifício já existente, sentindo assim necessidade de preservar a sobriedade maneirista da estética do edifício original e da igreja, mantendo a uniformidade do conjunto.

Um pouco anterior é também seu o projecto para a construção da nova sala de extracções da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1899-1900) (figs. 30 a 36), erigida no antigo claustro situado na zona posterior, também conhecido por claustro das cisternas, cuja obra, apesar de englobar uma profunda intervenção formal, não teve repercussões nas fachadas exteriores do complexo da Santa Casa.⁷⁸

Com base na documentação disponível, sabemos que os contactos mantidos entre a Santa Casa e Arnaldo Adães Bermudes, relacionados com a construção de um espaço para conservação e exposição do valioso tesouro da Capela da São João Baptista, terão tido início em 1902. Porém,

⁷⁷ Para Arnaldo Redondo Adães Bermudes veja-se o *Elenco Biográfico*, p.184.

⁷⁸ Acerca do projecto de construção da sala de extracções entre 1899 e 1900, da autoria de Adães Bermudes, vejam-se os documentos inéditos em: SCML, Arquivo Histórico, *Obras, A Sala de Extracções, Orçamento, plantas e condições do concurso para arrematação da construção da nova Sala das Extracções, 1899-1900*, Caixa 3, Processo N.º21.

o que a maioria das pessoas desconhece é que, apesar do espaço seleccionado ter sido um dos mais nobres da instituição, com a fachada principal virada ao Largo e ao público, este não terá sido o único local a ser considerado, como nos comprova um ofício da época.

A 10 de Julho de 1902, Adães Bermudes terá remetido ao provedor da Santa Casa, Pereira de Miranda, um ofício referente ao *projecto das obras necessárias para a instalação do tesouro da Capela de S. João Baptista na enfermaria ao lado da Calçada da Glória*. Aparentemente, apesar do objectivo inicial ter sido a construção do museu, através de *obras de regularização da fachada e corpo central do edifício*, no local onde este viria então a ser erigido, as preocupações com a segurança do espólio, nomeadamente, contra o risco de incêndio, e as questões orçamentais, levaram ao surgimento de outras soluções.

Inicialmente terão estado em cima da mesa duas hipóteses distintas, ambas para o edifício principal, a primeira, *cujo orçamento era de 5.000\$000 reis*, incluía uma construção em materiais comuns, *que não garantiam o museu contra o risco de incêndio*, e a segunda, que incluía *materiais incombustíveis*, cujo valor ascendia aos 8.202\$000 reis.⁷⁹

Tendo o provedor considerado excessivo o valor desta última hipótese, terá pedido a Adães Bermudes que estudasse uma terceira solução, aparentemente propondo a instalação do museu num edifício virado à Calçada da Glória, ou seja, do lado posterior do complexo. Face a esta proposta, o arquitecto Adães Bermudes emitiu o seu parecer, alegando que a instalação do museu no edifício central da Santa Casa, teria mais vantagens, tanto económicas como de segurança, tendo demonstrado isto da seguinte forma: 1) *A reconstrução da fachada e corpo central, em materiais incombustíveis, servindo à instalação do museu*, teria o custo de 8.202\$000; 2) *A mesma reconstrução em materiais usuais, não servindo para a instalação do museu*, teria um custo de 5.000\$000, ao que teria de ser acrescida a *instalação do museu na enfermaria da Calçada da Gloria*, com o custo de 3.580\$000. 3) *A diferença para mais desta segundo hipótese, relativamente à primeira seria de 366\$000*.

Simultaneamente o arquitecto alegou ainda que *em vista do exposto*, [pareceria] *preferível instalar o tesouro da Capela de São João Baptista na parte nobre do edifício, de fácil acesso e policiamento, em condições de absoluta segurança de que a própria tesouraria da Santa Casa beneficiaria*, [acrescentando] *que os serviços desta não sofreriam a menor interrupção ou estorvo com estes trabalhos*.⁸⁰

⁷⁹ SCML, Arquivo Histórico, *Obras, Reconstrução do edifício principal Largo S. Roque, Tesouraria e Sala do Tesouro da Capela de S. João Baptista, 1902*, Maço 3, Processo N.º17, ofício do arquitecto Adães Bermudes ao provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 10 de Julho de 1902.

⁸⁰ *Ibidem*.

O provedor e a Mesa da Santa Casa terão concordado com este parecer, tendo então sido dado início à elaboração do projecto para a construção do museu no local em que permanece actualmente. Assim, para a decisão de instalação do Museu de São Roque num dos locais mais privilegiados do complexo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, muito terá contribuído o parecer do arquitecto Adães Bermudes.

Antes da intervenção projectada por este arquitecto, a fachada principal, onde viria a incidir maioritariamente a sua acção, mantinha um semblante seiscentista, de linhas simples e austeras, comuns à arquitectura de influência militar praticada pela Companhia de Jesus (figs. 7 a 9). O empreiteiro responsável pelas obras realizadas na sala onde foi instalado o museu e áreas circundantes foi António Ribeiro⁸¹, tendo o processo sido acompanhado e fiscalizado pelo desenhador Francisco Soares O'Sullivan⁸².

Assim, a 12 de Setembro de 1902, o arquitecto Adães Bermudes apresentou aos responsáveis pela Santa Casa as *Condições e Caderno de Encargos para as obras de demolição e construção a fazer na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para a regularização da fachada principal e adaptação da antiga sala das extracções e anexos, à sala do tesouro da Capela de São João Baptista e arquivo*.⁸³ Os trabalhos previstos consistiam em acções maioritariamente estruturais, compreendendo *a demolição completa das escadas de pedra e madeira, que [dava] serventia à antiga sala das extracções, e da casa ao nível das tribunas da igreja, das paredes que [formavam] o corpo da mesma junto à igreja, até ao nível da cimalha do edifício da Misericórdia. [A] demolição da cimalha e levantamento dos madeiramentos de coberturas, vigamentos, soalhos das salas da frente (antiga sala das extracções) e salas contíguas. [A] demolição dos arcos de ressalva⁸⁴, peitoris e lanços de parede e arranque de todas as ombreiras, peitoris e vigas necessárias à adaptação das novas janelas e portas da fachada principal. [A] demolição de todas as divisórias da casa ao nível das tribunas da igreja, e dos lanços de parede para abertura das portas no arquivo e aferroamento⁸⁵ de todas as paredes. [E*

⁸¹ Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/OA/MS/04/Lv 016, fl.225v, (9 de Outubro de 1902). Para António Ribeiro veja-se o Elenco Biográfico, p.183.

⁸² Para Francisco Soares O'Sullivan veja-se o Elenco Biográfico, p.186.

⁸³ SCML, Arquivo Histórico, *Obras, Reconstrução do edifício principal Largo S. Roque, Tesouraria e Sala do Tesouro da Capela de S. João Baptista, 1902*, Maço 3, Processo N.º17, Condições e Caderno de Encargos apresentados pelo arquitecto Arnaldo Redondo Adães Bermudes à SCML, de 12 de Setembro de 1902.

⁸⁴ Arco de ressalva ou arco de descarga é um arco geralmente colocado na alvenaria de uma parede, sobre a verga de pedra de uma porta ou janela, de modo a aliviar a concentração do peso na verga, distribuindo-o pelas ombreiras. Cf. RODRIGUES, Maria João Madeira, SOUSA, Pedro Fialho de, BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira, *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*, 2005 (1.ª edição em 1990), p.37.

⁸⁵ Aferroar significa picar com ferrão, ou ponta de ferro. Cf. FIGUEIREDO, Cândido, *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa*, 1989, pp.37 e 644.

o] *arranque e aproveitamento de todos os azulejos da antiga sala de extracções e salas contíguas.*⁸⁶

No que diz respeito à reconstrução, o caderno de encargos previa a utilização de alvenaria ordinária *de calcário duro e limpo [...] assente em argamassas de cal em pó ao traço de 1:2*, na generalidade das paredes e no tapamento de vãos suprimidos e, simultaneamente alvenaria de tijolo na cimalha do edifício, nos arcos de ressalva sob os peitoris, nas padieiras, ombreiras, e nas paredes e abobadilhas entre as vigas de ferro da Sala do Tesouro e no corredor contíguo. Previam-se a colocação de novas cantarias, provenientes das pedreiras de Sintra, nas molduras dos vãos, e a encomenda de mísulas, balaústres, degraus, e outros. Adães Bermudes pretendia que fosse utilizada nas argamassas areia do Barreiro, *de grão igual e forma angulosa e isenta de argila, terra ou substâncias estranhas*, e nos estuques, areia do Rio Seco. É curiosa a forma como este arquitecto pormenorizava as especificações dos materiais a utilizar, referindo por exemplo que a cal para as argamassas ordinárias deveria ser cozida a carvão, e a dos rebocos a lenha. Os soalhos da escada de serviço, pavimentos e rodapés dos novos arquivos, deveriam ser executados em madeira de pinho, proveniente do pinhal de Leiria, ou *Pinhal Real*, e os degraus da escada principal em *pitch pine*, com corrimão em mogno. Para o fasquiamento deveria ser usada a madeira de Abeto (*Spruce*) e nos rodapés, caixilhos e portas, a madeira de casquinha. A cobertura da Sala do Tesouro seria composta por cinco asnas de ferro, ligadas com vigas para a formação de abóbada. Tanto esta área, como as escadas principal e de serviço deveriam ser cobertas com telha Marselha, de primeira qualidade. Previam-se a aplicação de mosaicos em duas cores, de fabricação nacional, *nos pavimentos e rodapés do vestíbulo, entrada principal, portaria, sala do tesouro e corredor*. A aplicação do pavimento deveria ser executada com argamassa para assentamento de mosaico à base de cimento, cal e areia, ao traço de 1:2:3.

Numa solução usual na época, Adães Bermudes propôs a execução do pavimento da Sala do Tesouro (elemento divisório entre o piso térreo e o piso superior) em abobadilha de tijolo, assente em vigas transversais em ferro, suportadas por uma viga longitudinal, assente em duas colunas de ferro fundido (**fig.37**).⁸⁷

A escada principal e galeria deveriam ser ornamentadas por uma grade em ferro forjado, com ornamentos, segundo desenho fornecido pelo próprio arquitecto.⁸⁸

⁸⁶ SCML, Arquivo Histórico, *Obras, Reconstrução do edifício principal Largo S. Roque, Tesouraria e Sala do Tesouro da Capela de S. João Baptista, 1902*, Maço 3, Processo N.º17, Condições e Caderno de Encargos apresentados pelo arquitecto Arnaldo Redondo Adães Bermudes à SCML, de 12 de Setembro de 1902.

⁸⁷ Cf. *Idem*, *Projecto para a instalação do Tesouro da Capela de S. Roque na Misericórdia de Lisboa*.

⁸⁸ Cf. *Idem*, Condições e Caderno de Encargos apresentados pelo arquitecto Arnaldo Redondo Adães Bermudes à SCML, de 12 de Setembro de 1902.

A 12 de Março de 1903, A Mesa da Misericórdia de Lisboa deliberou aceitar um conjunto de alterações ao projecto inicial⁸⁹, as quais se encontram discriminados no documento apresentado a 27 de Maio do mesmo ano. Neste documento, Adães Bermudes apresentou à Mesa uma *Memória descritiva das obras a mais no edifício da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, na qual referia que: *Depois de aprovado o primeiro projecto da modificação da fachada e construção de uma sala para o tesouro da Capela de [S. João Baptista da Igreja de] São Roque, resolveu-se aumentar a altura das janelas da frente e dar mais pé direito à dita sala. Disto resultou [o] aumento de cantarias nas ombreiras das janelas da frente e o acrescentamento nas cantarias das janelas posteriores, [o] aumento da caixilharia e portas das janelas da frente e substituição da das janelas posteriores. Para dar à fachada o carácter de edifício publico que devia ter, collocaram-se frontões nas janelas de sacada dos extremos e sobre o frontão central do edificio as armas da Santa Casa (fig.39). A fim de aumentar a tesouraria, suprimiu-se uma parede divisória anexando-se à tesouraria o vestíbulo que dava ingresso ao pátio das amas.*⁹⁰

Na zona da tesouraria, também conhecida por sala da 4ª repartição ou contadaria, foi levantado todo o soalho que se encontrava em mau estado e substituído parte do vigamento.

Finalmente, a mais importante alteração ao projecto inicial foi o *apeamento da parede da frente, obra a mais que teve de fazer-se visto o péssimo estado de conservação em que se achava (fig.38)*. Foram ainda demolidas *as duas paredes do corredor e portaria que ameaçavam ruína*. Aproveitando a concretização destas demolições, o arquitecto optou por realizar um *grande vestíbulo no rés-do-chão desde a porta junto à Igreja até à tesouraria, e no primeiro andar [por] substituir as paredes apeadas por paredes em tijolo, assentes sobre vigas de ferro, [dando] maior regularidade aos vãos.*⁹¹

Paula Noé analisou os documentos de despesa do cofre da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, tendo discriminado com grande pormenor os trabalhos realizados, os trabalhadores envolvidos, os materiais e os custos inerentes à empreitada. Destas informações merecem destaque, por não se encontrarem nos documentos referidos anteriormente, outros trabalhos, nomeadamente, a execução em abóbada de tijolo do tecto da Sala do Tesouro (sala do museu) posteriormente estucado, ao nível da sanca e tecto, por Manuel Ennes Trigo. Na opinião de Teresa Morna, durante as obras, terá sido mantido o brasão oitocentista do tecto com o monograma da instituição, baseando-se para isso na consulta efectuada à Academia de Belas

⁸⁹ Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/AO/MS/04/ Lv 016, fl.242v, 243, 256v e 261 (12 de Março, 28 de Maio e 2 de Julho de 1903).

⁹⁰ SCML, Arquivo Histórico, *Obras, Reconstrução do edifício principal Largo S. Roque, Tesouraria e Sala do Tesouro da Capela de S. João Baptista, 1902*, Maço 3, Processo N.º17, *Memória descritiva das obras a mais no edifício da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, 27 de Maio de 1903.

⁹¹ Cf. *Ibidem*.

Artes de Lisboa, relativamente ao valor deste trabalho⁹², porém, com base na leitura das actas deste período, e segundo Paula Noé, o tecto terá sido demolido, juntamente com a fachada, tendo Manuel Ennes Trigo reproduzido os estuques originalmente executados por Giovanni Grossi, entre Dezembro de 1903 e Maio de 1904.⁹³ Esta situação só terá sido possível devido à realização de moldes, por este estucador, previamente à demolição. Terão sido efectuados moldes em gesso dos ornatos de um canto e centro da sanca, bem como das armas do tecto, com o intuito de que fossem realizados contra-moldes em barro para posterior reprodução a gesso. Nesta empreitada, Ennes Trigo terá ainda estucado as paredes e tectos do vestíbulo, da escada e da antecâmara da Sala do Tesouro. Todos os estuques terão sido pintados e dourados por Caetano Nogueira, e o pavimento revestido a mosaico.⁹⁴

As obras foram concluídas em Outubro de 1904, com um custo superior a 12.500.000 réis⁹⁵, tendo esta sido, provavelmente, a maior intervenção arquitectónica deste espaço ao longo do século XX.

O discurso museográfico implementado foi, como era comum na época, pautado por um excesso de vitrinas que se interceptavam e impediam a adequada visibilidade dos objectos expostos. A vontade de mostrar a totalidade da mais rica colecção da instituição levou a que o espaço disponível se viesse a revelar, mais uma vez, demasiado exíguo à apresentação. Por outro lado, a aquisição de exuberantes vitrinas, pintadas e douradas, e de outras de gosto revivalista, em madeira escura, com colunas torneadas, semelhantes ao volumoso expositor reutilizado da mostra ocorrida na sacristia, eram reveladores do espírito grandioso que a Santa Casa pretendia evidenciar (figs.40 e 41).

Em 1903, período em que decorria o processo de readaptação da sala à sua nova função museológica, o austríaco Alois Riegl escrevia e apresentava a sua obra *O Culto Moderno dos Monumentos*, na qual estabelecia princípios para a preservação histórica, com base na atribuição de valores aos monumentos. Este historiador de arte abordou simultaneamente os “valores de rememoração e de contemporaneidade” dos monumentos, dividindo genericamente estes últimos em “valor de utilização” e “valor de arte”. Por “valor de utilização”, subentendia-se que o monumento deveria atender às necessidades materiais do homem, ao contrário do “valor artístico” que dizia somente respeito às necessidades imateriais, ou da alma. Como referiu

⁹² Desta consulta resultou um parecer que sublinha a qualidade artística do trabalho, classificando-o como *um interessante espécimen do estilo rocaille*, e aconselhando a sua preservação. Cf. MORNA, Teresa Freitas, “O Museu de São Roque. 100 Anos de História. 1905-2005”, in MORNA, Teresa Freitas, (coord.), *100 anos Museu de São Roque*, 2005, p.20.

⁹³ Cf. NOÉ, Paula, *Op. Cit.*, p.51.

⁹⁴ Cf. *Ibidem*.

⁹⁵ Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Livro de Caixa*, n.º85, folha 125, Despesa 81.

Françoise Choay, *Ao lado do transcendente “valor da arte”, Riegl [colocou], com efeito, um valor terrestre de “utilização”, atendendo às condições materiais de utilização prática dos monumentos. Consubstancial ao monumento sem qualificativo este valor de utilização é, segundo Riegl, igualmente inerente a todos os monumentos históricos, quer tenham conservado o seu papel memorial original e as suas antigas funções, quer tenham recebido novos destinos, estando aí incluídas as funções museográficas.*⁹⁶ Esta noção de reutilização dos monumentos foi determinante para as posturas contemporâneas sobre o restauro arquitectónico e, em grande medida, foi o que aconteceu ao espaço onde foi instalado o Museu de São Roque, tendo o edifício sido reutilizado e readaptado a uma função museológica, estritamente ligada ao monumento original.

Após a remodelação deste espaço, de fachada renovada mas igualmente sóbria, o Museu de São Roque foi inaugurado a 11 de Janeiro de 1905 (figs. 44 a 46), tendo contado com a honrosa presença dos reis Dom Carlos e Dona Amélia, acompanhados dos Duques de Connaught e suas filhas (figs. 42 e 43), e da divulgação em jornais e periódicos da época (figs. 47 a 49).⁹⁷

Apesar de narrativamente excessivo, este espaço, criado no dealbar do século XX, era já revelador de uma clara preocupação conservativa e museológica⁹⁸, tornando-se num dos primeiros e mais relevantes museus de Lisboa. Nesta época, a abertura do museu ao público realizava-se apenas nas últimas quintas-feiras e domingos de cada mês, entre as 12h e as 16h.

Após 1911, ano em que foi promulgada a Lei da Separação do Estado e da Igreja, o Estado passou a ser o proprietário legal de todos os edifícios portugueses de âmbito religioso, nomeadamente, igrejas, catedrais, seminários e outros, tendo muito deste património artístico e religiosos sofrido dramáticas adaptações estruturais e decorativas, adequadas às novas funções, porém, perniciosas à integridade histórico-artística dos edifícios. Tal como acontecera em 1834, com a nacionalização dos bens das ordens religiosas, também em 1911 o conjunto de São Roque (igreja e casa professa) escapou aos intentos do Estado, devendo-se isto ao facto de a propriedade destes edifícios se encontrar sob a alçada da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Apesar desta instituição ter beneficiado do facto de, no século XVIII, muitos destes espaços terem perdido a sua função religiosa e terem sido readaptados a outras necessidades funcionais, é louvável o empenho da Misericórdia em manter, praticamente incólume e *in loco*, o património

⁹⁶ CHOAY, Françoise, *Alegoria do Património*, 2008, p.171.

⁹⁷ Cf. “O thesouro da capella de S. João Baptista – A sua exposição permanente”, in *Diário de Notícias*, n.º14.051, 11 de Janeiro de 1905.

⁹⁸ Relativamente à montagem do museu realizada em 1905, Maria João Madeira Rodrigues referiu: *agora já os problemas de conservação ocupam quem arrumou as espécies. Os paramentos foram encerrados em vitrines e a sua superabundância tem já uma certa medida.* RODRIGUES, Maria João Madeira, *Museu de São Roque*, 1968, s/n.º pp.

móvel e integrado da Igreja de São Roque. É também meritória a visão dos seus dirigentes e colaboradores, em construir num espaço anexo à igreja, um museu para exposição de parte do património móvel daquela, que de outra forma dificilmente estaria acessível ao público ou estaria destituído do seu contexto. Ainda muito antes do seu tempo, esta decisão viria a estar na origem da vontade manifestada, na década de 1960, pela conservadora Maria João Madeira Rodrigues, de reclassificar o Museu de São Roque como *Museu de Monumento*, inserindo-o assim num espírito de conjunto com a igreja.

2.2. A MUDANÇA ESTÉTICA DA FACHADA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA ATRAVÉS DO SEU REVESTIMENTO A AZULEJOS BISELADOS MONOCROMÁTICOS (1908)

Cerca de três anos após a obra do museu e da sua reabertura ao público, os responsáveis da instituição terão decidido intervir sobre as diversas frentes do edifício revestindo-as com azulejos biselados⁹⁹ monocromáticos (figs.50 e 51). Esta tipologia havia surgido em Portugal ainda no século XIX, porém manteve uma utilização recorrente nos inícios do século XX, particularmente como revestimento de fachadas. Podendo ser assentes com as juntas alinhadas ou desencontradas e na posição vertical ou horizontal, no caso de São Roque, os azulejos foram aplicados horizontalmente, com as juntas desalinhadas.

Na consulta da documentação interna relacionada com este assunto, não foi encontrado qualquer documento que revelasse se a decisão de revestir as fachadas com azulejos terá estado relacionada meramente com questões estéticas, ou se terão também existido razões técnicas, como a impermeabilização ou a mais fácil manutenção das paredes exteriores do edifício.

A 19 de Fevereiro de 1908, o encarregado de obras da Santa Casa, João Filipe Nunes Júnior, terá apresentado superiormente um orçamento para o revestimento a azulejo das frentes do edifício da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, *e bem assim dos prédios que lhe estão anexos*. As frentes mencionadas confinavam com a Rua de São Pedro de Alcântara e Calçada da Glória, *incluindo para a primeira destas ruas a parte que corresponde à Igreja de São Roque*.

⁹⁹ Os azulejos biselados têm forma rectangular, na proporção de 1:2, apresentando as extremidades chanfradas. São mais espessos que a maioria dos azulejos e apresentam uma decoração monocromática, porém, a incidência da luz sobre os mesmos produz variações de tonalidades, dependendo da incidência da luz sobre as superfícies planas e os chanfros. Podem ser assentes com as juntas alinhadas ou desencontradas, e na posição vertical ou horizontal. Cf. BACKHEUSER, Luiz Alberto Fresl, “Os ‘Brasileiros’ e a azulejaria exterior portuense do século XIX”, in *Arquitextos*, n.º 069.05, Fevereiro de 2006, disponível em portal Vitruvius (<http://vitruvius.es/revistas>), consultado em 26 de Junho de 2010.

Simultaneamente, deveriam ser lavadas e consertadas as cantarias de todos os vãos e socos, pintados os vãos de caixilhos e aros das janelas e as portas que davam para as ruas. Segundo o orçamento apresentado, os azulejos a aplicar deveriam ser da Fábrica de Sacavém¹⁰⁰, em *tom rebuçado*, perfazendo a totalidade dos trabalhos *a quantia de seis contos de reis*.¹⁰¹

Nos documentos de despesa desta época encontramos várias folhas relativas ao pagamento da fêria a diversos trabalhadores, dizendo estas respeito ao *orçamento para a despesa a fazer com o trabalho de revestir d'azulejos as frentes do edifício da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, etc.*, mais uma vez da autoria do encarregado de obras, João Filipe Júnior. Nesta empreitada terão estado envolvidos diversos operários, entre os quais, carpinteiros, pedreiros, canteiros e serventes¹⁰², tendo os trabalhos durado cerca de dois meses. A empreitada terá tido início a 25 de Abril de 1908 tendo a última referência encontrada a data de 27 de Junho de 1908. Porém, não é certo que tenha terminado nesta data pois faltam em arquivo os

¹⁰⁰ A Fábrica de Louça de Sacavém foi fundada em 1856 por Manuel Joaquim Afonso, tendo originalmente apenas o nome de Fábrica de Sacavém. A sua localização próxima do Rio Trancão permitia o fácil descarregamento da lenha para os fornos, o fornecimento de matéria-prima e o escoamento da produção. Sacavém era, nesta época, uma região ainda bastante rural, porém, já com diversos núcleos industriais. A instalação da fábrica neste local permitiu, por via do Rio Trancão, do Rio Tejo e dos caminhos-de-ferro, o escoamento dos produtos cerâmicos para a capital, e daí para o resto do país. Na década de 1860, após diversos infortúnios, a fábrica de Sacavém terá passado para as mãos do inglês John Stott Howorth, tendo adquirido, a partir de 1870, o nome de Fábrica de Louça de Sacavém. John Howorth terá gerido a fábrica até 1889, tendo-lhe inculido um *maior domínio dos processos industriais, um progressivo apetrechamento mecânico e uma maior diversificação de produtos*. Em 1889, a fábrica obteve uma menção honrosa na Exposição Universal de Paris e, em 1893, uma medalha de ouro na Exposição Industrial Portuguesa. James Gilman, secretário de John Stott Howorth, tê-lo-á substituído na fase final da sua vida, tendo posteriormente assumido o comando da fábrica e investido em maquinaria e na ampliação e especialização dos espaços, nomeadamente, em 1906, com a instalação de fornos para azulejos. Em 1908, surgiram algumas inovações, tais como os painéis artísticos, executados industrialmente e os azulejos decorativos para fachadas e interiores de edifícios. A partir de 1929, Herbert Gilbert terá sido aceite por Raul Gilman (filho de James Gilman) como sócio da fábrica e, em 1962, Leland Gilbert (filho de Herbert Gilbert) sucedeu ao seu pai na gestão da mesma. Ao longo da década de 1960, a fábrica atravessou um período difícil, tendo para isto contribuído, segundo os relatórios da época, a má gestão da empresa. Em 1989, a Fábrica de Louça de Sacavém acabou por encerrar e, em 1994, apesar dos planos de recuperação, foi declarada falida. Cf. ASSUNÇÃO, Ana Paula, ANICETO, Jorge Vasconcelos, *História da Fábrica de Louça de Sacavém*, 2000. Ao longo da sua história, a Fábrica de Louça de Sacavém atravessou diversas conjunturas, tendo fornecido os seus produtos aos mais diversos mercados, desde hotéis a hospitais, tanto em Portugal, como além-mar. Entre os seus clientes, encontrava-se também a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, através da aquisição das loiças utilizadas nas cozinhas económicas e no serviço de jantar com as armas da instituição, das quais se guardam alguns exemplares no Museu de São Roque.

¹⁰¹ SCML, Arquivo Histórico, *Obras, Orçamentos de diversas obras feitas nos edifícios da Misericórdia, 1908*, Maço 3, Processo 5, orçamento do encarregado de obras, João Filipe Nunes Júnior, de 19 de Fevereiro de 1908.

¹⁰² Entre os nomes dos trabalhadores envolvidos nesta empreitada encontravam-se: Manuel Otero, António Sabino, António Carlos, António Mello e Manoel Rodrigues (carpinteiros); Manuel da Costa, António Ferreira, José Joaquim, António Bento, Joaquim Mello, Joaquim António, José Pavão, José Duarte e João Pereira (pedreiros); José Lopes, José Gomes e Manuel José (canteiros); José Pinheiro, Paulo Pinheiro, Alfredo Ferreira, Filipe Pedroso, Carlos Teixeira, João de Oliveira, José da Costa, José Guilherme, Pedro Martins, José Filipe, José Mendes, Bento Dias, Domingos Fernandes, Raúl de Oliveira, António Teixeira, José de Araújo, Tehomar(?) Ventura e Francisco Silva (serventes).

documentos referentes à fêria do mês de Julho de 1908, sendo que a partir do dia 25 deste mês já não há qualquer referência a esta empreitada.¹⁰³

Curiosamente, junto da folha de fêria relativa à semana de 20 de Junho de 1908¹⁰⁴, encontrava-se uma factura da Fábrica Nacional de Louça Constância¹⁰⁵ (**fig.52**), datada de 5 de Maio do mesmo ano e assinada por Miguel José Sequeira, no valor total de *um conto cento e dez mil reis*, relativa ao fornecimento de *30.000 azulejos*, à colocação dos mesmos, e a *30 fretes de carroças*.¹⁰⁶ Este documento vem lançar a dúvida relativamente à origem dos azulejos aplicados na fachada do edifício de São Roque: afinal terão sido utilizados azulejos da Fábrica de Sacavém, da Fábrica Constância, ou de ambas?

Apesar da resposta mais lógica parecer, à partida, aquela de que possuímos a factura, ou seja, a Fábrica Constância, então porque razão, a 29 de Setembro do mesmo ano João Filipe Júnior terá apresentado um novo orçamento, no valor de *novecentos e setenta e seis mil reis*, com finalidade semelhante, desta feita para revestimento da *frente principal do edifício da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa que [confinava] com o Largo de São Roque*, mais uma vez com azulejos provenientes da Fábrica de Sacavém, no mesmo tom?¹⁰⁷

Também não foi encontrada qualquer referência a estes trabalhos nas folhas de fêria do mês de Agosto e primeira semana de Setembro¹⁰⁸, todas assinadas pelo encarregado da obra João Filipe Júnior, surgindo apenas a partir da semana de 12 de Setembro a menção ao *orçamento*

¹⁰³ Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Documentos de despesa*, Cota A-519, Folha de fêria n.º2522, de 25 de Abril de 1908. *Idem*, Cota A-520, Folha de fêria n.º2519, de 2 de Maio de 1908. *Idem*, Cota A-520, Folha de fêria n.º2561, de 9 de Maio de 1908. *Idem*, Cota A-520, Folha de fêria n.º2723, de 16 de Maio de 1908. *Idem*, Cota A-520, Folha de fêria n.º2732, de 23 de Maio de 1908. *Idem*, Cota A-520, Folha de fêria n.º2733, de 30 de Maio de 1908. *Idem*, Cota A-520, Folha de fêria n.º2793, de 6 de Junho de 1908. *Idem*, Cota A-521, Folha de fêria n.º2806, de 12 de Junho de 1908. *Idem*, Cota A-521, Folha de fêria n.º2955, de 20 de Junho de 1908. *Idem*, Cota A-521, Folha de fêria n.º3194, de 27 de Junho de 1908. *Idem*, Cota A-522, Folha de fêria n.º59, de 25 de Julho de 1908.

¹⁰⁴ Cf. *Idem*, Cota A-521, Folha de fêria n.º2955, de 20 de Junho de 1908.

¹⁰⁵ A Fábrica de Cerâmica Constância foi fundada em 1836, tendo ficado também conhecida por “Fabrica dos Marianos”, por se encontrar instalada no antigo Convento dos Marianos, e ainda por “Fábrica das Janelas Verdes”. Criada em pleno período romântico, a Fábrica Constância acompanhou em Portugal as grandes transformações estéticas do século XIX. Em 1921, o artista Leopoldo Battistini, que havia vindo para Portugal a convite do Governo, devido à reestruturação do ensino industrial no nosso país, tomou a posse da fábrica, tendo passado a dirigi-la com Maria de Portugal, sua discípula e colaboradora. A partir desta data a fábrica conheceu um período de grande expansão, tendo recebido diversas medalhas de ouro e o “Grand Prix” nas exposições internacionais de Paris, Rio de Janeiro, Sevilha e outras. Em 1963 a fábrica foi reorganizada por D. Francisco de Almeida, encontrando-se a laborar até aos dias de hoje. Diversos artistas colaboraram ou realizaram trabalhos nesta fábrica, entre os quais o ceramista Wenceslau Cifka e o pintor Abel Manta. Cf. SAPORITI, Teresa, *Azulejos de Lisboa do Século XX*, 1992, p.221 e “Cerâmica Constância. Uma personalização do ambiente”, in *Imobiliária: Negócios, Arquitectura, Habitação*, Ano 1, N.º3, Agosto de 1991, pp.56 a 60.

¹⁰⁶ SCML, Arquivo Histórico, *Documentos de despesa*, Factura da Fábrica Nacional de Louça Constância, de 5 de Maio de 1908. Este documento encontrava-se anexado à folha de fêria de 20 de Junho de 1908.

¹⁰⁷ Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Obras, Orçamentos de diversas obras feitas nos edifícios da Misericórdia*, 1908, Maço 3, Processo 5, orçamento do encarregado de obras, João Filipe Nunes Júnior, de 29 de Setembro de 1908.

¹⁰⁸ Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Documentos de despesa*, Cota A-522, Folha de fêria n.º122, de 1 de Agosto de 1908. *Idem*, Cota A-522, Folha de fêria n.º123, de 8 de Agosto de 1908. *Idem*, Cota A-522, Folha de fêria n.º124, de 14 de Agosto de 1908. *Idem*, Cota A-522, Folha de fêria n.º125, de 22 de Agosto de 1908. *Idem*, Cota A-522, Folha de fêria n.º126, de 29 de Agosto de 1908. *Idem*, Cota A-523, Folha de fêria n.º369, de 5 de Setembro de 1908.

para a despesa a fazer com o trabalho de revestir d'azulejo duas empenas, prolongando-se esta campanha apenas por duas semanas.¹⁰⁹ Após uma interrupção de quinze dias¹¹⁰, a 10 de Outubro volta a surgir a referência ao pagamento da fêria dos trabalhos *de revestir d'azulejo duas empenas, etc.*¹¹¹, mais uma vez pelo curto período de cerca de duas semanas, não havendo qualquer outra referência a estes trabalhos nos documentos da despesa entre 24 de Outubro de 1908 e a semana de 15 de Janeiro de 1909.¹¹² Também não existem nestas pastas, até à data referida, outras facturas referentes ao fornecimento de azulejos para o revestimento das fachadas.

A 19 de Outubro de 1908, João Filipe Nunes Júnior terá entregue um outro orçamento para *o trabalho de forrar com azulejo duas empenas do edifício da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, abrangendo as mesmas uma superfície de 58m²*, no valor de *duzentos e trinta e dois mil reis*, incluindo materiais e mão de obra¹¹³, porém desta feita não fez qualquer referência ao fornecedor dos azulejos.

Face ao anteriormente exposto, e uma vez que diversas fábricas de cerâmica se encontravam a laborar em Lisboa nesta época, mantém-se a dúvida inicial relativa ao fabricante e fornecedor dos azulejos que terão revestido a fachada do edifício principal de São Roque, onde se encontrava já instalado o museu.¹¹⁴ Ainda assim, parece-nos importante referir que, após consulta do catálogo de azulejos da *Real Fábrica de Louça de Sacavém*¹¹⁵, editado pela mesma em 1910 (fig.53), se comprova que esta fábrica produzia, nesta época, azulejos de pó de pedra biselados e monocromáticos, com a dimensão de 7,5 cm x 15,5 cm. Da mesma forma, de entre os

¹⁰⁹ Cf. *Idem*, Cota A-523, Folha de fêria n.º370, de 12 de Setembro de 1908. *Idem*, Cota A-523, Folha de fêria n.º433, de 19 de Setembro de 1908.

¹¹⁰ Cf. *Idem*, Cota A-523, Folha de fêria n.º434, de 26 de Setembro de 1908. *Idem*, Cota A-523, Folha de fêria n.º435, de 3 de Outubro de 1908.

¹¹¹ *Idem*, Cota A-524, Folha de fêria n.º437, de 10 de Outubro de 1908. *Idem*, Cota A-524, Folha de fêria n.º439, de 17 de Outubro de 1908.

¹¹² Cf. *Idem*, Cota A-524, Folha de fêria n.º440, de 24 de Outubro de 1908. *Idem*, Cota A-524, Folha de fêria n.º441, de 31 de Outubro de 1908. *Idem*, Cota A-524, Folha de fêria n.º704, de 7 de Novembro de 1908. *Idem*, Cota A-524, Folha de fêria n.º705, de 14 de Novembro de 1908. *Idem*, Cota A-524, Folha de fêria n.º707, de 21 de Novembro de 1908. *Idem*, Cota A-524, Folha de fêria n.º708, de 28 de Novembro de 1908. *Idem*, Cota A-525, Folha de fêria n.º975, de 5 de Dezembro de 1908. *Idem*, Cota A-525, Folha de fêria n.º976, de 12 de Dezembro de 1908. *Idem*, Cota A-525, Folha de fêria n.º978, de 30 de Dezembro de 1908. *Idem*, Cota A-525, Folha de fêria n.º (?), de 2 de Janeiro de 1909. *Idem*, Cota A-525, Folha de fêria n.º 1231, de 15 de Janeiro de 1909.

¹¹³ Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Obras, Orçamentos de diversas obras feitas nos edifícios da Misericórdia, 1908*, Maço 3, Processo 5, orçamento do encarregado de obras, João Filipe Nunes Júnior, de 19 de Outubro de 1908.

¹¹⁴ Relativamente a este assunto, no dia 7 de Junho de 2010, contactou-se o Centro de Documentação Manuel Joaquim Afonso do Museu de Cerâmica de Sacavém, tendo-se falado com a Dra. Conceição Seródio a quem se questionou acerca da eventual existência de documentação relacionada com a encomenda de azulejos à Fábrica de Sacavém pela Misericórdia de Lisboa. Segundo a pesquisa realizada pela Dra. Conceição, não existem em arquivo documentos relacionados com este assunto, havendo somente notas de encomenda realizadas pela Misericórdia do Porto, à filial da mesma cidade. No dia 20 de Julho de 2010, contactou-se também o Sr. D. Francisco de Almeida, sócio-gerente da Fábrica Constância na década de 1960, que referiu não existirem arquivados quaisquer registos de fornecimentos ou clientes da antiga fábrica. Salientou ainda que considera improvável que os azulejos biselados tenham sido produzidos pela Fábrica Constância, uma vez que não tem qualquer memória da produção dessa tipologia.

¹¹⁵ *Preços Correntes da Real Fábrica de Louça em Sacavém, 1910*.

tons produzidos, aqueles que nos parece mais provável poderem ter sido designados por *tom rebuçado*, seriam o tom mais amarelado N.º21-G (fig.54), ou o tom mais acastanhado N.º 21-A (fig.55).¹¹⁶

Cerca de três décadas após a decisão de revestimento das fachadas a azulejo, a direcção da Misericórdia de Lisboa, na pessoa do provedor José da Silva Ramos¹¹⁷ (fig.57), decidiu despojar o “rosto” da instituição desta estética, tendo a Mesa determinado que: *presentes os boletins de obras e reparações, números 48 e 51, no total de escudos 91.203\$50, para limpeza das fachadas, estuques e substituição dos azulejos, por pintura, nos edifícios da Misericórdia, Igreja de S. Roque e prédios da Calçada da Glória. O Conselho autorizou as referidas reparações, por administração directa, com dispensa de concurso público, a qual [deveria] ser submetida ao visto do Tribunal de Contas.*¹¹⁸ Apesar de não terem sido encontrados quaisquer registos documentais que ilustrassem esta empreitada, curiosamente, a mesma terá suscitado naquela época a atenção do artista/ ilustrador Carlos Botelho¹¹⁹ que, em Novembro de 1937, retratou de forma satírica este episódio no semanário humorístico *Sempre Fixe* (fig.56).¹²⁰

2.3. O PROJECTO DE TERTULIANO DE LACERDA MARQUES (1927-1931)

A difusão do uso do betão armado ao longo dos anos 20 revolucionou a anterior tradição arquitectónica do século XIX, e contribuiu para a sua redefinição, dando origem à arquitectura modernista que se baseava na utilização de técnicas e materiais industrializados.¹²¹ Apesar desta inovação na arquitectura portuguesa não ter sido cultivada no seu expoente máximo no edifício de São Roque, os espaços do museu e tesouraria acabariam por beneficiar, nesta época, com as mais-valias inerentes ao uso do cimento armado, como veremos mais à frente.

Num contexto de finais da 1.ª República, originado pelo golpe militar de 28 de Maio de 1926 que deu origem ao “Estado Novo” (1933-1974), a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa,

¹¹⁶ Cf. *Ibidem*. Segundo a Dra. Conceição Serôdio, do Centro de Documentação Manuel Joaquim Afonso do Museu de Cerâmica de Sacavém, este terá sido o primeiro catálogo de azulejos a ser editado pela fábrica, e o exemplar existente neste arquivo foi doado por Graciete Rodrigues e Feliciano David.

¹¹⁷ Para José da Silva Ramos veja-se o Elenco Biográfico, p.188.

¹¹⁸ SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/OA/MS/04/ Lv026, p.305, (1 de Outubro de 1937).

¹¹⁹ Para Carlos Botelho veja-se o Elenco Biográfico, p.185.

¹²⁰ Cf. “Ecos da Semana”, in *Sempre Fixe*, *Semanário Humorístico*, 12º Ano, N.º599, de 11 de Novembro de 1937, p.8, publicado em SOUSA, Osvaldo, *150 Anos da Caricatura em Portugal*, 1997, p.93. Acerca deste assunto foram ainda consultados os periódicos *O Século* e *Diário de Notícias* dos meses de Outubro e Novembro de 1937, porém, não foi encontrada qualquer referência ao mesmo.

¹²¹ Cf. TOSTÕES, Ana Cristina, “Arquitectura Portuguesa do Século XX”, in PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa. Do Barroco à Contemporaneidade*, volume 3, 1995, p. 517.

na pessoa do provedor José da Silva Ramos, decidiu inaugurar um conjunto de obras de modernização dos seus espaços, sobressaindo a sua acção no campo cultural, através do Museu de Arte Sacra de São Roque, cuja área era, apesar de tudo, ainda considerada *um tanto acanhada para ostentar comodamente tantas riquezas*¹²², e obrigava a que permanecesse inacessível ao público *a maior parte do recheio artístico que urgia expor para admiração de alguns e estudo de outros*.¹²³ Assim, apesar da crise financeira que se sentia por todo o país, a administração da Misericórdia decidiu proceder ao alargamento da área do museu, através da abertura de novas salas e da adaptação das mesmas às *modernas exigências museológicas*.¹²⁴

A 5 de Janeiro de 1928, Tertuliano de Lacerda Marques¹²⁵ (1883-1942) apresentou à administração da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, um programa de concurso e caderno de encargos *para a execução dos trabalhos das alterações e reconstruções do edifício principal e anexo da propriedade do Largo Trindade Coelho*.¹²⁶ Com base na acta da Mesa, parece-nos plausível que os trabalhos referidos como tendo sido realizados no edifício principal, digam respeito à sala do museu e à zona da tesouraria e, tendo este arquitecto sido também escolhido por esta instituição para a elaboração do projecto de transformação dos edifícios da antiga Companhia de Carruagens Lisbonenses em hospital, é provável que se trate do edifício anexo mencionado no documento.¹²⁷ Nesta sessão ficou também determinado que fossem consultados cinco empreiteiros, de entre os quais, Fernand Touzet¹²⁸, que acabou por ficar responsável pelos *referidos trabalhos sob a fiscalização do arquitecto Tertuliano de Lacerda Marques*.¹²⁹

Apesar disto, apenas foram encontradas, nos Livros de Caixa¹³⁰, diversas referências a pagamentos a Fernand Touzet *por trabalhos de construção do novo edifício do Largo Trindade Coelho*, realizados entre 1927 e 1928¹³¹, o que nos leva a colocar a hipótese de que os trabalhos realizados por este empreiteiro estivessem apenas relacionados com o edifício da antiga Companhia de Carruagens, e não com o espaço do museu.

¹²² “O thesouro da capella de S. João Baptista – A sua exposição permanente”, in *Diário de Notícias*, n.º14.051, 11 de Janeiro de 1905.

¹²³ LUCENA, Armando de, *Igreja de S. Roque e Museu de Arte Sacra*, 1946, p.125.

¹²⁴ *Ibidem*.

¹²⁵ Para Tertuliano Lacerda Marques veja-se o Elenco Biográfico, p.195.

¹²⁶ SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/AO/MS/04/Lv 021, p.13, (5 de Janeiro de 1928).

¹²⁷ Cf. *Ibidem*.

¹²⁸ Para Fernand Eugène Victor Touzet veja-se o Elenco Biográfico, p.186.

¹²⁹ SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/AO/MS/04/Lv 021, p.13, (5 de Janeiro de 1928).

¹³⁰ Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Livros de Caixa*, n.º 95 a 98.

¹³¹ Cf. SIMÕES, João Miguel, *Relatório-síntese dos Livros de Obras do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2.º Relatório Preliminar*, documento policopiado e apresentado à Santa casa da Misericórdia de Lisboa, 16 de Junho de 2005, pp.4 a 26.

Tertuliano de Lacerda Marques foi também incumbido pela administração da Santa Casa, de organizar o projecto para a construção de uma casa forte¹³², que ficou subterrânea, sob a tesouraria (local onde se encontram actualmente os sanitários públicos do Museu de São Roque). Para isto, foi realizado um contrato a 14 de Janeiro de 1929, entre a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a Sociedade Construtora de Cimento Armado, Lda., referente à *construção de uma casa-forte na tesouraria*, tendo sido paga a 1.ª prestação desta construção a 9 de Abril do mesmo ano.¹³³

Ainda inserida no projecto de Tertuliano de Lacerda, terá estado a remodelação do pavimento e cobertura do museu. Esta situação é comprovada pelo pagamento, realizado a 8 de Julho de 1929, da 1.ª prestação pela *construção de pavimento e tectos em cimento armado, nas salas destinadas a Museu*, atribuído a Virgílio Preto¹³⁴, um dos cinco empreiteiros consultados, como estabelecido no contrato celebrado a 4 de Maio de 1929, entre este empreiteiro e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.¹³⁵

Outra figura de destaque e de influência decisiva nas obras executadas nesta época, nos espaços destinados ao museu, foi o engenheiro Wenceslau de Campos Casaes, responsável pela fiscalização dos trabalhos.¹³⁶ Na concretização das suas funções elaborou diversos pareceres, entre os quais, aquele que serviu de base à decisão da Mesa em *aprovar a proposta apresentada por Virgílio Preto, para as obras do aumento e da demolição e reconstrução em cimento armado do pavimento da sala destinada a museu, exceptuando a parte que cobre a pagadoria e a já construída*.¹³⁷ Outro parecer de Casaes, também referente à empreitada da construção do pavimento e tecto, foi elaborado a 30 de Setembro de 1929, constando neste, entre outras informações, o seguinte: *foram executados e concluídos trabalhos relativos a esta empreitada, nos termos do respectivo caderno de encargos, e proposta do adjudicatário, respectivamente de 30 de Março de 1929 e 24(?) de Junho de 1929. Não apresentando a construção quaisquer*

¹³² Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/AO/MS/04/Lv 021, p.196, (25 de Outubro de 1928).

¹³³ Cf. SIMÕES, João Miguel, *Op. Cit.*, 16 de Junho de 2005, pp.12, 13 e 26.

¹³⁴ Em Agosto de 1930, o engenheiro Virgílio Preto, no cargo de secretário da comissão encarregue da revisão do regulamento das construções de cimento armado, terá sido autorizado pelo ministro do Comércio e Comunicações a participar no congresso para o avanço técnico das construções de cimento armado, decorrido no mês seguinte em Liège. Cf. Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações (AHMOPTC), Coleção de Processos Individuais de Funcionários (CPI), Ofício n.º 2877, do presidente da comissão encarregue da revisão do regulamento das construções de cimento armado, Manuel da Terra P. Viana, ao ministro do Comércio e Comunicações, de 20 de Agosto de 1930. *Idem*, ofício do ministro do Comércio e Comunicações, de 21 de Agosto de 1930.

¹³⁵ Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Livro de caixa n.º 96*, despesa n.º 16, fl.208, (8 de Julho de 1929), *Cit.* SIMÕES, João Miguel, *Op. Cit.*, 16 de Junho de 2005, p.14.

¹³⁶ Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/OA/MS/04/Lv 021, p.499, (22 de Agosto de 1929).

¹³⁷ *Idem*, pp.468 e 469, (25 de Junho de 1929).

*vestígios que origem suspeitas sobre a sua segurança ou execução sou de parecer que poderá ser feita a sua recepção e liquidação.*¹³⁸ Curiosamente, poucos dias mais tarde, Casaes remeteu um novo ofício ao provedor José da Silva Ramos, manifestando a sua preocupação relativamente à segurança geral do edifício, referindo: *Estando concluídas as obras em cimento armado a meu cargo nas salas destinadas ao Museu da Misericórdia cumpre-me declarar a V. Exa. que as paredes laterais da sala maior necessitam ser aprumadas e convenientemente consolidadas em virtude de se encontrarem desviadas da vertical e continuarem suportando o impulso oblíquo do telhado, causa inicial e permanente dos desvios verificados, bem quanto o actual tecto em cimento armado tenha sido construído em condições de não prejudicar a estabilidade das paredes, há contudo um aumento de peso a considerar e cuja inércia no caso de um abalo sísmico muito poderia prejudicar a estabilidade geral da construção. Constatou-se ainda durante a construção que algumas paredes continuam no pavimento inferior com menor espessura (cerca de 20 centímetros de diferença) o que prejudica também a segurança geral na hipótese considerada. Por estas razões sou de opinião que as paredes laterais deverão ser reforçadas com pilastras em cimento armado construídas na espessura das paredes e inteiramente ligadas a estas. Na parede do lado do pátio interno que está enfraquecida pelos vãos das janelas poderá ser praticado o mesmo trabalho nos membros(?) respectivos ou feita a sua reconstrução o que sob o ponto de vista económico tem vantagens dada a necessidade de se aprumarem cantarias e guarnições.*¹³⁹ Na sequência deste parecer, com o qual a Mesa concordou, foi deliberado que se solicitasse ao mestre-de-obras uma proposta de orçamento relativa ao ofício apresentado por este engenheiro.

Assim, a 24 de Outubro de 1929, o mestre-de-obras da Santa Casa, Augusto Luís dos Santos, submeteu à apreciação da Mesa um orçamento relativo à *ampliação do museu*, que terá sido aprovado no mesmo dia, que julgamos ser resposta dada à solicitação da Mesa, e cujos trabalhos incluíam: *Demolir e reconstruir a fachada que [dava] para o pátio, com cinco vãos de janela, deixando-se caixas nas pavieiras*¹⁴⁰ *para o enrolamento das portas onduladas, substituir o beiral por platibanda, fazer algeroz forrado com chapa de zinco, modificando-se os respectivos canos de queda das águas pluviais, abrir caixas nas pavieiras em mais seis vãos de janela, para o referido enrolamento, assentamento de onze vãos de caixilhos, onze portas onduladas articuladas e cinco grades iguais às existentes nos outros vãos, consolidar o*

¹³⁸ *Idem*, pp.534 e 535, (7 de Outubro de 1929).

¹³⁹ *Idem*, pp.541 e 542, (10 de Outubro de 1929).

¹⁴⁰ Pavieira ou padieira significa o mesmo que lintel. Cf. RODRIGUES, Maria João Madeira, SOUSA, Pedro Fialho de, BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira, *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*, 2005, p.209.

madeiramento da cobertura com linhas de madeira de pinho para evitar o enfuste¹⁴¹ nas paredes, demolir a parede contígua ao actual museu, para comunicação, metendo-se duas vigas de ferro em substituição, encascar¹⁴² 68,80m² de parede contígua à sala das extracções, deixando-se quatro montantes em cimento armado para servir de apoio à placa do tecto, aferroar 170,00 m² de parede e 256,00 m² de tecto, sendo respectivamente para receber o reboco e o estuque, rebocar 303,50m² de parede, construir um tabique em cimento armado com uma porta forte, junto ao tabique que diz para a antiga sala dos retratos, modificando-se a porta que existe a abrir para a referida sala, fazer os escoramentos necessários para o referido trabalho, fazer o piso em ladrilho igual ao existente do actual museu numa superfície igual a 250,00m², e pintura em todos os vãos de janela, guarnecimentos, portas onduladas, porta forte e grades, sendo o custo provável de todos os referidos trabalhos a quantia de sessenta e quatro mil novecentos e quatro escudos.¹⁴³

Também a acta da sessão de 3 de Abril de 1930, menciona o orçamento referente às obras ou reparações a fazer nos antigos Salões do Museu e sua respectiva ampliação¹⁴⁴, mais uma vez respeitante à extensão da área expositiva, através da ocupação de novas salas no segundo piso (fig.60). Neste orçamento, apresentado pelo mestre-de-obras Augusto Luís dos Santos, encontravam-se discriminados os seguintes trabalhos: *restaurar o tecto do salão, ficando num só tom, na cor antiga mais clara, sendo a ornamentação e molduras em branco, assim como a respectiva cimalha, as paredes serão reparadas e pintadas a tinta “Molim”, Sala de entrada: levantar o pé direito, metendo-se vigamento novo forrado com metal distendido cheio com argamassa hidráulica, estucado assim como as paredes, sendo pintadas igualmente conforme o salão, Escada: meter no tecto vigamento novo, sendo fasquiado, metido a estafe, esboçado, e estucado em branco, sendo algumas paredes estucadas de novo e outras reparadas, e todas pintadas a tinta de óleo de linhaça, no átrio demolir uma divisória que dividia a casa da guarda, levantar todo o piso, numa superfície igual a quarenta metros quadrados, e forrar com mármore branco e rosa, assim como o rodapé, sendo os degraus da escada devidamente*

¹⁴¹ Não encontramos uma definição técnica para a palavra *enfuste*, e o seu significado enciclopédico, *preparo que se dá às peles com o fim de as entumecer. Enchimento que se põe no calçado*, nada tem a ver com o contexto em que a palavra foi utilizada. Apesar disto, encontramos para a palavra *enfustar*, uma definição técnica, *espear ou sustentar traves com escoras obliquas*, que se poderá adequar melhor ao contexto em questão. Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, volume IX, s/d, p.718 e PAIS DA SILVA, Jorge Henrique, CALADO, Margarida, *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*, 2005, p.137.

¹⁴² Encascar significa revestir de argamassa. Rebocar. Cf. FIGUEIREDO, Cândido, *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa*, 1989, p.531.

¹⁴³ SCML, Arquivo Histórico, *Obras, Orçamentos*, Cota de transferência: UI-1, N°14522 (1926-29), “Orçamento para ampliação do museu”, aprovado na sessão da Mesa de 24 de Outubro de 1929.

¹⁴⁴ SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/OA/MS/04/Lv 022, pp.125 e 126, (3 de Abril de 1930), *Cit. MORNA, Teresa Freitas, Op. Cit.*, 2005, p.24.

reparados e encerados. Reparar o algeroz metendo-se avisadores e uma pestana em chapa de chumbo na perna do telhado junto ao cunhal da Igreja, para defender as águas, meter tábuas de peito, encabeçar aros, caixilhos, reparar as bandeiras, ferragens e meter vidros nas janelas do museu, reparar as portas das janelas e forrar com chapa de ferro, assim como nos panos dos peitoris das janelas, arrancar o pardo¹⁴⁵ até ao osso e rebocar com massa hidráulica, para evitar as infiltrações, desmanchar a escada de ferro do pátio que dá acesso ao terraço¹⁴⁶ e fazer um painel novo para fechar a entrada que servia a escada, reparar todo o gradeamento metendo-lhe corrimão novo de cana, de meia cana, florões, etc., fazer uma grade nova de sacada e reparar nove ditas metendo florões e pés novos etc., em todas as paredes que dão para o pátio serão descascadas, esboçadas, e estucadas a branco assim como as cimalthas, todas as cantarias serão lavadas a piaçaba de arame, modificação dos encanamentos que se encontram nas paredes fazendo mau efeito assim como o algeroz dum beiral, pintura em quarenta e um vãos de janelas e portas exteriores e interiores, dezasseis grades de ferro e o gradeamento corrido.¹⁴⁷ Além dos trabalhos estruturais, foi também considerada necessária a adaptação da iluminação à função do espaço, tendo sido substituída a luz natural por um sistema de iluminação indirecta.¹⁴⁸

Nesta primeira remodelação teve também um papel notório Jorge Cid¹⁴⁹ (**fig.58**), que terá cumprido, até cerca de 1936, a função de conservador, tendo realizado a *directção, fiscalização e catalogação do Museu de Arte Sacra*.¹⁵⁰ Na sua breve colaboração com o museu foi-lhe reconhecida pelos seus pares *competência sobre assuntos de arte*¹⁵¹ e *inteligente e dedicada colaboração*.¹⁵²

Durante o processo de instalação da exposição foram privilegiados os cuidados com a conservação do acervo e, apesar das limitações do espaço, o provedor Silva Ramos *dispôs*

¹⁴⁵ Não se encontrou definição para este termo em dicionário técnico de arquitectura, porém, segundo a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, *pardo* pode significar: muro que ainda não recebeu estuque, e pode-se chamar de *enchimento a pardo*, ao reboco em cuja argamassa ordinária se misturou gesso para apressar a secagem. Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, volume XX, s/d, pp.386 e 387. Com base nesta definição, parece-nos que, no contexto em que a palavra foi utilizada, *arrancar o pardo até ao osso*, quererá dizer, arrancar o estuque ou argamassa até à estrutura da parede.

¹⁴⁶ Tratar-se-ia do terraço que ocupava cerca de um terço do claustro da portaria, já assinalado no levantamento arquitectónico da época.

¹⁴⁷ SCML, Arquivo Histórico, *Obras, Orçamentos*, cota de transferência: UI-3, n.º 14524, “Orçamento para as reparações a fazer nos antigos salões do museu e sua respectiva ampliação”, aprovado na sessão da Mesa de 3 de Abril de 1930.

¹⁴⁸ Cf. LUCENA, Armando de, *Op. Cit.*, p.125.

¹⁴⁹ Jorge Cid era, à data, médico da Associação Protectora da Primeira Infância. Cf. MORNÁ, Teresa Freitas, *Op. Cit.*, 2005, p.24.

¹⁵⁰ SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/OA/MS/04/Lv 024, pp.111 e 112, (9 de Setembro de 1933).

¹⁵¹ *Ibidem*.

¹⁵² SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/OA/MS/04/Lv022, pp.571 e 572 (20 de Agosto de 1931).

*pessoalmente todos os objectos do tesouro de modo a garantir o seu resguardo e conservação, a valorizar a sua importância e a permitir completamente o seu estudo.*¹⁵³ O então designado Museu de Arte Sacra de São Roque, cujo acervo permanecia maioritariamente composto por peças da Capela de São João Baptista, passou a apresentar uma linguagem expositiva mais moderna e menos sobrecarregada, através da utilização de vitrinas estilisticamente mais sóbrias, ao estilo D. José, e da valorização do discurso narrativo e didáctico (fig.61 a 64). Apesar de só conhecermos fotografias das salas situadas a norte e a sul do claustro, é notório que o espaço de circulação foi alargado permitindo ao observador um maior distanciamento dos objectos e a sobriedade das vitrinas tornou-as menos interferentes na leitura dos mesmos.

Após as obras de ampliação/ remodelação, o museu voltou a reabrir ao público, tendo sido inaugurado no dia 20 de Agosto de 1931, pelo Presidente da República, Óscar Carmona, *com a assistência de Suas Excelências os Senhores Presidente do Ministério e Ministro do Interior, bem como de outras entidades oficiais.*¹⁵⁴

Em 1936, na sequência do falecimento de Jorge Cid, a Santa Casa delegou a Pedro da Cunha Santos, à data Chefe da 1.^a Repartição da Secretaria, a função de conservador do museu.¹⁵⁵ Sob a sua orientação foi consumado um novo arranjo museográfico das salas de exposição que, segundo Teresa Morna, terá tido como objectivo *conferir uma maior visibilidade à exposição, procurando não desvirtuar a anterior concepção do Provedor Silva Ramos.*¹⁵⁶ A sua intervenção, descrita num relatório que terá sido apresentado à mesa em 1940, compreendeu o átrio de entrada, no qual as alterações foram pouco significativas, como é possível constatar em fotografias da época; a adaptação da galeria anexa à sala de entrada do museu, no 1º piso, onde foram distribuídos, numa narrativa bastante densa, diversos quadros provenientes da Igreja de São Roque e do Convento de São Pedro de Alcântara, bem como objectos de ourivesaria e outros relacionados com a história da instituição; o corredor de ligação das duas salas principais, no qual a parede oposta às janelas que dão para o claustro, foi totalmente revestida por nove cortinas da colecção da Capela de São João Baptista, expostas em vitrinas de linhas rectas, assentes sobre pés representando leões deitados, tendo sido mantido amplo espaço de circulação entre estas e os restantes expositores. Na sala situada a norte do claustro foi apresentada a colecção de ourivesaria da Capela de São João Baptista, em vitrinas e expositores de diferentes estilos, uns reutilizados de anteriores narrativas, outros provavelmente mandados executar para esta mostra.

¹⁵³ CID, Jorge, “São Roque e o seu Museu”, in *Portugal. A Arte: os Monumentos: a Paisagem: os Costumes: as Curiosidades*, 1933, p.10.

¹⁵⁴ SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/OA/MS/04/Lv 022, p.571, (20 de Agosto de 1931).

¹⁵⁵ Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/OA/MS/04/Lv 025, pp.260 e 261, (9 de Janeiro de 1936).

¹⁵⁶ MORNA, Teresa Freitas, *Op. Cit.*, 2005, p.26.

Na sala do brasão, situada a sul, foi mantida a linha estilística das vitrinas utilizadas por Jorge Cid e Silva Ramos, porém, a reinterpretação do discurso, provavelmente guiada pela vontade de expor a maior parte da colecção de têxteis da famosa capela, levou a que este espaço voltasse a adquirir uma aparência excessiva e pouco adequada à leitura total dos objectos (figs.65 a 70).

Em 1938, o Conselho da Santa Casa aprovou a realização da *empreitada das obras de alteração na tesouraria*, tendo adjudicado esses trabalhos à firma Sociedade Construtora de Cimento, Lda.¹⁵⁷

2.4. A ACÇÃO DA DGEMN NA MISERICÓRDIA DE LISBOA E A CRIAÇÃO DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA DE OBRAS (1943-1961)

As décadas de 1930 e 40 foram pródigas na concretização de grandes obras públicas sob a alçada do ministro de Salazar, Duarte Pacheco, existindo neste período a ideia de que a arquitectura e o urbanismo transactos eram inferiores e não se adaptavam à vida moderna, por serem resultantes de séculos de pobreza e atraso cultural e intelectual. Deste pensamento, surgiu a vontade de transferir para a arquitectura alguns ideais políticos e sociais, funcionando os monumentos como forma de propaganda das vontades do Estado. Tiveram lugar nesta época diversas campanhas arquitectónicas e urbanísticas, decorrentes da demolição de edifícios antigos considerados sem valor arquitectónico, que neste período era atribuído apenas aos edifícios ostentadores de uma unidade de estilo de uma época insigne da História de Portugal.

Neste contexto, o edifício do Museu de São Roque, inserido no complexo da Santa Casa, terá sido considerado descaracterizado e desprovido de unidade de estilo, apresentando as características típicas dos monumentos a reestruturar. Esta hipótese terá chegado a ser considerada, após requerimento, a 3 de Junho de 1943, da Mesa da Santa Casa, à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), de uma apreciação relativa às instalações centrais da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, para a remodelação destes espaços. Apesar de não se ter encontrado, até à data, o parecer da DGEMN relativamente a este assunto, possivelmente este alvitaria a demolição integral do conjunto, com excepção da igreja, considerada o único monumento de valor artístico a preservar. Contudo, como comprovamos hoje, este intento acabaria por não se concretizar.¹⁵⁸

¹⁵⁷ Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/OA/MS/04/Lv 026, pp.453 e 454, (10 de Março de 1938) e SCML/OA/MS/04/Lv 027, p.6, (19 de Maio de 1938).

¹⁵⁸ Cf. SIMÕES, João Miguel, *Op. Cit.*, 2010, p.39.

Em Julho do mesmo ano, terá sido discutida, entre Duarte Pacheco e a Santa Casa, a remodelação do complexo de São Roque, que deveria ser coordenada com o novo plano de urbanização de Lisboa, como é mencionado na acta da sessão da Mesa.¹⁵⁹ Desconhecemos porque razão esta remodelação nunca chegou a ser concretizada, porém, João Simões sugere algumas hipóteses bastante plausíveis, nomeadamente, *a morte prematura de Duarte Pacheco (16 de Novembro de 1943), o afastamento do provedor Braga Paixão (Maio de 1944), a autonomia institucional da Misericórdia face ao Estado Central, [...] a quantia avultada que seria necessário despende numa época de guerra, [e] a necessidade de criar uma alternativa para instalar a sede da Misericórdia [...]*.¹⁶⁰

O clima ideológico que se instalou no país na década de 40, com o fim da guerra e a derrota do fascismo na Europa, teve grandes repercussões ao nível artístico e cultural, nomeadamente através dos jovens artistas plásticos e dos arquitectos que surgiam nesta época e que evidenciavam uma clara incompatibilidade com o regime salazarista. Esta situação era patente nomeadamente nas Exposições Gerais de Artes Plásticas, iniciadas em 1946, e organizadas pelo Movimento de Unidade Democrática, onde era notória a atitude polémica contra a arquitectura do Estado por parte de um grupo importante de arquitectos portugueses.¹⁶¹

Em finais de 1957, foi nomeado para provedor da Santa Casa José Guilherme de Mello e Castro¹⁶² (fig.71), com o qual a Misericórdia ganhou um novo impulso reformador. Pese embora o facto de, numa fase inicial, esta instituição ter contado com a DGEMN para a elaboração de pareceres e execução de projectos de obras, cedo se apercebeu que esta não tinha capacidade para responder às suas requisições, e que as suas acções eram frequentemente desadequadas, pouco éticas e desprovidas de uma linguagem moderna, tendo-se gerado um ambiente de discórdia entre as duas entidades, e optado a Santa Casa por contratar directamente arquitectos que fossem do seu agrado. A troca de acusações entre a Santa Casa e a DGEMN terá permanecido até, pelo menos, finais de 1960, altura em que Mello e Castro, ciente de que Misericórdia de Lisboa era juridicamente independente do Estado e, como tal, detentora de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, terá analisado, em parceria com o ministro das Obras Públicas, Arantes e Oliveira, a forma mais conveniente de agilizar os trâmites relacionados com as obras que pretendia ver levadas a cabo nos bens imobiliários da

¹⁵⁹ Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/OA/MS/04/ Lv 030, p.49, (1 de Julho de 1943).

¹⁶⁰ SIMÕES, João Miguel, *Op. Cit.*, 2010, p.39.

¹⁶¹ Cf. TOSTÕES, Ana Cristina, *Op. Cit.*, 1995, p. 528.

¹⁶² Para José Guilherme de Mello e Castro veja-se o Elenco Biográfico, p.188.

instituição.¹⁶³ O objectivo era que ficasse inerente às obras da SCML: *a responsabilidade da qualificada experiência do MOP; não colocar a administração da SCML – que não [era] serviço do Estado – na situação de assinar de cruz tudo o que respeita as obras; [e] conseguir celeridade e economia.*¹⁶⁴

Neste contexto, a 16 de Janeiro de 1961, foi criada a Comissão Administrativa de Obras (CAO)¹⁶⁵, serviço pertencente à Misericórdia de Lisboa, tendo o Ministério das Obras Públicas (MOP) ficado, em contrapartida, com a aprovação final dos projectos e a adjudicação das empreitadas. Conforme estabelecido, à frente da CAO foram colocados, como presidente o engenheiro José Ferreira da Cunha, como vogal o arquitecto Joaquim Areal e Silva, ambos superintendentes técnicos do MOP, o representante da SCML Tomás Oliveira Dias e o representante da Câmara Municipal de Lisboa (CML) Ricardo Teixeira Lopes.¹⁶⁶

A CAO ficou *encarregada de promover a preparação, execução, administração e fiscalização das obras respeitantes aos serviços ou ao património da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa* [com excepção d]as *de pequena conservação*¹⁶⁷, devendo os custos inerentes às obras ser suportados pela instituição.¹⁶⁸ Assim, a Santa Casa ambicionava que a CAO aligeirasse a morosidade inerente aos pareceres camarários e ultrapassasse algumas das regulamentações aplicáveis aos requerentes particulares. Apesar desta vontade, a Misericórdia de Lisboa nunca terá conseguido abstrair-se totalmente da burocracia municipal, uma vez que a Câmara não reconhecia nem à CAO, nem à Misericórdia de Lisboa, autonomia relativamente aos serviços do Estado, no respeitante a obras.¹⁶⁹ Esta situação levou a que a relação entre a SCML e a CML fosse pautada nesta época por frequentes divergências, particularmente no que dizia respeito à intervenção sobre os bens imobiliários da primeira.

Durante o curto período em que a DGEMN interveio sobre os edifícios da Misericórdia de Lisboa, não terão decorrido obras no espaço do museu e, apesar de a acção da CAO também não ter incidido particularmente sobre o conjunto de São Roque, esta comissão terá empreendido

¹⁶³ Cf. AGAREZ, Ricardo, “De regra, renda e desenho: arquitectura para a Misericórdia de Lisboa c.1960”, in MORNA, Teresa, MANTAS, Helena Alexandra (Coord.), *Património Arquitectónico, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, volume 2, tomo II, 2010, p.75.

¹⁶⁴ SCML, Arquivo da Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos, *Comissão Administrativa de Obras, Revalorização do Património da Misericórdia*, 1ª pasta, ofício s/n., do provedor da SCML, ao MOP, de 29 de Julho de 1959, *Cit.* AGAREZ, Ricardo, *Op. Cit.*, p.75.

¹⁶⁵ Cf. Portaria n.º 18 209, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 13, Ministérios do Interior, das Obras Públicas e da Saúde e Assistência, de 16 de Janeiro de 1961, *Cit.* AGAREZ, Ricardo, *Op. Cit.*, p.76.

¹⁶⁶ Cf. AGAREZ, Ricardo, *Op. Cit.*, p.76.

¹⁶⁷ Portaria n.º 18 209, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 13, Ministérios do Interior, das Obras Públicas e da Saúde e Assistência, de 16 de Janeiro de 1961.

¹⁶⁸ Cf. AGAREZ, Ricardo, *Op. Cit.*, p.76.

¹⁶⁹ Cf. *Ibidem*.

acções pontuais de adaptação em partes do edifício do museu, nomeadamente, através do projecto de Peres Guimarães, de quem falaremos de seguida.

2.5. O PAPEL DA CONSERVADORA MARIA JOÃO MADEIRA RODRIGUES E O PROJECTO DE FERNANDO AUGUSTO PERES GUIMARÃES (1964 – 1968)

Em 27 de Abril de 1963, Maria João Varela de Sena Magalhães Madeira Rodrigues¹⁷⁰ (fig.73), licenciada em Histórico-Filosóficas, e à data conservadora-estagiária do Museu Nacional de Arte Antiga, viu-lhe confiada pela Mesa da Santa Casa, entre outros trabalhos, a realização de um catálogo para o Museu e Igreja de São Roque, tendo-lhe sido simultaneamente solicitada a *elaboração de uma proposta sobre o arranjo interno do museu, nos espaços actuais e com um mínimo de dispêndio*, devendo os trabalhos decorrer ao longo de um ano, ao fim do qual deveriam ser avaliados.¹⁷¹

A 18 de Dezembro do mesmo ano a Mesa determinou, de acordo com a proposta da CAO, adjudicar à Sociedade de Construções Gomes e Lopes, Lda., a *execução de pequenas obras de construção civil no Museu*¹⁷², tendo a 18 de Junho de 1964, sido adjudicados à mesma firma, à data responsável pelas *obras de conservação e beneficiação [...] no Museu de Arte Sacra, os trabalhos imprevistos que se verificou serem necessários*.¹⁷³

A 31 de Dezembro de 1964, sob o mandato do provedor António Maria de Mendonça Lino Neto¹⁷⁴ (fig.72), Maria João Madeira Rodrigues foi admitida pela Mesa da SCML, como prestadora de *serviços eventuais de conservadora do Museu de Arte Sacra de São Roque*, durante um período de sessenta dias, com início em Janeiro de 1965.¹⁷⁵ Como veremos mais à frente, esta colaboração acabaria por se prolongar por longos anos, subsistindo até finais de 1990. Durante o exercício das suas funções na Misericórdia de Lisboa, Madeira Rodrigues acumulou diferentes incumbências, todavia sempre ligadas ao património da instituição, nomeadamente, a de conservadora do museu em funções de directora (1964), a de conservadora

¹⁷⁰ Para Maria João Varela de Sena Magalhães Madeira Rodrigues veja-se o Elenco Biográfico, p.190.

¹⁷¹ Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/OA/MS/04/Lv 046, fl.144v, (27 de Abril de 1963).

¹⁷² *Idem*, fl.215v, (18 de Dezembro de 1963).

¹⁷³ SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/OA/MS/04/Lv 047, fls.136 e 137, (18 de Junho de 1964).

¹⁷⁴ Para António Maria de Mendonça Lino Neto veja-se o Elenco Biográfico, p.183.

¹⁷⁵ Cf. SCML, Arquivo Histórico, Livros da correspondência expedida pela repartição do património, SCML/GA/01/02/Lv 066, ofício n.º 31, para o chefe da Repartição da Secretaria, de 11 de Janeiro de 1965, *Cit. SIMÕES, João Miguel, Op. Cit.*, 21 de Janeiro de 2009, p.91.

do património artístico da SCML (1972), e a de assessora do provedor para o património arquitectónico e artístico da SCML (1981).¹⁷⁶

Numa primeira fase, Madeira Rodrigues terá elaborado o programa relativo à reestruturação do museu, através do qual definiu as colecções a expor e os critérios da sua organização. Definiu dois grupos, que deveriam ser distribuídos pelas duas grandes áreas do museu, nomeadamente, as galerias do século XVI e XVII (designadas de museu II), localizadas a noroeste da igreja, e as salas do edifício situado a este (designadas de museu I). Apesar do âmbito deste estudo se cingir aos trabalhos realizados nas salas da antiga Casa Professa, situada a este, para as quais Madeira Rodrigues destinou os *objectos provenientes do tesouro da Capela de S. João Baptista* [constituídos] *por paramentos, pratas, bronzes, roupas brancas eclesiásticas e livros sagrados, séc. XVIII*, parece-nos relevante referir que, para o museu II, a conservadora designou os *objectos relacionados de um ou de outro modo com a Igreja de S. Roque, quer no seu aspecto de centro Jesuítico, quer na sua forma actual de Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa [...], paramentaria, pratas, mobiliário, pintura, manuscritos, séc. XV, séc. XVI, séc. XVII, séc. XVIII*.¹⁷⁷

Neste contexto, a conservadora chamou para trabalhar consigo, o arquitecto Fernando Augusto Peres Guimarães (1918-)¹⁷⁸ (fig.74), figura profissionalmente ligada aos Monumentos Nacionais e seu amigo pessoal. Inicialmente, Peres Guimarães terá pensado em recusar o convite, tendo para isso diversas razões profissionais, nomeadamente a sobrecarga de trabalho a que estaria sujeito na época, o facto de esta empreitada se encontrar muito limitada tanto ao nível da área de expansão, como na verba disponível para as obras, e ainda o facto de a mesma implicar um trabalho de projecto maioritariamente museográfico e pouco de arquitectura, contrariamente aquilo que fazia regularmente. Ainda assim, Peres Guimarães sobrevalorizou as razões pessoais para a aceitação do convite, particularmente as relações de amizade que mantinha com a conservadora Maria João Madeira Rodrigues e com alguns dos arquitectos que se encontravam à frente da CAO, e o apoio que diz ter sentido por parte da administração da Santa Casa. Segundo Peres Guimarães, a aceitação deste trabalho decorreu um pouco por “carolice”, uma vez que quando o convite lhe foi dirigido, Madeira Rodrigues já tinha o programa estabelecido e objectivos muito bem estruturados relativamente aquilo que pretendia para a exposição, limitando-se o seu trabalho à troca de algumas ideias e sugestões e à execução

¹⁷⁶ Informações fornecidas pela professora Maria João Madeira Rodrigues, em conversa com a própria, a 21 de Outubro de 2010.

¹⁷⁷ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, RODRIGUES, Maria João Madeira, *Museu de Arte Sacra de S. Roque – Ante-Projecto, Comissão Administrativa de Obras, Programa*, s/d, documento inédito, p.2.

¹⁷⁸ Para Fernando Augusto Peres Guimarães veja-se o Elenco Biográfico, p.185.

do projecto.¹⁷⁹ Também Madeira Rodrigues recordou com agrado as excelentes relações profissionais que manteve nesta época com os elementos da CAO, salientando nomes como o do engenheiro José Ferreira da Cunha, do arquitecto Joaquim Areal e Silva, e do arquitecto Tomás Oliveira Dias.¹⁸⁰

No dia 18 de Março de 1965, Madeira Rodrigues entregou à CAO o ante-projecto, constituído pelo programa, memória descritiva e plantas, executado pelo arquitecto Peres Guimarães sob a sua orientação. Nesta proposta inicial, encontravam-se programadas uma série de alterações a realizar no espaço do museu, tendo como objectivo a obtenção de *uma conveniente valorização da excepcional colecção existente*, e a garantia simultânea de uma fácil circulação baseada em conceitos museológicos actuais.¹⁸¹

Esta proposta, elaborada por duas figuras profundamente conhecedoras das normas de salvaguarda patrimonial vigentes e das teorizações contemporâneas da museologia que neste período se afirmavam no panorama nacional, alterou substancialmente o discurso expositivo do museu, caracterizando-se, segundo Peres Guimarães, por uma *preconcebida e intencional assimetria, procurada em função das perspectivas e aberturas obtidas para destruição dos enfiamentos anacrónicos, que a prática actual [desaconselhava] e [condenava], assegurando-se uma distribuição que [procurava] anular a fadiga [resultante] da observação sistemática, intensiva e monótona das colecções – por mais belas e singulares*.¹⁸²

As obras propostas previam diversos trabalhos e arranjos, interessando-nos particularmente aqueles que dizem respeito ao edifício e aos elementos expositores, nomeadamente, no piso térreo (fig.75): a construção de duas vitrinas de dimensões aproximadas para o átrio; o arranjo da sala I com colocação de baias amovíveis adequadas à realização de exposições temporárias e rebaixamento do tecto. No piso I (fig.77): a substituição da base do expositor situado ao cimo das escadas por um material de melhor qualidade e possivelmente forrado a veludo; a abertura de quatro caixas em duas paredes da sala I para instalação de vitrinas e a construção de um elemento expositor a colocar nesta sala; a revisão dos expositores da sala II, possivelmente a serem forrados a veludo (fig.83) e a construção de quatro vitrinas de dupla face para exposição de frontais de altar; a abertura de uma caixa na galeria I, na parede oposta às janelas, também para instalação de uma vitrina (fig.85), e a manutenção da separação, ao nível do

¹⁷⁹ Informações fornecidas pelo arquitecto Fernando Augusto Peres Guimarães, em conversa com o próprio, a 7 de Setembro de 2010.

¹⁸⁰ Informações fornecidas pela professora Maria João Madeira Rodrigues, em conversa com a própria, a 21 de Outubro de 2010.

¹⁸¹ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, GUIMARÃES, Fernando Peres, *Museu de Arte Sacra de S. Roque – Ante-Projecto, Comissão Administrativa de Obras, Memória Descritiva*, 18 de Março de 1965, documento inédito, p.1.

¹⁸² *Idem*, p.2.

tecto, entre a galeria e a sala III, porém com abertura do reposteiro; a abertura de uma caixa na parede da sala III para a instalação de uma vitrina (fig.86), a supressão da janela do topo e a instalação de um fundo em veludo e de um elemento expositor (fig.86); a supressão de duas janelas da parede esquerda da sala IV, a construção de uma grande vitrina de superfície poligonal ou curva, assente no solo (fig.88) e de uma vitrina central (fig.87), e a demolição da parede que separava esta sala da dos serviços do património, surgindo assim a sala V; a abertura de duas caixas para instalação de vitrinas na sala V, a construção de uma vitrina na zona de separação entre as salas IV e V (fig.89), e a abertura de uma passagem para fazer comunicar esta última com a sala II. Nesta zona estava ainda previsto o arranjo geral do vestíbulo e escada de acesso ao 2.º piso, onde foi instalado o gabinete e arquivo do museu (fig.76). A partir da galeria I (1.º piso) todo o pavimento do museu deveria ser assoalhado e realizados acabamentos de construção civil. O museu deveria ser pintado na sua totalidade e o pavimento revestido a plástico (vinil?) de cor uniforme. As vitrinas deveriam ser de fácil acesso, de estrutura metálica¹⁸³, herméticas e com iluminação própria. Previa-se a instalação de projectores para iluminação directa, e a instalação de ar condicionado e de um sistema de alarme contra roubo e incêndio. No que diz respeito à arrecadação (reserva), estava prevista a incorporação da área denominada casa-forte no espaço do museu, e a divisão da galeria II em duas partes, constituindo os primeiros 12 metros uma galeria de estudo para exposição temporária, e o restante espaço a arrecadação (reserva) propriamente dita (fig.77).¹⁸⁴

Foi notável a vontade deste projectista em valorizar também o pátio central, em redor do qual o museu se passou a desenvolver, concebendo que *o seu cuidado ajardinamento* [poderia] *constituir mais um centro de interesse do museu, resultando em natural expansão e circulação dos visitantes, nos meses propícios da Primavera ao Outono* (fig.77).¹⁸⁵ Conforme mencionamos um pouco acima, foi nesta época que surgiu, pela primeira vez na história deste espaço museológico, a vontade de instalação de sistemas de ar condicionado e de alarme contra incêndios e roubos. Segundo a proposta do arquitecto, o sistema de ar condicionado *incluindo também desumidificadores* [poderia ser conseguido com] *uma pequena unidade central na zona do Museu I, a colocar possivelmente na área do depósito, assegurando-se a circulação de ar*

¹⁸³ Segundo o arquitecto Fernando Augusto Peres Guimarães a estrutura metálica era em alumínio. Informações fornecidas pelo próprio a 7 de Setembro de 2010.

¹⁸⁴ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, RODRIGUES, Maria João Madeira, *Museu de Arte Sacra de S. Roque – ante-projecto*, Comissão Administrativa de Obras, Programa, 18 de Março de 1965, documento inédito, pp.2 a 6.

¹⁸⁵ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, GUIMARÃES, Fernando Peres, *Museu de Arte Sacra de S. Roque – Ante-Projecto*, Comissão Administrativa de Obras, Memória Descritiva, 18 de Março de 1965, documento inédito, p.4.

*corrigido por intermédio de condutas apropriadas.*¹⁸⁶ Apesar disto, de acordo com o que nos foi transmitido por Maria João Madeira Rodrigues, foi decidido não instalar o sistema de ar condicionado nas salas de exposição por considerarem que, a sua gestão humana punha em causa a manutenção de condições ambientais estáveis e adequadas. Madeira Rodrigues optou por controlar o ambiente apenas no interior das vitrinas dos têxteis através da sua abertura periódica, permitindo assim a circulação de ar no interior das mesmas. Deste modo, o único local onde foi instalado ar condicionado no museu, nesta época, foi no gabinete da conservadora.¹⁸⁷

Na sequência da proposta do arquitecto Fernando Augusto Peres Guimarães, o projecto das obras de remodelação terá sido finalmente executado¹⁸⁸ e os trabalhos de renovação do museu, acompanhados e orientados por Maria João Madeira Rodrigues.¹⁸⁹

Relativamente a este assunto foram ainda analisados os cadernos de encargos dos projectos de especialidade, elaborados com vista à execução das empreitadas dos toscos e acabamentos, dos quais recolhemos algumas informações respeitantes ao museu I, também relevantes para este estudo. Assim, a empreitada de acabamentos englobava: o fornecimento e colocação de tijoleira prensada no pavimento do terraço exterior do 2.º piso, inserido no claustro (fig.77); o revestimento dos pavimentos com laminado do tipo *Alcaplast*¹⁹⁰ raiado mate, na cor cinzento-escuro, nas salas e galerias do 1.º piso, incluindo a galeria de exposições temporárias; a galeria e escada de acesso às dependências do 2.º piso, ocupadas pelos serviços administrativos, e o corredor de acesso a estes serviços, no 2.º piso.¹⁹¹ Incluía ainda o acabamento de paredes e tectos, nomeadamente a execução de rebocos e estuques, sobre as placas de estafe nas abas laterais do tecto falso da sala de exposições temporárias, sobre placas de estafe no tecto falso projectado entre as salas IV e V, e sobre as placas de estafe em metal distendido, nos remates superiores das duas vitrinas das salas IV e V, e ainda a execução de sancas nestas duas salas, tudo no 1.º piso. A pintura de todas as paredes e tectos deveria ser realizada com tinta de esmalte plástica do tipo *Super-Rep*, incluindo uma demão de isolante.¹⁹² Todas as caixilharias, aros, guarnecimentos, portas interiores e exteriores, com excepção das acabadas a cera ou verniz,

¹⁸⁶ *Idem*, pp. 1 a 5.

¹⁸⁷ Informações fornecidas pela professora Maria João Madeira Rodrigues, em conversa com a própria, a 21 de Outubro de 2010.

¹⁸⁸ Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/OA/MS/04/Lv 051, fl.427, (19 de Dezembro de 1968).

¹⁸⁹ Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/OA/MS/04/Lv 047, fl.377, (23 de Dezembro de 1964).

¹⁹⁰ Segundo o que conseguimos apurar, o laminado tipo “alcaplast” seria uma lâmina de plástico semelhante ao vinil actualmente aplicado no pavimento do museu, porém, de outra tonalidade.

¹⁹¹ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, GUIMARÃES, Fernando Peres, *Remodelação do Museu de Arte Sacra da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Acabamentos*, Comissão Administrativa de Obras, Caderno de Encargos, 21 de Maio de 1967, documento inédito, s/nº pp.

¹⁹² Cf. *Ibidem*.

grades de ferro dos vãos interiores ou exteriores, grades de escadas e roda-pés de madeira, deveriam ser pintados a óleo, *a 3 demãos e 1 de esmalte semi-fôsko*, devendo, no caso dos elementos em ferro, ser ainda aplicada *uma demão de aparelho com zarcão*.¹⁹³ Por último, estava previsto o fornecimento e colocação de estores de lâminas de alumínio em todos os vãos exteriores e o fornecimento e instalação de vitrinas e elementos expositores, projectados especificamente para as peças do museu.¹⁹⁴ No que diz respeito aos elementos expositivos, estava prevista a execução das vitrinas com perfilados metálicos para apoio das chapas de vidro, as bases seriam em material semelhante ao dos pavimentos, devendo ser superiormente rematadas por caixas de madeira com revestimento adequado à instalação de luz eléctrica. Interiormente seriam forradas com veludo nacional de 1.^a qualidade (**figs.78 a 81**).¹⁹⁵ Os expositores seriam construídos em estrutura de madeira, com revestimento de pintura projectada do tipo *flocagem*¹⁹⁶, com a zona superior em vidro, com excepção de cinco, nos quais as peças assentariam simplesmente sobre os plintos (**fig.82**).¹⁹⁷

O projecto de Peres Guimarães compreendia ainda o fornecimento do mobiliário indispensável ao arranjo do museu, nomeadamente, bancos para as salas de exposição, de estrutura metálica e assento revestido a couro, reposteiros e mobiliário *standard* para a zona administrativa.¹⁹⁸

Salientamos as palavras do arquitecto Peres Guimarães, ilustrativas dos seus cuidados na intervenção deste espaço patrimonial: *Foi considerada, para cada sector, a utilização dos materiais mais convenientes à finalidade das instalações, tendo-se procurado que cada um deles possua características que permitam não só a melhor valorização da colecção a expor, como também uma fácil e prolongada conservação. Encara-se portanto, o emprego de materiais de 1.^a qualidade, assim como se considera fundamental que a execução das diversas tarefas seja objecto de cuidados especiais, quanto à qualidade da mão de obra, por forma que a remodelação proposta possa resultar com o nível que o valor da colecção exige*.¹⁹⁹ Estas

¹⁹³ *Ibidem*.

¹⁹⁴ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, GUIMARÃES, Fernando Peres, *Remodelação do Museu de Arte Sacra da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Acabamentos, Comissão Administrativa de Obras*, Memória Descritiva, 21 de Maio de 1967, documento inédito, p.1.

¹⁹⁵ Cf. *Idem*, pp.1 e 2.

¹⁹⁶ *Flocagem* é uma técnica de revestimento de superfícies, que consiste em aplicar fibras (naturais ou sintéticas), chamadas de floco, sobre um adesivo, obtendo-se uma superfície aveludada, tecnicamente chamada de *flocada*. A aplicação do floco é geralmente feita através de um processo electrostático. Cf. Sítio acerca da técnica de flocagem, <http://www.allflock.com.br/floco.html>, consultado a 14.09.2010.

¹⁹⁷ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, GUIMARÃES, Fernando Peres, *Remodelação do Museu de Arte Sacra da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Acabamentos, Comissão Administrativa de Obras*, Memória Descritiva, 21 de Maio de 1967, documento inédito, p. 2.

¹⁹⁸ Cf. *Idem*, p. 3.

¹⁹⁹ *Ibidem*.

palavras iam ao encontro de um dos principais objectivos de Madeira Rodrigues enquanto gestora do património artístico da Santa Casa, que era a conservação e consolidação das colecções à guarda do Museu, particularmente da colecção da Capela de São João Baptista.²⁰⁰ Vasta conhecedora do valor histórico, artístico e material do património a expor, Madeira Rodrigues desde cedo manifestou uma franca preocupação pela sua conservação, optando, em conjunto com Peres Guimarães, pela utilização de materiais de superior qualidade.

A salvaguarda e conservação dos bens patrimoniais eram conceitos e preocupações bastante evidentes na época, veja-se o curso de conservadores frequentado por Madeira Rodrigues na primeira metade da década de 1960, único no país até aos dias de hoje. A implementação deste curso é reveladora da consciencialização por parte dos governantes da época, de que era essencial para os museus, palácios e monumentos portugueses a criação uma classe de técnicos especializados nas áreas da conservação e gestão das colecções. Na memória de Maria João Madeira Rodrigues mantém-se ainda os nomes de alguns dos seus professores, figuras consagradas da conservação e da história como João Couto, Abel de Moura, Maria José Mendonça, Mário Tavares Chicó, Scarlet Lambrino, Adriano de Gusmão e Maria José Taxinha.²⁰¹

Após a concretização das obras, e de acordo com os novos conceitos museológicos, Maria João Madeira Rodrigues libertou o museu da anterior sobrecarga museográfica, imprimindo ao espaço uma apresentação leve, restrita àquilo que considerou essencial, nomeadamente algumas das peças mais representativas da Capela de São João Baptista. A diminuição do número de objectos apresentados, exponenciada pela simplicidade estética das vitrinas, contribuiu largamente para a leitura e valorização dos primeiros.

Esta renovação museológica, como outras da época, foi naturalmente influenciada pelo magnífico e moderno projecto da Sede e Museu da Fundação Calouste Gulbenkian, executado na primeira metade da década de 1960. *Obra sem equivalentes no nosso meio, tanto pela originalidade e complexidade do programa como pelos meios técnicos e de financiamento postos ao serviço da sua concretização [...], ao nível das realidades do nosso país, este projecto [veio] consolidar a presença de uma nova arquitectura.*²⁰² O programa das instalações da Sede e Museu da Fundação, elaborado com a *assistência especializada de alguns consultores*

²⁰⁰ Informações fornecidas pela professora Maria João Madeira Rodrigues, em conversa com a própria, a 21 de Outubro de 2010.

²⁰¹ Cf. *Ibidem*.

²⁰² “A Sede e Museu da Fundação Calouste Gulbenkian”, in *Arquitectura: Arquitectura, Planeamento, Design, Artes Plásticas*, n.º111, Setembro-Outubro, 1969, p.211.

estrangeiros, ficou concluído em 1959, tendo o projecto definitivo sido iniciado em 1961.²⁰³ No projecto de Peres Guimarães, estabelecido também na década de 1960 para o Museu de São Roque, podemos encontrar alguns pontos de contacto com o projecto da Gulbenkian, situação inevitável uma vez que este último se tornou num projecto de referência a nível nacional, e particularmente na cidade de Lisboa. Tal como havia acontecido com o projecto do Museu Calouste Gulbenkian²⁰⁴, também no do Museu de São Roque o arranjo interior obedeceu a critérios de sobriedade, particularmente no respeitante às vitrinas e plintos, que foram planeadas por ambos os intervenientes, arquitecto e conservadora, com base nos elementos equivalentes adoptados pelo Museu da Gulbenkian.²⁰⁵ Simultaneamente, e apesar de em muito menor escala, também no espaço de São Roque houve a preocupação de criar espaços ajardinados, nomeadamente através da recuperação parcial do claustro, como elemento de interesse naturalista e centralizador da exposição.

Segundo Peres Guimarães, este projecto terá sido espontaneamente influenciado não só pela conjuntura nacional, como também internacional, uma vez que tanto o arquitecto como a conservadora tiveram contacto com as realidades de outros países, nomeadamente a Americana e a Brasileira.²⁰⁶ Ambos salientaram o excelente ambiente de trabalho vivido durante a concretização deste projecto e o apoio que sentiram por parte da administração da Misericórdia de Lisboa.²⁰⁷

As novas instalações do Museu de São Roque foram inauguradas a 2 de Julho de 1968, tendo presidido a este acto o Presidente da República, Américo Tomás e comparecido numerosas individualidades e membros do governo (fig.90 a 92).²⁰⁸ A Fundação Calouste Gulbenkian subsidiou, em grande parte, estes trabalhos, tendo a Mesa agradecido ao seu presidente, José de Azeredo Perdigão, a possibilidade de realização das *obras de valorização do Museu, indispensáveis a uma exposição condigna do valioso recheio nele existente*.²⁰⁹

²⁰³ Cf. *Idem*, pp.218 e 223.

²⁰⁴ Cf. *Idem*, p. 225.

²⁰⁵ Informações fornecidas pelo arquitecto Fernando Augusto Peres Guimarães, em conversa com o próprio, a 7 de Setembro de 2010.

²⁰⁶ Cf. *Ibidem*

²⁰⁷ Informações fornecidas pelo arquitecto Fernando Augusto Peres Guimarães, em conversa com o próprio, a 7 de Setembro de 2010 e pela professora Maria João Madeira Rodrigues, em conversa com a própria, a 21 de Outubro de 2010.

²⁰⁸ Cf. “O Museu de S. Roque tem novas instalações”, in *Diário de Lisboa*, ano 48, n.º 16356, 2 de Julho de 1968, p.14.

²⁰⁹ SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/OA/MS/04/Lv 051, fls.268 e 269, (11 de Julho de 1968).

2.6. AS OBRAS DA CAO E O PROJECTO NÃO CONCRETIZADO DE SÉRGIO CASTANHEIRA INFANTE (1980-1988)

As intervenções arquitectónicas no museu na década de 1980, caracterizaram-se por uma pluralidade de intervenientes, englobando acções projectadas e coordenadas pela conservadora Madeira Rodrigues e pelo arquitecto Sérgio Infante e, simultaneamente, acções de conservação e manutenção do edifício, dirigidas pela CAO.

Estas acções coexistiram no tempo, tendo porém objectivos distintos, sendo que a primeira pretendia implementar um projecto cultural de grande envergadura e ambição, e a segunda pretendia resolver problemas imediatos, de manutenção dos espaços.

Apesar do intento inicial, o projecto desenvolvido pelo arquitecto Sérgio José Castanheira Infante (1947-)²¹⁰, do Gabinete de Estudos para a Recuperação do Património Arquitectónico e Urbano – SIGERP, Lda., de que falaremos mais à frente, nunca foi concretizado, alegadamente por questões inerentes à conjuntura vivida na época pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Porém, devido à relevância do programa estipulado pela conservadora Maria João Madeira Rodrigues e arquitecto Sérgio Infante, bem como pelas similitudes de alguns aspectos deste projecto com o desenvolvido mais tarde pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, considerámos inevitável abordar a proposta apresentada pela SIGERP que, aparentemente se revelou demasiado ambiciosa para a instituição na época.

Em 1980, sob a orientação de Maria João Madeira Rodrigues, foi aprovado e iniciado um programa de reintegração do museu, através da identificação das suas influências históricas, e da sua caracterização como *Museu de Monumento*.²¹¹ Este programa englobava a valorização qualitativa dos espaços e colecções, tendo como argumento central *a ampliação do museu por meio de trabalhos de revivificação total do espaço*.²¹² Em 1980, Madeira Rodrigues elaborou uma *Reflexão acerca do Museu de São Roque no Programa de Redefinição Cultural da Misericórdia de Lisboa*, analisada pelo provedor da Santa Casa, Pedro Pestana de Vasconcelos²¹³, a 24 de Outubro do mesmo ano, na qual revelava os seus intentos relativamente ao futuro do espaço do museu. Nesta reflexão abordou diversos pontos, nomeadamente, a definição do estatuto orgânico do Museu de São Roque; a conservação, salvaguarda e

²¹⁰ Para Sérgio José Castanheira Infante veja-se o Elenco Biográfico, p.194.

²¹¹ Maria João Madeira Rodrigues teve desde cedo a intenção de “reclassificar o Museu, não como um museu específico de Arte Sacra mas num sentido mais lato e simultaneamente mais actualizado como Museu do Monumento que a Igreja de São Roque representa.” Cf. RODRIGUES, Maria João Madeira, *Op. Cit.*, 2 de Julho de 1968, s/nº pp.

²¹² RODRIGUES, Maria João Madeira, *Arquitectura – Igreja e Casa Professa de S. Roque*, 1988, pp.7 a 10.

²¹³ Para Pedro Pestana de Vasconcelos veja-se o Elenco Biográfico, p.192.

investigação das colecções; a identificação do museu como centro cultural por via de um serviço de extensão educativa e a ampliação do mesmo. Neste último ponto, a conservadora propunha a extensão das áreas expositivas do museu, *ideia presente desde 1968*, na época limitadas pelos serviços da Santa Casa. Madeira Rodrigues considerava que estas áreas deviam ser reconhecidas como espaço cultural de São Roque, tendo referido: *Sem qualquer crítica negativa, verifica-se na Misericórdia de Lisboa a prática comum em Portugal de utilização dos monumentos para instalação de serviços, prática hoje desautorizada – Carta de Atenas, Declaração de Amsterdão – pois não se traduzindo numa eficácia desses serviços, apenas contribui para a delapidação do nosso património arquitectónico.*²¹⁴ Na sua reflexão, apontou ainda os espaços por si considerados adequados e viáveis à extensão do museu, assumindo que todos eles faziam parte do espaço histórico da Igreja de São Roque e, por isso, enriqueceriam a compreensão do monumento. Além de uma zona de prolongamento do museu II, não incluído no âmbito deste trabalho, os espaços propostos foram: a área contígua à entrada do museu, do lado oeste do claustro (designada por A1) e a área da tesouraria (designada por A), ambas no rés-do-chão; bem como a área do lado oeste do segundo claustro (designada por C), situada no 1.º andar (fig.93 e 94). Segundo a conservadora, a integração destas zonas no museu traria grandes vantagens, nomeadamente, na zona do 1.º piso, para as colecções expostas e para o percurso museológico e, no rés-do-chão, para albergar exposições temporárias e uma pequena sala para palestras ou reuniões.²¹⁵ Face a isto, a 24 de Março de 1981, a Mesa da SCML deliberou *um conjunto de objectivos e acções a serem prosseguidos*, entre eles, *Ampliar o Museu.*²¹⁶

A 21 de Julho de 1981, a Mesa da Santa Casa decidiu concordar com o *Programa para o Biénio 1981 a 1982*, apresentado por Madeira Rodrigues²¹⁷, tendo ficado estipulado na sessão de 16 de Setembro, que a ampliação teria lugar à medida que fosse havendo espaço disponível, com base no projecto de mudanças de instalações de alguns serviços.²¹⁸

Neste contexto, Maria João Madeira Rodrigues terá abordado o arquitecto Sérgio Infante, no sentido de o convidar a executar o projecto arquitectónico do programa que ela havia determinado. Segundo Sérgio Infante, este convite surgiu na sequência de um trabalho executado

²¹⁴ SCML, Arquivo da Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos (DGIE), Processo 115 D, Dossier S. Roque – Igreja e Museu, 5º volume, RODRIGUES, Maria João Madeira, *Reflexão acerca do Museu de São Roque no Programa de Redefinição Cultural da Misericórdia de Lisboa*, 1980, texto e plantas inéditos, p.9. Este documento existe em duas cópias, uma no Arquivo da Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos (DGIE), contemplando texto, plantas e carimbo de entrada na provedoria, e outra cópia no Arquivo do Museu de São Roque, que contempla apenas o texto.

²¹⁵ Cf. *Ibidem*.

²¹⁶ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, *Certidão da Deliberação da Mesa da SCML*, de 24 de Março de 1981, pp.1 e 27.

²¹⁷ Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/AO/MS/04/Lv 070, fl.371 (21 de Julho de 1981).

²¹⁸ Cf. *Idem*, fl.455 (16 de Setembro de 1981).

anteriormente pela firma SIGERP, de restauro da Capela de São João Baptista, da Igreja de São Roque, que terá propiciado uma boa relação pessoal e profissional entre ambos, e levado à aceitação do trabalho por parte do arquitecto.²¹⁹

A 8 de Janeiro de 1982, estiveram presentes numa reunião acerca da ampliação do museu, o engenheiro Teles, Maria João Madeira Rodrigues, ambos da Santa Casa, e o arquitecto Sérgio Infante, na sequência da qual, a conservadora terá referido que *dadas as circunstâncias e na impossibilidade de se chegar a conclusões definitivas, foi acordado pelo senhor engenheiro Teles e [pela própria] estabelecer uma panorâmica dos problemas da Igreja e Museu de São Roque, tendo havido o cuidado de esclarecer que os compromissos possíveis só diriam respeito ao levantamento arquitectónico já aprovado, e à programada colaboração no projecto do Museu II*²²⁰. O levantamento arquitectónico aqui referido seria provavelmente o respeitante ao Museu I e áreas envolventes, realizado pelo arquitecto Sérgio Infante (fig.100 a 102).

A 16 de Julho de 1982, o engenheiro técnico principal da CAO, Carlos Alberto da Costa Luis, elaborou uma *Memória* referente às *Obras de Conservação dos Museus I e II*, para apresentação superior, na qual se encontravam discriminados, entre outros, os trabalhos previstos para o Museu I, nomeadamente: 1.2. [a] *execução de pintura de tectos com tinta plástica a três demãos, incluindo reparações e isolamento das superfícies* [trabalhos estes realizados no] 1.º andar: *escada, sala I, II, III, IV e V, galeria I* [e] *galeria de estudo*, [e no] *rés-do-chão: átrio* [e] *sala I*; [...] 1.4. [a] *execução de pinturas de portas, portadas, estores, janelas e guarnecimentos com tinta de esmalte a três demãos, sendo uma com aparelho*, [e] *incluindo queimar a tinta velha e reparar as ferragens*; [...] 1.5. [a] *execução de pinturas de rodapés com tinta de esmalte incluindo reparação e preparação das superfícies a pintar* [trabalhos estes realizados no] 1.º andar: *sala I, II, III, IV e V, galeria de estudo, galeria I* [e] *escada*, [e no] *r/chão: átrio* [e] *sala I*; [...] 1.6. [a] *execução de pintura com tinta de esmalte sobre ferro a três demãos (primário, aparelho e esmalte) incluindo reparar, picar e raspar toda a tinta velha existente* [trabalhos estes realizados no] *terraço do 1.º andar*.²²¹

No dia 20 do mesmo mês (Julho 1982), o engenheiro Carlos Alberto da Costa Luís transmitiu ao presidente da CAO que o *Exmo. [provedor-]adjunto Dr. Manuel Pinto*, por *despacho verbal* [havia autorizado] *a realização das obras de conservação dos Museus I e II*

²¹⁹ Informações fornecidas pelo arquitecto Sérgio Castanheira Infante, em conversa com o próprio, a 7 de Janeiro de 2011.

²²⁰ SCML, Arquivo da Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos (DGIE), Processo 115 D, Dossier S. Roque – Igreja e Museu, 6º volume, ofício 2/82, de Maria João Madeira Rodrigues, ao chefe de divisão da Secretaria-Geral da SCML, de 12 de Janeiro de 1982, s/nº pp.

²²¹ *Idem*, *Memória* referente às obras de conservação dos Museus I e II, do engenheiro técnico principal da Comissão Administrativa de Obras, Carlos Alberto da Costa Luis, de 16 de Junho de 1982, pp. 1 a 6.

[...].²²² Face a esta anuência, e com vista à realização das obras, os Serviços Técnicos da CAO convidaram a firma de construção civil José Antunes Sereno, *adjudicatária de outras obras realizadas e em curso na Misericórdia*, a apresentar uma proposta de orçamento para a execução²²³, tendo esta sido anexada à informação da CAO.²²⁴ Neste contexto, a 26 de Julho de 1982 o presidente da CAO sugeriu ao provedor da SCML, que fosse realizado um pedido de *autorização ministerial para a adjudicação da empreitada a José Antunes Sereno*, tendo no dia 27 do mesmo mês, a Mesa deliberado que fosse solicitada ao Ministério esta autorização, que veio a ser concedida no dia 3 de Agosto do mesmo ano.²²⁵

A 10 de Fevereiro de 1983, Maria João Madeira Rodrigues, consciente da importância patrimonial do acervo de São Roque e das limitações físicas do espaço disponível para o albergar, vai novamente concentrar esforços na tentativa de ampliação da área expositiva, apresentando à Santa Casa um programa para tal. Neste, além de apresentar novamente a proposta de ampliação, a conservadora volta a sugerir o conceito de *Museu de Monumento*, referindo que *O Museu de São Roque não se origina na vontade ocasional de constituir uma colecção e um museu, mas é antes o resultado de uma sedimentação temporal de que a Igreja de São Roque constitui o primeiro vector*.²²⁶ Como pessoa conhecedora das áreas da arquitectura e da salvaguarda de monumentos, é provável que quando Madeira Rodrigues manifestou a sua vontade de caracterizar o Museu de São Roque como um *Museu de Monumento*, tivesse em mente as resoluções do II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, decorrido em Veneza, em 1964.²²⁷ Isto parece-nos particularmente notório no que se refere aos artigos 7.º e 8.º da Carta de Veneza, que referem, respectivamente, que *um monumento é inseparável da história, da qual é testemunho, e do meio em que está inserido. A remoção do todo ou de parte do monumento não deve ser permitida, excepto quando tal seja exigido para a conservação desse monumento ou por razões de grande interesse nacional ou internacional e os elementos de escultura, pintura ou decoração, que façam parte integrante de um monumento, apenas poderão ser removidos se essa for a única forma de garantir a sua preservação*.²²⁸ Na

²²² *Idem*, informação do engenheiro técnico da CAO, Carlos Alberto da Costa Luis, ao presidente da CAO, de 20 de Julho de 1982.

²²³ Cf. *Idem*, *Proposta de Preço*, da firma José Antunes Sereno, de 19 de Julho de 1982.

²²⁴ Cf. *Idem*., informação do engenheiro técnico da CAO, Carlos Alberto da Costa Luis, ao presidente da CAO, de 20 de Julho de 1982.

²²⁵ Cf. *Idem*, ofício n.º 0531, do presidente da CAO, ao provedor da SCML, de 26 de Julho de 1982.

²²⁶ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, RODRIGUES, Maria João Madeira, *Programa para 1983, Documento Anexo Nº1, Ampliação do Museu de São Roque*, documento inédito, policopiado apresentado à Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 10 de Fevereiro de 1983.

²²⁷ Cf. “Carta de Veneza 1964 – Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios”, in PRIMO, Judite (Org.), *Museologia e Património: Documentos Fundamentais*, nº15, 1999.

²²⁸ *Idem*, p.101.

sequência da proposta apresentada pela conservadora, a Mesa deliberou concordar com o programa para 1983, sobre a ampliação do Museu de São Roque.²²⁹

A 20 de Maio do mesmo ano (1983), Madeira Rodrigues informou o presidente da CAO do trabalho de *levantamento arquitectónico e arqueológico respeitante aos antigos claustros e áreas de envolvimento, abrangendo [os] serviços da Misericórdia e zonas anexas da Igreja e Museu*, que estaria, à data, a decorrer pela mão do arquitecto Sérgio Infante.²³⁰ No mesmo documento, solicitou à CAO os *desenhos de plantas, levantamentos e outros elementos gráficos (incl. cortes/ alçados) das seguintes áreas: 1. área do antigo claustro ocupado por: pátio junto aos serviços de lotaria [...] e todos os serviços adstritos de lotaria e tesouraria (figs.95 a 99); corredor e entrada principal; 2. área do antigo claustro ocupado por: sala de extracções da lotaria, serviços anexos – publicidade, salas, corredores e gabinetes da lotaria; [e] 3. área da cisterna.*²³¹ Este pedido teria provavelmente como objectivo auxiliar o arquitecto Sérgio Infante no seu trabalho de levantamento, tendo o presidente da CAO sugerido que seria mais conveniente que o arquitecto examinasse na CAO os levantamentos existentes, e escolhesse aqueles que tivessem interesse para o seu trabalho.²³² Esta conjuntura é reveladora da vontade de Madeira Rodrigues em alargar o espaço cultural da Misericórdia às áreas arquitectónicas mais nobres (antigos claustros), tendo esta hipótese sido delineada por Sérgio Infante (figs.103, 104, 123 e 124).²³³

A 7 de Fevereiro de 1984, a conservadora Maria João Madeira Rodrigues informou o adjunto da provedoria da SCML, Manuel Pinto, que *em uma obra supostamente efectuada no arquivo, e cujo processo não passou pelos serviços do museu, [havia] ocorrido] danificações na área ocidental da galeria da Igreja de São Roque*. Face a esta situação, a conservadora solicitou que, superiormente, fossem determinadas as seguintes medidas: *1. Que não [fossem] efectuadas obras no raio de 50 metros dos limites da Igreja e Museu de São Roque, como [estava] disposto na legislação pertinente a Monumentos Nacionais*²³⁴, *sem parecer do serviço do museu que, ouvida a Comissão Administrativa de Obras, [encaminharia] conforme as circunstâncias o*

²²⁹ Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/AO/MS/04/Lv 073, fl.84 (10 de Fevereiro de 1983).

²³⁰ Cf. SCML, Arquivo da Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos (DGIE), Processo 115 D, Dossier S. Roque – Igreja e Museu, 6º volume, ofício 22/83, da assessora Maria João Madeira Rodrigues, ao presidente da CAO, de 20 de Maio de 1983.

²³¹ *Ibidem*.

²³² Cf. *Idem*, ofício s/n, do presidente da CAO, à assessora Maria João Madeira Rodrigues, de 20 de Maio de 1983.

²³³ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Conjunto de plantas e desenhos de Sérgio Infante, *Museu de S. Roque, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, 1983.

²³⁴ Apesar de Madeira Rodrigues fazer referência a existência de legislação que previa uma zona de protecção de 50 metros em torno dos monumentos classificados, na realidade esta cláusula foi definida somente pelo artigo 22.º, da Lei nº13/85, aprovada a 6 de Julho de 1985. Apesar disto, esta afirmação revela que Madeira Rodrigues estava actualizada em torno da discussão inerente à aprovação deste diploma.

*projecto para as entidades correspondentes (Instituto Português do Património Cultural; Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais); 2. Que [fosse] revisto qualquer processo de obra interna que [pudesse] violar o espaço arquitectónico do museu; 3. Que, a efectuar-se qualquer obra autorizada, [fossem] tomadas precauções no sentido de evitar percussões, demolições e trepidação que [pussem] em causa os revestimentos, já de si bem frágeis, da igreja; 4. Que se [considerasse] com extrema prudência qualquer obra a ocorrer nas áreas contíguas ao espaço da igreja e museu; 5. Que se [elaborasse] um plano de actuação geral quando tais obras [fossem] indispensáveis.*²³⁵ Relativamente a este assunto, a Mesa deliberou, a 12 de Novembro de 1985, que o Museu e a Comissão Administrativa de Obras [estabelecessem] e [propusessem] à Mesa, a partir de plantas actualizadas, a área protegida do “Monumento”, a qual [viria] a constituir um limite obrigatório à expansão e ocupação de espaços por parte dos outros serviços da SCML.²³⁶ Simultaneamente, a Mesa decidiu que a concreta definição daquela área protegida [passaria a ser] acompanhada dos programas a prazo já aprovados pela Mesa, ou que se [considerasse] conveniente propor, relativos à ampliação do Museu.²³⁷

A 16 de Janeiro de 1986, o arquitecto Sérgio Infante, remeteu a Madeira Rodrigues, na época já designada *assessora para o património arquitectónico e artístico da Misericórdia de Lisboa*, algumas propostas de intervenção para espaços do museu e igreja, entre as quais duas hipóteses para a área do Museu I, designadamente: 3.1. *Área alargada ao claustro a recuperar, novas áreas de exposição adjacentes (r/c) e remodelação do 1º piso;* [ou] 3.2. *Remodelação exclusiva da área já existente (1º piso) e das vitrinas.*²³⁸ Anexados a esta proposta encontravam-se dois modelos de contrato, adequados a cada uma das hipóteses, sendo a escolha deixada ao critério de Madeira Rodrigues e, naturalmente, dos seus superiores na instituição. O contrato relativo à primeira hipótese, propunha a realização do projecto visando a remodelação da área de exposição existente no piso 1, nomeadamente, a *recuperação das vitrinas (alteração do sistema de abertura e substituição dos difusores) (figs.105 a 122), [o] aumento das vitrinas e elementos expositores (nomeadamente para a maqueta da Capela de S. João Baptista e [a] implantação dum espaço polivalente para reuniões-conferências. No r/c, [a] organização da área de entrada, recepção, exposições temporárias, [e] exposição permanente sobre a Misericórdia de Lisboa (Recuperação do Claustro) (fig.103).*²³⁹ Anexado a este contrato encontrava-se um desenho de

²³⁵ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier S.C.C. (CAO), Obras, 1981-1987, ofício 6/84, da assessora Maria João Madeira Rodrigues, ao adjunto do provedor, Manuel Pinto, de 7 de Fevereiro de 1984, pp.1 e 2.

²³⁶ *Idem*, certidão da acta da Sessão da Mesa de 12 de Novembro de 1985.

²³⁷ *Ibidem*.

²³⁸ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier SIGERP 1982-1988, ofício do arquitecto Sérgio Infante, à assessora Maria João Madeira Rodrigues, de 16 de Janeiro de 1986.

²³⁹ *Ibidem*.

Sérgio Infante, ilustrativo da sua proposta de recuperação para o claustro pequeno (**fig.125**); um levantamento fotográfico deste espaço, prévio à sua recuperação (**figs.95 e 96**); e uma planta com a proposta de intervenção de Sérgio Infante, ao nível do piso 0 (**fig.103**). O contrato relativo à segunda hipótese sugeria *a remodelação da área de exposição existente no piso 1, [a] recuperação das vitrinas (alteração do sistema de abertura e substituição dos difusores), [o] aumento das vitrinas e elementos expositores (nomeadamente para a maqueta da Capela de S. João Baptista) e [a] implantação dum espaço polivalente para reuniões-conferências.*²⁴⁰

Em meados de 1986, Madeira Rodrigues remeteu ao provedor da SCML, José Damasceno de Campos²⁴¹ (**fig.126**), três programas para obras na Igreja e Museu de São Roque, sendo o terceiro relativo a pequenas intervenções no Museu I que, segundo a assessora, *permitiriam actualizar as salas de exposição que desde 1968 não [havia] sofrido alteração.* Assim, para o Museu I, propunha: 1. [a] *revisão da instalação eléctrica [...]*; 2. [a] *substituição dos difusores de luz das vitrinas*; 3. [a] *revisão dos estores das janelas*; 4. [e uma] *pintura geral, sendo que estes trabalhos poderiam ser executados pelos Serviços Industriais da SCML.*²⁴² A apresentação deste programa leva-nos a crer que, nesta época, Madeira Rodrigues teria já conhecimento de que o projecto de Sérgio Infante não se concretizaria, pois, só assim faria sentido propor arranjos análogos para o mesmo espaço.

A 11 de Julho do mesmo ano (1986), a assessora Madeira Rodrigues alertou o chefe de divisão da Secretaria-Geral da SCML, Vítor Frias, para a necessidade de revisão dos sistemas de alarmes contra roubo e intrusão no museu e igreja, situação que, segundo Madeira Rodrigues, havia sido despachada pelo provedor a 24 de Abril do mesmo ano. A assessora propunha a *revisão total da instalação eléctrica do museu, e a obtenção de um serviço de segurança suplementar.*²⁴³ A 16 de Julho, Vítor Frias concordou com a revisão dos sistemas de alarmes contra roubo e intrusão, e com a verificação da instalação eléctrica do museu de modo a diminuir o risco de incêndio, porém, referiu considerar desnecessário o reforço de segurança. Este parecer mereceu a concordância do provedor da instituição.²⁴⁴ Ainda neste âmbito, a 12 de Maio de 1987, Maria João Madeira Rodrigues elaborou um documento intitulado *Normas Básicas de Segurança e Protecção contra Incêndios*, que visava a implementação de determinadas regras de

²⁴⁰ *Ibidem.*

²⁴¹ Para José Damasceno de Campos veja-se o Elenco Biográfico, p.188.

²⁴² SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier S.C.C. (CAO), *Obras, 1981-1987*, ofício 49/86, da assessora Maria João Madeira Rodrigues, ao provedor da SCML, de 9 de Junho de 1986.

²⁴³ *Idem*, ofício 57/86, da assessora Maria João Madeira Rodrigues, ao chefe de divisão da Secretaria-Geral da SCML, Vítor Frias, de 11 de Julho de 1986.

²⁴⁴ Cf. *Idem*, ofício (s/n.º) do chefe de divisão da Secretaria-Geral, Vítor Frias, ao provedor da SCML, de 16 de Julho de 1986.

segurança que deveriam ser assimiladas por todos os funcionários do museu e igreja, incluindo os trabalhadores ocasionais.²⁴⁵

Em Julho de 1987, Madeira Rodrigues terá remetido ao chefe de divisão da Secretaria-Geral da SCML, Vítor Frias, um parecer acerca da obra a decorrer na antiga Tesouraria, actual espaço do museu, *implantada sobre a área antiga e claustrada da Igreja de São Roque*, a qual terá sido adjudicada à firma *Rei Midas*. Relativamente a este assunto, a assessora manifestou a sua preocupação e desacordo de forma clara e directa, referindo: *Existe desde 1983 um levantamento e estudo prévio orientado por mim e realizado pelo arquitecto Sérgio Infante e que deu origem à proposta de recuperação da área de claustros de São Roque a que foi aposta a deliberação de Mesa de 27 de Setembro do mesmo ano. Este plano supunha a prospecção arqueológica complementar que confirmaria as hipóteses postas. Todo este processo dependia da reinstalação da lotaria e aguardava a desocupação da área. [...] Surpreendentemente sou confrontada agora com uma obra já iniciada, obra de alterações embora, mas que não só afectará as supostas prospecções arqueológicas, como também anulou a possibilidade de um acompanhamento que mesmo de uma forma pontual permitiria recolher mais dados. A obra de que desconheço o percurso legal e que de igual modo não sei se detém as necessárias autorizações – D.G.E.M.N. e I.P.P.C. – não sendo assim, é contrária à legislação geral sobre Monumentos Classificados – D.G.E.M.N. e I.P.P.C. Ainda, não respeitou o despacho interno de 7.2.84 que obrigava a parecer prévio qualquer intervenção. [...] Quanto a uma peritagem sobre a obra em curso, o meu parecer é do seguinte teor: 1. Está sendo efectuada uma obra que a nível dos nossos serviços não tem programação, sem acompanhamento especializado: conservador, historiador, arquitecto. 2. Não foram efectuadas prospecções arqueológicas. 3. Não foi feito levantamento arquitectónico prospectivo nem utilizado o levantamento existente. 4. Foi cortada a possibilidade de estudo dos materiais retirados o que permitiria fundamentar cronologias, pois segundo indicação, o material foi para o vazadouro directo. É mais uma vez uma intervenção pontual que não contempla o sentido do espaço erudito de São Roque. Excede a minha competência impedir o prosseguimento da obra, mas discordo dela nos termos em que foi programada.*²⁴⁶ No seu argumento, Madeira Rodrigues terá tido como suporte a aprovada Lei de bases do património cultural português n.º13/85, de 6 de Julho, que no artigo 14º, n.º1, refere que *os imóveis classificados ou, em vias de classificação pelo Ministério da Cultura não*

²⁴⁵ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier: 3. CS (CAO), 4. Sist. Alarmes c. Roubo, 5. Sist. Alarmes c. Incêndio, 1978 – 1987, “Normas Básicas de Segurança e Protecção contra Incêndio”, de 12 de Maio de 1987, pp. 1 e 2.

²⁴⁶ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier S.C.C. (CAO), Obras, 1981-1987, ofício 46/87, parecer da assessora Maria João Madeira Rodrigues, ao chefe de divisão da Secretaria-Geral da SCML, de 17 de Julho de 1987, pp.1 e 2.

*poderão ser demolidos, no todo ou em parte, nem ser objecto de obras de restauro, sem prévio parecer do IPPC.*²⁴⁷ No seu parecer, Madeira Rodrigues vai tentar sujeitar o edifício do Museu de São Roque à mesma regulamentação a que estava sujeita a Igreja de São Roque, porém, apenas esta última era de facto património classificado.²⁴⁸

Ainda a 17 de Julho de 1987, e na sequência do parecer de Madeira Rodrigues, Vítor Frias elaborou uma informação, na qual concordou com o facto de não terem sido acautelados aspectos fundamentais, referindo, porém, que a gravidade da situação só poderia ser avaliada após uma análise mais concreta. A esta declaração acresceu algumas propostas, nomeadamente: 1) *Que o sector de construção civil [...] [tomasse] em consideração a necessária protecção do monumento e as regras estabelecidas sobre a matéria, designadamente do âmbito legal;* 2) *A necessária sensibilização da administração para o problema* [fez referência ao facto de ter ouvido falar de extensão de obras no claustro para alargamento de serviços adjacentes]; 3) *Que a Prof.^a Maria João Rodrigues [acompanhasse] continuamente a obra e logo [alertasse] a administração sempre que [estivesse] em sério risco o património arquitectónico, histórico e/ou artístico, propondo designadamente a suspensão de trabalhos;* 4) *Que o empreiteiro, o encarregado da obra e os serviços, [fossem] sensibilizados para a problemática histórica [subjacente] à obra que [efectuavam];* 5) *Que a Prof.^a Maria João M. Rodrigues [procedesse] ao levantamento fotográfico achado oportuno, bem assim às recolhas arqueológicas ou outras convenientes.*²⁴⁹

A 24 de Setembro do mesmo ano (1987), Maria João Madeira Rodrigues, nas suas funções de assessora para o património arquitectónico e artístico da Misericórdia de Lisboa, elaborou um *Memorandum*, provavelmente apresentado à Mesa, no qual fez menção ao programa de ampliação definido em 1981, e às *áreas destinadas já programadas e levantadas*, entre as quais se incluíam, a *área actual do Museu da Capela de São João Baptista – 1.º andar do Museu* e a *área claustrada destinada ao museu à medida que os serviços nela instalados a fossem desocupando*²⁵⁰, referindo-se certamente aos serviços da tesouraria e da lotaria, situados respectivamente a sul e a norte do claustro.

²⁴⁷ Lei de bases do património cultural português n.º 13/85, in *Diário da República*, n.º 26/85, de 6 de Julho de 1985.

²⁴⁸ O decreto que classificou a Igreja de São Roque foi o de 23 de Junho de 1910, o primeiro diploma que enumerou os edifícios classificados em Portugal. Cf. Decreto de 16 de Junho de 1910, in *Diário do Governo*, n.º 136, de 23 de Junho de 1910.

²⁴⁹ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier S.C.C. (CAO), *Obras, 1981-1987*, informação à consideração superior, do chefe de divisão da Secretaria-Geral, Vítor Frias, de 17 de Julho de 1987.

²⁵⁰ SCML, Arquivo da Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos (DGIE), Processo 115 D, Dossier S. Roque – Igreja e Museu, 7.º volume, *Memorandum*, da assessora Maria João Madeira Rodrigues, de 24 de Setembro de 1987, p.1.

Curiosamente, alguns dias mais tarde, a 28 de Setembro (1987), a chefe de secção do Processamento de Prémios da Lotaria Nacional, Celeste Costa, remeteu um ofício ao director da Lotaria Nacional, chamando a atenção para o facto de aquele serviço se debater com um *grave problema* de carência de instalações. Face a isto, propunha que *urgentemente*, [fossem] *tomadas providências para que [aquele] serviço [fosse] instalado em local com maior área ou, se tal não [fosse] possível de momento, que [fosse] autorizada a sua ampliação por forma a ocupar, pelo menos, metade do pátio interior que [separava] a tesouraria [daquele] serviço, o qual [media] 14 x 5,60 metros.*²⁵¹ Relembramos que, à data, o claustro (pátio) já se encontrava parcialmente ocupado pelos serviços da Lotaria em cerca de um terço do espaço total. Para Celeste Costa, a última sugestão de alargar a ocupação do claustro seria a mais viável, pois solucionaria, em parte, os problemas de espaço, uma vez que as instalações passariam a usufruir de *um acréscimo de área de mais ou menos 14 x 2,80 metros.*²⁵² Assim, entre outras, as necessidades mais urgentes da sua proposta eram: o *alargamento da sala principal de, pelo menos 14 x 2,80 metros; a eliminação da parede existente o que permitiria uma mais funcional compartimentação, ou; a transformação das actuais janelas em simples arcos de acesso à parte do pátio anexada; [...]*.²⁵³

Na sequência da proposta apresentada por Celeste Costa, terá sido requerido um parecer a Maria João Madeira Rodrigues que, a 8 de Outubro do mesmo ano, o vai remeter ao provedor-adjunto da SCML, engenheiro Artur Bívar. Mais uma vez, a assessora irá manifestar o seu desacordo e demonstrar a sua perplexidade perante as questões que envolviam o Património da Santa Casa, alegando o seguinte: *1. A área em causa é parte integrante de dois Monumentos Nacionais*²⁵⁴ *estando, pois, sujeita à legislação vigente. 2. Faz parte do espaço cultural de S. Roque além de constituir uma zona cujo interesse arqueológico e histórico obrigam a acolher com júbilo a decisão da Mesa de 27 de Setembro de 1983, que indicava a total protecção da área e a sua recuperação não só no sentido da recuperação do Monumento mas também destinando-o a uma finalidade que não entrasse em conflito com a sua primeira vocação – área cultural. Qualquer obra contradiz: 1. Decisão de 27 de Setembro de 1983; 2. Fere gravemente a legislação vigente quanto a protecção de Monumentos. Deverá ser embargada qualquer intervenção e algum plano para a área, estudado aturadamente com as necessárias*

²⁵¹ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier S.C.C. (CAO), *Obras, 1981-1987*, informação da chefe de secção do Processamento de Prémios da Lotaria Nacional, Celeste Costa, ao director da Lotaria Nacional, de 28 de Setembro de 1987, p.1.

²⁵² *Ibidem.*

²⁵³ *Idem*, p.2.

²⁵⁴ Mais uma vez, Madeira Rodrigues vai referir-se ao edifício da antiga Casa Professa como património classificado, apesar dessa classificação ter ocorrido somente na Igreja de São Roque.

metodologias e controlos. Julgo pois, que mesmo antes de se pensar em encaixar melhor ou pior serviços, deverá ser estudado o problema na globalidade. Quanto à ocupação da área que é referida por “pátio” que correctamente deveria ser chamado claustro²⁵⁵, ela é de um ponto de vista histórico e patrimonial um atentado completo.²⁵⁶

No mesmo dia (8 Outubro 1987), foi remetida a Madeira Rodrigues uma informação, não assinada, com referência a um pedido de peritagem solicitado pelo engenheiro Artur Bívar, respeitante às áreas claustradas de São Roque, na sequência do qual o remetente chama a atenção para o facto de ter sido perfurada uma parede atingindo a alvenaria de uma das arcadas do claustro.²⁵⁷ Nesta comunicação encontra-se uma nota manuscrita, de 17 de Outubro, assinada por Vitor Frias e dirigida ao museu, na qual aquele refere: *Se for achado oportuno e elemento novo em relação ao parecer já emitido pela Sr.ª Prof.ª ao Eng. Bívar – deverá a Sr.ª Prof.ª ter a bondade de, nessa qualidade, relatar o gesto ao Sr. Adjunto²⁵⁸*, revelando assim o cumprimento das propostas por si apresentadas no dia 17 de Julho de 1987.

Apesar da relevância e mais valia, em termos culturais e históricos, do projecto de ampliação proposto por Madeira Rodrigues e Sérgio Infante, como referimos acima este nunca chegou a ser executado, por razões aparentemente conjunturais.²⁵⁹ Segundo conseguimos apurar, é provável que tenha estado inerente a esta conjuntura a mudança provisória da administração da Santa Casa neste período, uma vez que, em Maio de 1987 o provedor José Damasceno de Campos foi substituído interinamente pela adjunta Maria José Pinto da Cunha Avilez Nogueira Pinto²⁶⁰ (fig.127), que terá exercido funções de provedora substituta até Março de 1988, altura em que foi nomeado provedor²⁶¹ o Padre Vitor José Melícias Lopes²⁶² (fig.128). Aparentemente,

²⁵⁵ Apesar das frequentes e actuais divergências de opinião relativamente à terminologia mais correcta para designar os espaços geralmente chamados de claustro ou pátio, Maria João Madeira Rodrigues defendeu uma opinião concreta relativamente a este assunto, considerando que o termo “claustro” dizia respeito à *construção normalmente de forma quadrangular, com um ou dois andares construídos por galerias cobertas, abertas para um pátio através de arcadas. Estrutura fundamental de um mosteiro, (...) quase sempre encostado a um dos lados da igreja, desenvolvendo-se à sua volta as várias dependências conventuais, muitas delas comunicando directamente com as galerias, e “pátio” ao recinto murado e descoberto no interior de um edifício ou rodeado por vários edifícios*. Cf. RODRIGUES, Maria João Madeira, SOUSA, Pedro Fialho de, BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira, *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*, 2005 (1.ª edição em 1990), pp. 86 e 211. Frequentemente o termo “claustro” é associado à prática da clausura, não se enquadrando nesta conjuntura a ordem dos Jesuítas visto serem uma ordem virada para o contacto com o exterior, porém, se tivermos por base o vocabulário técnico defendido por Madeira Rodrigues e outros autores, parece-nos que o termo “claustro” se adequa ao espaço em análise.

²⁵⁶ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier S.C.C. (CAO), *Obras, 1981-1987*, ofício 55/87 da assessora Maria João Madeira Rodrigues, ao provedor-adjunto da SCML, Artur Bívar, de 8 de Outubro de 1987, pp.1 e 2.

²⁵⁷ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier S.C.C. (CAO), *Obras, 1981-1987*, informação, não assinada, remetida a Maria João Madeira Rodrigues, de 8 de Outubro de 1987.

²⁵⁸ *Ibidem*.

²⁵⁹ Informações fornecidas pela professora Maria João Madeira Rodrigues, em conversa com a própria, a 21 de Outubro de 2010 e pelo arquitecto Sérgio Castanheira Infante, em conversa com o próprio, a 7 de Janeiro de 2011.

²⁶⁰ Para Maria José Pinto da Cunha Avilez Nogueira Pinto veja-se o Elenco Biográfico, p.191.

²⁶¹ Cf. CARDOSO, Rogério Seabra, *Op. Cit.*, 1995, pp.385, 387, 405 e 407.

²⁶² Para Padre Vitor José Melícias Lopes veja-se o Elenco Biográfico, p.192.

outros valores se terão levantado, tendo esta condicionante sido prevista por Madeira Rodrigues em 1980, quando na sua reflexão acerca do Museu de São Roque no *Programa de Redefinição Cultural da Misericórdia de Lisboa*, escreveu diria que o meu plano se refere em essência a uma situação ideal naturalmente condicionada pelos interesses mais vastos da instituição representada pela Santa Casa.²⁶³

Na intenção de Madeira Rodrigues, de alargamento da área expositiva, estava certamente inerente o seu conhecimento de que os espaços da Misericórdia estavam em vias de serem reorganizados e *transferidos [...] para instalações a construir especialmente para o efeito*²⁶⁴, considerando a assessora que esta seria uma boa oportunidade para a ampliação. A sua visão inovadora encontra-se patente no seu parecer: *a ampliação do Museu de São Roque poderá constituir não apenas uma acção de resultado quantitativo, mas antes a qualificação e hierarquização de espaços que no seu conjunto significariam a corporização de uma parcela importante da História portuguesa.*²⁶⁵

Assim, apesar do programa de intervenção iniciado pela conservadora em 1983, ter conseguido *plena aprovação e elogio da administração da Misericórdia*²⁶⁶, foi necessário decorrerem cerca de duas décadas até que, em parte, os intentos de Madeira Rodrigues se realizassem, nomeadamente com a aquisição para o museu dos espaços da Tesouraria e Lotaria, ao nível do rés-do-chão, e a recuperação do claustro, desta feita pelo projecto do arquitecto Carlos Pietra Torres, finalizado em 2008, do qual falaremos mais à frente.

2.7. AS OBRAS COORDENADAS PELOS SERVIÇOS TÉCNICOS DA SCML E OS TRABALHOS PROJECTADOS PELO ATELIER DE ARQUITECTURA MARC (1988 - 1992)

Durante o período temporal a que se reporta este subcapítulo, decorreram em simultâneo no edifício do Museu de São Roque diversos trabalhos de índole conservativa e estética, geridos

²⁶³ SCML, Arquivo da Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos (DGIE), RODRIGUES, Maria João Madeira, *Reflexão acerca do Museu de São Roque no Programa de Redefinição Cultural da Misericórdia de Lisboa*, 1980, texto inédito, p.10.

²⁶⁴ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, *Certidão da Deliberação da Mesa da SCML*, de 24 de Março de 1981, pp.8 e 9, e SCML, Arquivo do Museu de São Roque, RODRIGUES, Maria João Madeira, *Programa para 1983, Documento Anexo N.º 1, Ampliação do Museu de São Roque*, documento inédito policopiado apresentado à Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 10 de Fevereiro de 1983.

²⁶⁵ RODRIGUES, Maria João Madeira, *Arquitectura – Igreja e Casa Professa de São Roque*, 1988, p.29, e SCML, Arquivo do Museu de São Roque, RODRIGUES, Maria João Madeira, *Programa para 1983, Documento Anexo N.º 1, Ampliação do Museu de São Roque*, documento inédito policopiado apresentado à Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 10 de Fevereiro de 1983.

²⁶⁶ RODRIGUES, Maria João Madeira, *Op.Cit.*, 1988, p.25.

e orientados por dois serviços distintos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, nomeadamente o Museu e os Serviços Técnicos. Apesar desta situação não ser uma novidade na instituição, neste período estas empreitadas sobrepuseram-se e alternaram-se frequentemente em termos cronológicos, o que tornou o seu estudo e entendimento um pouco mais complexos. Face a esta situação, e de modo a facilitar a leitura e interpretação dos dados, optámos por apresentá-los, não de forma cronológica, como fizemos até aqui, mas antes por empreitadas, separando assim os trabalhos da autoria do atelier de arquitectura MARC – Rui Pedro Cabrita e Miguel Ângelo Silva Architectos, Lda., daqueles que foram coordenados pelos Serviços Técnicos da SCML.

É ainda importante referir que, apesar de o atelier de arquitectura MARC ser constituído por dois sócios e, como tal o projecto ser da autoria de ambos, o arquitecto que mais acompanhou os trabalhos no museu foi Rui Pedro Cabrita (1962-)²⁶⁷, pelo que é o seu nome que mais aparece ao longo de todo o processo.

2.7.1. OS TRABALHOS PROJECTADOS PELO ATELIER DE ARQUITECTURA MARC (1988 - 1992)

Tendo em conta esta partilha de decisões relacionadas com as intervenções sobre o património edificado da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a administração terá sentido necessidade de estabelecer algumas regras e atribuir funções e prioridades para a salvaguarda dos edifícios centrais da instituição, Igreja e o Museu de São Roque.

Neste sentido, a 28 de Novembro de 1988, foi levada a cabo uma reunião entre o Sector de Construção Civil da SCML e o Museu de São Roque, na qual terão estado presentes a conservadora Maria João Madeira Rodrigues, a técnica Teresa Cota Dias (ambas do museu), o engenheiro Vítor Ferreira e a arquitecta Manuela Tiago (do Sector de Construção Civil), com o objectivo, entre outros, de delinear formas de actuação sobre o património em questão e o seu enquadramento numa metodologia adequada. Neste encontro ficou definida como função do museu a enumeração e caracterização das suas necessidades e a indicação de planos de acção desejáveis e, como competência do Sector de Construção Civil, a iniciativa das acções acordadas no respeitante à actividade do sector, deixando à equipa do museu as funções de enquadramento e assessoria.²⁶⁸

²⁶⁷ Para Rui Pedro Cabrita veja-se o Elenco Biográfico, p.194.

²⁶⁸ Cf. SCML, Arquivo da Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos (DGIE), Processo 115 D, Dossier *S. Roque – Igreja e Museu*, 7º volume, *Acta da Reunião*, do Sector de Construção Civil da SCML e Museu de São Roque, de 28 de Novembro de 1988.

Assim, dentro deste contexto terá partido de Madeira Rodrigues o convite ao atelier de arquitectura MARC para a execução do projecto de obras a realizar em diversos espaços da Santa Casa, entre os quais o museu²⁶⁹, tendo a 2 de Dezembro do mesmo ano sido apresentado pela conservadora, por Vítor Ferreira e por Teresa Dias, um plano dessas mesmas obras, com a proposta de fasear a empreitada do museu em vários itens, de entre os quais salientamos: a *reparação da cobertura e rectificação dos elementos estruturais de madeira, onde necessário*; [o] *tratamento da parede exposta à infiltração (fig.129)*; [a] *pintura geral de paredes e tectos*; [os] *acabamentos (incl. forros das vitrines)*; [e a] *substituição dos estores*.²⁷⁰ À data, os autores do plano aguardavam, da parte do arquitecto, a entrega do caderno de encargos e o respectivo orçamento e, segundo eles, encontrava-se também em curso nesta época o plano de impermeabilização do terraço situado sobre o Centro de Documentação.²⁷¹

Na sequência da apresentação deste plano, a 13 de Dezembro a Mesa da SCML deliberou concordar com a proposta, atribuindo-lhe prioridade para 1989, tendo sido referida em acta a eventual inclusão do projecto nos *Programas Comunitários de Recuperação do Património Arquitectónico (via IPPC)*.²⁷²

Dando seguimento à solicitação da Misericórdia de Lisboa, a 16 de Dezembro de 1988, os arquitectos Miguel Ângelo Pinto da Silva e Rui Pedro Cabrita remeteram a Madeira Rodrigues um estudo de trabalhos a executar no museu e o respectivo orçamento, tendo sugerido a adopção de estores de enrolar para os vãos das janelas. Apesar de os arquitectos considerarem também necessária a reparação geral da cobertura do museu, esta não foi incluída nesta proposta inicial por implicar uma vistoria prévia e a pintura geral dos elementos de madeira existentes (rodapés, portadas e janelas), trabalho este que não havia sido solicitado pela SCML.²⁷³

A 23 de Janeiro de 1989, Maria João Madeira Rodrigues apresentou o *Plano de Acções do Museu para 1989*, no qual estavam previstos os trabalhos a desenvolver no Museu I durante esse período. O programa estipulado havia sido considerado prioritário, por deliberação da Mesa de 13 de Dezembro de 1988, e contemplava um *conjunto de acções de beneficiação e*

²⁶⁹ Informações fornecidas pelo arquitecto Rui Pedro Cabrita, em conversa com o próprio, a 16 de Setembro de 2010.

²⁷⁰ SCML, Arquivo da Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos (DGIE), Processo 115 D, Dossier S. Roque – Igreja e Museu, 7º volume, *Plano de Obras a Realizar*, documento assinado por Maria João Madeira Rodrigues, Vítor Ferreira e Teresa Dias, anexo à acta da reunião de 28 de Novembro de 1988, de 2 de Dezembro de 1988, p.2.

²⁷¹ Cf. *Ibidem*.

²⁷² SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/AO/MS/04/Lv 084, s/nº pp., (13 de Dezembro de 1988), Cit. SIMÕES, João Miguel, *Volume Terceiro de Partilha Documental*, documento policopiado apresentado à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 30 de Outubro de 2009, p.97.

²⁷³ Cf. SCML, Arquivo da Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos (DGIE), Processo 115 D, Dossier S. Roque – Igreja e Museu, 7º volume, ofício do gabinete de arquitectura de Rui Pedro Cabrita e Miguel Ângelo Pinto da Silva, à assessora Maria João Madeira Rodrigues, de 16 de Dezembro de 1988, pp. 1 e 3.

valorização, designadamente o programa, projecto e acompanhamento técnico das obras, da responsabilidade do arquitecto Rui Cabrita. Estas acções previam, entre outros, os seguintes trabalhos: [o] *tratamento de parede exposta a infiltrações (fig.129)*; [...]; [a] *instalação de painel de fundo, eventualmente forrado a veludo, para conjunto de sacras e frontal de altar*, [a] *respectiva iluminação* [trabalhos estes a executar na] *sala III*; [...]; [a] *pintura geral de paredes e tectos*; [a] *substituição dos estores do museu*; [e] *acabamentos*.²⁷⁴ Neste plano, Madeira Rodrigues salientou novamente a urgência dos trabalhos de *impermeabilização do terraço sobre o centro de documentação/ reservas do museu*, motivados por uma infiltração, referindo que aqueles se encontravam em fase de projecto.²⁷⁵

A pedido da Santa Casa, a 20 de Fevereiro de 1989, o arquitecto Rui Pedro Cabrita remeteu a Maria João Madeira Rodrigues uma nova proposta de orçamento, em substituição da proposta de 16 de Dezembro do ano anterior, à qual anexou uma memória sumária relativa aos trabalhos a executar no museu. Nesta, o arquitecto referiu que a proposta para os trabalhos surgiu *na sequência de reuniões havidas com a Sra. Prof. Dra. Maria João Rodrigues, nas quais [lhe foram] transmitidos alguns dos problemas de conservação mais prementes de resolução*, prevendo os trabalhos a reparação das paredes degradadas pela humidade e a pintura de paredes e tectos, bem como a substituição dos estores das janelas.²⁷⁶

Neste contexto, a 29 de Março (1989), Madeira Rodrigues remeteu ao secretário-geral da SCML, Vitor Frias, uma proposta formal relativa à beneficiação do museu, alertando para o facto das *infiltrações provocadas pela deficiência de manutenção nas coberturas da área*, [determinarem] *a existência de más condições de conservação dentro da vitrina grande, o descasque e a retenção de humidades na parede, assim como manchas de humidade nos forros da vitrina referida*.²⁷⁷ Face a esta situação, a conservadora propôs que fosse eliminada a origem da infiltração através de obras no telhado; removidos os acabamentos infiltrados; tratada a área afectada e, se necessário, realizada a pintura desta mesma área. Simultaneamente, propôs a substituição dos estores de todas as janelas do museu, bem como outras acções relacionadas com

²⁷⁴ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Igreja – Projecto, Estudo de Recuperação, S.C.C./ Museu, 1983 – 1990, RODRIGUES, Plano de Acções do Museu para 1989, de Maria João Madeira Rodrigues, de 23 de Janeiro de 1989, pp. 2 e 3.

²⁷⁵ Cf. *Ibidem*.

²⁷⁶ Cf. SCML, Arquivo da Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos (DGIE), Processo 115 D, Dossier S. Roque – Igreja e Museu, 7.º volume, Memória Sumária dos Trabalhos de Restauro no Museu da Igreja de São Roque, ofício do arquitecto Rui Cabrita, à assessora Maria João Madeira Rodrigues, 20 de Fevereiro de 1989.

Rui Pedro Cabrita foi aluno da professora Maria João Madeira Rodrigues e, apesar de não se recordar como surgiu o convite para a projecção dos trabalhos, recorda-se que foi um convite directo por parte da conservadora. Informações fornecidas pelo arquitecto Rui Pedro Cabrita, em conversa com o próprio, a 16 de Setembro de 2010.

²⁷⁷ *Idem*, Proposta de Beneficiação do Museu I, da assessora Maria João Madeira Rodrigues, ao secretário-geral da SCML, Vitor Frias, de 29 de Março de 1989, p.2.

a iluminação das vitrinas e a instalação de algumas obras de arte, cujos projectos sugeriu que fossem também confiados ao arquitecto Rui Cabrita. Os restantes trabalhos, de índole estrutural, Madeira Rodrigues propôs que ficassem a cargo dos serviços do Museu, do Sector de Construção Civil e do serviço de Aprovisionamento, sempre sob a supervisão do museu.²⁷⁸

A 24 de Outubro de 1989, no âmbito do Plano Director da Sede da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a Mesa ratificou *a constituição de uma comissão técnica de arquitectura e engenharia*, com o intuito de organizar as ideias destinadas à obtenção do Plano de Pormenor. A Comissão, formada pelo arquitecto José Afonso, da Associação de Arquitectos Portugueses (AAP); pelo adjunto Artur Bívar e pela arquitecta Maria João Eloy, ambos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), teria como propósito fazer a ponte entre o grupo de trabalho do Plano de Pormenor (representante da Santa Casa), e a Associação de Arquitectos Portugueses.²⁷⁹ A concepção deste plano revela que, pela primeira vez, os responsáveis da Santa Casa tiveram uma visão de conjunto, no que diz respeito ao complexo de São Roque enquanto unidade urbana e arquitectónica que importava preservar e regulamentar através de uma equipa multidisciplinar.

A 19 de Janeiro de 1990, o projecto de renovação do museu voltou a ser debatido numa reunião, desta feita no local da obra, na qual estiveram presentes Maria João Madeira Rodrigues e Filomena Brito (do museu), Maria João Eloy (dos Serviços Técnicos da SCML), e os arquitectos Rui Cabrita e Miguel Ângelo Silva (do atelier de arquitectura MARC). No local terão sido analisados os aspectos construtivos susceptíveis de serem alvo de projecto por estes arquitectos e, além dos trabalhos para os quais já haviam sido entregues propostas a 16 de Dezembro de 1988 e a 20 de Fevereiro de 1989, foram ainda considerados necessários outros trabalhos de conservação, sujeitos a nova proposta. Entre estes estavam previstos: *a reformulação das cantarias das 13 janelas de sacada das fachadas norte, sul e nascente do museu, que não [tinham] ressalto nem pingadeira, para evitar a entrada das águas [...]; [a] substituição total da alcatifa do museu [...]; [a] protecção da empena norte (à qual [estavam] acopladas vitrinas e onde se [verificavam] infiltrações no telhado) com materiais como lâ de rocha²⁸⁰ ou equivalente e eventual execução de uma parede dupla que [protegesse] a nova vitrina a construir, (que [constava] da anterior proposta); [e a] substituição dos estores [actuais]*

²⁷⁸ Cf. *Idem*, pp.2 e 3.

²⁷⁹ Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/AO/MS/04/Lv 085, s/nº pp., (24 de Outubro de 1989), *Cit.* SIMÕES, João Miguel, *Op. Cit.*, 30 de Outubro de 2009, p.99.

²⁸⁰ A lâ de rocha é constituída por fibras naturais de rocha vulcânica, apresentando-se genericamente em forma de placa ou manta. Apresenta excelentes propriedades de isolamento térmico e acústico e resistência à acção do fogo, sendo frequentemente utilizada na construção civil. Cf. Sítio acerca de materiais de construção – isolamento térmico, <http://www.ecocasa.pt/>, consultado em 19.02.2011.

por estores de enrolar que se [integrassem] no ambiente a reestruturar [...].²⁸¹ O resumo destes assuntos foi apresentado, pela arquitecta Maria João Eloy, ao provedor-adjunto Artur Bívar, a 2 de Fevereiro de 1990.²⁸²

Em resposta ao convite que lhes havia sido feito na reunião de 19 de Janeiro, o arquitecto Rui Cabrita apresentou, a 3 de Fevereiro (1990), uma nova proposta de trabalhos e honorários, tendo referido, no ofício anexo, o programa-base do projecto *iniciado aquando do contacto* [ocorrido] *em 1988*, e incluído nos honorários os trabalhos sugeridos na reunião.²⁸³ Na sequência desta proposta, a 15 de Maio de 1990, a Mesa deliberou concordar com a adjudicação da mesma, tendo ficado determinado que o prazo de execução dos trabalhos deveria terminar antes de Outubro do mesmo ano.²⁸⁴

A 28 de Junho de 1990, o provedor-adjunto Artur Bívar informou o arquitecto Rui Cabrita da aprovação, determinada a 26 de Fevereiro desse ano, do programa-base para remodelação do museu, tendo-lhe solicitado o estudo prévio do projecto de *Remodelação do Museu I da Igreja de São Roque*.²⁸⁵ Simultaneamente, os Serviços Técnicos da SCML estabeleceram um prazo de 20 dias, após a aprovação deste estudo, para entrega do projecto de execução e como prazo limite para a concretização da obra a 1.ª quinzena de Setembro.²⁸⁶

A 5 de Julho (1990), decorreu nova reunião acerca do *Projecto e Obra de Remodelação do Museu I de São Roque*, na qual estiveram presentes o secretário-geral da SCML, Vítor Frias, a arquitecta Maria João Eloy, a chefe de secção do Departamento de Obras Virgínia Jotta e o arquitecto Rui Cabrita. Neste encontro terá ficado estabelecido o envio, pelo projectista Rui Cabrita, de uma nova *carta-proposta* com as condições para a elaboração do projecto, respeitando tanto o programa preliminar anteriormente acordado, como os novos aspectos, designadamente: a *reparação das soleiras de todas as portas de sacada*; [a] *substituição dos estores de todas as janelas do museu, num total de 27*; [a] *substituição da alcatifa do museu e propostas alternativas para revestimento ou recuperação das escadas que lhe dão acesso*.²⁸⁷

²⁸¹ SCML, Arquivo da Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos (DGIE), Processo 115 D, Dossier *S. Roque – Igreja e Museu*, 7.º volume, informação n.º 592, da arquitecta Maria João Eloy, dos Serviços Técnicos da SCML, ao provedor-adjunto, Artur Bivar, de 2 de Fevereiro de 1990.

²⁸² Cf. *Ibidem*.

²⁸³ Cf. SCML, Arquivo da Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos (DGIE), Processo 115 D, Dossier *S. Roque – Igreja e Museu*, 8.º volume, ofício do arquitecto Rui Cabrita, à assessora Maria João Madeira Rodrigues, de 3 de Fevereiro de 1990.

²⁸⁴ Cf. *Idem*, Extracto da Acta n.º 20, da sessão da Mesa da SCML de 15 de Maio de 1990.

²⁸⁵ *Idem*, ofício n.º 0678, do provedor-adjunto da SCML, engenheiro Artur Bivar, ao arquitecto Rui Cabrita, de 28 de Junho de 1990.

²⁸⁶ Cf. *Ibidem*.

²⁸⁷ *Idem*, Acta da Reunião, do *Projecto e Obras de Remodelação do Museu I de São Roque*, de 5 de Julho de 1990, s/nº pp.

Conforme acordado, no dia 2 de Agosto de 1990 o arquitecto Rui Cabrita remeteu à arquitecta Maria João Eloy a proposta actualizada para a remodelação do Museu I de São Roque, especificando de forma mais pormenorizada os trabalhos previstos, entre os quais: a *reparação de 27 soleiras*; [o] *aumento da área de intervenção [com] inclusão da sala pequena junto à entrada do museu (piso I)*; [a remoção da] *alcatifa e linóleo ([à data] base da alcatifa) e limpeza de colas existentes*; [a remoção da] *alcatifa da escada de acesso, limpeza, afagamento e envernizamento dos degraus de madeira*; [e a] *pintura de rodapés*.²⁸⁸ Cerca de um mês após o envio da proposta, esta foi aprovada, conforme ofício remetido pelo Sector de Estudos, Planeamento e Construção (SEPC) da SCML, ao arquitecto Rui Cabrita.²⁸⁹

A 13 de Setembro (1990), Rui Cabrita apresentou o estudo-prévio, tendo-lhe sido transmitido a 19 de Outubro, pelo provedor-adjunto Artur Bívar, que aquele havia sido aprovado na generalidade e que a SCML aguardava a sua confirmação de que o final do mês de Novembro se mantinha como prazo de entrega do projecto de execução.²⁹⁰ Esta data foi confirmada pelo arquitecto Rui Cabrita a 25 de Outubro do mesmo ano.²⁹¹

Ainda antes do início dos trabalhos projectados por Rui Cabrita, Maria João Madeira Rodrigues comunicou oficialmente, a 22 de Novembro de 1990, ao provedor-adjunto Artur Bívar, a sua desvinculação da função de assessora para o património arquitectónico e artístico da Misericórdia de Lisboa, tendo mencionado simultaneamente a sua prévia comunicação ao provedor da instituição.²⁹² A 3 de Dezembro do mesmo ano, Madeira Rodrigues dirigiu-se novamente ao engenheiro Artur Bívar, desta feita numa carta manuscrita, onde reiterou a sua saída referindo: *Envio agora a V. Exa. a carta que eu tinha a intenção de vos entregar na reunião prevista para 22 Nov.90. Tal reunião por indicação formal do Exmo. Senhor Provedor foi anulada. Razões ponderosas obrigam-me a cessar a minha colaboração com a S.C.M.L. Museu de São Roque e não poderei manter colaboração sob outra forma. A matéria da reunião de 22.11.90 por mim solicitada teria sido a exposição clara das razões que me obrigam a tomar esta atitude. Como já referi, o Senhor Provedor entendeu dilatar o tempo de decisão. Retomo porém o processo e reitero todas as razões que constam da carta junta. Estarei pronta para qualquer esclarecimento mas não poderei manter o compromisso assumido com V. Exa.*

²⁸⁸ *Idem*, ofício do arquitecto Rui Cabrita, à arquitecta Maria João Eloy, dos Serviços Técnicos da SCML, de 2 de Agosto de 1990, p.3.

²⁸⁹ Cf. *Idem*, ofício n.º 1006, do coordenador do SEPC, Carvalho dos Santos, ao arquitecto Rui Cabrita, de 10 de Setembro de 1990.

²⁹⁰ Cf. *Idem*, ofício n.º 1173, do provedor-adjunto da SCML, engenheiro Artur Bívar, ao arquitecto Rui Cabrita, de 19 de Outubro de 1990.

²⁹¹ Cf. *Idem*, ofício do arquitecto Rui Cabrita, ao provedor-adjunto da SCML, engenheiro Artur Bívar, de 25 de Outubro de 1990.

²⁹² Cf. *Idem*, ofício da assessora Maria João Madeira Rodrigues, ao provedor-adjunto da SCML, engenheiro Artur Bívar, de 22 de Novembro de 1990.

*Termino reafirmando uma boa memória de colaboração com o Vosso Serviço e uso o ensejo para enviar os meus melhores cumprimentos.*²⁹³ Na documentação a que tivemos acesso não foi encontrada nenhuma referência efectiva às razões que terão levado à saída de Madeira Rodrigues, porém, segundo informações que recolhemos junto da mesma, terão estado inerentes a esta decisão questões pessoais, relacionadas com um grave problema de saúde que a obrigou a afastar-se da Santa Casa durante um período de cerca de um ano, em 1984. Após a sua recuperação terá regressado ao seu cargo na Misericórdia de Lisboa, porém, pouco depois a conjuntura ter-se-á tornado bastante diferente da que havia deixado. Segundo a conservadora, havia sido criada uma maior carga burocrática, e muitas das pessoas com quem tinha colaborado e criado laços de amizade haviam deixado de estar ligadas à instituição, nomeadamente alguns elementos da CAO. A nova conjuntura ter-se-á tornado desconfortável para a conservadora que acumulava na época o cargo de professora universitária e se preparava para realizar as provas de agregação para professora catedrática, optando assim por se dedicar exclusivamente a este ofício. Desta forma, Maria João Madeira Rodrigues viria a *encerrar vinte e sete anos da [sua] obra em S. Roque.*²⁹⁴ Agora, mais de 20 anos passados desde a sua saída, a professora/conservadora guarda ainda uma memória muito emotiva da instituição onde colaborou grande parte da sua vida profissional, preferindo enfatizar e recordar as amizades, as boas relações profissionais, as dificuldades ultrapassadas e, sobretudo, as suas duas prioridades absolutas, que foram desde sempre a conservação e a investigação do património da instituição.²⁹⁵

Após a saída de Maria João Madeira Rodrigues, passou-se cerca de um ano até que a conservadora Matilde Sousa Franco iniciasse funções no Museu de São Roque. Durante este período, a técnica do museu, Maria Filomena Lourenço Mendes Brito, terá exercido, de forma oficiosa, funções de responsável daquele serviço.

Durante este interregno, terão continuado as diligências no sentido de resolver os problemas de conservação que persistiam no Museu de São Roque, particularmente as infiltrações e a falta de ventilação que, segundo o arquitecto Rui Cabrita, obrigavam à existência de desumidificadores nas salas de exposição, de modo a evitar mais problemas relacionados com o excesso de humidade no ambiente.²⁹⁶

²⁹³ *Idem*, ofício da assessora Maria João Madeira Rodrigues, ao provedor-adjunto da SCML, engenheiro Artur Bívar, de 3 de Dezembro de 1990.

²⁹⁴ *Idem*, ofício da assessora Maria João Madeira Rodrigues, ao provedor-adjunto da SCML, engenheiro Artur Bívar, de 22 de Novembro de 1990.

²⁹⁵ Informações fornecidas pela professora Maria João Madeira Rodrigues, em conversa com a própria, a 21 de Outubro de 2010.

²⁹⁶ Informações fornecidas pelo arquitecto Rui Pedro Cabrita, em conversa com o próprio, a 16 de Setembro de 2010.

Assim, a 3 de Dezembro (1990), Rui Cabrita remeteu à arquitecta Maria João Eloy os elementos referentes ao projecto de execução da obra de *Remodelação do Museu I da Igreja de S. Roque*, entre os quais, as peças desenhadas e a listagem dos trabalhos, restando desta documentação apenas os elementos descritivos. Os desenhos, apesar de já não existirem nesta versão provisória, subsistem, nalguns casos, na sua versão definitiva, que terá sido entregue a 20 de Fevereiro de 1991, como veremos mais à frente. Da listagem dos trabalhos entregue nesta época, descriminaremos de seguida aqueles que consideramos relevantes para este estudo, nomeadamente: 1.1. *Desmonte da estrutura superior e inferior das vitrines, incluindo vidros e veludo danificado, para posterior reforço da estrutura das vitrines, colocação de calhas para projectores, perfis de remate e ventilação das vitrines (fig.147)*. 1.2. *Demolição e remoção de pavimento de betonilha, linóleo e alcatifa [...]*. 1.5. *Desmonte e remoção de estores de lâminas existentes em todos os vãos das salas referenciadas [sala III e V]*. 1.6. *Demolição de arcos em paredes de alvenaria de pedra; entre as salas II-III e II-IV [...]* (fig.137 e 141). 1.7. *Picagem de parede de alvenaria com acabamento a estuque, em zona afectada por infiltração [...]*. 1.8. *Desmonte e remoção de tecto falso em tela existente na Galeria de Estudo, para posterior substituição por tela idêntica (fig.136)*. 1.9. *Abertura de roços em tectos para a passagem de cabos eléctricos, na sala III junto à nova parede, [na] sala IV junto à nova vitrine e projectores de parede na sala II, junto à entrada*. 1.10. *Desmonte e reparação de toda a iluminação em sancas, incluindo vidros difusores e lâmpadas, para posterior substituição*. 2.1. *Reparações pontuais de reboco e estuque em tectos lisos ao traço 1:7 em zonas de infiltração de águas, em zonas degradadas no geral*. 2.2. *Reparação pontual de sancas de iluminação, em estuque e gesso moldado*. 2.4. *Fornecimento e aplicação de tecto falso em tela Barros e Barros a cor creme, na Galeria de Estudo, sendo o sistema de suspensão idêntico ao existente e constituído por um sistema de esticadores em cabo de aço inox, camarões e ilhoses cromadas, com afastamento de 0.10m*. 3.1. *Reparação de parede em zonas de infiltração de humidade, em esboço e estuque, no geral das áreas de intervenção. [...]* 3.3. *Execução de reboco, esboço e estuque sobre alvenaria de tijolo em zonas de demolição de arcos. [...]* 3.5. *Execução de reboco e estuque em tapamento de roços, para instalação eléctrica nas áreas definidas em projecto*. 3.6. *Execução de parede falsa em painéis de “Placoplatre” com estrutura oculta, conforme desenho de pormenor. [...]* 4.1. *Limpeza e reparações pontuais de pavimento após remoção de alcatifas, incluindo picagem e betonilha de nivelamento. [...]* 4.4. *Reparação de soleiras das janelas de sacada, conforme desenho de pormenor PE02/ PE03. [...]* 5.1. *Fornecimento e assentamento de rodapé em zonas de execução de alvenaria nova, idêntico ao existente na sala III, conforme desenho de pormenor PE06. [...]* 6.1. *Execução de pintura a tinta plástica Stucomat sobre*

estruque em paredes, com cor a definir. 6.2. Execução de pintura a tinta plástica Stucomat sobre estuque em tectos lisos. 6.3. [Execução de pintura a tinta plástica Stucomat] em tectos trabalhados e sancas. 6.4. Execução de pintura a tinta de esmalte em cor idêntica à existente, em zonas novas e incluindo zonas de reparação pontual. [...] 6.6. Execução de pintura a tinta de esmalte e reparação incluindo preparação prévia das superfícies: queima, lixagem, aplicação de primário e subcapa em vão de porta. 6.7. [Execução de pintura a tinta de esmalte] sobre guarnições a uma única cor a definir posteriormente, em janelas de sacada. 6.8. Pintura a tinta de esmalte branco, incluindo preparação prévia da superfície, sobre corrimão em ferro forjado. 6.9. Envernizamento a verniz cera em degraus de escada e corrimão, incluindo preparação prévia da superfície (fig.135). [...] 7.2. Fornecimento e colocação de armaduras e lâmpadas em vitrines, incluindo todas as ligações necessárias ao seu perfeito funcionamento. [...] 8.1. Fornecimento e assentamento de vidro fosco de 4mm de espessura em tectos de vitrines com 0.60 x 0.60 apoiados em perfil de alumínio, em vitrines, sancas e ponto de luz de tecto junto a vitrine VT2. 9.1. Fornecimento e aplicação de perfil T de alumínio anodizado a cor natural com 30 mm, em estruturas de apoio de vidros de vitrines. 9.3. Fornecimento e colocação de grelhas de ventilação em alumínio pintado a preto conforme desenho de pormenor PE04, junto ao rodapé das vitrines. 10.1 Fornecimento e colocação de estores em tela de enrolar, cor creme da Barros e Barros ref.^a 05 para substituição dos existentes nas janelas de sacada. 11.1. Execução de rasgos em vidro para ventilação superior das vitrines. 11.2. Limpeza de cortinados em veludo, para posterior aproveitamento. 11.3. Execução e fornecimento de vitrine para frontal conforme desenho de pormenor, com estrutura em pinho e contraplacado com porta e aro de alumínio anodizado, incluindo vidros e pintura a tinta de esmalte. [...] 11.5. Revestimento de protecção dos pisos durante a execução dos trabalhos.²⁹⁷

A 18 de Janeiro de 1991, o provedor-adjunto Artur Bívar informou o arquitecto Rui Cabrita de que o projecto de execução havia sido aprovado, tendo também feito referência no ofício ao nome das empresas de construção civil Nevada e Motec, sugeridas pelo arquitecto para execução da obra.²⁹⁸ Na sequência da aprovação deste projecto, no dia 20 de Fevereiro o arquitecto Rui Pedro Cabrita remeteu aos Serviços Técnicos da SCML os desenhos originais do projecto de execução, datados de Novembro de 1990, nomeadamente: *PE01 – Planta (fig.144); PE02 – Pormenor 1 da alteração das soleiras (fig.145); PE03 – Pormenores 2 e 3 da alteração*

²⁹⁷ SCML, Arquivo da Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos (DGIE), Processo 115 D, Dossier S. Roque – Igreja e Museu, 8º volume, ofício do arquitecto Rui Cabrita, à arquitecta Maria João Eloy, dos Serviços Técnicos da SCML, com referência aos elementos do projecto de execução da obra de Remodelação do Museu I da Igreja de S. Roque, de 3 de Dezembro de 1990, pp. 1 a 6.

²⁹⁸ Cf. *Idem*, ofício n.º 0100 (?), do provedor-adjunto Artur Bívar, ao arquitecto Rui Cabrita, de 18 de Janeiro de 1991, p.1.

*das soleiras (fig.146); PE04 – Pormenor de ventilação das vitrinas (fig.147); PE05 – Pormenor da colocação das calhas e projectores nas vitrinas (fig.148); PE06 – Alçado, pormenores 4, 5, 6 e 7 e corte AA' da parede a executar na sala III [o desenho apresenta apenas os pormenores 4 e 5 e o corte AA'] (fig.149); PE07 – Nova vitrine para o frontal. Planta, alçados e cortes (fig.150); PE08 – Nova vitrina para o frontal. Pormenores 6 e 7 [o desenho apresenta também os pormenores 4 e 5] (fig.151).*²⁹⁹

A 5 de Abril do mesmo ano, foram abertas as propostas ao concurso limitado para execução da empreitada, ao qual concorreram as empresas Carlos Eduardo Rodrigues S.A.; Construtora Nevada Lda.; Conplage Gestão, Planeamento e Coord. Emp. e Comprojecto Projectos e Construções Lda.³⁰⁰ Seguidamente, a 11 de Abril, o Sector de Estudo, Planeamento e Construção (SEPC), do Departamento de Obras da SCML, apresentou superiormente a apreciação destas propostas, tendo informado que a da concorrente Comprojecto – Projectos e Construções, Lda., era a mais vantajosa.³⁰¹ Face a esta avaliação, a 20 de Maio, a Misericórdia de Lisboa assinou com esta empresa um contrato, para a execução da empreitada.³⁰²

A 24 de Julho (1991), o coordenador dos Serviços Técnicos da SCML, engenheiro Pires da Costa, deu conhecimento ao provedor-adjunto Artur Bívar da existência do PRODIATEC – Programa de Infra-estruturas Turísticas e Equipamentos Culturais³⁰³, sugerindo-o como eventual meio de financiamento para as *obras de recuperação do Museu de São Roque e zonas envolventes*. Este programa visava a *construção ou recuperação de um conjunto importante de infra-estruturas e equipamentos culturais de valor arquitectónico e reconhecido interesse turístico*, no qual se enquadrava o património da instituição. Segundo o engenheiro Pires da Costa, era fundamental a identificação dos trabalhos necessários e a estimativa de custos, tendo para isto sido designado o gabinete do arquitecto José Afonso, bem como a realização de um levantamento fotográfico de todas as áreas, *não só para efeito de candidatura e projecto como*

²⁹⁹ SCML, Arquivo da Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos (DGIE), Processo 115 D, Dossier S. Roque – Igreja e Museu, 9º volume, ofício do arquitecto Rui Cabrita, à Divisão dos Serviços Técnicos da SCML, de 20 de Fevereiro de 1991.

³⁰⁰ Cf. *Idem*, *Acta de Abertura das Propostas para o Concurso Limitado para a execução da empreitada de Obras de Restauro na Igreja de São Roque – Museu I*, de 5 de Abril de 1991.

³⁰¹ Cf. *Idem*, ofício n.º 169/SEPC, do técnico Fernando Valdeleiros, ao engenheiro Carvalho dos Santos, de 11 de Abril de 1991.

³⁰² Cf. *Idem*, contrato número seiscentos e quarenta e três, referente à empreitada de *Obras de restauro na Igreja de São Roque – Museu I*, de 20 de Maio de 1991, p.1.

³⁰³ O PRODIATEC [foi] um programa de apoio ao surgimento de infraestruturas turísticas e equipamentos culturais, inserido no Quadro Comunitário de Apoio para as intervenções estruturais comunitárias em Portugal, aprovado a 20 de Março de 1991. O sub-programa 1 – equipamentos culturais com interesse turístico – [visava] criar ou dinamizar pólos de atracção turística através da reconstrução, adaptação ou ampliação de monumentos e a autoridade responsável pelo projecto [era] o IPPAR. Cf. TAVARES, Ana Filipa Nunes, *Reabilitação urbana – O caso dos pequenos centros históricos*, 2008, p.38.

também para registo histórico, tendo sido sugerida a intervenção do gabinete de audiovisuais da SCML.³⁰⁴

A 29 de Outubro de 1991, a Mesa da SCML tomou conhecimento, através do ofício n.º 17.084, do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), de que havia sido autorizada a transferência da conservadora assessora principal, Maria Matilde Pessoa de Magalhães Figueiredo de Sousa Franco³⁰⁵, do quadro do Palácio Nacional de Sintra para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa³⁰⁶, tendo a conservadora dado início pouco depois às suas funções no Museu de São Roque.

A 3 de Fevereiro de 1992 foi assinado o auto de consignação dos trabalhos da empreitada *Obras de restauro na Igreja de São Roque – Museu I*, adjudicada à firma Comprojecto – Projectos e Construções, Lda.³⁰⁷

Cerca de três meses após o início das obras, o arquitecto Rui Cabrita remeteu ao engenheiro Pires da Costa, um orçamento da firma Comprojecto para *Trabalhos a Mais*, referente a *8 portadas de madeira a instalar nos vãos em que foram retirados os estores metálicos de segurança*.³⁰⁸ O orçamento apresentado pela Comprojecto estipulava: 1. [o] fornecimento e assentamento de portadas em madeira, idênticas às existentes com 3.03 x 1.38 m, incluindo aros, chapas Zincor com [?] mm numa das faces, ferragens, trancas de ferro com duas chaves e pintura a tinta de esmalte com todo o tratamento prévio. 2. [a] execução do tapamento das caixas dos estores metálicos que foram retirados, com placas de gesso do tipo “Placoplatre” com 1.50 x 0.50.³⁰⁹ Sobre este orçamento, o arquitecto Rui Cabrita alvitrou que era demasiado elevado, e que os valores deveriam ser reconsiderados, uma vez que *os estores de segurança antes existentes* [havia sido] *indevidamente retirados pela Comprojecto*. Ressalvou ainda que, uma vez que o desaparecimento dos estores tinha sido, aparentemente, da responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia, apenas a tarefa da recolocação dos mesmos deveria ser imputada à Comprojecto.³¹⁰

³⁰⁴ Cf. SCML, Arquivo da Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos (DGIE), Processo 115 D, Dossier *S. Roque – Igreja e Museu*, 9º volume, informação n.º300/SC, do coordenador dos Serviços Técnicos, engenheiro Pires da Costa, ao provedor-adjunto da SCML, engenheiro Artur Bivar, de 24 de Julho de 1991, pp.1 e 2.

³⁰⁵ Para Matilde Sousa Franco veja-se o Elenco Biográfico, p.191.

³⁰⁶ Cf. SCML, Arquivo Histórico, *Livro de actas da Mesa*, SCML/AO/MS/04/Lv 087, s/n.º pp., (29 de Outubro de 1991), *Cit.* SIMÕES, João Miguel, *Op. Cit.*, 30 de Outubro de 2009, p.104.

³⁰⁷ Cf. SCML, Arquivo da Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos (DGIE), Processo 115 D, Dossier *S. Roque – Igreja e Museu*, 9º volume, *Auto de Consignação dos Trabalhos da empreitada Obras de restauro na Igreja de São Roque – Museu I*, adjudicada à firma Comprojecto – Projectos e Construções, Lda., de 3 de Fevereiro de 1992.

³⁰⁸ *Idem*, fax do arquitecto Rui Cabrita, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 1 de Abril de 1992.

³⁰⁹ *Idem*, *Proposta de Trabalhos a Mais*, orçamento n.º1400/26/92, da firma Comprojecto – Projectos e Construções, Lda., de 31 de Março de 1992.

³¹⁰ Cf. *Idem*, fax do arquitecto Rui Cabrita, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 1 de Abril de 1992.

No âmbito dos trabalhos que se encontravam a decorrer no Museu, a 3 de Abril (1992) a conservadora Matilde Sousa Franco, informou a secretária-geral da Santa Casa, entre outros assuntos, da escolha da alcatifa que pretendia adquirir para o chão do museu, tendo referido: *Destas cinco amostras prefiro a que tem a mesma cor do veludo que forra as vitrinas, pois considero essencial uma harmonia e ligação paredes/ chão.*³¹¹ Salientou ainda várias divergências de opinião com o arquitecto Rui Cabrita, nomeadamente no tocante à alcatifa: [...] *ainda ontem na reunião o arquitecto Cabrita rejeitou qualquer das hipóteses das cinco alcatifas que eu escolhi, e continua a querer a alcatifa preta com fios brancos que ele escolheu [...]*³¹². Simultaneamente, a conservadora abordou o assunto das portadas para as oito janelas do museu, [mantendo a posição] *de considerar essencial ter aqui umas portadas esteticamente iguais às outras deste conjunto de janelas, para haver harmonia, ou seja portadas de madeira pintadas de branco e chapeadas*, tendo ainda considerado o orçamento apresentado uma exorbitância.³¹³ Segundo Matilde Sousa Franco, *o arquitecto Cabrita e outros técnicos [insistiam] em portadas lisas de metal ou grades de alumínio, de enrolar, no género das que se vêem em montras e portas de lojas, o que [considerava] perfeitamente incomportável com a qualidade que o Museu de São Roque [merecia].*³¹⁴

A conservadora deixou entender um frequente desentendimento com o arquitecto Rui Cabrita e desagrado com o modo como as decisões eram tomadas, o que terá dificultado o bom andamento das obras. Esta situação é patente nas suas palavras: *as minhas soluções têm sido sistematicamente recusadas pelo arquitecto Rui Cabrita, [...] além disso, em vez de tentar considerar as observações que fiz para serem minimamente preservadas as exigências de um arranjo museológico de qualidade [...], toma decisões que me parecem contrárias a esse objectivo.* A conservadora lamentou ainda possuir *um deficiente conhecimento do que se [passava], devido aos processos e circuitos de decisão serem muito confusos e por vezes à [sua] margem.*³¹⁵

A 8 de Abril (1992), o chefe de divisão dos Serviços Técnicos da SCML remeteu ao arquitecto Rui Cabrita, uma cópia do *relato dos assuntos tratados na reunião de 2 de Abril de 92*, relativa às *Obras de Restauro na Igreja de S. Roque – Museu I*. Nesta reunião terão estado presentes representantes da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, do projectista e fiscalização, e da firma Comprojecto. Segundo o relato apresentado, *foi feita uma análise geral da situação real*

³¹¹ *Idem*, informação n.º61/92, da conservadora do Museu, Matilde Sousa Franco, à secretária-geral da SCML, de 3 de Abril de 1992, p.3.

³¹² *Idem*, p.4.

³¹³ Cf. *Ibidem*.

³¹⁴ *Idem*, pp.4 e 5.

³¹⁵ *Idem*, pp. 5 e 6.

da obra seguindo os itens do caderno de encargos [...] tendo em consideração a data em que se [pretendia] que a obra [estivesse] concluída – dia 02 de Maio de 1992.³¹⁶ Foram abordados e analisados os trabalhos geradores de discórdia, designadamente, os trabalhos a realizar na galeria de estudo: *pintura de paredes, tecto, iluminação e tela em tecto*, os quais ainda não haviam sido iniciados por aquele espaço se encontrar ocupado pela SCML, situação a que a Comprojecto se dizia alheia. Também os trabalhos de revestimento a alcatifa do pavimento das salas do museu foram alvo de desacordo entre a conservadora Matilde Sousa Franco, e o projectista Rui Cabrita, particularmente no respeitante à cor daquele material. Aparentemente, a conservadora não concordava com a alcatifa e cor propostas pelo projectista, tendo apresentado outras alternativas na reunião, porém, *o projectista manifestou o seu total desacordo quer em relação à cor (tons cinzentos) quer ao tipo de alcatifa, tendo colocado em causa a cor de paredes já aprovada*. Pelo contrário, a conservadora considerava não haver qualquer inconveniente em relação à cor das paredes e pretendia manter a cor já escolhida para as mesmas.³¹⁷

Ainda relacionada com a problemática da alcatifa, desta feita no que diz respeito às escadas e patins de acesso ao museu, a conservadora era da opinião de que estes deveriam ficar com a madeira encerada à vista, ostentando apenas uma passadeira central, porém, o projectista considerava que o pavimento não tinha qualidade para ficar visível, preferindo que fosse tudo revestido com alcatifa. Apesar de não concordar com a solução apresentada por Matilde Sousa Franco, o arquitecto acabou por não colocar entraves à sua realização.³¹⁸ Além destes, outros assuntos foram abordados na reunião, designadamente a execução das oito portadas para as janelas do museu, situação que mais uma vez gerou divergências de opinião entre projectista e conservadora.³¹⁹

A 9 de Abril de 1992, a firma Comprojecto remeteu à SCML um orçamento para o fornecimento e montagem de estores metálicos para os oito vãos das janelas do museu, tendo apresentado três hipóteses, relativamente aos materiais e acabamentos, tanto para os estores como para as caixas dos mesmos. Propôs o *fornecimento e assentamento de estores metálicos de enrolar do tipo “Modelo F da S.V.P.” com as dimensões 3,03 x 1,38 m nos seguintes materiais e acabamentos: a) alumínio lacado; b) alumínio anodizado à cor natural; [e] c) aço metalizado e pintado a tinta de esmalte em estufa*. Quanto ao *fornecimento e montagem de tampas de caixa de estore*, propôs as seguintes hipóteses: *a) chapa de aço metalizada e pintada a tinta de esmalte;*

³¹⁶ *Idem, Relato N.º1*, fax do chefe de divisão dos Serviços Técnicos da SCML, ao arquitecto Rui Cabrita, de 8 de Abril de 1992, p.1.

³¹⁷ Cf. *Idem*, p.2.

³¹⁸ Cf. *Idem*, pp.2 e 3.

³¹⁹ Cf. *Idem*, p.4.

b) madeira maciça, moldada e pintada a tinta de esmalte; [e] c) aglomerado de madeira do tipo “MDF” liso e pintado a tinta de esmalte.³²⁰ Na sequência das propostas apresentadas, e a pedido da Santa Casa, a 14 de Abril, o arquitecto Rui Cabrita remeteu ao engenheiro Pires da Costa um parecer relativo a este assunto, tendo acrescido duas hipóteses às apresentadas inicialmente pela Comprojecto, nomeadamente os pontos A e C, das que transcrevemos de seguida: A) *portadas em madeira idem existentes noutros vãos do mesmo espaço, chapeadas pelo interior; B1) estore metálico em alumínio lacado; B2) estore metálico em alumínio anodizado natural; B3) estore metálico em aço pintado; C) idem solução A, sem chapeamento.*³²¹ De entre estas, a solução escolhida por Rui Cabrita foi a “C”, descrita pelo arquitecto como a *solução mais equilibrada das apresentadas, quer de segurança, quer estética. O facto de não apresentar chapeamento pelo interior não [era], [em seu] parecer, impeditiva da sua opção, dado que a segurança de facto [seria] executada electronicamente.*³²²

Ao longo da pesquisa arquivística, foram encontrados diversos documentos reveladores de algumas discordâncias de opiniões e difícil entendimento entre o trio, conservadora do museu Matilde Sousa Franco, projectista Rui Cabrita e firma Comprojecto, porém, nem todos os assuntos abordados têm cabimento neste estudo.

Durante o mês de Abril foram ainda apresentados, pela firma Comprojecto, dois orçamentos relativos a *Trabalhos a Mais*, o primeiro no dia 10, relativo ao *fornecimento e assentamento de portadas em madeira, idênticas às existentes com 3.03 x 1.38 m, incluindo aros, ferragens, trancas de ferro com duas chaves e pintura a tinta de esmalte com todo o tratamento prévio*³²³, e o outro no dia 29, para *execução de reforço da estrutura do estrado de madeira existente no museu; substituição do revestimento em napa dos topos do estrado; reparação da escada de madeira existente, incluindo substituição de partes deterioradas com madeira igual à existente; [e] afagamento, aplicação de velatura e envernizamento com verniz mate da escada de madeira existente.*³²⁴

A 11 de Maio de 1992, a conservadora do museu, Matilde Sousa Franco, remeteu uma informação à secretária-geral da SCML, Elvira Brandão, respeitante à construção da casa-forte para o museu. Nesta informação referiu que, no âmbito das obras executadas naquela época, terá sido construído um tabique no espaço que dava acesso à arrecadação do museu, local onde antes

³²⁰ *Idem, Proposta de Trabalhos a Mais*, n.º 1401/26/92, da firma Comprojecto – Projectos e Construções, Lda., de 8 de Abril de 1992.

³²¹ *Idem*, fax do arquitecto Rui Cabrita, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 14 de Abril de 1992.

³²² *Ibidem*.

³²³ *Idem, Proposta de Trabalhos a Mais*, orçamento n.º 1403/26/92, da firma Comprojecto – Projectos e Construções, Lda., de 10 de Abril de 1992.

³²⁴ *Idem, Proposta de Trabalhos a Mais*, orçamento N.º 1406/26/92, da firma Comprojecto – Projectos e Construções, Lda., de 29 de Abril de 1992.

estava um cortinado. Face a esta circunstância, propôs que se executasse o reforço do tabique e a blindagem da porta do cubículo, suprimindo assim a necessidade de construir a dita casa-forte.³²⁵ No dia 14 do mesmo mês esta informação foi remetida ao engenheiro Pires da Costa, com o parecer concordante da secretária-geral.³²⁶

No dia 13 de Maio (1992), o director do Departamento de Obras (antigos Serviços Técnicos), engenheiro Pires da Costa, remeteu uma informação ao provedor-adjunto Ruy Seabra abordando, entre outros assuntos, os trabalhos relativos aos oito vãos do museu, tendo referindo: *a opção “C” corresponde a uma solução idêntica à existente nas restantes portadas que dão para o pátio tendo merecido o parecer favorável do projectista. Assim, após ter sido ouvida a Sra. conservadora e face ao parecer referido e ao valor das propostas considero ser de aprovar a solução “C”, i.e. portadas em madeira idênticas às existentes, com trancas de ferro e pintura e ainda a execução do tapamento das caixas dos estores (fig.152).* Segundo Pires da Costa, o orçamento nº1406/26/92, apresentado pela Comprojecto no dia 29 de Abril, era merecedor de aprovação uma vez que os preços apresentados estavam de acordo com os valores do mercado.³²⁷ Face a esta conjuntura, no dia 21 de Maio a Mesa da SCML aprovou a execução das obras.³²⁸

A 28 de Maio o arquitecto Rui Cabrita remeteu ao engenheiro Pires da Costa um ponto da situação acerca dos trabalhos adjudicados à firma Comprojecto, tendo referido que os mesmos se encontravam, à data, integralmente executados, podendo a Santa Casa elaborar o auto de recepção provisória dos mesmos. Segundo o arquitecto, *a colocação da alcatifa no espaço do museu e nas escadas de acesso não [viria a ser] executado pela empresa adjudicatária dado que, por interesses do Museu de S. Roque, [havia sido] retirada esta tarefa ao empreiteiro, [tendo ficado] esta obrigação da responsabilidade da Sta. Casa da Misericórdia.*³²⁹

Apesar de os trabalhos adjudicados à firma Comprojecto se encontrarem já concluídos, apenas no dia 3 de Julho de 1992 foi apresentada a adjudicação formal. Nesta, o director do Departamento de Obras da SCML, informou a firma adjudicante, da aprovação dos seguintes trabalhos: proposta de orçamento nº 1403/26/92 de 10 de Abril; proposta de orçamento nº 1406/26/92 de 29 de Abril; e o artº. 2 da proposta de orçamento nº 1400/26/92 de 31 de Março,

³²⁵ Cf. *Idem*, informação N.º133/92, da conservadora do museu, Matilde Sousa Franco, à secretária-geral da SCML, de 11 de Maio de 1992.

³²⁶ Cf. *Ibidem* e *Idem*, informação n.º140/92, da conservadora do museu, Matilde Sousa Franco, ao director do Departamento de Obras da SCML, engenheiro Pires da Costa, de 14 de Maio de 1992.

³²⁷ Cf. *Idem*, informação n.º 136, do director do Departamento de Obras da SCML, engenheiro Pires da Costa, ao provedor-adjunto, Ruy Seabra, de 13 de Maio de 1992, pp. 2 e 3.

³²⁸ Cf. *Idem*, p.1.

³²⁹ *Idem*, ofício do arquitecto Rui Cabrita, ao director do Departamento de Obras da SCML, engenheiro Pires da Costa, de 28 de Maio de 1992.

todas referidas anteriormente.³³⁰ Além destas, o ofício referia ainda os *art.ºs* 6.1, 6.2, 6.6, 6.7, 7.2 e 10.1 (*preços contratuais*) e *art.ºs* 3, 5 e 6 (*preços novos*), de uma proposta de 24 de Março de 1992³³¹, que não foi possível localizar. Todavia, encontrou-se referência a estes trabalhos no *Auto de Vistoria e Medições de Trabalhos*, de 20 de Julho, no qual se encontram discriminados, nomeadamente: 6.1. [a] *execução de pintura a tinta plástica*. 6.2. [a] *execução de pintura em tectos* – [no] *r/c*. [...] 6.6. [a] *execução de pintura a tinta de esmalte* – [nos] *vãos*. 6.7. [a] *execução de pintura a tinta de esmalte* em *janelas de sacada*. [...] 7.2. [o] *fornecimento e colocação de armaduras e lâmpadas*. [...] 10.1. [o] *fornecimento e colocação de estores em tela*. [...] 3. [o] *fornecimento e assentamento de chapa acrílica*. [...] 5. [a] *desmontagem do forro dos tectos*. 6. [e a] *execução do forro de tectos e vitrinas*.³³²

Conforme havia já sido anteriormente salientado pelo arquitecto Rui Cabrita, a 14 de Agosto a Comprojecto terá remetido à Santa Casa uma proposta de orçamento de *Trabalhos a Menos*, respeitante ao valor da menos valia por não ter sido assente a alcatifa no pavimento geral e escadas.³³³

Desconhecemos se o projecto do atelier MARC terá sido concluído na sua totalidade conforme o programa estabelecido. Segundo pudemos apurar em conversa com o arquitecto Rui Pedro Cabrita, o facto de terem havido diversas dificuldades no decurso desta empreitada, desde a falta de verbas ao difícil relacionamento entre o arquitecto e a conservadora Matilde Sousa Franco, fez com que o primeiro tivesse tomado a decisão de abandonar a obra antes da sua finalização, não estando nessa data ainda resolvido o problema das infiltrações. Apesar das dificuldades financeiras terem sido uma constante ao longo de todo o processo, o arquitecto fez questão de salientar o excelente relacionamento profissional mantido com a conservadora Maria João Madeira Rodrigues na primeira fase desta empreitada.³³⁴

Segundo Rui Pedro Cabrita, e como é possível constatar acima, os trabalhos propostos e executados foram na sua maioria conservativos, não envolvendo grandes intervenções estruturais ou museográficas.³³⁵

³³⁰ Cf. *Idem*, ofício n.º 0463, do director do Departamento de Obras da SCML, engenheiro Pires da Costa, à firma Comprojecto, de 3 de Julho de 1992.

³³¹ Cf. *Ibidem*.

³³² *Idem*, *Auto de Vistoria e Medições de Trabalhos*, folha n.º 47, do Departamento de Obras da SCML, de 20 de Julho de 1992, s/n.º pp.

³³³ Cf. *Idem*, *Proposta de Trabalhos a Menos*, orçamento n.º 1409/26/92, da firma Comprojecto – Projectos e Construções, Lda., de 14 de Agosto de 1992.

³³⁴ Informações fornecidas pelo arquitecto Rui Pedro Cabrita, em conversa com o próprio, a 16 de Setembro de 2010.

³³⁵ Cf. *Ibidem*.

2.7.2. AS OBRAS COORDENADAS PELOS SERVIÇOS TÉCNICOS DA SCML (1988-1991)

Conforme referimos acima, sensivelmente na mesma época em que foram executados os trabalhos projectados pelo atelier de arquitectura MARC, decorreram também no edifício do museu alguns trabalhos de manutenção geridos pelos Serviços Técnicos da SCML³³⁶. As acções levadas a cabo por este departamento incidiram maioritariamente na cobertura do museu, devido sobretudo às infiltrações que se sucederam com alguma frequência em determinadas áreas do edifício. O problema das infiltrações foi também extensível à dupla do atelier MARC, porém, neste caso, as soluções recaíram na sua maioria sobre os espaços interiores do museu, enquanto que os serviços técnicos procuraram solucionar o problema actuando sobre o exterior.

Como referimos anteriormente, a 23 de Janeiro de 1989, a conservadora Maria João Madeira Rodrigues havia já mencionado, no plano apresentado por si, o problema das infiltrações e a necessidade de *impermeabilização do terraço sobre o centro de documentação/reservas do museu*.³³⁷ Segundo a conservadora, as infiltrações no interior do museu eram também causadas pela deficiente manutenção das coberturas do edifício, tendo proposto que fossem executadas obras no telhado, a cargo dos Serviços Técnicos, porém, sempre sob a supervisão do museu.³³⁸

Aparentemente, este problema não terá sido solucionado a curto prazo, uma vez que, a 22 de Novembro de 1989, a técnica do museu, Filomena Brito, voltou novamente a alertar o secretário-geral da SCML, Vitor Frias, para o facto de se verificarem infiltrações na sala III do museu, *afectando não só a parede mas também a vitrina grande de exposição e respectivos forros, e constituindo um perigo quanto à instalação eléctrica*, [tendo salientado ainda a] *necessidade de revisão de estruturas arquitectónicas e telhados da zona do museu e igreja*.³³⁹

Também neste âmbito, a 15 de Dezembro do mesmo ano, o engenheiro Fernando Pires da Costa, do Sector de Conservação dos Serviços Técnicos da SCML, informou o provedor-adjunto, engenheiro Artur Bívar, da deterioração verificada na *cobertura do Sector I do museu e do*

³³⁶ A partir de 1973, com a saída do engenheiro José Ferreira da Cunha, a CAO perdeu o seu dinamismo, tendo-se transformado num serviço meramente vocacionado para a manutenção dos edifícios da Santa Casa, passando na década de 1980 a ser designada por Serviços Técnicos da SCML.

³³⁷ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Igreja – Projecto, Estudo de Recuperação, S.C.C./ Museu, 1983 – 1990, Plano de Acções do Museu para 1989, de Maria João Madeira Rodrigues, de 23 de Janeiro de 1989, pp. 2 e 3.

³³⁸ Cf. SCML, Arquivo da Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos (DGIE), Processo 115 D, Dossier S. Roque – Igreja e Museu, 7.º volume Proposta de Beneficiação do Museu I, da assessora Maria João Madeira Rodrigues, ao secretário-geral da SCML, Vitor Frias, de 29 de Março de 1989, pp.2 e 3.

³³⁹ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Igreja – Projecto, Estudo de Recuperação, S.C.C./ Museu, 1983 – 1990, informação 60/89, da técnica do museu, Filomena Brito, ao chefe de divisão da Secretaria-Geral, Vítor Frias, de 22 de Novembro de 1989, pp. 1 e 2.

arquivo³⁴⁰, causada pelas ditas infiltrações.³⁴¹ Tendo em conta a urgência de resolução deste problema, o engenheiro Pires da Costa elaborou e apresentou duas propostas relativas, respectivamente, à cobertura do Sector I do museu, e à cobertura do arquivo. No que diz respeito à primeira, relacionada directamente com o edifício aqui em estudo, referiu: *torna-se necessário substituir integralmente o telhado [...]. [Haverá] que considerar ainda os seguintes aspectos: a) Em virtude de se tratar de uma área integrada num Património Histórico haverá que verificar o tipo de telha – que poderá eventualmente não ser normalizada – ou até optar por diferente método construtivo [...]; b) Parece importante prever a hipótese de execução da estrutura da cobertura noutro material que não a madeira de pinho (apesar de imunizada). Esta hipótese deverá ser pedida no projecto como variante, sendo decidida a sua aplicação após a entrega das propostas; c) Considero importante prever a execução de uma cobertura de protecção durante a execução dos trabalhos, para prevenir eventuais danos durante os trabalhos; d) Considero também de prever a contratação de um serviço de segurança dada a vulnerabilidade das instalações durante a execução dos trabalhos.* Pires da Costa propôs ainda que, em relação a este assunto, fosse pedida a colaboração e o parecer da responsável do museu e de um arquitecto³⁴², que terá sido provavelmente Rui Cabrita, uma vez que este já se encontrava a colaborar com o Museu.

A 21 de Dezembro (1989), a técnica do museu, Filomena Brito, remeteu um parecer a Vítor Frias, referindo que haveria que *salvaguardar a tipologia estilística da arquitectura através do uso ou aproveitamento da telha existente, e idêntica metodologia de construção*³⁴³, isto apesar de a telha existente à data na igreja e museu ser “*telha Lusa*”, e portanto recente. Para acautelar a segurança das salas de exposição durante a empreitada, propôs ainda o *fecho do Sector I do museu durante o período de trabalhos que [interferissem] directamente com este sector, [e a] contratação de um serviço especial de segurança durante 24 horas para [esse] período.*³⁴⁴

³⁴⁰ A designação “Sector I” é equivalente a “Museu I”, englobando por isso toda a área do edifício em estudo. Relembremos que existe a designação de “Museu II”, respeitante ao espaço situado a noroeste da igreja, genericamente utilizado para exposições temporárias. O arquivo mencionado neste documento, diz respeito ao Centro de Documentação da SCML, anteriormente referido, que se encontrava à data localizado sobre o depósito do museu, actual espaço de reserva, ostentando um terraço na sua cobertura. Segundo a actual directora do Centro de Documentação, Laurinda Carona, este terá sido o local onde se situaram as primeiras instalações deste serviço, tendo permanecido aí até inícios da década de 1990.

³⁴¹ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Igreja – Projecto, Estudo de Recuperação, S.C.C./ Museu, 1983 – 1990, informação 614/89, do engenheiro Fernando Pires da Costa, do Sector da Conservação dos Serviços Técnicos da SCML, ao provedor-adjunto, engenheiro Artur Bívar, de 15 de Dezembro de 1989, pp. 1 a 3.

³⁴² *Ibidem.*

³⁴³ *Idem*, parecer 63/89, da técnica do museu, Filomena Brito, ao chefe de divisão da Secretaria-Geral, Vítor Frias, de 21 de Dezembro de 1989.

³⁴⁴ *Ibidem.*

Apesar de não se ter encontrado qualquer referência escrita à execução de obras de conservação no Museu de São Roque durante o ano de 1989, foram encontrados no Arquivo do Museu de São Roque alguns registos fotográficos, datados de Junho/ Julho e Setembro/ Outubro deste ano, relativos respectivamente a obras de tratamento do pavimento do átrio de entrada (fig.130 e 131) e ao arranjo das portadas das janelas do Museu (fig.132 a 134).

Em meados de 1990, o engenheiro F. Pires da Costa, dos Serviços Técnicos da SCML, remeteu ao provedor-adjunto, engenheiro Artur Bívar, o projecto de execução para a abertura do concurso de *substituição da cobertura do Sector I do Museu de S. Roque e obras de beneficiação do terraço/ cobertura do arquivo*, tendo referido que: *de acordo com a orientação inicial e posteriores pareceres [relativos à cobertura do museu] optou-se pela utilização de telha “Lusa” e de uma estrutura metálica na cobertura, tendo também sido prevista a montagem de uma cobertura de protecção durante a execução dos trabalhos; - previu-se o levantamento e remoção de caixilhos envidraçados da sacada que dá para o pátio, atendendo a que a parede que foi construída no interior do Museu inviabiliza o seu funcionamento e manutenção, não existindo também qualquer leitura do ritmo da fenestração deste pátio. No que respeita à cobertura do terraço, optou-se por tijoleira cerâmica idêntica à existente, aproveitando-se os trabalhos da empreitada para pequenas beneficiações nas zonas adjacentes.*³⁴⁵ Face a esta exposição, o engenheiro Pires da Costa considerou o projecto merecedor de aprovação, e propôs a abertura de um concurso limitado para a execução do mesmo.³⁴⁶

Após a análise das propostas para a execução da empreitada de *substituição da cobertura do Sector I do Museu de S. Roque e obras de beneficiação do terraço/ cobertura do arquivo*, no dia 27 de Julho de 1990, os Serviços Técnicos da SCML informaram o engenheiro Pires da Costa de que a proposta considerada mais adequada havia sido a da firma DURPOL – Obras de Construção, Lda³⁴⁷. Face a este parecer, no dia 8 de Agosto do mesmo ano, foi adjudicada a empreitada a esta firma³⁴⁸ e a 14 de Setembro, foi-lhe remetida uma cópia do *Auto de Consignação de Trabalhos*.³⁴⁹

³⁴⁵ SCML, Arquivo da Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos (DGIE), Processo 115 D, Dossier S. Roque – Igreja e Museu, 8º volume, informação n.º 323/90, do coordenador do Sector da Conservação dos Serviços Técnicos da SCML, engenheiro Pires da Costa, ao provedor-adjunto, engenheiro Artur Bívar, de 15 de Junho de 1990.

³⁴⁶ Cf. *Ibidem*.

³⁴⁷ Cf. *Idem*, informação n.º 406, dos Serviços Técnicos da SCML, ao engenheiro Pires da Costa, de 27 de Julho de 1990.

³⁴⁸ Cf. *Idem*, ofício n.º 0884, do provedor-adjunto, engenheiro Artur Bívar, à firma DURPOL – Obras de Construção, Lda, de 8 de Agosto de 1990.

³⁴⁹ Cf. *Idem*, ofício n.º 1039, do coordenador do Sector de Conservação da SCML, engenheiro Pires da Costa, à firma DURPOL – Obras e Construções, Lda., de 14 de Setembro de 1990.

Os trabalhos na cobertura do arquivo tiveram início a 17 de Setembro (1990), porém, uma vez que não estava a ser cumprido o caderno de encargos, designadamente a *montagem da estrutura de protecção provisória, antes de dar início aos trabalhos*, a fiscalização terá mandado suspender a obra. Segundo o engenheiro Mendes Serrano, dos Serviços Técnicos da SCML, a fiscalização havia *por diversas vezes [chamado] a atenção do empreiteiro [da firma DURPOL], que tinha de proteger todas as zonas de uma forma eficaz não se admitindo por isso, e de forma alguma, que pudessem vir a ocorrer infiltrações devidas às águas das chuvas, motivadas pelos trabalhos* [tanto no telhado do museu, como na cobertura do terraço].³⁵⁰

Com base no *1.º Auto de Medição dos Trabalhos*, apresentado à Santa Casa pela firma DURPOL, no dia 9 de Novembro de 1990, sabemos que, nesta data, teriam já sido executadas na cobertura do museu as seguintes acções: *fornecimento, montagem e desmontagem de cobertura de protecção da zona de trabalhos; [e] demolição dos muretes das platibandas*.³⁵¹

Relembramos que no penúltimo mês de 1990, a conservadora Maria João Madeira Rodrigues terá cessado as suas funções na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, tendo ficado responsável pelos trabalhos no Museu, durante cerca de um ano, a técnica Maria Filomena Lourenço Mendes Brito.

A execução das obras nos telhados do museu não impediram que, inicialmente, se continuassem a verificar infiltrações neste local, situação evidenciada pelo comunicado emitido a 8 de Novembro pela técnica do museu, Filomena Brito, referente à existência de mais uma zona com infiltrações entre as salas IV e V, devido ao entupimento de algerozes.³⁵² Da mesma forma, também a 5 de Dezembro, o encarregado do museu Henrique Pires, avisou da existência de novas infiltrações no mesmo local.³⁵³

Estas ocorrências levaram a que, no dia 10 de Dezembro (1990), o secretário-geral da SCML, Vítor Frias, tenha chamado a atenção do engenheiro Pires da Costa, do Sector da Conservação dos Serviços Técnicos da SCML, para os contratempos causados pelas obras nos telhados do museu, que haviam não só ocasionado o encerramento do mesmo e o desligamento de quadros eléctricos, como também o agravamento das infiltrações verificadas antes do início da obra.³⁵⁴

³⁵⁰ *Idem*, informação n.º 512, do engenheiro Mendes Serrano, dos Serviços Técnicos da SCML, ao coordenador do Sector de Conservação, engenheiro Pires da Costa, de 15 de Outubro de 1990.

³⁵¹ *Idem*, *1.º Auto de Medição de Trabalhos*, factura n.º 72/ 90, da firma DURPOL – Obras e Construções, Lda., à SCML, de 9 de Novembro de 1990, p.1.

³⁵² Cf. *Idem*, ofício n.º(?) do secretário-geral, Vítor Frias, ao engenheiro Pires da Costa, do Sector de Conservação dos Serviços Técnicos da SCML, de 10 de Dezembro de 1990, p.1.

³⁵³ Cf. *Ibidem*.

³⁵⁴ Cf. *Ibidem*.

No dia 26 de Dezembro (1990), a firma DURPOL – Obras e Construções, Lda., remeteu à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa o 2.º *Auto de Medição dos Trabalhos* referente à *Substituição da cobertura do Sector I do Museu de S. Roque e obras de beneficiação do terraço/cobertura do arquivo*. Tal como no 1.º auto, este documento discriminava os trabalhos relativos à cobertura do museu, tais como: [o] *levantamento de tubos de queda das águas pluviais*; [a] *demolição de rebocos em paredes exteriores*; [o] *levantamento de caixilhos envidraçados, de sacada*; [o levantamento] *de grade metálica de sacada*; [a utilização de] *alvenaria de tijolo furado 30x20x11 cm no tapamento dos vãos*; [a] *execução de vigas caleira, em betão armado (B25 – A400), conforme pormenor*; [e a] *execução de estrutura da cobertura em perfis de ferro metalizado a quente*.³⁵⁵

Em finais de Dezembro (1990), também a chefe de secção da Lotaria Nacional da SCML, Laurinda Sacadura Cabral, informou a responsável pelos Serviços de Processamento de Prémios, da existência de infiltrações nas instalações da lotaria, referindo a passagem de água pelas paredes, *sobretudo através de uma fissura existente num arco – suporte da placa que cobre metade da Secção*.³⁵⁶ Apesar das instalações em questão não pertencerem, naquela época, ao espaço do museu, actualmente, englobavam tanto o espaço em que se situa actualmente o núcleo expositivo da Companhia de Jesus, a norte do claustro, como cerca de um terço do claustro original que se encontrava ocupado por estes serviços, daí a menção ao arco. Ainda neste âmbito, a chefe de secção da Lotaria deu conhecimento que, na sequência de uma vistoria realizada pelo fiscal da Misericórdia, Silvino Brás, este terá informado que a placa que cobria a secção estava muito deteriorada, salientando porém, que as obras à data a serem realizadas junto dos serviços da lotaria (claustro, tecto do museu, etc.), não teriam qualquer responsabilidade no aparecimento da água nas paredes.³⁵⁷

Na sequência deste ofício, a 14 de Janeiro do ano seguinte (1991), o engenheiro dos Serviços Técnicos, Mendes Serrano, dirigiu uma informação ao engenheiro Pires da Costa referindo que: *Após vistoria ao local [...], nos dias 10 e 11 do corrente ano, verifica-se de facto a ocorrência de pequenas infiltrações, através da cobertura do terraço existente. Esta cobertura, já é antiga e pode-se observar (à vista desarmada), que a mesma se encontra já bastante*

³⁵⁵ *Idem*, 2.º *Auto de Medição de Trabalhos*, factura n.º 85/ 90, da firma DURPOL – Obras e Construções, Lda., à SCML, de 26 de Dezembro de 1990, p.1.

³⁵⁶ SCML, Arquivo da Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos (DGIE), Processo 115 D, Dossier S. Roque – Igreja e Museu, 9.º volume, ofício da chefe de secção dos Serviços da Lotaria, Laurinda Sacadura Cabral, à responsável pelos Serviços de Processamento de Prémios, de 28 de Dezembro de 1990.

³⁵⁷ Cf. *Ibidem*.

deteriorada.³⁵⁸ Face a esta conjuntura, o engenheiro Mendes Serrano propôs o seguinte: a) *O levantamento do isolamento existente, para refazer de novo, mas em condições de funcionalidade. [Esta] solução poderia ser resolvida através de um adicional à empreitada que [decorria à data] na zona do museu e biblioteca;* b) *Consulta ao exterior para realização do novo isolamento daquela zona.*³⁵⁹

Ainda em Fevereiro (1991), a firma DURPOL remeteu à Misericórdia de Lisboa o 3.º *Auto de Medição dos Trabalhos*, com referência às obras executadas, até àquela data, na cobertura do museu, nomeadamente: *revestimento da cobertura em telha tipo “LUSA”, qualidade NOR, [incluindo] cumeeira, telhas passadeiras e mais acessórios; [assentamento de] tubos de queda das águas pluviais, em chapa de zinco nº14 com secção de 80x70 m/m; [assentamento de] gargulos em chapa de zinco nº14 [...]; impermeabilização das caleiras com feltros elastoméricos SBS tipo MASPLAS 20, [incluindo] reboco de protecção [...]; emboço e reboco em paredes e platibandas, com argamassa de cimento e areia ao traço 1:4 em volume, com incorporação de aditivos impermeabilizantes.*³⁶⁰ No mês seguinte, foi remetido o 4.º *Auto de Medição dos Trabalhos*, com a seguinte listagem: *assentamento do algeroz em chapa de zinco Nº 14 com 0,65 de desenvolvimento, incluindo pintura a tinta anti-corrosiva, sobre uma demão de primário “wash-primer”; [assentamento de] fraldas em chapa de zinco Nº14 com 0,40 de desenvolvimento, incluindo pintura a tinta anti-corrosiva, sobre uma demão de primário “wash-primer”; capeamento de platibandas em chapa de zinco Nº14, com 0,30 de desenvolvimento, [incluindo] pintura a tinta de esmalte sobre uma demão de tinta de óleo e uma de primário “wash-primer”; pintura a tinta de esmalte da escada de acesso à cobertura, incluindo beneficiação prévia e todos os trabalhos acessórios e complementares.*³⁶¹

O 5.º *Auto de Medição dos Trabalhos* foi entregue no dia 8 de Abril de 1991, constando dos trabalhos mencionados: *[o] fornecimento, montagem e desmontagem de cobertura de protecção da zona de trabalhos; [o assentamento de] guarda-pó em chapa de zinco N.º12, [incluindo] todos os trabalhos acessórios e complementares; [o assentamento de] ralos de pinha na entrada dos tubos de queda, em latão; [o] emboço e reboco em paredes e platibandas, com argamassa de cimento e areia ao traço 1:4, em volume com incorporação de aditivos*

³⁵⁸ *Idem, Informação dos Serviços nº26*, do engenheiro Mendes Serrano, dos Serviços Técnicos da SCML, ao engenheiro Pires da Costa, de 14 de Janeiro de 1991.

³⁵⁹ *Ibidem.*

³⁶⁰ SCML, Arquivo da Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos (DGIE), Processo 115 D, Dossier S. Roque – Igreja e Museu, 8º volume, 3º *Auto de Medição de Trabalhos*, factura n.º 12/ 91, da firma DURPOL – Obras e Construções, Lda., à SCML, de 3 de Fevereiro de 1990, pp.1 e 2.

³⁶¹ SCML, Arquivo da Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos (DGIE), Processo 115 D, Dossier S. Roque – Igreja e Museu, 9º volume, 4º *Auto de Medição de Trabalhos*, ofício com ref.ª C/66/91/MS, da firma DURPOL – Obras e Construções, Lda., à SCML, de 12 de Março de 1991, pp.1 e 2.

*impermeabilizantes e anti-fendilhantes, incluindo pintura a tinta texturada.*³⁶² Esta empreitada terá terminado em meados do mesmo ano, tendo a 12 de Julho, após a verificação de todos os trabalhos, o engenheiro Francisco Mendes Serrano assinado o auto de recepção provisória.³⁶³ Desconhecemos porque razão o auto de recepção definitiva desta empreitada só foi lavrado bastante mais tarde, em Fevereiro de 1994.³⁶⁴

Após o encerramento temporário do museu para concretização das obras referidas neste capítulo, tanto as coordenadas pelos Serviços Técnicos da SCML, como as projectadas pelo atelier de arquitectura MARC, este serviço voltou a reabrir ao público em Julho de 1992, ainda sob a responsabilidade da conservadora Matilde Sousa Franco. Mais uma vez a inauguração deste espaço contou com a presença de altas individualidades da sociedade portuguesa (figs.153 a 155).³⁶⁵

Pouco depois, esta conservadora terminou funções na Santa Casa, uma vez que em Dezembro do mesmo ano foi nomeado conservador do Museu de São Roque o historiador Nuno Vassallo e Silva³⁶⁶. Terá sido sob a sua orientação que, em 1993, foi levada a cabo uma grande renovação museológica em São Roque, realizada no contexto do 495.º aniversário da Misericórdia.³⁶⁷ Pese embora a importância desta reforma e a mais valia cultural das várias acções desenvolvidas por este conservador, não nos alongaremos na sua actividade uma vez que a mesma não teve repercussões ao nível arquitectónico e estrutural do edifício. A remodelação referida baseou-se essencialmente numa alteração do discurso museológico, segundo o projecto do arquitecto João Bento d'Almeida, com uma grande valorização da faceta educativa e do enquadramento das colecções no seu âmbito histórico (figs.160 a 166). Salientamos o facto das acções desenvolvidas por este conservador terem resultado, segundo Teresa Morna, numa *excepcional projecção do Museu de S. Roque, tanto a nível nacional como internacional.*³⁶⁸

Foi também Nuno Vassallo e Silva que, consciente das necessidades que a moderna museologia impunha, planeou um novo programa museológico, delineado em 1997 pelo projectista Carlos Pietra Torres, *com o objectivo de ampliar a área de exposição permanente e*

³⁶² *Idem*, 5º Auto de Medição de Trabalhos, ofício com ref.ª C/79/91/MS, da firma DURPOL – Obras e Construções, Lda., à SCML, de 8 de Abril de 1991, p.1.

³⁶³ Cf. *Idem*, Auto de Recepção Provisória da empreitada de Substituição da cobertura do Sector I do Museu de S. Roque e Obras de Beneficiação do Terraço/ Cobertura do Arquivo, adjudicada à firma DURPOL – Obras e Construções, Lda., de 12 de Julho de 1991.

³⁶⁴ Cf. SCML, Arquivo da Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos (DGIE), Processo 115 F, Dossier Museu, 10º volume, Auto da Recepção Definitiva da empreitada de Substituição da Cobertura do Sector I do Museu de S. Roque e Obras de beneficiação do Terraço/ Cobertura do Arquivo, adjudicada à firma DURPOL, de 18 de Fevereiro de 1994.

³⁶⁵ Cf. MORNA, Teresa Freitas, *Op. Cit.*, 2005, p.41.

³⁶⁶ Para Nuno Vassallo e Silva veja-se o Elenco Biográfico, p.191.

³⁶⁷ Cf. MORNA, Teresa Freitas, *Op. Cit.*, 2005, p.41.

³⁶⁸ *Idem*, *Op. Cit.*, 2005, p.45.

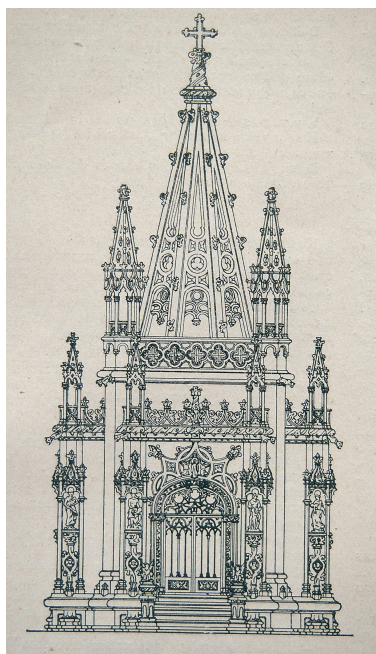
*de dotar o Museu de novas infra-estruturas de apoio*³⁶⁹, do qual falaremos de seguida. Em 1999, o conservador viria a terminar a sua colaboração oficial com o Museu de São Roque, tendo assumido o cargo de director-adjunto do Museu Calouste Gulbenkian.³⁷⁰

³⁶⁹ *Idem, Op. Cit.*, 2005, p.46.

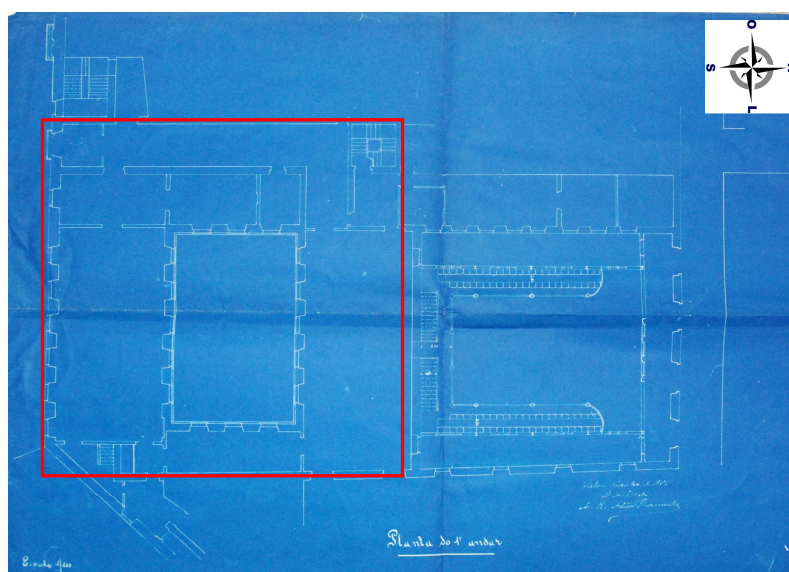
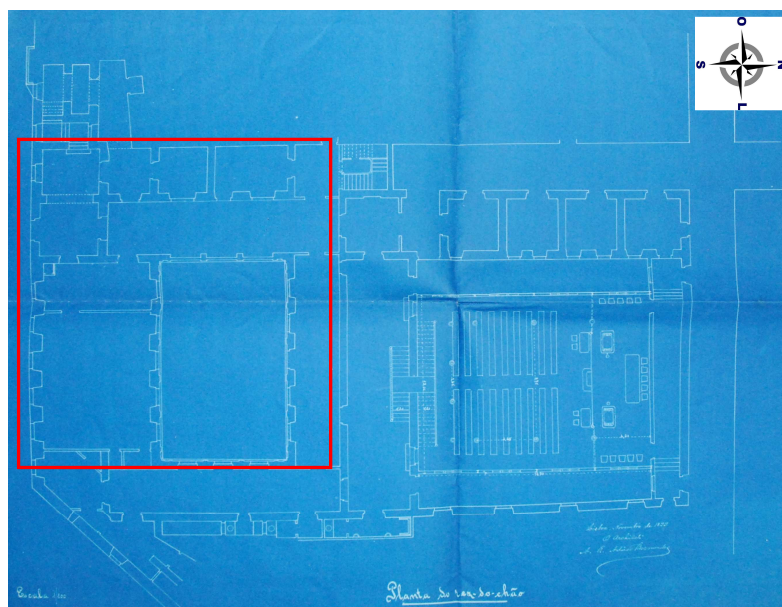
³⁷⁰ *Cf. Ibidem.*



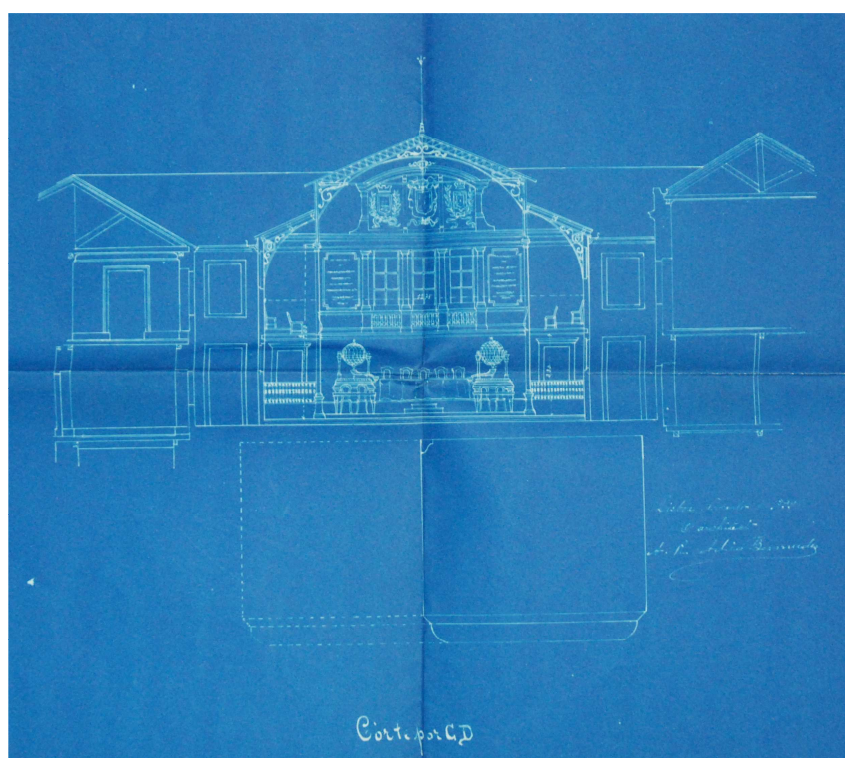
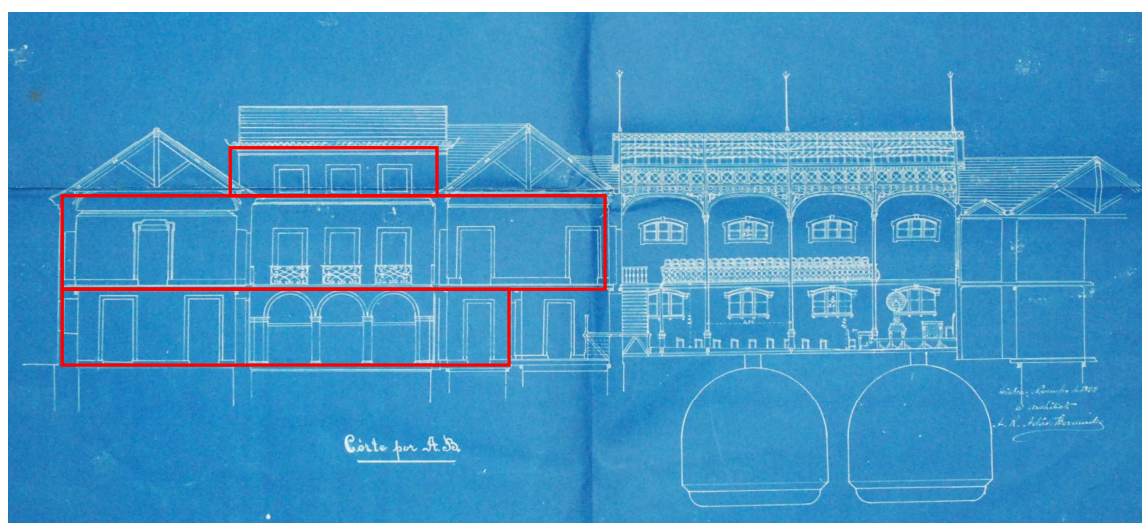
Fig.27. Retrato de Adães Bermudes de cerca de 1909. AHMOPTC, Colecção de Processos Individuais de Funcionários (CPI), Arnaldo Adães Bermudes. Fotografia de autoria desconhecida.



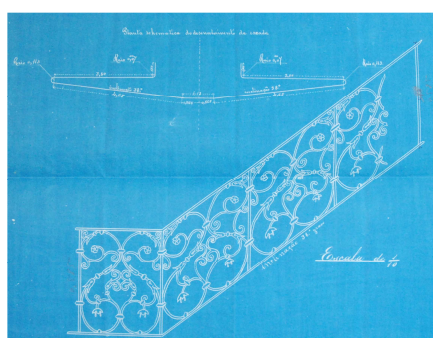
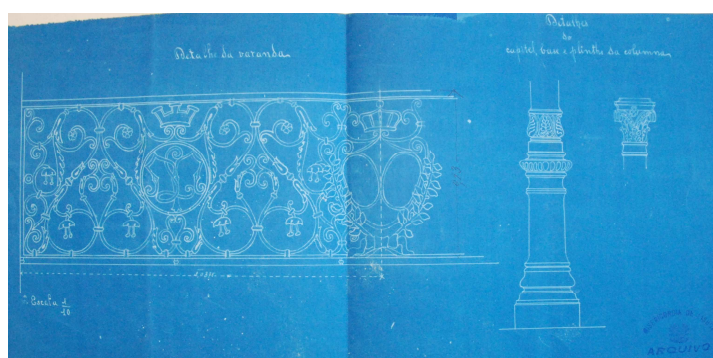
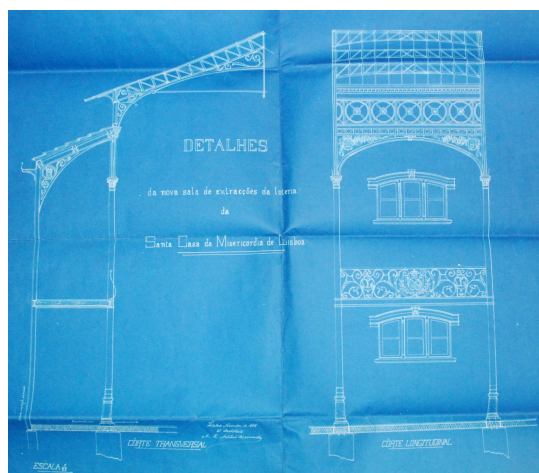
Figs.28 e 29. Jazigo dos Beneméritos da SCML. De estética exuberante, revivalista e neo-manuelina, muito do agrado do arquitecto Adães Bermudes e reveladora da importância da instituição encomendante. Desenho da autoria de Adães Bermudes, publicado em *O Occidente*, ano 28, nº 961, 10 de Setembro de 1905, p.197. Fotografia da autoria de Luísa Sousa, s/d. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota.



Figs.30 e 31. Plantas do rés-do-chão e 1º andar do projecto da nova sala de extracções da SCML, da autoria do arquitecto Adães Bermudes. Nestas plantas encontra-se visível a distribuição, à data, das várias áreas que foram gradualmente sendo adaptadas aos serviços do Museu, até se ter chegado ao espaço actual (marcado a vermelho). SCML, Arquivo Histórico, *Obras, A Sala de Extracções, Orçamentos, plantas e condições do concurso para arrematação da construção da nova sala de extracções, 1899-1900*, Caixa 3, Processo Nº21.



Figs.32 e 33. Cortes AB e CD do projecto da nova sala de extracções da SCML, da autoria do arquitecto Adães Bermudes. No corte AB é também visível a distribuição, à data, das várias áreas posteriormente adaptadas aos serviços do Museu (marcadas a vermelho). SCML, Arquivo Histórico, *Obras, A Sala de Extracções, Orçamentos, plantas e condições do concurso para arrematação da construção da nova sala de extracções, 1899-1900*, Caixa 3, Processo N°21.



Figs.34, 35 e 36. Detalhes do projecto da nova sala de extracções da SCML, da autoria do arquitecto Adães Bermudes. SCML, Arquivo Histórico, Obras, A Sala de Extracções, Orçamentos, plantas e condições do concurso para arrematação da construção da nova sala de extracções, 1899-1900, Caixa 3, Processo Nº21.

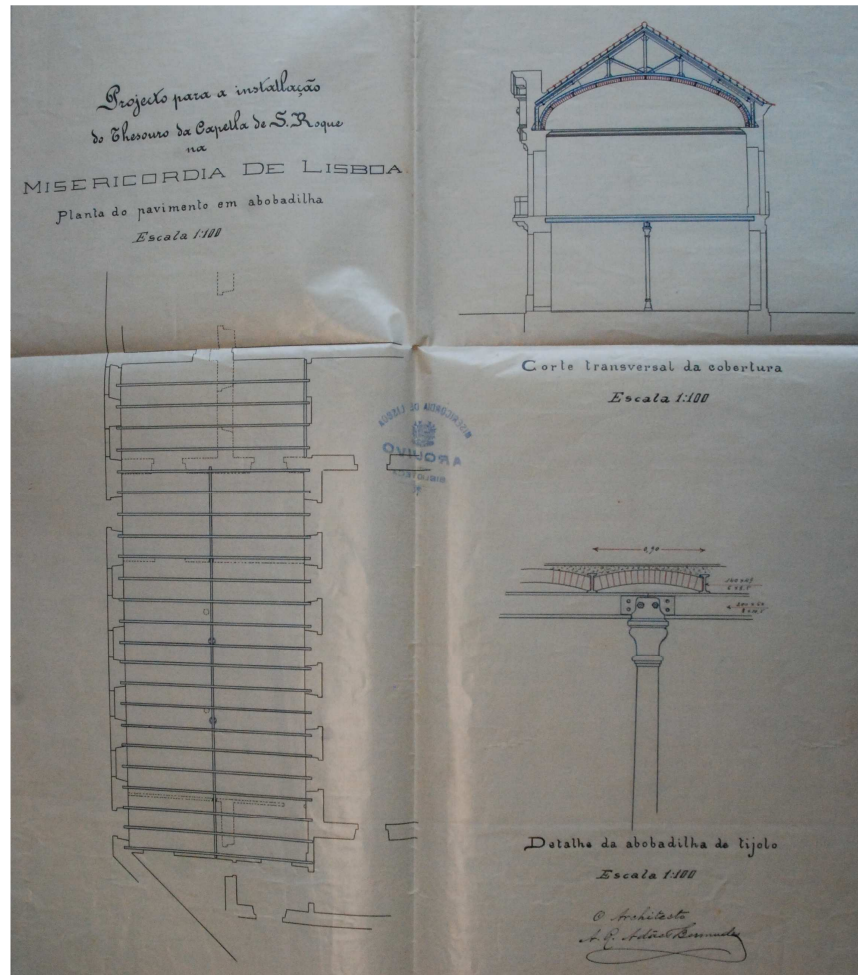


Fig.37. Detalhes do projecto para a instalação do Tesouro da Capela de S. João Baptista, da autoria do architecto Adães Bermudes. Numa solução usual na época, este architecto propôs a execução do pavimento da Sala do Tesouro (elemento divisório entre o piso térreo e o piso superior) em abobadilha de tijolo, assente em vigas transversais em ferro, suportadas por uma viga longitudinal, assente em duas colunas de ferro fundido. SCML, Arquivo Histórico, *Obras, Reconstrução do edifício principal, Largo de S. Roque, Tesouraria e Sala do Tesouro da Capela de São João Baptista*, 1902, Maço 3, Processo N.º.17, “Projecto para a instalação do Tesouro da Capela de [São João Baptista da Igreja de] S. Roque na Misericórdia de Lisboa”.



Fig.38. Fotografia de cerca de 1902, altura do início das obras projectadas por Adães Bermudes, para remodelação do edifício da SCML com fachada virada a sul. É bem visível a demolição da fachada, bem como do corpo estreito e alto, localizado entre a igreja e o edifício do Museu. Apesar de a imagem não permitir uma visão total do espaço, parece-nos que a cobertura da sala onde viria a ser instalado o Museu, também terá sido demolida, como referiu Paula Noé. Fotografia da autoria de Paulo Guedes, s/d. CML, Arquivo Fotográfico, código de referência PT/AMLSB/AF/PAG/000102. Publicada em MORNA, Teresa Freitas, “O Museu de São Roque – 100 Anos de História – 1905-2005”, in MORNA, Teresa Freitas, (Coord.), *100 anos Museu de São Roque*, 2005, p.21.



Fig.39. Fotografia de cerca de 1905, após a remodelação projectada por Adães Bermudes, onde é visível a fachada do edifício, sendo notório o aumento da altura da mesma, a regularização de portas e janelas, através da aplicação de cantarias, a construção de frontões e varandas nas janelas localizadas sobre os três portais, e a sobreposição de uma lápide inscrita, encimada por um brasão, sobre o frontão da janela central do 2º piso. Fotografia da autoria de Paulo Guedes, s/d. CML, Arquivo Fotográfico, código de referência PT/AMLSB/AF/PAG/000514. Publicada em MORNA, Teresa Freitas, “O Museu de São Roque – 100 Anos de História – 1905-2005”, in MORNA, Teresa Freitas, (Coord.), *100 anos Museu de São Roque*, 2005, p. 21.



Figs.40 e 41. Aspecto do interior da sala do Museu, após a remodelação projectada por Adães Bermudes. Note-se que o espaço expositivo se apresenta ainda muito sobrecarregado devido à exiguidade do espaço. Em ambas as imagens é parcialmente visível o tecto estucado por Manuel Ennes Trigo. Fotografias de autoria desconhecida, s/d. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota. Publicadas em MORN, Teresa Freitas, “O Museu de São Roque – 100 Anos de História – 1905-2005”, in MORN, Teresa Freitas, (Coord.), *100 anos Museu de São Roque*, 2005, pp.8e 21.



Fig.42. *Suas magestades e altezas saindo do museu de S. Roque.* “Os Duques de Connaught. A visita ao Quartel de Cabeço de Bola”, in *O Século*, 25º Ano, Nº 8.275, 12 de Janeiro de 1905. Gravura publicada em MORN, Teresa Freitas, “O Museu de São Roque – 100 Anos de História – 1905-2005”, in MORN, Teresa Freitas, (Coord.), *100 anos Museu de São Roque*, 2005, p.23.

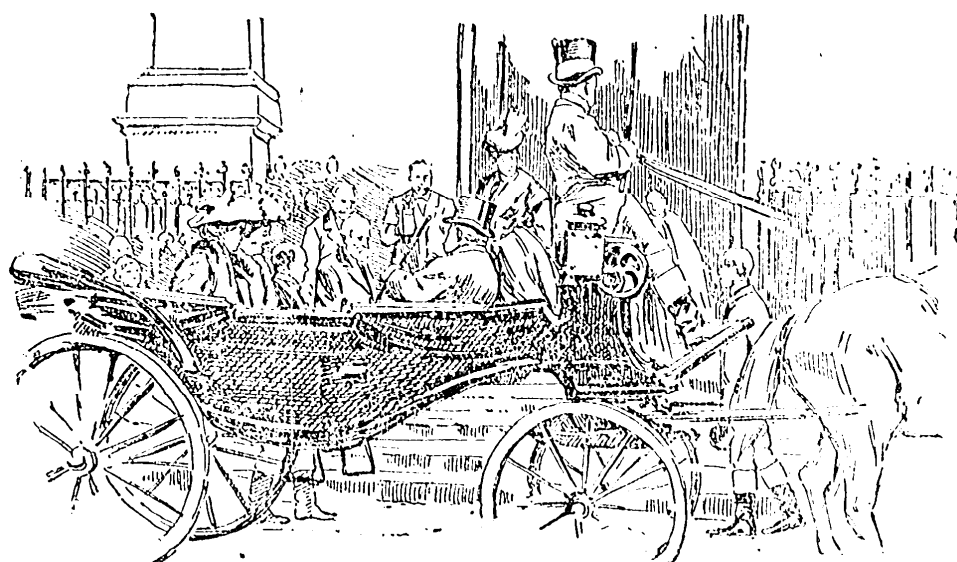
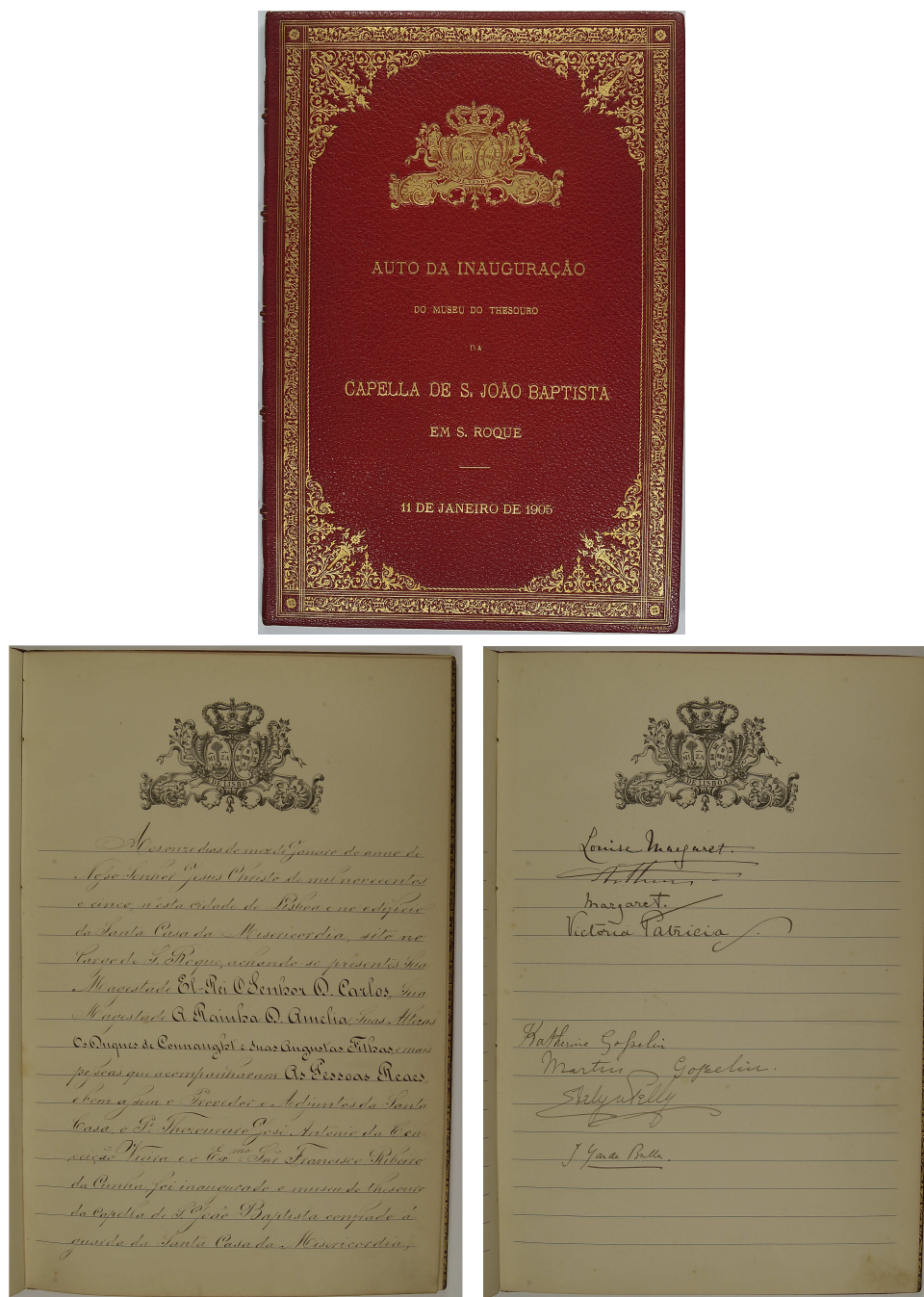


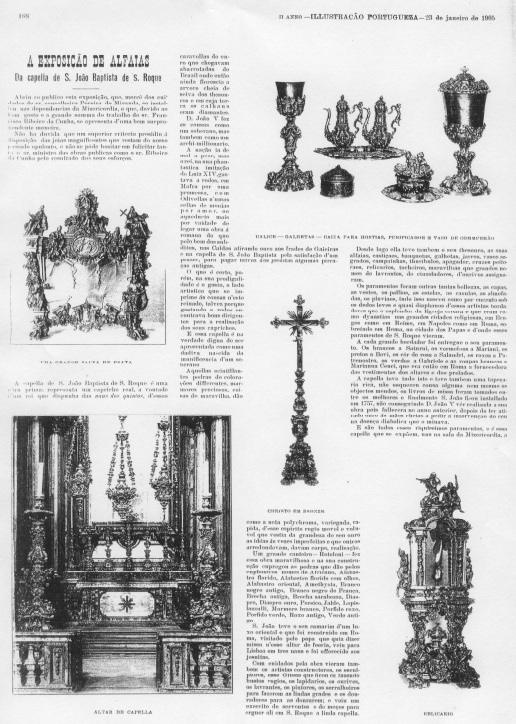
Fig.43. *El Rei [D. Carlos, a Rainha D. Amélia] e as princezas Margarida e Victoria [de Connaught] chegando à igreja de S. Roque.* “Os Duques de Connaught. O dia de hontem”, in *Diário de Notícias*, 41º Ano, Nº 14.052, 12 de Janeiro de 1905. Gravura publicada em MORN, Teresa Freitas, “O Museu de São Roque – 100 Anos de História – 1905-2005”, in MORN, Teresa Freitas, (Coord.), *100 anos Museu de São Roque*, 2005, p.23.



Figs.44, 45 e 46. Auto da Inauguração do Museu do Tesouro da Capela de São João Baptista em São Roque, de 11 de Janeiro de 1905, com referencia à presença do Rei D. Carlos, Rainha D. Amélia, Duques de Connaught e suas filhas, entre outros ilustres. SCML, Arquivo Histórico, SCML/IG/SJB/03/Livro 001. Publicado em MORNA, Teresa Freitas, “O Museu de São Roque – 100 Anos de História – 1905-2005”, in MORNA, Teresa Freitas, (Coord.), *100 anos Museu de São Roque*, 2005, p.22.



Fig.47. Notícia “O Thesouro da Capella de S. João Baptista”, in *Diário de Notícias*, 41º Ano, Nº 14.051, 11 de Janeiro de 1905.



Figs.48 e 49. Notícia “A Exposição de Alfaiais da capella de S. João Baptista de S. Roque”, in *Illustração Portuguesa*, II Ano, 23 de Janeiro de 1905, p.188 e 189.



Figs.50 e 51. Cerca de três anos após a reabertura do museu ao público, os responsáveis da instituição terão decidido intervir sobre as diversas frentes do edifício revestindo-as com azulejos biselados monocromáticos. No caso de São Roque, os azulejos terão sido aplicados horizontalmente, com as juntas desalinhadas. Do lado direito de cada uma das fotografias é visível a fachada da Companhia de Carruagens Lisboense. Fotografias da autoria de Joshua Benoliel, datadas respectivamente de 1908 e 1920. CML, Arquivo Fotográfico, códigos de referência PT/AMLSB/AF/JBN/000261 e PT/AMLSB/AF/JBN/001665.

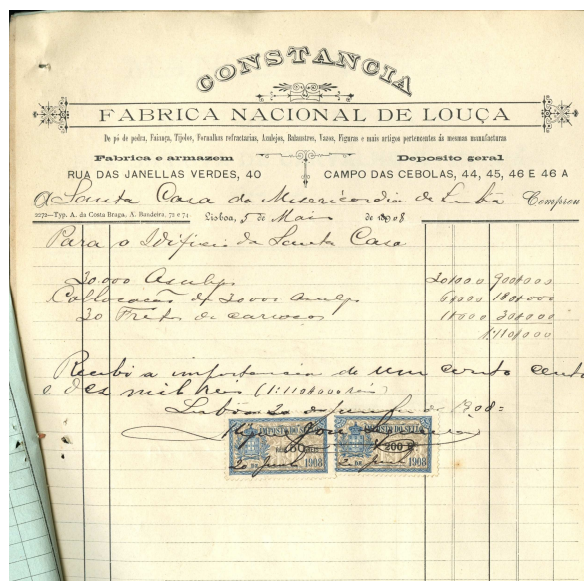


Fig.52. Factura da Fábrica Nacional de Louça Constância que se encontrava junto da folha de fêria da semana de 20 de Junho de 1908, dizendo respeito ao *orçamento para a despesa a fazer com o trabalho de revestir d'azulejos as frentes do edifício da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Datada de 5 de Maio de 1908 e assinada por Miguel José Sequeira, apresenta o valor total de *um conto cento e dez mil reis*, relativa ao fornecimento de 30.000 azulejos, à colocação dos mesmos, e a 30 fretes de carroças. Este documento lançou a dúvida relativamente à origem dos azulejos aplicados na fachada do edifício de São Roque. SCML, Arquivo Histórico, *Documentos de despesa*, Cota A-521, Folha de fêria n.º2955, de 20 de Junho de 1908 e Factura da Fábrica Nacional de Louça Constância, de 5 de Maio de 1908.



Fig.53. Catálogo de azulejos da *Real Fábrica de Louça de Sacavém*, editado pela mesma em 1910. Através deste catálogo, comprova-se que esta fábrica produzia, nesta época, azulejos de pó de pedra biselados e monocromáticos, com a dimensão de 7,5 cm x 15,5 cm, provavelmente a tipologia utilizada na fachada de São Roque. Centro de Documentação Manuel Joaquim Afonso, Museu de Cerâmica de Sacavém, *Preços Correntes da Real Fábrica de Louça em Sacavém*, 1910.

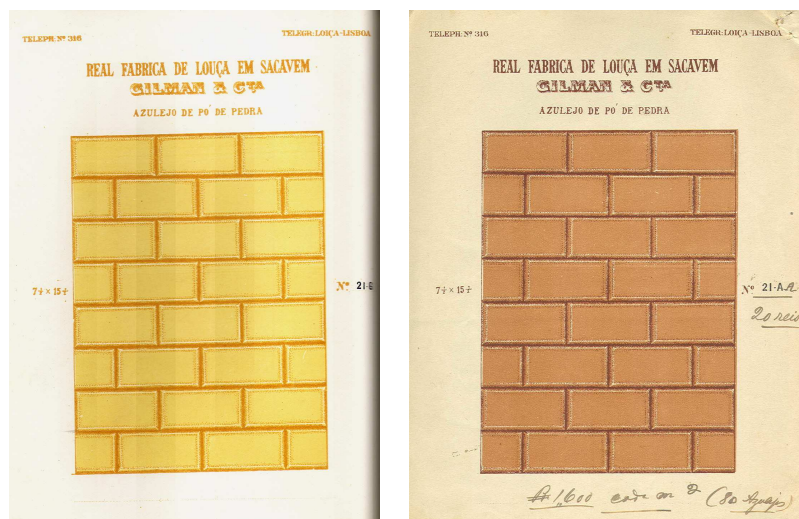


Fig.54 e 55. Páginas do catálogo de azulejos da *Real Fábrica de Louça de Sacavém*, com os tons produzidos pela mesma para os azulejos de pó de pedra biselados e monocromáticos, que nos parecem mais prováveis de poderem ter sido designados por “tom rebuçado”, nomeadamente o tom mais amarelado N.º21-G e o tom mais acastanhado N.º 21-A. *Preços Correntes da Real Fábrica de Louça em Sacavém*, 1910.



Fig.56. Ilustração do artista/ ilustrador Carlos Botelho que, em Novembro de 1937, retratou de forma satírica os trabalhos de remoção dos azulejos da fachada do edifício central da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, no semanário humorístico *Sempre Fixe*. “Ecos da Semana”, in *Sempre Fixe, Semanário Humorístico*, Lisboa, 12º Ano, N.º599, de 11 de Novembro de 1937, p.8. Pub. SOUSA, Osvaldo, *150 Anos da Caricatura em Portugal*, 1997, p.93.

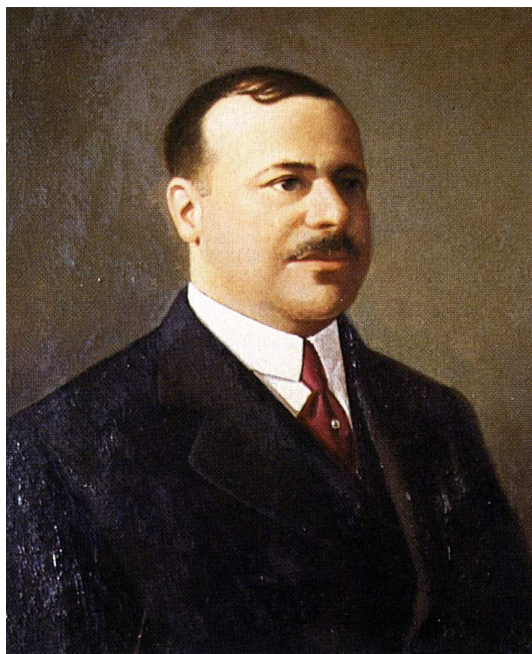
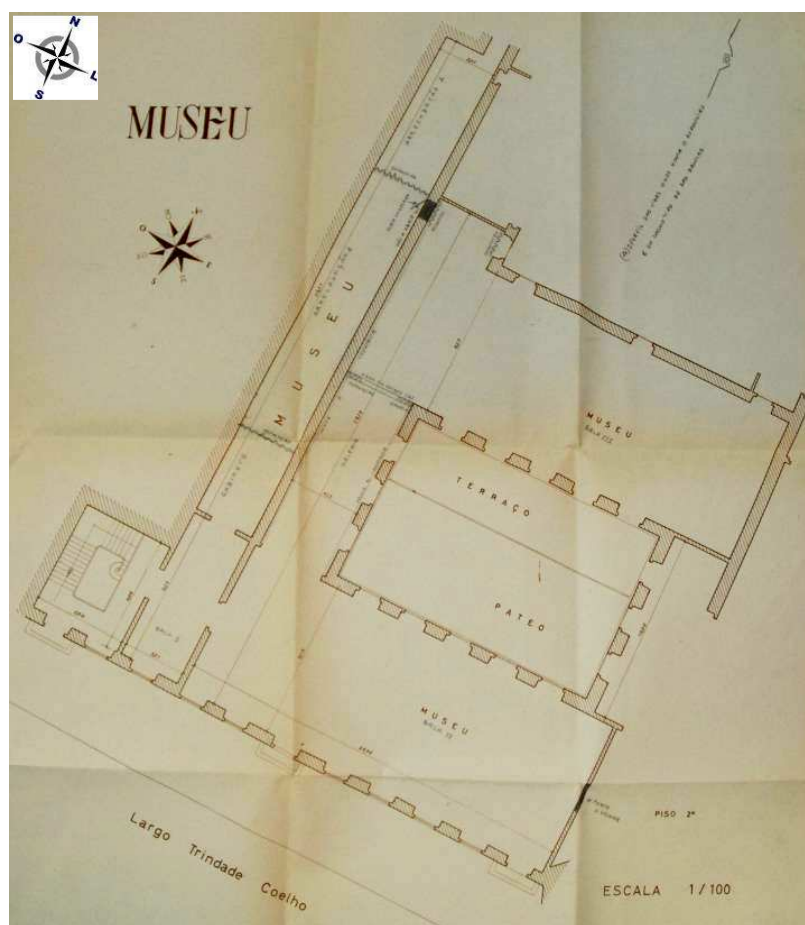
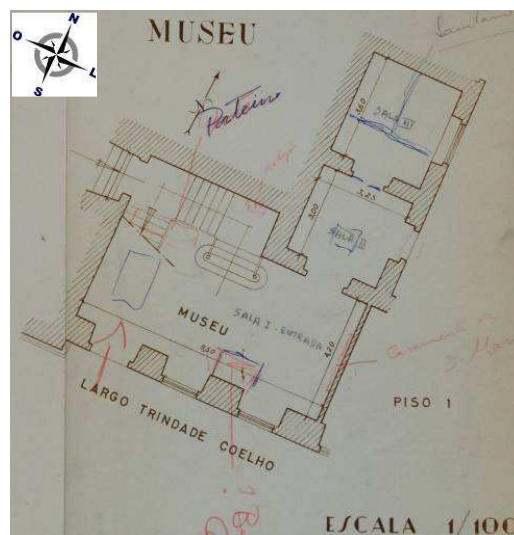


Fig.57. Retrato do provedor José da Silva Ramos, pintura a óleo sobre tela, de autoria desconhecida, meados do século XX. SCML, Museu de São Roque, colecção de pintura, inv. Pin.41. Fotografia de autoria desconhecida, s/d. SCML, Arquivo Fotográfico, sem cota. Publicado em CARDOSO, Rogério Seabra, *Provedores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa desde 1851*, Arquivo Histórico/ Biblioteca da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1995, p.123 e CAETANO, Joaquim Oliveira, *Pintura. Século XVI ao Século XX. Colecção de Pintura da Misericórdia de Lisboa*, 1998, p.137.



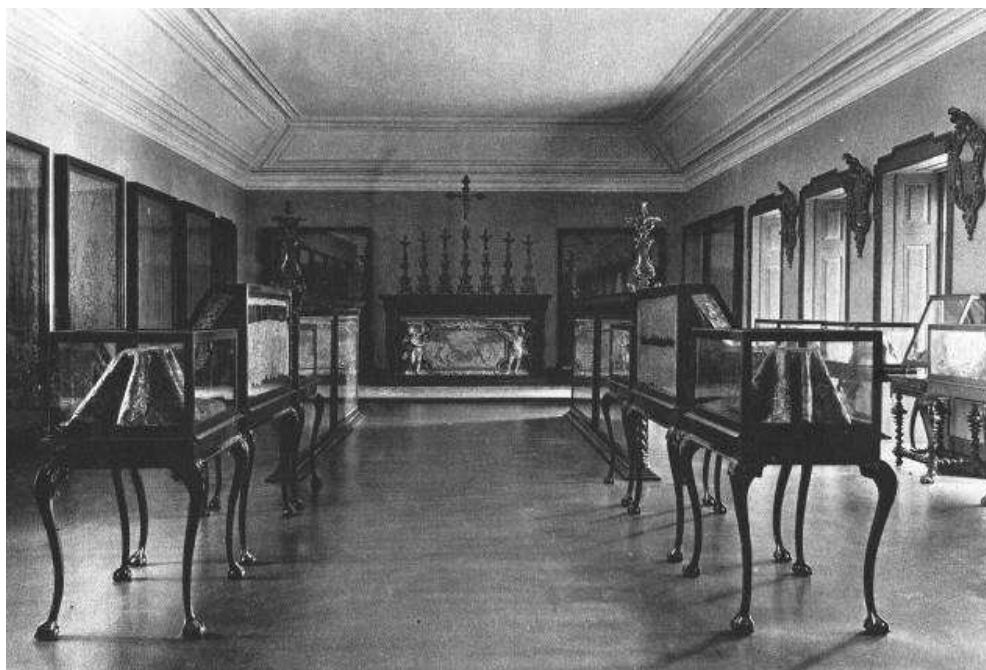
Fig.58. Fotografia de Jorge Cid. Publicada em *O Ocidente, Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, 28º anno, XXVIII volume, Nº 971, 20 de Dezembro de 1905, p.276 e em MORNA, Teresa Freitas, “O Museu de São Roque – 100 Anos de História – 1905-2005”, in MORNA, Teresa Freitas, (Coord.), *100 anos Museu de São Roque*, 2005, p.21.



Figs.59 e 60. Plantas do Museu de São Roque. Apesar de não se ter encontrado nenhuma referência à data em que terão sido executadas estas plantas do r/c e 1º andar do Museu, elas fazem parte de um documento elaborado pela conservadora do Museu, Maria João Madeira Rodrigues, na qual esta fez referência às dificuldades apresentadas pela planta em forma de “U”, que tornava a circulação mais difícil, por terminar numa sala sem saída. Sabemos que, posteriormente, esta conservadora propôs a ampliação do Museu, entre outros, ao espaço que faltava adquirir no 1º piso do lado este do claustro, de modo a garantir a total circulação. Por isto e por alguns apontamentos manuscritos nas próprias plantas, parece-nos lógico que estas digam respeito à finalização do projecto de Tertuliano Lacerda Marques, e à primeira ampliação da área expositiva, que terá ocorrido nesta época, e antecedido o projecto proposto por Fernando Augusto Peres Guimarães, na década de 60. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.



Fig.61 e 62. Aspectos do vestíbulo do rés-do-chão e escadaria de acesso ao 1º piso do Museu, após o projecto de Tertuliano Lacerda Marques. Fotografias de autoria desconhecida, 1931. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota. Publicadas em MORN, Teresa Freitas, “O Museu de São Roque – 100 Anos de História – 1905-2005”, in MORN, Teresa Freitas, (Coord.), *100 anos Museu de São Roque*, 2005, p. 27.



Figs.63 e 64. Na primeira fotografia é visível a sala situada a norte do claustro, e na segunda a Sala do Brasão, situada a sul, ambas após o projecto de Tertuliano Lacerda Marques. É perceptível a utilização de vitrinas estilisticamente mais sóbrias, ao estilo D. José, e a valorização do discurso narrativo e didáctico. Apesar de só conhecermos fotografias das salas situadas a norte e a sul do claustro, é notório que o espaço de circulação foi alargado permitindo ao observador um maior distanciamento dos objectos e a sobriedade das vitrinas tornou-as menos interferentes na leitura dos mesmos. A primeira fotografia é da autoria de M. Cardoso e foi publicada em CID, Jorge, *São Roque e o seu Museu*, in *Portugal – A Arte: os Monumentos: a Paisagem: os Costumes: as Curiosidades*, 1933. A segunda fotografia foi publicada em MORNA, Teresa Freitas, “O Museu de São Roque – 100 Anos de História – 1905-2005”, in MORNA, Teresa Freitas, (Coord.), *100 anos Museu de São Roque*, 2005, p. 25.



Figs.65 e 66. Arranjo museográfico de Pedro da Cunha Santos. Como é visível, no átrio de entrada foram realizadas alterações pouco significativas. Na galeria anexa à sala de entrada do museu, no 1º piso, foram apresentadas pela primeira vez, numa narrativa bastante densa, diversos quadros provenientes da Igreja de São Roque e do Convento de São Pedro de Alcântara, bem como objectos de ourivesaria e outros relacionados com a história da instituição. Fotografias de autoria desconhecida, 1937-40. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota. Publicadas em MORN, Teresa Freitas, “O Museu de São Roque – 100 Anos de História – 1905-2005”, in MORN, Teresa Freitas, (Coord.), *100 anos Museu de São Roque*, 2005, pp. 28 e 30.



Figs.67 e 68. Arranjo museográfico de Pedro da Cunha Santos. Na primeira imagem é visível o corredor, situado a oeste do claustro, de ligação entre as duas salas principais. Neste foram expostas nove cortinas da colecção da Capela de São João Baptista, em vitrinas de linhas rectas, assentes sobre pés representando leões deitados, tendo sido mantido amplo espaço de circulação entre estas e os restantes expositores. Na segunda imagem é visível a sala situada a norte do claustro, na qual foi apresentada a colecção de ourivesaria da Capela de São João Baptista, em vitrinas e expositores de diferentes estilos. Fotografias de autoria desconhecida, 1937-40. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota. Publicadas em MORN, Teresa Freitas, “O Museu de São Roque – 100 Anos de História – 1905-2005”, in MORN, Teresa Freitas, (Coord.), *100 anos Museu de São Roque*, 2005, p.31.



Figs.69 e 70. Arranjo museográfico de Pedro da Cunha Santos. Na primeira imagem é visível o lado este da Sala do Brasão e na segunda o lado oeste da mesma sala. Como é visível, foi mantida a linha estilística das vitrinas utilizadas por Jorge Cid e Silva Ramos, porém, a reinterpretação do discurso, provavelmente guiada pela vontade de expor a maior parte da colecção de têxteis da famosa capela, levou a que este espaço voltasse a adquirir uma aparência excessiva e pouco adequada à leitura total dos objectos. Fotografias de autoria desconhecida, 1937-40. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota. Publicadas em MORN, Teresa Freitas, “O Museu de São Roque – 100 Anos de História – 1905-2005”, in MORN, Teresa Freitas, (Coord.), *100 anos Museu de São Roque*, 2005, p. 29.



Fig.71. Retrato do provedor José Guilherme de Mello e Castro (provedor da SCML de 1957 a 1963), pintura a óleo sobre tela, da autoria de Henrique Medina, 1974. SCML, Museu de São Roque, colecção de pintura, inv. Pin.44. Fotografia de autoria desconhecida, s/d. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota. Publicado em CARDOSO, Rogério Seabra, *Provedores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa desde 1851*, Arquivo Histórico/ Biblioteca da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1995, p.251 e CAETANO, Joaquim Oliveira, *Pintura. Século XVI ao Século XX. Colecção de Pintura da Misericórdia de Lisboa*, 1998, p.142.



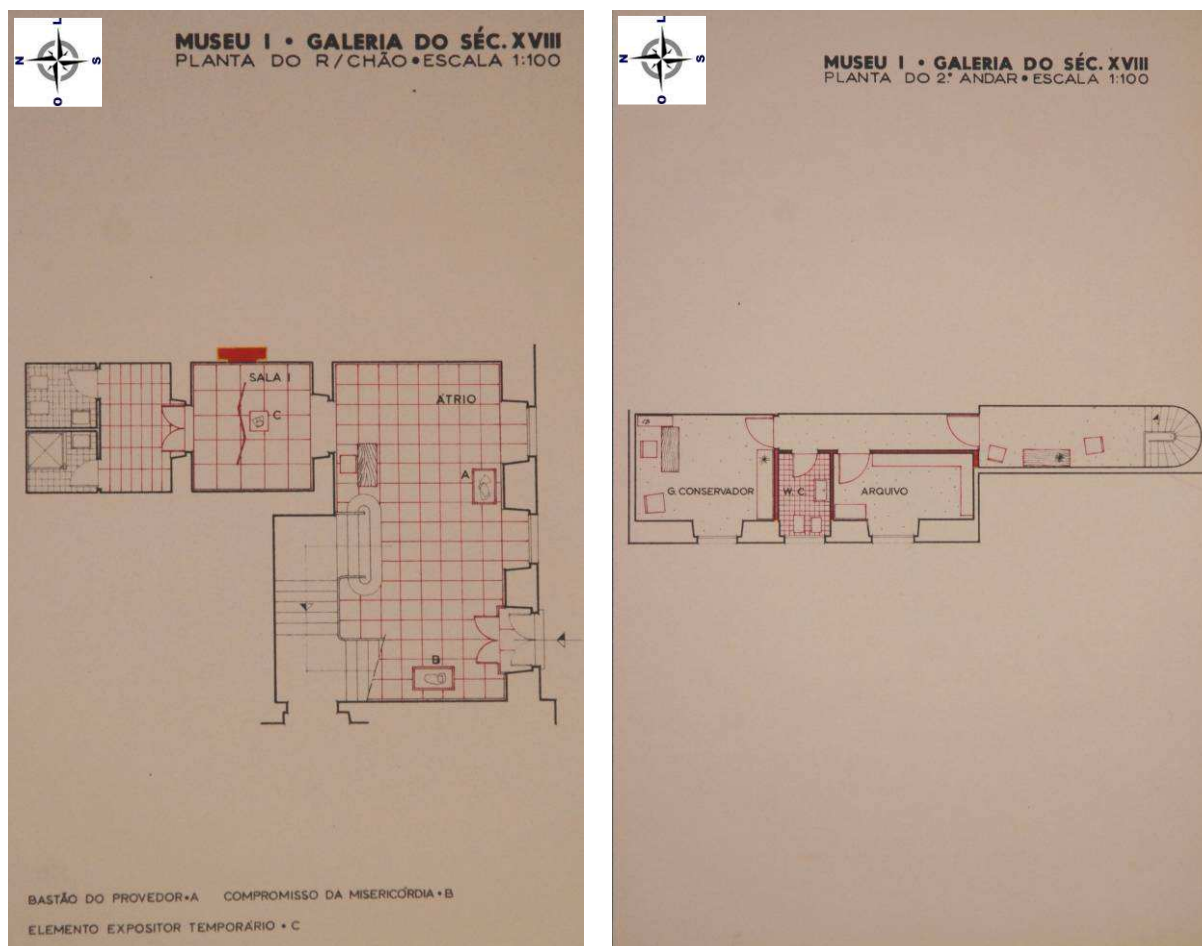
Fig.72. Retrato do provedor António Maria de Mendonça Lino Neto (provedor da SCML de 1964 a 1973), pintura a óleo sobre tela, da autoria de Luís Brunner, 1982. SCML, Museu de São Roque, colecção de pintura, inv. Pin.260. Fotografia de autoria desconhecida, s/d. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota. Publicado em CARDOSO, Rogério Seabra, *Provedores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa desde 1851*, Arquivo Histórico/ Biblioteca da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1995, p.279 e CAETANO, Joaquim Oliveira, *Pintura. Século XVI ao Século XX. Colecção de Pintura da Misericórdia de Lisboa*, 1998, p.143.



Fig.73. Conservadora do Museu de São Roque, Maria João Madeira Rodrigues. Pormenor de fotografia de autoria desconhecida, 1968. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Fig.74. Fernando Augusto Peres Guimarães. Pormenor de fotografia de autoria desconhecida, 1958. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Colecção de Elísio Summavielle Soares. Disponível no sítio da Ordem dos Arquitectos, <http://www.oasrs.org/conteudo/dossiers/dossiers3.asp>, consultado em 05.12.2010.



Figs.75 e 76. Plantas do rés-do-chão e 2º piso do Museu segundo o ante-projecto de Fernando Peres Guimarães. A primeira imagem diz respeito ao rés-do-chão, para o qual se encontrava previsto o rebaixamento do tecto da Sala I, localizada logo a seguir ao átrio. A segunda imagem diz respeito ao 2º piso, para o qual se encontrava programado o arranjo geral do vestíbulo e escada de acesso, bem como a instalação do Gabinete e Arquivo do Museu. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, MADEIRA RODRIGUES, Maria João, PERES GUIMARÃES, Fernando, *Museu de Arte Sacra de S. Roque – Ante-Projecto, Comissão Administrativa de Obras, Programa*, 18 de Março de 1965.

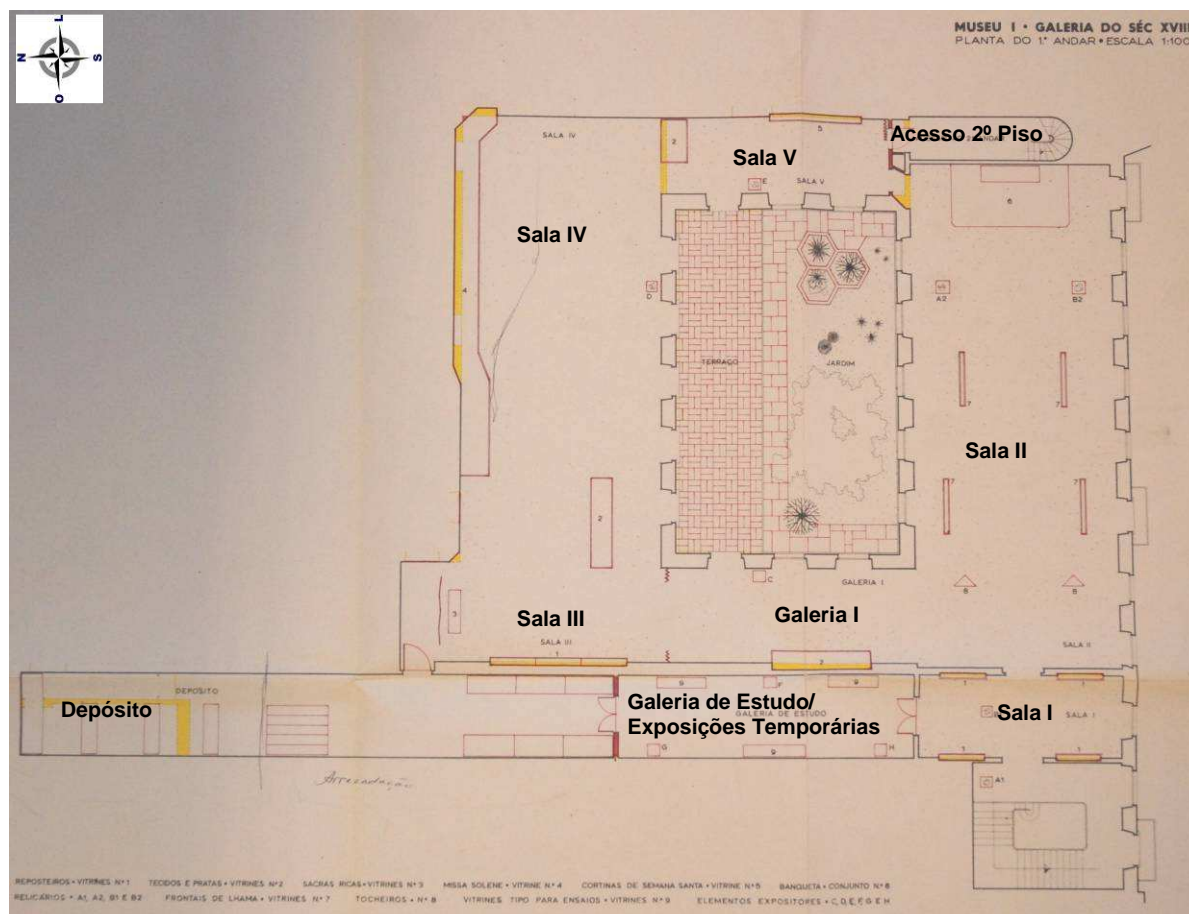
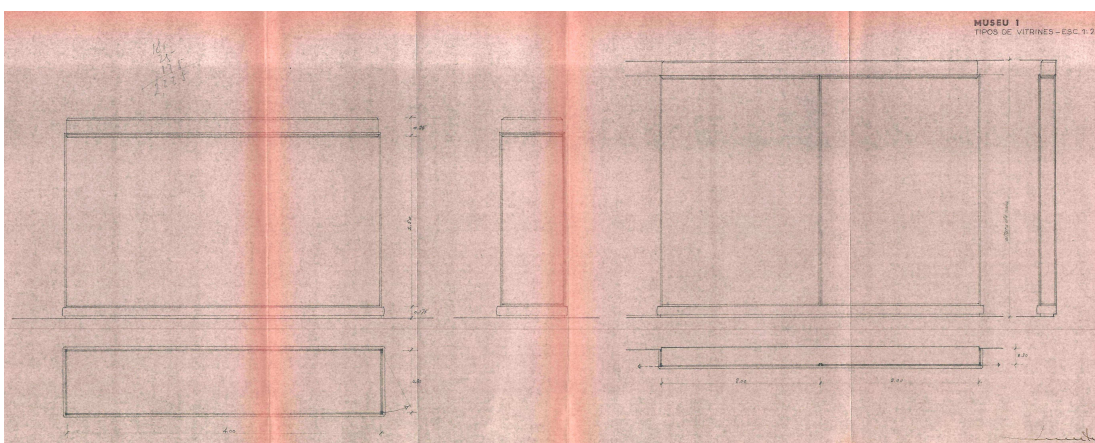
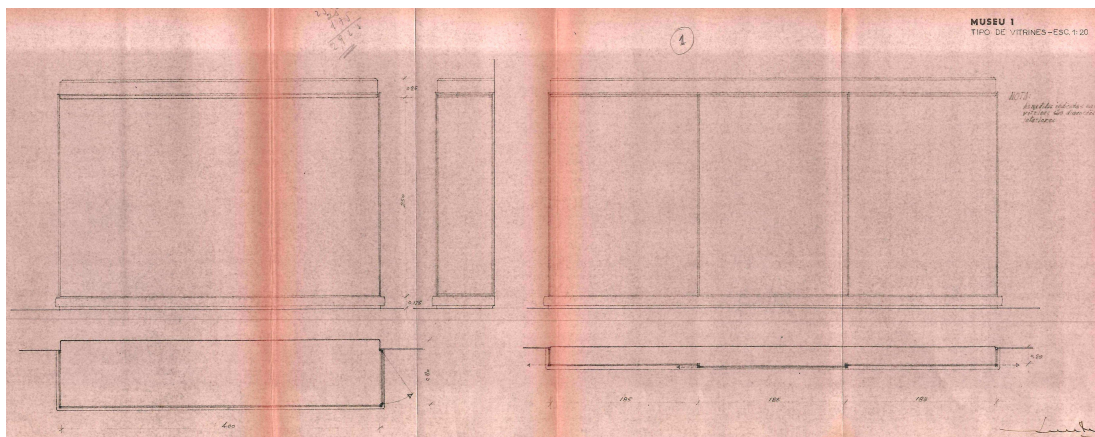


Fig.77. Planta do 1º piso do Museu segundo o ante-projecto de Fernando Peres Guimarães. As marcações a vermelho reportam-se ao que deveria ser construído, e as marcações a amarelo ao que deveria ser demolido. No programa do ante-projecto encontravam-se previstas diversas alterações descritas na memória descritiva do projecto. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, MADEIRA RODRIGUES, Maria João, PERES GUIMARÃES, Fernando, *Museu de Arte Sacra de S. Roque – Ante-Projecto*, Comissão Administrativa de Obras, Programa, 18 de Março de 1965.



Figs.78 e 79. Desenhos das vitrinas do Museu, segundo o projecto de Fernando Peres Guimarães: *Tipos de vitrines*. SCML, Arquivo da Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos, PERES GUIMARÃES, Fernando, *Museu de Arte Sacra de S. Roque*, desenhos de pormenor, 1967.

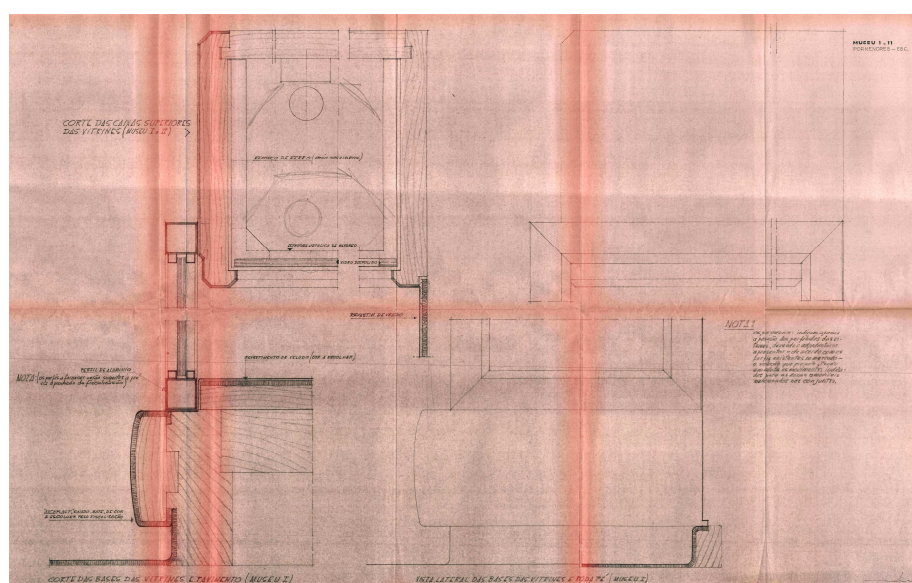


Fig.80. Desenhos de pormenor das vitrinas do Museu, segundo o projecto de Fernando Peres Guimarães: *Corte das caixas superiores da vitrine. Corte das bases das vitrines e pavimento. Vista lateral das bases das vitrines e rodapé*. SCML, Arquivo da Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos, PERES GUIMARÃES, Fernando, *Museu de Arte Sacra de S. Roque*, desenhos de pormenor, 1967.

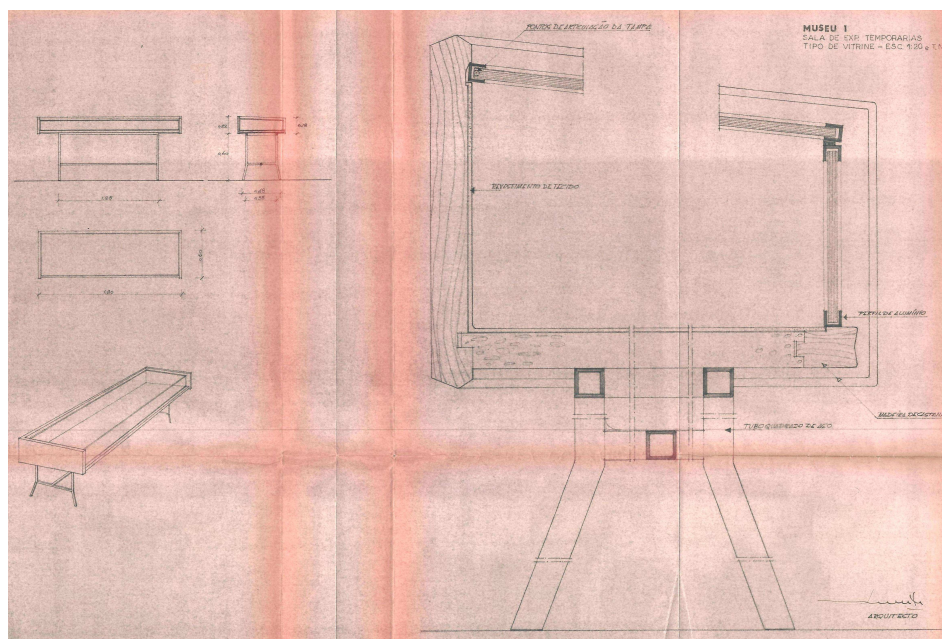


Fig.81. Desenhos de pormenor das vitrinas da sala de exposições temporárias do museu, segundo o projecto de Fernando Peres Guimarães: *Sala de Exp. Temporárias. Tipo de vitrine*. SCML, Arquivo da Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos, PERES GUIMARÃES, Fernando, *Museu de Arte Sacra de S. Roque*, desenhos de pormenor, 1967.

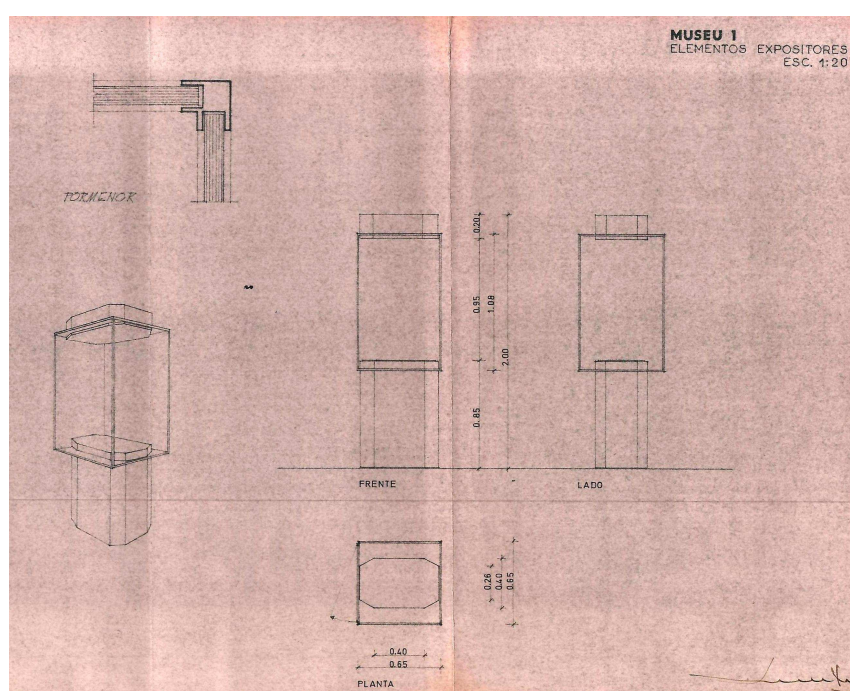


Fig.82. Desenhos dos elementos expositores do Museu, segundo o projecto de Fernando Peres Guimarães: *Elementos expositores*. SCML, Arquivo da Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos, PERES GUIMARÃES, Fernando, *Museu de Arte Sacra de S. Roque*, desenhos de pormenor, 1967.



Fig.83. Aspecto do lado este da Sala II (Sala do Brasão), após a alteração projectada por Peres Guimarães e Maria João Madeira Rodrigues. Uma vez que as salas estão referenciadas no projecto com nomes específicos, manteremos essa denominação para uma mais fácil comparação. É perceptível à esquerda, a porta de ligação entre esta sala e a Sala V. São também patentes os plintos revestidos a veludo. Fotografia de autoria desconhecida, 1968. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota. Publicadas em MORN, Teresa Freitas, “O Museu de São Roque – 100 Anos de História – 1905-2005”, in MORN, Teresa Freitas, (Coord.), *100 anos Museu de São Roque*, 2005, p. 35.



Fig.84. Tocheiros da colecção da Capela de São João Baptista, expostos do lado oeste da Sala II, após a alteração projectada por Peres Guimarães e Maria João Madeira Rodrigues. Fotografia de autoria desconhecida, 1968. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Fig.85. Aspecto da Sala III. Do lado oeste da sala é visível a nova vitrina, onde se encontravam expostos alguns paramentos e diversas alfaías litúrgicas da colecção de têxteis da Capela de São João Baptista, e do lado oeste, o fundo em veludo, um frontal de altar e três sacras, também da famosa capela. Fotografia de autoria desconhecida, 1968. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota. Publicadas em MORNA, Teresa Freitas, “O Museu de São Roque – 100 Anos de História – 1905-2005”, in MORNA, Teresa Freitas, (Coord.), *100 anos Museu de São Roque*, 2005, p. 35.



Fig.86. Aspecto da Sala III. Do lado oeste da sala é visível a nova vitrina, onde se encontravam expostos alguns paramentos e diversas alfaías litúrgicas da colecção de têxteis da Capela de São João Baptista, e do lado oeste, o fundo em veludo, um frontal de altar e três sacras, também da mesma capela. Fotografia de autoria desconhecida, 1968. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota. Publicadas em MORNA, Teresa Freitas, “O Museu de São Roque – 100 Anos de História – 1905-2005”, in MORNA, Teresa Freitas, (Coord.), *100 anos Museu de São Roque*, 2005, p. 37.



Fig.87. Aspecto da Sala III. Do lado oeste da sala é visível a nova vitrina, referida acima, e a sul, a vitrina central, que se podia observar de todos os lados. Nesta última encontravam-se expostos paramentos e ourivesaria da Capela de São João Baptista. Fotografia de autoria desconhecida, 1968. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota. Publicadas em MORNA, Teresa Freitas, “O Museu de São Roque – 100 Anos de História – 1905-2005”, in MORNA, Teresa Freitas, (Coord.), *100 anos Museu de São Roque*, 2005, p. 36.



Fig.88. Aspecto da Sala IV. Do lado norte da sala é visível a grande vitrina de superfície poligonal, assente no solo, na qual se encontravam expostos diversos paramentos e ourivesaria da Capela de São João Baptista. Fotografia de autoria desconhecida, 1968. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota. Publicadas em MORNA, Teresa Freitas, “O Museu de São Roque – 100 Anos de História – 1905-2005”, in MORNA, Teresa Freitas, (Coord.), *100 anos Museu de São Roque*, 2005, p. 36.

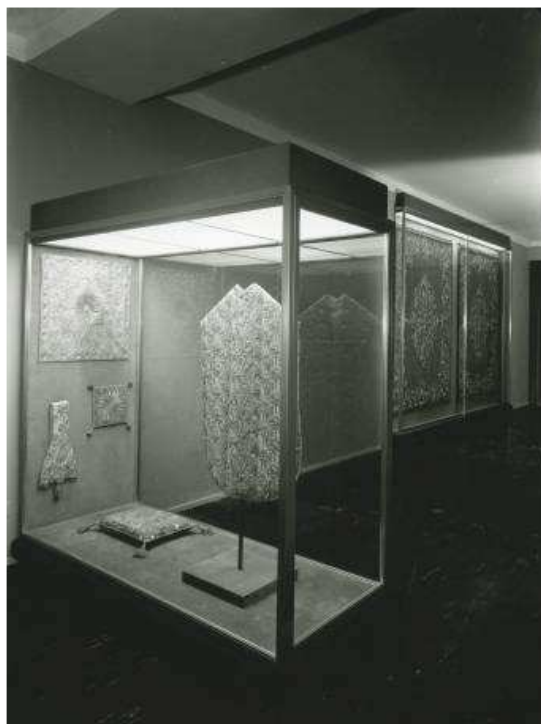


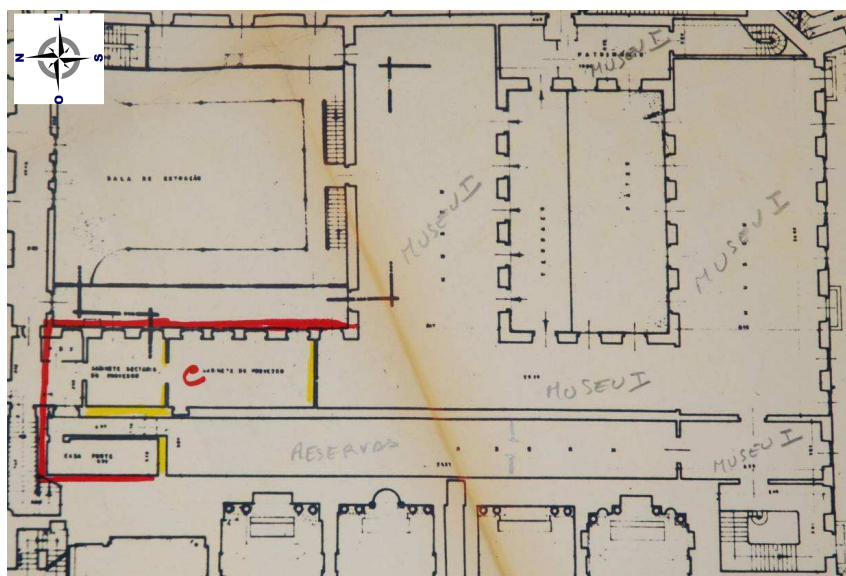
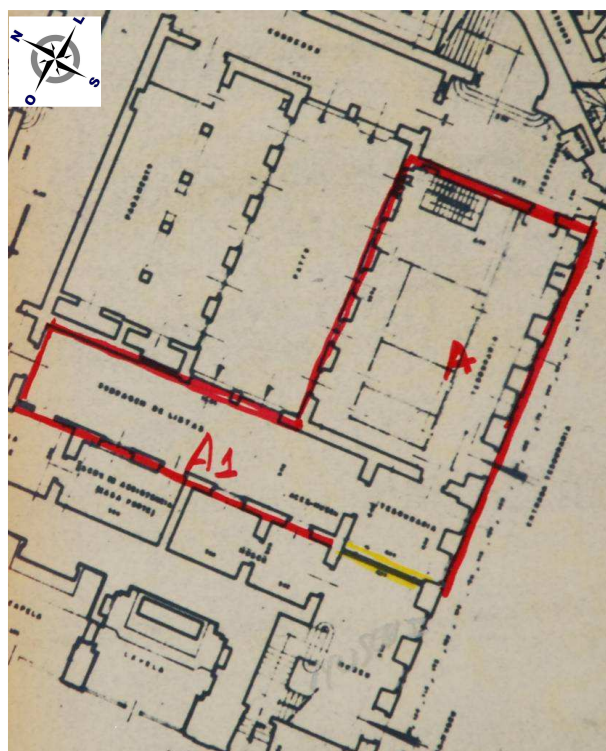
Fig.89. Vitrina de separação entre as Salas IV e V, onde se encontravam expostos paramentos e alfaias litúrgicas da colecção de têxteis da Capela de São João Baptista. Ao fundo, na parede este, é visível uma vitrina com duas cortinas da mesma colecção. Fotografia de autoria desconhecida, 1968. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Fig.90. Inauguração das novas instalações do Museu de São Roque a 2 de Julho de 1968, com a presença do Presidente da República, Américo Tomás, à direita da conservadora Maria João Madeira Rodrigues e do Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, Azeredo Perdigão, à esquerda da conservadora. Fotografia de autoria desconhecida, 1968. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.91 e 92. Inauguração das novas instalações do Museu de São Roque a 2 de Julho de 1968. Fotografias de autoria desconhecida, 1968. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota. A primeira fotografia foi publicada em MORN, Teresa Freitas, “O Museu de São Roque – 100 Anos de História – 1905-2005”, in MORN, Teresa Freitas, (Coord.), *100 anos Museu de São Roque*, 2005, p. 40.



Figs.93 e 94. Plantas com as marcações da ampliação proposta por Maria João Madeira Rodrigues, que foram posteriormente projectadas por Sérgio Infante. A vermelho estão marcadas as áreas a construir ou recuperar para o Museu e a amarelo as zonas a demolir. A área designada por A1 corresponde ao espaço contíguo à entrada do Museu, do lado esquerdo do claustro, e a área designada por A, corresponde à zona da Tesouraria. Ambas se situam no rés-do-chão. A área designada por C corresponde ao espaço situado do lado esquerdo do segundo claustro, sobre a Sala de Extracções da Lotaria. Arquivo do Departamento de Gestão Imobiliária e Património (DGIP), Dossier S. Roque – Igreja e Museu, 5º volume, 115 D, MADEIRA RODRIGUES, Maria João, *Reflexão acerca do Museu de São Roque no Programa de Redefinição Cultural da Misericórdia de Lisboa*, 1980, plantas inéditas.



Figs.95 e 96. Vistas do claustro pequeno (actual claustro do museu) na altura em que se encontrava parcialmente ocupado pelos Serviços da Lotaria. Na primeira foto são visíveis, do lado direito, as arcadas da actual cafetaria, situada a sul do claustro, onde funcionava, à data, a Tesouraria da SCML e, ao fundo, as arcadas que dão acesso ao corredor de entrada da Misericórdia, situado do lado este. Do lado esquerdo, a norte, é possível visualizar, ainda que muito parcialmente, um dos cantos da sala dos Serviços da Lotaria e do gradeamento do terraço, que em 1983 invadiam parte do claustro original. Na segunda fotografia, são novamente visíveis as arcadas que delimitavam o espaço da Tesouraria, actuais espaços da cafetaria e recepção do museu (lado sul) e, sobre este piso, são parcialmente visíveis as janelas da Sala do Brasão. Fotografias da autoria de Manuel Campinas, 29 de Junho de 1983. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.97 e 98. Antiga sala dos Serviços da Lotaria, que invadia parte do claustro pequeno, durante uma fase de obras, possivelmente para transferência dos serviços para outro local. Na primeira fotografia são visíveis as arcadas do claustro (lado norte) e, do lado oposto, a parede que limitava o espaço ocupado (lado sul). Na segunda fotografia é visível, à esquerda dos pilares, o espaço onde se encontra actualmente uma parte do Núcleo da Companhia de Jesus, e à direita, a área de claustro ocupada. Fotografias da autoria de Manuel Campinas, 29 de Junho de 1983. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Fig.99. Antiga sala de reuniões dos Serviços da Lotaria durante uma fase de obras. Na parede do fundo, a sul, encontra-se actualmente a porta de entrada para a exposição permanente do Museu, estando instalado neste espaço o Núcleo da Ermida de São Roque e parte do Núcleo da Companhia de Jesus. Do lado esquerdo, a este, estão patentes as arcadas que fazem a ligação ao claustro. No tecto existia uma cópia pintada do brasão da SCML, já do século XX, demolida nas obras de ampliação/ remodelação projectadas por Carlos Pietra Torres. Fotografia da autoria de Manuel Campinas, 29 de Junho de 1983. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.

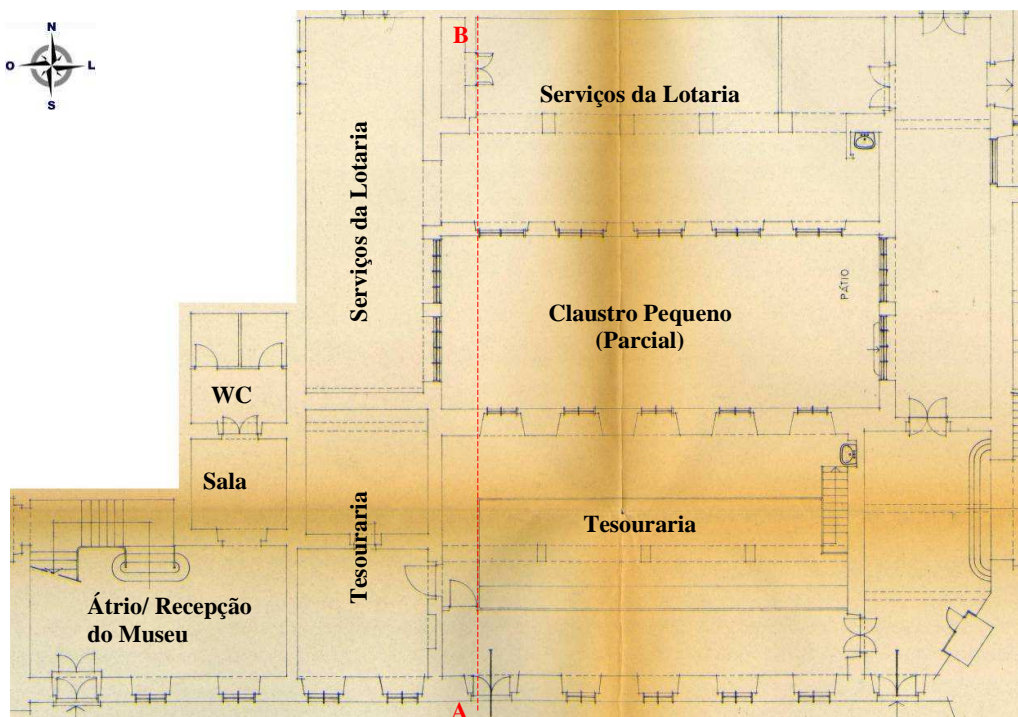


Fig.100. Pormenor do levantamento arquitectónico realizado pelo arquitecto Sérgio Infante em 1983, correspondente ao piso 0 da área actualmente ocupada pelo Museu de São Roque. Conjunto de plantas e desenhos de Sérgio Infante, *Museu de S. Roque, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, 1983. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.



Fig.101. Corte AB do levantamento arquitectónico realizado pelo arquitecto Sérgio Infante em 1983. No pormenor correspondente à área actualmente ocupada pelo Museu de São Roque é visível, no piso 0, a área ocupada a sul pela Tesouraria e a norte pela Lotaria, sendo, neste caso notória a área do claustro ocupada por estes serviços. Conjunto de plantas e desenhos de Sérgio Infante, *Museu de S. Roque, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, 1983. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.

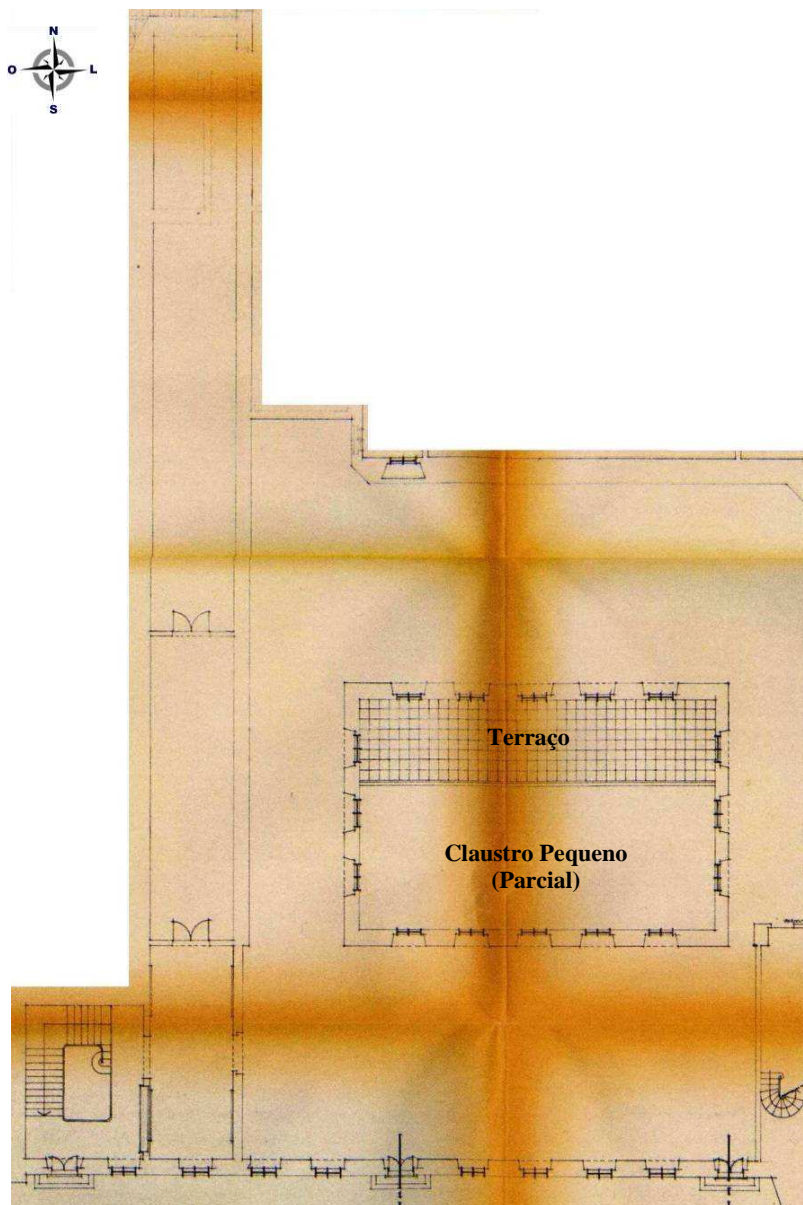


Fig.102. Pormenor do levantamento arquitectónico realizado pelo arquitecto Sérgio Infante em 1983, correspondente ao piso 1 da área actualmente ocupada pelo Museu de São Roque. Nesta época, toda esta área estava já ocupada pelo Museu. Conjunto de plantas e desenhos de Sérgio Infante, *Museu de S. Roque, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, 1983. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.

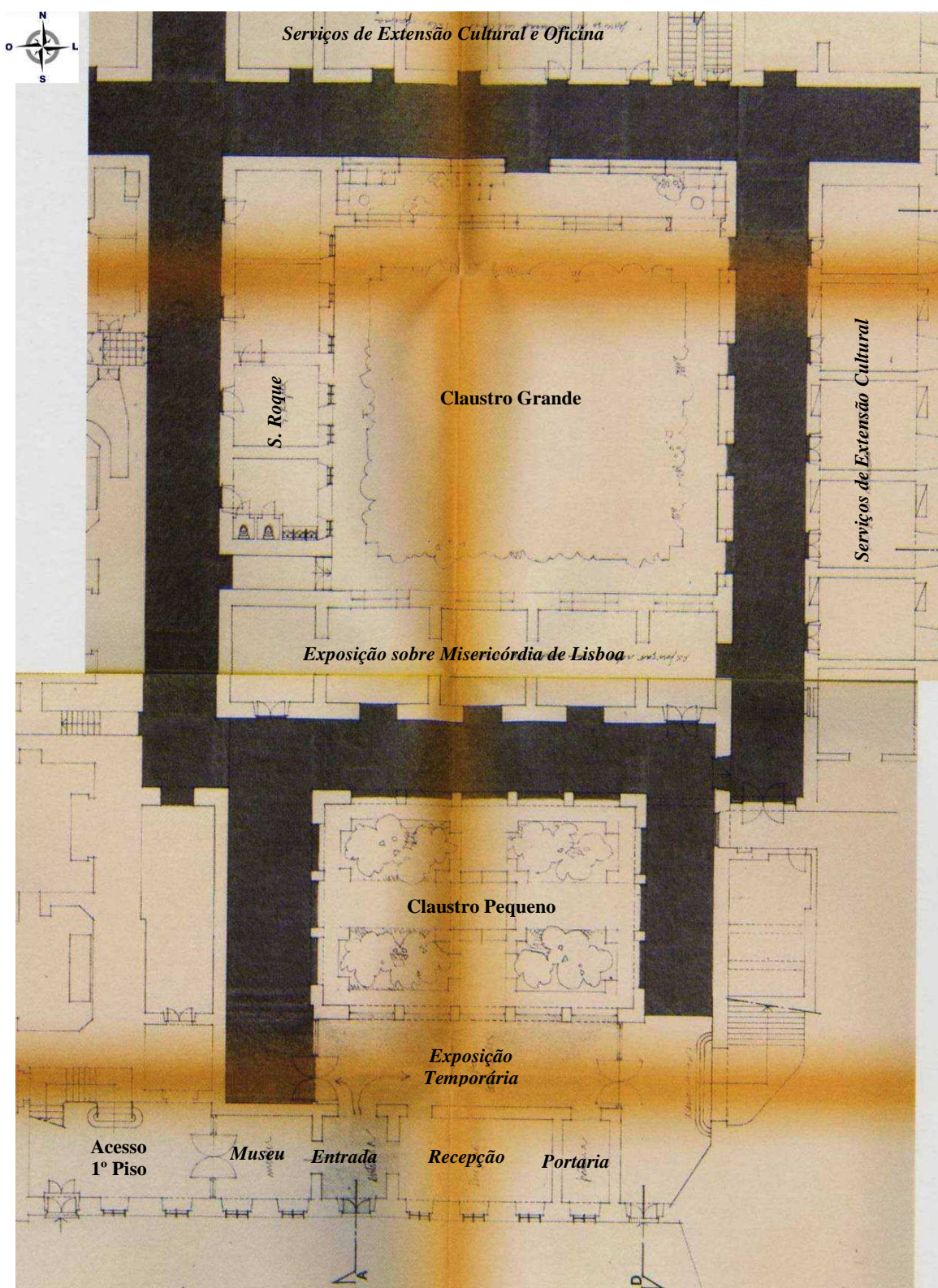


Fig.103. Proposta de intervenção do arquitecto Sérgio Infante, ao nível do piso 0. Neste projecto encontra-se patente a vontade manifestada por Madeira Rodrigues, de alargamento da área cultural de São Roque. Naturalmente este projecto só seria viável após a saída dos serviços da Lotaria e Tesouraria dos locais onde se encontravam na época (lado norte e sul do claustro pequeno). Conjunto de plantas e desenhos de Sérgio Infante, *Museu de S. Roque, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, 1983. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.

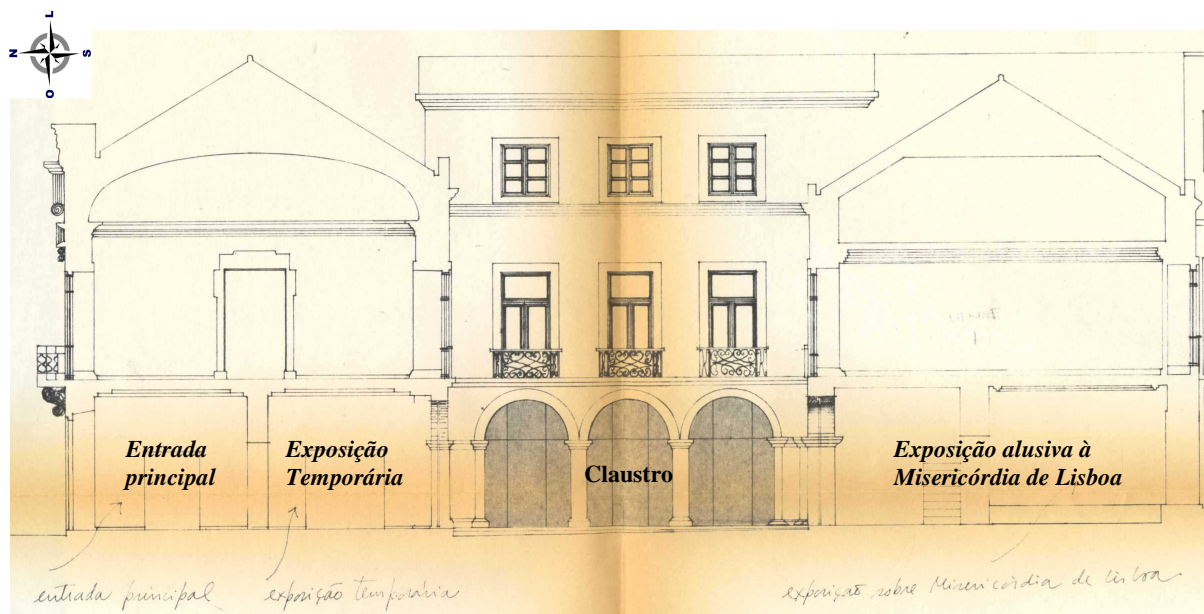
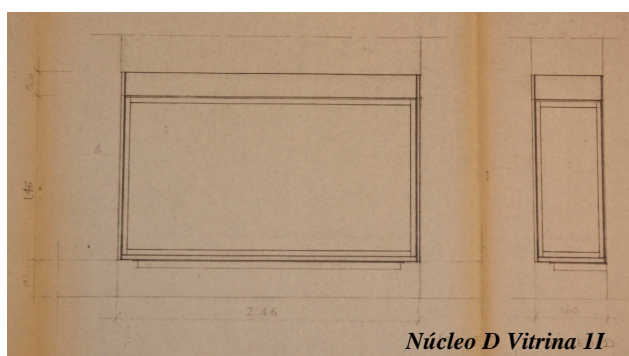
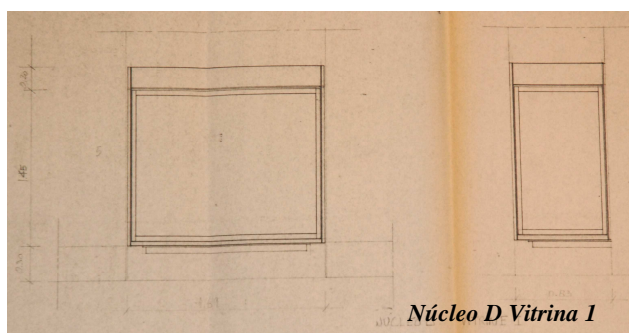


Fig.104. Pormenor do corte AB da proposta de intervenção do arquitecto Sérgio Infante ao nível do piso 0. É visível a recuperação do claustro, através da eliminação do terraço que o ocupava, e a sul a criação de uma área para exposições temporárias e, a norte, uma área para exposição alusiva à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Conjunto de plantas e desenhos de Sérgio Infante, *Museu de S. Roque, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, 1983. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.



Figs.105 e 106. Pormenores do desenho N.º.1, núcleo D vitrine I e núcleo D vitrine II, da proposta de vitrinas do arquitecto Sérgio Infante. Conjunto de plantas e desenhos de Sérgio Infante, *Museu de S. Roque, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, 1983. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.

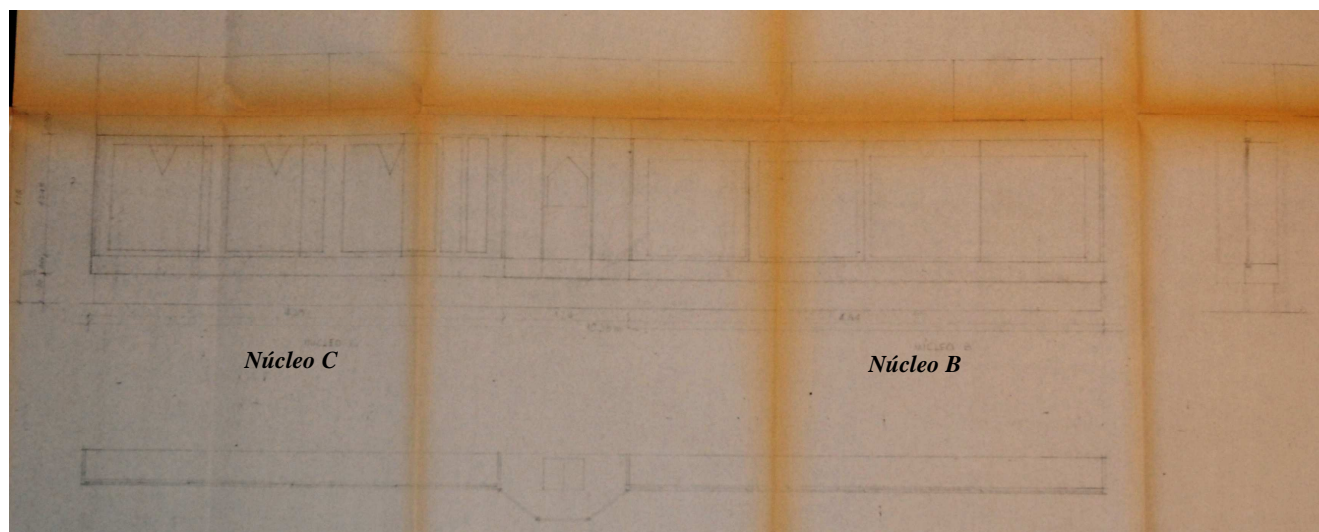
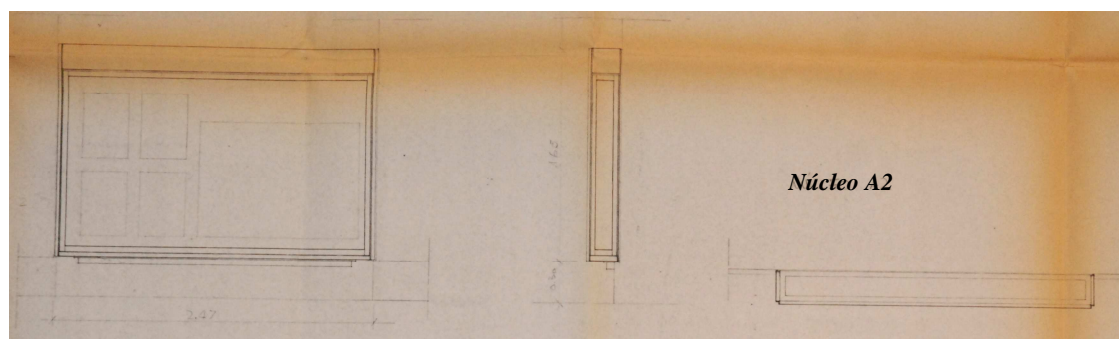
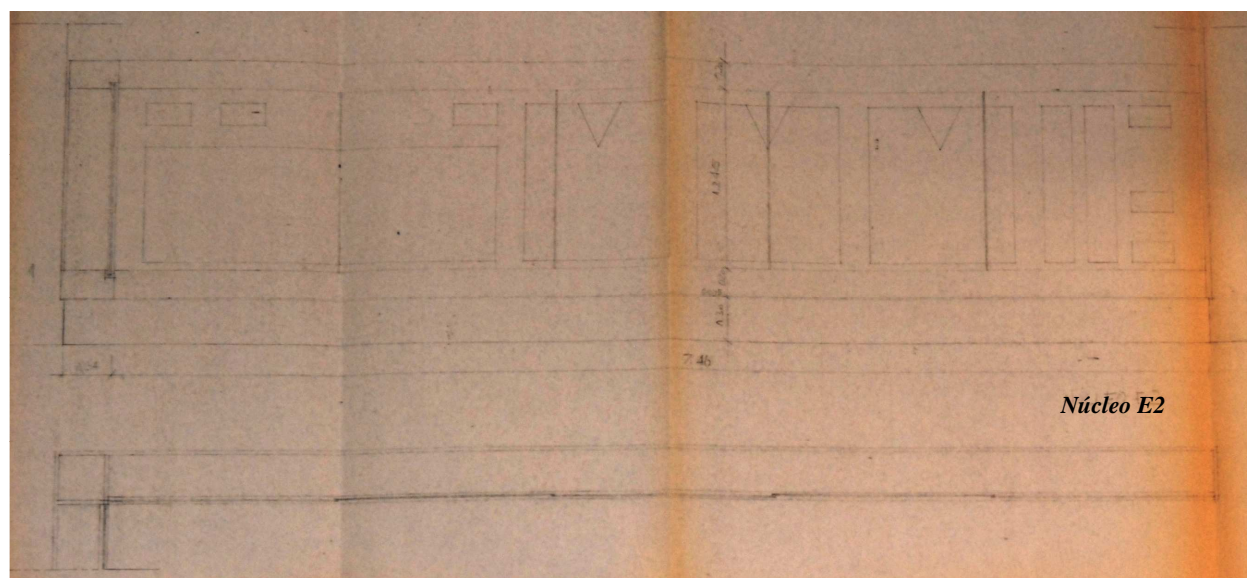
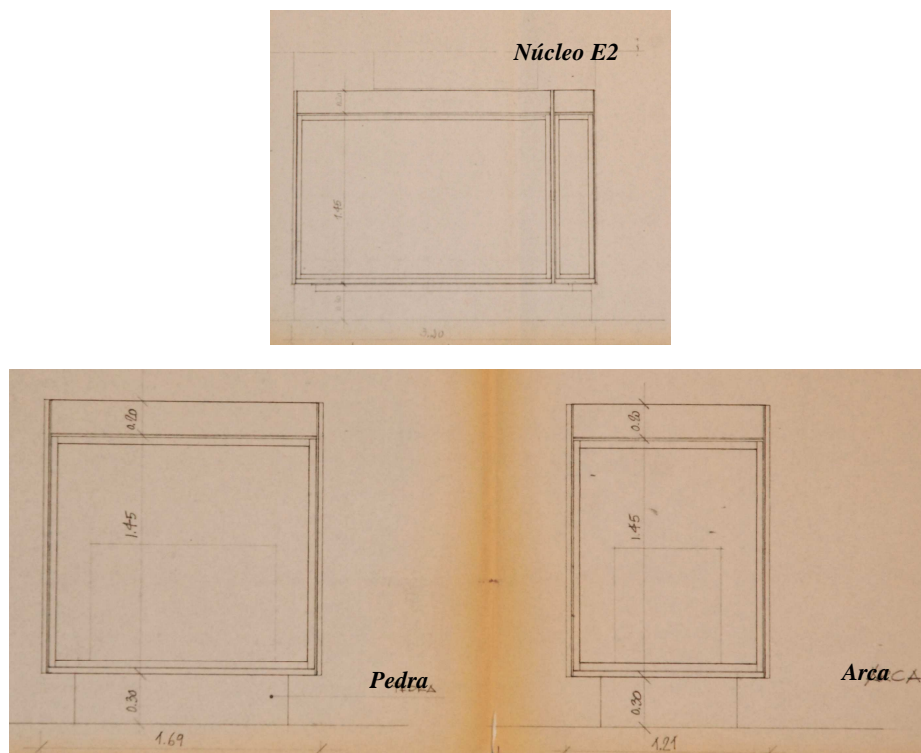


Fig.107. Pormenor do desenho Nº.1, *núcleo C* e *núcleo B*, da proposta de vitrinas do arquitecto Sérgio Infante. Conjunto de plantas e desenhos de Sérgio Infante, *Museu de S. Roque, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, 1983. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.



Figs.108 e 109. Pormenores do desenho Nº.2, *núcleo E2* e *núcleo A2*, da proposta de vitrinas do arquitecto Sérgio Infante. Conjunto de plantas e desenhos de Sérgio Infante, *Museu de S. Roque, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, 1983. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.



Figs.110 e 111. Pormenores do desenho Nº.2, *núcleo E2* e *Arca*, da proposta de vitrinas do arquitecto Sérgio Infante. Conjunto de plantas e desenhos de Sérgio Infante, *Museu de S. Roque, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, 1983. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.

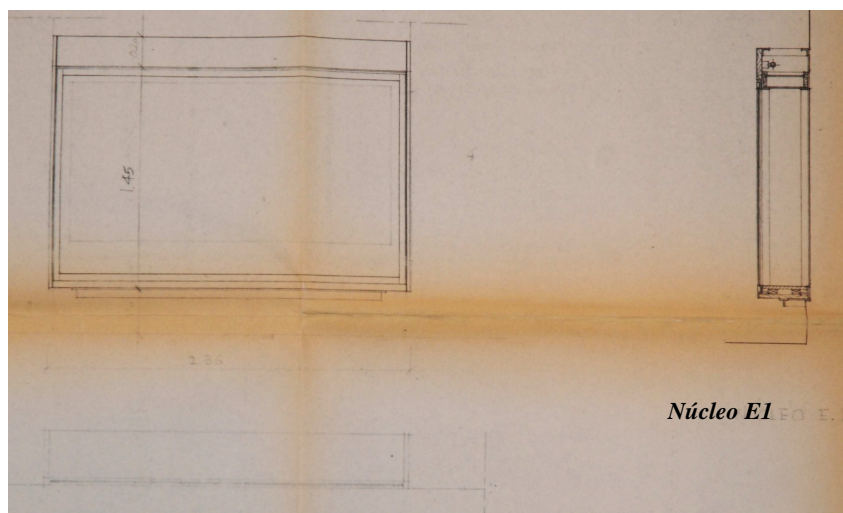
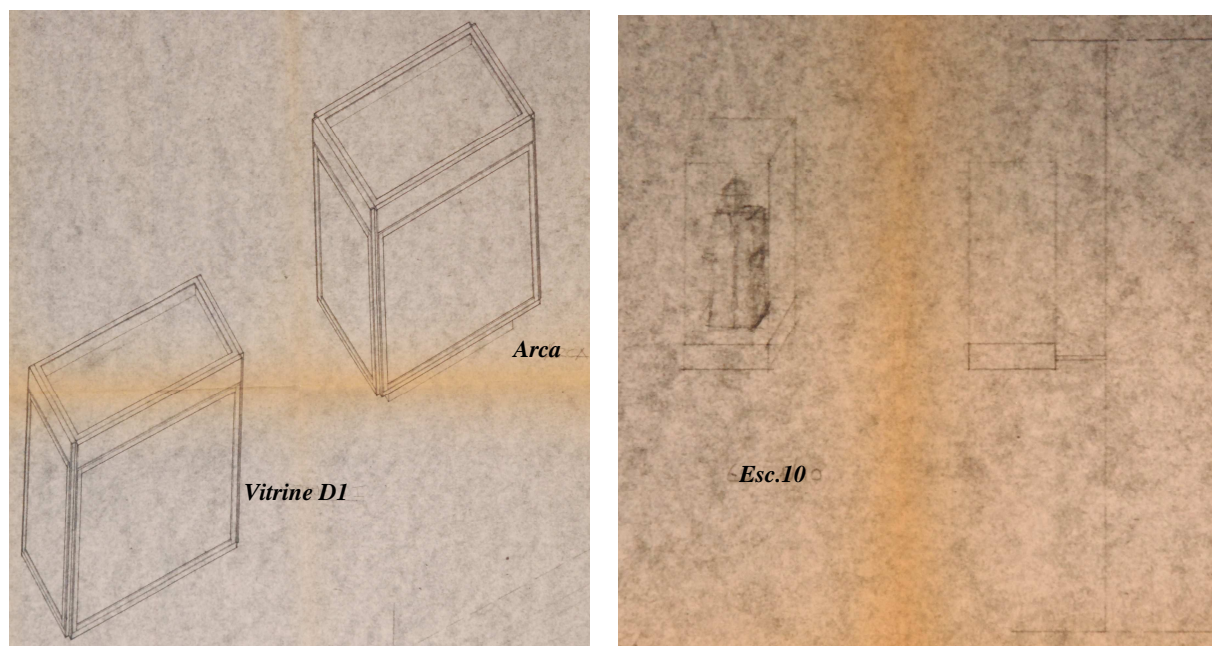


Fig.112. Pormenor do desenho Nº.2, *núcleo E1*, da proposta de vitrinas do arquitecto Sérgio Infante. Conjunto de plantas e desenhos de Sérgio Infante, *Museu de S. Roque, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, 1983. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.



Figs.113 e 114. Pormenores do desenho Nº.3, *vitrine D1*, *Arca* e *Esc.10*, da proposta de vitrinas do arquitecto Sérgio Infante. Conjunto de plantas e desenhos de Sérgio Infante, *Museu de S. Roque, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, 1983. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.

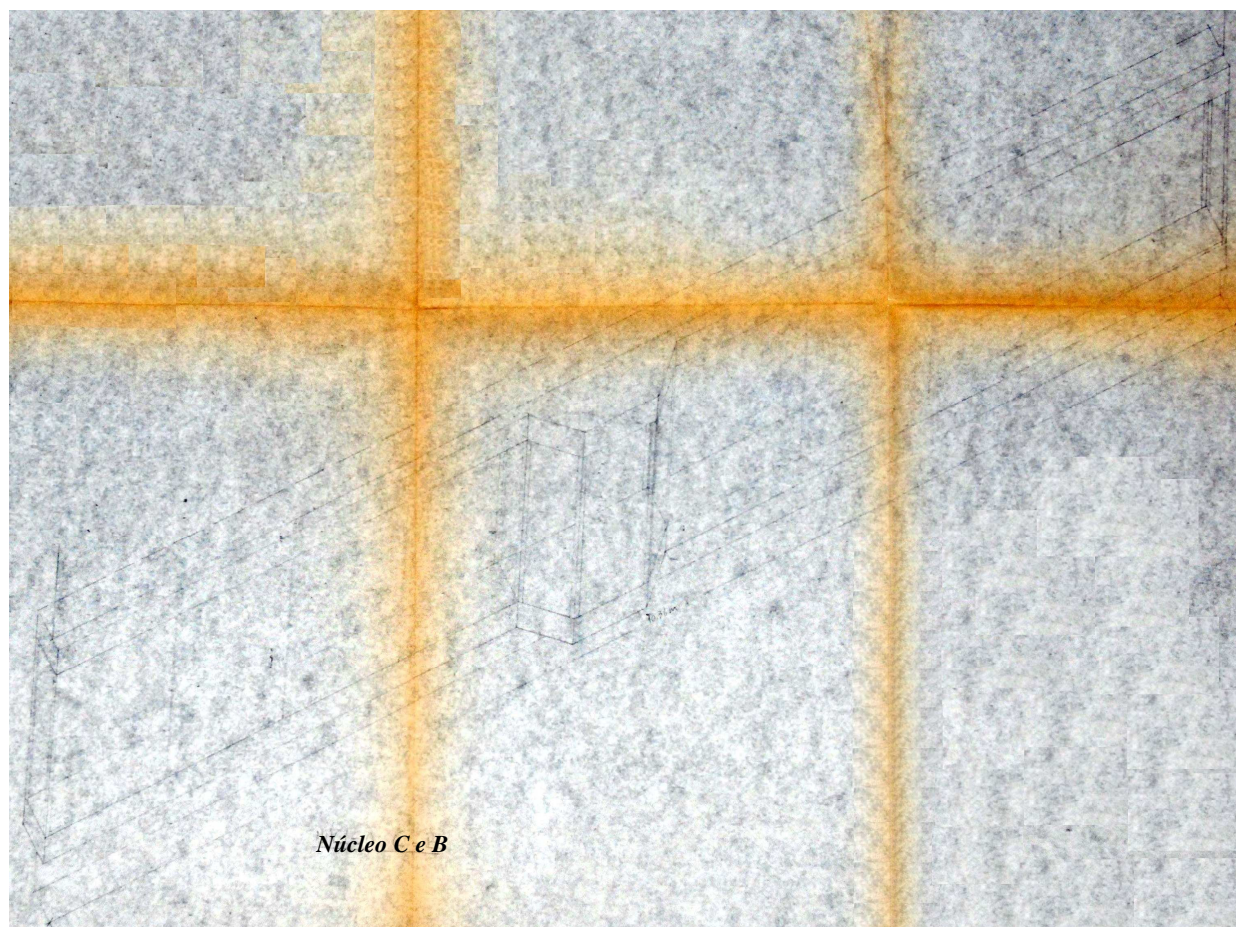


Fig.115. Pormenor do desenho Nº.3, *Núcleo C e B*, da proposta de vitrinas do arquitecto Sérgio Infante. Conjunto de plantas e desenhos de Sérgio Infante, *Museu de S. Roque, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, 1983. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.

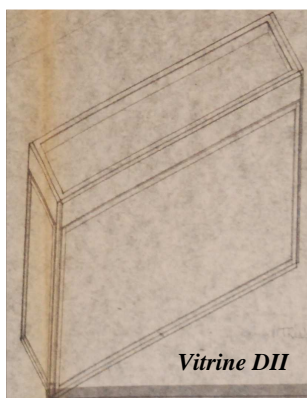
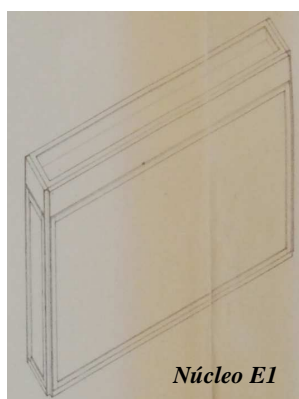
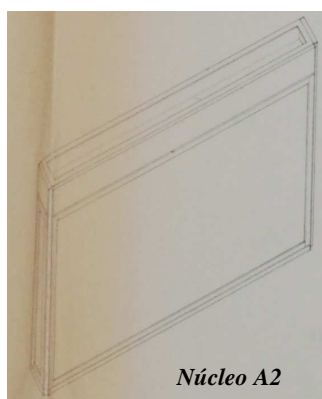
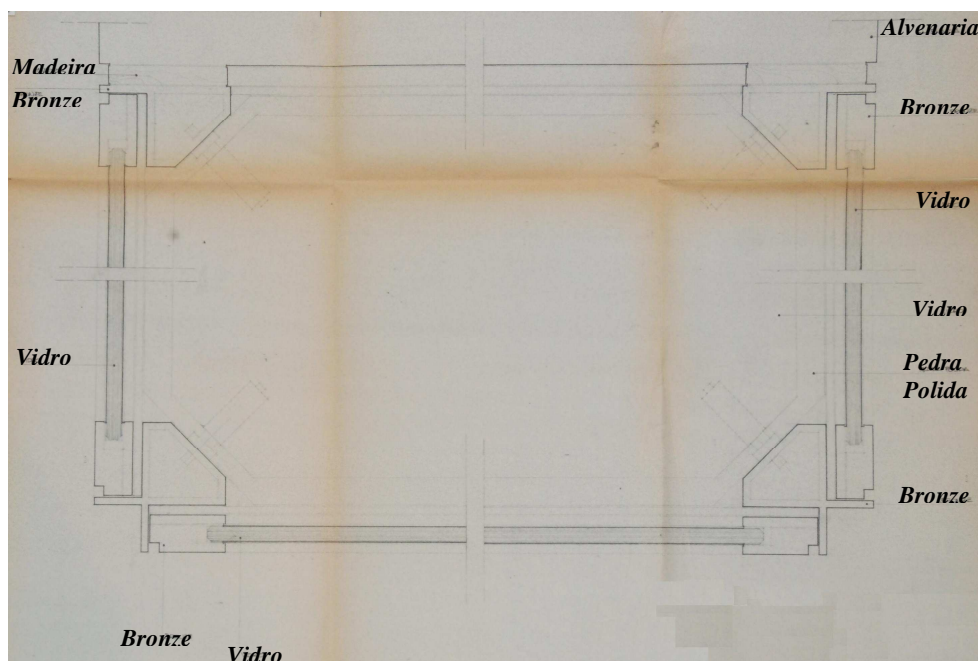


Fig.116. Pormenor do desenho N.º.3, *vitrine DII*, da proposta de vitrinas do arquitecto Sérgio Infante. Conjunto de plantas e desenhos de Sérgio Infante, *Museu de S. Roque, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, 1983. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.



Figs.117 e 118. Pormenores do desenho N.º.4, *Núcleo A2* e *Núcleo E1*, da proposta de vitrinas do arquitecto Sérgio Infante. Conjunto de plantas e desenhos de Sérgio Infante, *Museu de S. Roque, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, 1983. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.



Figs.119 e 120. Pormenor do desenho N.º.5, *vitrine, pormenor, planta*, da proposta de vitrinas do arquitecto Sérgio Infante. Conjunto de plantas e desenhos de Sérgio Infante, *Museu de S. Roque, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, 1983. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.

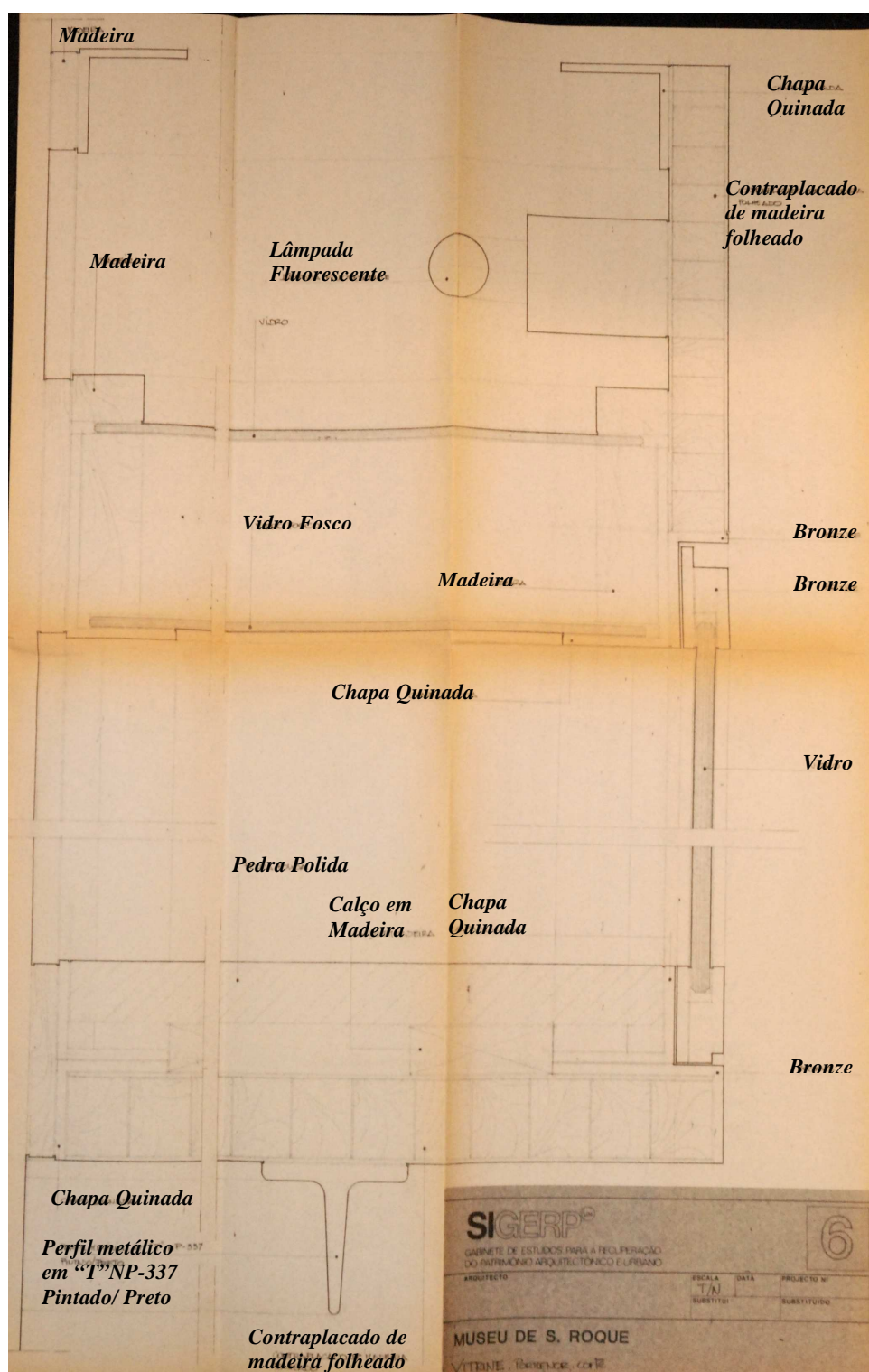


Fig.121. Pormenor do desenho N.º.6, vitrine, pormenor, corte, da proposta de vitrinas do arquitecto Sérgio Infante. Conjunto de plantas e desenhos de Sérgio Infante, *Museu de S. Roque, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, 1983. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.

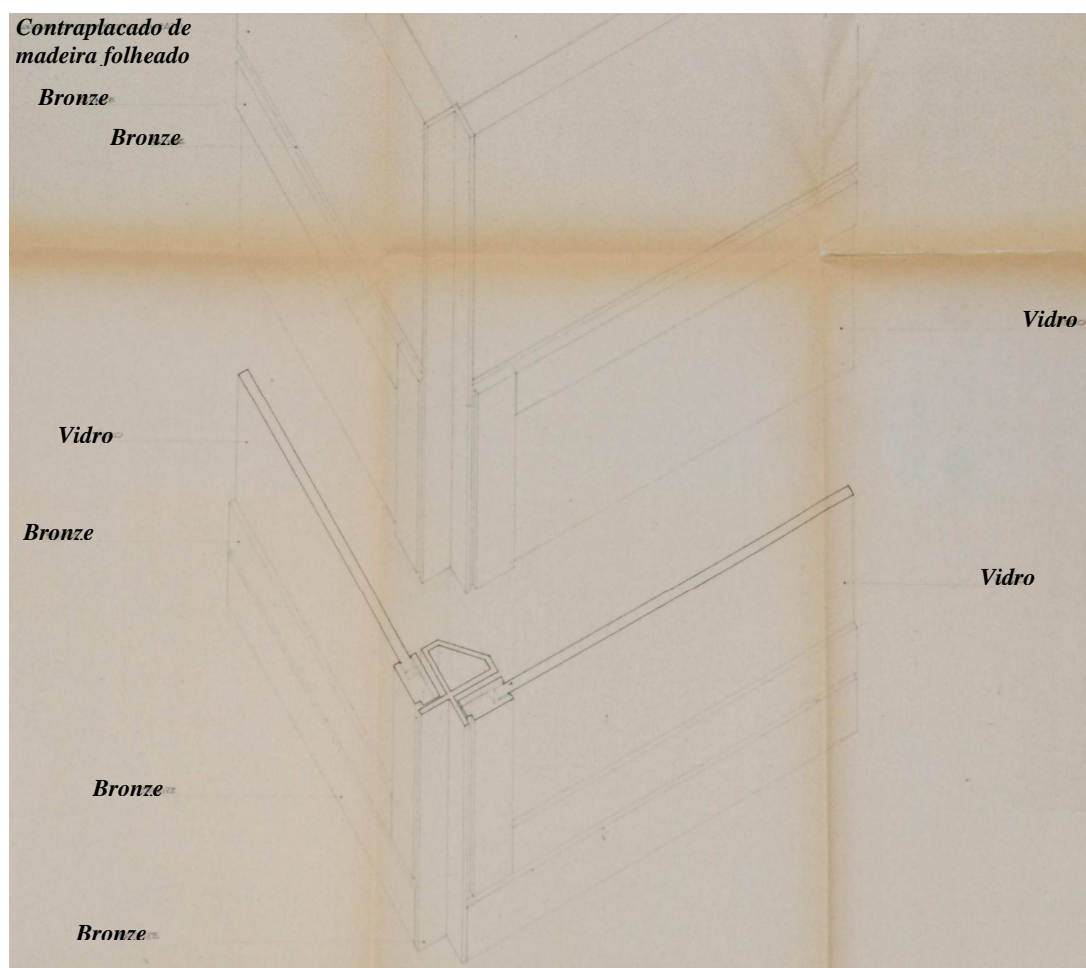
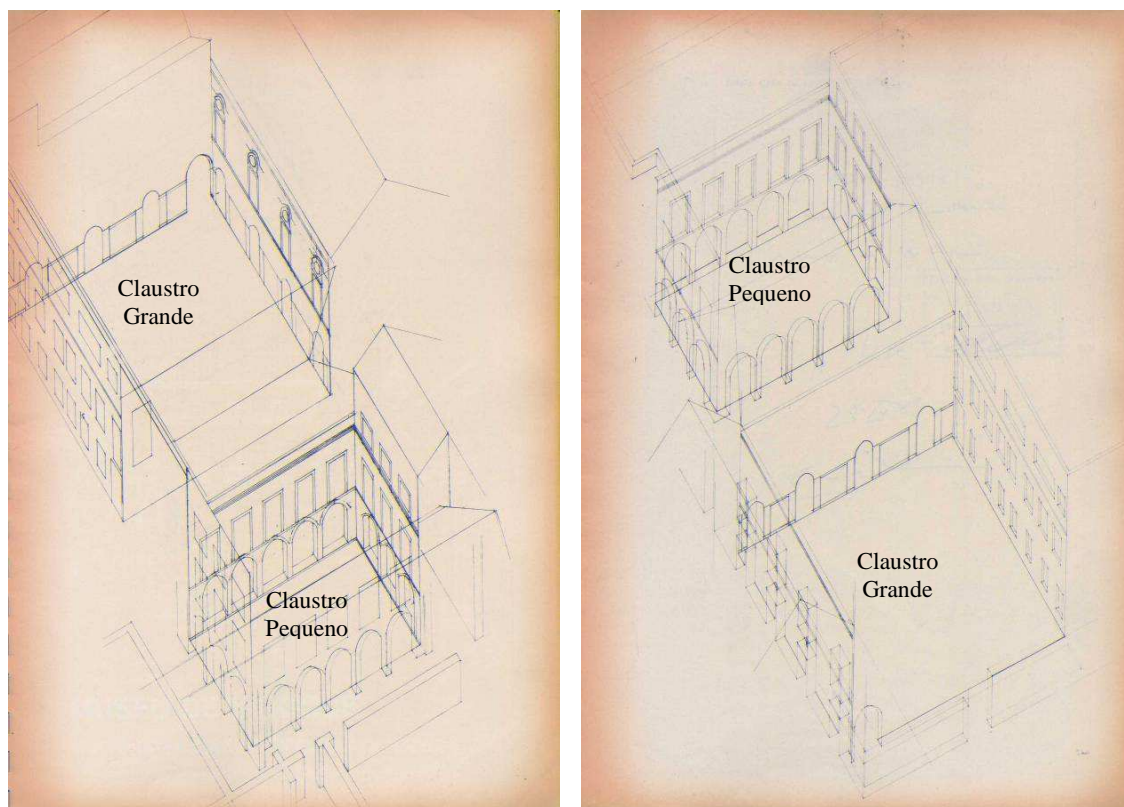


Fig.122. Pormenor do desenho N.º 7, vitrine, *pormenor, perspectiva*, da proposta de vitrinas do arquitecto Sérgio Infante. Conjunto de plantas e desenhos de Sérgio Infante, *Museu de S. Roque, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, 1983. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.



Figs.123 e 124. Perspectivas de ambos os claustros, segundo a proposta de recuperação do arquitecto Sérgio Infante. Conjunto de plantas e desenhos de Sérgio Infante, *Museu de S. Roque, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, 1983. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.

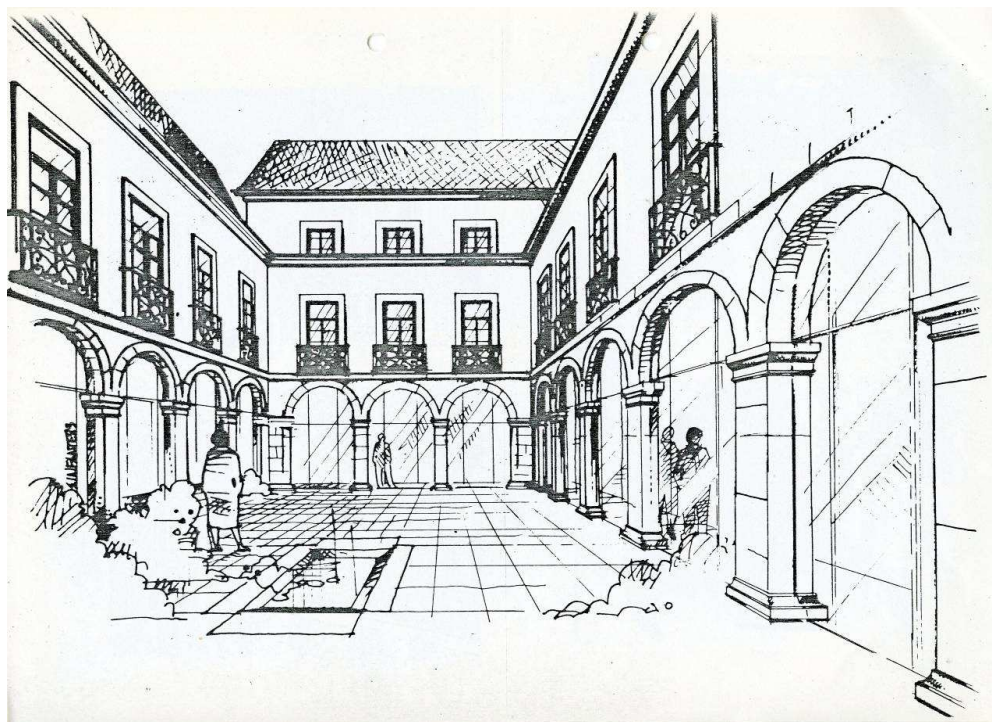


Fig.125. Desenho de Sérgio Infante ilustrativo da sua proposta de recuperação para o claustro pequeno. Conjunto de plantas e desenhos de Sérgio Infante, *Museu de S. Roque, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, 1983. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.



Fig.126. Retrato do provedor José Damasceno de Campos, pintura a óleo sobre tela, da autoria de Luís Brunner, 1982. SCML, Museu de São Roque, colecção de pintura, inv. Pin.253. Fotografia de autoria desconhecida, s/d. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota. Publicado em CARDOSO, Rogério Seabra, *Provedores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa desde 1851*, Arquivo Histórico/Biblioteca da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1995, p.383 e CAETANO, Joaquim Oliveira, *Pintura. Século XVI ao Século XX. Colecção de Pintura da Misericórdia de Lisboa*, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Museu de São Roque, 1998, p.143.

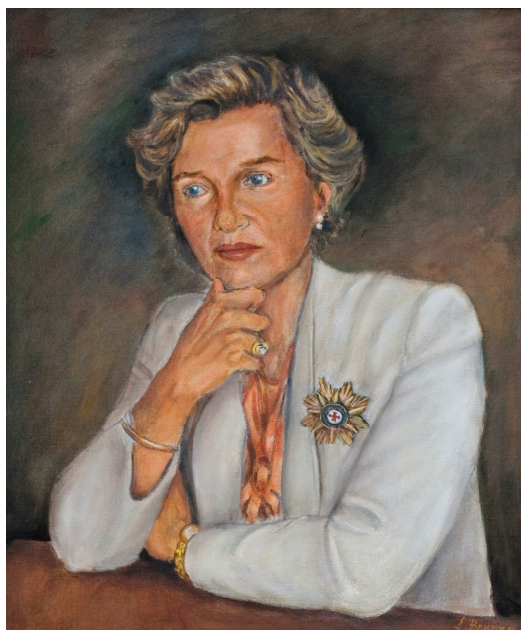


Fig.127. Retrato da provedora Maria José Pinto da Cunha Avilez Nogueira Pinto, pintura a óleo sobre tela, da autoria de Luís Brunner, 2006. SCML, Museu de São Roque, colecção de pintura, inv. Pin.325. Fotografia de autoria desconhecida, s/d. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota.



Fig.128. Retrato do provedor Padre Vítor José Melícias Lopes, pintura a óleo sobre tela, da autoria de Luís Brunner, 1993. SCML, Museu de São Roque, colecção de pintura, inv. Pin.299. Fotografia de autoria desconhecida, s/d. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota. Publicado em CARDOSO, Rogério Seabra, *Provedores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa desde 1851*, Arquivo Histórico/ Biblioteca da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1995, p.403 e CAETANO, Joaquim Oliveira, *Pintura. Século XVI ao Século XX. Colecção de Pintura da Misericórdia de Lisboa*, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Museu de São Roque, 1998, p.151.



Fig.129. Parede norte da Sala IV, do lado esquerdo da vitrina grande. São visíveis as manchas de humidade provocadas por infiltrações das águas das chuvas. Fotografia da autoria de Filomena Brito, 14 de Abril de 1988. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.130 e 131. Tratamento do chão em mármore do átrio do Museu. Fotografias da autoria de Filomena Brito, Junho/ Julho de 1989. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Fig.132. Tratamento de portas e janelas em madeira na fachada do Museu. Fotografia da autoria de Filomena Brito, Setembro/ Outubro de 1989. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.133 e 134. Tratamento de portas e janelas em madeira no claustro do Museu. Na primeira imagem é visível a parede sul do claustro, onde se destacam as janelas dos serviços da Tesouraria, e uma pequena parte do terraço sobre os serviços da Lotaria. Na segunda foto estão patentes, à direita, a parede norte, onde se iniciava o terraço e se encontravam as janelas da Sala IV e, ao fundo, a parede oeste, onde se situavam as janelas da Sala III, sobre as quais ficavam os serviços do Departamento de Gestão Imobiliária e Património (DGIP). Fotografias da autoria de Filomena Brito, Setembro/ Outubro de 1989. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.135 e 136. Átrio do Museu de São Roque e galeria de estudo, onde é visível o tecto falso em tela, para o qual Rui Cabrita propôs a substituição. Fotografias da autoria de Filomena Brito e Albertina Marçal, Março de 1990. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Fig.137. Vista da Sala III. Ao fundo encontra-se a parede sul, onde são visíveis duas janelas da Sala do Brasão (Sala II). À esquerda, estão patentes três janelas que dão para o claustro. São perceptíveis os estores de lâminas metálicas e o pavimento forrado a alcatifa. É também visível ao fundo o arco que o arquitecto propunha eliminar, de ligação à Sala II. Fotografias da autoria de Filomena Brito e Albertina Marçal, Março de 1990. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.138 e 139. Vistas da Sala IV. Na primeira imagem é visível, ao fundo, a parede oeste e, à esquerda, as janelas que dão para o claustro. Na segunda imagem é visível o lado oposto da sala. São perceptíveis os estores de lâminas metálicas e o pavimento forrado a alcatifa. Fotografias da autoria de Filomena Brito e Albertina Marçal, Março de 1990. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.140 e 141. Vistas da Sala V. Na primeira imagem é visível, ao fundo, a parede norte e, na segunda, o lado oposto da sala, onde é notória a cortina de separação entre esta sala e a Sala II, que Rui Cabrita pretendia remover. Do lado direito, por trás da cortina, é possível ver um pouco do arco que o arquitecto também propunha eliminar. Fotografias da autoria de Filomena Brito e Albertina Marçal, Março de 1990. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.142 e 143. Vistas da Sala do Brasão (Sala II). Na primeira imagem é visível o lado este da sala e, na segunda, o lado oeste. São perceptíveis os estores de lâminas metálicas e o pavimento forrado a alcatifa. Fotografias da autoria de Filomena Brito e Albertina Marçal, Março de 1990. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.

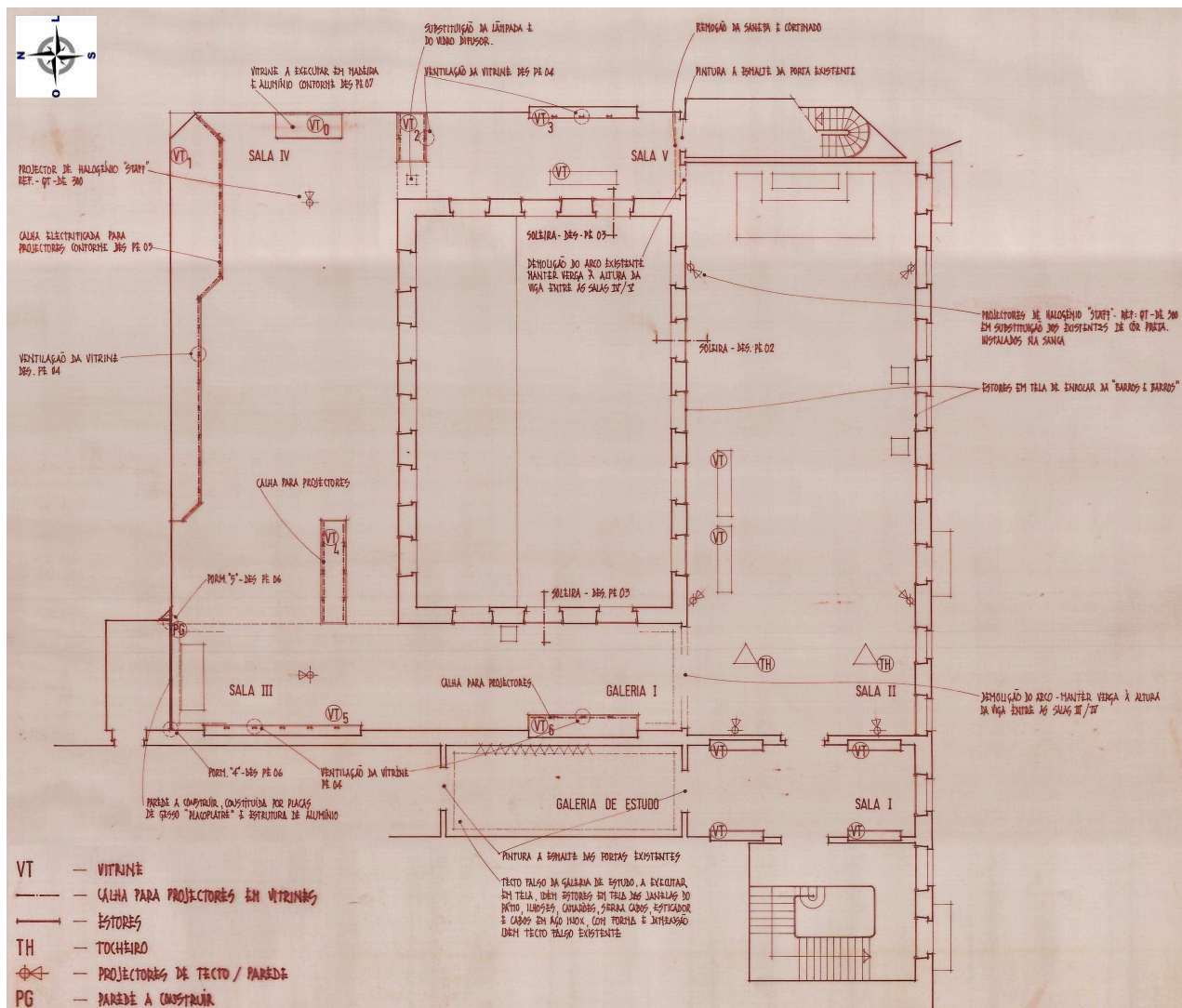


Fig.144. *Planta Síntese* do 1º piso, do projecto de execução do arquitecto Rui Cabrita, datada de Setembro de 1990. Neste desenho são legíveis diversas referências e sinaléticas relativas ao trabalho proposto pelo projectista. SCML, Arquivo da Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos (DGIE), Processo 115 D, Dossier S. Roque – Igreja e Museu, 9º volume, ofício do arquitecto Rui Cabrita à Divisão dos Serviços Técnicos da SCML, conjunto de plantas e desenhos de Rui Pedro Cabrita e Miguel Ângelo Silva Arquitectos, Lda, 20 de Fevereiro de 1991.

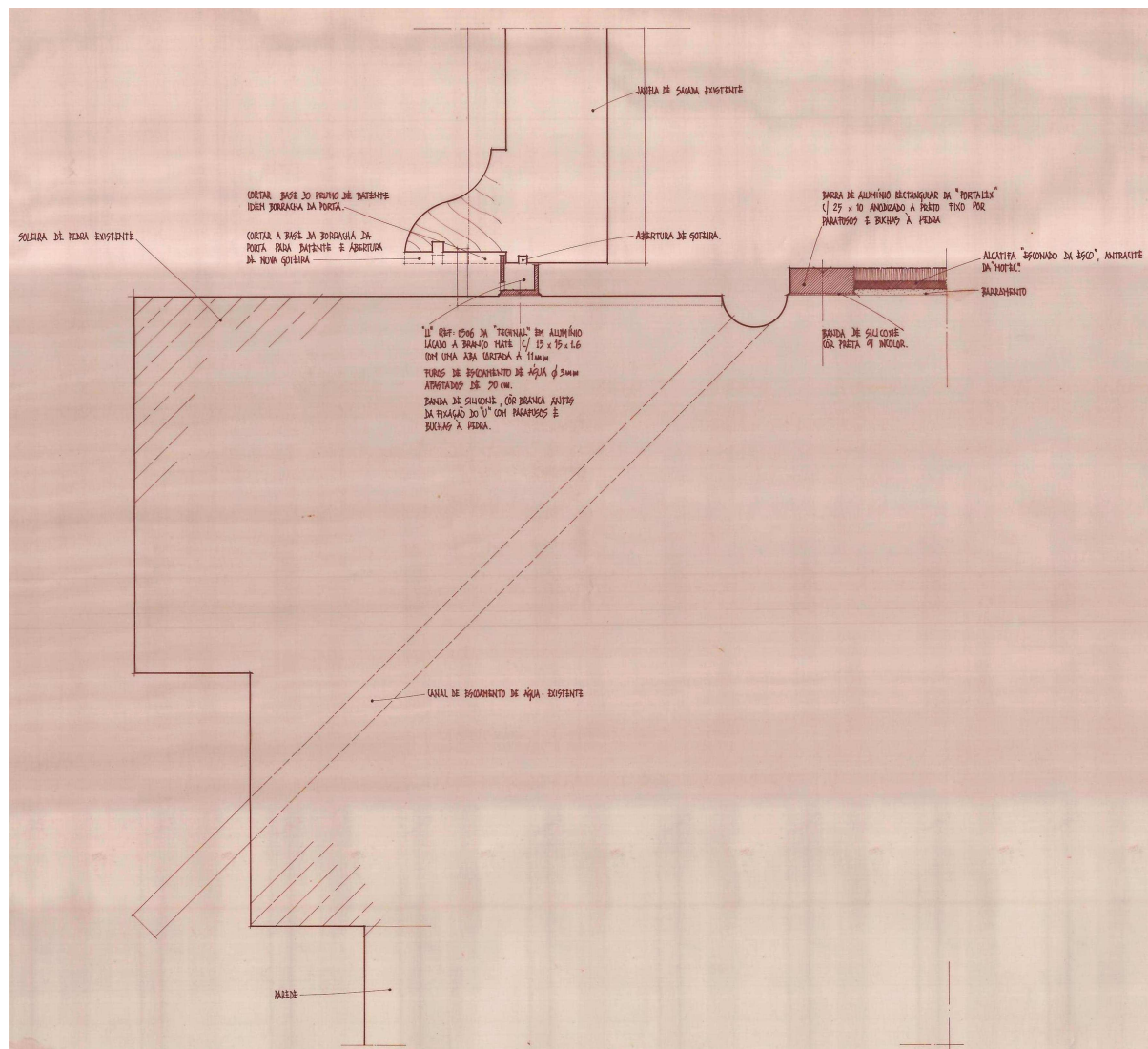
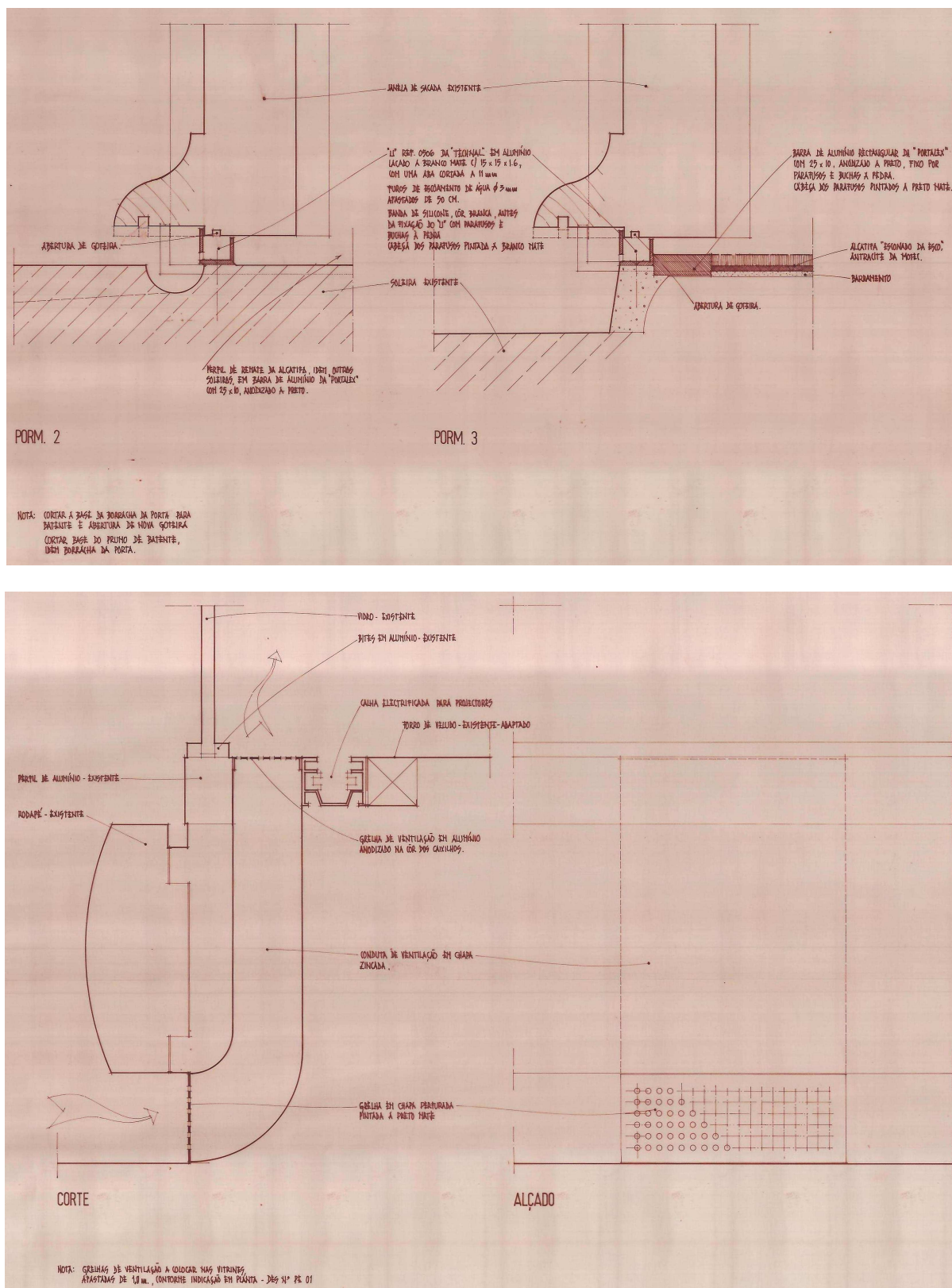


Fig.145. Desenho de pormenor PE02, *Pormenor 1 de alteração das soleiras*, do projecto de execução do arquitecto Rui Cabrita, datado de Novembro de 1990. SCML, Arquivo da Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos (DGIE), Processo 115 D, Dossier S. Roque – Igreja e Museu, 9º volume, ofício do arquitecto Rui Cabrita à Divisão dos Serviços Técnicos da SCML, conjunto de plantas e desenhos de Rui Pedro Cabrita e Miguel Ângelo Silva Arquitectos, Lda, 20 de Fevereiro de 1991.



Figs.146 e 147. Desenho de pormenor PE03, *Pormenores 2 e 3 de alteração das soleiras*, e desenho de pormenor PE04, *Pormenor de ventilação das vitrines, corte e alçado*, do projecto de execução do arquitecto Rui Cabrita, datado de Novembro de 1990. SCML, Arquivo da Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos (DGIE), Processo 115 D, Dossier S. Roque – Igreja e Museu, 9º volume, ofício do arquitecto Rui Cabrita à Divisão dos Serviços Técnicos da SCML, conjunto de plantas e desenhos de Rui Pedro Cabrita e Miguel Ângelo Silva Arquitectos, Lda, 20 de Fevereiro de 1991.

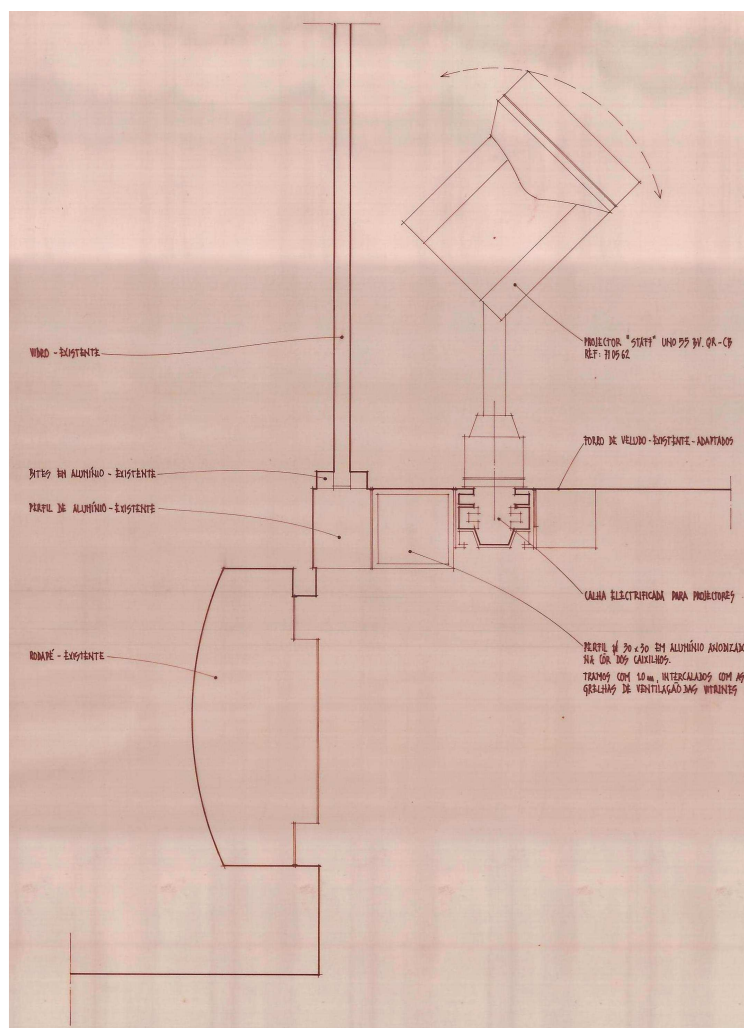


Fig.148. Desenho de pormenor PE05, *Pormenor da colocação das calhas e projectores nas vitrines*, do projecto de execução do arquitecto Rui Cabrita, datado de Novembro de 1990. SCML, Arquivo da Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos (DGIE), Processo 115 D, Dossier S. Roque – Igreja e Museu, 9º volume, ofício do arquitecto Rui Cabrita à Divisão dos Serviços Técnicos da SCML, conjunto de plantas e desenhos de Rui Pedro Cabrita e Miguel Ângelo Silva Arquitectos, Lda, 20 de Fevereiro de 1991.

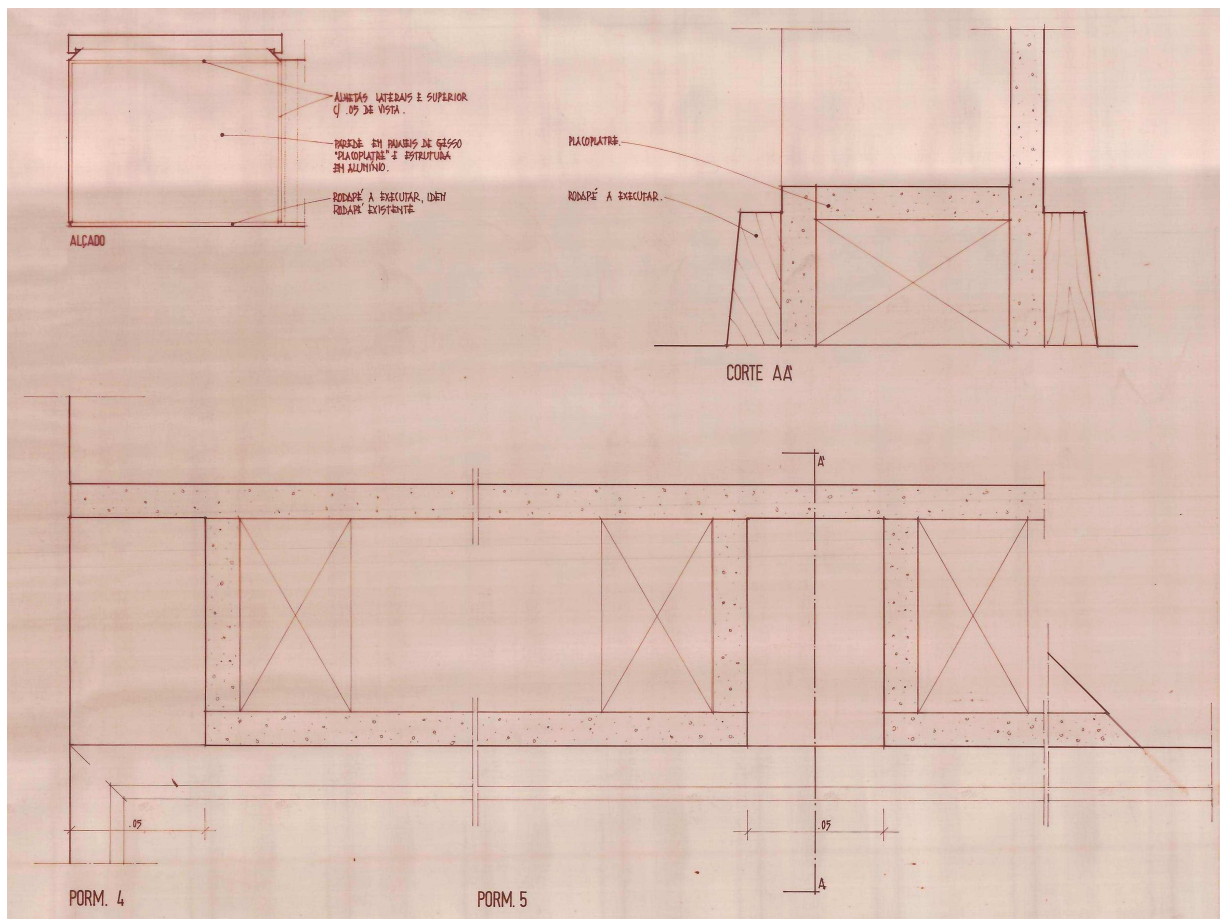


Fig.149. Desenho de pormenor PE06, *Alçado, pormenores 4 e 5 e corte AA' da parede a executar na sala III*, do projecto de execução do arquitecto Rui Cabrita, datado de Novembro de 1990. SCML, Arquivo da Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos (DGIE), Processo 115 D, Dossier S. Roque – Igreja e Museu, 9º volume, ofício do arquitecto Rui Cabrita à Divisão dos Serviços Técnicos da SCML, conjunto de plantas e desenhos de Rui Pedro Cabrita e Miguel Ângelo Silva Arquitectos, Lda, 20 de Fevereiro de 1991.

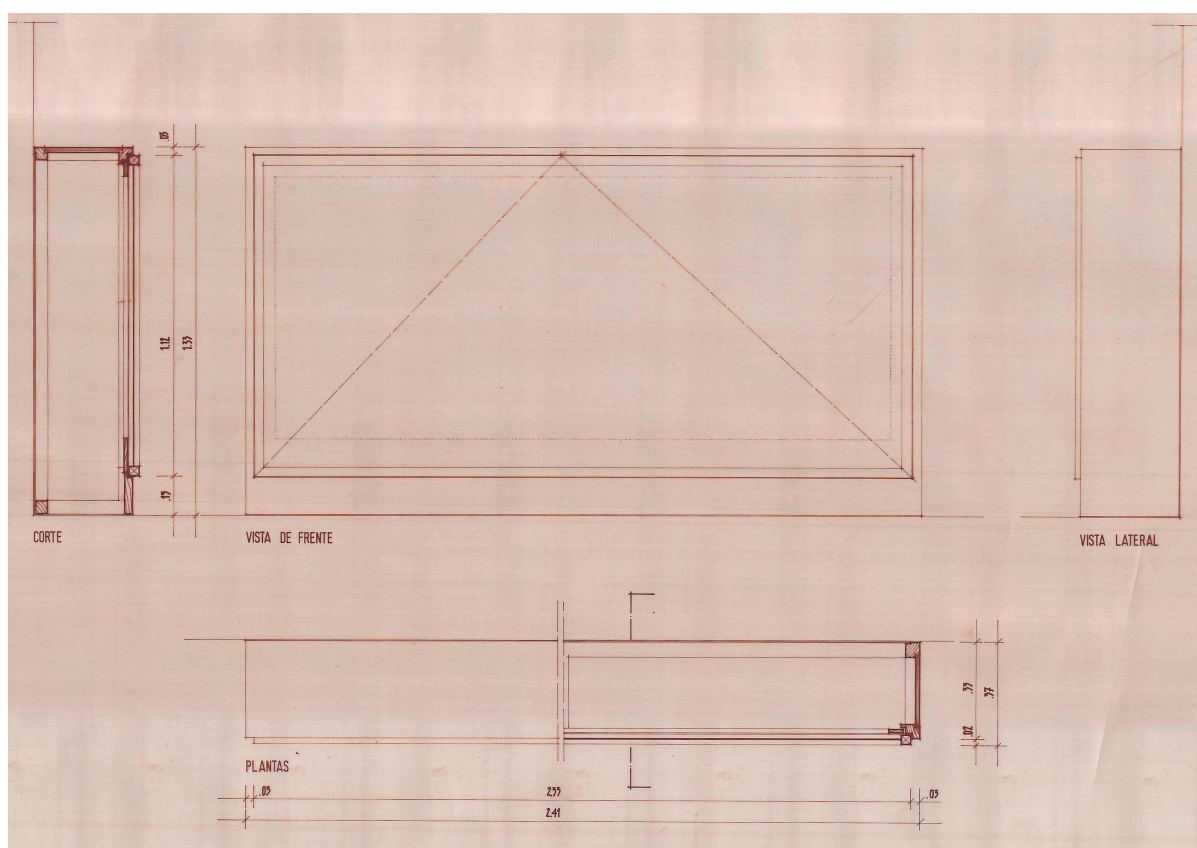


Fig.150. Desenho de pormenor PE07, *Nova vitrine para frontal, planta, alçados e corte*, do projecto de execução do arquitecto Rui Cabrita, datado de Novembro de 1990. SCML, Arquivo da Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos (DGIE), Processo 115 D, Dossier S. Roque – Igreja e Museu, 9º volume, ofício do arquitecto Rui Cabrita à Divisão dos Serviços Técnicos da SCML, conjunto de plantas e desenhos de Rui Pedro Cabrita e Miguel Ângelo Silva Arquitectos, Lda, 20 de Fevereiro de 1991.

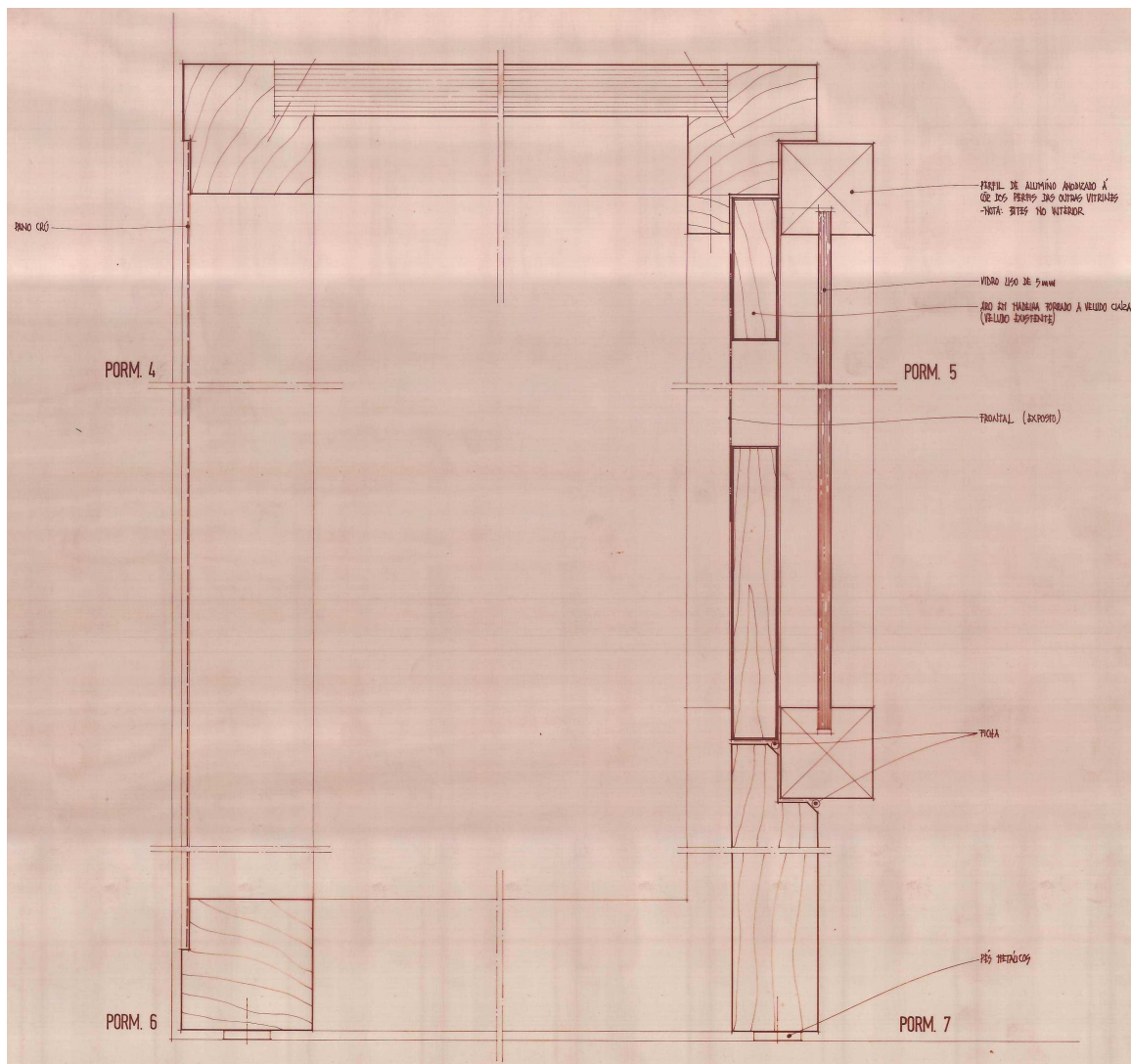


Fig.151. Desenho de pormenor PE08, *Nova vitrine para frontal, pormenores 4, 5, 6 e 7*, do projecto de execução do arquitecto Rui Cabrita, datado de Novembro de 1990. SCML, Arquivo da Direcção de Gestão de Instalações e Equipamentos (DGIE), Processo 115 D, Dossier S. Roque – Igreja e Museu, 9º volume, ofício do arquitecto Rui Cabrita à Divisão dos Serviços Técnicos da SCML, conjunto de plantas e desenhos de Rui Pedro Cabrita e Miguel Ângelo Silva Arquitectos, Lda, 20 de Fevereiro de 1991.



Fig.152. Vista da Sala do Brasão (Sala II), após a remoção dos estores de lâminas metálicas e a colocação de portadas em madeira, pintadas a branco, com trancas de ferro. Fotografia de autoria desconhecida, primeira metade de 1992(?). SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Fig.153. Inauguração do Museu de São Roque em Julho de 1992. Nesta imagem é visível, ao início das escadas, a conservadora Matilde Sousa Franco, rodeada pela provedora Maria Fernanda Mota Pinto, e pela esposa do Primeiro-Ministro, Maria Cavaco Silva. Podemos ainda constatar que, relativamente às escadas de acesso ao piso superior, prevaleceu a vontade da conservadora, de colocação de uma passadeira central, deixando a madeira à vista, contrária à do arquitecto, de revestimento total da escadaria. Fotografia de autoria desconhecida, 1992. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.154 e 155. Inauguração do Museu de São Roque em Julho de 1992. Na primeira imagem, a conservadora, apresenta, na Sala II (Sala do Brasão), o frontal de altar em prata e lápis lazúli e a banqueta da Capela de São João Baptista, e na segunda imagem apresenta, na Sala IV, situada a norte do claustro, o conjunto de paramentos da mesma capela. Em ambas as imagens é visível a alcatifa em tom cinzento, conforme era vontade da conservadora, e na primeira, os estores em tela de enrolar, em cor creme, propostos pelo arquitecto Rui Cabrita. Fotografias de autoria desconhecida, 1992. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.156 e 157. Fachada do Museu nas décadas de 1980 (em cima) e 1990 (em baixo). Fotografias de autoria desconhecida, s/d. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota.



Fig.158. Fachada do Museu. Fotografias de autoria desconhecida, 1996. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota.

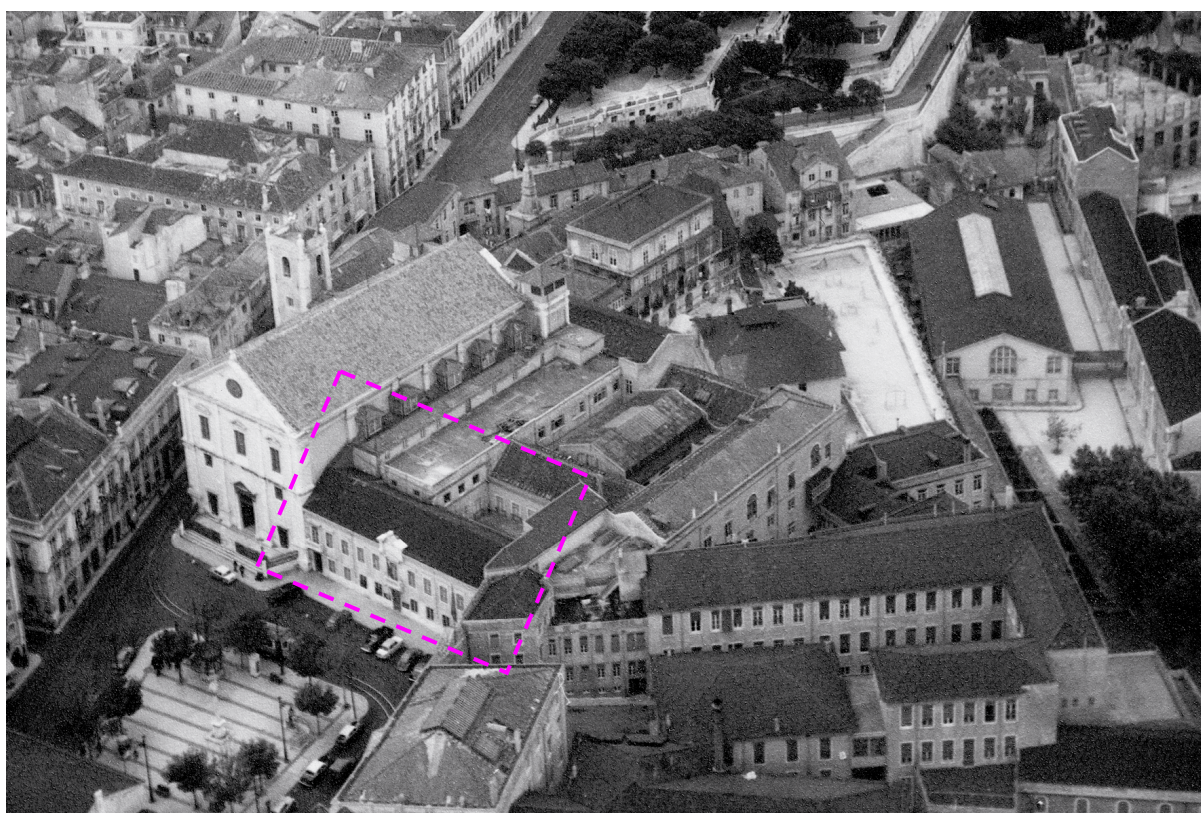


Fig.159. Vista aérea do complexo de São Roque, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Fotografia de Joshua Benoliel, s/d. CML, Arquivo Fotográfico, código de referência PT/AMLSB/AF/JBN/005148.



Figs.160 e 161. Aspecto da Sala I e da galeria de estudo, após a renovação museológica levada a cabo por Nuno Vassallo e Silva, segundo o projecto do arquitecto João Bento d'Almeida. Fotografias de autoria desconhecida, 1993. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.162 e 163. Aspecto da Sala III e da Sala II (Sala do Brasão), após a renovação museológica levada a cabo por Nuno Vassallo e Silva, segundo o projecto do arquitecto João Bento d’Almeida. É provavelmente na Sala do Brasão que se notam as maiores alterações, deixando esta sala, pela primeira vez desde 1905, de ser dedicada à Capela de São João Baptista, passando assim a exhibir outras peças da colecção de pintura e ourivesaria do acervo da Misericórdia de Lisboa. Na Sala III, é visível ao fundo, por trás do frontal de altar, a parede projectada por Rui Cabrita, constituída por placas de gesso e estrutura de alumínio, que veio substituir a cortina de veludo, anteriormente existente. Fotografia de autoria desconhecida, 1993. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Fig.164. Aspecto da Sala IV, a norte do claustro, após a renovação museológica levada a cabo por Nuno Vassallo e Silva, segundo o projecto do arquitecto João Bento d'Almeida. Fotografia de autoria desconhecida, 1993. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Fig.165. Inauguração do Museu após a renovação museológica levada a cabo por Nuno Vassallo e Silva, segundo o projecto do arquitecto João Bento d'Almeida. Ao centro encontra-se o conservador, ladeado à sua direita pela provedora Maria Fernanda Mota Pinto. Fotografia de autoria desconhecida, 1993. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Fig.166. Inauguração do Museu após a renovação museológica levada a cabo por Nuno Vassallo e Silva, segundo o projecto do arquitecto João Bento d'Almeida. Fotografia de autoria desconhecida, 1993. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.

CAPÍTULO III

O EDIFÍCIO DO MUSEU NO SÉCULO XXI – REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO

3.1. O PROJECTO DO ARQUITECTO JOÃO BENTO D'ALMEIDA E AS CANDIDATURAS DA SCML À OBTENÇÃO DE APOIO FINANCEIRO EXTERNO (1995-1997)

Tendo já sido manifestada, na década anterior, pela conservadora Madeira Rodrigues, a vontade de ampliar o Museu de São Roque, a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa deliberou, no dia 16 de Março de 1995, a sua remodelação, com alargamento ao piso inferior do claustro, áreas na época ocupadas pela tesouraria e pelos serviços da lotaria (figs.178 a 189).³⁷¹ Apesar desta decisão, era do conhecimento da Mesa que uma obra desta envergadura implicaria uma despesa superior às possibilidades financeiras da instituição na época, pelo que seria necessário mobilizar esforços no sentido da obtenção de financiamento externo para o projecto. Para tal, era naturalmente necessário existir à partida um projecto e uma estimativa de custos, razão pela qual o conservador, Nuno Vassallo e Silva, terá rapidamente convidado o arquitecto João Bento d'Almeida³⁷², que já havia colaborado por diversas vezes com o Museu em projectos de exposições, a apresentar uma *proposta de honorários referente ao projecto de ampliação e reestruturação do Museu de S. Roque*.³⁷³

Na proposta apresentada, orçada em cem milhões de escudos, o arquitecto propunha-se a intervir numa área de 1060m², sendo 570m² no r/c e os restantes no 1.º andar. No rés-do-chão, Bento d'Almeida sugeria que fossem desocupados os espaços anexos ao claustro, na época afectos a outros serviços da SCML (figs.178 a 189), para que pudessem ser assimilados pelo Museu, propondo ainda a cobertura do *pátio* ao nível do primeiro piso. Simultaneamente, pretendia ainda *criar novas áreas de exposição que [obrigassem] a um novo estudo dos circuitos com a criação de uma escada interna provida de meios mecânicos destinados a deficientes ou em alternativa um elevador. [Seriam] também projectados sanitários para o público e de*

³⁷¹ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Ampliação/ Reestruturação do Museu de S. Roque, *Acta da 157.ª Sessão Ordinária da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 16 de Março de 1995*.

³⁷² Para João Bento d'Almeida veja-se o Elenco Biográfico, p.187.

³⁷³ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Ampliação/ Reestruturação do Museu de S. Roque, ofício do arquitecto João Bento d'Almeida, ao conservador Nuno Vassallo e Silva, de 15 de Maio de 1995.

*serviço, bem como uma cafetaria e sala de reservas do Museu. Esta reestruturação profunda [obrigaria] à revisão das instalações eléctricas, segurança, águas e esgotos, bem como [à] intervenção de um engenheiro civil para o cálculo da laje de cobertura do pátio, de aberturas de vãos, escadas e outros elementos estruturais.*³⁷⁴

No dia 23 de Maio de 1995, o conservador do Museu, Nuno Vassallo e Silva, deu conhecimento a secretária-geral da SCML, Elvira Brandão, do contacto que havia efectuado com o arquitecto João Bento d'Almeida, no sentido de que a sua proposta fosse *apresentada junto da Secretaria de Estado da Cultura* [de modo a] *permitir a candidatura da SCML aos apoios comunitários (FEDER).*³⁷⁵ Conjuntamente, o conservador remeteu a documentação necessária para que o Gabinete para os Assuntos dos Fundos Estruturais (GAFE), da SCML, procedesse à elaboração do respectivo documento de candidatura.³⁷⁶

A 23 de Junho do mesmo ano, a provedora Maria Fernanda Mota Pinto³⁷⁷, remeteu à secretária de estado da Cultura, Eduarda Leal Coelho, a *Memória Descritiva* [e a] *estimativa de custos referentes ao projecto de Ampliação e Reestruturação do Museu de S. Roque.*³⁷⁸ Nesta memória, redigida pelo conservador Nuno Vassallo e Silva com base na proposta de João Bento d'Almeida, a Misericórdia de Lisboa propunha a ampliação da área do Museu de 490m² para 1060m², pressupondo a ocupação de todo o piso térreo do claustro e, naturalmente, a transferência dos serviços aí instalados para outros locais. Esta ampliação foi na altura justificada *com a necessidade de aumentar a oferta [... tanto] no número de obras exibidas [...] como num maior apoio aos visitantes. [Beneficiar-se-ia ainda] com a instalação de uma cafetaria, de uma loja, [...] de novas instalações sanitárias e [do] total acesso à circulação de deficientes motores pelas galerias do Museu.*³⁷⁹

No dia 31 de Janeiro de 1996, o director-geral dos Serviços de Gestão e Organização da Secretaria de Estado da Cultura informou a provedora da SCML, Maria do Carmo Romão Sacadura dos Santos (**fig.189**)³⁸⁰, de que relativamente à questão *de uma eventual candidatura ao Quadro Comunitário de Apoio 1994-99, do projecto de Ampliação e Reestruturação do Museu*

³⁷⁴ *Ibidem.*

³⁷⁵ *Idem*, ofício com ref.^a 072/95, do conservador Nuno Vassallo e Silva, à secretária-geral da SCML, Elvira Brandão, de 23 de Maio de 1995.

³⁷⁶ Cf. *Ibidem.*

³⁷⁷ Para Maria Fernanda Mota Pinto veja-se o Elenco Biográfico, p.190.

³⁷⁸ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Ampliação/ Reestruturação do Museu de S. Roque, ofício com ref.^a GAFE/ 094, da provedora Maria Fernanda Mota Pinto, à secretária de estado da Cultura, Eduarda Leal Coelho, de 23 de Junho de 1995.

³⁷⁹ *Idem*, *Ampliação e Reestruturação do Museu de S. Roque da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, do conservador, Nuno Vassallo e Silva, de 23 de Maio de 1995, anexo ao ofício com ref.^a GAFE/ 094, da provedora Maria Fernanda Mota Pinto, à secretária de estado da Cultura, Eduarda Leal Coelho, de 23 de Junho de 1995.

³⁸⁰ Para Maria do Carmo Romão Sacadura dos Santos veja-se o Elenco Biográfico, p.190.

de S. Roque, tal não seria possível, uma vez que a medida em que a candidatura se poderia inserir já não tinha disponibilidade. Apesar disto, sugeriu que o GAFE contactasse a Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCRLVT), uma vez que essa entidade também possuía programas com o apoio de fundos comunitários, ou então que procurasse estabelecer um contacto com o Instituto Português de Museus (IPM)³⁸¹ e Instituto Português do Património Architectónico e Arqueológico (IPPAR)³⁸², no sentido da eventual obtenção de apoios.³⁸³

Com base nesta sugestão, no dia 3 de Julho do mesmo ano (1996), a coordenadora do GAFE, Alda Matias, reuniu com a representante da CCRLVT, Marta Dias, com vista a apurar qual a viabilidade da SCML apresentar um *pedido de financiamento para a execução das obras de ampliação/ remodelação do Museu e reconstrução da Igreja de S. Roque*. Neste encontro ficou definido que os projectos em questão se integravam no Subprograma “Acções de Desenvolvimento de Valor Estratégico Regional”, cuja acção B.1. “Recuperação e valorização de conjuntos e elementos construídos com reconhecido valor arquitectónico, histórico ou paisagístico” expressamente se [dirigia e previa] *investimentos em edifícios históricos*.³⁸⁴ O subprograma previa ainda uma participação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) até 75% do investimento aprovado, devendo ficar a cargo da entidade beneficiária o restante valor.³⁸⁵ Estas informações foram então transmitidas à provedora da SCML, com parecer positivo relativamente à possibilidade de pedido de financiamento, devendo, no entanto, a Santa Casa justificar o projecto, *alegando inequivocamente o seu impacto supramunicipal, condição de acesso a estes financiamentos*.³⁸⁶ Alda Matias propôs ainda a constituição de um grupo de trabalho formado por si própria, pelo conservador, Nuno Vassallo e Silva, e por um representante do Departamento de Obras, com o objectivo de procederem à organização dos processos de candidatura, para que esta pudesse ser apresentada de forma rápida e eficaz.³⁸⁷

Deste modo, no dia 3 de Outubro de 1996, foi superiormente deliberada a *constituição de um grupo de trabalho para o estudo e acompanhamento das medidas tendentes à criação de*

³⁸¹ Actualmente designado de Instituto dos Museus e da Conservação (IMC). O IMC resultou da integração num único organismo dos antigos Instituto Português de Museus (IPM) e Instituto Português de Conservação e Restauro (IPCR), ocorrido em 2007.

³⁸² Actualmente designado de Instituto de Gestão do Património Architectónico e Arqueológico (IGESPAR). O IGESPAR resulta da extinção e fusão do Instituto Português de Arqueologia (IPA) e do Instituto Português do Património Architectónico (IPPAR), ocorrida em 2007.

³⁸³ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Ampliação/ Reestruturação do Museu de S. Roque, ofício com ref.^a 00459, do director-geral dos Serviços de Gestão e Organização da Secretaria de Estado da Cultura, Rui Alberto do Amaral Leitão, à provedora da SCML, Maria do Carmo Romão, de 31 de Janeiro de 1996.

³⁸⁴ *Idem*, ofício com ref.^a INF.34/GAFE/96, da coordenadora do GAFE, Alda Matias, à provedora da SCML, Maria do Carmo Romão, de 5 de Julho de 1996.

³⁸⁵ Cf. *Ibidem*.

³⁸⁶ *Ibidem*.

³⁸⁷ Cf. *Ibidem*.

*meios financeiros que [suportassem] as obras de beneficiação [...].*³⁸⁸ Para este grupo foram designados a secretária-geral, Elvira Brandão, o director-coordenador do Departamento de Obras, engenheiro Fernando Pires da Costa, o conservador do Museu de São Roque, Nuno Vassallo e Silva e a coordenadora do Gabinete dos Fundos Estruturais, Alda Matias, devendo estes, *com urgência, [propôr] à administração as diligencias que [entendessem] adequadas para se obter os meios financeiros que [viabilizassem], em tempo útil, as obras necessárias, quer por recurso a fundos estruturais [...], quer por recurso ao mecenato.*³⁸⁹

No âmbito das várias reuniões desenvolvidas por estes elementos, no dia 20 de Novembro (1996), foi dado conhecimento de que Nuno Vassallo e Silva havia novamente contactado o atelier do arquitecto João Bento d'Almeida, *que em 1995 [havia já feito] um primeiro estudo sumário sobre a ampliação do Museu*, para saber da sua disponibilidade para executar o projecto³⁹⁰, condição que foi confirmada pelo arquitecto no dia 27 do mesmo mês³⁹¹. Assim, no dia 3 de Dezembro de 1996, Bento d'Almeida, foi formalmente convidado a apresentar uma proposta de honorários para execução do projecto de ampliação e reestruturação do museu, devendo a mesma ser dividida em duas partes: a primeira, englobando todas as actividades até ao projecto base, e a segunda, o projecto de execução e a assistência técnica.³⁹²

Na sequência deste contacto, no dia 6 de Dezembro o arquitecto João Bento d'Almeida remeteu ao engenheiro Pires da Costa a sua proposta³⁹³, tendo previamente contactado o engenheiro electrotécnico Vítor Vajão e a firma Safre - Estudos e Projectos de Engenharia, Lda, que enviaram directamente para o director do Departamento de Obras, no dia 9 de Dezembro, a proposta para execução do projecto de electrotecnia e, no dia 11 de Dezembro, a proposta para execução dos projectos de fundações e estruturas e de águas e esgotos.³⁹⁴

No dia 29 de Janeiro de 1997, a coordenadora do GAFE, Alda Matias, informou na reunião do grupo de trabalho que, *não sendo o Museu de São Roque considerado Monumento Nacional, o apoio comunitário [poderia] enquadrar-se no subprograma 1 do PIDDAC [...]*,

³⁸⁸ *Idem*, Acta da 39.ª Sessão Ordinária da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 3 de Outubro de 1996.

³⁸⁹ *Ibidem*.

³⁹⁰ Cf. *Idem*, Memorando Interno, com ref.ª 73/96, da secretária-geral da SCML, Elvira Brandão, à provedora da SCML, Maria do Carmo Romão, de 20 de Novembro de 1996.

³⁹¹ Cf. *Idem*, ofício do arquitecto João Bento d'Almeida, ao conservador Nuno Vassallo e Silva, de 27 de Novembro de 1996.

³⁹² Cf. *Idem*, fax com ref.ª 63000/287/96, do director-coordenador do Departamento de Obras da SCML, Fernando Pires da Costa, ao arquitecto João Bento d'Almeida, de 3 de Dezembro de 1996.

³⁹³ Cf. *Idem*, ofício do arquitecto João Bento d'Almeida, ao director-coordenador do Departamento de Obras da SCML, engenheiro Pires da Costa, de 6 de Dezembro de 1996.

³⁹⁴ Cf. *Idem*, ofício do engenheiro Vítor Vajão, ao director-coordenador do Departamento de Obras da SCML, engenheiro Pires da Costa, de 9 de Dezembro de 1996 e ofício da firma Safre – Estudos e Projectos de Engenharia, Lda, ao director coordenador do Departamento de Obras da SCML, engenheiro Pires da Costa, de 11 de Dezembro de 1996.

podendo, por isso o seu financiamento ser apresentado à CCRLVT. Nesta data, o grupo aguardava que os membros da Mesa se pronunciassem acerca do projecto entregue pelo arquitecto Bento d’Almeida, tendo sido sugerido que estes efectuassem uma visita ao local, *a fim de melhor [poderem] ajuizar da validade e interesse [do projecto].*³⁹⁵

Após a referida visita³⁹⁶, a Mesa decidiu finalmente adjudicar a João Bento d’Almeida a elaboração da 1.ª fase do projecto de ampliação e reestruturação do museu³⁹⁷, porém, o arquitecto viria a falecer pouco depois, tendo o conservador, Nuno Vassallo e Silva, mencionado esta fatalidade na reunião do grupo de trabalho do dia 20 de Fevereiro 1997.³⁹⁸

Esta conjuntura levou a que a Misericórdia de Lisboa se tenha visto na necessidade de entregar o trabalho a outro projectista, tendo em Março do mesmo ano, por sugestão de Nuno Vassallo e Silva³⁹⁹, sido adjudicada a empreitada à firma Intertraço – Interiores e Decorações, Lda.⁴⁰⁰, que designou como coordenador do projecto o arquitecto Carlos Pietra Torres⁴⁰¹.

3.2. A ADOÇÃO E RENOVAÇÃO DO PROJECTO POR CARLOS PIETRA TORRES E A CANDIDATURA AO PROGRAMA OPERACIONAL DA CULTURA (1997-2008)

Após a adjudicação, Nuno Vassallo e Silva, entregou ao arquitecto Pietra Torres o novo guião expositivo, tendo reunido com este no dia 5 de Maio de 1997, *com o objectivo de discutirem a distribuição das obras e principais núcleos temáticos do Museu.*⁴⁰² Na sequência deste encontro, no dia 7 do mesmo mês, Carlos Pietra Torres solicitou à Santa Casa que lhe fosse adjudicado o projecto de montagem da exposição permanente, a fim de que o projecto de

³⁹⁵ *Idem, Memorando Interno*, com ref.ª 13/97, da secretária-geral da SCML, Elvira Brandão, à provedora da SCML, Maria do Carmo Romão, de 29 de Janeiro de 1997.

³⁹⁶ Cf. *Idem, Memorando Interno*, com ref.ª 15/97, da secretária-geral da SCML, Elvira Brandão, à provedora da SCML, Maria do Carmo Romão, de 5 de Fevereiro de 1997.

³⁹⁷ Cf. *Idem, Acta da 56.ª Sessão Ordinária da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, de 6 de Fevereiro de 1997.

³⁹⁸ Cf. *Idem, Memorando Interno*, com ref.ª 21/97, da secretária-geral da SCML, Elvira Brandão, à provedora da SCML, Maria do Carmo Romão, de 20 de Fevereiro de 1997.

³⁹⁹ Cf. *Idem, Informação para Despacho*, com ref.ª 022/97, do conservador Nuno Vassallo e Silva, à secretária-geral da SCML, Elvira Brandão, de 24 de Fevereiro de 1997.

⁴⁰⁰ Cf. *Idem, Acta da 61.ª Sessão Ordinária da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, de 13 de Março de 1997.

⁴⁰¹ Para Carlos Pietra Torres veja-se o Elenco Biográfico, p.185.

⁴⁰² SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Ampliação/ Reestruturação do Museu de S. Roque, *Memorando Interno*, com ref.ª 69/97, da secretária-geral da SCML, Elvira Brandão, à provedora da SCML, Maria do Carmo Romão, de 8 de Maio de 1997.

arquitectura fosse compatível com aquele⁴⁰³, tendo esta adjudicação sido autorizada pela Mesa da Instituição no dia 28 de Maio.⁴⁰⁴

Assim, no dia 26 de Junho de 1997 o arquitecto Carlos Pietra Torres remeteu ao conservador, Nuno Vassallo e Silva, um exemplar do *Estudo Prévio do Projecto de Remodelação e Ampliação do Museu de São Roque*, no qual constavam as peças desenhadas *EP01 alçado principal (fig.167)*; *EP02 plantas dos pisos -1 e 0 (figs.168 e 169)*; *EP03 plantas dos pisos 1 e 2 (figs.170 e 171)*; *EP04 cortes 1, 2 e 3 (figs.172, 173 e 174)*; *EP05 cortes 4, 5 e 6 (figs.175, 176 e 177)*, e as várias memórias descritivas do projecto de arquitectura e dos projectos de especialidade, nomeadamente, fundações e estruturas, redes de águas e esgotos, electrotecnia e instalações mecânicas e de segurança e elevador.⁴⁰⁵ Na memória descritiva do projecto de arquitectura era proposto que *a entrada do museu [passasse] a ser feita pela porta central do edifício, ponto nevrálgico da estrutura arquitectónica. Daí [aceder-se-ia] ao átrio onde se [localizaria] a recepção e loja, bem como as instalações sanitárias para o público, estudadas de modo a servirem também os deficientes [...]. A cafetaria, directamente ligada à zona descrita, [encontrar-se-ia] afastada do percurso museográfico de forma a não o perturbar. Esta [poderia] usufruir do claustro, [à data parcialmente] entaipado e que se [propunha] recuperar. No rés-do-chão, por debaixo da “plataforma” de ligação dos três níveis [encontrar-se-iam] as instalações sanitárias do pessoal, bem como arrumos e a casa das máquinas do elevador (fig.169)*. A sala das reservas [seria] *substancialmente diminuída [...]* (fig.170), *uma vez que o acréscimo de área de exposição acessível [seria] significativo*. Para Carlos Pietra Torres, esta proposta respondia ao programa pretendido, *dando à unidade museológica o equipamento funcional necessário à actividade de um núcleo deste tipo.*⁴⁰⁶

Na sequência da avaliação do estudo prévio, no dia 31 de Julho (1997), a arquitecta Manuela Tiago, do Departamento de Obras da SCML, remeteu ao arquitecto Pietra Torres uma transcrição do despacho superior, que havia sido exarado após a reunião ocorrida naquele departamento no dia 9 de Julho. Neste despacho eram solicitadas algumas alterações ao estudo prévio, nomeadamente: *1. [que] a área de cozinha/ bar [fosse] substancialmente reduzida; 2. [que] a área de cafetaria também [fosse] reduzida ou ocuparia o claustro; 3. [que] o elevador*

⁴⁰³ Cf. *Idem*, ofício com ref.^a 85/C.P.T./P.V., proc.n.º 506/97, do arquitecto Carlos Pietra Torres, ao director-coordenador do Departamento de Obras da SCML, engenheiro Pires da Costa, de 7 de Maio de 1997.

⁴⁰⁴ Cf. *Idem*, Acta da 72.ª Sessão Ordinária da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 28 de Maio de 1997.

⁴⁰⁵ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Pasta Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Museu de São Roque, Remodelação e Ampliação, Estudo Prévio, Intertraço, Junho de 1997, *Estudo Prévio*, anexo ao ofício com ref.^a 129/C.P.T./P.V., proc. 506/97, do arquitecto Carlos Pietra Torres, ao conservador Nuno Vassallo e Silva, de 26 de Junho de 1997.

⁴⁰⁶ *Ibidem*.

[fosse] *afastado da Igreja, situando-se junto à área da Provedoria, a qual também [seria] servida pelo mesmo*; 4. [que] *as instalações sanitárias dos visitantes [fossem passadas] para a cave, ou [que fosse] estudada outra alternativa*; 5. [que] *o claustro [tivesse] cobertura (eventualmente transparente, mas sem fechar o espaço).*⁴⁰⁷

Já durante o mês de Setembro do mesmo ano, a secretária-geral da SCML remeteu à provedora, um documento onde esclarecia algumas dúvidas colocadas por esta acerca do *Plano de Actividades da SCML para 1998/ Capítulo da Cultura*, no qual referia: *prevê-se que a inauguração do novo Museu – que passará a incluir um núcleo sobre os Jogos Sociais, nomeadamente sobre a fundação da Lotaria Nacional por D. Maria I, em 1783 – tenha lugar em 2 de Janeiro de 1999, encerrando as Comemorações do V Centenário da Instituição.*⁴⁰⁸ Concluímos assim que, nesta época, havia não só uma previsão bastante mais ambiciosa relativamente à data de término da obra do museu, como também o desejo de que fosse incluído no percurso museológico um núcleo alusivo à Lotaria Nacional, conjunturas que acabariam por não se verificar, como veremos mais à frente.

A 16 de Setembro (1997), o provedor-adjunto João Navarro, lembrou a provedora de que a ampliação do Museu de São Roque, ao nível do rés-do-chão, implicaria a transferência dos serviços da Lotaria para outras instalações e, dada a natureza destes serviços, seria conveniente que os mesmos fossem instalados numa área de acesso directo à rua. Propôs ainda que se iniciasse a mudança dos serviços a transferir previamente à obtenção do parecer positivo de concessão de financiamento externo pelo PIDDAC, de modo a tornar mais célere todo o processo. Esta sugestão não mereceu a anuência da provedora, que emitiu o seguinte despacho: *A obra do museu só se iniciará no mesmo ano que houver apoio exterior.*⁴⁰⁹

Na sequência do que havia sido deliberado em 1996, no dia 19 de Novembro de 1997, a provedora da Santa Casa, remeteu à presidente da CCRLVT, a candidatura da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ao *Programa de Equipamento Urbano de Utilização Colectiva*.⁴¹⁰ Cerca de um ano após o envio desta candidatura, a Direcção Geral do Ordenamento do Território e

⁴⁰⁷ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Ampliação/ Reestruturação do Museu de S. Roque, fax com ref.^a 63073/238/97, da arquitecta Manuela Tiago, do Departamento de Obras da SCML, ao arquitecto Carlos Pietra Torres, de 31 de Julho de 1997.

⁴⁰⁸ *Idem*, Memorando Interno, com ref.^a 95/97, da secretária-geral da SCML, Elvira Brandão, à provedora da SCML, Maria do Carmo Romão, de 10 de Setembro de 1997.

⁴⁰⁹ SCML, Arquivo do Departamento de Gestão Imobiliária e Património (DGIP), Processo 115 F, Dossier Museu, 10º volume, Informação do adjunto da SCML, João Navarro, à provedora da SCML, Maria do Carmo Romão, de 16 de Setembro de 1997. Outra cópia deste documento encontra-se em SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Ampliação/ Reestruturação do Museu de S. Roque.

⁴¹⁰ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Ampliação/ Reestruturação do Museu de S. Roque, ofício com ref.^a GAFE/122, da provedora da SCML, Maria do Carmo Romão, à presidente da CCRLVT, de 19 de Novembro de 1997.

Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) indeferiu a mesma, alegando que *da análise dos estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, [se havia concluído] *não ser a cultura uma finalidade estatutária dominante*.⁴¹¹ Estas alegações foram prontamente contestadas pela provedora da Santa Casa que declarou que a Cultura se encontrava *claramente consagrada nos Fins Estatutários da Instituição*, considerando não existir qualquer fundamento para a apreciação feita e solicitando por isso uma nova apreciação do processo.⁴¹² Apesar disto, em Abril de 1999, o DGOTDU reiterou a decisão, alegando para isso que os pressupostos não se haviam alterado.⁴¹³

Foi durante este ano (1999) que, Teresa Morna (**fig. 368**)⁴¹⁴, após a saída de Nuno Vassalo e Silva, tomou posse do cargo de conservadora.⁴¹⁵

Não temos conhecimento de qualquer outra decisão relacionada com o projecto do Museu de São Roque, e respectivo financiamento externo, até Outubro de 2000, altura em que a coordenadora do GAFE, informou a secretária-geral da Misericórdia de Lisboa da abertura de candidaturas para acesso ao Programa Operacional da Cultura (POC), salientando as vertentes de financiamento do mesmo com interesse para a instituição, nomeadamente, *Eixo 1 – Valorizar o Património Histórico e Cultural, Medida 1.2 – Modernização e Dinamização dos Museus Nacionais* [e] *Eixo 2 – Favorecer o Acesso a Bens Culturais, Medida 2.2 – Utilização das Novas Tecnologias da Informação para Acesso à Cultura*.⁴¹⁶

Assim, numa nova tentativa de obtenção de financiamento externo, indispensável à concretização do projecto de remodelação do espaço do museu, a Misericórdia de Lisboa avançou com esta candidatura, no âmbito da *Medida 1.2 – Modernização e Dinamização dos Museus Nacionais*.⁴¹⁷ O pedido de financiamento, datado de 21 de Março de 2001, foi remetido pela provedora da SCML, ao gestor do POC, José Manuel Vieira Rodrigues, tendo a primeira

⁴¹¹ *Idem*, ofício com ref.^a 1355/DSPGF/98, proc. n.º LVT-029/CT/97, da Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, à provedora da SCML, Maria do Carmo Romão, de 12 de Novembro de 1998.

⁴¹² Cf. *Idem*, ofício com ref.^a 1000/660, da provedora da SCML, Maria do Carmo Romão, ao subdirector-geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, de 16 de Dezembro de 1998.

⁴¹³ Cf. *Idem*, ofício com ref.^a 02025, do director geral da DGOTDU, João Biencard Cruz, à provedora da Santa Casa, Maria do Carmo Romão, de 9 de Abril de 1999.

⁴¹⁴ Para Teresa Torres Fontes de Freitas Morna Duarte Silva veja-se o Elenco Biográfico, p.191.

⁴¹⁵ Informações fornecidas por Teresa Morna, em conversa com a própria, a 9 de Fevereiro de 2011.

⁴¹⁶ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Ampliação/ Reestruturação do Museu de S. Roque, Memorando Interno com ref.^a 092/GAFE/2000, da coordenadora do GAFE, Alda Matias, à secretária-geral, Elvira Brandão, de 11 de Outubro de 2000.

⁴¹⁷ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Candidatura ao POC – Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, I, ofício com ref.^a GAFE, da provedora da SCML, Maria do Carmo Romão, ao gestor do POC, José Manuel Vieira Rodrigues, de 21 de Março de 2001.

ressalvado que havia solicitado simultaneamente um parecer sobre esta candidatura à directora do IPM, Raquel Henriques da Silva⁴¹⁸, como era exigência do programa.⁴¹⁹

Na sequência desta solicitação, no dia 1 de Outubro de 2001, a coordenadora-adjunta da Estrutura de Projecto da RPM, Joana Sousa Monteiro, emitiu um parecer positivo relativamente à candidatura da SCML, tendo sublinhado a *pertinência cultural do projecto, a sua importância patrimonial, a credibilidade científica da equipa e a confirmação da capacidade de manutenção e de desenvolvimento por parte da tutela*.⁴²⁰ Esta apreciação mereceu a concordância da coordenadora da RPM, e da direcção do IPM, tendo sido pouco depois remetida à Santa Casa.⁴²¹

A candidatura para a remodelação e ampliação do Museu de São Roque deu entrada no Gabinete de Apoio ao gestor do POC no dia 23 de Abril de 2001, tendo-lhe sido atribuído o número de processo 114/01.⁴²² Entre os seus elementos constituintes constavam: o estudo prévio e o projecto base de arquitectura apresentados pelo atelier Intertraço – Interiores e Decorações, Lda., datados respectivamente de Junho e Dezembro de 1997; o estudo prévio do projecto de fundações e estruturas e os anteprojectos das redes de águas e esgotos e das fundações e estruturas, da firma Safre – Estudos e Projectos de Engenharia, Lda., datados respectivamente de 6 de Junho e 11 de Dezembro de 1997; o estudo prévio do projecto de luminotecnica e o projecto base de electrotecnia, apresentados pelo engenheiro electrotécnico Vítor Vajão⁴²³, respectivamente a de 16 de Junho e 5 de Dezembro de 1997; o anteprojecto das instalações de condicionamento de ar e ventilação e o estudo prévio para as instalações de aquecimento, ventilação, ar condicionado e elevador, ambos da firma Luís Malheiro da Silva – Projecto e Gestão de Instalações Especiais, Lda, datados respectivamente de Dezembro de 1997 e Fevereiro de 2001.⁴²⁴

⁴¹⁸ Cf. SCML, Arquivo do Departamento de Gestão Imobiliária e Património, Processo 115 F, Dossier Museu, 10.º volume, ofício com ref.ª GAFE, da provedora da SCML, Maria do Carmo Romão, à directora do IPM, Raquel Henriques da Silva, de 21 de Março de 2001. Outra cópia deste documento encontra-se em SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque. RPM – Correspondência (Saída e Recebida).

⁴¹⁹ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Candidatura ao POC – Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, I, ofício com a ref.ª GAFE, da provedora da SCML, Maria do Carmo Romão, ao gestor do POC, José Manuel Vieira Rodrigues, de 21 de Março de 2001.

⁴²⁰ *Idem*, informação n.º 0121/IPM-RPM/2001, parecer da coordenadora-adjunta da Estrutura de Projecto da RPM, Joana Sousa Monteiro, de 1 de Outubro de 2001.

⁴²¹ Cf. *Idem*, parecer n.º 0660/IPM-RPM/2001, ref.ª 00619, da coordenadora da RPM, Clara Camacho, à provedora da SCML, Maria do Carmo Romão, de 12 de Outubro de 2001.

⁴²² Cf. *Idem*, ofício com ref.ª 009600 do chefe de projecto do POC, Rui Palmeiro dos Santos, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 26 de Abril de 2001.

⁴²³ Licenciado em engenharia electrotécnica pelo Instituto Superior Técnico e especialista no campo de projectos de electrotecnia e de luminotecnica. Cf. Sítio <http://www.ulusofona.pt/index.php/instituto-de-estudos-de-seguranca/pos-graduacoes/seguranca-bens-culturais>, consultado a 26.10.2010.

⁴²⁴ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Candidatura ao POC – Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, I, ofício com ref.ª GAFE, da provedora da SCML, Maria do Carmo Romão, ao gestor do POC, José Manuel Vieira Rodrigues, de 21 de Março de 2001.

Na sequência da introdução de novos critérios de avaliação das candidaturas, a Santa Casa remeteu novamente, a 20 de Fevereiro de 2002, um ofício ao POC, reforçando os benefícios do projecto.⁴²⁵ Em resposta, o POC informou a Misericórdia de que *o projecto apresentado não [seria] apreciado em Unidade de Gestão, enquanto não [houvesse] decisão da Comissão Europeia relativamente à reprogramação do Programa Operacional da Cultura*, uma vez que a dotação da Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT) neste programa era *extremamente limitada*. Simultaneamente, alertou que, *uma vez aprovada a reprogramação*, [seria] *difícil a concessão do apoio no montante solicitado*.⁴²⁶

Na sequência deste esclarecimento, a nova provedora da Santa Casa, Gertrudes Jorge⁴²⁷ (fig.190), que havia tomado posse em Dezembro de 2001, solicitou ao POC que, depois de aprovada a reprogramação, informassem a Misericórdia, com o máximo de celeridade possível, de qual a percentagem de apoio prevista para o projecto do museu, uma vez que esta informação era imprescindível para a execução do plano de actividades e orçamento da instituição.⁴²⁸ Na ausência de uma resposta, a provedora subsequente, Maria José Nogueira Pinto (fig.127), nomeada em Julho de 2002, reiterou este pedido a 13 de Agosto do mesmo ano.⁴²⁹

A resposta chegou finalmente no dia 23 de Setembro de 2002, tendo o POC informado que, *na última Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional da Cultura, realizada a 21 de Junho de 2002, e face à inexistência de resposta por parte da Comissão Europeia em tempo útil*, [havia sido] *decidido retirar a reprogramação do Programa Operacional da Cultura apresentada à Comissão Europeia em Junho de 2001*.⁴³⁰ Informou ainda que, face ao anteriormente exposto, [à data] *não [era] possível apreciar a candidatura [do Museu de São Roque] aguardando-se que no decurso de 2003 [existisse] um reforço (...), através da redistribuição de verbas resultantes da atribuição da reserva de eficiência, e por conseguinte só nessa altura [poderiam] dar uma resposta definitiva sobre a aprovação deste projecto*.⁴³¹ Em adenda a esta informação, a 1 de Abril de 2003, o POC sugeriu à provedora da SCML que voltasse a sondar a Gestão deste programa no início de 2004, altura em que poderiam responder

⁴²⁵ Cf. *Idem*, ofício com ref.^a 1000/90, da provedora da SCML, Gertrudes Jorge, ao gestor do POC, António Mendes Baptista, de 20 de Fevereiro de 2002.

⁴²⁶ *Idem*, ofício com ref.^a 0372, do gestor do POC, António José Mendes Baptista, à provedora da SCML, Gertrudes Jorge, de 26 de Fevereiro de 2002.

⁴²⁷ Para Gertrudes da Conceição Loureiro Jorge veja-se o Elenco Biográfico, p.186.

⁴²⁸ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Candidatura ao POC – Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, I, ofício com ref.^a 1000/148, da provedora da SCML, Gertrudes Jorge, ao gestor do POC, António Mendes Baptista, de 12 de Março de 2002.

⁴²⁹ Cf. *Idem*, ofício com ref.^a 1000/491, da provedora da SCML, Maria José Nogueira Pinto, à gestora do POC, Helena Pinheiro de Azevedo, de 13 de Agosto de 2002.

⁴³⁰ *Idem*, ofício com ref.^a 1710, da gestora do POC, Helena de Azevedo, à provedora da SCML, Maria José Nogueira Pinto, de 23 de Setembro de 2002.

⁴³¹ *Ibidem*.

de forma definitiva sobre as reais possibilidades de enquadramento financeiro daquele projecto.⁴³²

Cerca de dez meses mais tarde, em Julho de 2003, a Santa Casa tomou conhecimento, através do jornal *Diário de Notícias*, de que Portugal teria *praticamente garantido um reforço de apoios comunitários [...], referente à reserva de eficiência e à reserva de programação do II Quadro Comunitário de Apoio* [QCA], devendo a primeira reserva começar a chegar ao país, o mais tardar, até ao fim de Março de 2004.⁴³³ Face a esta situação, o vice-provedor da SCML, Jorge Bacelar Gouveia, solicitou ao secretário de estado da Cultura, José Amaral Lopes, que o informassem se o Programa Operacional da Cultura se encontrava abrangido por este desbloqueamento de verbas e, como consequência, se a candidatura da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa seria efectivamente levada à Unidade de Gestão.⁴³⁴

A confirmação chegou somente a 5 de Maio do ano seguinte (2004), tendo o POC informado a Santa Casa da possibilidade de reprogramação financeira, com vista à incorporação de reserva de eficiência, referindo ainda que esta possibilidade deveria dar prioridade de resposta às candidaturas que se encontravam suspensas por falta de dotação do FEDER.⁴³⁵ Uma vez que a candidatura apresentada pela Misericórdia de Lisboa se encontrava nesta situação, o POC solicitou o envio de um ponto de situação do projecto que incluísse um novo cronograma de realização física e financeira e garantisse capacidade da Misericórdia em suportar a contrapartida nacional da candidatura ao Programa Operacional da Cultura, na base de 50% do investimento elegível do projecto.⁴³⁶

Com o objectivo de dar resposta a esta solicitação, no dia 14 de Maio, a conservadora do Museu, Teresa Morna, propôs superiormente que fossem actualizados pelo DGIP, com a celeridade possível, os dados da candidatura, nomeadamente a actualização do orçamento, e do cronograma de execução do projecto.⁴³⁷ No dia 20 do mesmo mês, a Mesa da SCML deliberou

⁴³² Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC – Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque: Saída de Correspondência Externa (Gestora POC), Correspondência Recebida Externa (Gestora POC), Saída de Correspondência Externa, Correspondência Recebida Externa, I, ofício com ref.^a 000830, da gestora do POC, Helena de Azevedo, à provedora da SCML, Maria José Nogueira Pinto, de 1 de Abril de 2003.

⁴³³ Cf. SOUSA, Margarida Bon de, “Portugal ganha 2,7 mil milhões em fundos”, in *Diário de Notícias*, edição n.º 2760, 22 de Julho de 2003.

⁴³⁴ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Candidatura ao POC – Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, I, ofício com ref.^a 1000/285, do vice-provedor da SCML, Jorge Bacelar Gouveia, ao secretário de estado da Cultura, José Amaral Lopes, de 6 de Agosto de 2003.

⁴³⁵ Cf. *Idem*, fax com ref.^a 0904, da gestora do POC, Helena de Azevedo, à provedora da SCML, Maria José Nogueira Pinto, de 5 de Maio de 2004.

⁴³⁶ Cf. *Ibidem*.

⁴³⁷ Cf. *Idem*, *Informação para Despacho*, com ref.^a 110/04, da conservadora Teresa Morna, à secretária-geral da SCML, Helena Oliveira, de 14 de Maio de 2004.

concordar com a actualização da candidatura ao POC⁴³⁸, tendo, no dia 31, o vice-provedor da Santa Casa, Jorge Bacelar Gouveia, informado a gestora do POC, de que a Misericórdia de Lisboa mantinha a capacidade de suportar os 50% da contrapartida nacional da candidatura, e que esta se encontrava à data a ser actualizada.⁴³⁹

No dia 11 de Outubro de 2004, a directora da Unidade de Estudos e Projectos (UEP) da SCML, engenheira Isabel Azevedo, informou superiormente que haviam sido realizadas diligências junto do projectista, Carlos Pietra Torres, para que este apresentasse uma proposta de honorários relativa à fase final do projecto (2.^a fase), correspondente ao *projecto de execução e assistência técnica*, uma vez que a anterior adjudicação só dizia respeito à elaboração da *fase de projecto base/ licenciamento (inclusive)*.⁴⁴⁰ Na sequência disto, no dia 21 do mesmo mês a Mesa deliberou *Incumbir o DGIP de diligenciar no sentido de, com brevidade, formalizar a adjudicação da proposta de prestação de serviços referente à fase final do projecto (2.^a fase) [a este projectista]*.⁴⁴¹

Após a apreciação do projecto base, no dia 8 de Novembro (2004), a conservadora do Museu informou superiormente concordar com o mesmo, tendo referido que este englobava: *a) a criação, no piso térreo, de novas salas de exposição e acessos à igreja de S. Roque (núcleo integrante e intermédio da visita) e ao primeiro andar; b) o acesso ao Museu pela porta central do edifício, ponto nevrálgico da estrutura arquitectónica, daí acedendo ao átrio, onde [viria a] localizar-se a recepção e loja, bem como as instalações sanitárias para o público, devidamente preparadas para servir os deficientes motores, como [era] exigência legal; c) a criação de uma cafetaria que [pudesse] usufruir do claustro, actualmente entaipado e cujo projecto se [pudesse] recuperar; d) a implementação de uma solução para a escada e elevador, facilitando o acesso de visitantes e deficientes motores aos três grandes espaços (rés-do-chão, igreja e primeiro andar); e) a criação de uma área autónoma para as instalações sanitárias do pessoal, bem como para arrumos e instalação da casa das máquinas do elevador; f) a diminuição da actual área de reservas, uma vez que a área de exposição permanente [seria] significativamente ampliada; g) a execução de alterações nos gabinetes técnicos do museu, de modo a melhorarem*

⁴³⁸ Cf. *Idem*, Acta da 93.^a Sessão Ordinária da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 20 de Maio de 2004.

⁴³⁹ Cf. *Idem*, ofício com ref.^a 1000/185, do vice-provedor, Jorge Bacelar Gouveia, à gestora do POC, Helena de Azevedo, de 31 de Maio de 2004.

⁴⁴⁰ *Idem*, ofício com ref.^a 1059/2004/UEP/AIA, da directora da UEP, engenheira Isabel Azevedo, ao administrador-delegado da SCML, Nunes Barata, de 11 de Outubro de 2004.

⁴⁴¹ *Idem*, Acta da 113.^a Sessão Ordinária da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 21 de Outubro de 2004.

*substancialmente a rentabilização desta área, o que [permitiria] melhorar as condições de arquivo, praticamente inexistentes.*⁴⁴²

Na sequência daquilo que lhe havia sido solicitado, no dia 25 de Novembro (2004), o arquitecto Carlos Pietra Torres apresentou uma proposta de honorários relativa à 2.^a fase do projecto de ampliação e remodelação do Museu de São Roque, incluindo nesta, tanto o valor do projecto de arquitectura, como dos restantes projectos de especialidade.⁴⁴³ Após a análise desta documentação, a arquitecta Manuela Tiago, do Departamento de Obras da SCML, informou a directora da UEP, de que a proposta de prestação de serviços referente à 2.^a fase do projecto, reunia as condições para ser aceite, propondo a sua aprovação e a adjudicação dos honorários relativos ao projecto de arquitectura, projectos complementares e projecto de montagem de exposição permanente.⁴⁴⁴ Este parecer foi corroborado, no dia 2 de Dezembro de 2004, pelos elementos da Mesa da SCML.⁴⁴⁵

No mesmo dia, o vice-provedor da SCML, deu conhecimento à Mesa da reunião de trabalho ocorrida no dia 30 de Novembro, solicitada pela gestora do POC, Helena Azevedo, na qual participaram, além desta, alguns técnicos do POC, a equipa da RPM, o administrador-delegado do DGIP, a secretária-geral da SCML, a conservadora do Museu de São Roque, a directora do GAFE, a directora da UEP, a arquitecta Manuela Tiago, e ainda o projectista Carlos Pietra Torres. Segundo o relato do vice-provedor, a gestora do POC terá manifestado a intenção do Programa apoiar o projecto do museu, com a condição de que *a SCML [assumisse] o compromisso de garantir a última adjudicação do projecto até 31 de Dezembro de 2005 e a conclusão [...] e reabertura do museu ao público até ao final de 2007.*⁴⁴⁶

No sentido da observância do acordo assumido pela Santa Casa, de que faria todos os possíveis para ter concluído, até ao dia 1 de Março de 2005, o projecto de execução e o projecto museológico⁴⁴⁷, Teresa Morna terminou, no dia 5 de Janeiro de 2005, a preparação do guião do

⁴⁴² *Idem*, informação com ref.^a 236/04, da conservadora, Teresa Morna, à secretária-geral da SCML, Helena Oliveira, de 8 de Novembro de 2004.

⁴⁴³ Cf. *Idem*, ofício n.º 506/04, do arquitecto Carlos Pietra Torres, à SCML, de 25 de Novembro de 2004.

⁴⁴⁴ Cf. *Idem*, informação com ref.^a 1385-2004-UEP-MT, da arquitecta Manuela Tiago, à directora da UEP, engenheira Isabel Azevedo, de 29 de Novembro de 2004.

⁴⁴⁵ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Abertura do Concurso, Anúncio, Deliberações de Mesa, Diversos, Divulgação, Orçamentos, *Acta da 119.ª Sessão Ordinária da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 2 de Dezembro de 2004.*

⁴⁴⁶ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Candidatura ao POC – Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, I, *Projecto de Deliberação*, apresentado pelo vice-provedor, Jorge Bacelar Gouveia, de 2 de Dezembro de 2004 e Dossier Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Abertura do Concurso, Anúncio, Deliberações de Mesa, Diversos, Divulgação, Orçamentos, *Acta da 119.ª Sessão Ordinária da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 2 de Dezembro de 2004.*

⁴⁴⁷ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Abertura do Concurso, Anúncio, Deliberações de Mesa, Diversos, Divulgação, Orçamentos, *Acta da 119.ª Sessão Ordinária da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 2 de Dezembro de 2004.*

projecto, tendo-o entregue ao projectista Carlos Pietra Torres no dia seguinte, para que este pudesse dar assim início à elaboração do projecto de execução.⁴⁴⁸

O projecto-base de ampliação/ remodelação do Museu de São Roque foi entregue, para apreciação, na Câmara Municipal de Lisboa (CML) no dia 18 de Janeiro⁴⁴⁹, tendo, pouco depois, dado também entrada no antigo Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR)⁴⁵⁰. Estes organismos aprovaram o projecto, respectivamente, no dia 7 de Outubro e 2 de Setembro de 2005.⁴⁵¹

Na *Memória Descritiva do Projecto de Licenciamento/ Arquitectura*, elaborada pela firma Intertraço e remetida à SCML em Janeiro de 2005, o atelier de arquitectura acresceu alguns detalhes aos pressupostos apresentados no Estudo Prévio de 1997, propondo simultaneamente: [que se desenvolvessem] *no rés-do-chão as salas de exposição e os acessos à Igreja de São Roque [...] e ao primeiro andar; [e] no segundo andar, aonde se [localizariam] os gabinetes da direcção do Museu [que se realizassem] pequenas alterações, suficientes para melhorarem substancialmente a utilização daquela área, iniciando-se no “deslocar” da escada de acesso, que [oprimia] a circulação do Museu, e passando pela melhoria das condições de arquivo, praticamente inexistentes.*⁴⁵² Relativamente ao projecto de segurança, uma vez que se tratava de um edifício já existente, *inserido num conjunto de construções antigas, em alvenaria de pedra e “entrepisos” estruturados com vigamento em madeira*, havia sido decidido dotar o espaço de condições adequadas de segurança, através da selecção de materiais de revestimento que limitassem a carga de fogo no interior do edifício; do reforço e tratamento dos elementos de construção existentes, da instalação, em todas as áreas, de um sistema automático de detecção de incêndios e de meios de primeira intervenção adequados, e da criação de saídas de emergência devidamente sinalizadas.⁴⁵³

⁴⁴⁸ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Candidatura ao POC – Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, I, informação com ref.^a 001/2005, da conservadora Teresa Morna, à secretária-geral da SCML, Helena Oliveira, de 5 de Janeiro de 2005 e Dossier POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Correspondência Recebida Interna, Saída de Correspondência Interna, *Acta da 124ª Sessão da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 5 de Janeiro de 2005*.

⁴⁴⁹ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Abertura do Concurso, Anúncio, Deliberações de Mesa, Diversos, Divulgação, Orçamentos, *Acta da 126ª Sessão Ordinária da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 20 de Janeiro de 2005*.

⁴⁵⁰ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Saída de Correspondência Interna, *Memorando Interno*, com ref.^a 176/07, da conservadora Teresa Morna, à secretária-geral da SCML, Helena Oliveira, de 20 de Junho de 2007.

⁴⁵¹ Cf. *Ibidem*.

⁴⁵² SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Correspondência Recebida Interna, Saída de Correspondência Interna, *Alteração. Projecto de Arquitectura. Projecto de Licenciamento. Memória Descritiva*, da firma Intertraço, anexo ao ofício s/nº, da directora da UEP, Isabel Azevedo, à conservadora Teresa Morna, de 25 de Janeiro de 2005.

⁴⁵³ Cf. *Ibidem*.

Relativamente às condições ambientais do interior do Museu, no dia 31 de Janeiro de 2005, a conservadora remeteu ao arquitecto Carlos Pietra Torres uma breve descrição dos *índices recomendados para a conservação dos materiais, bem como as condições a que* [haviām estado] *sujeitas as colecções do Museu de São Roque nos últimos anos.*⁴⁵⁴ Neste documento, a conservadora salientou que os limites aconselhados eram: *0-45% para metais, pedra e cerâmica* [e] *50-65% para objectos orgânicos, madeira, papel, têxteis, marfim, couro, pergaminho, pintura* [e] *lacas.*⁴⁵⁵ Estes valores teriam como base valores teóricos otimizados, porém, sabe-se actualmente que a aplicação dos mesmos deve ser cuidada pois, mais importante do que a obtenção de valores “ideais” de temperatura e humidade relativa, é a manutenção da estabilidade ambiental, não permitindo valores extremos e oscilações bruscas. Esta ressalva foi abordada por Teresa Morna relativamente a um dos vectores, tendo a conservadora mencionado que *relativamente à temperatura* [se devia] *procurar evitar variações térmicas bruscas.* Salientou ainda que *os valores médios de temperatura nas salas do Museu* [variavam] *pouco dentro de cada estação do ano, verificando-se grandes variações térmicas sazonais* [no exterior], *o que não* [constituía] *um problema grave no* [respeitante] *à conservação das colecções, desde que a temperatura não* [atingisse] *valores inferiores a 10°C no Inverno e 25°C no Verão.* Segundo a conservadora, registavam-se naquela época os seguintes valores médios de temperatura interior: *Inverno – 14°C* [e] *Verão – 26°C.*⁴⁵⁶

Após uma reavaliação do projecto, no dia 2 de Março (2005), a Intertraço remeteu à directora da UEP ambos os projectos, de execução e museográfico, correspondentes ao primeiro projecto de alteração, no qual propunha uma nova localização para os gabinetes, à data situados na fachada nascente do claustro, nomeadamente a sua deslocação para a fachada oposta, para um espaço na época utilizado pelos serviços do DGIP.⁴⁵⁷ Alegadamente, esta alteração permitiria um acréscimo significativo de área útil, hipótese que já havia sido previamente discutida com a conservadora do Museu e com o administrador-delegado do DGIP.⁴⁵⁸ Após a entrega dos desenhos contendo as alterações ao projecto base⁴⁵⁹, a arquitecta Manuela Tiago, do Departamento de Obras da SCML, alvitrou que considerava que os mesmos poderiam vir a integrar o futuro projecto de execução, porém não apresentavam os requisitos para poderem ser

⁴⁵⁴ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Pasta Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Projectos de Execução, Iluminação/ Áudio, fax com ref.^a 020/05, da conservadora Teresa Morna, ao arquitecto Carlos Pietra Torres, de 31 de Janeiro de 2005.

⁴⁵⁵ *Ibidem.*

⁴⁵⁶ *Ibidem.*

⁴⁵⁷ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Correspondência Recebida Interna, Saída de Correspondência Interna, ofício do arquitecto Carlos Pietra Torres, à directora da UEP, engenheira Isabel Azevedo, de 2 de Março de 2005.

⁴⁵⁸ Cf. *Ibidem.*

⁴⁵⁹ Não foi possível localizar estes desenhos até à data de entrega deste trabalho.

considerados como o verdadeiro projecto de execução. Quanto às alterações apresentadas, considerava que as mesmas permitiriam, em termos formais, melhorias consideráveis, pelo que não se opunha à introdução das mesmas, desde que fossem previamente submetidas à apreciação da directora do Museu.⁴⁶⁰

Por sua vez, no dia seguinte, Teresa Morna confirmou que o projecto museográfico se encontrava de acordo com o guião e estudo museológico, tendo salientado que os trabalhos haviam decorrido em estreita articulação entre ambos os intervenientes (museu e atelier de arquitectura), o que havia possibilitado a elaboração de uma proposta adequada em termos de circuitos e núcleos expositivos.⁴⁶¹

Da mesma forma, o projecto museológico elaborado pelo Museu foi apresentado superiormente, para aprovação, no dia 7 de Março de 2005. Acompanhavam este projecto uma cópia do guião da exposição permanente, o projecto de arquitectura e o projecto museográfico⁴⁶², tendo, no dia 10 de Março, sido aprovado pela Mesa da SCML e deliberado o seu envio, juntamente com os restantes documentos, para a Rede Portuguesa de Museus e Programa Ocupacional da Cultura.⁴⁶³ Ainda no mesmo mês, os elementos da Mesa ratificaram a deliberação da direcção do Departamento de Gestão Imobiliária e Património (DGIP), que havia aprovado as alterações ao projecto de arquitectura entregues pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, e determinado que estes elementos fossem encaminhados também para o POC.⁴⁶⁴

Em conformidade com aquilo que havia sido decidido, no dia 28 de Março (2005), a conservadora do Museu de São Roque remeteu à coordenadora da RPM os documentos da candidatura, descrevendo, conforme havia sido solicitado, a *Pertinência Cultural e Museológica Globais, a Programação Museológica e a Capacidade de Manutenção e desenvolvimento do projecto por parte da Tutela*.⁴⁶⁵

⁴⁶⁰ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Correspondência Recebida Interna, Saída de Correspondência Interna, *Informação para Despacho*, com ref.^a 0252-2005-UEP-MT, da arquitecta Manuela Tiago, do Departamento de Obras da SCML, à directora da UEP, engenheira Isabel Azevedo, de 7 de Março de 2005.

⁴⁶¹ Cf. *Idem*, *Informação para Despacho*, com ref.^a 045/2005, da conservadora Teresa Morna, à secretária-geral da SCML, Helena Oliveira, de 8 de Março de 2005.

⁴⁶² Cf. *Idem*, *Memorando Interno*, com ref.^a 043/2005, da conservadora Teresa Morna, à secretária-geral da SCML, Helena Oliveira, de 7 de Março de 2005.

⁴⁶³ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Abertura do Concurso, Anuncio, Deliberações de Mesa, Diversos, Divulgação, Orçamentos, *Acta da 133.^a Sessão Ordinária da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, de 10 de Março de 2005.

⁴⁶⁴ Cf. *Idem*, *Acta da 135.^a Sessão Ordinária da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, de 24 de Março de 2005.

⁴⁶⁵ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, RPM – Correspondência (Saída e Recebida), ofício com ref.^a 064/05, da conservadora Teresa Morna, à coordenadora da RPM, Clara Camacho, de 28 de Março de 2005.

Na sequência de uma visita às instalações do Museu, realizada no dia 30 de Novembro de 2004, pela equipa de gestão do POC e técnicos da RPM, na qual terão recebido novos elementos de actualização do projecto, a Estrutura de Projecto da RPM apresentou, no dia 12 de Abril de 2005, um *Parecer Adicional* relativamente à candidatura para a remodelação e ampliação do Museu de São Roque. Neste parecer a RPM apresentou diversas sugestões, entre as quais algumas de ordem ambiental e funcional, que poderiam ser consideradas em fases posteriores da obra, nomeadamente: [a existência de] *controlo das condições ambientais nos espaços expositivos* [e] *controlo dos factores de degradação nas zonas expositivas e nas reservas* – [de] *preferência por uma solução de ventilação forçada*.⁴⁶⁶

No dia 15 de Junho de 2005, a directora da UEP, deu superiormente conhecimento de alguns aspectos pendentes relativamente ao projecto de ampliação e remodelação do Museu, tendo alertado para o facto de continuarem por entregar os projectos de execução de arquitectura e especialidades, colocando em causa a candidatura ao POC. Simultaneamente informou que, após consulta do processo camarário de pedido de licenciamento para o projecto de alterações de arquitectura, o arquitecto havia informado que *o parecer emitido pelo técnico do IPPAR, arqtº. Luís Quaresma Ferreira, [era] negativo*. Contudo, uma vez que a aprovação da CML estava dependente do parecer favorável pelo IPPAR, o arquitecto Pietra Torres havia solicitado a realização de uma reunião, de modo a poder prestar todos os esclarecimentos necessários no sentido de que os técnicos pudessem emitir um parecer abonatório.⁴⁶⁷

Da mesma forma, a 20 de Julho do mesmo ano, a secretária-geral da SCML, chamou a atenção para a preocupação manifestada pela gestora do POC, no respeitante aos atrasos existentes relativamente ao cronograma inicial. Segundo a secretária-geral, a gestora do POC teria solicitado a apresentação urgente de um ponto da situação *devidamente detalhado e documentado*⁴⁶⁸, tendo ainda alertado para o facto da data limite do POC *para efeitos de lançamento do concurso para a obra [ser] o último dia do mês de Outubro de 2005*.⁴⁶⁹ Face a esta situação, o Museu apresentou imediatamente, à secretária-geral, um ponto da situação

⁴⁶⁶ *Idem*, Informação n.º 018i/IPM-RPM/2005 (121/IPM-RPM/2001), do IPM, à gestora do POC, Helena de Azevedo, de 12 de Abril de 2005.

⁴⁶⁷ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC – Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Correspondência Recebida Interna, Saída de Correspondência Interna, *Informação para Despacho*, com ref.º 0671/2005/UEP/AIA, da directora da UEP, Isabel Azevedo, ao administrador-delegado, Nunes Barata, de 15 de Junho de 2005.

⁴⁶⁸ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC – Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Saída de Correspondência Externa (Gestora POC), Correspondência Recebida Externa (Gestora POC), Saída de Correspondência Externa, Correspondência Recebida Externa, I, ofício com ref.º 00878, da gestora do POC, Helena de Azevedo, à provedora da SCML, Maria José Nogueira Pinto, de 21 de Abril de 2005.

⁴⁶⁹ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC – Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Correspondência Recebida Interna, Saída de Correspondência Interna, *Nota da reunião havida em 2005.07.18 com a gestora do POC, Dra. Helena Azevedo*, da secretária-geral, Helena Oliveira, de 20 de Julho de 2005.

respeitante aos trabalhos desenvolvidos por este serviço no âmbito da candidatura⁴⁷⁰, tendo o atelier de arquitectura Intertraço remetido também à SCML informações acerca do processo de licenciamento camarário, a apreciação emitida pelo IPPAR, e uma relação das fases do processo e respectivo cronograma previsto para a duração da empreitada, antevendo doze meses para a execução da obra.⁴⁷¹

Além do anteriormente exposto, no dia 21 de Julho, o Museu remeteu ainda à coordenadora da RPM e à gestora do POC, alguns esclarecimentos relacionados com o parecer emitido pela Estrutura de Projecto da RPM, no dia 12 de Abril de 2005. Entre os assuntos abordados foi referido que, no respeitante às condições ambientais, o projecto desta especialidade se encontrava na fase final, estando prevista a sua conclusão para o dia 19 de Agosto daquele ano. Simultaneamente, foi salientado o facto da firma LM, S.A., responsável pelo projecto de controlo ambiental, contar com o apoio técnico do engenheiro Luís Elias Casanovas⁴⁷², na função de consultor.⁴⁷³ Junto a este ofício, seguiu uma apreciação elaborada pelo engenheiro Casanovas que, pela sua relevância para este estudo, consideramos importante referir, e que alvitava o seguinte: *no caso do Museu de São Roque, não cremos que haja exigências especialmente severas quer no tocante às condições-ambiente, quer no que à exposição da colecção diz respeito. Com efeito, são conhecidas as condições-ambiente em que a maioria das peças se encontrava e sabe-se que o risco principal a que estavam sujeitas resultava dos valores por vezes perigosamente baixos da humidade relativa, consequência, em parte, da temperatura ambiente demasiado elevada que, sobretudo nestes últimos anos, se [fez] sentir nas salas de exposição. Esta situação, usual na maioria dos nossos museus, não implica o recurso a soluções drásticas, antes deve ser encarada com serenidade tendo em atenção, como se refere no capítulo 20 do Guia de 1999 do ASHRAE, que os valores dos parâmetros que definem as condições-ambiente de um museu devem resultar de um compromisso entre as exigências de conservação da colecção, as características do edifício e as condições exteriores, por forma a não criar situações de dependência exclusiva dos equipamentos.*⁴⁷⁴ Prosseguiu referindo: o

⁴⁷⁰ Cf. *Idem*, *Memorando Interno*, com ref.^a 163/05, da técnica superior do Museu, Helena Mantas, à secretária-geral da SCML, Helena Oliveira, de 20 de Julho de 2007.

⁴⁷¹ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC – Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Saída de Correspondência Externa (Gestora POC), Correspondência Recebida Externa (Gestora POC), Saída de Correspondência Externa, Correspondência Recebida Externa, I, fax com ref.^a 726, do atelier de arquitectura Intertraço, à arquitecta Manuela Tiago da SCML, de 21 de Julho de 2005.

⁴⁷² Para Luís Efreim Elias Casanovas veja-se o Elenco Biográfico, p.189.

⁴⁷³ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, RPM – Correspondência (Saída e Recebida), ofício com ref.^a 164/05, da técnica superior do Museu, Helena Mantas, à coordenadora da RPM, Clara Camacho, de 21 de Julho de 2005.

⁴⁷⁴ *Idem*, *Museu de São Roque – Alteração, Instalação de Tratamento de Ar*, do engenheiro Luís Elias Casanovas, de 12 de Julho de 2005, anexo ao ofício com ref.^a 164/05, da técnica superior do Museu, Helena Mantas, à coordenadora da RPM, Clara Camacho, de 21 de Julho de 2005.

*Museu possui registos de temperatura e humidade relativa que é necessário ter em atenção porquanto representam o ciclo de variação a que as peças estavam sujeitas e cujo ritmo importa não alterar radicalmente. [...] Importa, isso sim, acautelar o valor mínimo da humidade relativa que em nossa opinião não deveria ser inferior a 45%. No tocante à temperatura [...], não julgamos aconselhável adoptar valores inferiores a 24/25°C, isto porque seria desejável que a instalação fosse concebida por forma a que o funcionamento dos equipamentos não [fosse] necessário quando o Museu [estivesse] fechado. No respeitante à renovação do ar interior e controlo dos poluentes, o engenheiro Casanovas considerou tratar-se de um aspecto particularmente sensível num museu com as características do Museu de São Roque, onde [havia existido] há poucos anos um problema muito complexo de corrosão de prata provavelmente provocada por produtos utilizados na construção da própria vitrina onde as peças se encontravam. Na sua opinião, deveria planear-se um tratamento do ar novo que permitisse controlar os níveis de poluição interna, nomeadamente no respeitante ao teor de formaldeídos e ozono, porém, sem a introdução de caudais de ar exterior muito elevados, desnecessários tendo em conta o número médio de visitantes do Museu.*⁴⁷⁵

Em finais de Julho de 2005, o engenheiro electrotécnico, Vítor Vajão, remeteu à SCML o projecto de luminotecnia do Museu de São Roque, que contemplava a generalidade da iluminação do museu, tanto interior, como exterior, e ainda a iluminação de emergência. No âmbito deste estudo abordaremos apenas a iluminação museológica que, segundo o engenheiro Vítor Vajão, [constituiu] *a parte mais delicada da instalação, [... pois] tendo de promover a boa acuidade visual [deve ser], simultaneamente, a menos nociva [...] possível para as próprias peças em exibição.*⁴⁷⁶

No caso do Museu de São Roque, a iluminação expositiva previa uma componente de luz difusa, obtida através de aparelhos de luz fluorescente de muito baixa luminância, como no caso das sancas, e outra componente de luz de realce, dirigida especificamente para cada uma das peças expostas. *Nalguns casos especiais, a natureza e sensibilidade dos objectos em vitrina, [aconselhavam] a uma mais limitada e controlada emissão luminosa quer em termos de abertura de feixe e de quantidade de luz, quer quanto às emissões de ultravioletas e de infravermelhos.* Nestes casos, o engenheiro Vítor Vajão seleccionou sistemas de fibras ópticas, com terminais equipados com lentes, que permitiam ajustar as aberturas de projecção de luz às necessidades de iluminação de cada peça. Além destes cuidados, o projecto contemplava ainda a existência de

⁴⁷⁵ Cf. *Ibidem*.

⁴⁷⁶ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Pasta Museu de S. Roque, Projecto de Execução, Especialidades, *Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Museu de S. Roque. Iluminação Geral e Museológica*, de Vítor Vajão – Atelier de Iluminação e Electrotecnia, Lda., de 28 de Julho de 2005.

um comando automático, que actuaria nas calhas electrificadas de tectos e vitrinas e nas unidades de fibra óptica, sempre que houvesse a presença de alguém nas salas.⁴⁷⁷ Este dispositivo evitava assim que a iluminação do Museu esteja ininterruptamente ligada ao longo do dia, accionamento a iluminação apenas quando é detectada a presença de visitantes, e desligando ao fim do tempo programado. Desta forma, este sistema contemplava diversas vantagens, não só em termos de consumo de energia e de maior duração das lâmpadas, mas sobretudo, da redução do factor de dano sobre a peça a iluminar.

No dia 2 de Setembro de 2005, cerca de oito anos após a entrega do estudo prévio (em Junho de 1997), a firma Intertraço apresentou à SCML *duas colecções completas do Projecto de Execução referente à obra de Ampliação e Remodelação do Museu de S. Roque*, uma para o Museu e outra para o DGIP.⁴⁷⁸ Nesta documentação encontrava-se uma nova versão da memória descritiva do projecto de arquitectura que, embora mantivesse genericamente os mesmos predicados, contemplava ainda algumas explicações que tornavam a proposta mais completa, e a informação de que, *no segundo andar [se previa] a utilização de um espaço oposto ao utilizado pelos [antigos] gabinetes, para a sua nova localização*, [oferecendo esta alteração] *uma melhoria significativa do espaço de trabalho em geral e [a possibilidade de] retirar a escada de acesso existente, que [oprimia] a circulação do Museu (fig.208).*⁴⁷⁹ Faziam parte integrante deste projecto os desenhos, plantas e alçados, que ilustravam a proposta (figs.205 a 229).⁴⁸⁰

No dia 5 do mesmo mês, a conservadora do Museu apresentou ao novo provedor da SCML, Rui António Ferreira da Cunha (fig.366)⁴⁸¹, um ponto da situação relativo ao projecto de remodelação e ampliação do Museu de São Roque. No último ponto deste documento, Teresa Morna comunicou que, de acordo com informações prestadas pelo DGIP, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa se encontrava, à data, em condições de proceder ao lançamento do concurso, *estando apenas em falta o Licenciamento Municipal, que [estaria] dependente do deferimento do projecto pelo IPPAR.*⁴⁸² Apesar do IPPAR ter já emitido o seu parecer favorável

⁴⁷⁷ Cf. *Ibidem*.

⁴⁷⁸ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Correspondência Recebida Interna, Saída de Correspondência Interna, *Informação para Despacho*, com ref.^a 0980/2005/UEP/AIA, da directora da UEP, Isabel Azevedo, ao director patrimonial da SCML, Soares Franco, de 7 de Setembro de 2005.

⁴⁷⁹ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Pasta Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Museu de São Roque, Remodelação e Ampliação, Estudo Prévio, Intertraço, Junho de 1997, *Projecto de Arquitectura, Memória Descritiva*, de 1 de Setembro de 2005.

⁴⁸⁰ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Pasta sem título, com carimbo de entrada no DGIP nº 4061, de 22 de Maio de 2007, contendo desenhos da firma Intertraço, de 2005 e 2007.

⁴⁸¹ Para Rui António Ferreira da Cunha veja-se o Elenco Biográfico, p.193.

⁴⁸² SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Correspondência Recebida Interna, Saída de Correspondência Interna, *Projecto de Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Ponto da situação em 2005.09.05*, da conservadora Teresa Morna, de 5 de Setembro de 2005.

no dia 2 de Setembro de 2005⁴⁸³, esta informação não teria ainda chegado ao conhecimento da SCML, como se comprova pelas palavras da directora da UEP, na informação emitida no dia 7 de Setembro, na qual referiu: *fomos informados que o parecer emitido pelo técnico do IPPAR, arqt. Luís Quaresma, se encontra no gabinete do presidente deste Instituto para despacho, desde o dia 05.09.2005.*⁴⁸⁴ Este parecer favorável baseava-se nos seguintes pressupostos: 1. *A presente solução [correspondia] às indicações transmitidas pelo IPPAR e [esclarecia] as dúvidas levantadas no parecer anterior, nomeadamente: – Quanto à forma de execução da cobertura do pátio que [era] permeável ao ar, constituindo apenas ensombramento; - [e contemplava] a supressão das caves junto às fundações da igreja e o afastamento do elevador, em relação à parede lateral do templo. 2. No [respeitante] à ligação entre a igreja e o antigo hall de entrada [...havia-se verificado] no local não haver quaisquer demolições em relação ao interior da igreja. Neste sentido, este aspecto [não foi considerado] relevante em termos de viabilização da solução do projecto proposto em nivelar o museu com a igreja. 3. No [respeitante] à demolição da escada existente, [...havia-se verificado] no local que muito do seu valor arquitectónico se [encontrava] diminuído com o elevador para deficientes que se [encontrava] adossado à sua guarda. Neste sentido, [concluiu-se] que a viabilização do projecto [poderia] trazer mais benefícios do que a manutenção da situação existente, que além de inestética, não [era] funcional [...].*⁴⁸⁵ Na sequência desta aprovação, no dia 7 de Outubro do mesmo ano, o projecto recebeu também o deferimento vereadora da Câmara Municipal de Lisboa, Maria Eduarda Napoleão.⁴⁸⁶

Encontrando-se finalmente reunidas as condições para que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa pudesse proceder ao lançamento do concurso público, para adjudicação da empreitada de remodelação e ampliação do Museu, no dia 13 de Outubro de 2005, a Mesa deliberou a abertura do mesmo e a aprovação dos respectivos caderno de encargos e programa de

⁴⁸³ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC – Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Saída de Correspondência Externa (Gestora POC), Correspondência Recebida Externa (Gestora POC), Saída de Correspondência Externa, Correspondência Recebida Externa, I, informação n.º DRL/1726/2005, do IPPAR e Direcção Regional de Lisboa, de 2 de Setembro de 2005.

⁴⁸⁴ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Correspondência Recebida Interna, Saída de Correspondência Interna, Informação para Despacho com ref.^a 0980/2005/UEP/AIA, da directora da UEP, Isabel Azevedo, ao director patrimonial da SCML, Soares Franco, de 7 de Setembro de 2005.

⁴⁸⁵ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC – Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Saída de Correspondência Externa (Gestora POC), Correspondência Recebida Externa (Gestora POC), Saída de Correspondência Externa, Correspondência Recebida Externa, I, Informação n.º DRL/1726/2005, do IPPAR e Direcção Regional de Lisboa, de 2 de Setembro de 2005.

⁴⁸⁶ Cf. *Idem*, *Despacho*, da vereadora da CML, Eduarda Napoleão, de 7 de Outubro de 2005.

concurso.⁴⁸⁷ No mesmo dia, o provedor deu conhecimento à gestora do POC, Helena de Azevedo, das aprovações e deliberações adoptadas.⁴⁸⁸

Neste contexto, no dia 31 de Março de 2006, o Museu de São Roque encerrou as portas ao público⁴⁸⁹, tendo a 20 Abril, sido adjudicada a empreitada de remodelação e ampliação do Museu de São Roque à empresa Construtora San José, S.A.⁴⁹⁰, e encarregue a empresa GF – Gestão de Projectos e Fiscalização de Obras, S.A., da fiscalização e coordenação de segurança, higiene e saúde em obra.⁴⁹¹ O contrato com a Construtora San José foi assinado no dia 30 de Maio do mesmo ano, tendo os trabalhos sido consignados a 16 de Agosto.⁴⁹² No dia 5 de Maio (2006), a fiscalização informou a Santa Casa de que a equipa que iria ficar afectada à empreitada do Museu seria: na coordenação e fiscalização, o engenheiro António Laranjeiro (chefe de projecto); o engenheiro João Vargas (engenheiro fiscal); Luís Pacheco (fiscal de construção civil) e Tavares Caria (fiscal de electromecânica) e, na coordenação de segurança e saúde em obra, o engenheiro Santos Rosa (coordenador de segurança).⁴⁹³

Apesar da vontade manifestada pela Misericórdia de Lisboa em Março de 2006, de que a obra do museu fosse acompanhada e fiscalizada pela Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), através da celebração de um Protocolo de Cooperação entre as duas instituições, como havia já acontecido noutros projectos de beneficiação e recuperação do património arquitectónico e artístico da instituição, nomeadamente a Igreja de São Roque e áreas circundantes e o Arquivo Histórico/ Biblioteca⁴⁹⁴, esta pretensão não viria a ter sucesso. No dia

⁴⁸⁷ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Abertura do Concurso, Anuncio, Deliberações de Mesa, Diversos, Divulgação, Orçamentos, *Acta da 7.ª Sessão Ordinária da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 13 de Outubro de 2005*, e Dossier POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Correspondência Recebida Interna, Saída de Correspondência Interna, *Informação para Despacho*, com ref.ª 336/2005, da secretária-geral, Helena Oliveira, ao provedor da SCML, Rui da Cunha, de 13 de Outubro de 2005.

⁴⁸⁸ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Saída de Correspondência Externa (Gestora POC), Correspondência Recebida Externa (Gestora POC), Saída de Correspondência Externa; Correspondência Recebida Externa, I, ofício com ref.ª 1000/388, do provedor da SCML, Rui Ferreira da Cunha, à gestora do POC, Helena de Azevedo, de 13 de Outubro de 2005.

⁴⁸⁹ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Abertura do Concurso, Anuncio, Deliberações de Mesa, Diversos, Divulgação, Orçamentos, *Acta da 28.ª Sessão Ordinária da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 9 de Março de 2006*.

⁴⁹⁰ Cf. *Idem*, *Acta da 34.ª Sessão Ordinária da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 20 de Abril de 2006*.

⁴⁹¹ Cf. *Ibidem*.

⁴⁹² Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Candidatura ao POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Actas V, *Relatório Mensal* da empreitada referente aos meses de Agosto/ Setembro 2006, da firma GF, à SCML, de 29 de Setembro de 2006, p.3.

⁴⁹³ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Correspondência Recebida Interna, Saída de Correspondência Interna, ofício com ref.ª 451, da firma GF, ao administrador-delegado da SCML, José Nunes Barata, de 5 de Maio de 2006.

⁴⁹⁴ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Saída de Correspondência Interna, ofício com ref.ª 1000/76, do provedor da SCML, Rui Ferreira da Cunha, ao director-geral da DGEMN, Vasco Martins Costa, de 3 de Março de 2006.

14 do mesmo mês, o director-geral da DGEMN, Vasco Martins Costa, informou a Santa Casa de que *a coordenação e fiscalização de uma empreitada, [era] uma tarefa complexa que em [seu] entender só [seria] possível levar a cabo com um mínimo de qualidade e esforço se [tivessem] tido a possibilidade de acompanhar de início o desenvolvimento do projecto. Nestas circunstancias, pelo excessivo peso que a análise da proposta e o seu adequado estudo, independentemente da existência de soluções e/ou materiais que eventualmente não [merecessem] o [seu] acordo, tendo em atenção a apertada programação [do] ano de 2006, não [poderiam] assegurar [um] empenhado envolvimento na fiscalização [solicitada]*.⁴⁹⁵

3.3. AS OBRAS DE REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MUSEU DE SÃO ROQUE (2006-2008)

As obras no museu tiveram início no dia 18 de Agosto de 2006 tendo, pouco depois, no decurso dos trabalhos, sido encontradas, na ala sul do piso térreo e na zona envolvente do claustro, fragmentos de ossadas e ossadas completas (**fig.369**), e postos a descoberto, durante a picagem dos rebocos, elementos arquitectónicos com interesse histórico e artístico⁴⁹⁶, nomeadamente uma caleira em cantaria na ala oeste do claustro, local destinado à instalação de um elevador, e partes de arcos em duas paredes paralelas à nave da igreja, entre esta e o claustro.⁴⁹⁷ Face a estes achados, a Misericórdia de Lisboa solicitou de imediato a intervenção e acompanhamento do IPPAR, que enviou, no dia 15 de Setembro, a técnica Alexandra Gaspar, para uma primeira avaliação dos trabalhos necessários, tendo sido posteriormente destacadas para o local uma equipa de arqueólogas e uma antropóloga física (**fig.370**).⁴⁹⁸ Os trabalhos de

⁴⁹⁵ *Idem*, ofício com ref.^a 00709, do director-geral da DGEMN, Vasco Martins Costa, ao provedor da SCML, Rui Ferreira da Cunha, de 14 de Março de 2006.

⁴⁹⁶ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC – Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Saída de Correspondência Externa (Gestora POC), Correspondência Recebida Externa (Gestora POC), Saída de Correspondência Externa, Correspondência Recebida Externa, I, ofício com ref.^a 1000/327, do provedor da SCML, Rui Ferreira da Cunha, à gestora do POC, Helena de Azevedo, de 17 de Outubro de 2006.

⁴⁹⁷ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC – Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Actas das Reuniões do POC, Contrato de Homologação do POC, Ampliação/ Remodelação – Memória Descritiva, Orçamentos Actualizados (2006), *Informação para Despacho*, com ref.^a 0014/07, da técnica superior do Museu, Helena Mantas, à secretária-geral da SCML, Helena Oliveira, de 15 de Janeiro de 2007.

⁴⁹⁸ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC – Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Saída de Correspondência Externa (Gestora POC), Correspondência Recebida Externa (Gestora POC), Saída de Correspondência Externa, Correspondência Recebida Externa, I, ofício com ref.^a 1000/327, do provedor da SCML, Rui Ferreira da Cunha, à gestora do POC, Helena de Azevedo, de 17 de Outubro de 2006.

escavação tiveram início no dia 19 do mesmo mês⁴⁹⁹, tendo a antropóloga iniciado a sua função apenas no dia 11 de Outubro de 2006.⁵⁰⁰

Na primeira reunião de obra⁵⁰¹, realizada ainda no mês de Agosto, a Construtora San José entregou aos presentes (firma GF, representantes da SCML e projectistas) um relatório fotográfico prévio, no qual se encontrava registado o estado de conservação dos espaços contíguos à obra, para verificação da existência de patologias (ex. fissuras ou outras), que pudessem sofrer alterações durante os trabalhos. Uma das situações registadas pela firma San José dizia respeito à existência de fissuras numa parede contígua à zona do museu onde estava previsto serem demolidas as escadas de acesso ao piso 1, situação que, segundo o empreiteiro, poderia levar ao destacamento e desagregação de alguns elementos já fissurados.⁵⁰² Na mesma reunião, o projectista de fundações e estruturas (firma Safre), alertou para o facto de os trabalhos de escavação e reforço de fundações a executar na obra, poderem eventualmente vir a afectar o *recalcamento das fundações da Igreja de S. Roque*, executado segundo o projecto do engenheiro João Appleton⁵⁰³, em 1997.⁵⁰⁴ Da mesma forma, foi indagado a este projectista se havia sido contemplado no projecto o peso do equipamento de AVAC e as furações e negativos nas lajes, tendo ele informado que estes aspectos não haviam sido contemplados por não estarem definidos quais os equipamentos a montar, sendo os eventuais reforços analisados a partir do momento em que as características dos aparelhos fossem fornecidas.⁵⁰⁵ Os dados em falta acabariam por sido remetidos pela firma San José à firma GF no início de Setembro, tendo sido posteriormente reencaminhados à firma Safre.⁵⁰⁶

O início da obra esteve também sujeito a atrasos relacionados com problemas vários na desocupação dos espaços da Tesouraria, no piso 0, e da zona dos serviços do Património, no piso 2.⁵⁰⁷ Encontravam-se igualmente pendentes o início dos trabalhos de escavação, bem como a

⁴⁹⁹ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Candidatura ao POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Actas V, *Acta de reunião de obra n.º4*, de 20 de Setembro de 2006, p.2.

⁵⁰⁰ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC – Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Saída de Correspondência Externa (Gestora POC), Correspondência Recebida Externa (Gestora POC), Saída de Correspondência Externa, Correspondência Recebida Externa, I, ofício com ref.º 1000/327, do provedor da SCML, Rui Ferreira da Cunha, à gestora do POC, Helena de Azevedo, de 17 de Outubro de 2006.

⁵⁰¹ Na primeira reunião ficou definido que as reuniões seguintes se realizariam todas as quartas-feiras, nas instalações da obra. Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Candidatura ao POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Actas V, *Acta de reunião de obra n.º1*, de 30 de Agosto de 2006, pp.2 e 3.

⁵⁰² Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Candidatura ao POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Actas V, *Acta de reunião de obra n.º1*, de 30 de Agosto de 2006, pp.2 e 3.

⁵⁰³ Para João Appleton veja-se o Elenco Biográfico, p.187.

⁵⁰⁴ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Candidatura ao POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Actas V, *Acta de reunião de obra n.º1*, de 30 de Agosto de 2006, p.3.

⁵⁰⁵ Cf. *Idem*, p.4.

⁵⁰⁶ Cf. *Idem*, *Acta de reunião de obra n.º4*, de 20 de Setembro de 2006, p.4.

⁵⁰⁷ Cf. *Idem*, *Acta de reunião de obra n.º2*, de 6 de Setembro de 2006, pp.3 e 5.

obtenção da licença de ocupação da via pública, situação que havia impossibilitado a montagem do estaleiro.⁵⁰⁸

Relativamente à questão colocada pela firma Safre, da eventual incompatibilidade entre o projecto de fundações e estruturas do museu e o anteriormente executado na igreja, foi decidido em reunião de obra de 13 de Setembro, que fosse consultado o engenheiro João Appleton e se procedesse em conformidade.⁵⁰⁹ Ainda no mesmo mês, o engenheiro Appleton terá referido não haver incompatibilidades, com excepção da zona da escada, tendo ficado a firma San José incumbida de acompanhar e alertar o engenheiro na eventualidade de qualquer alteração.⁵¹⁰ Na mesma data, a firma San José alertou para o facto de as ligações de ampliação ao nível das lajes previstas em projecto, não serem possíveis de executar de acordo com o definido, tendo solicitado que a firma Safre se pronunciasse sobre este assunto.⁵¹¹

No dia 20 de Setembro de 2006, a Intertraço sugeriu que a reparação e pintura do tecto da Sala do Brasão fosse executada por especialistas, uma vez que se tratava de um trabalho muito específico. Solicitou ainda a demolição da sanca da mesma sala e informou estar em estudo a alteração do pavimento para o museu, nomeadamente na zona onde se encontrava prevista a colocação de pedra liós e de madeira.⁵¹² Apesar de ainda não ter definido, à data, qual o material a utilizar, Carlos Pietra Torres justificou a necessidade desta alteração com a cota de soleira dos vãos exteriores.⁵¹³ Simultaneamente, o arquitecto deu conhecimento da previsão de outras alterações ao projecto, nomeadamente: a manutenção da antiga zona de escritórios, no piso 2, e a manutenção dos vãos da fachada principal, com excepção dos vãos de acesso ao edifício no piso 0.⁵¹⁴

No dia 17 de Outubro de 2006, o provedor da SCML deu conhecimento à gestora do POC dos achados provenientes das escavações arqueológicas e das cantarias detectadas nas arcadas do claustro (**fig.304**), tendo ainda salientado a elevada qualidade estética deste espaço, e referido que a sua reabilitação estava a ser alvo de especial atenção, com carácter urgente.⁵¹⁵

⁵⁰⁸ Cf. *Idem*, p.5. e *Idem*, *Relatório Mensal* da empreitada referente aos meses de Agosto/ Setembro 2006, da firma GF, à SCML, de 29 de Setembro de 2006, pp. 4 e 5.

⁵⁰⁹ Cf. *Idem*, *Acta de reunião de obra n.º3*, de 13 de Setembro de 2006, p.4.

⁵¹⁰ Cf. *Idem*, *Acta de reunião de obra n.º4*, de 20 de Setembro de 2006, p.4.

⁵¹¹ Cf. *Idem*, *Acta de reunião de obra n.º3*, de 13 de Setembro de 2006, p.5.

⁵¹² Cf. *Idem*, *Acta de reunião de obra n.º4*, de 20 de Setembro de 2006, pp.5 e 6.

⁵¹³ Cf. *Idem*, p.6.

⁵¹⁴ Cf. *Ibidem*.

⁵¹⁵ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC – Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Saída de Correspondência Externa (Gestora POC), Correspondência Recebida Externa (Gestora POC), Saída de Correspondência Externa, Correspondência Recebida Externa, I, ofício com ref.ª 1000/327, do provedor da SCML, Rui Ferreira da Cunha, à gestora do POC, Helena de Azevedo, de 17 de Outubro de 2006.

No dia seguinte, o projectista Carlos Pietra Torres informou que, como solução para a alteração do pavimento inicialmente previsto para o museu, previa a aplicação de um pavimento auto-nivelante, ainda a definir.⁵¹⁶ Simultaneamente referiu que, de forma a abreviar o tempo de escavação, concordava que não fosse realizada a ampliação da cave existente para execução das instalações sanitárias e vestiário.⁵¹⁷

Devido ao surgimento de elementos em pedra durante os trabalhos no museu, no dia 20 de Setembro de 2006, foi solicitado à firma San José que procedesse à remoção de rebocos nas paredes a demolir, de modo a que as mesmas pudessem ser avaliadas.⁵¹⁸ Na sequência desta solicitação, no dia 25 de Outubro a construtora informou que esse trabalho iria avançar, conforme indicação do Museu e da firma Intertraço, para que pudesse ser dado seguimento ao levantamento fotogramétrico que se encontrava a ser realizado pela firma In Situ (figs.383 a 392).⁵¹⁹

A 27 de Outubro de 2006, o atelier Intertraço remeteu à Misericórdia de Lisboa alguns esclarecimentos relativos ao processo de reclamação de erros e omissões do projecto de ampliação e remodelação do Museu de São Roque, apresentado previamente pela Construtora San José. Neste documento, o atelier de arquitectura expôs as razões que terão levado às frequentes alterações ao projecto, alegando que: *as medições e orçamentos constantes do processo de concurso [referiam-se] ao projecto entregue para licenciamento, e não exactamente àquele que veio a merecer aprovação camarária, fruto da revisão do primeiro. A não total concordância entre a versão final do projecto de arquitectura e as respectivas medições [deveu-se], por isso, à extrema urgência com que as alterações (solicitadas pelo IPPAR) foram realizadas, com a finalidade de as submeter a nova apreciação, dentro de um prazo que, como se [sabia], estava rigidamente limitado pela possibilidade de candidatura ao POC – factor decisivo na viabilidade de toda a obra. Nestas contingências, conforme foi em devido tempo transmitido à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a versão revista do projecto foi de facto entregue na CML e aprovada por esta, tendo sido, sequencialmente, iniciada a preparação do processo de concurso para empreiteiros. Nesta transição, o caderno de medições e orçamentos não sofreu os ajustes necessários.*⁵²⁰

No mesmo âmbito, em Novembro de 2006, a empresa GF informou que, *ao longo do mês de Outubro, os trabalhos contratualizados não [havam sofrido] grandes avanços devido*

⁵¹⁶ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Candidatura ao POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Actas V, *Acta de reunião de obra n.º8*, de 18 de Outubro de 2006, p.6.

⁵¹⁷ Cf. *Idem*, pp.4 e 5.

⁵¹⁸ Cf. *Idem*, *Acta de reunião de obra n.º4*, de 20 de Setembro de 2006, p.6.

⁵¹⁹ Cf. *Idem*, *Acta de reunião de obra n.º9*, de 25 de Outubro de 2006, p.6.

⁵²⁰ *Idem*, ofício com ref.ª 80/C.P./P.M., proc. n.º 506/06, da firma Intertraço, à SCML, de 27 de Outubro de 2006.

essencialmente ao trabalho de pesquisa da equipa de arqueologia ligada ao IPPAR, tendo salientado no entanto que, para além destas escavações, haviam sido efectuadas pequenas readaptações dos espaços e algumas demolições⁵²¹, nomeadamente de diversas paredes, das escadas interiores e respectivas guardas, de degraus isolados e dos revestimentos de pavimentos e respectivos rodapés.⁵²² A fiscalização deu ainda conhecimento de que a licença de ocupação de via pública havia sido finalmente fornecida à fiscalização no dia 18 de Outubro, encontrando-se assim em fase de execução a montagem do estaleiro (fig.251 e 252).⁵²³

No dia 8 de Novembro de 2006, a Construtora San José informou, em reunião de obra, que o pessoal afecto ao IPPAR havia já saído da obra, uma vez que os seus contratos haviam terminado nos dias 31 de Outubro e 6 de Novembro, porém, mantinham ainda algumas actividades paradas por não saberem, à data, se a pesquisa arqueológica seria reiniciada.⁵²⁴ No mesmo dia, e na sequência de se ter verificado que os pilares em pedra do claustro se encontravam danificados (fig.306 e 307), não podendo o seu tratamento limitar-se a uma mera acção de limpeza e pequenas reparações, conforme estava inicialmente previsto⁵²⁵, foi dado conhecimento da aceitação da proposta da firma Cruzeta para a reabilitação das cantarias deste espaço, havendo porém algumas dúvidas relativamente à sua reconstrução volumétrica.⁵²⁶ A firma Intertraço aproveitou também a ocasião para informar que, devido a questões relacionadas com os trabalhos de prospecção arqueológica e com alterações ligadas à ocupação de espaços e às peças a expor, o projecto inicial iria sofrer novas alterações, nalguns casos significativas.⁵²⁷

Apesar da empreitada já se encontrar a decorrer desde o dia 18 de Agosto, foi enfim no dia 9 de Novembro de 2006, que o secretário de estado da Cultura ratificou o Contrato de Concessão de Comparticipação Financeira, para a candidatura do projecto de remodelação e ampliação do Museu de São Roque.⁵²⁸ Dos objectivos estabelecidos no 2.º ponto do contrato, destacamos: [a] *ampliação da área do museu, implicando a ocupação de todo o piso térreo do*

⁵²¹ Cf. *Idem*, *Relatório Mensal* da empreitada referente ao mês de Outubro 2006, da firma GF, à SCML, de 7 de Novembro de 2006, p. 4.

⁵²² Cf. *Idem*, *Auto de medição n.º2* dos trabalhos contratuais, da firma GF, à SCML, de 7 de Novembro de 2006.

⁵²³ Cf. *Idem*, *Relatório Mensal* da empreitada referente ao mês de Outubro 2006, da firma GF, à SCML, de 7 de Novembro de 2006, p. 4.

⁵²⁴ Cf. *Idem*, *Acta de reunião de obra n.º11*, de 8 de Novembro de 2006, p.4.

⁵²⁵ Cf. *Idem*, *Acta de reunião de obra n.º2*, de 6 de Setembro de 2006, p.5.

⁵²⁶ Cf. *Idem*, *Acta de reunião de obra n.º11*, de 8 de Novembro de 2006, p.4.

⁵²⁷ Cf. *Idem*, p.5.

⁵²⁸ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC – Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Actas das Reuniões do POC, Contrato de Homologação do POC, Ampliação/ Remodelação – Memória Descritiva, Orçamentos Actualizados (2006), ofício com ref.^a 2644, da gestora do POC, Helena de Azevedo, ao provedor da SCML, Rui Ferreira da Cunha, de 10 de Novembro de 2006 e Dossier POC – Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Actas das Reuniões do POC, Contrato de Homologação do POC, Ampliação/ Remodelação – Memória Descritiva, Orçamentos Actualizados (2006), *Contrato de Concessão de Comparticipação Financeira entre Intervenção Operacional da Cultura e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, de 9 de Novembro de 2006.

*claustro seiscentista da antiga casa Professa da Companhia de Jesus; [a] adaptação do edifício às novas exigências do programa museológico, através da criação de novas salas de exposição permanente, e melhoria dos acessos à Igreja de S. Roque e ao 1.º andar, permitindo a constituição de percursos adequados de circulação e permitindo o acesso a pessoas com deficiências motoras; [a] criação de novas condições de exposição de bens museológicos, de acordo com processos de iluminação adequados à boa observação e conservação das obras de arte; [a] implementação de novas condições de acolhimento ao público visitante, nomeadamente através da criação de um serviço de cafetaria e de loja, com acesso directo para o claustro; [a] construção de novas instalações sanitárias preparadas para deficientes motores [...]; [a] recuperação do claustro seiscentista, actualmente entaipado, [...] usufruído pela cafetaria, criando-se assim uma agradável área de descanso e lazer.*⁵²⁹ O contrato mencionava como data de início da execução física do projecto o dia 5 de Maio de 2006, e estipulava como data de conclusão o dia 31 de Março de 2008.⁵³⁰

No dia 13 de Novembro de 2006, foram retomados os trabalhos de prospecção arqueológica, tendo-se prolongado por um período de 38 dias para os arqueólogos e 23 dias para os antropólogos⁵³¹, e terminado de acordo com o previsto, no dia 6 de Janeiro de 2007.⁵³² Apesar deste contratempo, no dia 22 de Novembro, a firma Safre apresentou alguns desenhos provisórios com uma nova proposta de localização de fundações, métodos de reforço de alvenarias, entre outros aspectos, que permitiram que se avançasse com alguns trabalhos que não estavam directamente ligados à actividade de escavação.⁵³³

Ao longo do mês de Novembro (2006), os projectistas das firmas Intertraço e Safre terão entregue elementos provisórios, para que pudessem ser analisados em conjunto com a Construtora San José e firma GF (fiscalização), pretendendo com isto aferir outras frentes de trabalho alternativas, que não entrassem em conflito com os trabalhos de prospecção arqueológica.⁵³⁴ Outra situação que levou à necessidade de encontrar alternativas ao projecto foi o facto de se ter verificado, durante a escavação para abertura da sapata na caixa do elevador, que ao alcançar a cota de fundação ainda se encontravam bastantes enterramentos àquela

⁵²⁹ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC – Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Actas das Reuniões do POC, Contrato de Homologação do POC, Ampliação/ Remodelação – Memória Descritiva, Orçamentos Actualizados (2006), *Contrato de Concessão de Participação Financeira entre Intervenção Operacional da Cultura e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, de 9 de Novembro de 2006, pp.2 e 3.

⁵³⁰ Cf. *Idem*, p.5.

⁵³¹ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Candidatura ao POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Actas V, *Acta de reunião de obra n.º12*, de 15 de Novembro de 2006, p.4.

⁵³² Cf. *Idem*, *Acta de reunião de obra n.º15*, de 7 de Dezembro de 2006, p.3.

⁵³³ Cf. *Idem*, *Acta de reunião de obra n.º13*, de 22 de Novembro de 2006, p.6.

⁵³⁴ Cf. *Idem*, *Relatório Mensal* da empreitada referente ao mês de Novembro 2006, da firma GF, à SCML, de 12 de Dezembro de 2006, pp. 4 e 5.

profundidade (figs. 370 e 371) e, aparentemente o terreno não apresentava as condições requeridas em projecto em termos de capacidade de carga. Face a esta situação, foram alvitradas as seguintes hipóteses: [a] *continuação dos trabalhos de escavação até se encontrar terreno com as características adequadas*, [... tendo] *o pessoal afecto ao IPPAR [...] de efectuar o seu trabalho ao longo do prolongamento da escavação*; [o] *estudo de uma nova solução de fundação (execução de micro-estacas) para este, ou para todos os casos, uma vez que este problema [iria] manter-se [... pois] o aterro que [cobria] os “enterramentos” [tinha] fracas características mecânicas*; [e a promoção de] *ensaios de análise à resistência dos terrenos aquando da chegada à cota de soleira das fundações, por forma a aferir das características dos terrenos e possibilitar o redimensionamento das sapatas por parte do projectista*.⁵³⁵ Das hipóteses apresentadas, todas elas com vantagens e inconvenientes, a que foi considerada mais adequada foi a segunda hipótese, de execução de micro-estacas, pois apesar de mais dispendiosa, não implicava a permanência dos técnicos do IPPAR, revelando-se a solução mais célere e que melhor se adequava a toda a conjuntura.⁵³⁶

Em Novembro de 2006, o provedor da SCML reafirmou perante o IPM, os objectivos inerentes à obra de remodelação e ampliação do Museu de São Roque, referindo simultaneamente encontrar-se previsto ocorrer, até ao dia 31 de Março de 2008, a reabertura ao público do Museu de São Roque.⁵³⁷

Em meados de Dezembro, foi comunicado, em reunião de obra, que os trabalhos de escavação haviam sido interrompidos em virtude de se aguardar a conclusão do processo relativo à execução de fundações indirectas, com recurso a micro-estacas. Nesta altura foi também solicitado à firma Safre que desenvolvesse igualmente um estudo alternativo para a execução de fundações em micro-estacas para todos os pilares⁵³⁸, tendo este sido apresentado por aquela empresa na semana seguinte.⁵³⁹

A 20 de Dezembro (2006), a fiscalização chamou a atenção para o facto de, aquando da remoção dos estafes dos tectos, se ter verificado que os pavimentos dos pisos 1 e 2 se encontravam em *péssimas condições de conservação apresentando madeiras apodrecidas e sem ligação aos elementos verticais resistentes (figs.263 e 269)*. Simultaneamente, alertou para uma possível necessidade de reforço da laje da cobertura, já executada em betão armado, uma vez que

⁵³⁵ *Idem*, pp. 5 e 6.

⁵³⁶ Cf. *Ibidem*.

⁵³⁷ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, RPM – Correspondência (Saída e Recebida), ofício com ref.ª 1000/362, do provedor da SCML, Rui da Cunha, à subdirectora do IPM, Clara Camacho, de 24 de Novembro de 2006.

⁵³⁸ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Candidatura ao POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Actas VI, *Acta de reunião de obra n.º16*, de 13 de Dezembro de 2006, p.4.

⁵³⁹ Cf. *Idem*, *Acta de reunião de obra n.º17*, de 20 de Dezembro de 2006, p.4.

esta também se apresentava consideravelmente deteriorada, revelando a armadura corroída, bem como, para o facto de se ter concluído que o tecto do piso 1 (na área da escada), confinava com a cobertura do edifício, podendo existir por isso e pela observação feita, alguns pontos onde seria possível ocorrerem infiltrações de água da chuva.⁵⁴⁰

Já em Janeiro de 2007, foi realizado o acesso ao piso 2, na zona anteriormente ocupada pelo DGIP, através de uma abertura no pavimento, tendo-se confirmado que a laje de cobertura desta área apresentava corrosão acentuada nas armaduras. Uma vez que esta laje teria de suportar o peso dos equipamentos de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC), os projectistas foram chamados a analisar a situação, devendo a firma Safre apresentar uma proposta que respondesse à problemática em causa.⁵⁴¹

No dia 12 de Janeiro de 2007, o Museu informou superiormente que haviam terminado, no dia 8 do mesmo mês, os trabalhos arqueológicos no Museu, sendo que as descobertas efectuadas haviam obrigado a repensar o projecto, de forma a garantir a preservação das mesmas. Neste sentido, o arquitecto Carlos Pietra Torres apresentou um projecto de alterações, que se guiou, segundo o Museu, pelos seguintes objectivos: *1. Garantir a preservação dos elementos arquitectónicos encontrados, os quais constituem testemunho das várias campanhas de obras levadas a cabo no espaço da antiga Casa Professa de São Roque ao longo do tempo; 2. Diminuir a área a escavar, de forma a preservar, dentro do possível, a necrópole que se encontra no local e, por outro lado, a não comprometer os prazos de execução da obra [...]; 3. Garantir que as alterações introduzidas no projecto sejam apenas formais, mantendo-se a articulação do espaço definida e aprovada.*⁵⁴² Assim, Pietra Torres propunha: *1. [a] deslocação do elevador um pouco mais para Norte, e alteração dos vãos que estava previsto rasgar na parede Oeste, entre o claustro e a Igreja, de forma a garantir a conservação de uma caleira e de um conjunto de arcos em cantaria (fig.230); 2. [a] não abertura da cave na qual seriam construídas as instalações sanitárias dos guardas do Museu, por se tratar de uma zona particularmente rica no que respeita à necrópole que se encontra no local. As instalações referidas seriam construídas no extremo Oeste do piso térreo, por baixo da escada de acesso ao piso superior do Museu (fig.230); 3. [a] manutenção da área da segunda cave, onde [seriam] construídas as instalações sanitárias do público do Museu (fig.231), desistindo-se da ampliação*

⁵⁴⁰ Cf. *Idem*, p.3.

⁵⁴¹ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Candidatura ao POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Actas V, *Relatório Mensal* da empreitada referente ao mês de Dezembro 2006, da firma GF, à SCML, de 11 de Janeiro de 2007, pp.4 e 5.

⁵⁴² SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC – Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Actas das Reuniões do POC, Contrato de Homologação do POC, Ampliação/ Remodelação – Memória Descritiva, Orçamentos Actualizados (2006), *Informação para Despacho*, com ref.^a 0014/07, da técnica superior do Museu, Helena Mantas, à secretária-geral da SCML, Helena Oliveira, de 15 de Janeiro de 2007.

prevista em projecto; 4. [a] reintegração de dois arcos que se erguem nas paredes que separam o Museu do espaço da Igreja, um voltado a Sul, de acesso à Capela da Senhora da Doutrina, o outro, voltado a Oeste, de acesso ao púlpito da Igreja (fig.230), [... e a manutenção destes] vão descobertos, sem que [houvesse], contudo, circulação entre o Museu e as referidas capelas, situação que se [resolveria] facilmente através da colocação de um vidro. 5. [a] reintegração de um arco que se encontra na zona de passagem entre o Museu e a Igreja, ao lado da escada de acesso ao piso superior do Museu [...] e conservação de vestígios de um arco, fronteiro ao descrito anteriormente (fig.230), [...] inserido numa parede que estava previsto em projecto demolir. A conservação destes elementos [impunha] a adaptação da zona de recepção e cafetaria, a qual não [iria] comprometer a articulação do espaço definida (fig.230). 6. [a] manutenção da laje do piso 2, a Este, onde se localizavam os antigos gabinetes dos técnicos do Museu, de forma a aumentar o espaço de trabalho disponível que se demonstrava demasiado exíguo no projecto apresentado (fig.233).⁵⁴³ Esta proposta havia sido previamente aprovada pelos técnicos do IPPAR, arqueóloga Alexandra Gaspar e arquitecto Luís Quaresma, e as alterações contempladas haviam obrigado simultaneamente à reformulação do projecto de estruturas, particularmente na zona sul do piso térreo do museu.⁵⁴⁴

No dia 1 de Fevereiro de 2007, a Construtora San José comunicou à SCML a permanência de diversas indefinições de projecto que punham em causa o ritmo e desenvolvimento normal dos trabalhos, bem como a falta de elementos concretos que assegurassem os pressupostos admitidos na fase de apresentação da Proposta de Execução⁵⁴⁵, solicitando por isso a prorrogação do prazo de conclusão da empreitada.⁵⁴⁶ Esta solicitação mereceu, no dia 15 de Fevereiro, a aprovação da fiscalização⁵⁴⁷, e no dia 22 de Fevereiro a sugestão de aprovação por parte da técnica superior do DGIP, engenheira Goreti Guerreiro.⁵⁴⁸ Neste âmbito, no dia 16 de Fevereiro, numa das frequentes reuniões levadas a cabo com o objectivo de articular a intervenção dos departamentos e serviços envolvidos no projecto de remodelação e ampliação do Museu de São Roque, a engenheira Goreti Guerreiro referiu que o

⁵⁴³ *Ibidem.*

⁵⁴⁴ Cf. *Ibidem.*

⁵⁴⁵ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Correspondência Recebida Interna, Saída de Correspondência Interna, ofício com ref.^a JS/LII_2093_4, da Construtora San José, ao director do DGIP, engenheiro Silva Rosa, s/d, com carimbo de entrada na SCML de 1 de Fevereiro de 2007.

⁵⁴⁶ Cf. *Ibidem* e *Idem*, *Informação para Despacho*, com ref.^a 0319-GG-UMO-2007, da técnica superior do DGIP, engenheira Goreti Guerreiro, ao director do DGIP, engenheiro Silva Rosa, de 22 de Fevereiro de 2007.

⁵⁴⁷ Cf. *Idem*, ofício com ref.^a 063/2007, da firma GF, à técnica superior do DGIP, engenheira Goreti Guerreiro, de 15 de Fevereiro de 2006 e *Informação para Despacho*, com ref.^a 0319-GG-UMO-2007, da técnica superior do DGIP, engenheira Goreti Guerreiro, ao director do DGIP, engenheiro Silva Rosa, de 22 de Fevereiro de 2007.

⁵⁴⁸ Cf. *Idem*, *Informação para Despacho*, com ref.^a 0319-GG-UMO-2007, da técnica superior do DGIP, engenheira Goreti Guerreiro, ao director da DIGIE, engenheiro Silva Rosa, de 22 de Fevereiro de 2007.

andamento da obra se encontrava condicionado pela apresentação do projecto de arquitectura das alterações, que ainda não havia sido entregue.⁵⁴⁹

A 21 de Fevereiro de 2007, a firma GF informou, em reunião de obra, já ter sido iniciado o processo de limpeza das cantarias dos claustros, devendo este processo ficar concluído após a remoção de todas as argamassas e rebocos. Não seriam, no momento efectuados outros trabalhos de limpeza nestes elementos arquitectónicos, uma vez que iriam continuar naquele local os trabalhos de demolição, que iriam provocar a acumulação de sujidade.⁵⁵⁰ Na mesma data, a firma Intertraço informou ainda não ter recebido o ofício de adjudicação do projecto de alterações, razão pela qual ainda não havia entregue à firma Safre os elementos necessários ao desenvolvimento do projecto de alterações de fundações e estruturas. Face a esta situação, a fiscalização alertou novamente para os custos inerentes a este atraso, bem como para a possibilidade de se tornar inviável a data acordada para a abertura do museu ao público.⁵⁵¹

Esta situação foi rapidamente regularizada tendo, na semana seguinte, sido finalmente entregues à firma Safre os elementos referentes à primeira fase das alterações ao projecto inicial.⁵⁵² Esta firma ficou então incumbida de entregar, no prazo de duas semanas, um estudo prévio de fundações e estruturas.⁵⁵³

A 12 de Março de 2007, aquando do início os trabalhos para implantação do poço de bombagem no piso -1, foram novamente encontrados elementos arqueológicos, tendo no mesmo dia, sido solicitado o acompanhamento dos técnicos do IPPAR. Neste âmbito, a GF informou, no dia 14 de Março, que até aquela data, a equipa do IPPAR ainda não se havia deslocado à obra, situação que impedia o avanço dos trabalhos.⁵⁵⁴ No dia 21 de Março, permanecendo ainda o problema por resolver, a fiscalização alertou para o facto de esta situação estar a provocar a paragem da única frente de trabalho praticável naquele momento.⁵⁵⁵

Neste contexto, e por indisponibilidade da equipa designada por Alexandra Gaspar (IPPAR), foi adjudicada à empresa de arqueologia Era – Arqueologia, S.A., a continuidade dos

⁵⁴⁹ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC – Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Actas das Reuniões do POC, Contrato de Homologação do POC, Ampliação/ Remodelação – Memória Descritiva, Orçamentos Actualizados (2006), *Acta de Reunião*, n.º 2-2007, de 16 de Fevereiro de 2007.

⁵⁵⁰ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Candidatura ao POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Actas, VI, *Acta da Reunião de Obra* n.º 25, de 21 de Fevereiro de 2007, pp.3 e 4.

⁵⁵¹ Cf. *Idem*, p.5.

⁵⁵² Cf. *Idem*, *Acta da Reunião de Obra* n.º 26, de 28 de Fevereiro de 2007, p.6.

⁵⁵³ Cf. *Ibidem*.

⁵⁵⁴ Cf. *Idem*, *Acta da Reunião de Obra* n.º 28, de 14 de Março de 2007, p.3 e Dossier POC – Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Actas das Reuniões do POC, Contrato de Homologação do POC, Ampliação/ Remodelação – Memória Descritiva, Orçamentos Actualizados (2006), *Acta de Reunião*, n.º 4-2007, de 13 de Abril de 2007, p.1.

⁵⁵⁵ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Candidatura ao POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Actas, VI, *Acta da Reunião de Obra* n.º 29, de 21 de Março de 2007, p.4.

trabalhos de escavação arqueológica e antropológica, nas áreas de infra-estruturas da rede de drenagem das águas residuais e pluviais do museu (figs.373 a 382).⁵⁵⁶ Na data prevista para a conclusão dos trabalhos, dia 11 de Abril, ainda não se encontravam escavados os 53m³ de terra programados, em virtude de se terem deparado com uma densidade de ossadas muito superior à espectável, pelo que foi estabelecido um prazo suplementar de dez dias para a conclusão dos trabalhos.⁵⁵⁷

Em finais de Março de 2007, permaneciam por entregar elementos do projecto de arquitectura que, apesar de terem sido remetidos em formato digital, não haviam sido entregues em suporte de papel, conforme solicitado pela firma GF.⁵⁵⁸

No início de Abril, a firma Safre informou, em reunião de obra, que não avançaria com o projecto de execução enquanto o estudo prévio não fosse formalmente aprovado pela Misericórdia de Lisboa⁵⁵⁹, situação que não se verificava por a SCML considerar a demolição das lajes dos pisos elevados, proposta no estudo prévio, uma medida demasiado radical. Relativamente a este assunto, a fiscalização alertou para o facto da indecisão da SCML estar a provocar atrasos no desenvolvimento do projecto de execução, tendo sugerido a realização de uma reunião entre o projectista da Safre e a SCML, de modo a que se pudesse esclarecer qualquer dúvida e encontrar uma solução que correspondesse às necessidades do edifício.⁵⁶⁰

No dia 13 de Abril de 2007, a secretária-geral lembrou que a execução física da obra deveria ter ficado concluída no anterior mês de Março, tendo ainda transmitido a preocupação manifestada pela gestora do POC relativamente ao andamento do projecto.⁵⁶¹ Na mesma reunião, o director e técnica superior do DGIP, engenheiro Silva Rosa e engenheira Goreti Guerreiro, salientaram que a obra não estaria concluída antes do dia 8 de Setembro, dependendo este prazo, no entanto, da solução encontrada para a questão das lajes, para a qual haviam solicitado, no dia 3 de Abril⁵⁶², o parecer do especialista em reabilitação de edifícios, engenheiro João Appleton.⁵⁶³

⁵⁵⁶ Cf. *Idem*, *Acta da Reunião de Obra n.º 30*, de 28 de Março de 2007, p.4.

⁵⁵⁷ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC – Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Actas das Reuniões do POC, Contrato de Homologação do POC, Ampliação/ Remodelação – Memória Descritiva, Orçamentos Actualizados (2006), *Acta de Reunião*, n.º 4-2007, de 13 de Abril de 2007, pp.1 e 2.

⁵⁵⁸ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Candidatura ao POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Actas, VI, *Acta da Reunião de Obra n.º 30*, de 28 de Março de 2007, p.5.

⁵⁵⁹ Cf. *Idem*, *Acta da Reunião de Obra n.º 31*, de 4 de Abril de 2007, p.7.

⁵⁶⁰ Cf. *Ibidem*.

⁵⁶¹ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC – Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Actas das Reuniões do POC, Contrato de Homologação do POC, Ampliação/ Remodelação – Memória Descritiva, Orçamentos Actualizados (2006), *Acta de Reunião*, n.º 4-2007, de 13 de Abril de 2007, p.1.

⁵⁶² Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Correspondência Recebida Interna, Saída de Correspondência Interna, e-mail da técnica superior do DGIP, engenheira Goreti Guerreiro, ao engenheiro João Appleton, da firma A2P Estudos e Projectos, Lda., de 3 de Abril de 2007.

No âmbito do apoio externo para este projecto, a 24 de Abril de 2007, a gestora do POC, lembrou o provedor da Misericórdia de Lisboa de que o Quadro Comunitário de Apoio III (QCA III) se encontrava na fase final, estando fixada a data limite para a conclusão da execução financeira de todos os projectos co-financiados pelos Programas deste Quadro, para o dia 31 de Dezembro de 2008. Face a isto, evocou as obrigações regulamentares a que a SCML se tinha comprometido, entre as quais *assegurar a realização física e financeira e a abertura ao público* [do Museu de São Roque], *até ao final da vigência do actual QCA III (31.12.2008)*.⁵⁶⁴

Na sequência das solicitações realizadas junto do projectista, Carlos Pietra Torres, foi finalmente entregue, a 26 de Abril de 2007, a proposta de *Alterações ao Projecto de Arquitectura (2ª fase)*, incluindo uma memória descritiva dos trabalhos e os vários desenhos ilustrativos, nomeadamente: *plantas dos pisos -1 e 0* [desenho ALT 1.01] (figs.230 e 231); *planta piso 1* [desenho ALT 1.02] (fig.232); *planta piso 2* [desenho ALT 1.03] (fig.233); *cortes 1A e 2A* [desenho ALT 1.04] (figs.234 e 235); *cortes 3A e 4A* [desenho ALT 1.05] (figs.236 e 237); *cortes 5B, 6A, 7A e 8A* [desenho ALT 1.06] (figs.238, 239, 240 e 241); *cortes 8B e 9A* [desenho ALT 1.07] (figs.242 e 243); *cortes 10B, 11B e 12A* [desenho ALT 1.08] (figs.244, 245 e 246).⁵⁶⁵ Na memória descritiva, Pietra Torres expôs as razões que levaram à necessidade das várias adaptações ao projecto inicial, salientando tratar-se de um edifício com grande carga histórica, que desde há 400 anos comportava alterações sucessivas, e que os resíduos destas alterações haviam condicionado a forma de actuar, uma vez que, *tanto o IPPAR, como os projectistas* [eram] *da opinião da não demolição dos mesmos, tentando mantê-los, mesmo que outra vez revestidos, e integrá-los na arquitectura*. Referiu ainda que, todas as alterações haviam obrigado a repensar a distribuição das peças a expor, trabalho que vinha a algum tempo a desenvolver com os responsáveis do Museu. O arquitecto Pietra Torres fez, no entanto, questão de realçar que o programa base do projecto se mantinha, sobretudo a articulação geral dos espaços e os percursos entre os mesmos, conforme as exigências regulamentares da RPM.⁵⁶⁶ Assim, as mudanças de fundo propostas pelo projectista foram as seguintes: 1. [a] *alteração da localização do elevador, afim de não demolir elementos parietais descobertos após retirar rebocos, nomeadamente os restos das pilastras de arcos de uma anterior campanha de obras do conjunto edificado*. 2. [a]

⁵⁶³ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC – Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Actas das Reuniões do POC, Contrato de Homologação do POC, Ampliação/ Remodelação – Memória Descritiva, Orçamentos Actualizados (2006), *Acta de Reunião*, n.º 4-2007, de 13 de Abril de 2007, p. 2.

⁵⁶⁴ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Correspondência Recebida Interna, Saída de Correspondência Interna, ofício com ref.ª 1378, da gestora do POC, Helena de Azevedo, ao provedor da SCML, Rui da Cunha, de 24 de Abril de 2007.

⁵⁶⁵ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Pasta Alterações ao Projecto de Arquitectura (2ª fase), 2007, Desenhos – *Alterações ao Projecto Base*, da firma Intertraço, de 26 de Abril de 2007.

⁵⁶⁶ Cf. *Idem*, *Memória Descritiva*, do arquitecto Carlos Pietra Torres, da firma Intertraço, de 26 de Abril de 2007.

*alteração da abertura de vãos, na parede que medeia a Igreja e o Claustro, pela mesma razão do anterior, provocando uma alteração dos núcleos museológicos adjacentes. 3. [a] alteração da localização da abertura da laje do piso 1, consequência da alteração anterior, dado que as peças a expor naquele volume necessitam de recuo para serem expostas. 4. [a] alteração da localização da escada de acesso às instalações sanitárias do público, afim de evitar escavação e consequente atraso pela investigação arqueológica, que pelas médias da investigação [até à data] executada se [afiguravam] inaceitáveis em matéria de prazo. 5. [a] alteração do volume onde se [inseria] a referida escada, [...], tendo como consequência uma nova relação entre a instalação sanitária dos deficientes, a cozinha e a cafetaria. 6. [a] alteração da localização do balcão da recepção e da loja, afim de manter o arco encontrado no alinhamento do alçado poente do Claustro, dado que este [inviabilizava] a localização aprovada. 7. [a] alteração ligeira da localização da escada principal, afim de integrar o arco que [havia aparecido] no alinhamento da parede da Igreja, mantendo no entanto a relação entre o Museu e Igreja. 8. [a] alteração da localização das instalações sanitárias do pessoal, mudando-as do piso -1 para o piso 0, afim de evitar escavação e consequente atraso pela investigação arqueológica [...]. 9. [a] alteração da abertura de vãos, na parede [entre] a Igreja e o Claustro, ao nível do piso 1, como consequência das alterações 1, 2 e 3, mantendo, no entanto, os pontos de vista para usufruir das peças de grandes dimensões expostas no piso 0. 10. [a] manutenção da laje e da escada de madeira entre os pisos 1 e 2, na zona dos antigos gabinetes dos técnicos do Museu, e introdução de uma instalação sanitária, afim de que estes [dispusessem] de mais espaço, dado que o espaço aprovado se [revelava] insuficiente. Este espaço também [teria] que ser totalmente reformulado devido à alteração da localização do elevador. 11. alterações diversas, de carácter formal, em vitrines, painéis e outras que [diziam] respeito aos aspectos museológicos e museográficos, [...] comprometidos pelas alterações da arquitectura, e que [implicavam] uma séria reflexão de forma a conjugar a coerência do discurso com a nova arquitectura. 12. alterações de todos os projectos das especialidades, como consequência das profundas alterações propostas, nomeadamente de fundações e estruturas, águas e esgotos, projectos estes que [deveriam] ser totalmente revistos. 13. da mesma forma, [ponderava-se] optar por soluções de revestimentos menos onerosos do que as previstas, o que [implicava] um apurado desenvolvimento de um novo Projecto de Execução, tendo em vista, também, uma imagem o mais pura possível da arquitectura de forma a realçar as peças expostas.*⁵⁶⁷

No início do mês de Maio de 2007, a firma GF, remeteu à SCML uma *Previsão de Cronograma Financeiro até ao final da Obra*, alertando novamente, entre outros assuntos, para

⁵⁶⁷ *Ibidem.*

o facto dos pavimentos dos pisos 1 e 2 se encontrarem em péssimas condições de conservação, salientando que dos diversos pareceres técnicos emitidos pelo projectista da firma Safre, tinha resultado sempre a mesma opinião, *a da substituição integral de todos os pavimentos do edifício*.⁵⁶⁸ Apesar da fundamentação entregue, a SCML continuava a considerar que esta era uma decisão drástica, e que a argumentação apresentada era insuficiente, razão pela qual havia solicitado o parecer do engenheiro João Appleton.⁵⁶⁹

A resposta chegou no dia 3 de Maio de 2007, através de um relatório preliminar que, segundo o engenheiro João Appleton, não apontava ainda soluções concretas, excluindo porém, à partida, a hipótese de demolição dos pavimentos existentes. Na sua opinião era necessário obter-se mais *informação qualitativa e quantitativa sobre as estruturas do edifício*, essencial para a tomada de decisões.⁵⁷⁰ No seu relatório, o engenheiro Appleton lembrou que *o edifício do Museu se insere num amplo conjunto construído, [...] não estando os respectivos espaços claramente delimitados, em planta e em altura, o que [constituía] uma dificuldade adicional à prossecução de um tal projecto de remodelação profunda*. Continuou referindo que, *com o decorrer da obra, e nomeadamente com os trabalhos de demolição interior e de limpeza dos espaços*, [havia sido] *constatada uma realidade construída e estrutural muito diversificada e de alguma complexidade que o projecto de estruturas não contemplava minimamente*. Abordou ainda a posição da Misericórdia de Lisboa perante a delicada situação levantada pela firma Safre, que punha em causa os prazos da execução da obra, salientando que era com base neste contexto específico que apresentava o seu parecer.⁵⁷¹ Assim, opinou individualmente sobre cada um dos elementos estruturais, começando pela área genericamente designada por Sala do Brasão, acerca da qual referiu possuir *uma laje constituída a partir de vigas de ferro ou de aço, [...] complementadas por abobadilhas de tijolo maciço, [...] estruturalmente similares a pavimentos de madeira, ou seja, [com] um comportamento unidireccional*.⁵⁷² Tratava-se assim de uma solução muito comum entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, correspondendo ao período da arquitectura do ferro. Relativamente aos pavimentos dos corredores do pátio, no primeiro andar, referiu tratarem-se de *pavimentos de madeira*

⁵⁶⁸ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Correspondência Recebida Interna, Saída de Correspondência Interna, *Informação n.º 9 – Apresentação de Previsão de Cronograma Financeiro até ao final da Obra*, da firma GF, à SCML, de 4 de Maio de 2007, pp. 2 e 3.

⁵⁶⁹ Cf. *Ibidem*.

⁵⁷⁰ Cf. *Idem*, e-mail do engenheiro João Appleton, da firma A2P Estudos e Projectos, Lda., à técnica superior do DGIP, engenheira Goretí Guerreiro, de 3 de Maio de 2007.

⁵⁷¹ Cf. *Idem*, *Parecer sobre a Intervenção Estrutural no Edifício do Museu de S. Roque (Lisboa)*, com ref.ª E435-Museu de S. Roque, do engenheiro João Appleton, da firma A2P Estudos e Projectos, Lda., de 2 de Maio 2007, pp.1 e 2, anexo ao e-mail do engenheiro João Appleton, da firma A2P Estudos e Projectos, Lda., à técnica superior do DGIP, engenheira Goretí Guerreiro, de 3 de Maio de 2007.

⁵⁷² *Idem*, pp.3 e 4.

construídos por vigamentos antigos, em aparente mau estado de conservação, com sinais de ataque de fungos de podridão e, [aparentemente] de térmitas, com perda de secção, nomeadamente nas entregas de apoio em paredes. Mencionou ainda ter observado indícios de tentativas de reparação destes pavimentos, *com empalmes*⁵⁷³ *e próteses de madeira*, das quais terá resultado uma estrutura aparentemente desorganizada e pouco fiável em termos de resistência.⁵⁷⁴ Quanto à estrutura do terraço, referiu ser *constituída por uma dupla laje de betão armado, tendo entre essas lajes um vigamento de madeira antigo*, desconhecendo porém, tanto a época de construção das referidas lajes, como a caracterização mecânica das mesmas. Aparentemente, a laje inferior apresentava condições precárias de apoio nas paredes exteriores e interiores, sendo fundamental a realização de uma campanha de prospecção e ensaios para obter algumas informações em falta.⁵⁷⁵ No respeitante às paredes de alvenaria, constatou *cortes de paredes sem os correspondentes reforços, aberturas e fechos de portas, criação de elementos isolados de betão armado sem função estrutural bem definida, no conjunto criando uma situação de grande irregularidade que se [traduziria] numa inevitável fragilidade estrutural.* Salientou ainda serem visíveis sinais de construções antigas nas paredes, com elementos de cantaria já desaparecidos, aparentemente sem função estrutural determinada, que considerava deverem ser preservados através de soluções que permitissem a sua observação.⁵⁷⁶ Relativamente às colunas de ferro, referiu a existência de pavimentos com vigas de ferro e abobadilhas cerâmicas, nos quais se observava a *existência de colunas de ferro (fundido) encamisadas, ao que [parecia], com betão armado, em condições não esclarecidas.*⁵⁷⁷

Assim, e após análise dos elementos existentes, o engenheiro João Appleton referiu não poder concordar, à partida, com a proposta radical do projectista, alegando em defesa da sua opinião um conjunto de razões que passamos a expor: *a) do ponto de vista patrimonial, a demolição proposta [remetia] para um projecto de reconstrução que já não [era] de reabilitação; face à importância histórica do edifício, [apesar da] sucessão de intervenções pouco regradas a que foi submetido ao longo dos anos, não [considerava] ser esse o critério que melhor [respeitava] o espírito do próprio conceito de património, nem a letra das cartas e*

⁵⁷³ Empalme significa entalhe ou união de duas peças para que fiquem em prolongamento. Cf. PEIXEIRO, Celestino João Ramos, RUAS, Henrique Águas Gomes, *Construção Civil – Glossário de Termos Técnicos*, p.95, disponível em www.forma-te.com/.../4331-glossario-de-termos-tecnicos-da-construcao.html.

⁵⁷⁴ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Correspondência Recebida Interna, Saída de Correspondência Interna, *Parecer sobre a Intervenção Estrutural no Edifício do Museu de S. Roque (Lisboa)*, com ref.^a E435-Museu de S. Roque, do engenheiro João Appleton, da firma A2P Estudos e Projectos, Lda., de 2 de Maio 2007, pp.4 e 5, anexo ao e-mail do engenheiro João Appleton, da firma A2P Estudos e Projectos, Lda., à técnica superior do DGIP, engenheira Goreti Guerreiro, de 3 de Maio de 2007.

⁵⁷⁵ Cf. *Idem*, p.5.

⁵⁷⁶ Cf. *Idem*, pp.5 e 6.

⁵⁷⁷ *Idem*, p.6.

convenções internacionais pelas quais este se rege; b) do ponto de vista conceptual, [era] certo que uma estrutura nova de betão ou de aço inserida num invólucro velho seria uma estrutura de mais fácil análise e de mais facilmente previsível desempenho; mas a diversidade tipológica da estrutura não [era] só por si argumento para a eliminar, até porque se [sabia] que um edifício deste tipo [conviveria] bem com essa diversidade, se ela [fosse] bem interpretada. Além do mais, a demolição seguida de reconstrução de uma estrutura nova, justificada por uma ambição de conseguir uma estrutura confiável e durável [colocava] um problema no edifício de S. Roque: onde terminar a operação para que o resultado [fosse] coerente? [...]; c) do ponto de vista ambiental a demolição [colocava] o problema da produção de detritos em quantidade elevadíssima e a reconstrução em betão [levantava] objectivas dificuldades operacionais. Pelo contrário, uma operação de preservação do que [fosse] possível, reparando e reforçando onde necessário e substituindo onde [fosse] inevitável, [era] uma solução amiga do ambiente, reduzindo detritos, poeiras produzidas, ruído e [conduziria] a poupanças energéticas e a menores produções de CO₂ [dióxido de carbono]. d) do ponto de vista estrutural [aceitava-se] que uma operação de reabilitação do existente [constituiria] um desafio mais delicado e complexo do que a concepção e projecto de uma nova estrutura directamente enquadrável na regulamentação nacional ou nos Eurocódigos Estruturais. Mas, em contrapartida, a operação de reabilitação [era] um desafio diversificado e aliciante em que não [seria] possível recorrer a soluções de catálogo, obrigando pelo contrário a trazer à superfície o essencial do engenho e da arte. [...] as soluções estruturais discutidas [eram] passíveis, de facto, de serem alvo de processos de consolidação e/ou de reforço, assim [fossem] bem interpretadas, garantindo-se elevados graus de fiabilidade; e) do ponto de vista arquitectónico a possibilidade de preservar a estrutura na sua maior parte [teria] certamente o aliciante de permitir manter as linhas essenciais do projecto já afectado pelos condicionamentos arqueológicos; f) do ponto de vista económico não [seria] menor o interesse de uma solução que [poderia] ser implementada de imediato permitindo ainda possivelmente manter em aberto a empreitada já que [haveria] apenas que considerar como trabalhos a mais os que se [relacionassem] com os trabalhos de consolidação, reforço ou substituição estrutural. O tempo que se [ganharia seria] também factor de valorização económica de uma tal solução; g) do ponto de vista social e cultural [era] evidente que uma solução que [possibilitasse] o prosseguimento, com pequenos desvios, do projecto concursado [permitiria] uma conclusão muito mais rápida da obra, o que [correspondia] à garantia de que a Santa Casa [estaria] mais perto de cumprir os objectivos que

se [havia proposto] *social e culturalmente com a intervenção num museu que é referência no panorama cultural e artístico da cidade e do país.*⁵⁷⁸

Na sequência da sugestão do engenheiro João Appleton, em Junho de 2007, encontrava-se em discussão e análise um plano de sondagens, estando envolvidos neste procedimento diversos intervenientes, designadamente o projectista de estruturas da firma Safre, o consultor da SCML, engenheiro João Appleton, a empresa de ensaios e sondagens, Oz, Lda., a fiscalização e os representantes da SCML. Encontrava-se prevista a entrega de um relatório preliminar pela firma Oz, Lda., com base no qual a firma Safre deveria elaborar um documento acerca das medidas a tomar, em coordenação com João Appleton.⁵⁷⁹

Assim, conforme estabelecido, após a realização da campanha de sondagens das estruturas e fundações do museu, no dia 25 de Junho, a firma Oz, Lda. apresentou um relatório preliminar relativo à *Caracterização da Estrutura do Edifício do Museu de São Roque*.⁵⁸⁰ Os trabalhos de inspecção e ensaios tiveram início a 12 de Junho, tendo-se focado sobretudo na caracterização geral das estruturas, em termos da sua constituição e disposição no edifício, e no estado de conservação visível, sobretudo dos elementos estruturais. Durante o estudo foram realizados registos fotográficos dos aspectos mais importantes dos levantamentos estrutural e construtivo e das anomalias visíveis, tendo os levantamentos sido representados esquematicamente sobre os desenhos do levantamento arquitectónico efectuado pela firma Oz, Lda.⁵⁸¹ Deste estudo, foi possível extrair, entre outras, as seguintes conclusões preliminares: [que] *os elementos portantes preponderantes [eram] constituídos pelas paredes resistentes de alvenaria de pedra irregular e fragmentos cerâmicos argamassados com ligante de cal e pelas colunas e arcos do claustro constituídos por blocos de cantaria de pedra; [que] resultantes das várias alterações efectuadas no edifício para funcionamento do museu, [havia] sido detectadas, também, colunas metálicas no piso térreo e pilares de betão armado nos pisos elevados, que se [encontravam] ocultos nas paredes; [que] o pavimento do piso elevado da sala principal do Museu (ala Sul), aparentemente, contemporâneo da sua construção, em 1905, [era] constituído por uma laje mista de vigas metálicas e abobadilhas de tijolo cerâmico argamassado; [que] os pavimentos dos pisos elevados das outras salas [resultavam] de alterações importantes em diferentes épocas, em que foram introduzidas lajes de betão armado; [que] os elementos de madeira detectados nalguns dos pavimentos não [tinham, à data], função*

⁵⁷⁸ *Idem*, pp.8 a 11.

⁵⁷⁹ Cf. *Idem*, *Ponto da Situação*, da técnica superior do DGIP, engenheira Goreti Guerreiro, de 21 de Junho de 2007 e *Informação n.º12 – Frentes de Trabalho em Curso*, da firma GF, de 29 de Junho de 2007, p.1.

⁵⁸⁰ Cf. *Idem*, *Ampliação/ Remodelação do Museu de S. Roque – Ensaio de Caracterização da Estrutura do Edifício do Museu de S. Roque, Relatório Preliminar*, Processo nº 876/00, da firma Oz, Lda., de Junho de 2007.

⁵⁸¹ Cf. *Idem*, pp. 1, 3, 5 e 6.

*estrutural; [e que] a estrutura de cobertura da ala Sul e o tecto abobadado da sala principal do Museu, também aparentemente contemporâneos de 1905, [constituíam] um sistema estrutural de conjunto. O tecto abobadado [era] constituído por uma casca de alvenaria de tijolo cerâmico argamassado e por vigas metálicas longitudinais suspensas nas asnas, também metálicas, da cobertura.*⁵⁸²

Na reunião de obra do dia 27 de Junho de 2007, o arquitecto Carlos Pietra Torres comunicou que os três pilares existentes na sala de entrada deveriam ser demolidos e colocados no alinhamento da parede da cave, tal como estava estipulado no projecto base de alterações de arquitectura.⁵⁸³ No mesmo dia, foi abordado o resultado do relatório preliminar da firma Oz, Lda., tendo sido salientado que, de acordo com o mesmo, não se verificavam situações críticas em termos de comportamento estrutural do edifício do Museu.⁵⁸⁴

Após a entrega deste relatório à firma Safre, e com base no mesmo, no dia 28 de Junho, o engenheiro Paulo Freire apresentou um relatório propondo algumas soluções estruturais para reforço e reabilitação do edifício, documento este que foi corroborado pelo engenheiro João Appleton.⁵⁸⁵ No respeitante às paredes resistentes, manteve-se a solução proposta no projecto inicial, ou seja, *o reforço e reabilitação [...] através da execução de lâminas de betão armado, com pregagens à alvenaria de pedra*, alargando no entanto esta medida à generalidade da construção, de modo a incrementar a capacidade resistente do edifício. Quanto às estruturas dos pavimentos em betão armado (lajes e vigas), *embora não [evidenciassem] sinais de deterioração, com excepção da laje do terraço, [necessitavam...] de uma intervenção de reforço estrutural, que lhes [conferisse] as características construtivas e resistentes adequadas ao seu desempenho futuro*. Assim, previa-se o reforço destas estruturas *através da execução de lâminas de betão armado, com recurso à projecção de microbetão, [...assegurando] ligações de continuidade entre a estrutura dos pavimentos e as paredes resistentes reforçadas*. Em relação à estrutura do pavimento do piso elevado da sala principal do Museu, constituída por vigas metálicas e abobadilhas de tijolo cerâmico argamassado, propunha-se a sua reabilitação através da *remoção da camada de enchimento em betão, [procedendo-se de seguida] à reabilitação das vigas metálicas através de trabalhos de saneamento e decapagem mecânica. Em todos os elementos da estrutura metálica, novos e existentes, [deveria] ser aplicada protecção anti-*

⁵⁸² *Idem*, p.13.

⁵⁸³ Cf. Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Candidatura ao POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Actas, VI, *Acta da Reunião de Obra n.º41*, de 27 de Junho de 2007, p.5.

⁵⁸⁴ Cf. *Ibidem*.

⁵⁸⁵ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Correspondência Recebida Interna, Saída de Correspondência Interna, *Edifício do Museu de São Roque – Lisboa, Nota Técnica sobre a Intervenção Estrutural*, da firma Safre, de 28 de Junho de 2007, s/n.º pp.

*corrosiva, protecção ao fogo e pintura de acabamento. As soluções de reforço ou de reabilitação dos restantes elementos estruturais [seriam] definidas após a conclusão dos trabalhos de caracterização construtiva. No entanto, [previa-se proceder] à reabilitação da estrutura da laje do terraço e à eventual reabilitação da cobertura.*⁵⁸⁶ A Safre antevia que, no final do mês de Setembro, os trabalhos de projecto estivessem concluídos e que uma boa parte do trabalho se encontrasse executada.⁵⁸⁷ Desta confrontação de opiniões parecia ter resultado o abandono da solução apresentada no estudo prévio da Safre, de demolição integral de todos os pavimentos elevados do museu, tendo sido apresentadas soluções mais sensatas de reabilitação e reforço estrutural. Porém, apesar de, aparentemente, ter sido esta a decisão final, comprovamos através dos registos fotográficos realizados na época, que o pavimento da sala principal do Museu acabou por ser totalmente demolido (fig.293) e, posteriormente reconstruído em laje de betão armado (fig.294).

Pese embora os trabalhos extraordinários por parte de projectistas a que esta conjuntura obrigou, foi salientado pela fiscalização que, apesar de todas estas situações terem alterado o normal decorrer da obra, esta nunca chegou a parar totalmente, tendo decorrido diversos trabalhos contratuais e outros, com o intuito de minimizar os efeitos nocivos de todos estes imprevistos.⁵⁸⁸

No dia 25 de Julho de 2007, a firma GF informou ter-se verificado, após a implantação geométrica da caixa do elevador que, para se poder garantir as dimensões previstas em projecto, seria necessário desbastar o tardo das pedras de suporte dos antigos arcos, ocultos pelos rebocos das paredes. Face a esta situação, foi contactado o IPPAR, que enviou ao local a técnica Alexandra Gaspar, para verificação do problema. Esta terá referido não ver qualquer inconveniente à execução do trabalho, uma vez que permaneceria salvaguardada a parte nobre do arco.⁵⁸⁹

Na sequência da análise dos elementos de projecto, entregues pela firma Safre a 16 de Julho de 2007, chegou-se à conclusão de que, para a implantação do piso térreo e das fundações dos reforços das paredes, seria necessário proceder a escavações de 45 cm e 60 cm, respectivamente. Face a esta situação, no dia 16 de Agosto, deslocou-se novamente à obra uma técnica do IGESPAR, de modo a aferir qual a metodologia mais adequada a adoptar, tendo como

⁵⁸⁶ *Ibidem.*

⁵⁸⁷ Cf. *Ibidem.*

⁵⁸⁸ Cf. *Idem, Informação n.º11 – Trabalhos a Mais e a Menos*, da firma GF, à SCML, de 29 de Junho de 2007, p.9.

⁵⁸⁹ Cf. Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Candidatura ao POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Actas, VI, *Acta da Reunião de Obra n.º45*, de 25 de Julho de 2007, p.5.

objectivo reduzir ao máximo o período de escavação.⁵⁹⁰ Apesar do trabalho de escavação ter ficado pendente de parecer por parte do IGESPAR, acordou-se a possibilidade de *avançar com a abertura das valas para execução das fundações do reforço das paredes, uma vez que apenas se [iria] fazer o “corte” dos suportes das mesmas*. Ficou no entanto estabelecido que, caso se verificasse o aparecimento de vestígios arqueológicos, seriam imediatamente suspensos os trabalhos.⁵⁹¹ Por sorte, ou não, à data da reunião de obra, dia 22 de Agosto, a fiscalização informou que este trabalho havia sido concluído sem terem sido encontrados quaisquer vestígios arqueológicos.⁵⁹²

No mesmo dia (22 de Agosto), o IGESPAR remeteu à SCML uma proposta de metodologia para a escavação de abertura da caixa do pavimento, contemplando as seguintes indicações: [1.] *todos os trabalhos de reforço de fundações, ao nível do subsolo, [deveriam] ser objecto de acompanhamento arqueológico*; [2. *poderiam] prosseguir as obras de rebaixamento do subsolo (até à cota 61,84), com acompanhamento arqueológico. Após a escavação, os níveis não intervencionados [deveriam] ser cobertos com geotêxtil de forma a isolar os contextos arqueológicos preservados. Caso [fosse] identificado algum contexto arqueológico (estrutural ou funerário) in situ, na cota de afectação referida, este [deveria] ser objecto de escavação e desmontagem / levantamento arqueológico.* [3. *poderiam] iniciar-se os trabalhos de implantação de microestacas (a partir do extremo Oeste) sobre a cota do terreno actual. Após a implantação das microestacas, toda a área (ainda não intervencionada) [deveria] ser sujeita a escavação arqueológica e antropológica (até à cota 61,84), seguida do consequente levantamento dos enterramentos aí conservados. Após a escavação, os níveis não intervencionados [deveriam] ser cobertos com geotêxtil, de forma a isolar os contextos arqueológicos preservados [...].*⁵⁹³ Na sequência daquilo que havia acontecido anteriormente, foi novamente contratada a firma ERA, S.A, desta feita para acompanhamento dos trabalhos de escavação para abertura da caixa do pavimento. Este trabalho teve início no dia 24 de Agosto de 2007, com um prazo máximo de 20 dias, contando com uma equipa de cinco arqueólogos e um antropólogo.⁵⁹⁴ No dia 19 de Setembro, a firma GF informou que os trabalhos de escavação arqueológica só terminariam no dia 25 do mesmo mês, só sendo possível realizar a regularização do terreno a partir desta data.⁵⁹⁵

⁵⁹⁰ Cf. *Idem*, Acta da Reunião de Obra n.º48, de 22 de Agosto de 2007, p.4.

⁵⁹¹ Cf. *Ibidem*.

⁵⁹² Cf. *Ibidem*.

⁵⁹³ *Idem*, Acta da Reunião de Obra n.º50, de 29 de Agosto de 2007, pp.3 e 4.

⁵⁹⁴ Cf. *Idem*, p. 4.

⁵⁹⁵ Cf. *Idem*, Acta da Reunião de Obra n.º53, de 19 de Setembro de 2007, p. 3.

No dia 27 de Julho de 2007, a Intertraço entregou à SCML, via e-mail, a última versão dos desenhos de arquitectura.⁵⁹⁶ No mesmo dia a Construtora San José solicitou elementos referentes aos acabamentos interiores, de modo a poder iniciar à consulta a fornecedores.⁵⁹⁷ Simultaneamente, a fiscalização solicitou à Intertraço elementos referentes aos projectos de especialidade, alegando que estes eram fundamentais ao planeamento e preparação da obra.⁵⁹⁸

Neste contexto, no dia 5 de Setembro, a Construtora San José alertou a fiscalização para o facto de não existirem, à data, projectos de execução actualizados, em virtude das várias alterações que o projecto inicial havia sofrido. Salientou ainda que existiam incompatibilidades entre os projectos de estruturas e arquitectura, devendo estes ser rapidamente conciliados de modo a que fosse possível dar continuidade à obra.⁵⁹⁹

No respeitante aos materiais de revestimento do edifício, em Setembro de 2007, o atelier Intertraço aprovou a aplicação de pedra de granito na escada principal (figs.332 e 333) e escada da cave do Museu⁶⁰⁰, bem como a aplicação de *pavimento vinílico Upofloor, Estrad Plano, com a ref.ª 72218*, nos espaços expositivos do museu, entrada, recepção, loja, cafetaria e reservas (figs. 331 a 334, 339, 341, 346 a 350, 357 e 359), e a aplicação de madeira de carvalho nos gabinetes da direcção.⁶⁰¹ Consciente dos perigos para o acervo do Museu, da escolha de materiais inadequados, o arquitecto Pietra Torres informou os presentes na reunião de obra, de que todos os materiais de acabamento deveriam ser analisados de modo a apurar a sua carga poluente.⁶⁰² Relativamente ao pavimento em madeira de Carvalho, talvez também devido ao facto de ser uma fonte emissora de ácidos, ou meramente por questões estéticas, o arquitecto decidiu que as pranchas de madeira maciça deveriam levar um acabamento em verniz incolor mate.⁶⁰³ Do mesmo modo, a 18 de Dezembro de 2007, a firma Intertraço definiu que os rebocos a aplicar no exterior e interior seriam os da Secil Martingança, com a especificação Reabilita RBA01 e RBR20, tendo ficado, no entanto, por definir o tipo de pintura a aplicar⁶⁰⁴, e a 9 de Janeiro de 2008, informou que a cola recomendada para a colagem do pavimento vinílico possuía compostos poluentes, devendo por esta razão, ser reavaliada a forma de fixação deste material

⁵⁹⁶ Cf. *Idem*, *Acta da Reunião de Obra n.º46*, de 2 de Agosto de 2007, p.4.

⁵⁹⁷ Cf. *Ibidem*.

⁵⁹⁸ Cf. *Idem*, pp.5 e 6.

⁵⁹⁹ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Correspondência Recebida Interna, Saída de Correspondência Interna, *Comunicação de Estaleiro n.º 3*, da Construtora San José, à firma GF, de 5 de Setembro de 2007.

⁶⁰⁰ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Candidatura ao POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Actas, VI, *Acta da Reunião de Obra n.º52*, de 12 de Setembro de 2007, p. 4.

⁶⁰¹ Cf. *Idem*, *Acta da Reunião de Obra n.º53*, de 19 de Setembro de 2007, p. 4.

⁶⁰² Cf. *Idem*, *Acta da Reunião de Obra n.º54*, de 26 de Setembro de 2007, p. 4 e *Acta da Reunião de Obra n.º55*, de 3 de Outubro de 2007, p. 4.

⁶⁰³ Cf. *Idem*, *Acta da Reunião de Obra n.º60*, de 7 de Novembro de 2007, p. 4.

⁶⁰⁴ Cf. *Idem*, *Acta da Reunião de Obra n.º67*, de 2 de Janeiro de 2008, p. 3.

junto do seu fornecedor.⁶⁰⁵ Esta questão ficou esclarecida após conversa com o fornecedor, que informou que o vinílico poderia ser aplicado com qualquer cola unilateral, tendo ficado então em estudo qual a cola mais adequada a utilizar.⁶⁰⁶ No dia 5 de Março, após a realização de testes aos compostos poluentes, foi dado conhecimento em reunião de obra, de que a cola de fixação do pavimento vinílico seria a Ultrabond ECO V4 SP, da marca Mapei.⁶⁰⁷

No dia 31 de Outubro de 2007, a firma Luís Malheiro, S.A., entregou na SCML o projecto de AVAC.⁶⁰⁸ Após apreciação do mesmo, a firma San José detectou a existência de algumas incompatibilidades entre este projecto e o de arquitectura, tendo comunicado esta situação à SCML. Neste contexto, o dono da obra solicitou que se aguardasse até ao dia 22 de Novembro, altura em que se realizaria uma reunião com o professor engenheiro Vasco Peixoto de Freitas⁶⁰⁹, a quem se pretendia solicitar um parecer relativamente a este assunto.⁶¹⁰

Durante o decorrer da obra, constatou-se que as soleiras em cantaria do claustro se encontravam em muito mau estado de conservação, tendo-se verificado, durante as escavações arqueológicas, que aquelas não apresentavam sequer fundações que lhes conferissem estabilidade. Assim, a firma GF propôs que fossem recuperadas as soleiras existentes e, quando necessário, que se executassem novas soleiras e fundações em betão armado, tendo a conservadora do Museu concordado com esta solução. Foi ainda proposto que o trabalho fosse realizado pela firma Cruzeta, que já se encontrava, à data, a realizar outros trabalhos nas cantarias do claustro.⁶¹¹

Após uma análise circunstanciada aos espaços do museu e igreja, a conservadora informou superiormente, no dia 7 de Novembro de 2007, que a hipótese que havia sido equacionada na sequência dos achados arqueológicos, de deslocação das instalações sanitárias dos vigilantes do Museu para o piso térreo, sob as escadas de acesso ao piso superior, teria agora uma alternativa alegadamente bastante mais adequada. Segundo Teresa Morna, a ocupação do espaço onde se situavam as casas de banho da igreja, entre a sacristia e a galeria de exposições temporárias, seria mais vantajosa, uma vez que era suficientemente amplo, podendo reunir as

⁶⁰⁵ Cf. *Idem*, *Acta da Reunião de Obra n.º68*, de 9 de Janeiro de 2008, p. 3.

⁶⁰⁶ Cf. *Idem*, *Acta da Reunião de Obra n.º69*, de 16 de Janeiro de 2008, p. 3.

⁶⁰⁷ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Candidatura ao POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Actas, VII, *Acta da Reunião de Obra n.º76*, de 5 de Março de 2008, p. 4.

⁶⁰⁸ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Candidatura ao POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Actas, VI, *Acta da Reunião de Obra n.º59*, de 31 de Outubro de 2007, p. 4.

⁶⁰⁹ Para Vasco Peixoto de Freitas veja-se o Elenco Biográfico, p.195.

⁶¹⁰ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Candidatura ao POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Actas, VI, *Acta da Reunião de Obra n.º61*, de 14 de Novembro de 2007, p. 4.

⁶¹¹ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Saída de Correspondência Interna, *Informação para Despacho*, com ref.ª 275/07, da conservadora Teresa Morna, à secretária-geral da SCML, Helena Oliveira, de 5 de Novembro de 2007.

instalações sanitárias e uma área de vestiário do pessoal, incluindo a instalação de cacifos. Salientou ainda que se encontrava prevista a recuperação desta área, no contexto da requalificação de espaços anexos à Igreja de São Roque, no Plano/ Orçamento da Secretaria-Geral para 2008. Acrescia a isto o facto de que a libertação da zona da entrada e recepção, permitiria alargar a loja à área de acolhimento e, simultaneamente, aumentar a oferta de artigos de *merchandising*.⁶¹²

No dia 22 de Novembro de 2007, decorreu, conforme previsto, uma reunião para apreciação do projecto de AVAC, que contou com a presença do projectista, engenheiro Luís Malheiro, da firma LM, S.A., e do professor engenheiro Vasco Peixoto de Freitas. Desta, ter-se-á concluído que, genericamente, o projecto de AVAC necessitaria de alguns ajustes, de modo a permitir uma maior versatilidade do sistema. Pretendia-se particularmente que, *a entrada de ar novo* [possibilitasse] *valores de temperatura e humidade estabilizados e equilibrados, por forma a que o ambiente não se* [tornasse] *demasiado agressivo aos elementos museológicos a expor*.⁶¹³

No âmbito do estudo realizado pelo professor Vasco Peixoto de Freitas, sobre o comportamento higrotérmico das soluções construtivas propostas para a remodelação do Museu de São Roque, no dia 9 de Janeiro de 2008, a fiscalização solicitou, em reunião de obra, indicações acerca da possibilidade *de aplicação de estuque directo nas paredes a reforçar com lâmina de betão*, tendo a Santa Casa ficado de colocar esta questão ao seu consultor.⁶¹⁴

Na sequência deste contacto, a fiscalização remeteu ao engenheiro de Vasco de Freitas a especificação do estuque que se previa aplicar nas paredes do Museu de São Roque. Informava simultaneamente que as paredes seriam, na sua maioria reforçadas com uma lâmina de betão armado com cerca de 8 cm, sendo que, no mapa de trabalhos contratual constava *estuque liso para receber tinta acrílica, incluindo prévios reboco e esboço, alheta no remate com o tecto e todos os trabalhos acessórios*. O estuque seria projectado com massa à base de cal e gesso, nas proporções aconselhadas pelo fabricante e, relativamente à pintura, a fiscalização propunha que fosse utilizado o tipo proposto por Vasco de Freitas, ou seja, *revestimento pré-doseado composto por cal hidratada e pigmentos*, ao qual deveria ser adicionada água para diluição, do tipo *Albaria Scialbo da BASF*, ou equivalente.⁶¹⁵ Segundo a acta de reunião de obra de 30 de Janeiro, o

⁶¹² Cf. *Idem*, *Informação para Despacho*, com ref.ª 278/2007, da conservadora Teresa Morna, à secretária-geral da SCML, Helena Oliveira, de 7 de Novembro de 2007.

⁶¹³ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Candidatura ao POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Actas, VI, *Acta da Reunião de Obra n.º63*, de 28 de Novembro de 2007, p. 4.

⁶¹⁴ Cf. *Idem*, *Acta da Reunião de Obra n.º68*, de 9 de Janeiro de 2008, p. 3.

⁶¹⁵ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Saída de Correspondência Interna, e-mail da firma GF, ao professor engenheiro Vasco Peixoto de Freitas, de 11 de Janeiro de 2008.

professor Vasco de Freitas terá informado que, *independentemente do suporte*, [deveria] *ser sempre executada uma camada de reboco antes da aplicação do estuque*.⁶¹⁶

Na sequência das chamadas de atenção, por parte da Construtora San José, de que ainda não havia sido entregue a solução para as incompatibilidades entre os projectos de AVAC e arquitectura, no dia 16 de Janeiro de 2008, a Intertraço entregou finalmente o documento rectificativo.⁶¹⁷

No dia 23 de Janeiro de 2008, a fiscalização informou a SCML de que havia dado indicação à Construtora San José para que procedesse à picagem das paredes do Sala do Brasão, de modo a remover as diversas camadas de tinta existentes, permitindo assim a aplicação da tinta especificada pelo engenheiro Vasco Peixoto de Freitas.⁶¹⁸ Salientou ainda ter verificado que o reboco existente apresentava, em algumas zonas, uma base *cimentícia*, encontrando-se bastante desagregado e sem condições de sustentação.⁶¹⁹

No mesmo dia, a Construtora San José alertou a fiscalização para o facto de *não ser possível executar o negativo na laje do piso 1, para passagem da conduta de AVAC proveniente da UTAN 01 tal como definido no Projecto, uma vez que iria colidir com uma parede do projecto de arquitectura e com uma viga estrutural*. Face a esta situação, e após análise no local, a firma Intertraço decidiu que, a secção da conduta seria alterada, devendo o negativo ser deixado mais estreito.⁶²⁰

No dia 24 de Março de 2008, a fiscalização informou a SCML de que, àquela data, os trabalhos se encontravam a decorrer a bom ritmo, encontrando-se praticamente concluídas as actividades de execução de alvenarias interiores, bem como dos rebocos exteriores. Referiu ainda que se encontravam em curso os últimos trabalhos de reforço estrutural, bem como os rebocos interiores, e que já existiam condições para os subempreiteiros de especialidade avançarem com os seus trabalhos.⁶²¹

A 9 de Abril, a firma LM, S.A. informou que, em virtude da necessidade de alteração dos filtros, e consequentemente do equipamento inicialmente previstos, o projecto teria de sofrer novas transformações. Estas foram justificadas com a *necessidade em garantir a qualidade*

⁶¹⁶ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Candidatura ao POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Actas, VII, *Acta da Reunião de Obra n.º71*, de 30 de Janeiro de 2008, p. 3.

⁶¹⁷ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Candidatura ao POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Actas, VI, *Acta da Reunião de Obra n.º69*, de 16 de Janeiro de 2008, p. 5.

⁶¹⁸ Cf. *Idem*, *Acta da Reunião de Obra n.º70*, de 23 de Janeiro de 2008, p. 4.

⁶¹⁹ Cf. *Ibidem*.

⁶²⁰ Cf. *Idem*, p. 5.

⁶²¹ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Correspondência Recebida Interna, Saída de Correspondência Interna, *Informação n.º30 – Ponto de Situação da Obra*, com ref.ª 068/2008, da firma GF, à SCML, de 24 de Março de 2008.

*ambiental no interior do Museu, permitindo deste modo minimizar os custos inerentes ao tipo de vitrinas a executar.*⁶²²

No dia 4 de Junho (2008), a firma Argo, responsável pela recuperação dos estuques do tecto da Sala da Misericórdia desde Abril de 2008⁶²³, alertou para o facto de o trabalho de recuperação deste tecto, alegadamente danificado devido a infiltrações de água das chuvas por responsabilidade da Construtora San José, ainda não haver sido iniciado àquela data, nomeadamente a remoção dos materiais em estado de desagregação, por forma a permitir a secagem do seu interior.⁶²⁴ Na mesma data a Construtora San José informou que iria de imediato dar início aos trabalhos.⁶²⁵ Relativamente a este assunto, foi definido que a fase de conclusão dos trabalhos em execução pela firma Argo seriam temporariamente suspensos, uma vez que existiam ainda pendentes naquela sala, outros trabalhos de construção civil que poderiam por em causa a qualidade da reparação do tecto (figs.299 e 300).⁶²⁶ Entre estes encontrava-se a reconstrução da sanca e moldura, bem como outros trabalhos de alvenaria e rebocos, a serem realizados pela Construtora San José.⁶²⁷ A Construtora deu por finda esta sua empreitada no dia 5 de Setembro de 2008.⁶²⁸

Os trabalhos de instalação do sistema de AVAC, realizados pela firma Termosul, tiveram início no dia 16 de Junho (2008).⁶²⁹ Neste âmbito, no dia 18 do mesmo mês, foi realizada uma reunião para estudo e resolução das incompatibilidades verificadas no projecto desta especialidade, tendo estado presentes na mesma o engenheiro João Baptista, da firma LM, S.A.; o empreiteiro da Construtora San José; o instalador da firma Termosul e o fiscal da firma GF. Neste encontro, foi aceite pela firma LM, S.A. a proposta apresentada pela fiscalização para a resolução das discordâncias de alguns traçados das condutas. A firma Termosul aproveitou também para esclarecer algumas questões de concepção, que a LM, S. A. ficou de avaliar⁶³⁰, e chamou a atenção para o facto de os tectos refrigerados serem mais funcionais em tectos metálicos do que em tectos de gesso cartonado, uma vez que a manutenção dos equipamentos exigiria uma adequada acessibilidade que os tectos em gesso não permitiriam.⁶³¹ A decisão do arquitecto acabou por ser uma mistura de ambos os materiais, tendo optado pela utilização de

⁶²² SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Candidatura ao POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Actas, VII, *Acta da Reunião de Obra n.º81*, de 9 de Abril de 2008, p.5.

⁶²³ Cf. *Idem*, *Acta da Reunião de Obra n.º84*, de 30 de Abril de 2008, p.4.

⁶²⁴ *Idem*, *Acta da Reunião de Obra n.º89*, de 4 de Junho de 2008, p.6.

⁶²⁵ Cf. *Ibidem*.

⁶²⁶ Cf. *Idem*, *Acta da Reunião de Obra n.º91*, de 20 de Junho de 2008, p.4.

⁶²⁷ Cf. *Idem*, *Acta da Reunião de Obra n.º96*, de 24 de Julho de 2008, p.7.

⁶²⁸ Cf. *Idem*, *Acta da Reunião de Obra n.º102*, de 8 de Setembro de 2008, p.6.

⁶²⁹ Cf. *Idem*, *Acta da Reunião de Obra n.º91*, de 20 de Junho de 2008, p.5.

⁶³⁰ Cf. *Idem*, p.6.

⁶³¹ Cf. *Ibidem*.

tectos metálicos nuns locais (figs.334, 341, 349, 350, 354 e 356) e de gesso noutros (figs.337, 338 e 344).⁶³² Esta decisão acabou por não merecer a concordância do DGIP, que informou que os tectos a aplicar deveriam ser em Pladur, conforme estava previsto na proposta contratual, tendo ainda salientado que os projectos de especialidade deveriam ter tido em consideração as características dos tectos do projecto de arquitectura.⁶³³ Consequentemente, o atelier Intertraço referiu não poder aceitar concordar com a decisão do DGIP, uma vez que a quantidade de alçapões que seriam necessários para permitir o acesso aos equipamentos instalados provocaria uma malha que tornariam os tectos inestéticos, salientando ainda os custos acrescidos que essa solução acarretaria, bem como a redução da sua funcionalidade.⁶³⁴ Face a este impasse, no dia 8 de Agosto de 2008, a Construtora San José apresentou uma solução alternativa para a construção dos tectos falsos, nomeadamente a execução dos mesmos em lâminas metálicas de 30 cm de largura, a instalar nas zonas onde o acesso seria mais imprescindível.⁶³⁵ Tanto a firma Intertraço como a SCML e a firma LM, S.A., concordaram com esta solução.⁶³⁶

Em Junho de 2008, o atelier de arquitectura Intertraço entregou à Misericórdia de Lisboa uma versão mais actualizada da memória descritiva do projecto de alterações, salientando particularmente a forma como as alterações ao projecto de arquitectura se haviam reflectido no projecto museográfico. Entre estas modificações encontravam-se algumas já referidas em 2007 e outras totalmente novas, designadamente: 1. [a] *alteração da localização do elevador [...]* 2. [a] *alteração da abertura de vãos, na parede que medeia a Igreja e o Claustro [...]* *provocando uma alteração dos núcleos museológicos adjacentes;* 3. [a] *alteração da localização da abertura da laje do piso 1, consequência da alteração anterior, dado que as peças a expor naquele volume [necessitavam] de recuo para serem expostas;* 4. [a] *alteração da localização da escada de acesso às instalações sanitárias do público [...];* 5. [...] *uma nova relação entre a instalação sanitária dos deficientes, a cozinha e a cafetaria;* 6. [a] *alteração da localização do balcão da recepção e da loja, afim de manter o arco encontrado no alinhamento do alçado poente do claustro, dado que este [inviabilizava] a localização aprovada;* 7. [a] *alteração ligeira da localização da escada principal, a fim de integrar o arco que [havia aparecido] no alinhamento da parede da Igreja, mantendo no entanto a relação entre o Museu e a Igreja;* 8. [a] *alteração da localização das instalações sanitárias do pessoal, que [seriam] implementadas numa zona anexa da Igreja, afim de evitar escavação e consequentemente atraso pela investigação*

⁶³² Cf. *Ibidem*.

⁶³³ Cf. *Idem*, Acta da Reunião de Obra n.º95, de 16 de Julho de 2008, p.6.

⁶³⁴ Cf. *Ibidem*.

⁶³⁵ Cf. *Idem*, Acta da Reunião de Obra n.º98, de 8 de Agosto de 2008, p.6.

⁶³⁶ Cf. *Ibidem*.

arqueológica [...]; 9. [a] alteração da abertura de vãos, na parede que medeia a Igreja e o Claustro, ao nível do piso 1, como consequência das alterações 1, 2 e 3, mantendo, no entanto, os pontos de vista para usufruir das peças de grandes dimensões expostas no piso 0; 10. [a] manutenção da laje e da escada de madeira entre os pisos 1 e 2, na zona do lado nascente dos antigos gabinetes dos técnicos do Museu, e introdução de uma instalação sanitária, afim de que estes disponham de mais espaço, dado que o espaço aprovado no lado poente se [revelava à data] insuficiente. Este espaço também [teria] que ser totalmente reformulado devido à alteração da localização do elevador; 11. alterações diversas, de carácter formal, em vitrines, painéis e outras que [diziam] respeito aos aspectos museológicos e museográficos, [...] comprometidos pelas alterações da arquitectura, e que [implicavam] uma séria reflexão de forma a conjugar a coerência do discurso com a nova arquitectura; 12. para a fachada, o actual projecto [contemplava] a manutenção dos caixilhos de madeira existentes⁶³⁷, a retirada do “baldaquino” proposto anteriormente e a introdução de dois pendões em tela com a designação do museu [...] (figs.247 a 250, 219 e 220).⁶³⁸

A 16 de Julho de 2008, a conservadora, Teresa Morna, remeteu superiormente um ponto da situação acerca do projecto de remodelação e ampliação do Museu, no qual referiu, entre outros assunto, as razões que levaram à necessidade de realizar alterações ao projecto original, e as implicações que estas tiveram na localização e tipologia de vitrinas e expositores das obras de arte.⁶³⁹ Salientou ainda o facto de, em Setembro de 2007, a Misericórdia de Lisboa ter adquirido serviços de assessoria em conservação preventiva, com o objectivo de melhor preservar o seu espólio, incluindo estes: *a avaliação de propostas para a concepção de vitrinas de exposição; a selecção e realização de testes aos materiais para expositores; apoio na selecção dos sistemas mais adequados para equipamentos, nomeadamente na instalação de filtros de carvão activado, em função dos poluentes exteriores.* Segundo a conservadora, estes serviços vinham sendo prestados, desde aquela data, pela firma Archeofactu, tendo resultado desta assessoria as seguintes mais valias: *a definição dos revestimentos das vitrinas, assim como dos materiais a utilizar na sua produção, mediante testes realizados aos vários materiais [de acabamento...]; [e]*

⁶³⁷ A Câmara Municipal de Lisboa informou, em Abril de 2007, que não permitia a alteração dos vãos da fachada para caixilharia metálica, conforme estava previsto em projecto. Assim, foi efectuada a recuperação e pintura dos vãos existentes. Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Candidatura ao POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Actas, VI, *Acta da Reunião de Obra n.º 32*, de 11 de Abril de 2007, p.6.

⁶³⁸ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Saída de Correspondência Interna, *Memória Descritiva do Projecto de Alterações*, Proc. n.º829/EDI/2008, do atelier de arquitectura Intertraço, de Junho de 2008.

⁶³⁹ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Pasta Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, *Informação para Despacho*, com ref.ª 130/2008, da conservadora Teresa Morna, à secretária-geral da SCML, Helena Oliveira, de 16 de Julho de 2008, p.2.

a definição das características dos filtros de carvão activado a instalar nas Unidades de Tratamento de Ar [do sistema de AVAC...].⁶⁴⁰

A conservadora continuou, salientando a importância da beneficiação do claustro setecentista, em redor do qual se passariam a desenvolver as áreas de exposição e acolhimento do museu, nomeadamente através de um projecto paisagista, *com a introdução de elementos vegetais alusivos à presença dos jesuítas no Oriente (bambus) em torno de um espelho de água central (figs.361 e 362).*⁶⁴¹ Relativamente aos trabalhos de recuperação, informou que, a prospecção realizada em 2006 no tecto brasonado havia permitido conhecer alguma da policromia original, pelo que haviam sido levantadas, pela firma Argo, as camadas de tinta que cobriam as decorações a estuque subjacentes e consolidadas as áreas fragilizadas, encontrando-se prevista, para Agosto de 2008, a reintegração cromática desta área (figs.299 e 300). Simultaneamente, encontrava-se prevista para a mesma data a recuperação e reintegração dos vestígios da pintura original, do arco entaipado da zona de entrada do Museu (figs.253 e 254).⁶⁴²

Ainda durante o mês de Julho (2008), foram realizadas algumas reuniões entre a SCML, a fiscalização e a Construtora San José, no sentido de esclarecer algumas questões que se encontravam pendentes. Destas resultaram, entre outras, as seguintes conclusões: [1.] *os tectos falsos a aplicar nos espaços do Museu [seriam] metálicos e de gesso cartonado, conforme planta apresentada pela Intertraço [...]; [2.] as vitrinas a aplicar [seriam] executadas pela firma “Construções Sampaio”, tendo a CSJ garantida a conclusão desta actividade até 31 de Outubro de 2008; [3.] a CSJ garantiu a conclusão da empreitada até 31 de Outubro de 2008, sendo que para o efeito contactou todos os subempreiteiros intervenientes, garantindo prazos de entrega e execução dos trabalhos até essa data.*⁶⁴³

A 18 de Agosto de 2008, tiveram início os trabalhos de ligação da rede de esgotos à rede pública, porém, apenas dois dias após o começo da abertura da vala para assentamento da tubagem, foi mais uma vez encontrado material arqueológico, situação que obrigou a nova paragem dos trabalhos.⁶⁴⁴ Face a esta conjuntura, foi contactado o IGESPAR, que enviou um técnico ao local para análise da situação.⁶⁴⁵ O técnico confirmou que a vala deveria ser

⁶⁴⁰ *Ibidem.*

⁶⁴¹ *Idem*, p.3.

⁶⁴² Cf. *Idem*, p.4.

⁶⁴³ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Saída de Correspondência Interna, *Relatório Mensal* da empreitada referente ao mês de Julho de 2008, da firma GF, à SCML, s/d, pp.4 e 5.

⁶⁴⁴ Cf. Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Candidatura ao POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Actas, VII, *Acta da Reunião de Obra n.º100*, de 20 de Agosto de 2008, p.6.

⁶⁴⁵ Cf. *Ibidem.*

executada por técnicos especializados em arqueologia, tendo sido adjudicado o trabalho à firma ERA que o iniciou a 26 de Agosto, por um período de cinco dias úteis.⁶⁴⁶

No dia 3 de Setembro, foi sugerido pelo instalador do sistema de AVAC que as malhas do tecto refrigerado ficassem colocadas sobre os tectos falsos mas de forma contínua, situação que foi aceite pela LM, S.A., uma vez que permitiria diminuir o número de placas de refrigeração, bem como as suas ligações.⁶⁴⁷ Foi igualmente colocada a hipótese de se diminuir a altura das grelhas de insuflação de ar na Sala da Misericórdia, sugestão que também mereceu a aprovação da LM, S.A., porém, com a condição de que a SCML assumisse que, *no caso da existência de eventos de grande concentração de pessoas nessa área, as condições de conforto higrotérmico vigentes [seriam] ligeiramente diferentes das assumidas em fase de projecto*. A SCML aceitou esta condição, *em virtude de não estar previsto a realização de eventos nesta sala*.⁶⁴⁸ Assim, a 16 de Setembro, a firma San José apresentou um desenho relativo aos difusores de insuflação de ar na Sala da Misericórdia, contemplando 13 difusores com as dimensões de 1m x 0,30m, e afastamento de 0,13m (fig.357), o qual foi aprovado pela Intertraço.⁶⁴⁹

A 31 de Outubro de 2008, após a verificação de todos os trabalhos que haviam constituído a empreitada, esta foi recebida provisoriamente pela SCML, porém com as seguintes condicionantes: [a] *conclusão da montagem do tecto falso na zona da Capela de S. João Baptista, que [aguardava a] recuperação do baldaquino, a executar entre 24 e 25 de Novembro de 2008*; [a] *montagem dos vidros exteriores das vitrinas, a executar após colocação das peças museológicas, na semana de 2 a 5 de Dezembro de 2008*; [a] *colocação e montagem de todos os projectores de iluminação, a executar após colocação de peças museológicas, na semana de 2 a 5 de Dezembro de 2008*.⁶⁵⁰

Os trabalhos pendentes foram realizados, mais ou menos, dentro das datas previstas, tendo a instalação das obras de arte sido prontamente iniciada, no início do mês de Novembro, e decorrido até à data de inauguração do museu, a 19 de Dezembro de 2008 (figs.313 a 330).

⁶⁴⁶ Cf. *Idem*, Acta da Reunião de Obra n.º101, de 27 de Agosto de 2008, p.7.

⁶⁴⁷ Cf. *Idem*, Acta da Reunião de Obra n.º102, de 8 de Setembro de 2008, p.5.

⁶⁴⁸ *Ibidem*.

⁶⁴⁹ Cf. *Idem*, Acta da Reunião de Obra n.º103, de 16 de Setembro de 2008, p.5.

⁶⁵⁰ SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier Saída de Correspondência (POC), III, *Recepção Provisória (Auto de Vistoria)*, da Construtora San José, de 31 de Outubro de 2008.

3.4. A OCUPAÇÃO DOS NOVOS ESPAÇOS E A REABERTURA DO MUSEU DE SÃO ROQUE (2008)

Como se pode observar, a fachada do edifício que encerra actualmente o Museu de São Roque mantém o mesmo semblante simples e austero que ostentava aquando da sua primeira apresentação, em 1905 (figs.39, 363 e 364). Por outro lado, quando passamos a porta da entrada, deparamo-nos com um espaço de uma temperança e modernidade totalmente oposta ao gosto dessa época.

Actualmente, o Museu de São Roque abrange três pisos, desenvolvendo-se as suas salas em redor do claustro (figs.361 e 362), elemento centralizador desta estrutura arquitectónica. No piso térreo encontra-se o átrio, através do qual se tem acesso à recepção (fig.371), à loja (fig.372), à cafetaria (figs.359 e 460), ao claustro, aos sanitários (localizados no piso -1, com excepção dos sanitários para pessoas com mobilidade reduzida), e ao percurso expositivo. Daqui segue-se, através de um piso intermédio (fig.341 e 342), que dá acesso à igreja, para o primeiro andar onde se localizam a restante área expositiva, que circunda visualmente o claustro, as reservas e os acessos aos gabinetes da direcção e dos técnicos, situados no segundo andar, respectivamente a oeste e a este do claustro.

O percurso museológico contemporâneo, intimamente ligado, como era seu objectivo, à Igreja de São Roque, encontra-se dividido em cinco grandes núcleos expositivos, seleccionados segundo uma ordem cronológica. No piso térreo iniciamos o percurso com o núcleo dedicado à *Ermida Manuelina de São Roque* (fig.335), seguindo-se o núcleo celebrativo da *Companhia de Jesus*, que se prolonga pelo primeiro andar, subdividindo-se em diferentes áreas temáticas, nomeadamente: no piso térreo, a *Iconografia da Ordem e Principais Devoções* (figs.336 a 338), a *Devoção às Relíquias* (figs.339 e 340) e os *Objectos de Uso Litúrgico e de Ornamentação da Igreja* (fig.341), e no piso 1, a *Devoção de Cristo – Paixão e Glorificação* (figs.343 e 344), a *Encarnação de Cristo e o Culto à Virgem* e a *Devoção a Cristo – Natividade e infância* (no primeiro andar) (figs.345 e 346). O percurso prossegue, neste piso, com o núcleo alusivo à *Arte Oriental* (fig.405), seguindo-se o mais rico e exuberante núcleo, o do *Tesouro da Capela de São João Baptista* (figs.350 a 355), que se afigura como uma extensão deste excepcional património integrado, patente na Igreja de São Roque. Por último, surge o núcleo que se estende ao salão mais nobre do Museu, alusivo à *Santa Casa da Misericórdia de Lisboa* (figs.356 a 358).

Os elementos expositivos, plintos e vitrinas, projectados pelo arquitecto Carlos Pietra Torres e executados pela firma Construções Sampaio, Lda., foram concebidos com linhas

simples, de cor idêntica à das paredes do Museu, tendo sido construídos em MDF⁶⁵¹ e pintado a tinta de esmalte aquoso, da marca Hempel, na cor cinza (figs. 351 e 356). As vitrinas, na sua maioria integradas na estrutura arquitectónica, apresentam a base, e pontualmente o fundo, revestidos a fórmica de cor cinza, com vidro laminado e, nas de maiores dimensões, com vidro temperado. Numa decisão consciente, os responsáveis pelo Museu optaram por instalar vitrinas permeáveis ao ar, em todos os casos em que as próprias peças pudessem conter materiais que libertassem agentes poluentes, sendo a excepção as peças de ourivesaria totalmente em prata, para as quais foram planeadas vitrinas estanques (figs. 351 e 354).

Assim, depois de mais de dois anos de encerramento ao público, o novo Museu de São Roque foi inaugurado no dia 19 de Dezembro de 2008, pelo provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Rui Ferreira da Cunha, pelo ministro do trabalho e da Solidariedade Social, José António Vieira da Silva, e pelo ministro da Cultura, José Pinto Ribeiro, tendo este evento contado ainda com diversas individualidades ligadas à Cultura portuguesa (figs. 365 a 368). No dia seguinte, as portas foram reabertas a todos os visitantes que quiseram conhecer ou rever este espaço museológico de excelência.

Importa referir que a empreitada realizada, no século XXI, no Museu de São Roque, provavelmente a mais profunda e ampla dos 106 anos decorridos desde a sua inauguração, terá usufruído de maiores benefícios do que qualquer outra, porém, conforme demonstrámos, com estas mais valias surgiram maiores responsabilidades e conjunturas que obrigaram à tomada de decisões sob a pressão de prazos apertados.

Assim, se por um lado, esta empreitada beneficiou de financiamento externo que permitiu a concretização de um projecto mais ambicioso, por outro lado, a sua materialização esteve inicialmente sujeita à inconstância destes apoios e por fim subordinada a um limite temporal que não se coadunou com os vários imprevistos e indecisões que a assombraram.

Apesar desta inconsistência, o projecto de remodelação e ampliação do Museu de São Roque beneficiou, sem dúvida, das mais valias proporcionadas pelo amplo trabalho interdisciplinar e especializado, que se conjugou em prol da salvaguarda do património da instituição, e cujos resultados descrevemos sucintamente de seguida.

⁶⁵¹ *Medium Density Fiberboard* ou placa de fibra de madeira de média densidade, é um material derivado da madeira, internacionalmente conhecido por MDF. É composto por fibras de madeira, geralmente de pinho, aglutinadas com resinas sintéticas e outros aditivos, sendo as placas fixadas entre si através de tratamentos de pressão. Cf. Sítios acerca das características do MDF, <http://www.design-technology.org/mdf.htm>, <http://www.fpl.fs.fed.us/documnts/pdf1994/engli94a.pdf>, consultados a 05.02.2011.

3.5. AS ÁREAS DE ESPECIALIDADE AO SERVIÇO DO PATRIMÓNIO DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

Cientes das mais valias da implementação de medidas de conservação preventiva, como a melhor solução para prevenir as alterações dos materiais constituintes das colecções do Museu de São Roque, os seus responsáveis empreenderam acções no sentido de preservar o centenário espólio à sua guarda. Para além das medidas contempladas no projecto de arquitectura e especialidades, já abordadas, foi ainda considerada a aquisição de serviços especializados, nomeadamente, na realização de testes aos materiais expositivos e de revestimento do edifício, para detecção de agentes poluentes (firma Archeofactu) e no estudo do comportamento higrotérmico das soluções construtivas projectadas, com recomendação de soluções mais adequadas (firma Prof. Eng. Vasco Peixoto de Freitas, Lda.). Simultaneamente, a Misericórdia de Lisboa teve ainda como princípio regedor da intervenção no Museu de São Roque a preservação e registo dos elementos históricos descobertos durante a obra, nomeadamente os vestígios arqueológicos (firma Era, Lda.) e as estruturas arquitectónicas (firmas In Situ e Topometria, Lda.), sem nunca esquecer, no entanto, as medidas de segurança e reforço do espaço a recuperar (firma Oz, Lda.), que previa receber diariamente centenas de visitantes.

3.5.1. OS TRABALHOS DE ESCAVAÇÃO E ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO REALIZADOS EM SÃO ROQUE PELA FIRMA ERA, S.A.

Em finais de 2007, a firma Era – Arqueologia, Conservação e Gestão do Património, S.A., entregou à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa um relatório dos trabalhos arqueológicos realizados no Museu de São Roque, no âmbito das obras de remodelação e ampliação deste espaço, no período entre 3 de Abril e 4 de Julho de 2007.⁶⁵² Estes trabalhos permitiram a identificação de alguns contextos relacionados com a antiga necrópole aí existente, particularmente no que diz respeito à ocupação intensiva daquele espaço.⁶⁵³ Apesar do âmbito funerário ser o mais predominante, na área do claustro não foram verificados elementos relacionados com esta conjuntura, correspondendo antes a depósitos de aterro ou a infra-

⁶⁵² Cf. FILIPE, Iola, *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos, Escavação Arqueológica e Acompanhamento Arqueológico no Museu de São Roque*, documento policopiado apresentado pela firma Era, S.A. à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2007, p.12.

⁶⁵³ Cf. *Idem*, *Op. Cit.*, p.5.

estruturas (figs.303, 429 e 430).⁶⁵⁴ Em muitas das zonas relacionadas com a necrópole, os arqueólogos verificaram uma ocupação muito intensiva de enterramentos e respectivas sepulturas (figs.375 e 376) e, no respeitante às infra-estruturas, interpretadas como antigas paredes da Casa Professa, foi possível perceber que estas terão sido construídas em fase posterior aos enterramentos nesse local.⁶⁵⁵ Apesar diversos autores defenderem a tese de que esta necrópole se trata de um cemitério de pestíferos, os dados arqueológicos recolhidos pela firma Era não permitiram, até esta data, comprovar esta possibilidade.⁶⁵⁶ Aparentemente, apenas estudos laboratoriais mais aprofundados, como por exemplo de ADN, poderão vir a confirmar, ou não, esta hipótese.⁶⁵⁷

Na zona do claustro, foram realizadas cinco sondagens, correspondentes aos locais onde se pretendiam plantar os bambus e à zona de construção do lago. Além destas, terão sido ainda escavadas quatro valas destinadas a infra-estruturas sanitárias (figs.373 e 374).⁶⁵⁸

Relativamente ao material osteológico (fig.377), foram identificados 71 enterramentos, tendo sido levantados apenas 59 destes, pois, por indicação do IGESPAR, tudo o que ficasse fora da área de afectação da obra do Museu, deveria ser devidamente protegido e deixado no local.⁶⁵⁹ Esta decisão terá estado naturalmente condicionada pelos prazos apertados disponíveis para a execução física da obra.

Segundo a caracterização apresentada, a tipologia das sepulturas caracterizava-se na sua maioria por *fossas de inumação escavadas no solo, colmatadas [...existindo] uma grande reutilização verificada pelo elevado número de reduções de enterramentos (fig.376) e de vários ossários [correspondentes] a antigos enterramentos (constituídos por ossos desarticulados pertencentes a um ou mais indivíduos)*.⁶⁶⁰ Em redor dos esqueletos de alguns enterramentos foram encontrados pregos (fig.378), o que levou os especialistas a creditarem que alguns destes indivíduos terão sido sepultados em caixões. Simultaneamente, na sua maioria, os esqueletos encontravam-se inumados segundo o ritual cristão, ou seja, com a barriga voltada para cima, *com a cabeça voltada para Oeste ou Sudoeste, com os pés virados para Este ou Nordeste, com os braços junto da zona pélvica ou torácica e [com] as pernas estendidas* (fig.377).⁶⁶¹

No que diz respeito aos artefactos, aparentemente a sua descoberta foi escassa e apenas excepcionalmente relacionada com a utilização do espaço como local de enterramento. Entre os

⁶⁵⁴ Cf. *Idem, Op. Cit.*, p.6.

⁶⁵⁵ Cf. *Ibidem*.

⁶⁵⁶ Cf. *Idem, Op. Cit.*, p.5.

⁶⁵⁷ Cf. *Idem, Op. Cit.*, p.6.

⁶⁵⁸ Cf. *Idem, Op. Cit.*, p.12.

⁶⁵⁹ Cf. *Idem, Op. Cit.*, p.31.

⁶⁶⁰ *Idem, Op. Cit.*, p.32.

⁶⁶¹ *Idem, Op. Cit.*, p.38.

elementos de uso quotidiano encontravam-se fragmentos de cerâmica, azulejo e vidro⁶⁶², e entre os identificados com o ritual funerário, achavam-se pregos, alfinetes, moedas e objectos de adorno pessoal (fig.378 a 382).⁶⁶³

Na mesma época em que foram realizadas as escavações, terão sido também efectuados trabalhos de acompanhamento arqueológico, que consistiu sobretudo na identificação e registo das estruturas descobertas nos corredores norte e oeste do Museu de São Roque (fig.373). Apesar disto, foi salientado pela firma Era que os trabalhos de escavação realizados na metade este do corredor norte, terão sido realizados anteriormente ao início do acompanhamento, tendo os arqueólogos registado simplesmente as estruturas visíveis.⁶⁶⁴ Assim, no corredor norte foram identificados cinco pequenos compartimentos, constituídos por muros de alvenaria em calcário e argamassa, interpretados como sepulturas, e duas estruturas cuja finalidade não foi determinada.⁶⁶⁵ A noroeste foram localizados dois muros de alvenaria, sendo que o paramento este de um deles apresentava vestígios de estuque, o que levou a que fossem, à partida, interpretados como pertencentes à antiga Casa Professa.⁶⁶⁶ No corredor oeste foram registadas apenas infra-estruturas modernas, possivelmente relacionadas com uma das várias intervenções realizadas nesta área.⁶⁶⁷

Como foi salientado por Iola Filipe, as mais-valias deste trabalho arqueológico poderão ir muito além das descobertas feitas até à data, pois um estudo mais aprofundado do material recolhido poderá contribuir largamente *para o conhecimento da sociedade quinhentista, tendo em conta não só o factor social, [como também] as vertentes económica e epidemológica*.⁶⁶⁸

3.5.2. O LEVANTAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DE ESTRUTURAS ARQUITECTÓNICAS NO EDIFÍCIO DO MUSEU DE SÃO ROQUE, REALIZADOS PELAS FIRMAS IN SITU, LDA. E TOPOMETRIA, LDA.

A 27 de Junho de 2007, as firmas In Situ, Conservação de Bens Culturais, Lda. e Topometria – Topografia e Projectos de Arquitectura, Lda., apresentaram à Misericórdia de Lisboa, o resultado da identificação e análise de diversas estruturas e materiais constituintes das

⁶⁶² Cf. *Idem, Op. Cit.*, p.47.

⁶⁶³ Cf. *Idem, Op. Cit.*, p.48.

⁶⁶⁴ Cf. *Idem, Op. Cit.*, p.50.

⁶⁶⁵ Cf. *Idem, Op. Cit.*, pp.50 e 51.

⁶⁶⁶ Cf. *Idem, Op. Cit.*, p.52.

⁶⁶⁷ Cf. *Idem, Op. Cit.*, p.53.

⁶⁶⁸ *Idem, Op. Cit.*, p.57.

paredes do Museu de São Roque, nomeadamente, na ala norte do claustro, no corredor poente do piso térreo, na zona da escadaria de acesso ao piso 1 e no corredor poente deste piso (figs.383 e 384).⁶⁶⁹ O levantamento destas estruturas arquitectónicas, alteradas ou tapadas durante as obras de remodelação e ampliação do Museu de São Roque, teve como objectivo, não só o registo para a posteridade, mas também permitir a interpretação de algumas das marcas construtivas da história deste edifício.⁶⁷⁰

Através da inspecção visual macroscópica das paredes, foram reconhecidos os materiais que terão sido utilizados na construção base e nas posteriores remodelações, nomeadamente, ao nível das cantarias, tendo sido identificada a utilização, nas várias fases construtivas, de calcário cristalino, do tipo liós, encarnadão e vidro fino, apresentando-se genericamente em bom estado de conservação. O calcário liós foi observado em vários arcos e vãos em ambos os pisos, o calcário encarnadão foi localizado em alguns arcos do claustro, tanto na parede norte, como na poente, e ainda na parede da escada de acesso ao piso superior, e o calcário vidro foi identificado em vários arcos, ombreiras e vergas, correspondendo possivelmente, a uma fase construtiva mais moderna, uma vez que apresenta menor espessura que os arcos e vãos dos outros tipos de calcário.⁶⁷¹

As paredes estudadas eram, genericamente, constituídas por *alvenaria irregular argamassada*, tendo sido observadas variações importantes nas dimensões dos blocos de pedra.⁶⁷² Estas estruturas arquitectónicas terão sido alteradas em diferentes fases, tendo sido verificadas *zonas de grande extensão de parede mista com alvenaria e tijolo cerâmico maciço (tijolo burro) e outras com tijolo furado*, no caso de alterações mais recentes.⁶⁷³

No que diz respeito às argamassas, foram identificados dois tipos: uma mais antiga, de cor branca, com pouco inerte e uma grande proporção de cal, e outra mais recente, de cor amarela, provavelmente devido à utilização de pó de calcário como inerte, também com um ligante de cal aérea, apesar de em menor quantidade.⁶⁷⁴

Segundo os especialistas, eram também notórias variações na qualidade de construção das paredes, sendo naturalmente, as originais, aquelas que apresentavam maior rigor e qualidade

⁶⁶⁹ Cf. BLANES, Fátima de Llera, CUNHA, José Montalvão, RODRIGUES, Madalena, *Levantamento e Identificação das Estruturas Arquitectónicas na Área de Transição da Zona Residencial para a Igreja da Casa Professa de São Roque*, documento policopiado apresentado pelas firmas In Situ, Lda. e Topometria, Lda., à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 27 de Junho de 2007, p.2.

⁶⁷⁰ Cf. *Ibidem*.

⁶⁷¹ Cf. *Idem*, *Op. Cit.*, p.5.

⁶⁷² Cf. *Ibidem*.

⁶⁷³ Cf. *Idem*, *Op. Cit.*, p.6.

⁶⁷⁴ Cf. *Ibidem*.

construtiva.⁶⁷⁵ Já do século XX, foram identificadas *zonas fechadas ou reconstruídas com blocos de cimento e alguns vãos em betão armado*, não tendo sido detectados quaisquer materiais de revestimento originais.⁶⁷⁶

Da descrição e interpretação das estruturas arquitectónicas identificadas, sabemos que, na ala norte do claustro (**fig.385**), foram observados quatro arcos de volta perfeita contendo características construtivas diferenciadas. Segundo os especialistas, os dois arcos centrais eram constituídos por calcário de liós, apresentando capitéis em calcário encarnadão. Os dois arcos periféricos, a nascente e a poente, revelaram apenas as ombreiras em pedra calcária, sendo a zona central do arco construída em tijolo burro.⁶⁷⁷ Estes arcos são comprovativos da existência das capelas na ala norte do claustro, identificadas na planta de cerca de 1808, tendo provavelmente sido entaipados e as paredes internas demolidas, aquando das obras decorridas no início do século XX. Todos os arcos foram entaipados em diferentes fases construtivas, situação que é verificada pelas diferenças dos materiais e pelo facto de se constatar que, numa primeira fase estes arcos terão passado a funcionar como portas ou janelas tendo, posteriormente, sido transformados numa parede totalmente fechada. A parede entre os arcos é constituída por rocha calcária e argamassa branca, com remendos pontuais em tijolo burro e argamassa amarela.⁶⁷⁸

Na ala poente (**fig.386**) foi identificada uma parede original, *constituída por alvenaria de calcário margoso e argamassa de cor branca*, apresentando-se muito alterada devido às várias intervenções levadas a cabo ao longo do tempo. Nesta foram localizados três arcos, reconhecidos como pertencentes a três antigas capelas desta ala, sendo originais da época de construção do claustro. À semelhança dos arcos periféricos da ala norte, eram compostos nas ombreiras por cantaria em calcário liós e na zona central do arco por tijolo burro.⁶⁷⁹ Com base no estudo realizado sabemos que, posteriormente, os dois arcos situados mais a norte foram transformados em vãos de janela, tendo também sido diminuída a largura do vão mais a sul desta ala, criando assim uma passagem de ligação à igreja. Durante a profunda intervenção do início do século XX, todos estes vãos terão sido totalmente entaipados.⁶⁸⁰

Aparentemente, durante as obras do início do século XX, terão sido integralmente demolidas as capelas existentes no actual corredor da ala poente. O espaço terá sido liberto e as

⁶⁷⁵ Cf. *Ibidem*.

⁶⁷⁶ Cf. *Ibidem*.

⁶⁷⁷ Cf. *Idem, Op. Cit.*, p.11.

⁶⁷⁸ Cf. *Ibidem*.

⁶⁷⁹ Cf. *Idem, Op. Cit.*, p.13.

⁶⁸⁰ Cf. *Ibidem*.

paredes quase totalmente reconstruídas, de modo a serem aí edificadas as instalações sanitárias de apoio ao Museu de São Roque.⁶⁸¹

Segundo os responsáveis por este estudo, a mais antiga estrutura observada na parede poente do corredor interior do lado oeste foi um arco abatido (**fig.388**), e a tentativa de interpretação desta estrutura arquitectónica suscitou diversas dúvidas, que ficaram sem resposta conclusiva, permitindo apenas à formulação de hipóteses. A existência deste vão de ampla dimensão não se coaduna com o traçado da igreja jesuíta e, quando analisada a possibilidade de pertencer à antiga ermida Manuelina, também se verificou não condizer com a orientação da mesma. Assim, a única hipótese lançada, foi a de que esta estrutura *constituiria um arco de passagem correspondente a uma fase inicial da construção da Igreja de São Roque, [...possivelmente] uma estrutura construída para dar acesso ao espaço entre o claustro e o corpo da Igreja, espaço esse que possivelmente seria um corredor de acesso aos confessionários.*⁶⁸² Apesar de não se saber em que época este arco terá deixado de exercer a sua função inicial, sabe-se pelo menos que, em 1647 o mesmo terá sido entaipado para a construção das capelas laterais a sul do púlpito, designadamente a Capela de São Francisco Xavier e a Capela da Doutrina. Ficou assim apenas um vão estreito (**fig.388**), de ligação à igreja, que perdurou até aos nossos dias.⁶⁸³

Também as paredes da escadaria de acesso ao piso superior sofreram várias alterações ao longo dos tempos, nomeadamente a parede norte (**fig.390**) que, no início do século XX, com as obras projectadas pelo arquitecto Adães Bermudes, foi nivelada e passou a ter uma orientação octogonal ao restante edifício, e a zona superior da parede poente (**fig.389**) que revelou *vários vãos abandonados e fechados, indicando várias fases de acesso ao coro alto*, bem como diversas marcas da existência do corpo estreito e alto entre a zona residencial e a igreja.⁶⁸⁴

Na parede poente do piso superior (**fig.391**), foram também constatadas diversas alterações à estrutura original, entre elas uma estrutura em gaiola pombalina que, segundo os especialistas, terá permitido a execução de uma estrutura fina e resistentes na zona posterior da Capela da Doutrina, no âmbito da renovação do altar de talha dourada desta capela, na primeira metade do século XVIII.⁶⁸⁵ Ao longo desta parede são ainda visíveis outros dois vãos em cantaria, permitindo um deles o acesso ao púlpito este da igreja. Genericamente esta parede é constituída por calcário margoso e argamassa de cal branca, tendo-se detectado pontualmente *remendos de*

⁶⁸¹ Cf. *Idem, Op. Cit.*, p.15.

⁶⁸² *Ibidem.*

⁶⁸³ Cf. *Ibidem.*

⁶⁸⁴ Cf. *Idem, Op. Cit.*, p.17.

⁶⁸⁵ Cf. *Idem, Op. Cit.*, p.18.

pedra miúda e argamassa amarela. Foi ainda registada, em todo o comprimento da zona superior, uma banda constituída por tijolo burro e argamassa amarela, aparentemente realizada aquando da obra de alteamento do edifício, em 1902.⁶⁸⁶

A parede nascente (**fig.392**), também com a banda de tijolo burro, revelou múltiplas alterações, que foram desde a introdução de novos materiais, ao entaipamento de antigos vãos e abertura de novos. Em termos de constituição, esta parede revelou-se idêntica à anterior.⁶⁸⁷

Tal como aconteceu com o trabalho levado a cabo pela firma de arqueologia, também a tarefa realizada por esta especialidade possui uma importância que vai para além da percepção imediata, uma vez que ambas permitiram o registo e interpretação de realidades actualmente ocultas, que desconhecemos quando voltarão a estar perante um olhar especializado. Simultaneamente, as interpretações realizadas não esgotam as hipóteses de abordagem, sendo antes o ponto de partida para futuros estudos deste conjunto arquitectónico.

3.5.3. OS ENSAIOS DE CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA DO EDIFÍCIO DO MUSEU DE SÃO ROQUE, REALIZADOS PELA FIRMA OZ, LDA.

No dia 8 de Agosto de 2007, deu entrada na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o relatório final da firma Oz – Diagnóstico, Levantamento e Controlo de Qualidade em Estruturas e Fundações, Lda., relativo aos ensaios de caracterização da estrutura do edifício do Museu de S. Roque.⁶⁸⁸ A necessidade de realização deste estudo prendeu-se com o facto de se ter constatado, durante a obra, não existir informação actualizada e precisa acerca das características construtivas e estruturais do edifício, bem como do seu estado de conservação, tendo surgido assim algumas dúvidas acerca da proposta de intervenção a este nível, apresentada pela firma Safre. Assim, e após consulta com o especialista engenheiro João Appleton, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, solicitou à firma Oz, Lda, a realização do *estudo de levantamento e caracterização construtiva e resistente da estrutura existente, com base no plano de levantamento, inspecção e ensaios, elaborado pela equipa projectista* [Safre].⁶⁸⁹

⁶⁸⁶ Cf. *Idem*, *Op. Cit.*, p.20.

⁶⁸⁷ Cf. *Ibidem*.

⁶⁸⁸ Cf. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, Dossier POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Correspondência Recebida Interna, Saída de Correspondência Interna, ofício com ref.^a 631, da firma Oz, Lda., à SCML, de 27 de Julho de 2007.

⁶⁸⁹ MESQUITA, Carlos, PIRES, João, RIBEIRO, Tiago, *Ampliação/ Remodelação do Museu de S. Roque – Ensaio de Caracterização da Estrutura do Edifício do Museu de S. Roque – Relatório Final*, documento policopiado apresentado pela firma Oz, Lda., à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Julho de 2007, p.5.

Este levantamento foi realizado através de exame visual e da utilização de técnicas simples de diagnóstico (sondagens, amostragem, auscultação e medições). De entre as irregularidades verificadas, os especialistas destacaram as fissuras em paredes e tectos ou, nalguns casos, nos próprios elementos estruturais; as lacunas de dimensões consideráveis na alvenaria; as madeiras com podridão ou muito deterioradas e os elementos metálicos com corrosão.⁶⁹⁰

Com base na informação recolhida, puderam confirmar a presença de sistemas estruturais de diferentes épocas, como é o caso do pavimento da Sala do Brasão, no piso 1, constituído por *vigas metálicas com abobadilha de tijolo cerâmico argamassado com apoio intermédio em colunas metálicas* (fig.449)⁶⁹¹, contemporâneo da construção do Museu naquele local, em 1902, pelo arquitecto Adães Bermudes. Simultaneamente, foi verificado que os restantes pavimentos deste piso haviam sido reconstruídos em betão armado, sendo os das alas norte e poente contemporâneos da ampliação do Museu, pelo projecto de Tertuliano Lacerda Marques, em 1930.⁶⁹² Da mesma época era a cave da caixa forte da Tesouraria, actualmente transformada em instalações sanitárias do Museu.

No respeitante às madeiras utilizadas na estrutura do edifício, foram também detectadas espécies distintas, sendo também esta característica um indício de diferentes intervenções. As espécies encontradas foram: nos vigamentos sob as lajes das alas poente e norte do piso 1, a madeira de castanho e no soalho antigo, a madeira de casquinha, em ambos os casos bastante deterioradas (fig.450), tendo também sido identificadas, nestes locais, tábuas do soalho mais recentes, aparentemente colocadas como cofragem da laje de betão armado, que os especialistas julgam tratar-se de madeira de pinho marítimo.⁶⁹³

Na ala norte, foram detectados sinais de alguma corrosão nos elementos metálicos instalados na cobertura em 1990 (figs.395 a 397), aquando da substituição desta estrutura. Na ala poente, não foi possível datar a cobertura constituída por um terraço, acessível por outros serviços da Misericórdia de Lisboa, porém, os especialistas julgam ter sido construída na década de 60 do século XX.⁶⁹⁴

Este estudo não detectou, salvo casos pontuais, indícios claros de anomalias no desempenho dos principais sistemas estruturais do edifício, tendo sido considerada *viável* a

⁶⁹⁰ Cf. *Idem*, *Op. Cit.*, pp.13 e 14.

⁶⁹¹ *Idem*, *Op. Cit.*, p.35.

⁶⁹² Cf. *Ibidem*.

⁶⁹³ Cf. *Ibidem*.

⁶⁹⁴ Cf. *Idem*, *Op. Cit.*, p.36.

preservação dos sistemas estruturais e construtivos avaliados.⁶⁹⁵ Foi ainda salientado no relatório apresentado, que as medidas correctivas deveriam privilegiar as soluções pouco intrusivas e compatíveis com os materiais existentes, devendo ainda, sempre que possível, ser reversíveis.⁶⁹⁶

3.5.4. O ESTUDO ACERCA DO COMPORTAMENTO HIGROTÉRMICO DAS SOLUÇÕES CONSTRUTIVAS PROPOSTAS PARA A REMODELAÇÃO DO MUSEU DE SÃO ROQUE REALIZADO PELA FIRMA PROF. ENG.º VASCO PEIXOTO DE FREITAS, LDA.

O estudo apresentado por esta firma, em Outubro de 2007, teve como propósito *definir as preocupações do ponto de vista higrotérmico e avaliar o desempenho das soluções construtivas propostas no projecto de remodelação do Museu de São Roque*.⁶⁹⁷ Para que tal fosse possível, foram realizadas duas visitas ao local da obra, e apreciados diversos elementos escritos, nomeadamente, alguns dos registos gráficos do antigo termohigrógrafo do Museu, respeitantes ao ano de 2003; alguns dos relatórios apresentados por outras áreas de especialidade; diversas fichas técnicas de produtos, entre outros.⁶⁹⁸

Para se perceber a importância deste estudo, é importante referir que humidade relativa interior dos edifícios é um parâmetro fundamental para a avaliação do seu desempenho higrotérmico. Da mesma forma, o controlo da humidade relativa do ar através de sistemas de desumidificação ou de ar condicionado aumenta exponencialmente o consumo de energia dos edifícios, pelo que deverá ser privilegiado o controlo destas condições por meios passivos, nomeadamente através da selecção criteriosa dos materiais utilizados na construção.⁶⁹⁹

Está actualmente comprovada a existência de materiais higroscópicos, ou seja, materiais que em contacto com o ar permitem o armazenamento de humidade no seu interior, que é libertada quando a humidade relativa do ambiente se torna mais baixa.⁷⁰⁰ É através desta interacção entre o material e o ar ambiente que se conseguem atingir valores de inércia

⁶⁹⁵ Cf. *Idem, Op. Cit.*, p.52.

⁶⁹⁶ Cf. *Ibidem*.

⁶⁹⁷ FREITAS, Vasco Peixoto de, GONÇALVES, Pedro Filipe, *Estudo sobre o Comportamento Higrotérmico das Soluções Construtivas propostas para a Remodelação do Museu de São Roque*, documento policopiado apresentado pela firma Prof. Eng.º Vasco Peixoto de Freitas, Lda., à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Outubro de 2007, p.1.

⁶⁹⁸ Cf. *Ibidem*.

⁶⁹⁹ Cf. RAMOS, Nuno Manuel Monteiro, *A Importância da Inércia Higroscópica no Comportamento Higrotérmico dos Edifícios*, dissertação apresentada na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, para obtenção do grau de Doutor em Engenharia Civil, Junho 2007, pp.35 e 36.

⁷⁰⁰ Cf. *Ibidem*.

higroscópica, que possibilitam a estabilidade ambiental, condição fundamental à preservação das obras de arte.

Assim, após a análise dos registos gráficos do termohigrógrafo do Museu de São Roque, relativo aos meses de Janeiro e Agosto de 2003, os especialistas constataram que: [1.] *a amplitude térmica diária no interior do edifício era de cerca de 3°C*; [2.] *durante a estação de aquecimento as temperaturas interiores [podiam] ser inferiores a 10°C*; [3.] *as temperaturas máximas registadas no interior do edifício ultrapassaram os 29°C*; [4.] *na estação de arrefecimento o diferencial entre as temperaturas interior e exterior [podia] atingir valores superiores a 8°C durante a noite (06h00)*; [5.] *a temperatura média diária no interior durante o Verão [era] superior à do exterior em cerca de 5°C*; [6.] *os valores da humidade relativa variaram entre 40% e 50% durante o mês de Agosto, tendo-se registado valores superiores a 80% em Janeiro.*⁷⁰¹ Foi, no entanto, salientado que nesta análise eram desconhecidos diversos aspectos relacionados com o contexto das medições, nomeadamente, o local onde se encontrava localizado o termohigrógrafo, a caracterização da ventilação desse espaço e a eventual utilização de dispositivos de aquecimento e/ ou desumidificação.⁷⁰²

Quanto à análise do desempenho higrotérmico previsto para o edifício do Museu de São Roque após a remodelação, esperava-se que, genericamente, apresentasse uma forte inércia térmica, que poderia ser reforçada através da aplicação de isolamento térmico nas coberturas. Esta inércia térmica seria ainda mais evidente no piso superior, particularmente nos meses mais quentes, caso fosse evitada uma ventilação excessiva no período diurno.⁷⁰³

Relativamente ao sistema de ventilação mecânica, foi sugerido que este funcionasse durante o período nocturno, com um caudal reduzido de 0,3 renovações de ar por hora, devendo o sistema dispor de um dispositivo que, em função da temperatura e humidade relativa verificadas, fizesse arrancar ou parar os ventiladores. Durante o dia, a ventilação do edifício deveria ser apenas a mínima necessária para assegurar a qualidade do ar.⁷⁰⁴

Os especialistas consideravam ainda fundamental que os revestimentos interiores fossem higroscópicos de forma a contribuir para a inércia higríca das salas, propondo que fosse utilizado, na maior área possível, um revestimento à base de cal. Para que a capacidade de adsorção deste material não fosse anulada, a tinta a aplicar não poderia ser impermeável, devendo, preferencialmente ser também usada uma tinta à base de cal. Para o pavimento,

⁷⁰¹ FREITAS, Vasco Peixoto de, GONÇALVES, Pedro Filipe, *Op. Cit.*, p.6.

⁷⁰² Cf. *Ibidem*.

⁷⁰³ Cf. *Idem*, *Op. Cit.*, p.34.

⁷⁰⁴ Cf. *Idem*, p.37.

sugeriam a madeira, mais uma vez, sem aplicação de vernizes que isolassem totalmente este material.⁷⁰⁵

Esta proposta transporta-nos para a importância da interdisciplinaridade em qualquer projecto, mas com particular incidência para o contexto da preservação de obras de arte, pois, se por um lado, a engenharia civil nos propõe que optemos por materiais higroscópicos sem revestimento isolante, como forma de incrementar a estabilidade higrométrica, factor primordial na conservação, por outro, os especialistas em agentes poluentes e os conservadores, recomendam que os materiais utilizados em contacto com as obras de arte, ou em ambientes adjacentes, sejam preferencialmente selados, de modo a evitar a emissão desses produtos nocivos para o ar, evitando assim as patologias daí resultantes. Este é o caso da madeira, fonte emissora de ácidos altamente corrosivos para certos metais como a prata e o chumbo.

Comprova-se assim que, não só o trabalho multidisciplinar é fundamental, como também a capacidade de se chegar a soluções de compromisso, permitindo que se encontrem resultados aceitáveis para os fins pretendidos, com o mínimo de prejuízo para as partes envolvidas.

3.5.5. OS TESTES AOS NOVOS MATERIAIS DE EXPOSIÇÃO E REVESTIMENTO DO MUSEU DE SÃO ROQUE, REALIZADOS PELA FIRMA ARCHEOFACTU, LDA.

Na sequência da aquisição, pela Misericórdia de Lisboa, dos serviços de assessoria em conservação preventiva da firma Archeofactu – Arqueologia e Arte, Lda., em Julho de 2008 esta apresentou o resultado dos testes de estabilidade realizados a diversos materiais, com a finalidade de seleccionar aqueles que poderiam ser utilizados na futura exposição do Museu, sem risco de se tornarem perniciosos para o acervo a exhibir, nomeadamente através da emissão de compostos voláteis nocivos.

Tendo em conta que grande parte do acervo do Museu é composto por peças em liga de prata, e que a alteração destes artefactos, seria à partida um dos problemas de maior relevância no respeitante à acção dos agentes poluentes sobre os mesmos, os especialistas optaram por realizar o teste de corrosão acelerada, designado por *Oddy Test*⁷⁰⁶, que lhes permitiu identificar, de entre uma selecção prévia, quais os materiais expositivos menos nocivos a estas colecções.⁷⁰⁷

⁷⁰⁵ Cf. *Idem*, p.35.

⁷⁰⁶ O *Oddy Test*, consiste em colocar uma amostra do material a testar no interior de um frasco de vidro que possa ser hermeticamente fechado, juntamente com pequenas placas de cobre e prata (representativas do acervo), e uma pequena quantidade de água, tendo o cuidado de que o material e as placas não fiquem em contacto com a água. Posteriormente, o frasco é colocado numa estufa a 60°C, permanecendo aí durante cerca de um mês, após o qual se

Assim, os materiais testados foram: o vinil Estrad Plano da Upofloor, para aplicação no pavimento; o adesivo da Henkel K188E e o adesivo Mapei ECO V4 SP, para fixação do pavimento em vinil; o Pladur®⁷⁰⁸, para aplicação pontual nos interiores; diversos tecidos (um em algodão e três em seda), para colocação no interior dos expositores; a fórmica Core 7961 Vel, para revestimento dos expositores, e o adesivo Rankolite B, para fixação da fórmica.⁷⁰⁹

Após a realização dos testes, os especialistas concluíram que: o vinil (PVC) provocava ligeiras alterações na prata e cobre, podendo no entanto, na ausência de alternativa, ser utilizado no revestimento do pavimento das salas de exposição; o adesivo Henkel K188E provocava reacção na prata e especialmente no cobre, sendo por isso totalmente desaconselhada a sua utilização; o Pladur® apresentava resultados idênticos ao vinil, podendo por isso ser utilizado, porém sempre fora dos expositores; os tecidos revelaram que, o de algodão havia provocado reacção na prata, mesmo depois de lavado, não sendo por isso aconselhada a sua utilização no interior dos expositores, e os de seda que, um deles desbotava, não sendo por isso aconselhado, e os outros dois provocavam fraca reacção nos metais, sendo por isso recomendáveis.⁷¹⁰ Uma vez que o adesivo proposto havia apresentado resultados desfavoráveis, testou-se também o adesivo Mapei ECO V4 SP, tendo este revelado, no caso da prata uma reacção idêntica ao anterior, porém, no caso do cobre, revelado uma reacção bastante mais favorável, tendo os especialistas concordado com a sua utilização, uma vez que esta se previa exterior aos expositores.⁷¹¹ Quanto às placas de fórmica para revestimento do MDF dos expositores, e ao adesivo Rankolite B, para fixação daquela, foram ambos considerados adequados para utilização nas áreas de exposição.⁷¹²

poderá verificar se ocorreu alteração na superfície do metal. Cf. ARCHEOFACTU, *Museu de S. Roque, Conservação Preventiva*, documento policopiado apresentado pela firma Archeofactu, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Julho de 2008, p.2 e BAMBERGER, Joseph A., HOWE, Ellen G., WHEELER, George, “A Variant Oddy Test Procedure for Evaluating Materials Used in Storage and Display Cases”, in *Studies in Conservation*, volume 44, n.º 2, 1999, pp. 86-90.

⁷⁰⁷ Cf. ARCHEOFACTU, *Op. Cit.*, p.2.

⁷⁰⁸ Pladur é uma marca registada de um material utilizado na construção de interiores, nomeadamente revestimento de paredes ou tectos falsos. Consiste em placas de gesso laminado, formadas por uma alma em base de gesso, coberta em ambos os lados por camadas de celulose. Apresenta alguma resistência ao fogo e é um bom isolante térmico e regulador natural de humidade. Cf. Sítio acerca de Pladur®, <http://www.pladur.com/pt-pt/particulares/descubra-pladur/Paginas/que-e-pladur.aspx>, consultado em 05.02.2011.

⁷⁰⁹ Cf. ARCHEOFACTU, *Op. Cit.*, pp.4, 7 e 8.

⁷¹⁰ Cf. *Idem*, pp.5 e 7.

⁷¹¹ Cf. *Idem*, p.7.

⁷¹² Cf. *Idem*, p.8.

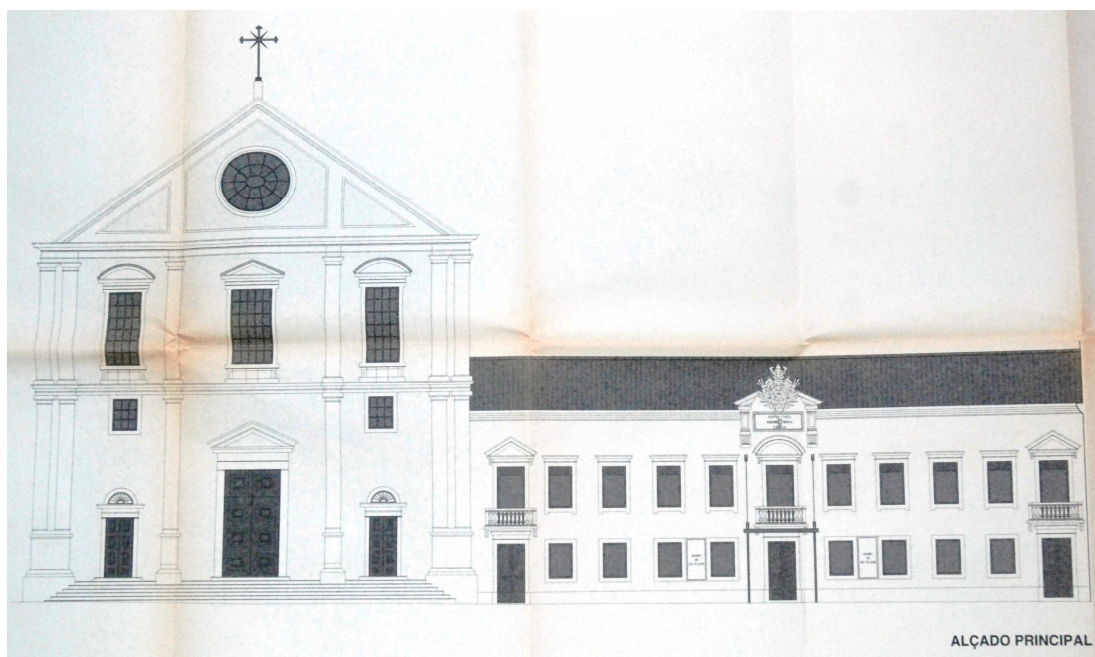


Fig.167. Desenho EP-01, *Alçado Principal*, Estudo Prévio do projecto de arquitectura coordenado pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, datado de Junho de 1997. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.

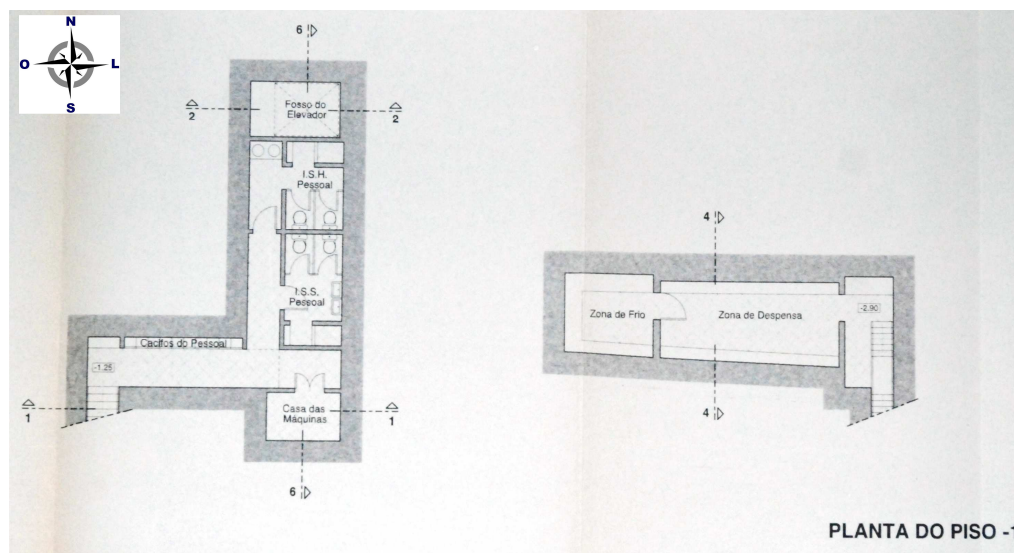


Fig.168. Desenho EP-02, *Planta do Piso -1*, Estudo Prévio do projecto de arquitectura coordenado pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, datado de Junho de 1997. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.

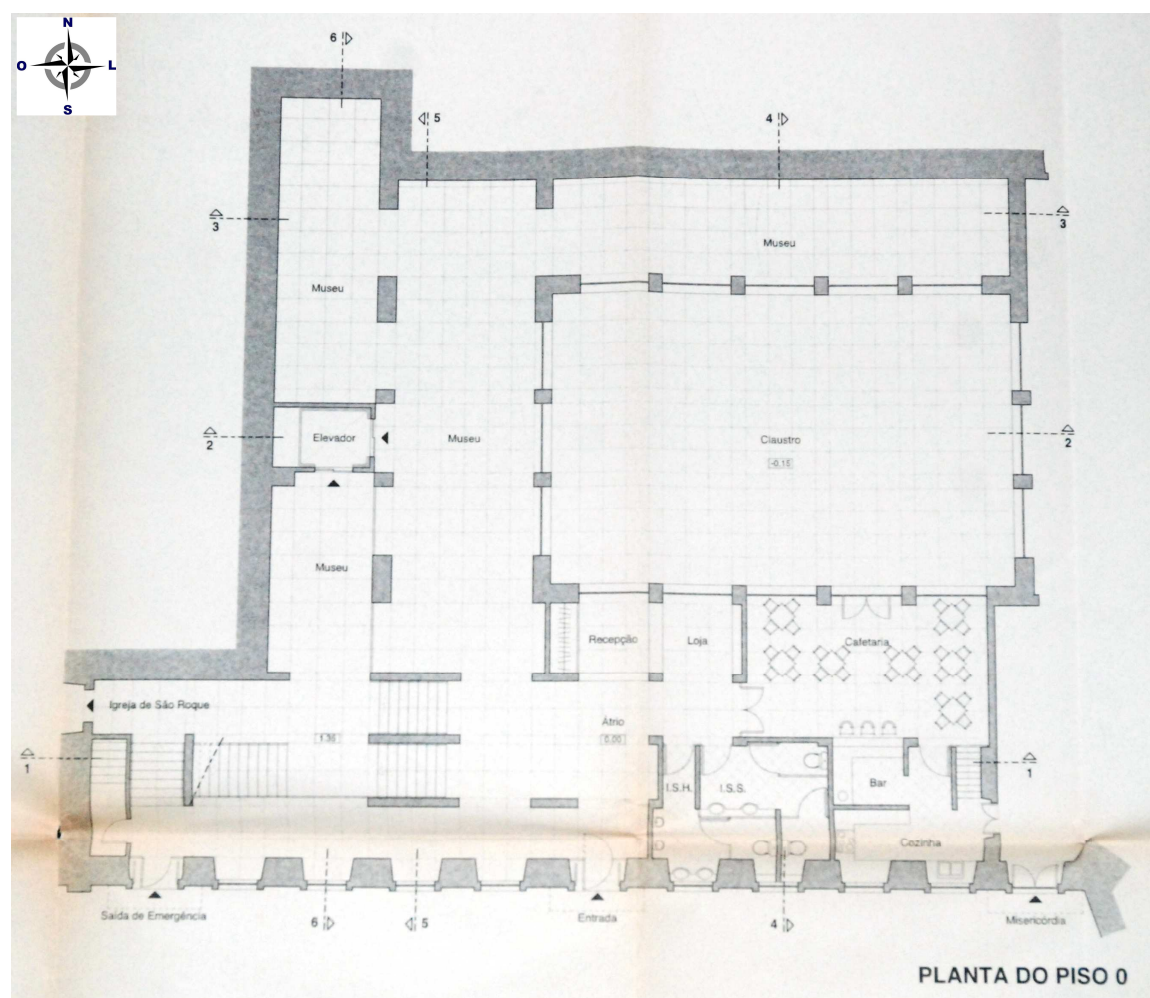


Fig.169. Desenho EP-02, *Planta do Piso 0*, Estudo Prévio do projecto de arquitectura coordenado pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, datado de Junho de 1997. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.

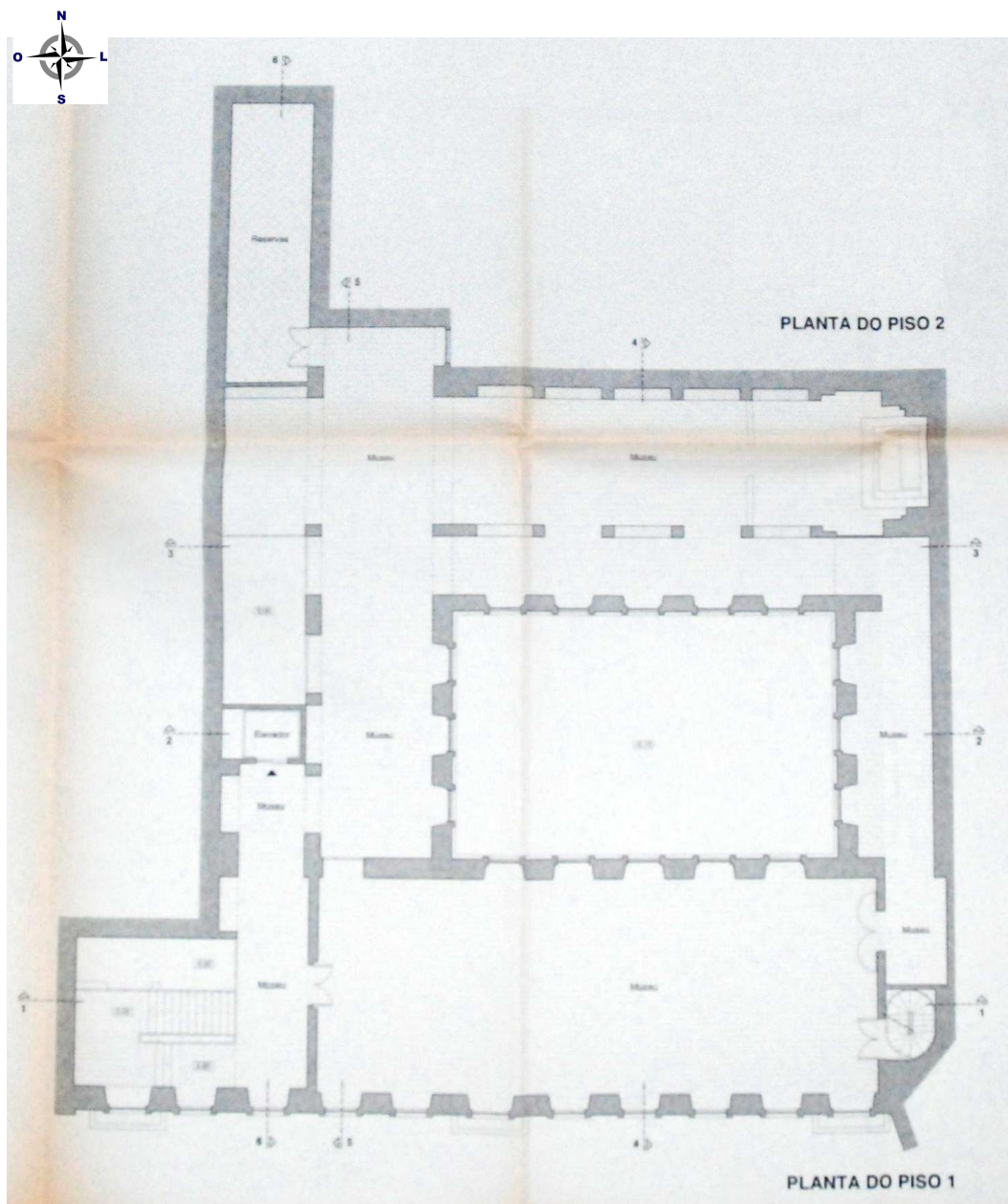


Fig.170. Desenho EP-03, *Planta do Piso 1*, Estudo Prévio do projecto de arquitectura coordenado pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, datado de Junho de 1997. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.

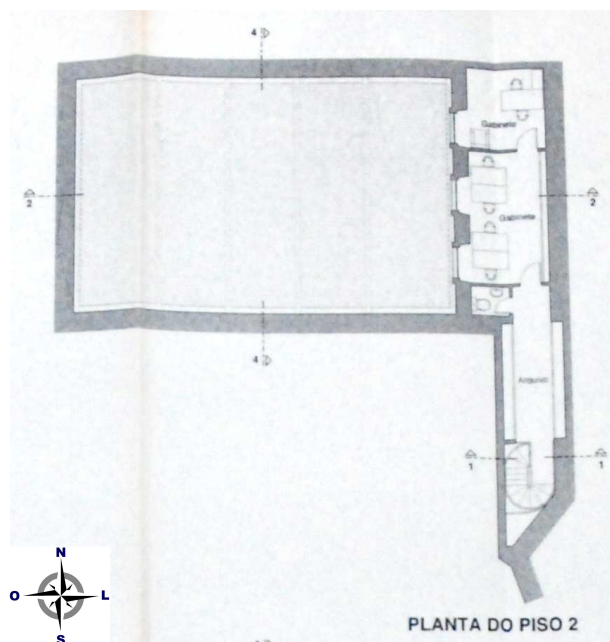


Fig.171. Desenho EP-03, *Planta do Piso 2*, Estudo Prévio do projecto de arquitectura coordenado pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, datado de Junho de 1997. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.

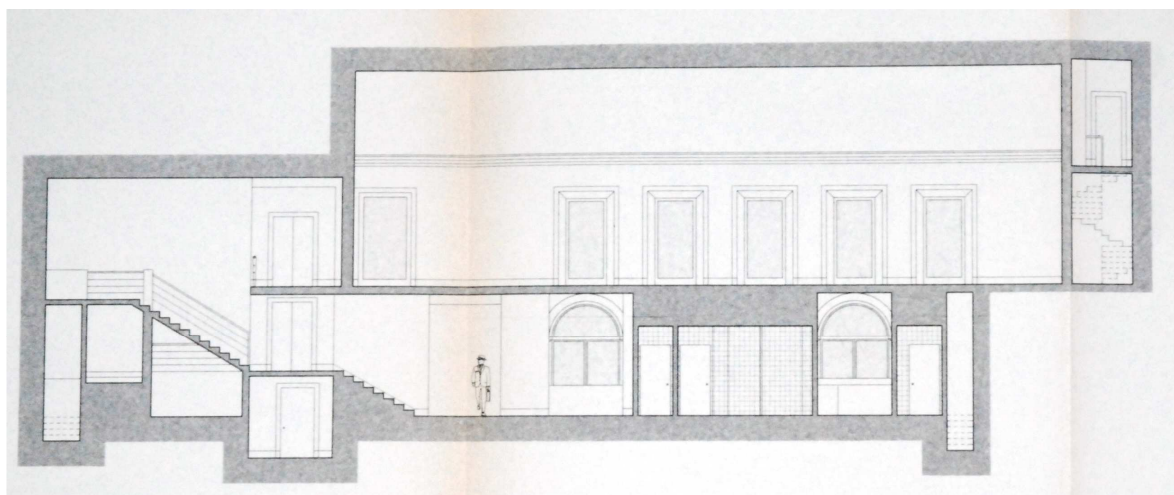
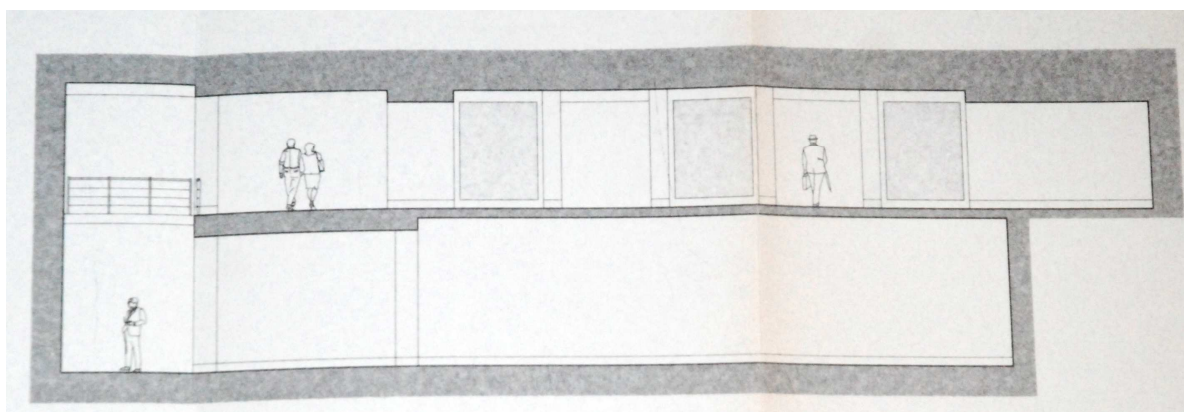
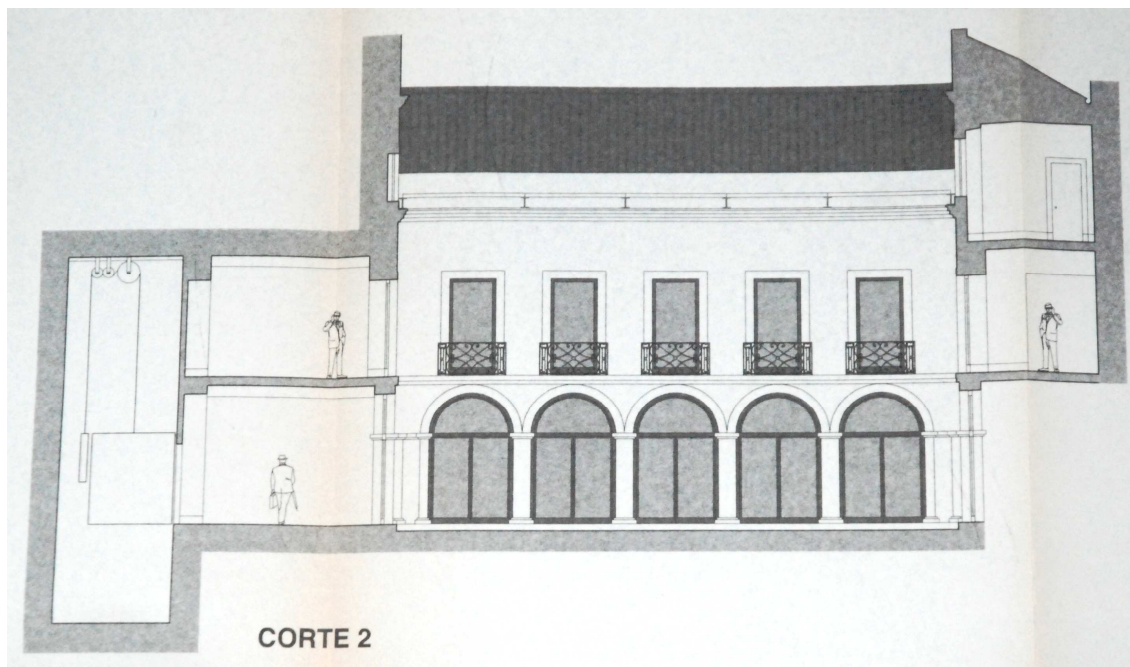
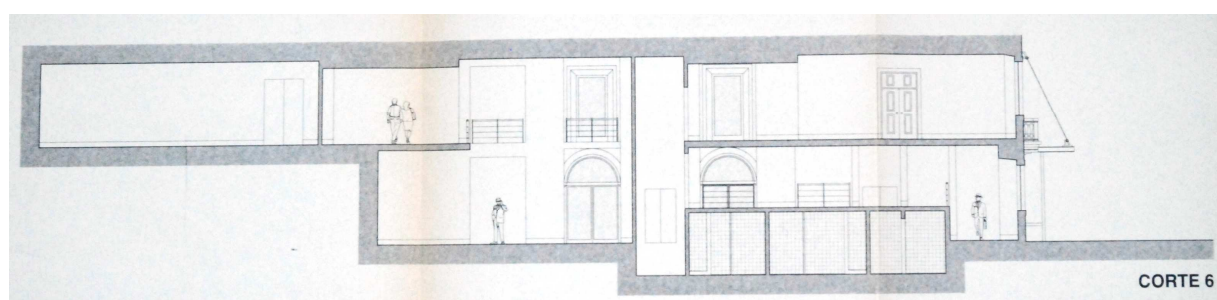
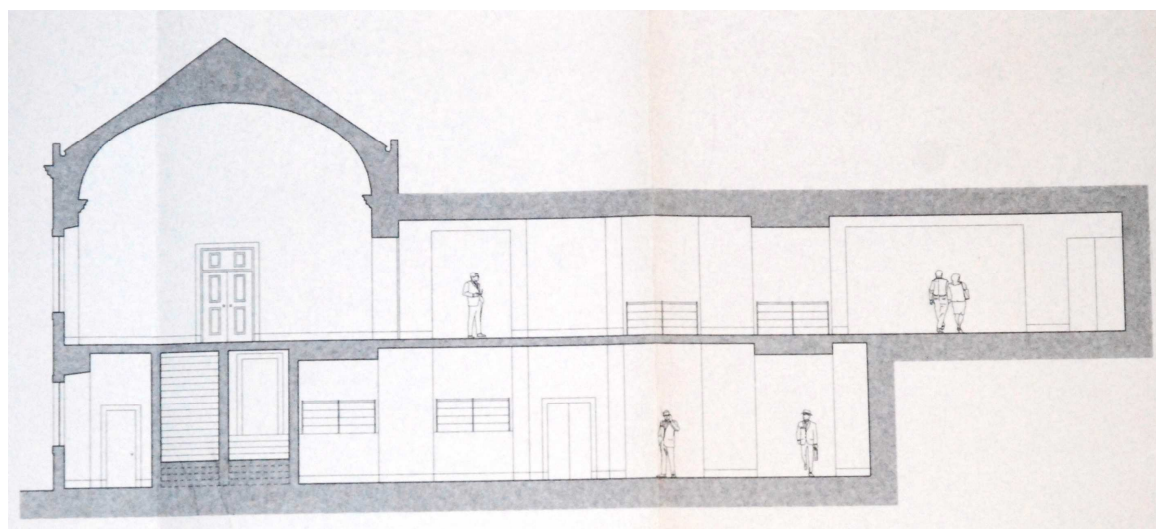


Fig.172. Desenho EP-04, *Corte I*, Estudo Prévio do projecto de arquitectura coordenado pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, datado de Junho de 1997. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.



Figs.173 e 174. Desenho EP-04, *Corte 2* e *Corte 3*, Estudo Prévio do projecto de arquitectura coordenado pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, datado de Junho de 1997. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.



Figs.175, 176 e 177. Desenho EP-05, *Corte 4*, *Corte 5* e *Corte 6*, Estudo Prévio do projecto de arquitectura coordenado pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, datado de Junho de 1997. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.



Figs.178, 179 e 180. Vistas do claustro do Museu, previamente à renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres. É notória a ocupação parcial do claustro, através da extensão da área utilizada pelos serviços da Lotaria (à data ocupada pelo voluntariado), espaço encimado por um terraço acessível pelo Museu. Fotografias da autoria de Helena Mantas, 2004. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.181 e 182. Vistas do lado norte e lado sul do claustro do Museu, previamente à renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres. Na primeira imagem é notória a ocupação parcial do claustro, através da extensão da área utilizada pelos serviços da Lotaria (à data ocupada pelo voluntariado) e na segunda imagem o entaipamento dos arcos, com abertura de janelas. Fotografias da autoria de Helena Mantas, 2004. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.183, 184 e 185. Vistas da antiga Tesouraria da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, situada a sul do claustro, previamente à renovação daquele espaço segundo o projecto de Carlos Pietra Torres. Nesta zona situa-se actualmente a entrada, átrio e recepção do Museu de São Roque. Fotografias da autoria de Helena Mantas, 2004. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Fig.186. Imagem da casa forte da antiga Tesouraria da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, projectada no início dos anos 30 do século XX, por Tertuliano Lacerda Marques, previamente à renovação daquele espaço segundo o projecto de Carlos Pietra Torres. Nesta zona situam-se actualmente as instalações sanitárias do público do Museu de São Roque. Fotografia da autoria de Helena Mantas, 2004. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Fig.187. Antiga sala de reuniões da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, previamente à renovação daquele espaço segundo o projecto de Carlos Pietra Torres. Nesta zona situa-se actualmente o núcleo da *Ermida Manuelina de São Roque* e parte do núcleo da *Companhia de Jesus*, da exposição permanente do Museu. Fotografia da autoria de Helena Mantas, 2004. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



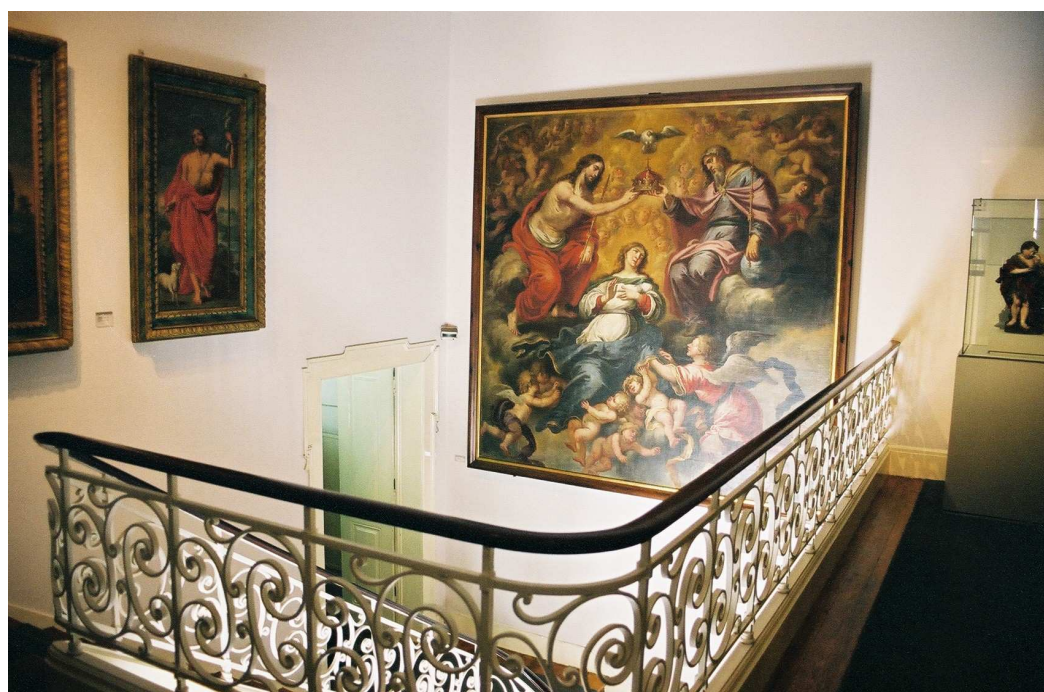
Fig.188. Vista do antigo serviço afecto à Lotaria, nesta época a ser utilizado pelos serviços do voluntariado da SCML, previamente à renovação daquele espaço segundo o projecto de Carlos Pietra Torres. Encontram-se aqui patentes os arcos do claustro, assimilados pelos serviços da instituição juntamente com o terço sul daquele espaço. Nesta zona situa-se actualmente parte do núcleo da *Companhia de Jesus*, da exposição permanente do Museu. Fotografia da autoria de Helena Mantas, 2004. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.189 e 190. Retratos das provedoras Maria do Carmo Romão Sacadura dos Santos e Gertrudes Jorge, pinturas a óleo sobre tela, ambas da autoria de Luís Brunner, 2003. SCML, Museu de São Roque, colecção de pintura, inv. Pin. 321 e Pin. 322. Fotografia de autoria desconhecida, s/d. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota.



Figs.191 e 192. Vistas do antigo átrio de entrada e recepção do Museu de São Roque, previamente à renovação daquele espaço segundo o projecto de Carlos Pietra Torres. Nesta zona situa-se actualmente o átrio de entrada e a loja do Museu. Fotografias da autoria de Helena Mantas, 2004. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.193 e 194. Vistas da antiga escadaria de acesso ao piso 1 do Museu de São Roque, previamente à renovação daquele espaço segundo o projecto de Carlos Pietra Torres. Nesta zona continua a situar-se actualmente a escadaria, porém, com uma disposição e estrutura diferentes, bem como o núcleo da *Companhia de Jesus, Devoção de Cristo – Paixão e Glorificação*. Fotografias da autoria de Helena Mantas, 2004. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



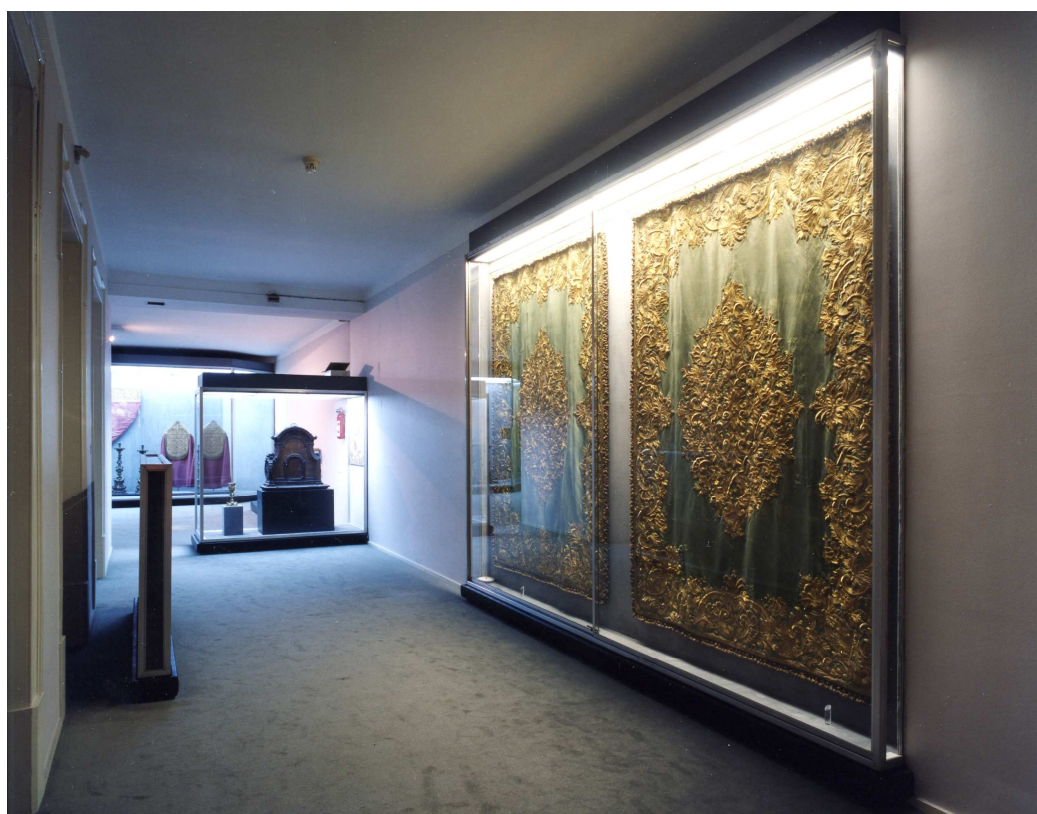
Figs.195 e 196. Vistas das antigas escadaria de acesso ao piso 1 e Sala I do Museu de São Roque, previamente à renovação daquele espaço segundo o projecto de Carlos Pietra Torres. Nestas zonas, ainda que totalmente reestruturadas, situa-se actualmente o núcleo da *Companhia de Jesus, Devoção de Cristo – Paixão e Glorificação e Encarnação de Cristo e o Culto à Virgem*. Fotografias da autoria de Júlio Marques, Março de 2006. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.197 e 198. Vistas da galeria I do Museu de São Roque, previamente à renovação daquele espaço segundo o projecto de Carlos Pietra Torres. Na primeira imagem é visível ao fundo a parede norte da Sala III e na segunda imagem as janelas viradas a sul da Sala II. Nesta zona, ainda que totalmente reestruturada, situam-se actualmente o núcleo da *Companhia de Jesus, Devoção de Cristo – Paixão e Glorificação* e *Encarnação de Cristo e o Culto à Virgem* e o núcleo de *Arte Oriental*. A primeira fotografia é da autoria de Helena Mantas, 2004. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota, e a segunda fotografia é da autoria de Júlio Marques, Março de 2006. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



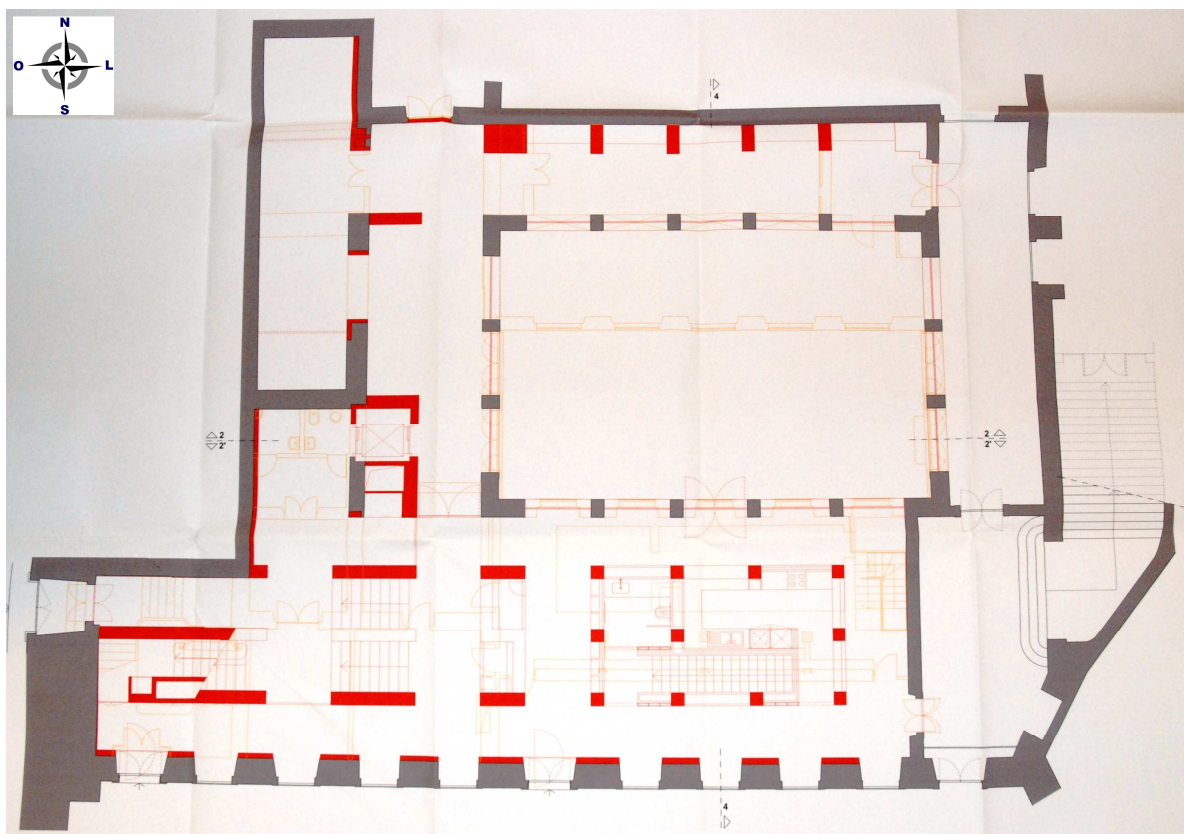
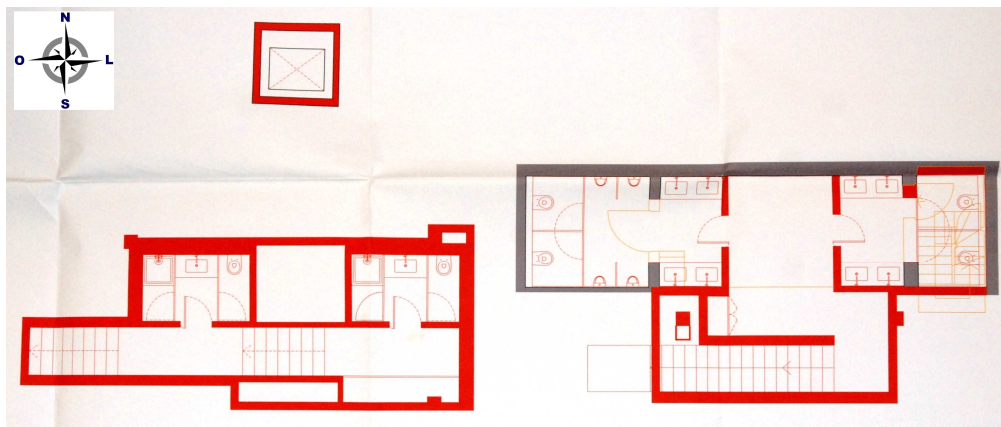
Figs.199 e 200. Vistas da antiga Sala III e IV do Museu de São Roque, previamente à renovação daquele espaço segundo o projecto de Carlos Pietra Torres. Nesta zona, ainda que totalmente reestruturada, situam-se actualmente o núcleo de *Arte Oriental*, e o núcleo do *Tesouro da Capela de São João Baptista*. Fotografias da autoria de Júlio Marques, Março de 2006. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



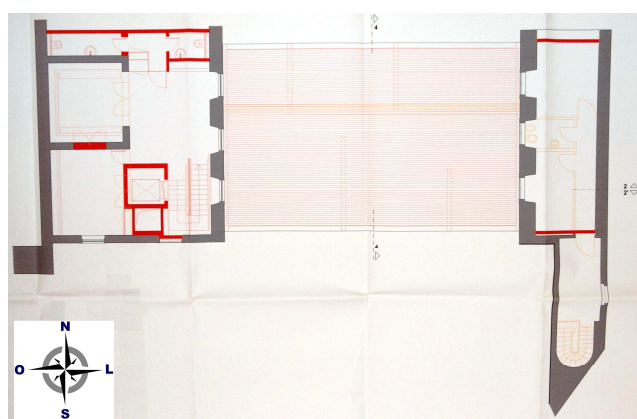
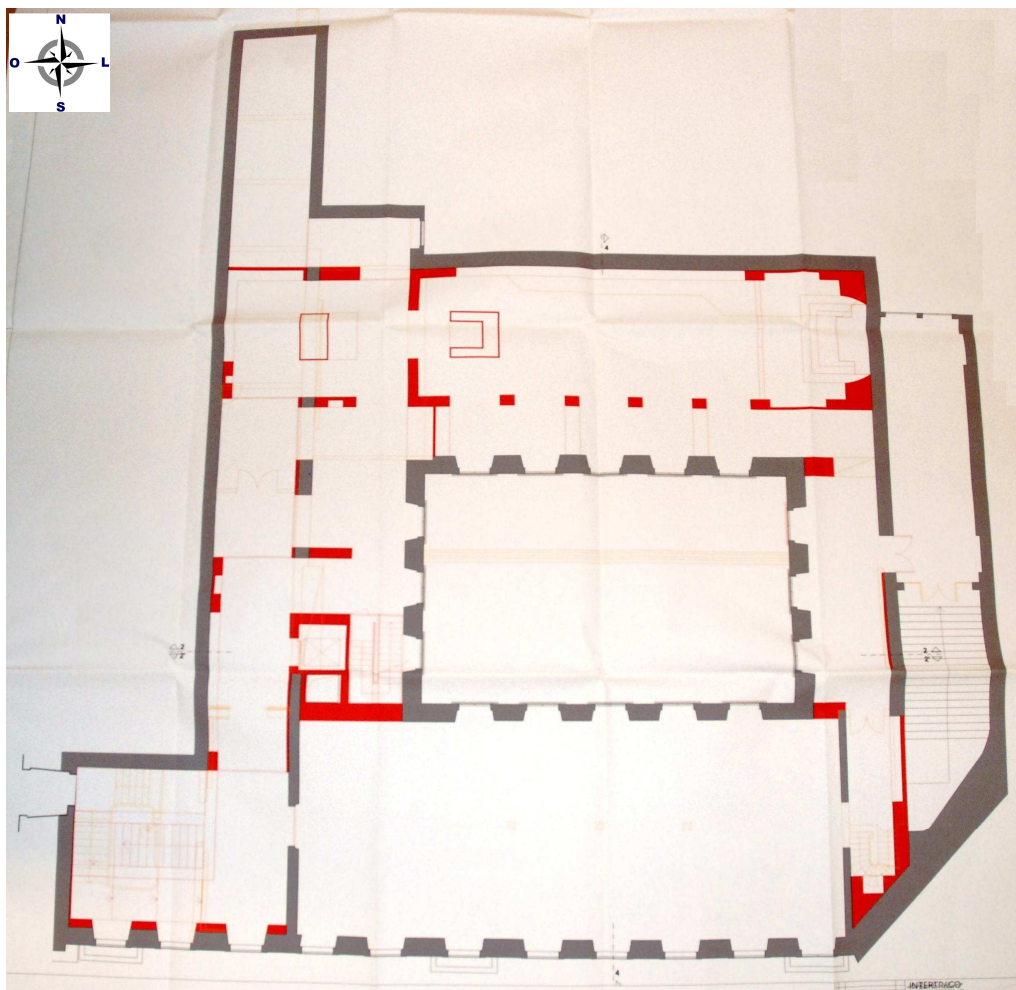
Figs.201 e 202. Vistas da antiga Sala V do Museu de São Roque, previamente à renovação daquele espaço segundo o projecto de Carlos Pietra Torres. Na primeira imagem é visível ao fundo a porta de acesso aos gabinetes técnicos e da direcção do Museu, bem como a passagem de ligação à Sala II, e na segunda imagem é visível ao fundo a Sala IV. Nesta zona, ainda que totalmente reestruturada, situa-se actualmente o núcleo da *Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Fotografias da autoria de Júlio Marques, Março de 2006. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



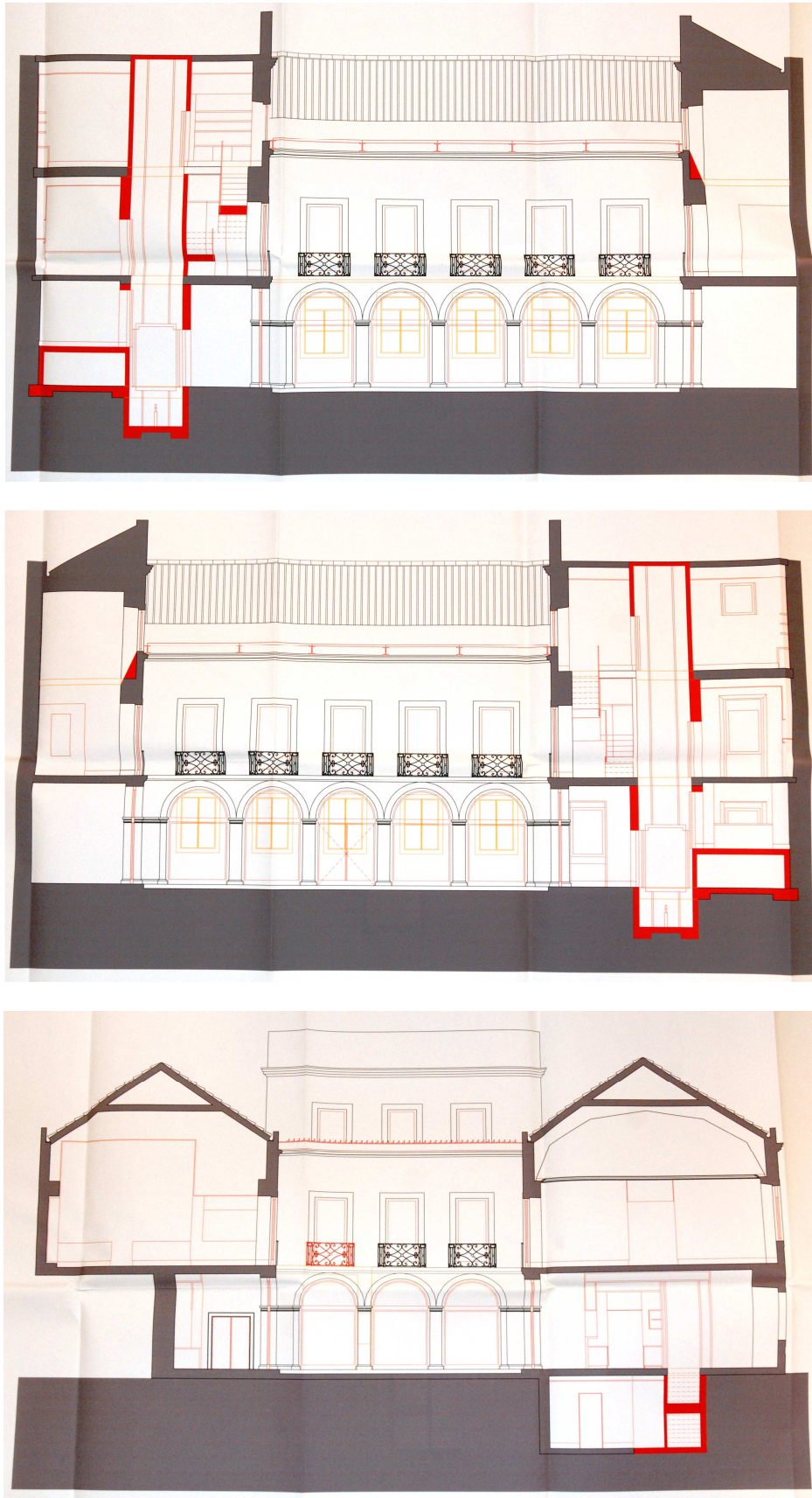
Figs. 203 e 204. Vistas da antiga Sala II do Museu de São Roque, previamente à renovação daquele espaço segundo o projecto de Carlos Pietra Torres. Na primeira imagem é visível ao fundo a parede este desta sala, e na segunda imagem é visível ao fundo a parede oeste, e a porta de ligação à Sala I. Nesta zona, ainda que totalmente reestruturada, situa-se actualmente o núcleo da *Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Fotografias da autoria de Júlio Marques, Março de 2006. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



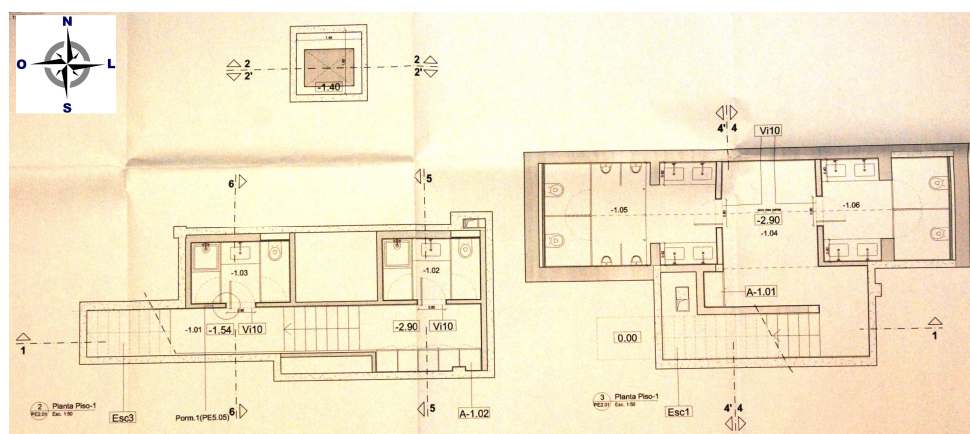
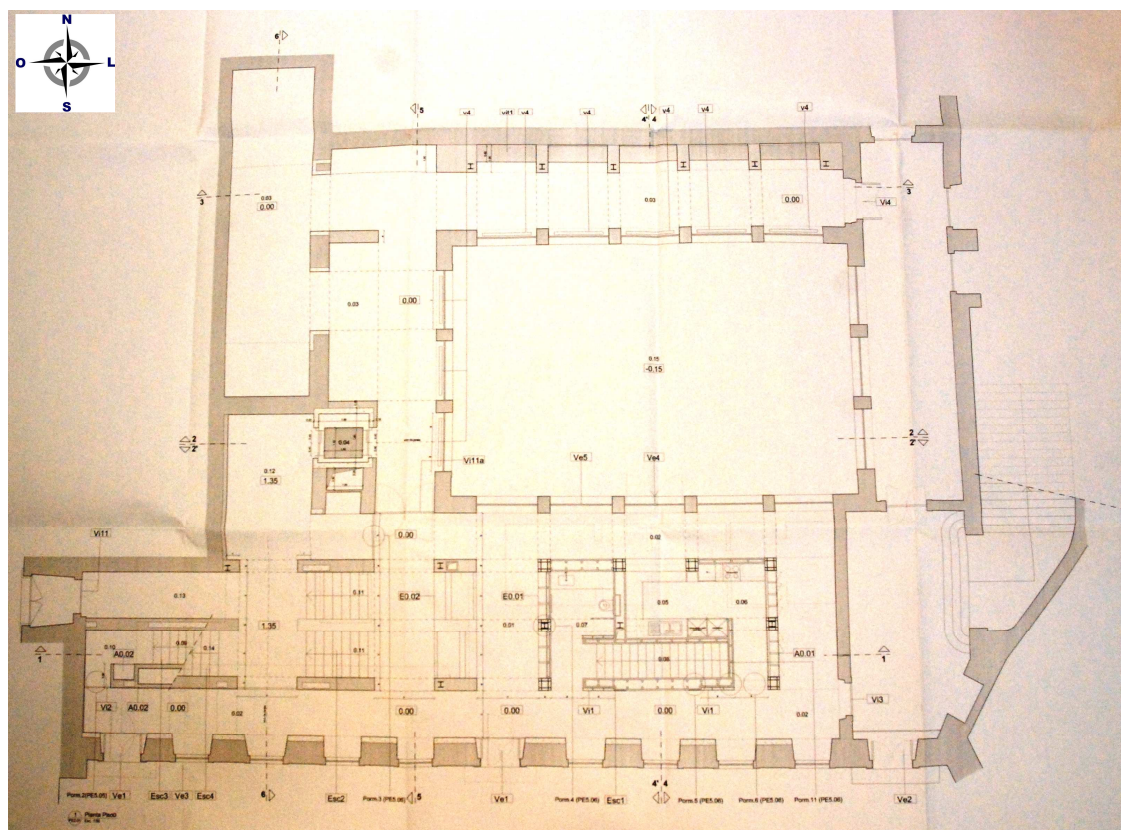
Figs.205 e 206. Desenho n.º PE-1.01b, *Plantas dos pisos -1 e 0*, das alterações ao projecto de arquitectura coordenado pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, datado de Setembro de 2005. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.



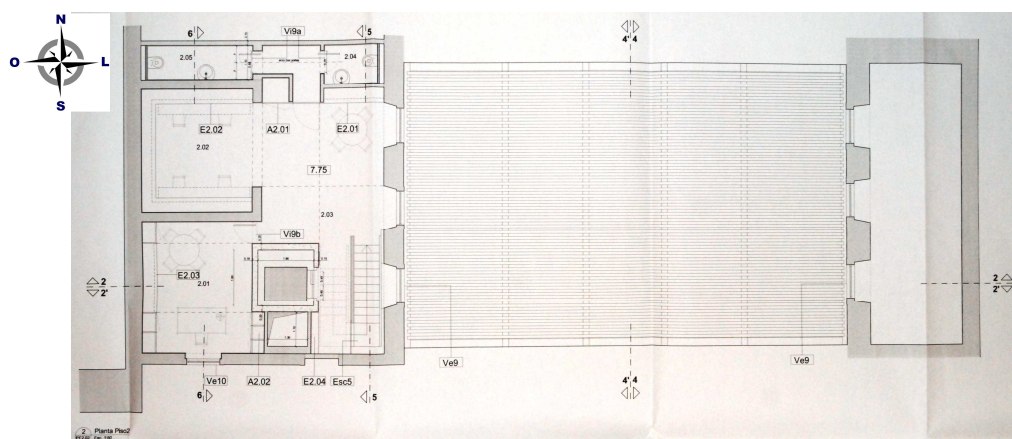
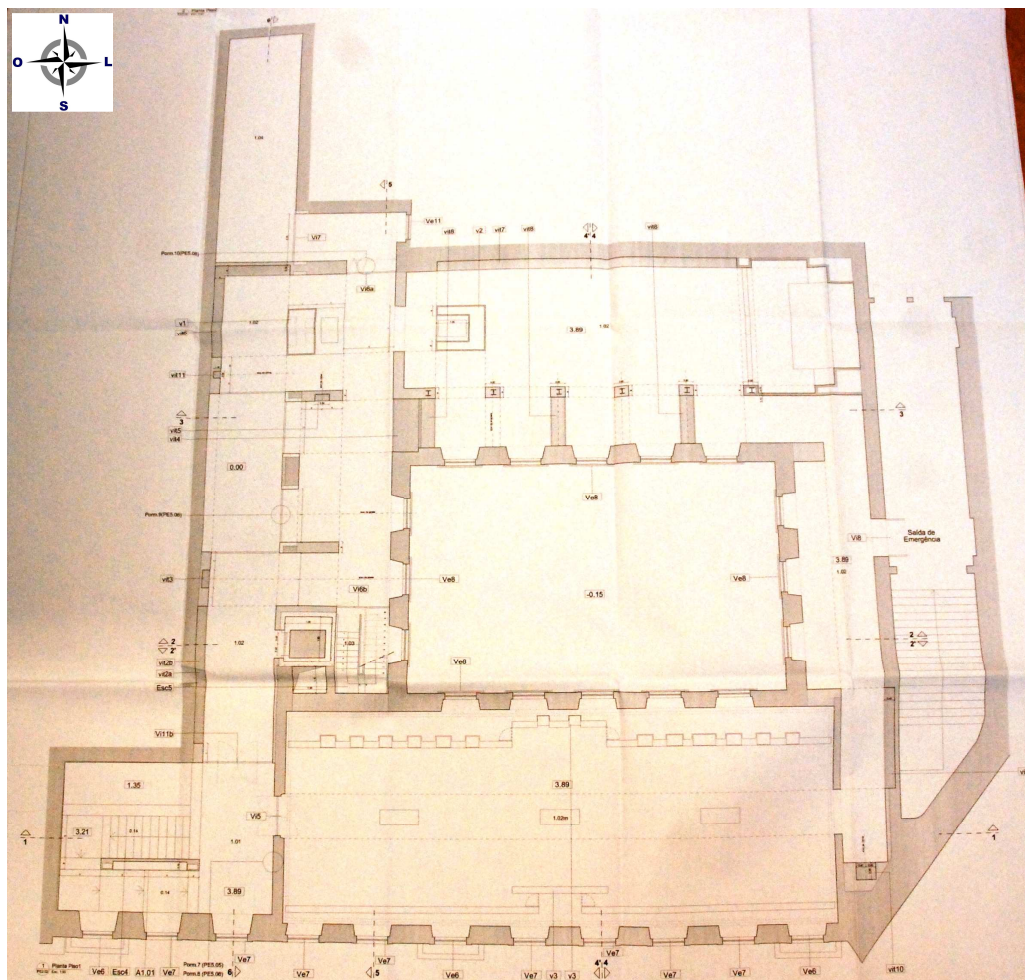
Figs.207 e 208. Desenho n.º PE-1.02b, *Plantas dos pisos 1 e 2*, das alterações ao projecto de arquitectura coordenado pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, datado de Setembro de 2005. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.



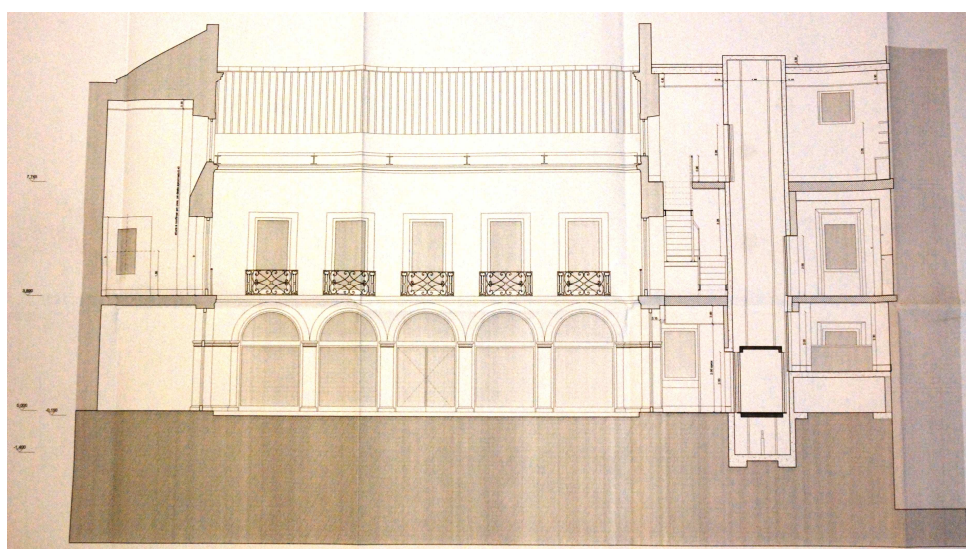
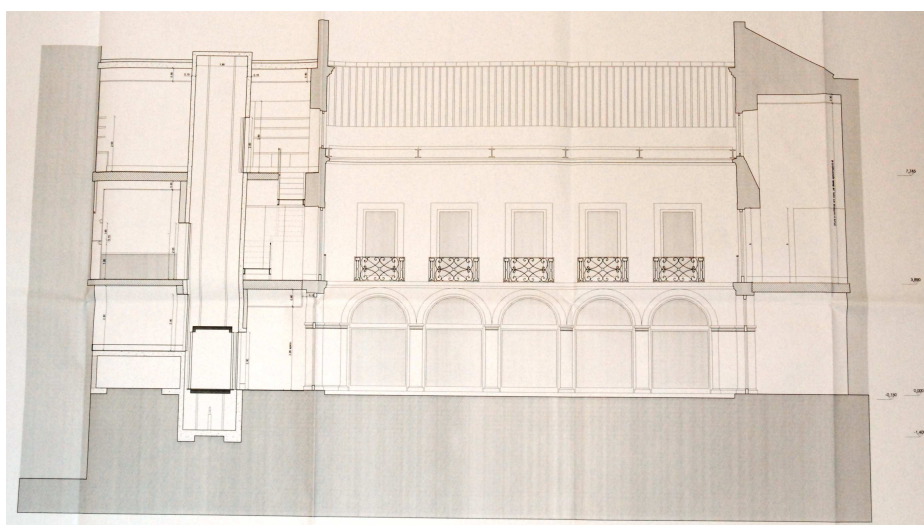
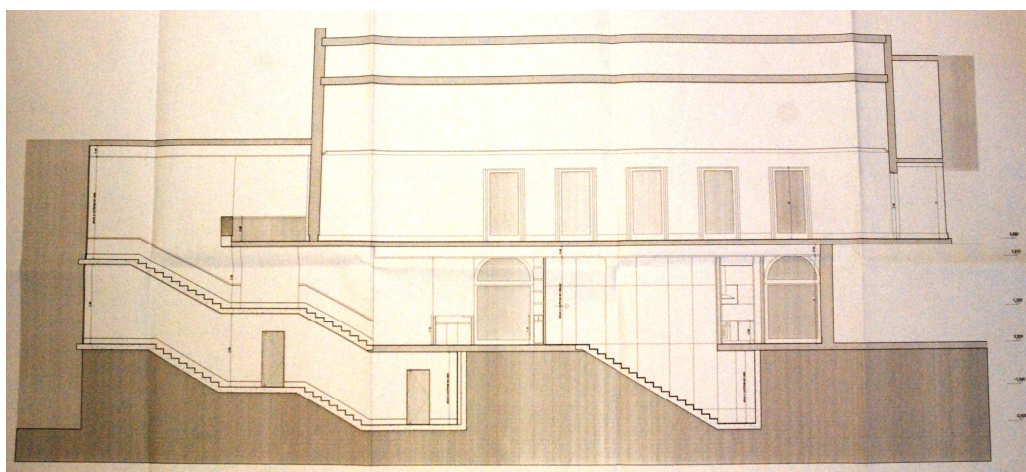
Figs.209, 210 e 211. Desenho n.º PE-1.03a, *Corte 2*, Desenho n.º PE-1.04a, *Corte 2'* e Desenho n.º PE-1.05a, *Corte 4*, das alterações ao projecto de arquitectura coordenado pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, datado de Setembro de 2005. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.



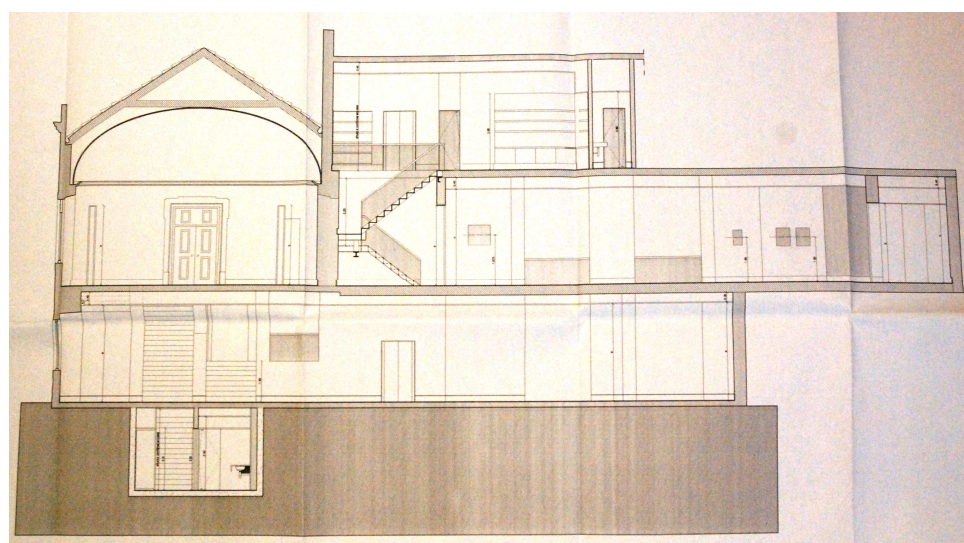
Figs.212 e 213. Desenho n.º PE-2.01b, *Planta geral dos pisos -1 e 0*, das alterações ao projecto de arquitectura coordenado pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, datado de Setembro de 2005. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.



Figs.214 e 215. Desenho n.º PE-2.02b, *Planta geral dos pisos 1 e 2*, das alterações ao projecto de arquitectura coordenado pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, datado de Setembro de 2005. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.



Figs.216, 217 e 218. Desenho n.º PE-2.03a, *Corte 1*, Desenho n.º PE-2.04a, *Corte 2* e Desenho n.º PE-2.05a, *Corte 2'*, das alterações ao projecto de arquitectura coordenado pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, datado de Setembro de 2005. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.



Figs.219, 220 e 221. Desenho n.º PE-2.07a, *Corte 4*, Desenho n.º PE-2.08a, *Corte 4'* e Desenho n.º PE-2.09a, *Corte 5*, das alterações ao projecto de arquitectura coordenado pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, datado de Setembro de 2005. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.

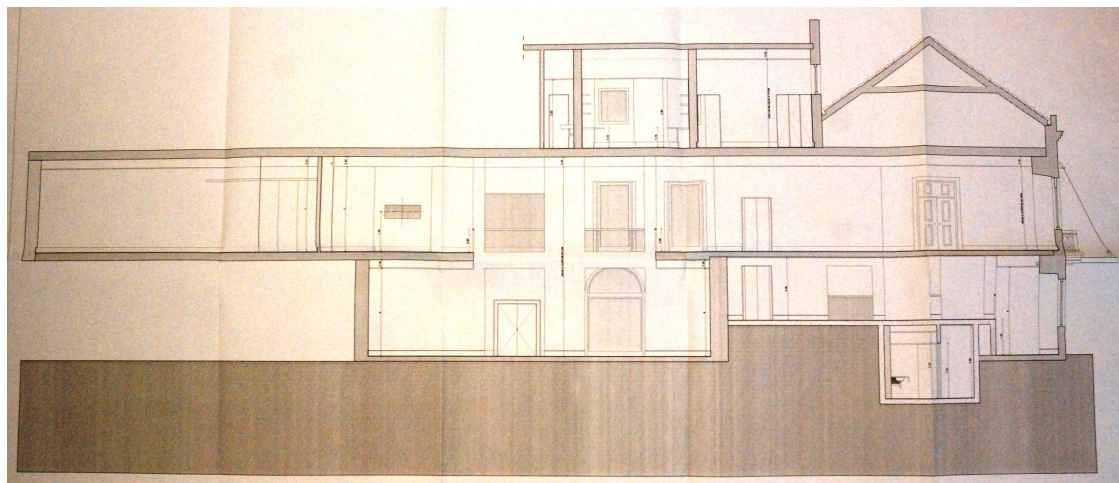


Fig.222. Desenho n.º PE-2.10a, *Corte 6*, das alterações ao projecto de arquitectura coordenado pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, datado de Setembro de 2005. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.

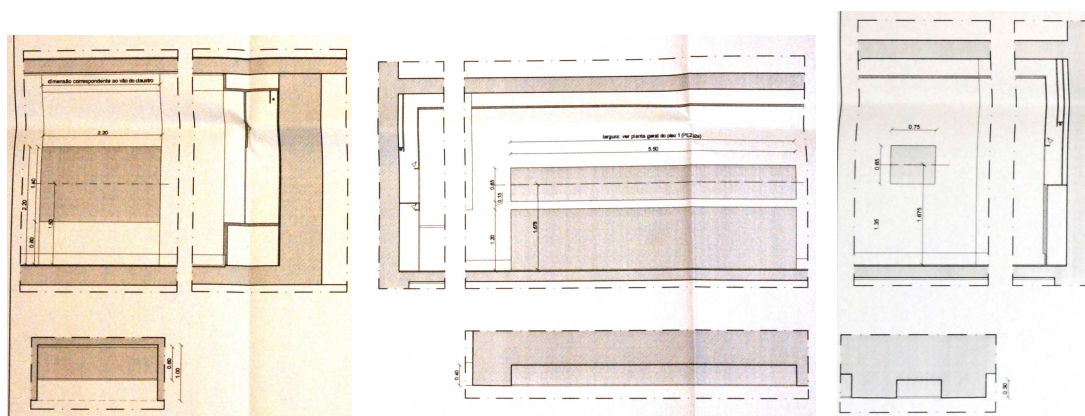


Fig.223. Desenho n.º PE-3.06, mapa de vitrines, *vitrine 1*, *vitrine 2a/b* e *vitrine 3*, das alterações ao projecto de arquitectura coordenado pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, datado de Setembro de 2005. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.

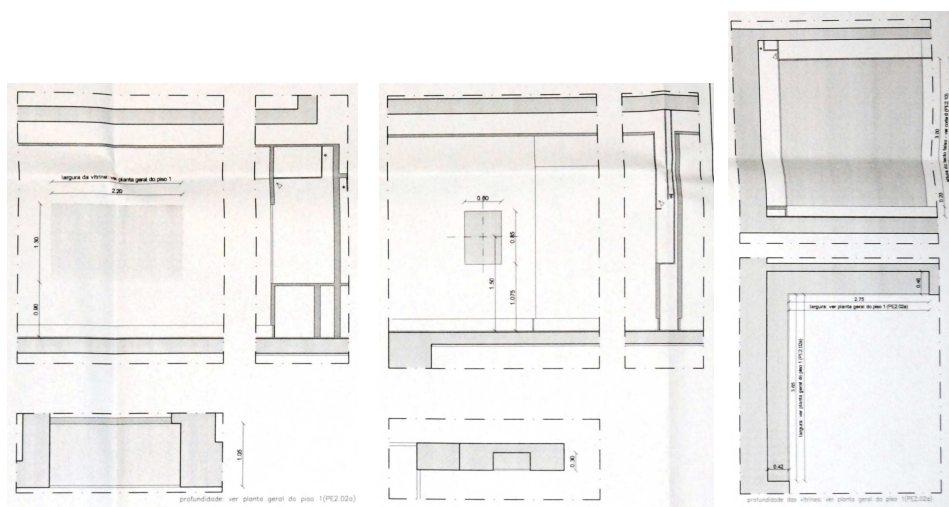


Fig.224. Desenho n.º PE-3.06, mapa de vitrines, *vitrine 4*, *vitrine 5* e *vitrine 6*, das alterações ao projecto de arquitectura coordenado pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, datado de Setembro de 2005. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.

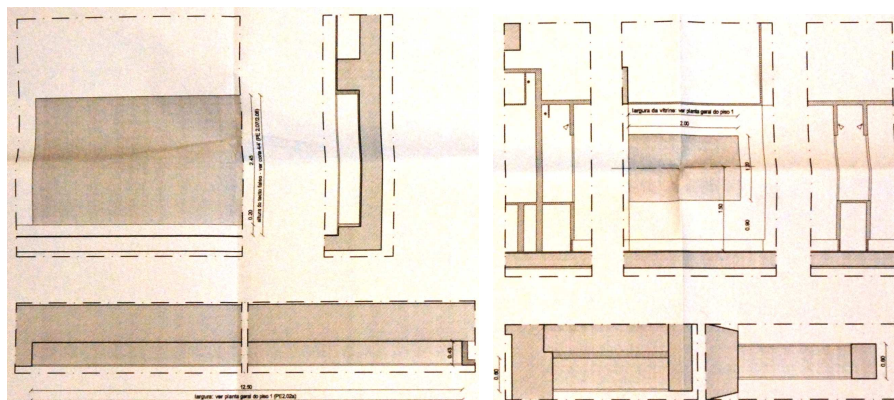


Fig.225. Desenho n.º PE-3.06, mapa de vitrines, *vitrine 7 e vitrine 8*, das alterações ao projecto de arquitectura coordenado pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, datado de Setembro de 2005. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.

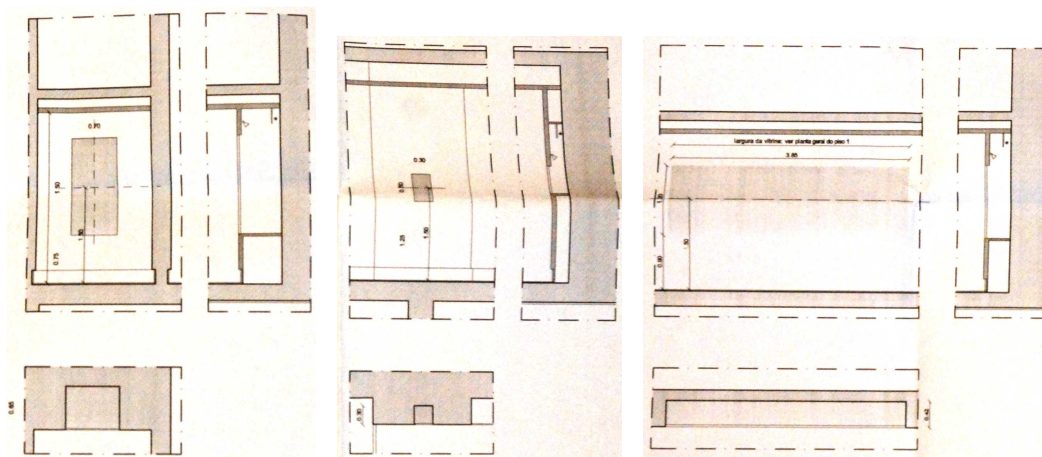


Fig.226. Desenho n.º PE-3.06, mapa de vitrines, *vitrine 9, vitrine 10 e vitrine 11*, das alterações ao projecto de arquitectura coordenado pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, datado de Setembro de 2005. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.

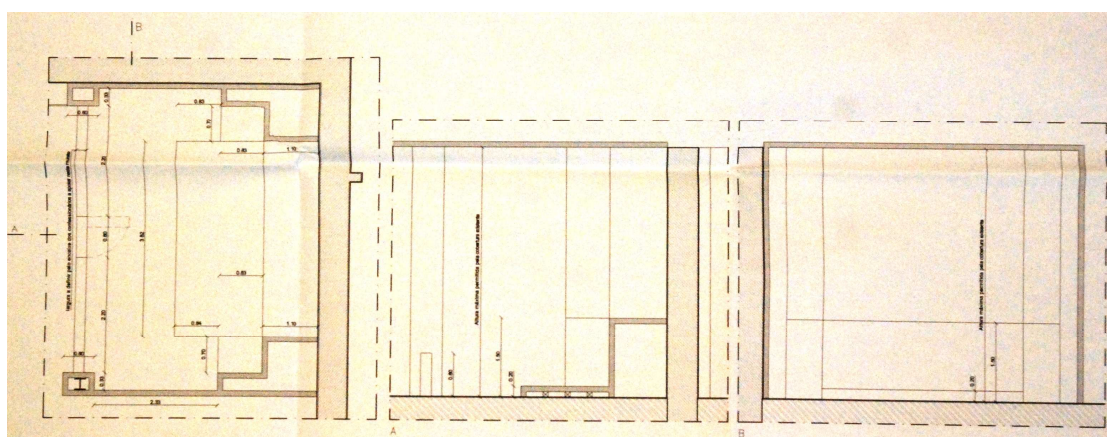


Fig.227. Desenho n.º PE-3.07.1, mapa de volumes expositivos, *volume 5*, das alterações ao projecto de arquitectura coordenado pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, datado de Setembro de 2005. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.

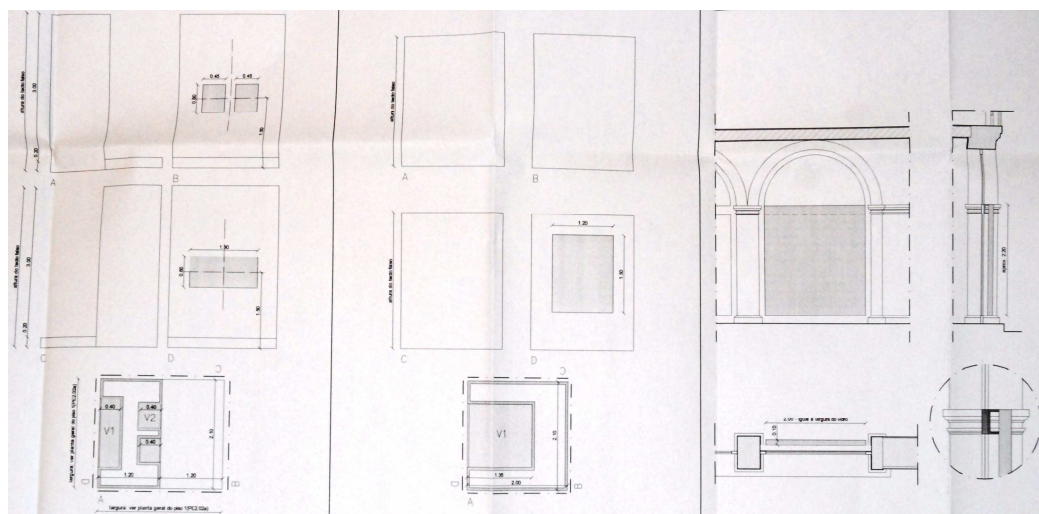


Fig.228. Desenho n.º PE-3.07a, mapa de volumes expositivos, *volume 1, volume 2 e volume 4*, das alterações ao projecto de arquitectura coordenado pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, datado de Setembro de 2005. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.

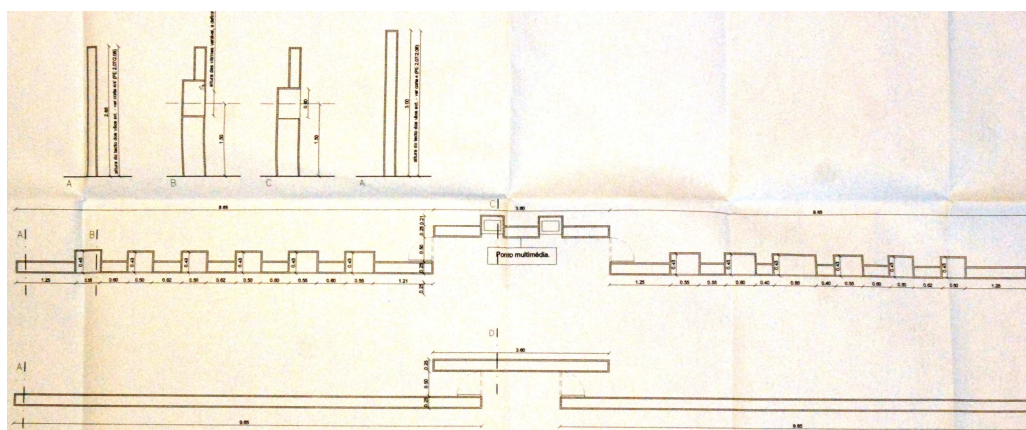
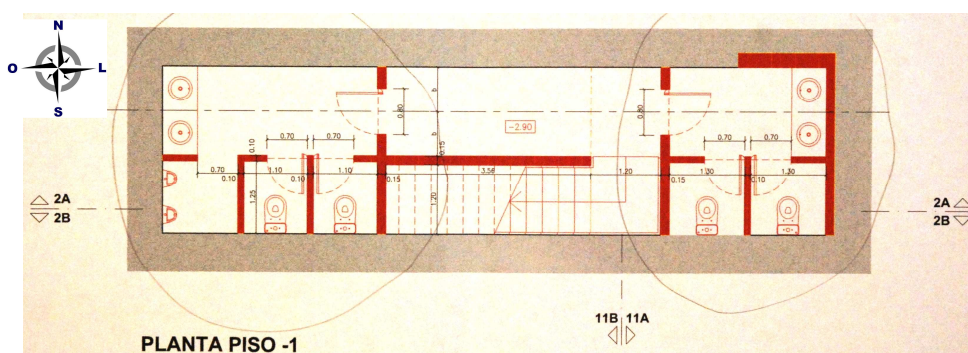
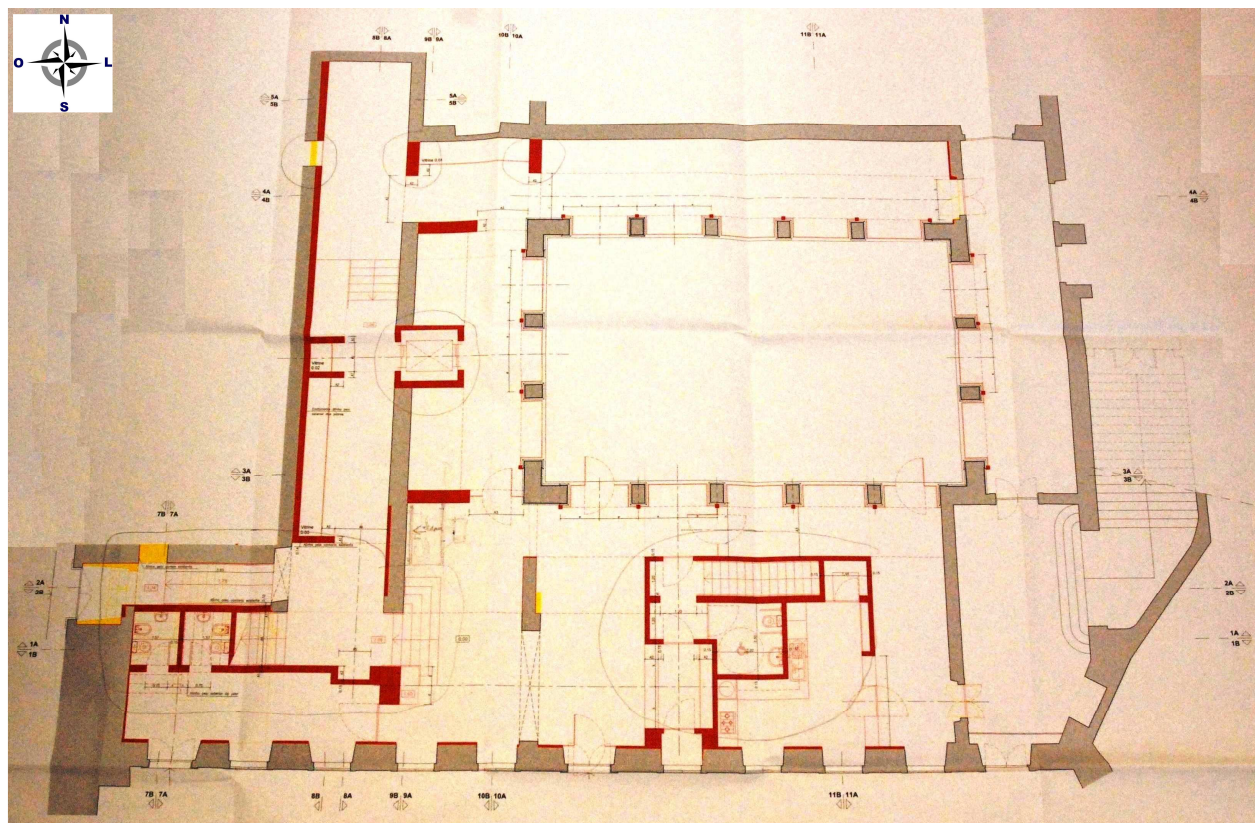
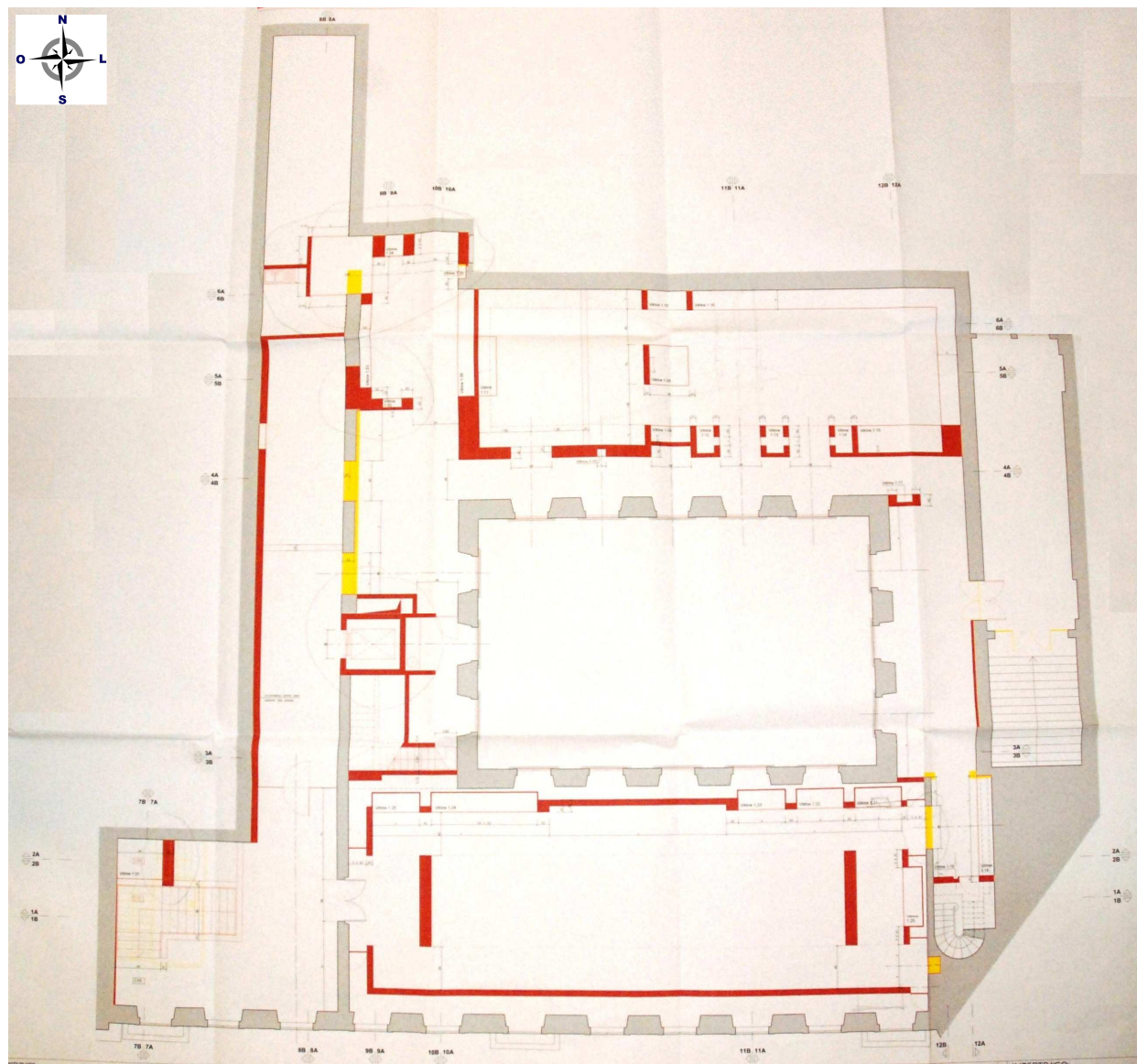


Fig.229. Desenho n.º PE-3.07a, mapa de volumes expositivos, *volume 3*, das alterações ao projecto de arquitectura coordenado pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, datado de Setembro de 2005. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.



Figs.230 e 231. Desenho n.º ALT 1.01, *Plantas dos pisos -1 e 0*, alterações ao projecto base, coordenado pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, datado de 26 de Abril de 2007. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.



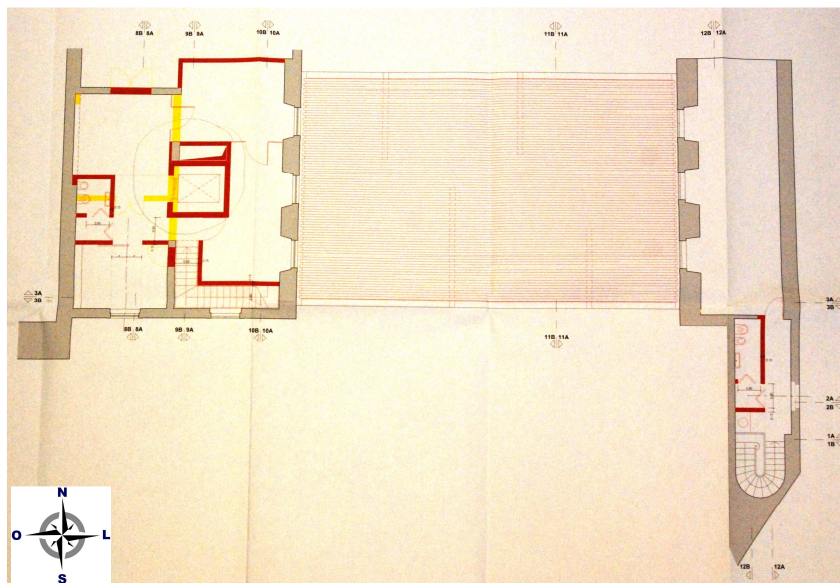
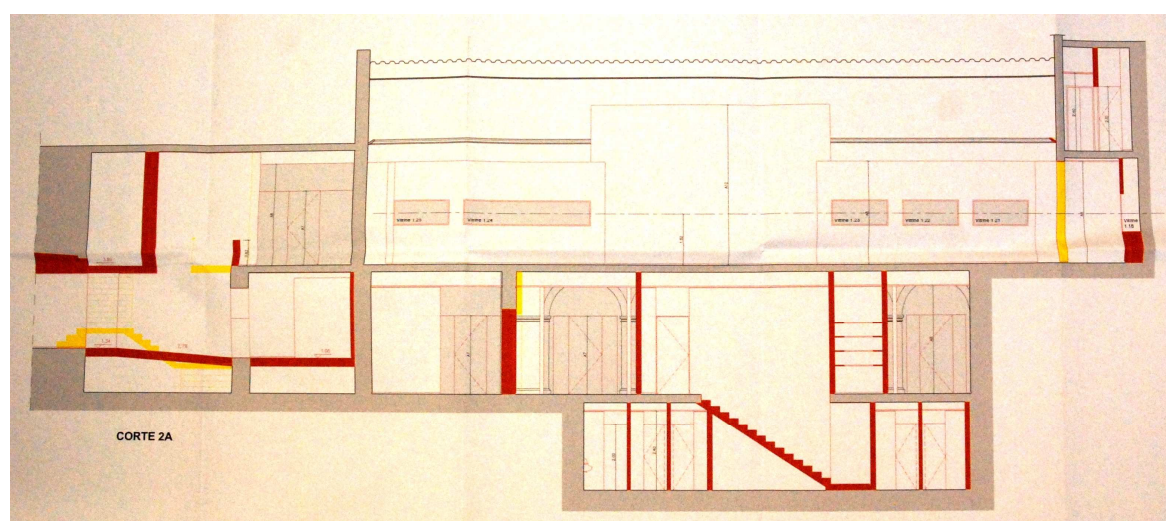
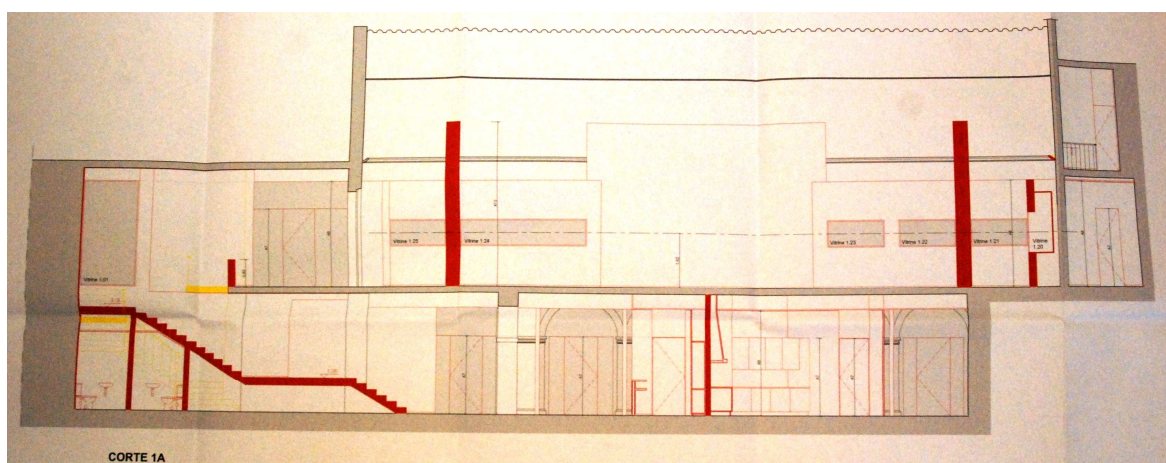
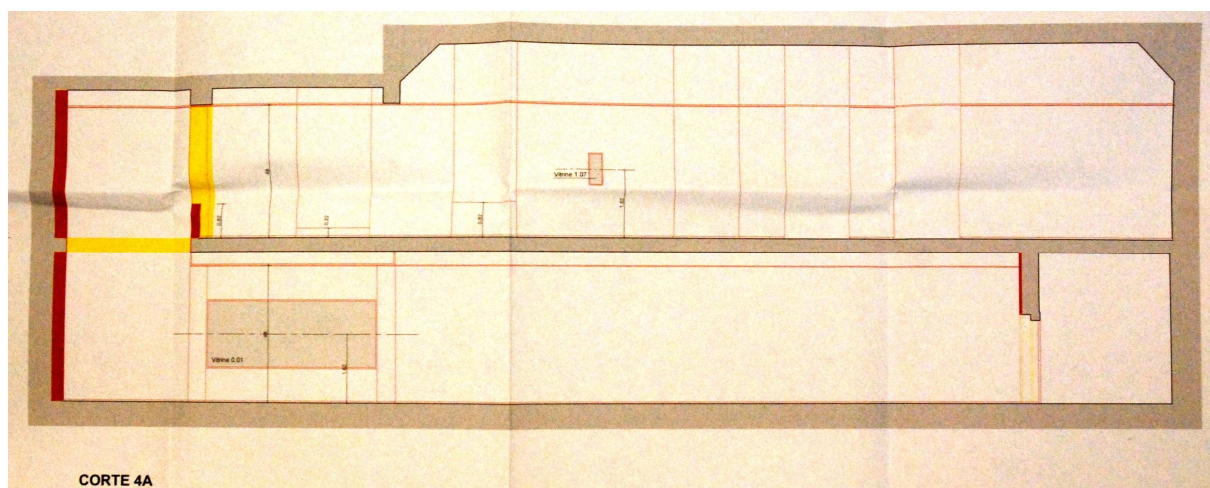
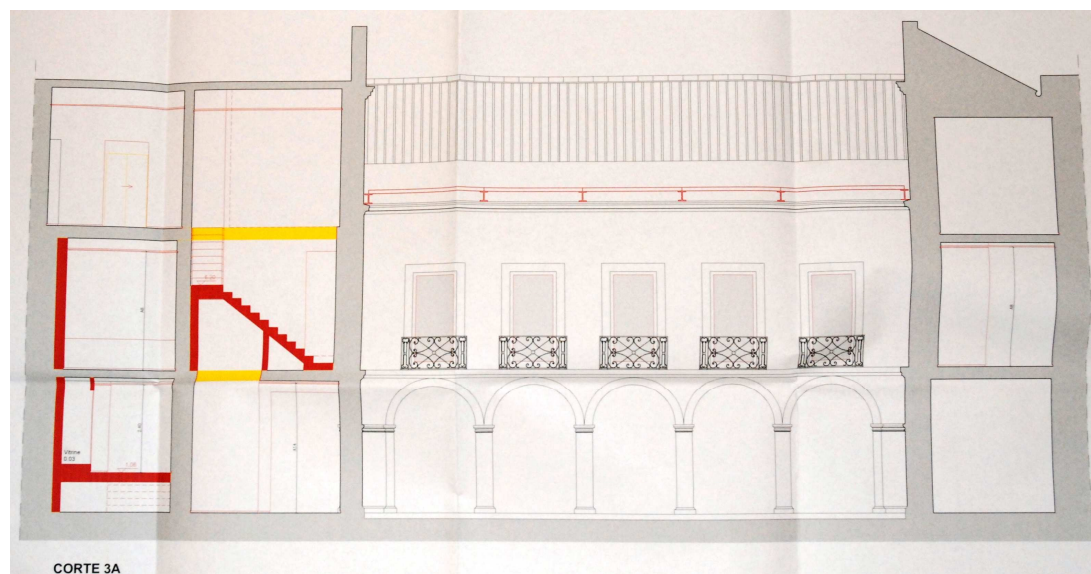


Fig.233. Desenho n.º ALT 1.03, *Planta do piso 2*, alterações ao projecto base, coordenado pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, datado de 26 de Abril de 2007. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.



Figs.234 e 235. Desenho n.º ALT 1.04, *Cortes 1A e 2A*, alterações ao projecto base, coordenado pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, datado de 26 de Abril de 2007. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.



Figs.236 e 237. Desenho n.º ALT 1.04, *Cortes 3A e 4A*, alterações ao projecto base, coordenado pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, datado de 26 de Abril de 2007. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.

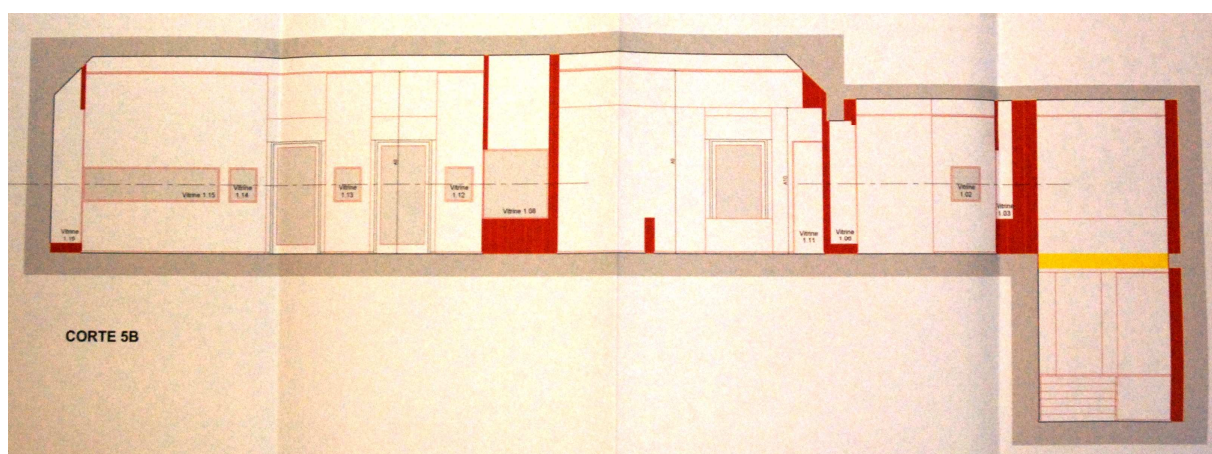
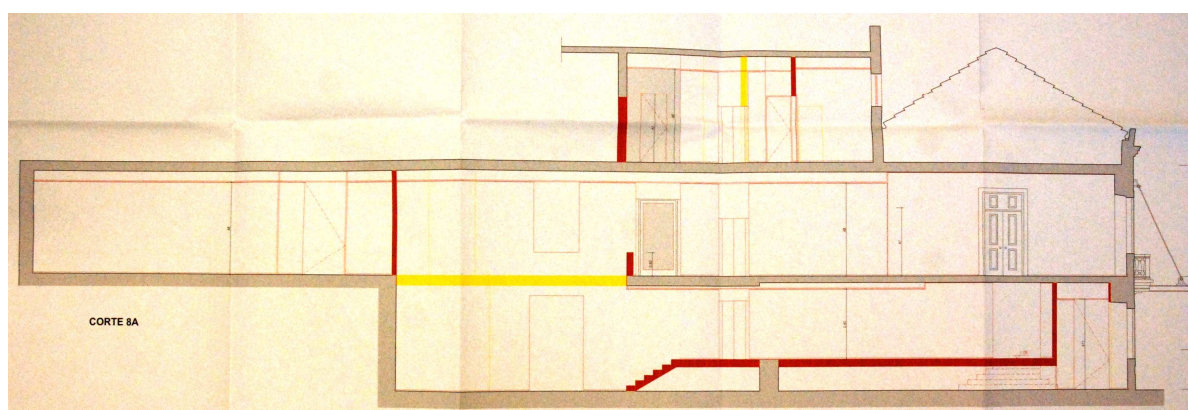
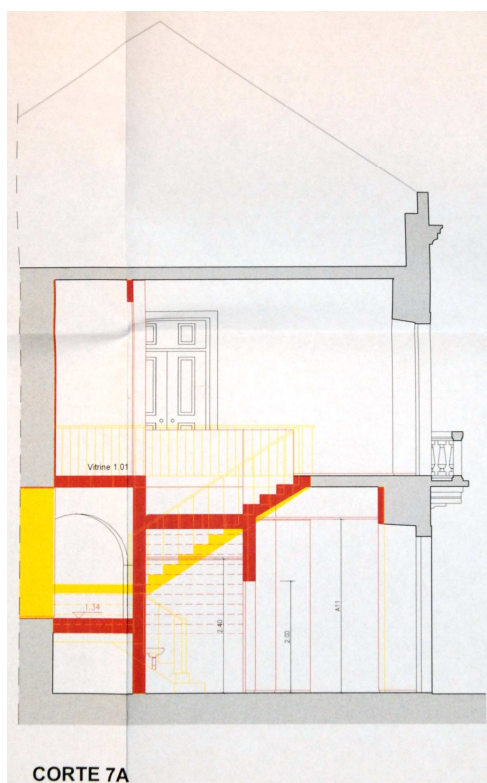
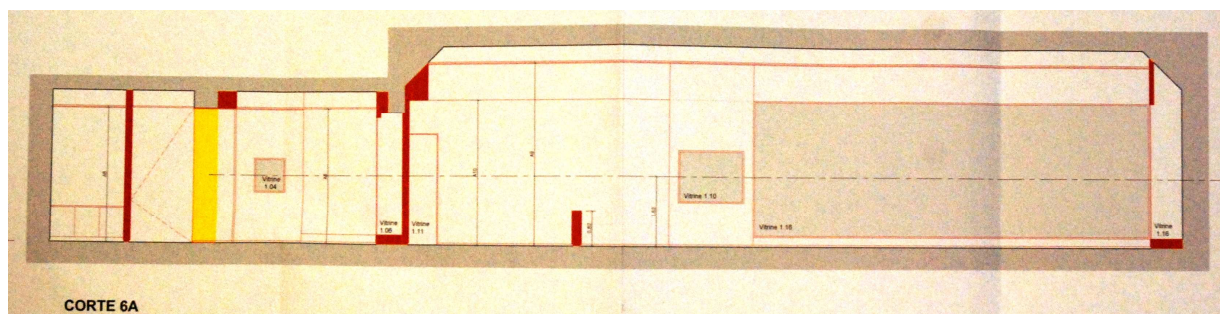
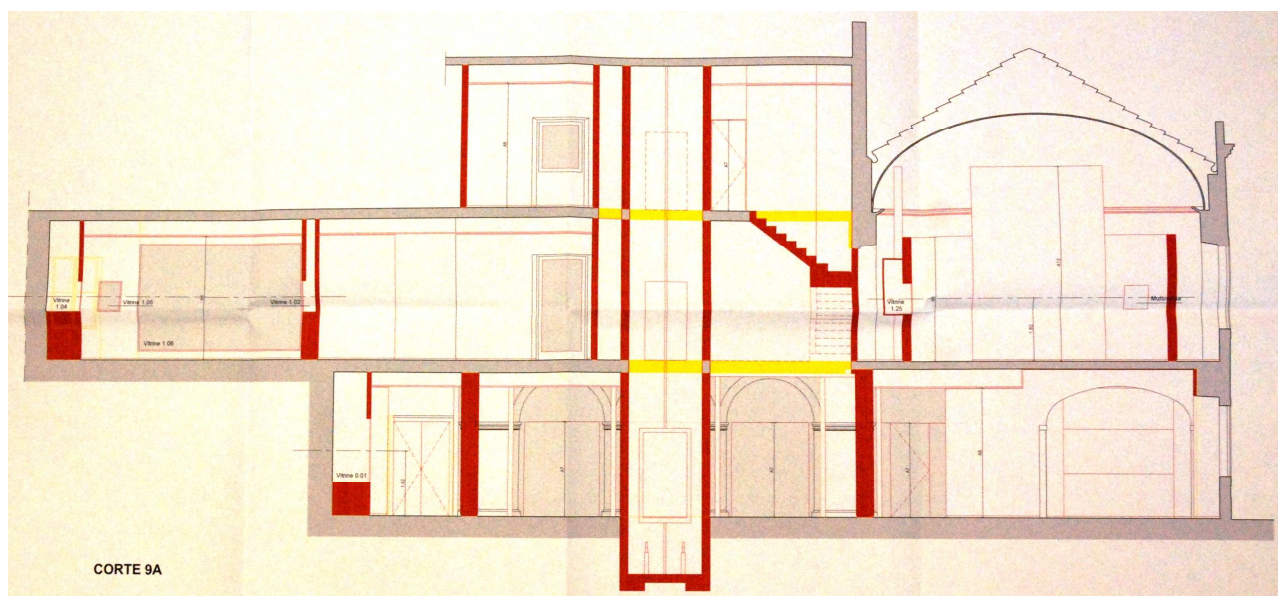
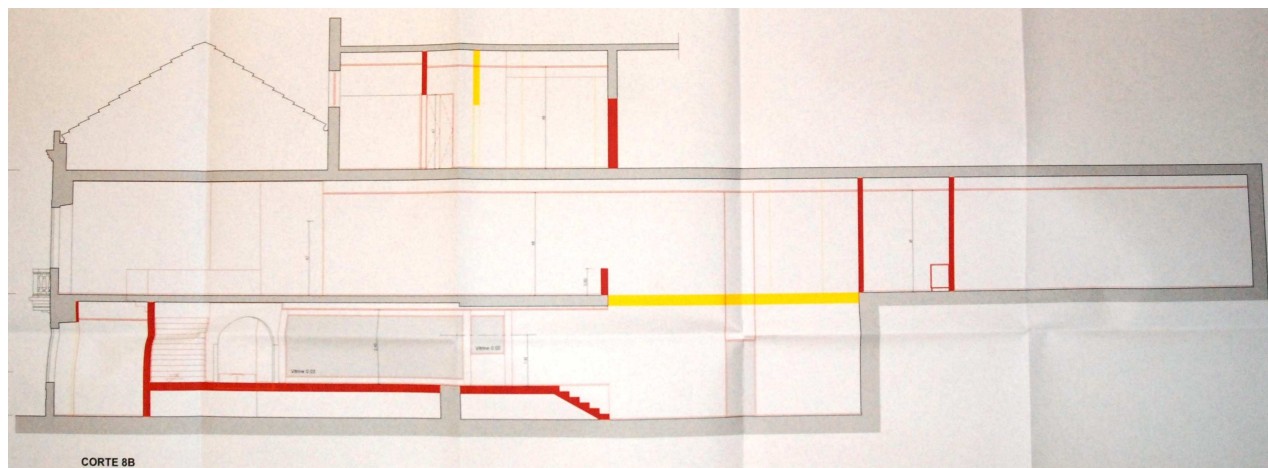


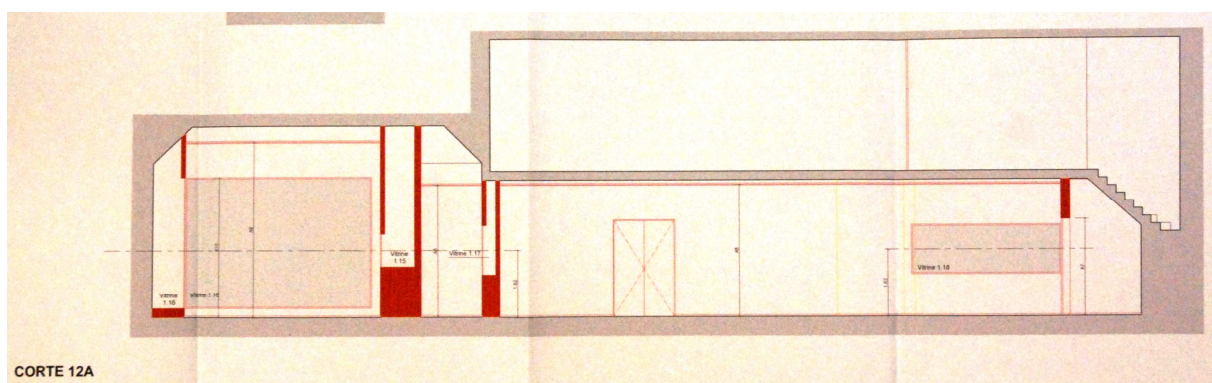
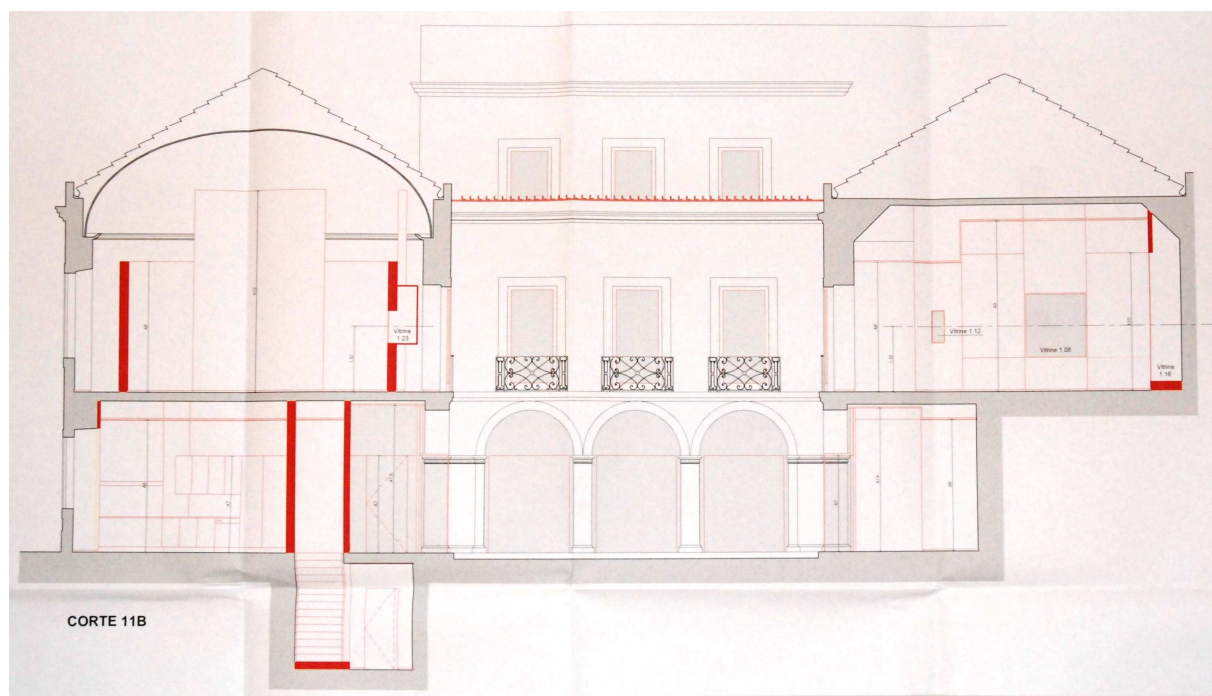
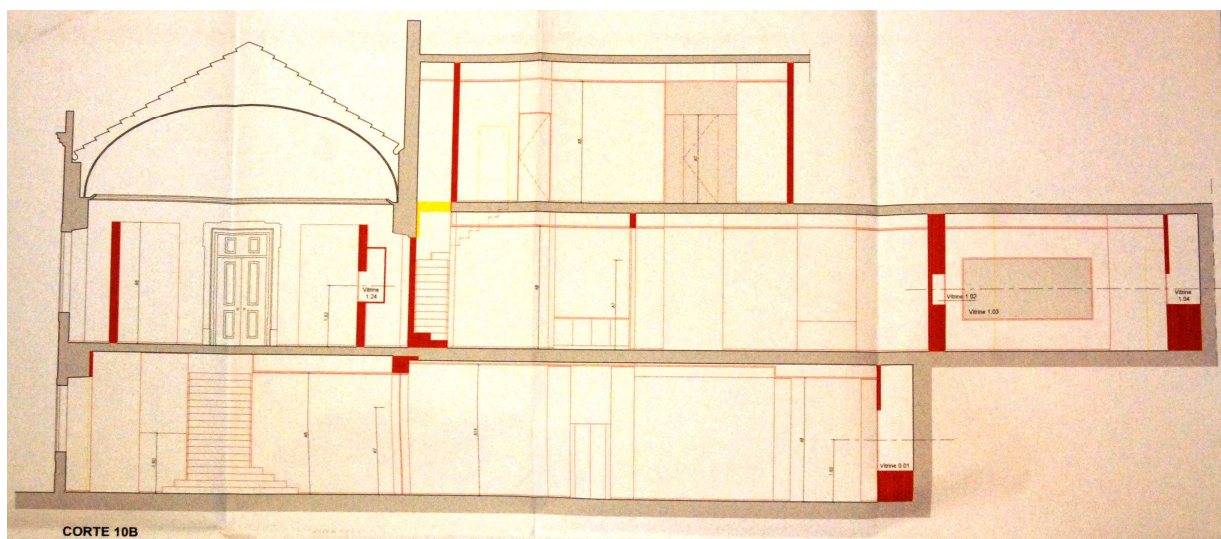
Fig.238. Desenho n.º ALT 1.06, *Corte 5B*, alterações ao projecto base, coordenado pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, datado de 26 de Abril de 2007. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.



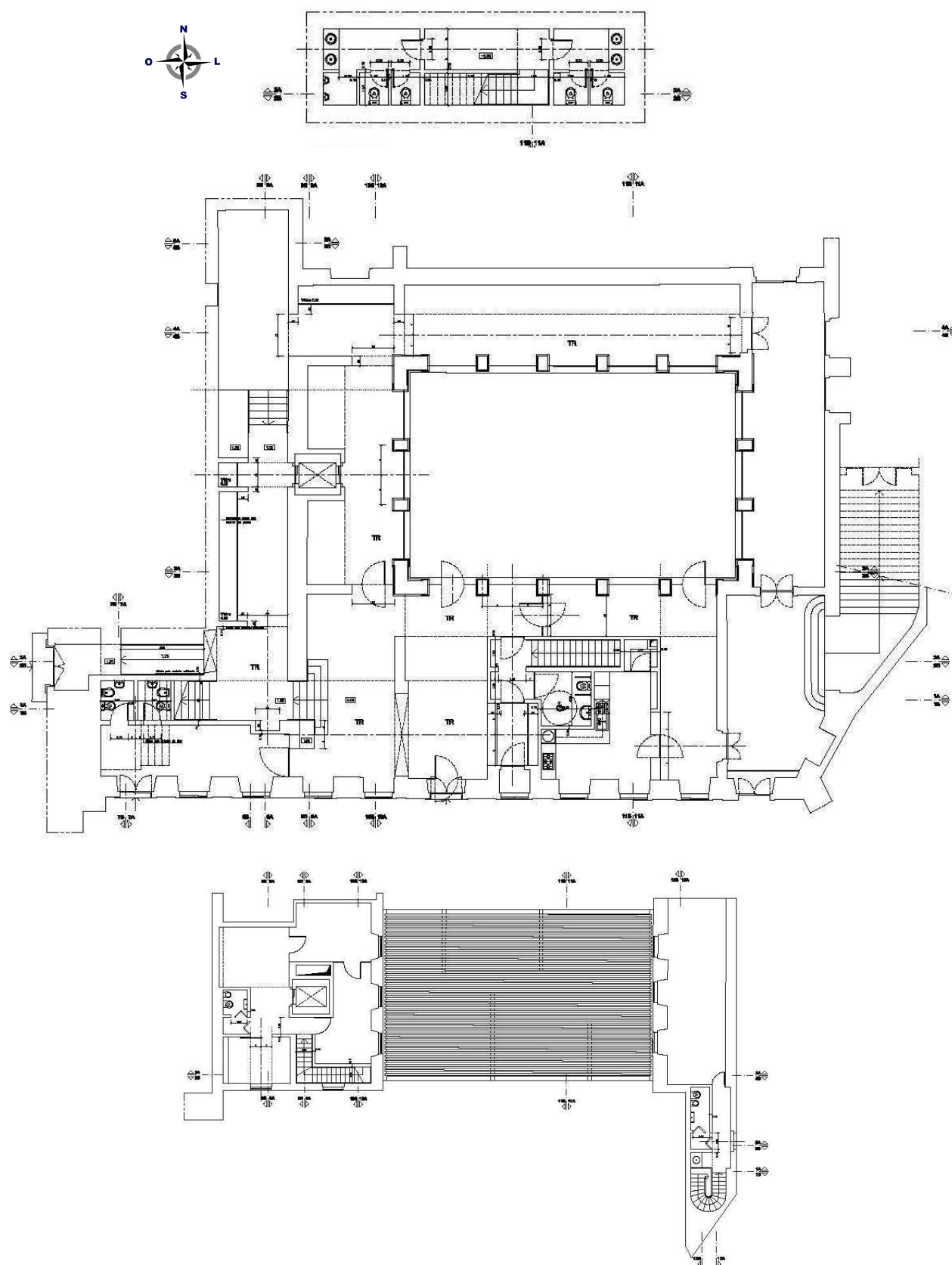
Figs.239, 240 e 241. Desenho n.º ALT 1.06, *Cortes 6A, 7A e 8A*, alterações ao projecto base, coordenado pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, datado de 26 de Abril de 2007. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.



Figs.242 e 243. Desenho n.º ALT 1.07, *Cortes 8B e 9A*, alterações ao projecto base, coordenado pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, datado de 26 de Abril de 2007. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.



Figs.244, 245 e 246. Desenho n.º ALT 1.08, *Cortes 10B, 11B e 12A*, alterações ao projecto base, coordenado pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, datado de 26 de Abril de 2007. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.



Figs.247, 248 e 249. Desenho n.º PE-A2.09, *Plantas dos pisos -1 e 0*, e Desenho PE-A2.11, *Planta do Piso 2*, do Projecto de execução, coordenado pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, datado de 4 de Setembro de 2007. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.

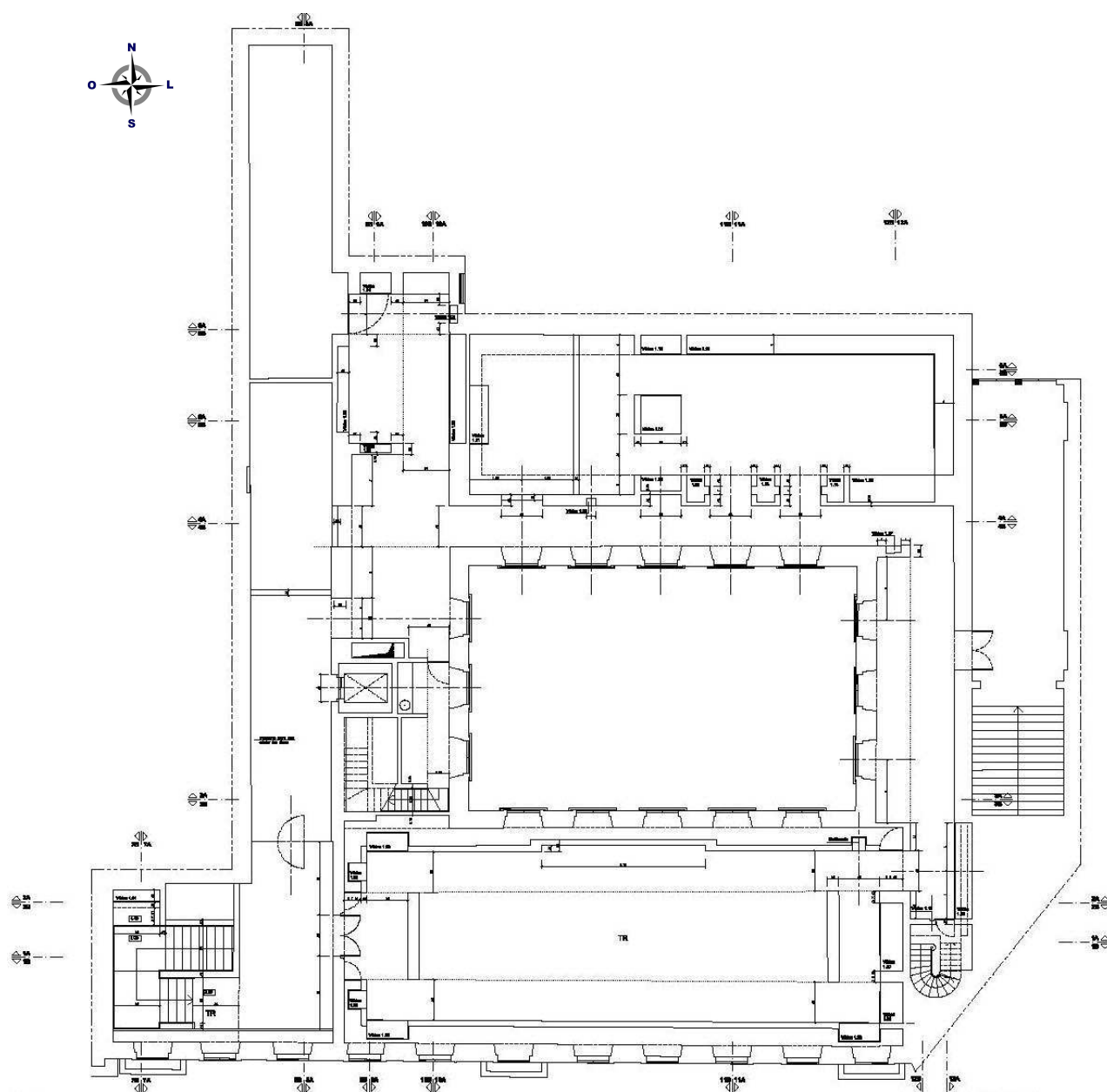
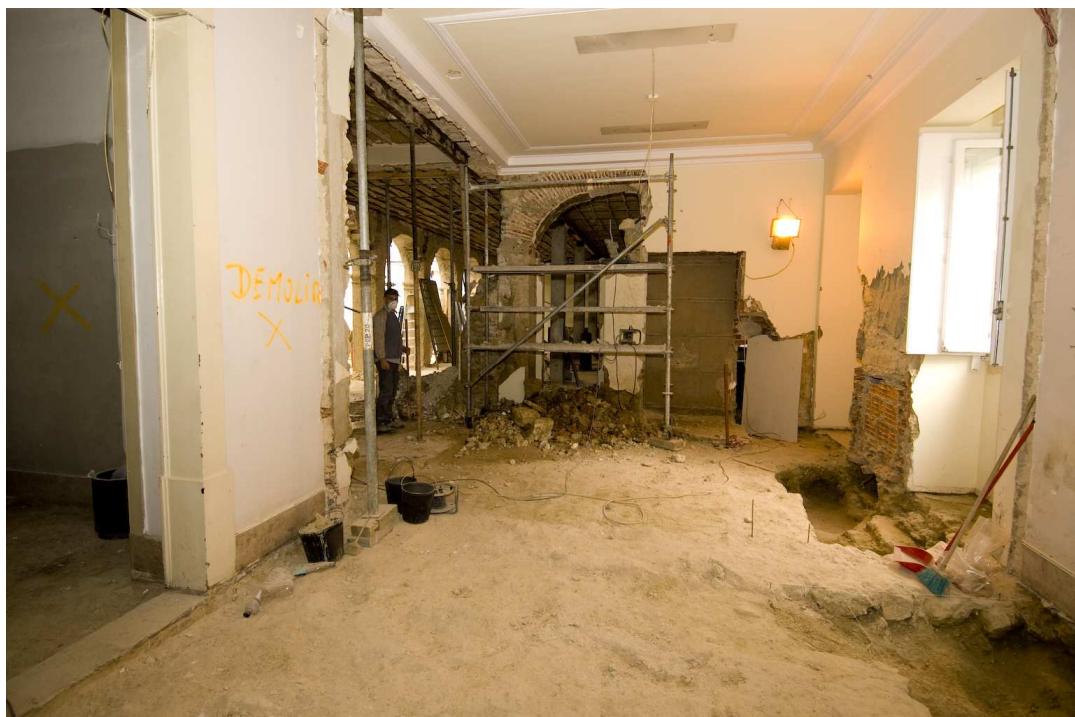


Fig.250. Desenho n.º PE-A2.10, *Planta do piso 1*, do Projecto de execução, coordenado pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, datado de 4 de Setembro de 2007. SCML, Arquivo do Museu de São Roque.



Figs.251 e 252. Estaleiro da obra de remodelação e ampliação do Museu de São Roque, instalado no Largo Trindade Coelho. Fotografias de autoria desconhecida, 2006/ 2007 (?). SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.253 e 254. Zona do átrio e recepção durante as obras de remodelação e ampliação do Museu de São Roque. Neste local encontrava-se, antes da remodelação, ao fundo (lado este) a antiga tesouraria e, do lado oposto, o antigo átrio do Museu. Fotografias de autoria desconhecida, 2007 (?). SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.255 e 256. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu. Na primeira imagem, é visível, ao fundo, a actual porta de entrada do museu, e um dos arcos encontrados durante as obras, que foi recuperado para a passagem de acesso à igreja. Na segunda imagem, é visível a zona dos actuais átrio e loja, também durante as obras de remodelação e ampliação do museu, onde se encontrava, antes da remodelação, o antigo átrio do museu e as escadas de acesso ao piso superior. Fotografias de autoria desconhecida, 2007 (?). SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.257 e 258. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu. Em ambas as imagens é visível a área onde se encontrava a antiga sala forte da Tesouraria, a sul do claustro, no piso -1, durante as obras de remodelação e ampliação do Museu de São Roque. Neste local foram construídas as instalações sanitárias para o público do Museu. A primeira fotografias é de autoria desconhecida, 2007 (?). SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota, e a segunda fotografia é de autoria desconhecida, 8 de Agosto de 2007. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota.



Figs.259 e 260. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu. Na primeira imagem é visível o lado sul do claustro durante as obras de remodelação do museu, e a escada de acesso às actuais instalações sanitárias para o público, situadas no piso -1. Na segunda imagem é visível, à esquerda, o lado oeste do claustro e à direita o lado sul. Nesta imagem é notória a demolição do pavimento do piso 1, do lado sul, da sala designada do Brasão. Ambas as fotografias são de autoria desconhecida, a primeira encontra-se datada de 17 de Outubro de 2007 e a segunda de 10 de Janeiro de 2008. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota.



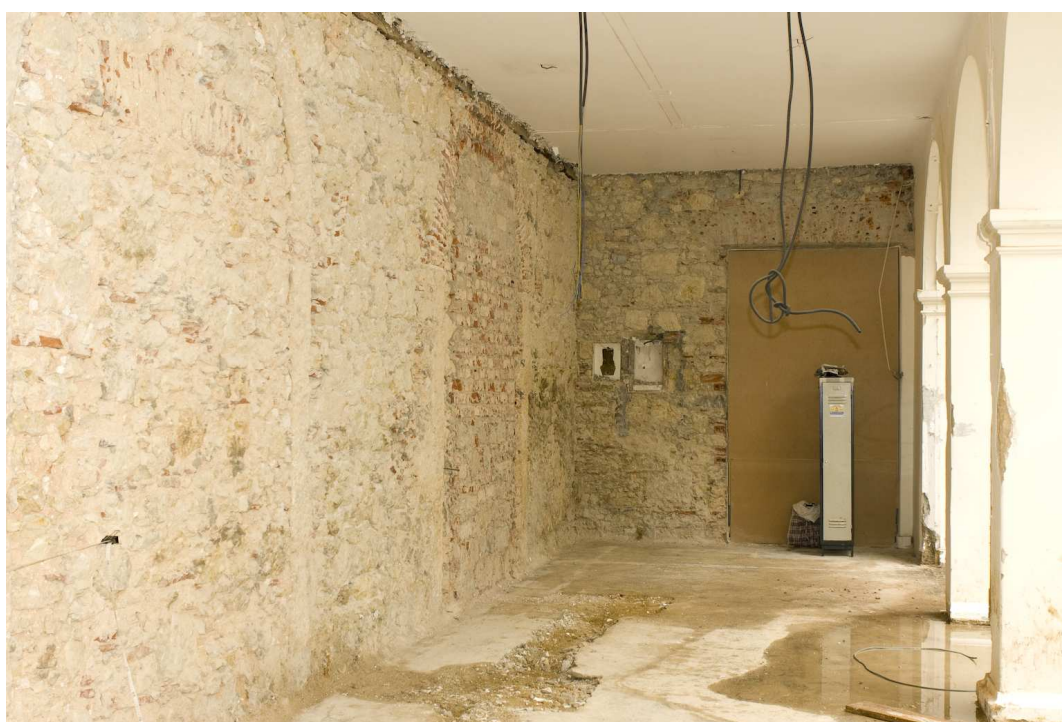
Figs.261 e 262. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu. Na primeira imagem é visível a ala oeste do claustro, no piso 0, durante a obra de remodelação. Nesta imagem é ainda notório o brasão pintado no tecto, que foi demolido durante estas obras. Na segunda imagem encontra-se retratada a parede poente desta ala, sendo visíveis os trabalhos de preenchimento do arco aí encontrado com tijolo maciço. A primeira fotografia é de autoria desconhecida, datada de 11 de Janeiro de 2007. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota e a segunda fotografia foi apresentada à SCML no Relatório Mensal da firma GF, de Fevereiro de 2007.



Figs.263 e 264. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu. Em ambas as imagens é visível a ala oeste do claustro, no piso 0, durante a obra de remodelação. Na primeira imagem é notória a degradação das vigas de madeira e, na segunda imagem encontra-se retratada a mesma zona após a demolição da laje do piso superior. Neste local foi instalado o elevador. Ambas as fotografias foram apresentadas à SCML nos Relatórios Mensais da firma GF, de Abril e Novembro de 2007.



Figs.265 e 266. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu. Na primeira imagem é visível, no piso 0, o corredor interior da ala oeste do claustro, durante a obra de remodelação. Simultaneamente, são também visíveis as aberturas executadas nas paredes do piso superior. Na segunda imagem encontra-se novamente retratada a ala oeste, numa fase mais avançada da obra. Nesta é já visível, na parede poente, a abertura do elevador. A primeira fotografia é de autoria desconhecida, datada de 8 de Agosto de 2007. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota, e a segunda é de autoria desconhecida, 2008 (?). SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs. 267 e 268. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu. Na primeira imagem é visível o espaço que invadiu o lado norte do claustro, no piso 0, durante as obras de demolição. Na segunda imagem é visível a ala a norte do claustro, no mesmo piso, após a demolição do espaço anexo e a picagem das paredes. Ambas as fotografias são de autoria desconhecida, 2007 (?) e 2008 (?). SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.269 e 270. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu. Na primeira imagem são visíveis as vigas de madeira degradadas da ala norte do claustro, no piso 0. Na segunda imagem encontra-se retratada a mesma zona numa fase final da obra, aquando da preparação do pavimento para a aplicação do vinílico. Ambas as fotografias foram apresentadas à SCML nos Relatórios Mensais da firma GF, de Abril de 2007 e Outubro de 2008.



Figs.271 e 272. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu. Em ambas as imagens são visíveis as escadas de acesso ao piso superior durante as obras de remodelação do museu. Na segunda imagem encontra-se patente o arco que foi aproveitado para a passagem de acesso à igreja e, ao fundo a porta de ligação à mesma. A primeira imagem é de autoria desconhecida, 2007 (?), SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota, e a segunda é de autoria desconhecida, 11 de Janeiro de 2007, SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota.



Figs.273 e 274. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu. Na primeira imagem é visível a parede interior da fachada do Museu, após picagem, na zona das antigas escadas de acesso ao piso superior. Na segunda imagem encontra-se retratada a mesma zona (à esquerda), actualmente transformada em loja do museu, e as novas escadas de acesso ao piso superior (à direita). A meio das escadas é visível parte do arco do corredor de acesso à igreja. Ambas as imagens são de autoria desconhecida, 2007 (?) e 2008 (?), SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.275 e 276. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu. Em ambas as imagens é visível a antiga escadaria de acesso ao piso superior e a porta de acesso à igreja, bem como o início do desentapamento do arco de ligação à Capela da Senhora Da Doutrina. Ambas as imagens são de autoria desconhecida, 2006/ 2007 (?) e 2007 (?), SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.277 e 278. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu. Em ambas as imagens é visível a zona superior da antiga escadaria de acesso ao piso 1 e parte da parede interior da fachada do museu. Na primeira imagem é parcialmente visível a estrutura de madeira da cobertura. Ambas as imagens são de autoria desconhecida, 2007 (?), SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.279 e 280. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu. Em ambas as imagens é visível a zona oeste do piso 1 e, na primeira fotografia, parte da sala situada a norte do claustro. Na segunda imagem são visíveis algumas aberturas na parede poente da zona oeste. A primeira imagem é de autoria desconhecida, 4 de Janeiro de 2007. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota e, a segunda imagem é de autoria desconhecida, 2007 (?). SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.281 e 282. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu. Na primeira imagem é visível parte da parede poente do corredor interior da ala oeste, no piso 0, onde se encontra patente uma antiga estrutura entaipada. Na segunda imagem é visível a área das antigas reservas, espaço actualmente utilizado para o mesmo fim, onde é visível, na parede poente, parte de uma antiga estrutura pombalina. Ambas as imagens são de autoria desconhecida, 2007 (?). SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.283 e 284. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu. Na primeira imagem é visível a antiga estrutura pombalina da parede poente da ala oeste. Na segunda imagem é visível, à direita a sala situada a norte do claustro e, à esquerda, uma antiga porta que se encontrava entaipada antes das obras de remodelação do museu. Ambas as imagens são de autoria desconhecida, 2007 (?). SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.285 e 286. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu. Em ambas as imagens é visível a sala norte do museu durante as obras de remodelação. Na primeira imagem vemos, ao fundo, o lado oeste e, na segunda, a parede este. A primeira imagem é de autoria desconhecida, 2007 (?). SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota e, a segunda imagem é de autoria desconhecida, 8 de Agosto de 2007. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota.



Figs. 287 e 288. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu. Em ambas as imagens é visível a sala norte do museu durante as obras de remodelação. Na primeira imagem vemos, do lado esquerdo, a sala este do museu e, na segunda a sala norte após a construção das novas divisórias para a sala do Tesouro da Capela de São João Baptista. A primeira imagem é de autoria desconhecida, 2007 (?). SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota e, a segunda imagem é de autoria desconhecida, 19 de Junho de 2008. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota.



Figs.289 e 290. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu. Em ambas as imagens é visível a sala oeste do museu durante as obras de remodelação. Na primeira imagem vemos, ao fundo, o lado sul da sala e, na segunda, o lado norte, durante uma fase mais avançada da obra. A primeira imagem é de autoria desconhecida, 19 de Junho de 2008, SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota e, a segunda imagem é de autoria desconhecida, 2008 (?). SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota



Figs. 291 e 292. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu. Em ambas as imagens é visível a sala sul do museu, designada Sala do Brasão, durante as obras de remodelação. Na primeira imagem vemos o lado este da sala, numa fase muito inicial da obra. Na segunda imagem vemos o lado oeste da sala e, do lado esquerdo, as escadas de acesso aos gabinetes técnicos do museu, no piso 2. Ambas as imagens são de autoria desconhecida, 2006 (?) e 2007 (?), SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota



Figs.293 e 294. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu. Em ambas as imagens é visível a antiga Sala do Brasão durante as obras de remodelação. Na primeira imagem vemos que o pavimento desta sala foi totalmente demolido, tendo sido posteriormente reconstruído em betão armado, como é visível na segunda imagem. A primeira imagem é de autoria desconhecida, 10 de Janeiro de 2008, SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota, e a segunda imagem é de autoria desconhecida, 2008 (?). Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota



Figs.295 e 296. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu. Em ambas as imagens é visível a Sala do Brasão durante as obras de remodelação. Na primeira imagem vemos o início da construção das paredes falsas nesta sala e, na segunda a finalização das mesmas. A primeira imagem é de autoria desconhecida, 2008. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota e, a segunda imagem é de autoria desconhecida, 6 de Março de 2008. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota



Figs.297 e 298. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu. Em ambas as imagens é visível a Sala do Brasão durante as obras de remodelação. Na primeira imagem vemos as paredes falsas construídas nesta sala e a distancia das mesmas da parede original e, na segunda imagem estas paredes apresentam-se já rebocadas. A primeira imagem é de autoria desconhecida, 6 de Março de 2008. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota, e, a segunda imagem é de autoria desconhecida, 2008. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota



Figs.299 e 300. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu. Em ambas as imagens é visível a Sala do Brasão numa fase final das obras de remodelação. Em ambas é visível o brasão protegido com manga de plástico. A primeira imagem é de autoria desconhecida, 13 de Agosto de 2008. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota, e, a segunda imagem é de autoria desconhecida, 2008. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota



Figs.301 e 302. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu. Em ambas as imagens é visível a ocupação parcial do claustro, ao nível do piso 0 e o terraço ao nível do piso 1. Ambas as imagens são de autoria desconhecida, 2006. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.303 e 304. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu. Na primeira imagem é visível a demolição do corpo que ocupava parcialmente o claustro e, na segunda o aspecto do mesmo espaço já desocupado. A primeira fotografia foi apresentada à SCML no Relatório Mensal da firma GF, de Outubro de 2006 e, a segunda é de autoria desconhecida, 2006 (?). SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.305 e 306. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu. Na primeira imagem é visível o lado norte do claustro e a ala do mesmo lado, com as paredes picadas. Sobre os arcos é visível a zona onde encaixava a laje do terraço que ocupava este espaço. Na segunda imagem é visível a realização de trabalhos de escavação arqueológica no claustro. Ambas as fotografias são de autoria desconhecida, 4 de Janeiro de 2007 e 11 de Janeiro de 2007. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota.



Figs.307 e 308. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu. Na primeira imagem é visível a ala situada a oeste do claustro, com as paredes picadas. No tecto é ainda visível o brasão pintado, alegadamente do século XX. Na segunda imagem são visíveis as paredes envolventes do claustro com os rebocos antigos totalmente picados. Ambas as fotografias são de autoria desconhecida, 11 de Janeiro de 2007 e 8 de Agosto de 2007. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota.



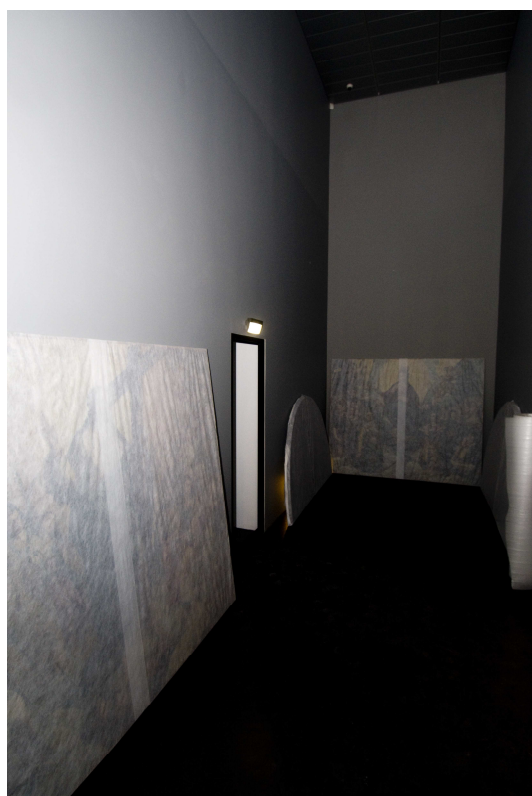
Figs.309 e 310. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu. Na primeira imagem é visível o claustro já rebocado e pintado, porém ainda sem a grelha de ensombramento e sem as vidrarias nas janelas e nos arcos e, na segunda imagem, é representado o claustro numa fase mais avançada da obra, já com aqueles elementos. Ambas as fotografias são de autoria desconhecida, 2008. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, sem cota.



Figs.311 e 312. Aspecto das obras de remodelação e ampliação do museu. Vistas gerais do claustro após a finalização da obra e dos elementos vegetalistas alusivos à presença dos Jesuítas no Japão, China, Índia e Brasil. Na primeira imagem são visíveis os lados oeste e norte do claustro e, na segunda, os lados oeste e sul. Ambas as fotografias são de autoria desconhecida, 2008. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, sem cota.



Figs.313 e 314. Aspecto das salas de exposição durante a instalação das peças. Na primeira imagem é visível o átrio e recepção e, na segunda imagem, o núcleo da *Ermida Manuelina de São Roque*. Ambas as fotografias são de autoria desconhecida, Novembro/ Dezembro de 2008. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, sem cota.



Figs.315, 316 e 317. Aspecto das salas de exposição durante a instalação das peças. Na primeira imagem é visível o núcleo da *Companhia de Jesus, Iconografia da Ordem e Principais Devoções* e, na segunda, do núcleo da *Companhia de Jesus, Devoção às Relíquias*. Ambas as fotografias são de autoria desconhecida, Novembro/ Dezembro de 2008. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, sem cota.



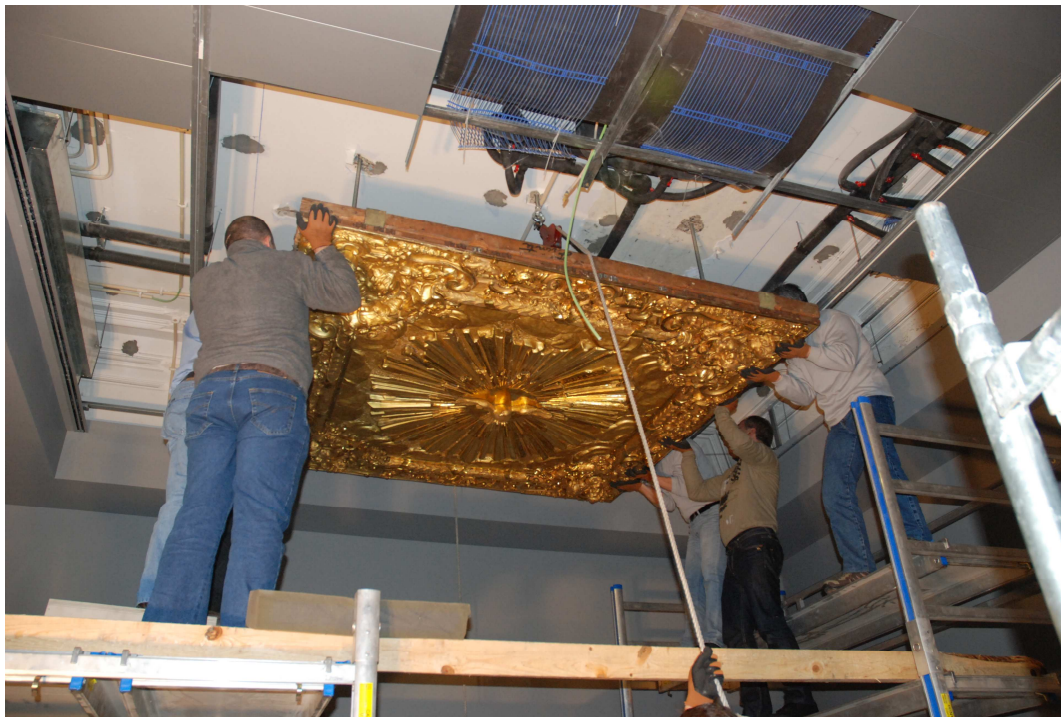
Figs.318 e 319. Aspecto das salas de exposição durante a instalação das peças. Em ambas as imagens é visível o núcleo da *Companhia de Jesus, Encarnação de Cristo e o Culto à Virgem*. Na primeira imagem é também visível, ao fundo, parte do subnúcleo *Devoção de Cristo – Paixão e Glorificação*. Ambas as fotografias são de autoria desconhecida, Novembro/ Dezembro de 2008. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, sem cota.



Figs.320 e 321. Aspecto das salas de exposição durante a instalação das peças. Na primeira imagem é visível o núcleo da *Companhia de Jesus, Devoção a Cristo – Natividade e infância* e, ao fundo, o núcleo da *Arte Oriental*. Na segunda imagem é visível o corredor onde se inicia o núcleo do *Tesouro da Capela de São João Baptista*, também na fase de instalação e montagem. Ambas as fotografias são de autoria desconhecida, Novembro/ Dezembro de 2008. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, sem cota.



Figs.322, 323 e 324. Aspecto das salas de exposição durante a instalação das peças. Nas primeiras imagens é visível a instalação da escultura de D. João V no corredor onde se inicia o núcleo do *Tesouro da Capela de São João Baptista* e, na segunda imagem, encontra-se retratada a instalação da maqueta da Capela de São João Baptista na sala principal do mesmo núcleo. Fotografias da autora, Dezembro de 2008. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, sem cota.



Figs.325 e 326. Aspecto das salas de exposição durante a instalação das peças. Em ambas as imagens é visível a instalação do baldaquino e do tocheiro na sala principal do núcleo do *Tesouro da Capela de São João Baptista*. Fotografias da autora, Dezembro de 2008. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, sem cota.



Figs.327 e 328. Aspecto das salas de exposição durante a instalação das peças. Na primeira imagem encontra-se representada uma vista geral do núcleo do *Tesouro da Capela de São João Baptista*, e na segunda imagem encontra-se a primeira sala do núcleo da *Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Fotografias da autora, Dezembro de 2008. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, sem cota.



Figs.329 e 330. Aspecto das salas de exposição durante a instalação das peças. Vistas da sala principal do núcleo da *Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Fotografias de autoria desconhecida, Dezembro de 2008. SCML, Arquivo do Museu de São Roque, sem cota.



Figs.331 e 332. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres. Na primeira imagem é visível a entrada e recepção do Museu, e na segunda imagem a loja e a escada de acesso ao piso intermédio e à igreja. Fotografias da autoria de Cintra & Castro Caldas, Lda., Fevereiro de 2009. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.333 e 334. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres. Em ambas as imagens é visível o átrio da entrada do Museu. Na primeira encontra-se patente a escada de acesso ao piso intermédio e a porta de acesso ao claustro, e na segunda, à esquerda a porta de acesso à exposição permanente e à direita as portas de acesso ao claustro e à cafetaria. Fotografias da autoria de João Pecurto, Janeiro de 2009. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota.



Fig.335. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres. Imagem do primeiro núcleo da exposição, dedicado à *Ermida Manuelina de São Roque*. Fotografia da autoria de João Pecurto, Janeiro de 2009. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota.



Fig.336. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres. Imagem da primeira parte do núcleo da *Companhia de Jesus, Iconografia da Ordem e Principais Devoções*. Ao fundo encontra-se patente parte do subnúcleo, *Devoção às Relíquias*. Fotografia da autoria de Cintra & Castro Caldas, Lda., Fevereiro de 2009. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.337 e 338. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres. Em ambas as imagens é visível o núcleo da *Companhia de Jesus, Iconografia da Ordem e Principais Devoções*. A primeira fotografia é da autoria de Cintra & Castro Caldas, Lda., Fevereiro de 2009. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota, e a segunda fotografia é da autoria de João Pecurto, Janeiro de 2009. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota.



Fig.339. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres. É visível o núcleo da *Companhia de Jesus, Devoção às Relíquias* e, ao fundo, encontra-se patente parte do subnúcleo, *Iconografia da Ordem e Principais Devoções*. Fotografia da autoria de João Pecurto, Janeiro de 2009. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota.



Fig.340. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres. É visível parte do núcleo da *Companhia de Jesus, Objectos de Uso Litúrgico e de Ornamentação da Igreja* e, ao fundo encontra-se patente parte do subnúcleo, *Devoção às Relíquias*. Fotografia da autoria de Cintra & Castro Caldas, Lda., Fevereiro de 2009. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.

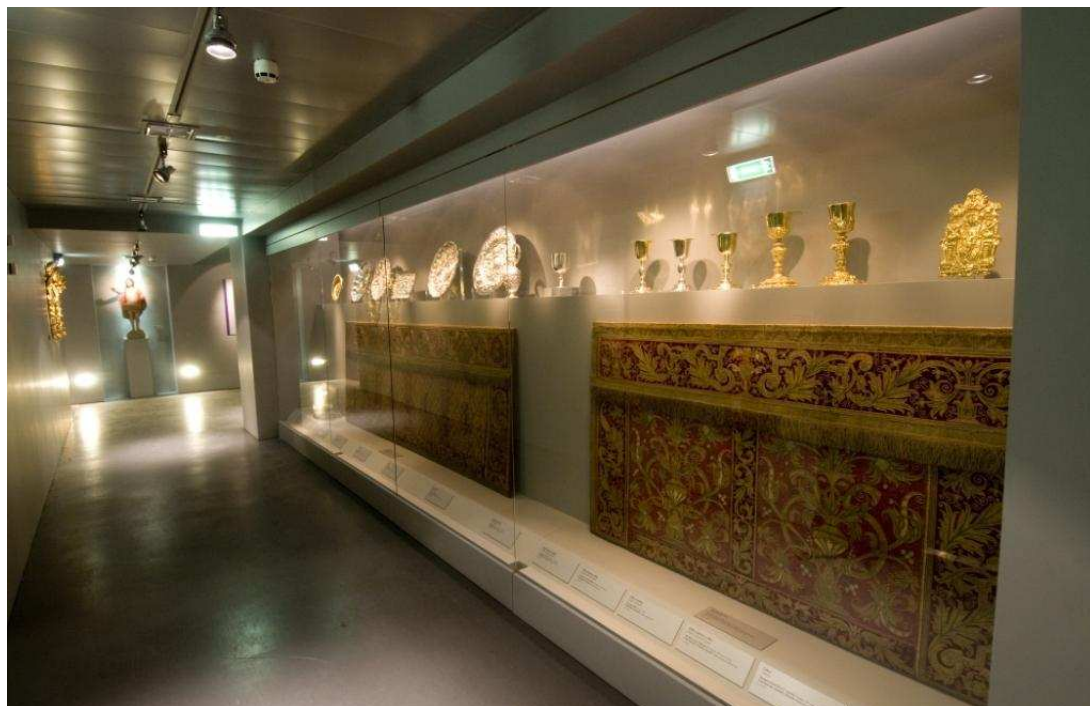


Fig.341. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres. Imagem do núcleo da *Companhia de Jesus, Objectos de Uso Litúrgico e de Ornamentação da Igreja*. Ao fundo, encontra-se patente o início do subnúcleo *Devoção de Cristo – Paixão e Glorificação*. Fotografia da autoria de João Pecurto, Janeiro de 2009. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota.



Fig.342. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres. Imagem das escadas de acesso ao piso 1, e da passagem de ligação à Igreja de São Roque. Fotografia da autoria de João Pecurto, Janeiro de 2009. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota.



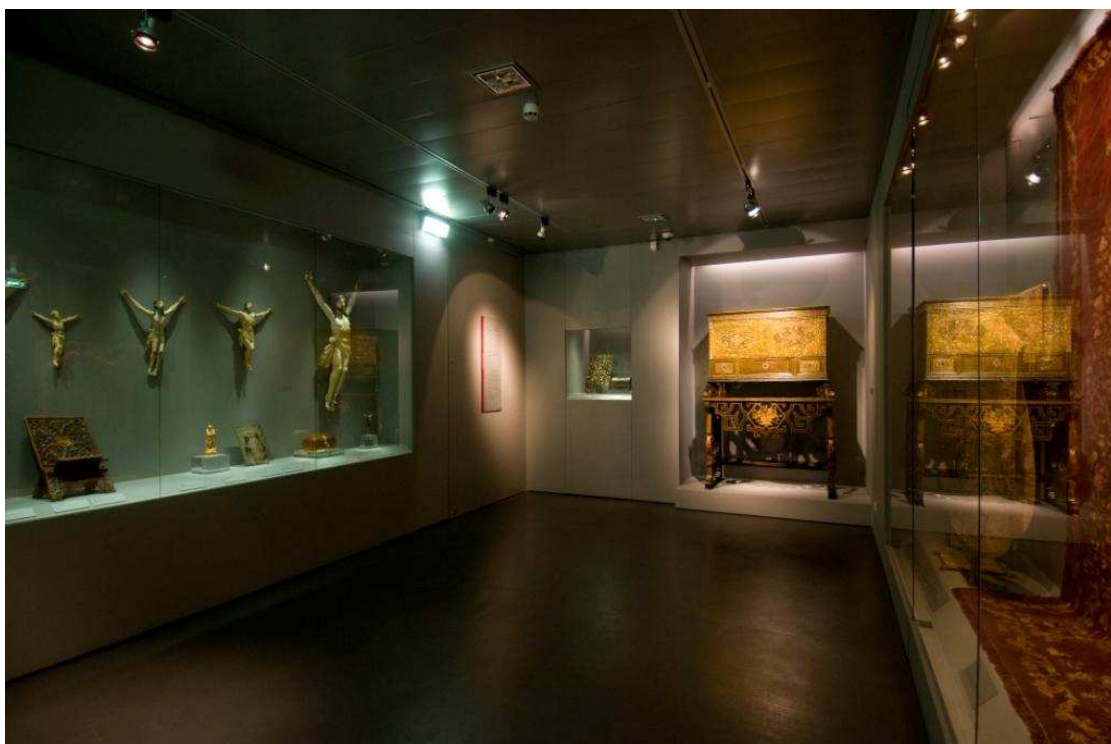
Figs.343 e 344. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres. Em ambas as imagens é visível a escadaria de acesso ao piso 1, onde se situa o núcleo da *Companhia de Jesus, Devoção de Cristo – Paixão e Glorificação*. Este subnúcleo encontra-se concentrado na zona das escadas de acesso ao piso 1. A primeira fotografia é da autoria de João Pecurto, Janeiro de 2009. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota, e a segunda fotografia é da autoria de Cintra & Castro Caldas, Lda., Fevereiro de 2009. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.345 e 346. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres. Em ambas as imagens é visível o núcleo da *Companhia de Jesus*, representado nos subnúcleos a *Encarnação de Cristo e o Culto à Virgem* e a *Devoção a Cristo – Natividade e infância*. Na segunda imagem encontra-se ao fundo o núcleo de *Arte Oriental*. Fotografias da autoria de Cintra & Castro Caldas, Lda., Fevereiro de 2009. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.347 e 348. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres. Em ambas as imagens é visível a reserva do Museu de São Roque. Fotografias da autora, Janeiro 2009. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.349 e 350. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres. Na primeira imagem é visível o núcleo de *Arte Oriental*, e na segunda imagem o início do núcleo do *Tesouro da Capela de São João Baptista*. Fotografias da autoria de João Pecurto, Janeiro de 2009. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota.



Figs.351 e 352. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres. Em ambas as imagens é visível o núcleo do *Tesouro da Capela de São João Baptista*. A primeira fotografia é da autoria de Cintra & Castro Caldas, Lda., Fevereiro de 2009. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota, e a segunda fotografia é da autoria de João Pecurto, Janeiro de 2009. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota.



Figs.353 e 354. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres. Em ambas as imagens é visível o núcleo do *Tesouro da Capela de São João Baptista*. A primeira fotografia é da autoria de Cintra & Castro Caldas, Lda., Fevereiro de 2009. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota, e a segunda fotografia é da autoria de João Pecurto, Janeiro de 2009. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota.



Figs.355 e 356. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres. Na primeira imagem é visível o núcleo do *Tesouro da Capela de São João Baptista* e, na segunda imagem, o núcleo da *Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Fotografias da autoria de Cintra & Castro Caldas, Lda., Fevereiro de 2009. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.357 e 358. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres. Em ambas as imagens é visível o núcleo da *Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. A primeira fotografia é da autoria de Cintra & Castro Caldas, Lda., Fevereiro de 2009. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota, e a segunda fotografia é da autoria de João Pecurto, Janeiro de 2009. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota.



Figs.359 e 360. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres. Em ambas as imagens é visível a cafeteria do Museu, área anteriormente inexistente e introduzida através deste projecto. Na segunda imagem é também visível a ligação visual ao claustro. A primeira fotografia é da autoria de Cintra & Castro Caldas, Lda., Fevereiro de 2009. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota, e a segunda fotografia é da autoria de João Pecurto, Janeiro de 2009. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota.



Figs.361 e 362. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres. Em ambas as imagens é visível o claustro do Museu, área anteriormente ocupada, em parte, pelos serviços do voluntariado e totalmente renovada através deste projecto. Note-se a introdução dos elementos vegetalistas e do lago ao centro, à semelhança daquilo que havia sido projectado pelo arquitecto Sérgio Infante, nos anos 80 do século XX. Fotografias da autoria de Cintra & Castro Caldas, Lda., Fevereiro de 2009. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.363 e 364. Aspecto do museu após a renovação segundo o projecto de Carlos Pietra Torres. Em ambas as imagens é visível a fachada do Museu após a remodelação. Note-se que, em termos estruturais não foram introduzidas grandes alterações, tendo como objectivo a manutenção da traça introduzida por Adães Bermudes, no início do século XX. Salienta-se particularmente alguns aspectos de ordem estética como a introdução das duas telas verticais identificativas do Museu e as telas colocadas no interior das janelas onde figuram personagens das colecções “deambulando” pelo espaço. A primeira fotografia é da autoria de João Pecurto, Janeiro de 2009. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota, e a segunda fotografia é da autoria de Cintra & Castro Caldas, Lda., Fevereiro de 2009. SCML, Museu de São Roque, Arquivo Fotográfico, sem cota.



Figs.365 e 366. Inauguração do Museu de São Roque. Na primeira imagem encontra-se representada a fachada do Museu aquando do evento de inauguração do mesmo e, na segunda imagem encontram-se retratados, ao centro, o provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Rui Ferreira da Cunha, à sua direita o ministro do trabalho e da Solidariedade Social, José António Vieira da Silva, e à esquerda o ministro da Cultura, José Pinto Ribeiro. Fotografias de autoria desconhecida, 19 de Dezembro de 2008. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota



Figs.367 e 368. Inauguração do Museu de São Roque. Na primeira imagem encontra-se retratado o momento solene da inauguração, protagonizado pelo provedor da Misericórdia de Lisboa, Rui Ferreira da Cunha, o ministro do trabalho e da Solidariedade Social, José António Vieira da Silva e o ministro da Cultura, José Pinto Ribeiro. Na segunda imagem encontra-se representada a conservadora do Museu de São Roque, Teresa de Freitas Morna, rodeada das individualidades acima referidas. Fotografias de autoria desconhecida, 19 de Dezembro de 2008. SCML, Unidade de Comunicação e Imagem, sem cota



Fig.369. Pormenor das ossadas encontradas nas valas abertas para as fundações. Fotografia apresentada à SCML no Relatório Mensal da firma GF, de Outubro de 2006.



Fig.370. Imagem dos trabalhos de pesquisa arqueológica realizados pelos técnicos do IPPAR na zona sul do Museu. Fotografia apresentada à SCML no Relatório Mensal da firma GF, Novembro de 2006.



Figs. 371 e 372. Exemplos de um enterramento encontrado na zona de instalação do elevador. Fotografias apresentadas à SCML no Relatório Mensal da firma GF, Outubro de 2006.

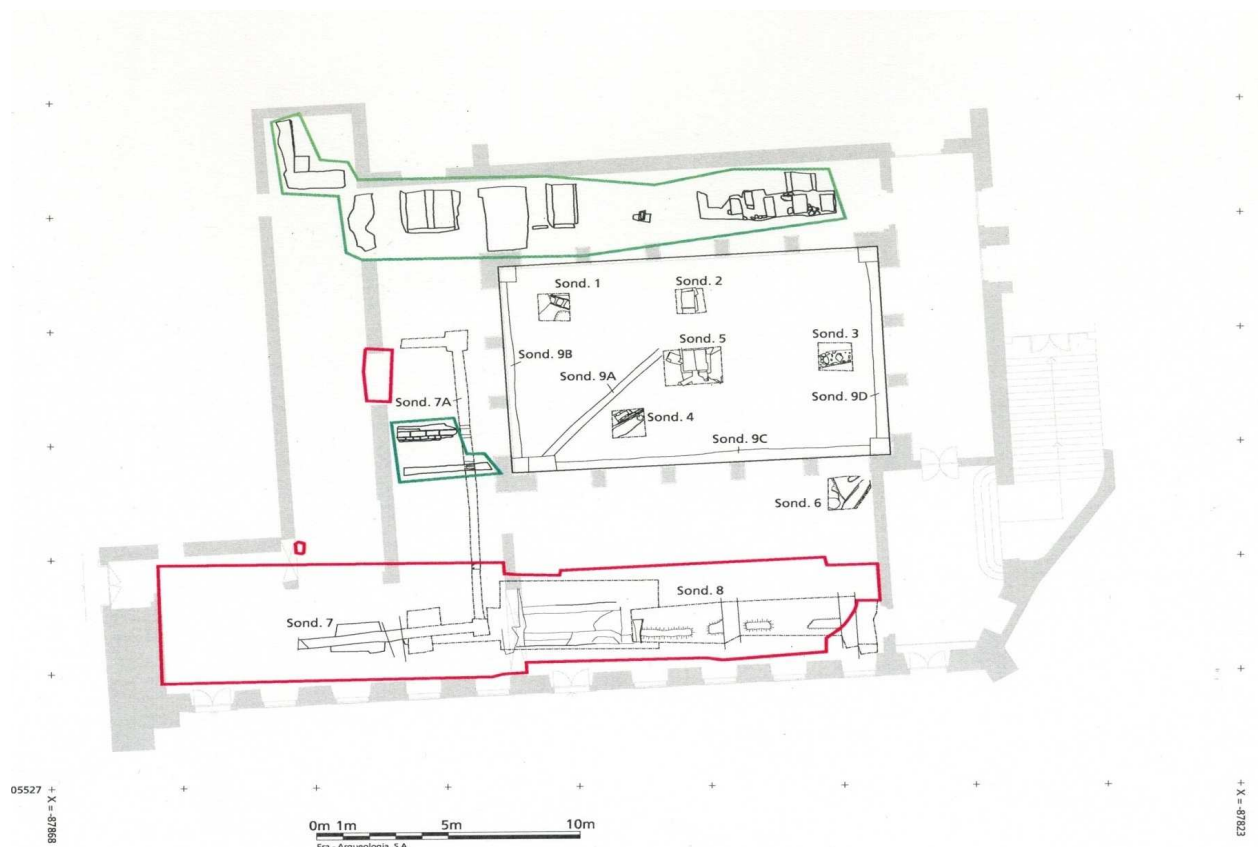


Fig.373. Mapa identificativo das zonas onde foram realizadas sondagens arqueológicas. Desenho apresentado à SCML, pela firma Era, S.A., no *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos, Escavação Arqueológica e Acompanhamento Arqueológico no Museu de São Roque*, em 2007.



Fig. 374. Trabalhos de escavação para implantação dos esgotos, na zona do claustro, realizados pela firma Era, S.A. Fotografia apresentada à SCML no Relatório Mensal da firma GF, de Março de 2007.



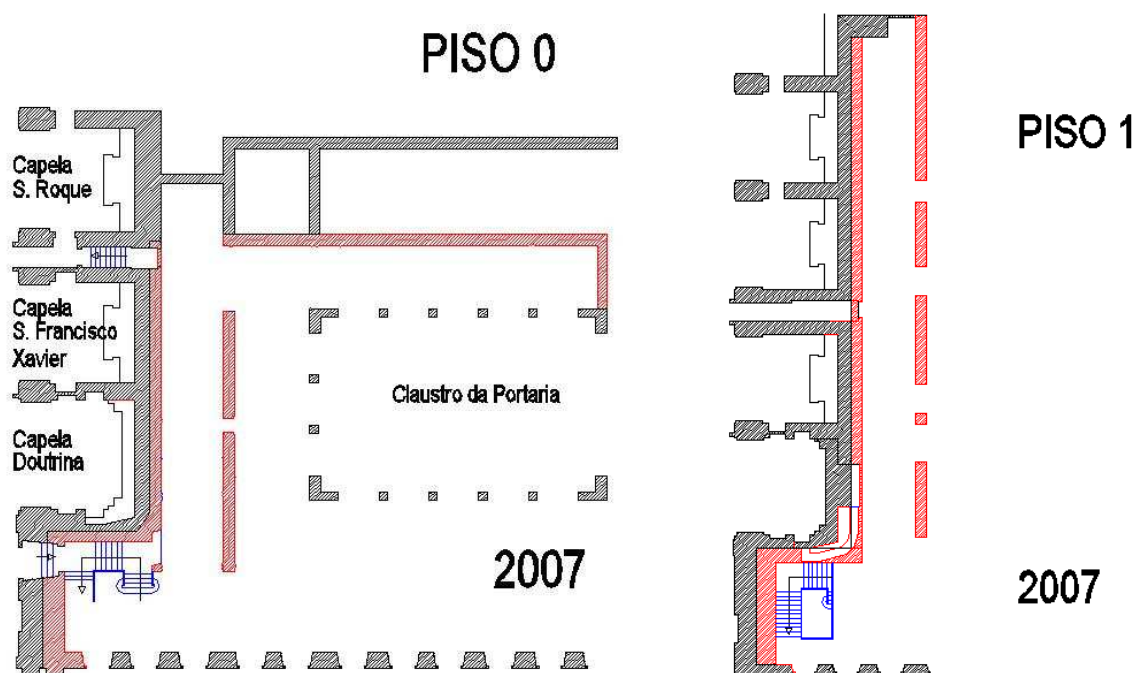
Figs. 375 e 376. Trabalhos de escavação arqueológica realizados pela firma Era, S.A. Fotografias apresentadas à SCML, pela firma Era, S.A., no *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos, Escavação Arqueológica e Acompanhamento Arqueológico no Museu de São Roque*, em 2007.



Fig. 377. Exemplo do material osteológico encontrado durante os trabalhos de escavação arqueológica realizados pela firma Era, S.A. Fotografias apresentadas à SCML, pela firma Era, S.A., no *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos, Escavação Arqueológica e Acompanhamento Arqueológico no Museu de São Roque*, em 2007.



Figs. 378, 379, 380, 381 e 382. Exemplo dos artefactos encontrados durante os trabalhos de escavação arqueológica realizados pela firma Era, S.A. Fotografias apresentadas à SCML, pela firma Era, S.A., no *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos, Escavação Arqueológica e Acompanhamento Arqueológico no Museu de São Roque*, em 2007.



Figs.383 e 384. Plantas esquemáticas das paredes mapeadas (a vermelho) do Piso 0 e Piso 1 do Museu de São Roque. Desenhos apresentados à SCML, pelas firmas In Situ e Topometria, no *Levantamento e Identificação das Estruturas Arquitectónicas na Área de Transição da Zona Residencial para a Igreja da Casa Professa de São Roque*, em 2007.

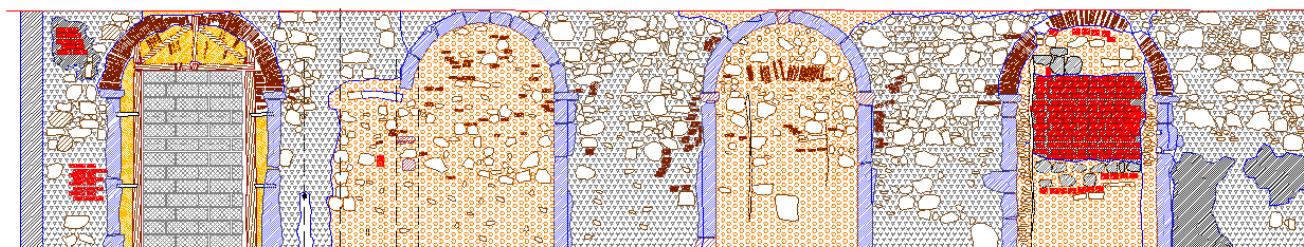


Fig.385. Cartografia da parede a norte do claustro, no piso 0. Desenhos apresentados à SCML, pelas firmas In Situ e Topometria, no *Levantamento e Identificação das Estruturas Arquitectónicas na Área de Transição da Zona Residencial para a Igreja da Casa Professa de São Roque*, em 2007.

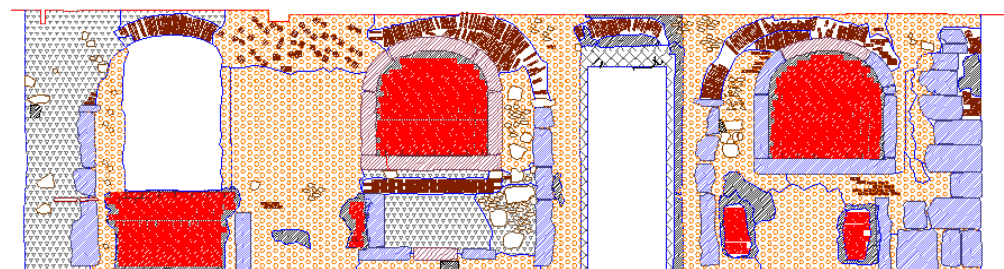


Fig.386. Cartografia da parede a poente do claustro, no piso 0. Desenhos apresentados à SCML, pelas firmas In Situ e Topometria, no *Levantamento e Identificação das Estruturas Arquitectónicas na Área de Transição da Zona Residencial para a Igreja da Casa Professa de São Roque*, em 2007.

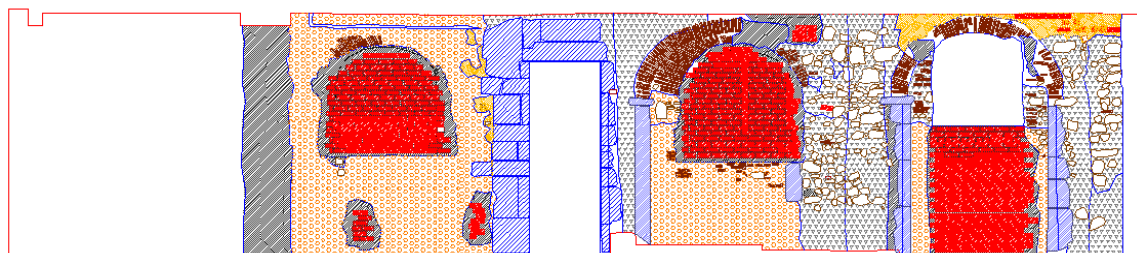


Fig.387. Cartografia da parede nascente, do corredor interior, no piso 0. Desenhos apresentados à SCML, pelas firmas In Situ e Topometria, no *Levantamento e Identificação das Estruturas Arquitectónicas na Área de Transição da Zona Residencial para a Igreja da Casa Professa de São Roque*, em 2007.

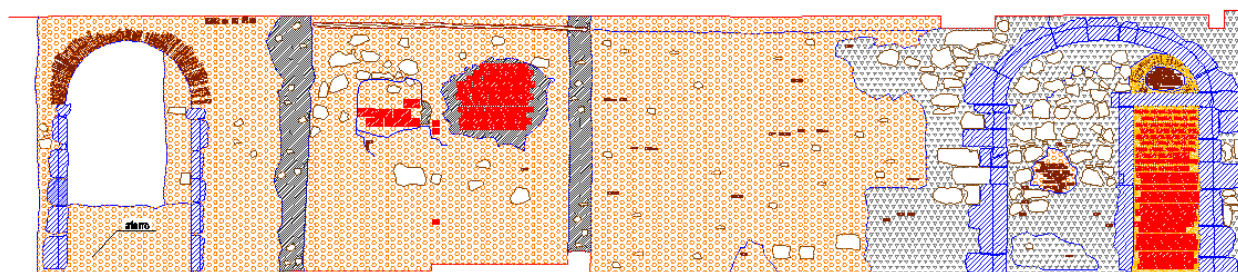
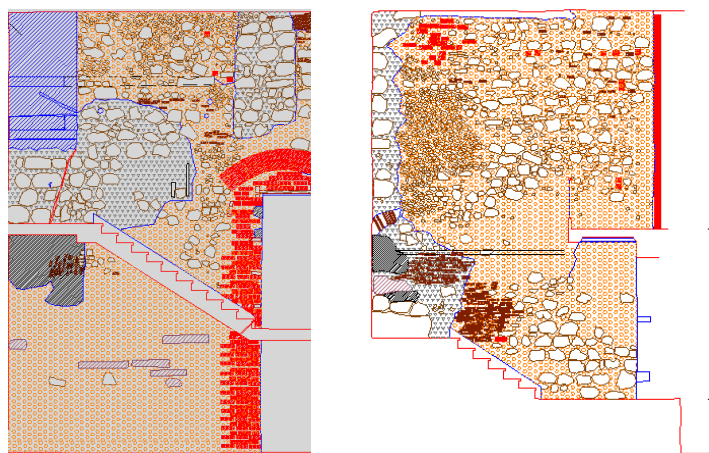


Fig.388. Cartografia da parede poente do corredor interior, no piso 0. Desenhos apresentados à SCML, pelas firmas In Situ e Topometria, no *Levantamento e Identificação das Estruturas Arquitectónicas na Área de Transição da Zona Residencial para a Igreja da Casa Professa de São Roque*, em 2007.



Figs.389 e 390. Pormenores das cartografias das paredes poente e norte da escadaria. Desenhos apresentados à SCML, pelas firmas In Situ e Topometria, no *Levantamento e Identificação das Estruturas Arquitectónicas na Área de Transição da Zona Residencial para a Igreja da Casa Professa de São Roque*, em 2007.

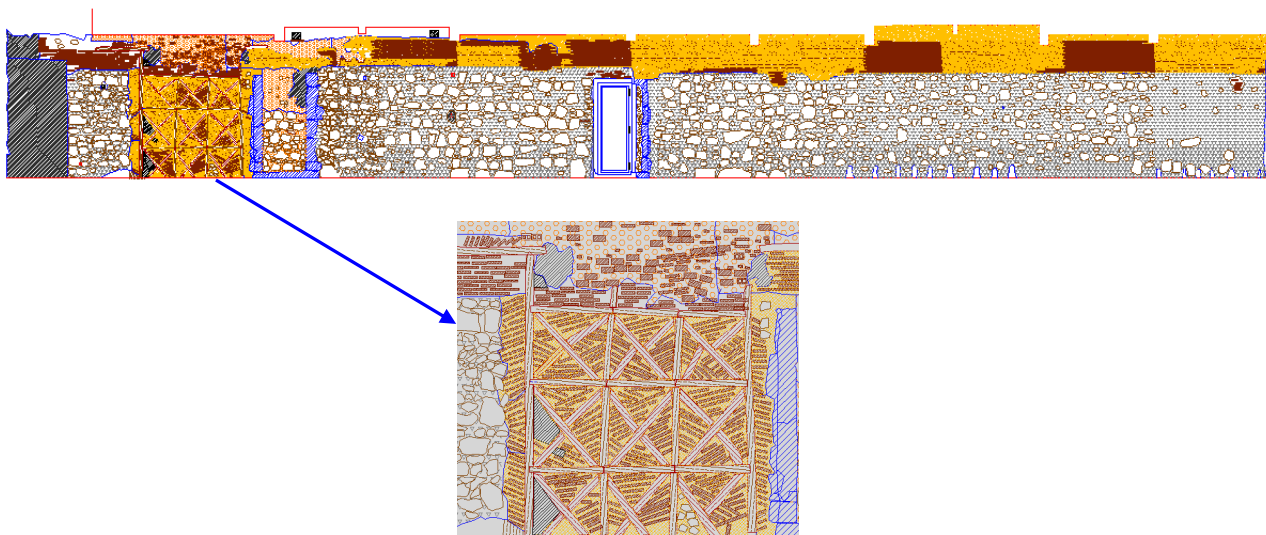


Fig.391. Cartografia da parede poente do corredor interior, no piso 1. No pormenor é visível a estruturas em gaiola pombalina, da primeira metade do século XVIII. Desenhos apresentados à SCML, pelas firmas In Situ e Topometria, no *Levantamento e Identificação das Estruturas Arquitectónicas na Área de Transição da Zona Residencial para a Igreja da Casa Professa de São Roque*, em 2007.



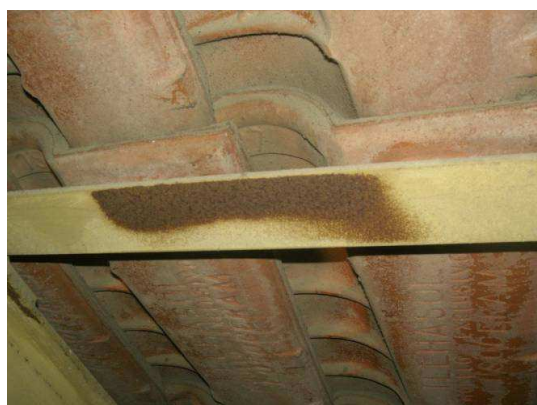
Fig.392. Cartografia da parede nascente do corredor interior, no piso 1. Desenhos apresentados à SCML, pelas firmas In Situ e Topometria, no *Levantamento e Identificação das Estruturas Arquitectónicas na Área de Transição da Zona Residencial para a Igreja da Casa Professa de São Roque*, em 2007.



Fig.393. Imagem da ala sul do piso 0. Nesta imagem é notório o tecto constituído pela laje mista de vigas metálicas com abobadilha de tijolo cerâmico argamassado, com o apoio intermédio sobre colunas metálicas revestidas a betão. Fotografia apresentada à SCML, pela firma Oz, Lda, no relatório final *Ensaios de Caracterização da Estrutura do Edifício do Museu de S. Roque*, em 2007.



Fig.394. Exemplo das madeiras degradadas detectadas na estrutura do edifício. Fotografia apresentada à SCML, pela firma Oz, Lda, no relatório final *Ensaios de Caracterização da Estrutura do Edifício do Museu de S. Roque*, em 2007.



Figs.395, 396 e 397. Cobertura da ala norte. São visíveis os elementos metálicos instalados na cobertura em 1990, onde foram detectados sinais de alguma corrosão. Fotografia apresentada à SCML, pela firma Oz, Lda, no relatório final *Ensaio de Caracterização da Estrutura do Edifício do Museu de S. Roque*, em 2007.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação pretendeu contribuir para uma preocupação recente da conservação preventiva, que considera que, para podermos prevenir as alterações provocadas nas colecções pelos agentes atmosféricos, é fundamental conhecermos a história das colecções, do edifício que as albergou e dos diversos climas onde se inseriram. Uma vez que o passado de uma peça está inscrito no seu suporte material, o seu conhecimento poderá contribuir para a sua preservação para o futuro.

O Museu de São Roque foi construído num edifício pré existente que remonta ao século XVI, período valorizado no século XIX e XX, ligado a uma das mais importantes ordens religiosas da época moderna. A história deste edifício (Igreja e Casa Professa de São Roque) condicionou, desde o início, a abordagem das diversas intervenções arquitectónicas levadas a cabo e, simultaneamente, o modo como se perspectivou o discurso museológico ao longo das diferentes épocas. Também o facto de a Misericórdia de Lisboa ser uma instituição com autonomia financeira, contribuiu para a realização de diversas intervenções arquitectónicas e museológicas ao longo dos 106 anos do Museu, tentando os seus responsáveis manter este serviço na vanguarda do que se fazia na época.

É de salientar o facto de a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, uma das mais importantes instituições da História de Portugal, ter sabido preservar o legado que lhe foi deixado, nomeadamente, o Tesouro da Capela de São João Baptista, de manufactura italiana, cuja riqueza, ostentação e proveniência, levaram a que tivesse sido valorizado e, em 1898, mostrado publicamente pela primeira vez.

Na sequência da aceitação desta mostra, a Misericórdia de Lisboa decidiu criar um espaço permanente para a exposição desta colecção, tendo para isso adaptado a sala mais nobre da instituição e toda a fachada principal. Esta primeira intervenção no espaço destinado ao Museu foi projectada pelo arquitecto Adães Bermudes, tendo a sua acção incidido particularmente na fachada, que suprimiu a anterior, seiscentista, de linhas simples e austeras, substituindo-a por uma que não pretendeu revisitar o estilo Manuelino, como seria espectável, mas antes manteve o perfil sóbrio e simples dos templos jesuíticos, o que terá contribuído para a sua preservação ao longo do século XX. Simultaneamente, numa solução usual na época, Adães Bermudes propôs a execução do pavimento da *Sala do Tesouro* em abobadilha de tijolo, assente

em vigas transversais em ferro, suportadas por uma viga longitudinal, assente em duas colunas de ferro fundido.

O Museu manteve-se com esta exposição permanente e concepção arquitectónica até 1929, altura em que, através do projecto de Tertuliano Lacerda Marques, foi ampliado o espaço expositivo a áreas contíguas à sala inicial, tendo as peças sido expostas de uma forma mais moderna e menos sobrecarregada. Pouco depois, em 1936, este discurso foi novamente modificado, tendo sido introduzidas mais peças de arte sacra, na sua maioria provenientes da Igreja de São Roque e Convento de São Pedro de Alcântara, também pertencente à instituição.

Salienta-se, na intervenção projectada por Tertuliano de Lacerda, a utilização de novas técnicas construtivas e materiais industrializados, nomeadamente o ferro, o cimento, as argamassas hidráulicas e, particularmente, a construção com betão armado. Além dos trabalhos estruturais, foi também considerada a adaptação da iluminação, tendo sido substituída a luz natural por um sistema de iluminação indirecta.

Em finais de 1957 foi nomeado para provedor da SCML José Guilherme de Mello e Castro, que incutiu à instituição um sentido de renovação financeira e patrimonial, sendo a marca mais visível da sua acção a criação da Comissão Administrativa de Obras, que procedeu à reedificação de diversos edifícios da SCML, utilizando projectos ambiciosos da autoria de arquitectos modernistas. O museu incluiu-se nesta onda de renovação, tendo assumido aqui um papel fundamental a conservadora Maria João Madeira Rodrigues que, em parceria com o arquitecto Fernando Peres Guimarães, procedeu, em 1965, a uma renovação do espaço do museu e respectivo discurso expositivo. Nesta intervenção, a área expositiva foi alargada a uma nova sala, o que facilitou a circulação dos visitantes; foram renovados todos os elementos expositivos, tendo sido adoptadas soluções mais modernas e, mais uma vez, utilizados produtos industrializados usuais à época, nomeadamente: o vinil, a tinta de esmalte plástica, ambos derivados do petróleo, o alumínio, entre outros, e utilizadas técnicas modernas, como a pintura projectada do tipo *flocagem*.

A concretização desta renovação, patrocinada pela Fundação Calouste Gulbenkian, colocou o Museu de São Roque na vanguarda da museologia em Portugal, tendo este discurso vigorado, grosso modo, até à mais recente intervenção realizada, já na primeira década do século XXI. A longevidade desta composição arquitectónica e expositiva deveu-se, em nossa opinião, tanto ao mérito do projecto de Maria João Madeira Rodrigues e Fernando Peres Guimarães, como ao facto de não ter sido concretizado, na década de 1980, o ambicioso projecto idealizado também por esta conservadora, mas já sob a autoria de Sérgio Castanheira Infante.

Este projecto pretendia o alargamento do museu e, simultaneamente a criação de uma área cultural extensível a outros espaços da Misericórdia de Lisboa, anexos ao espaço à data ocupado pelo Museu. Porém, a conjuntura interna à administração da SCML na época, ditou que este projecto tivesse ficado suspenso, tendo algumas das propostas apresentadas sido, em parte, recuperadas, mais tarde, com o projecto de Carlos Pietra Torres.

Durante a década de 1990, decorreram no Museu de São Roque diversos trabalhos de índole conservativa e estética, de entre os quais se destacaram os trabalhos projectados pelo arquitecto Rui Cabrita e orientados pela conservadora Matilde Sousa Franco, que pretenderam corrigir diversas problemáticas de conservação do edifício e espólio nele inserido e, simultaneamente, modernizar esteticamente a linguagem do museu. Tal como nas intervenções anteriores, foram introduzidos na área expositiva materiais modernos, tais como, o veludo, a alcatifa, os cortinados em tela e a lã de rocha, ou seja, sumariamente foram substituídos os materiais plasticizantes pelas fibras sintéticas. As consequências da utilização destes materiais para o acervo eram na época desconhecidas, ou consideradas inócuas, sabendo-se actualmente que muitos dos materiais utilizados são potencialmente nefastos, designadamente devido à emissão de agentes poluentes.

No Museu de São Roque, esta contingência foi considerada pela primeira vez apenas no século XXI, devido aos avanços da investigação nesta área, com o projecto de Carlos Pietra Torres e da conservadora Teresa Morna. Neste programa foram contempladas, ainda na fase de projecto, diversas medidas de conservação preventivas, nomeadamente, a realização de testes à emissão de agentes poluentes, dos materiais a utilizar nas áreas expositivas.

Esta empreitada foi condicionada por uma contingência ambivalente: por um lado beneficiou de financiamento externo que permitiu a concretização de um projecto mais ambicioso, mas por outro, a sua materialização esteve inicialmente sujeita à inconstância destes apoios e por fim subordinada a um limite temporal que não se coadunou com os vários imprevistos e indecisões que a assombraram. Apesar disto, o projecto de remodelação e ampliação do Museu de São Roque beneficiou, sem dúvida, das mais valias proporcionadas pelo amplo trabalho interdisciplinar e especializado, que se conjugou em prol da salvaguarda do património da instituição.

Á semelhança do que havia acontecido no passado, foram utilizados técnicas e materiais contemporâneos, nomeadamente a execução de micro-estacas, a *execução de lâminas de betão armado, com recurso à projecção de microbetão*; o estuque projectado com massa à base de cal e gesso; o MDF; e a fórmica.

De todas as empreitadas, esta foi a que interveio de forma mais profunda sobre a estrutura do edifício, tendo sido inclusive realizadas escavações arqueológicas, levantamentos estruturais, demolições e reforços, bem como construídos novos elementos arquitectónicos. Esta conjuntura levou inevitavelmente à reestruturação de todo o percurso museológico, e à criação de acessibilidades para pessoas de mobilidade reduzida e de serviços anteriormente inexistentes, como a cafetaria e a loja.

Dois aspectos comuns a todas as intervenções foi vontade de utilização de materiais modernos e inovadores e a preocupação de preservação do acervo, porém, o que distingue as anteriores intervenções da actual, é o facto de existir hoje em dia um conhecimento na área da conservação preventiva, que não existia nas épocas anteriores. Apesar disto, o acervo do Museu de São Roque chegou aos nossos dias num estado de conservação revelador de um constante cuidado, ao qual o projecto actual pretendeu dar continuidade.

Face ao exposto, só a continuação desta investigação, através de um estudo aprofundado dos materiais e produtos utilizados nas intervenções levadas a cabo ao longo da história do edifício, poderá comprovar de que forma aqueles poderão ter influenciado o estado de conservação do acervo exposto no Museu.

ELENCO BIOGRÁFICO

ANTÓNIO AUGUSTO PEREIRA DE MIRANDA

Nasceu em Coimbra em 1838, tendo frequentado o antigo Curso Superior de Letras de Lisboa. Foi deputado em várias legislaturas, tendo ascendido a par do reino em 1880. Foi nomeado provedor interino da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a 14 de Outubro de 1887, lugar que ocupou até à data do seu falecimento, a 14 de Janeiro de 1922. Assumiu a pasta do Ministério do Reino entre 1904 e 1905, acumulando este cargo com o de provedor da SCML.⁷¹³

ANTONIO MARIA DE MENDONÇA LINO NETO

Nasceu em Lisboa a 8 de Julho de 1913. Licenciou-se em Ciências Jurídicas e Ciências Político-Económicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Foi nomeado para o cargo de provedor da SCML em 1964, aos 50 anos, no âmbito de uma comissão de serviço, função que terá exercido até 1973.⁷¹⁴

ANTÓNIO RIBEIRO

Exerceu a profissão de construtor civil e mecânico durante cerca de vinte anos, até à data do seu contrato com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1902), tendo executado diversas obras, nomeadamente: toda a escadaria em ferro da Penitenciária de Lisboa, sob a direcção do engenheiro José de Oliveira Garção; as cocheiras do Pátio das Cortes, pertencentes à Casa Real; a armação e cobertura metálica da Alfandega de Lisboa; as propriedades da Travessa das Salgadeiras e Rua do Meio do Forte e os prédios no Largo de Santa Barbara e Rua Passos Manoel (1882); o asilo oficina de Santo António na Avenida dos Lupis(?) (1895); o asilo do Espírito Santo e o teatro em Castelo de Vide (1897); o Clube de Elvas (1899); todas as vitrinas para expor os artigos na Exposição de Paris (1900), as quais, segundo António Ribeiro *pertenciam, à data, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*; e o asilo da Travessa de Santa Quitéria, pertencente à Sociedade das Casas de Asilo da Infância Desvalida de Lisboa, sob a

⁷¹³ Cf. CARDOSO, Rogério Seabra, *Provedores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa desde 1851*, Arquivo Histórico/ Biblioteca da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1995, p.93.

⁷¹⁴ Cf. *Idem*, *Op. Cit.*, p.281.

presidência do Duque de Palmela. Foi ainda fiscal técnico das vias-férreas de Lisboa a partir de Maio de 1890.⁷¹⁵

ARNALDO REDONDO ADÃES BERMUDES

Nasceu na freguesia de Santo Ildefonso, no Porto, a 29 de Setembro de 1863. Filho de Félix Redondo Adães Bermudes e de Cesina Romana Bermudes, foi casado com Albertina Bermudes e pai de Jorge Bermudes, também arquitecto. Formou-se em arquitectura pela Escola de Belas Artes do Porto tendo, em 1886, sido enviado ao estrangeiro por subscrição aberta entre a classe comercial do Porto, para aperfeiçoar os seus estudos. Em 1889, voltou a estudar no estrangeiro, com custas suportadas pelo Estado, onde frequentou várias escolas, ao longo de cinco anos, particularmente a Escola Nacional de Belas Artes de Paris e o atelier do professor arquitecto Paul Blondel. Em 1899, por despacho ministerial, foi colocado provisoriamente como adjunto da Direcção-Geral de Instrução Pública, tendo sido incumbido de dirigir os trabalhos das construções escolares, e em 1901, assumiu definitivamente o cargo de director das construções escolares do Ministério do Reino. Em 1906, foi transferido como arquitecto graduado de 1.^a classe, para o Ministério do Fomento, tendo ficado no quadro dos arquitectos como adido em actividade de serviço, na Direcção-Geral de Obras Públicas. Em 1919, foi promovido a arquitecto principal do quadro técnico das obras públicas, tendo no ano seguinte sido nomeado para o lugar de adjunto do administrador-geral dos edifícios e monumentos nacionais, cargo de onde foi exonerado a 22 de Maio de 1926. Em Abril do mesmo ano foi nomeado chefe da 3.^a Repartição da Direcção-Geral de Belas Artes do Ministério da Instrução Pública, tendo ficado a seu cargo a direcção dos serviços de conservação, reparação e restauro dos monumentos e palácios nacionais. Ainda em 1929, após a extinção daquela repartição, Adães Bermudes foi nomeado director dos monumentos nacionais, tendo estes serviços transitado para o Ministério do Comércio e Comunicações.⁷¹⁶ Em 1933, Adães Bermudes apresentou ao Ministério do Comercio e Comunicações um requerimento para aposentação, alegadamente por incapacidade física.⁷¹⁷

José Manuel Pedreirinho mencionou uma data distinta para o nascimento deste arquitecto, nomeadamente o dia 1 de Outubro de 1864, tendo referido como data para o seu

⁷¹⁵ Cf. SCML, Arquivo Histórico, Obras, Reconstrução do edifício principal Largo S. Roque, Tesouraria e Sala do Tesouro da Capela de S. João Baptista, 1902, Maço 3, Processo N.º17, ofício de António Ribeiro, de 4 de Outubro de 1902.

⁷¹⁶ Cf. Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações (AHMOPTC), Colecção de Processos Individuais de Funcionários (CPI), Registo Biográfico, s/d.

⁷¹⁷ Cf. *Idem*, ofício n.º 835/139, do engenheiro secretário-geral do Ministério do Comercio e Comunicações, Raul da Costa Couvreur, ao administrador da Caixa Geral de Aposentações, de 18 de Agosto de 1933.

falecimento o dia 19 de Fevereiro de 1948. Simultaneamente referiu a sua participação como autor do projecto de ampliação do Museu Nacional de Arte Antiga, em 1918, projecto posterior ao da Misericórdia de Lisboa, a sua função como presidente da Sociedade dos Arquitectos Portugueses (1905-1907), e os cargos de vereador e presidente na Câmara Municipal de Lisboa (1918-1919).⁷¹⁸

CARLOS BOTELHO

Nasceu em 1899, tendo ficado amplamente conhecido como *o pintor de Lisboa*, destacou-se noutras facetas enquanto artista, nomeadamente como retratista, comentador satírico e caricaturista. Ilustrou e comentou durante 22 anos o semanário humorístico “Sempre Fixe”, no qual satirizou a vida quotidiana da época com a página “Ecos da Semana”. Faleceu em 1982.⁷¹⁹

CARLOS PIETRA TORRES

Nasceu em Lisboa a 23 de Maio de 1953. Estudou arquitectura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa e iniciou a sua vida profissional como colaborador do arquitecto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles. Entre 2002 e 2005 foi consultor da Direcção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Lisboa. Actualmente é sócio-gerente da sociedade Intertraço, Interiores e Decoração, Lda. Foi autor e co-autor de inúmeros projectos museográficos, destacando-se o Museu da Música (1994) e o Museu de São Roque (2008). Colaborou também com o antigo Instituto Português de Museus e Instituto Português do Património Arquitectónico, a Câmara Municipal de Lisboa, e as Fundações Calouste Gulbenkian, Ricardo Espírito Santo e Oriente.⁷²⁰

FERNANDO AUGUSTO PERES GUIMARÃES

Nasceu no Porto a 11 de Julho de 1918. Formou-se em arquitectura pela Faculdade de Belas Artes do Porto no ano de 1945 e inscreveu-se na Sociedade dos Arquitectos a 11 de Janeiro de 1946, sendo o membro mais antigo da Ordem. O seu percurso profissional decorreu maioritariamente em Lisboa, tendo sido director dos serviços de monumentos da Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). Participou em encontros internacionais onde contactou com membros do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS), tendo sido eleito, a 29 de Março de 1983, o primeiro presidente da Comissão Nacional Portuguesa do

⁷¹⁸ Cf. PEDREIRINHO, José Manuel, *Dicionário dos Arquitectos Activos em Portugal, do século I à actualidade*, 1994, pp.66 e 67.

⁷¹⁹ Cf. SOUSA, Osvaldo, *150 Anos da Caricatura em Portugal*, 1997, p.92.

⁷²⁰ Informações fornecidas pelo arquitecto Carlos Pietra Torres, via e-mail, a 27 de Maio de 2010.

ICOMOS. Este cargo teve curta duração, tendo terminado a 30 de Outubro do mesmo ano com a demissão voluntária de Peres Guimarães, alegadamente por falta de apoio financeiro governamental. Nos últimos três anos da sua vida profissional foi Conselheiro de Obras Públicas.⁷²¹

FERNAND EUGÈNE VICTOR TOUZET

Nasceu em França, em St. Benois du Sault, a 28 de Julho de 1864, e casou-se a 26 de Outubro de 1889, aos 25 anos de idade, com Adèle Marie Vieillard, filha de Louis Vieillard. Em 1893 constituiu sociedade com o cunhado Charles Vieillard, tendo ambos criado a empresa de construção civil “Charles Vieillard & Fernand Touzet”, que protagonizou grande parte das edificações fabris construídas em Lisboa a partir dessa data, particularmente na zona ribeirinha. Após a morte de Charles Vieillard, em 1911, Touzet terá continuado a desenvolver trabalhos na área da construção civil, mantendo o estatuto de destaque, adquirido pela empresa, no panorama arquitectónico português. Fernand Touzet morreu de doença prolongada, em Vichy, a 5 de Setembro de 1929, pouco anos depois da sua intervenção no complexo de São Roque.⁷²²

FRANCISCO SOARES O’SULLIVAND

Desenhador de 1.^a classe, foi transferido a 15 de Dezembro de 1900 para o Conselho Superior dos Monumentos Nacionais.⁷²³

GERTRUDES DA CONCEIÇÃO LOUREIRO JORGE

Iniciou funções de provedora da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a 18 de Dezembro de 2001, tendo exercido este cargo até 30 de Junho de 2002.⁷²⁴

GIOVANNI GROSSI

Foi um estucador Italiano que chegou a Lisboa por volta de 1748. Aqui, impulsionou o desenvolvimento da arte dos estuques, que se encontrava em voga na Europa. Este mestre do Barroco, desenvolveu um esquema artístico com um traço próprio, e muito apreciado pelo

⁷²¹ Informações fornecidas pelo arquitecto Fernando Augusto Peres Guimarães, em conversa com o próprio, a 7 de Setembro de 2010, Sítio da Ordem dos Arquitectos, <http://www.oasrs.org> e sítio do ICOMOS – Comissão Nacional Portuguesa, <http://icomos.fa.utl.pt>, consultados em 25.04.2010.

⁷²² Cf. SANTOS, António Maria, “‘Vieillard & Touzet’ e a Configuração Arquitectónica da Lisboa Industrial. Do Património Construído ao Espólio Conservado”, in *Actas das Sessões, II Colóquio Temático ‘Lisboa Ribeirinha’, Padrão dos Descobrimentos, 2 a 4 de Julho de 1997*, 1999, pp. 329 a 338 e PEDREIRINHO, José Manuel, *Op. Cit.*, p.246.

⁷²³ Cf. Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (IAN/TT), MOPCI, Proc.51, Mç.444, de 15 de Dezembro de 1900.

⁷²⁴ Cf. Despacho conjunto, n.º27/2002, in *Diário da República*, 2ª série, n.º12, 15 de Janeiro de 2002, p.788.

Marquês de Pombal, que se tornou seu mecenas, tendo o seu trabalho sido aplicado em muitos edifícios reconstruídos após o Terramoto de 1755. Durante 32 anos trabalhou em Portugal, em numerosas casas civis, igrejas e residências do reino.⁷²⁵

JOÃO APPLETON

Licenciado, desde 1971, em engenharia civil pelo Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, desenvolveu a carreira de investigação no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), onde se tornou investigador-coordenador em reabilitação de edifícios. Em 1979 fundou a firma de projectos GRID, Lda, da qual acabaria por sair, tendo em 1990, constituído a A2P Consult, Estudos e Projectos, Lda., da qual é sócio gerente e director técnico. É membro do Conselho Superior de Obras Públicas Transportes e Comunicações desde Janeiro de 1997 e membro da Ordem dos Engenheiros. Ao longo da sua vida, tem desenvolvido a actividade de docente em diversas universidades portuguesas, sendo também responsável por numerosos projectos de engenharia de estruturas, nomeadamente através da intervenção em numerosos casos relacionados com a reparação e reforço de edifícios e estruturas.⁷²⁶

JOÃO PAULO BENTO D'ALMEIDA

Nasceu em 1949, tendo-se formado em arquitectura pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Filho do arquitecto Joaquim Bento d'Almeida, ao longo dos seus 48 anos de vida conjugou as artes da pintura, da escultura e da construção. Faleceu a 16 de Fevereiro de 1997.⁷²⁷

JOAQUIM ANTÓNIO DE AGUIAR

Filho de Xavier António de Aguiar e de Teresa Angélica de Aguiar, nasceu em Coimbra a 24 de Agosto de 1792. Doutorou-se em Leis na cidade de Coimbra em 1815. Apoiente do Duque de Palmela, encontrou-se entre os elementos do exército liberal que desembarcaram no Mindelo. Em 1854 foi nomeado provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, tendo ocupado esse cargo até à sua destituição em 1860. Faleceu a 26 de Maio de 1874 no Barreiro, tendo o seu corpo sido trasladado para Coimbra, cidade onde lhe foi erigida uma estátua.⁷²⁸

⁷²⁵ Cf. *Breve História do Estuque em Portugal*, disponível em <http://www.estuque-decorativo.com.pt>, consultado a 17.12.2009.

⁷²⁶ Cf. Sítio do VI Encontro Nacional de Estudantes de Engenharia Civil, 2010, Universidade de Évora, <http://sites.google.com/site/vienecuniversidadedeavora/home/palestras/engenheiro-joao-apleton>, consultado em 14.02.2011 e Sítio da Universidade Católica Portuguesa, <http://www.ucp.pt>, consultado em 14.02.2011.

⁷²⁷ Cf. MASSAPINA, Vasco, “Arquitectos Joaquim Bento d'Almeida, João Paulo Bento d'Almeida”, in *Arquitectos*, n.º47/ 48, Fevereiro/ Março de 1997, p.2.

⁷²⁸ Cf. CARDOSO, Rogério Seabra, *Op. Cit.*, p.23.

JOSÉ DAMASCENO DE CAMPOS

Nasceu em Freches, concelho de Mirandela, a 16 de Dezembro de 1927. Licenciou-se em História-Filosóficas e em Direito pela Universidade de Coimbra, tendo-se tornado mestre em Ciências Jurídicas. Foi nomeado provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a 21 de Fevereiro de 1974, tendo ocupado este cargo até Setembro de 1974. Voltou a exercer esta função entre 15 de Janeiro de 1986 e Maio de 1987, tendo posteriormente sido substituído por Maria José Pinto da Cunha Avilez Nogueira Pinto. Cf. CARDOSO, Rogério Seabra, *Provedores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa desde 1851*, 1995, p.385.

JOSÉ DA SILVA RAMOS

Nasceu em Lisboa a 16 de Fevereiro de 1883. Licenciou-se pela antiga Escola Médico-cirúrgica de Lisboa, tendo sido nomeado, apenas com 23 anos de idade, médico efectivo da equipa do Posto Permanente de Socorros Médicos da Misericórdia de Lisboa. Em 1919 integrou a administração da Santa Casa como adjunto do Provedor Conselheiro Pereira de Miranda, tendo ocupado o lugar de provedor em 1922, após a morte do seu antecessor.⁷²⁹

JOSÉ GUILHERME DE MELLO E CASTRO

Nasceu na Covilhã a 28 de Maio de 1914. Frequentou a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tendo-se licenciado na Faculdade de Direito da mesma Universidade. Aos 43 anos, em Dezembro de 1957, foi nomeado provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, cargo que viria a exercer até 1963. Faleceu em 1972.⁷³⁰

JOSÉ MARIA DA SILVA TORRES (arcebispo de Palmira)

Nasceu em Caminha a 14 de Outubro de 1800. Doutorou-se em Teologia pela Universidade de Coimbra, tendo vestido o hábito de monge beneditino e adoptado o nome de Fr. José de Jesus Maria Torres. A 27 de Janeiro de 1843 foi nomeado Arcebispo de Goa e primaz do Oriente. Foi um padre liberal, tendo continuado a manifestar esta sua inclinação na Índia, o que o levou a divergências com a Santa Sé, que o obrigaram a abdicar das suas funções em 1849. Nesta altura terá sido nomeado Arcebispo de Palmira. Tornou-se no primeiro provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa após a publicação do Decreto de 26 de Novembro de 1851, que

⁷²⁹ Cf. *Idem*, *Op. Cit.*, p.125.

⁷³⁰ Cf. *Idem*, *Op. Cit.*, p.253.

reformou o Conselho Geral de Beneficência e modificou profundamente o sistema administrativo da Misericórdia de Lisboa e do Hospital de S. José.⁷³¹

LUÍS EFREM ELIAS CASANOVAS

Nasceu em Coimbra a 18 de Junho de 1926. Em 1951 licenciou-se em Engenharia Electrotécnica pela Escola Politécnica da Universidade de Lausanne, e em 1981 e 1985, frequentou o Curso de Especialização em Conservação Preventiva do ICCROM, respectivamente em Roma e em Londres. Em 1987 frequentou o curso intensivo sobre a aplicação da informática aos projectos e à condução de instalações de tratamento de ar, no *The Center for Professional Advancement*, em Amsterdão e, em 1995, o curso de especialização sobre Humidade em Edifícios, no LNEC. A 12 de Janeiro de 2007 doutorou-se em Historia da Arte, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com a dissertação “Conservação Preventiva e preservação das obras de arte: condições-ambiente e espaços museológicos em Portugal”. Foi professor da cadeira de Segurança e Climatologia, no curso de Conservadores de Museus do Instituto Português do Património Cultural em 1982; e da cadeira de Conservação Preventiva em diversos cursos de licenciatura, mestrado, doutoramentos e pós graduações de Universidades Portuguesas entre 1984 e 2007. Simultaneamente leccionou diversos cursos e seminários na área da Museologia e da Conservação Preventiva ao longo do país. De Julho 1977 a Junho de 1978 exerceu funções de director do Serviço de Museus, Bibliotecas e Arquivos da Direcção Geral do Património Cultural e, de Agosto a Dezembro de 1979 exerceu o cargo de secretário-geral do Ministério da Cultura. Entre 1980 e 1984 exerceu funções de responsável pelo Serviço de Inspecção do Instituto Português do Património Cultural, e de 1985 a 1990 foi responsável pelo Centro de Formação e Estudos deste Instituto. Em 1982, em representação do Instituto Português do Património Cultural, exerceu funções de Assessor Técnico do Comissariado Nacional da XVII Exposição do Conselho da Europa para a Segurança e Conservação. Como projectista foi responsável pela elaboração de vários projectos de controlo ambiental em vários museus portugueses. Entre 1985 e 1995 foi Membro do Comité de Segurança do ICOM e, de 1978 a 1998 sócio do *International Institute for Refrigeration*. Actualmente é Membro do *International Institute for Conservation* desde 1983, e do Comité de Conservação do ICOM desde 1990. Foi orador em diversos congressos e colóquios e publicou diversos artigos e monografias relacionados com a sua formação académica e profissional.⁷³²

⁷³¹ Cf. *Idem, Op. Cit.*, p.5.

⁷³² Cf. Sítio do Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes – CITAR, http://artes.ucp.pt/citar/pt/areas/02/cv/cbc/LuisCasanovas_CV.pdf, consultado a 10.01.2011.

MARIA DO CARMO ROMÃO SACADURA DOS SANTOS

Nasceu a 25 de Agosto de 1937. Iniciou funções de provedora da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a 20 de Janeiro de 1996, tendo exercido este cargo até Dezembro de 2001.⁷³³

MARIA FERNANDA CARDOSO CORREIA DA MOTA PINTO

Nasceu em Lisboa no ano de 1936. Em 1958 licenciou-se em Filologia Germânica pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e, posteriormente, efectuou o curso de Ciências Pedagógicas. Dedicou grande parte da sua vida profissional ao ensino e em 1991 foi eleita Deputada da Assembleia da República pelo Partido Social Democrata. Em Janeiro de 1992 foi nomeada provedora da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, por despacho do primeiro-ministro, Aníbal Cavaco Silva, e dos ministros da tutela, tendo visto o seu mandato renovado em 1995.⁷³⁴

MARIA JOÃO VARELA DE SENA MAGALHÃES MADEIRA RODRIGUES

Nasceu em Lisboa a 16 de Dezembro de 1935. Em 1960 licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e em 1964 terminou o curso de pós-graduação de Directores e Conservadores de Palácios, Museus e Monumentos Nacionais, leccionado no Museu Nacional de Arte Antiga. No mesmo ano iniciou funções de conservadora do museu da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, onde colaborou até 1990. Em 1965 tornou-se sócia fundadora da Associação Portuguesa de Museologia e em 1978 doutorou-se em Historia da Arte e Arqueologia pela Universidade Católica de Louvaina. Exerceu o cargo de docente na Escola Superior de Belas Artes da Universidade de Lisboa e na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa tendo-se jubulado nesta última em 2004.

Publicou diversas obras, entre elas algumas relacionadas com o património da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, sendo a mais completa e que mais projecção teve, a obra *A Capela de São João Baptista e as suas colecções*, publicada em 1988.⁷³⁵

⁷³³ Cf. Sítio da Assembleia da Republica, <http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=1359>, consultado a 05.01.2011, e Despacho Conjunto da Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Saúde e da Solidariedade e Segurança Social, in *Diário da República*, 2ª série, nº17, 20 de Janeiro de 1996, p.954.

⁷³⁴ Cf. CARDOSO, Rogério Seabra, *Op. Cit.*, p.437.

⁷³⁵ Informações fornecidas pela professora Maria João Madeira Rodrigues, em conversa com a própria, a 21 de Outubro de 2010.

MARIA JOSÉ PINTO DA CUNHA AVILEZ NOGUEIRA PINTO

Nasceu em Lisboa a 23 de Março de 1952. Em Maio de 1987, época em que exercia funções de adjunta da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, substituiu interinamente o provedor José Damasceno de Campos, até Março de 1988. A 1 de Julho de 2002, foi nomeada provedora da SCML, por despacho conjunto do primeiro-ministro Durão Barroso, do ministro da Saúde e do ministro da Segurança Social e do Trabalho, tendo exercido este cargo até 30 de Junho de 2005.⁷³⁶

MARIA MATILDE PESSOA DE MAGALHÃES FIGUEIREDO DE SOUSA FRANCO

Nasceu a 8 Julho de 1943. Licenciou-se em História e doutorou-se em História da Arte, tendo realizado também o curso de especialização de Conservadora de Museus. Além de Professora, acumula o cargo de deputada do Partido Socialista e é membro do Conselho Consultivo da Associação Portuguesa de Museologia. Exerceu ainda o cargo de professora na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e na Universidade Católica Portuguesa, e de conservadora e directora de alguns museus e palácios.⁷³⁷

MARIA TERESA TORRES FONTES DE FREITAS MORNA DUARTE SILVA

Nasceu a 13 de Dezembro de 1968. Licenciou-se em História, variante de História da Arte, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tendo realizado o 3º ano do curso na Universidade de Siena, em Itália, ao abrigo do projecto Erasmus. Em 1993 tornou-se técnica superior do Museu de São Roque, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, tendo, a partir de 1999, após a saída de Nuno Vassallo e Silva, assumido o cargo de conservadora do Museu. Em Abril de 2009, após a criação do cargo de directora, passou a exercer esta função no Museu. Ao longo da sua carreira tem desenvolvido diversos trabalhos no âmbito da museologia e da arte indo-portuguesa, resultando muitos deles em publicações científicas.⁷³⁸

NUNO VASSALLO E SILVA

Licenciado em História, variante História da Arte, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Doutorou-se em História da Arte pela Universidade de Coimbra, com a

⁷³⁶ Cf. Despacho conjunto n.º 587/ 2002, in *Diário da República*, 2ª série, nº170, 25 de Julho de 2002, p.12920 e “Maria José Nogueira Pinto”, in *Infopédia* [em linha], 2003-2011, sítio [http://www.infopedia.pt/\\$maria-jose-nogueira-pinto](http://www.infopedia.pt/$maria-jose-nogueira-pinto), consultado a 03.01.2011.

⁷³⁷ Cf. Sítio da Assembleia da Republica, <http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=2228>, consultado a 04.01.2011.

⁷³⁸ Informações fornecidas por Teresa Morna, em conversa com a própria, a 9 de Fevereiro de 2011.

tese *A Ourivesaria entre Portugal e a Índia, do século XVI ao século XVIII*. Foi conservador do Museu de São Roque entre Dezembro de 1992 e 1999, altura em que se tornou director-adjunto do Museu Calouste Gulbenkian. Ao longo da sua vida profissional tem comissariado diversas exposições nacionais e internacionais e publicado numerosos trabalhos.⁷³⁹

PADRE VITOR JOSÉ MELICIAS LOPES

Nasceu no Ramalhal, Torres Vedras, a 25 de Junho de 1938, tendo sido ordenado Sacerdote Franciscano no ano de 1963. Licenciou-se em direito canónico pela Universidade de Roma e em direito pela Universidade Clássica de Lisboa. A 9 de Março de 1988 foi nomeado provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, cargo que viria a exercer até Janeiro de 1992. Foi também neste ano que se tornou presidente da União das Misericórdias, assumindo, em 1993, a Presidência da Confederação Internacional das Misericórdias.⁷⁴⁰

PEDRO ANTÓNIO JOSÉ BRANCOURT PESTANA DE VASCONCELOS

Nasceu em Lisboa a 27 de Junho de 1925. Em Outubro de 1944 foi admitido na Faculdade de Direito de Lisboa, tendo terminado a sua licenciatura em 1949. Na década de 50 do século XX, exerceu funções na Câmara Municipal de Lisboa, particularmente na criação do Departamento de Cultura e Turismo. Foi nomeado provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a 26 de Março de 1980, tendo ocupado este cargo até 17 de Outubro de 1983.⁷⁴¹

PIERRE JOSEPH PÉZERAT

Nasceu em La Guiche, França, a 9 de Fevereiro de 1801. Em 1821 terá concluído os seus estudos em engenharia civil, tendo seguido com o curso de aplicação, por mais quatro anos, na Academia de Arquitectura de Paris. Simultaneamente terá estado empregado em diversas obras de construção civil e monumental, como inspector às ordens dos primeiros arquitectos. Em 1825 foi contratado pelo governo brasileiro para estudar, durante um ano, as construções hidráulicas na Inglaterra, onde foi recomendado ao famoso engenheiro Brunel. No fim desse ano, partiu para o Rio de Janeiro com a graduação de Capitão de engenharia, tendo servido por mais um ano na Academia Militar. No fim de 1826 foi escolhido por D. Pedro I como seu *engenheiro particular* e em 1828 recebeu o título de seu *arquitecto particular*, como criado de 2.^a classe da sua Imperial Casa. Terá permanecido no Brasil até 1831, data em que D. Pedro I deixaria o seu

⁷³⁹ *Ibidem*.

⁷⁴⁰ Cf. CARDOSO, Rogério Seabra, *Op. Cit.*, p.405.

⁷⁴¹ *Idem*, *Op. Cit.*, p.341.

Império para vir apoiar sua filha D. Maria, que lutava pelo trono liberal de Portugal. Posteriormente terá partido para França como professor e secretário da Rainha D. Maria II e, *não querendo ficar a cargo de Sua Magestade* pediu serviço ao governo francês, tendo sido nomeado engenheiro civil de primeira classe e embarcado rumo a Argel (capital da Argélia). Após dez meses de serviço em Argel terá sido enviado, como engenheiro em chefe, para a província de Oran (Argélia), onde terá permanecido até 1838. Em 1839, terá sido chamado pelo Marechal Bugeaud para fazer parte da *Comissão de Sábios e Artistas* para a exploração da Argélia. Na sequência de uma *disenteria epidémica* que o atingiu, e à sua família, regressou a Portugal em Dezembro de 1940. A partir da sua chegada a Portugal, terá servido como engenheiro de Companhias até 1852, data em que terá sido admitido como engenheiro e arquitecto da Câmara Municipal de Lisboa. Em 1853 terá sido nomeado professor de desenho e arquitecto da Escola Politécnica de Lisboa. Pierre Pezérat terá falecido a 1 de Maio de 1872. Segundo José Augusto França, as obras identificadas como sendo da autoria deste arquitecto são restritas, tendo sido apenas localizado, nos arquivos municipais, um desenho de uma fonte, não concretizada. Apesar disto, sabe-se que ele colaborou na reconstrução da Escola Politécnica de Lisboa, nos anos 50 e 60 do século XIX; que desenhou o pavilhão do Parque da Estrela, em 1858, e os matadouros municipais, em 1863. Apesar de ter nascido em França, e aí adquirido o nome de Pierre Joseph Pézerat, é comum encontrarem-se documentos da sua autoria assinados como Pedro Joze Pézerat. É este o caso de todos os documentos encontrados no Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.⁷⁴²

RUI ANTÓNIO FERREIRA DA CUNHA

Nasceu em Lisboa a 23 de Outubro de 1944. É funcionário público do quadro do Hospital de Santa Maria desde 19 de Novembro de 1964, com a categoria de técnico superior de 1.^a classe. Nos anos de 2004 e 2005 foi vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS⁷⁴³ e, a 24 de Agosto de 2005 iniciou funções de provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, exercendo este cargo até aos dias de hoje.⁷⁴⁴

⁷⁴² Cf. Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações (AHMOPTC), Coleção de Processos Individuais de Funcionários (CPI), Ofício do arquitecto Pedro Joze Pézerat ao Ministro das Obras Públicas, de 25 de Outubro de 1864 e FRANÇA, José-Augusto, “Pierre Joseph Pezerat (1801-1872). Le dernier architecte Neo-classique à Lisbonne”, separata do *Bulletin de la Société de l'Histoire de l'Arte Français*, 1979, pp.225 a 235 e PEDREIRINHO, José Manuel, *Dicionário dos Arquitectos Activos em Portugal, do século I à actualidade*, 1994, p.190.

⁷⁴³ Sítio da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

<http://www.scml.pt/default.asp?site=scml&sub=&id=3&mnu=3&layout=>, consultado em 11.01.2011.

⁷⁴⁴ Cf. Despacho conjunto n.º 667/ 2005, in *Diário da República*, 2.^a série, n.º174, 9 de Setembro de 2005, p.13240.

RUI PEDRO CABRITA

Nasceu em Lisboa a 1 de Março de 1962. Licenciou-se em arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa a 30 de Outubro de 1985. Durante o curso de licenciatura foi aluno de Maria João Madeira Rodrigues. Entre 1988 e 2006 foi sócio, juntamente com o arquitecto Miguel Ângelo Silva, do atelier de arquitectura MARC – Rui Pedro Cabrita e Miguel Ângelo Silva Arquitectos, Lda.⁷⁴⁵

SERGIO JOSÉ CASTANHEIRA INFANTE

Nasceu em Lisboa a 6 de Julho de 1947. Licenciou-se em arquitectura pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, tendo terminado o curso a 18 de Janeiro de 1975. Em 1977/78 frequentou o *Centre for the Conservation of Historic Towns and Buildings* no *College of Europe* em Bruges, Bélgica, tendo obtido o *Certificate of advanced European Studies in Conservation, Grade A*. Em 1993 doutorou-se pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, com a dissertação *Conservação e Desenvolvimento*. É Membro da Associação dos Arquitectos Portugueses, da Associação dos Urbanistas Portugueses, do ICOMOS – Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios e da Sociedade de Geografia de Lisboa. A 18 de Novembro de 1985, data da 2.^a Assembleia-geral da Comissão Nacional Portuguesa do ICOMOS, foi nomeado secretário-geral da CNP e, a 27 de Maio de 1987, na 4.^a Assembleia-geral da CNP, foi eleito presidente, tendo ocupado este cargo até 1993. Em Outubro do mesmo ano, durante a 8.^a Assembleia-geral internacional, Sérgio Infante candidatou-se a vice-presidente do ICOMOS, porém, não terá ganho as eleições. Apesar disto, salientou-se por ter sido o primeiro português candidato a funções a nível internacional. Entre 1986 e 1992 foi vogal da 9.^a Secção do Conselho Consultivo (Património Arquitectónico) do Instituto Português do Património Cultural e, nos anos de 1993/94 foi vice-presidente da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos e Membro da Comissão Municipal de Estética Urbana e do Conselho Consultivo do Plano Estratégico de Lisboa. Entre 1978 e 1980 foi colaborador do Professor Raymond Lemaire, Presidente do *Centre for the Conservation of Historic Towns and Buildings*, em Bruges, e Presidente Honorário do ICOMOS no *Bureau d'Etudes pour la Sauvegarde des Monuments et Ensembles Historiques* em Lovaina, Bélgica.

⁷⁴⁵ Informações fornecidas pelo arquitecto Rui Pedro Cabrita, em conversa com o próprio, a 16 de Setembro de 2010 e Sítio do MAS – Miguel Ângelo Silva Projectos de Arquitectura Lda., <http://www.mas-arquitectos.com>, consultado a 21.09.2010.

Actualmente é professor aposentado da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa e professor da Faculdade de Arquitectura da Universidade Lusíada do Porto.⁷⁴⁶

TERTULIANO LACERDA MARQUES

Nasceu em Lisboa a 30 de Outubro de 1883, filho de Luís Marques, tendo-se formado em arquitectura civil na Escola de Belas Artes de Lisboa. A 8 de Setembro de 1903 requereu admissão como arquitecto tirocinista das obras públicas, tendo sido aceite por despacho de 14 de Setembro do mesmo ano. A 19 de Dezembro foi dispensado temporariamente, por sua própria vontade, em virtude de ter sido nomeado pensionista do legado Valmor, no estrangeiro. A 16 de Dezembro de 1904 voltou a ser readmitido como arquitecto tirocinista na Direcção Geral de Obras Públicas e Minas. Foi autor do edifício Chiado Terrasse em 1911 e, em 1921, ganhou o prémio Valmor com a remodelação do palacete Ulrich à Cova da Moura. Faleceu a 12 de Maio de 1942, vítima de um acidente no Estoril.⁷⁴⁷ Lacerda Marques foi um arquitecto ligado à Arte Nova, tendo adaptado a sua linguagem à evolução estética dos séculos XIX e XX. Além do projecto de ampliação do Museu de São Roque, são da sua autoria o Cinema Chiado Terrace (1911), a reestruturação do Teatro D. Luís após um incêndio (1916) e a sede do Banco Nacional Ultramarino (1920).⁷⁴⁸

VASCO PEIXOTO DE FREITAS

É Professor Catedrático do Departamento de Engenharia Civil da Universidade do Porto, director do Laboratório de Física das Construções (LFC), director da pós-graduação em Reabilitação do Património Edificado e director da Secção de Construções Cíveis, tudo na Universidade do Porto. Simultaneamente é coordenador do *CIB W086 – Building Pathology* e do *CIB W040 – Heat and Mass Transfer*. É responsável pela regência da disciplina “Térmica de Edifícios” e “Patologia e Reabilitação de Edifícios”, do mestrado integrado de Engenharia Civil,

⁷⁴⁶ Informações fornecidas pelo arquitecto Sérgio Castanheira Infante, em conversa com o próprio, a 7 de Janeiro de 2011 e Sítio do ICOMOS – Comissão Nacional Portuguesa, <http://icomos.fa.utl.pt>, consultado a 25.04.2010.

⁷⁴⁷ Cf. Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações (AHMOPTC), Coleção de Processos Individuais de Funcionários (CPI), Ofício B718787, de Tertuliano Lacerda Marques, de 8 de Setembro de 1903. *Idem*, Ofício n.º 846, do engenheiro director interino da 1.ª Direcção de Obras Públicas do Distrito de Lisboa, ao conselheiro director-geral de obras públicas e minas, de 1 de Outubro de 1903. *Idem*, Ofício n.º 1119, do conselheiro director-geral de obras públicas e minas, de 16 de Dezembro de 1904 e PEDREIRINHO, José Manuel, *Op. Cit.*, p.162.

⁷⁴⁸ Cf. SIMÕES, João Miguel, “O complexo de São Roque, a colina secreta de Lisboa”, in MORNÁ, Teresa, MANTAS, Helena Alexandra (Coord.), *Património Arquitectónico, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, volume 2, tomo II, 2010, p.40.

bem como regente de disciplinas da pós-graduação em Reabilitação do Património Edificado (FEUP) e da pós-graduação em Gestão Imobiliária (Faculdade de Economia do Porto). É autor ou co-autor de mais de 200 publicações científicas e didáticas no âmbito da higrotérmica, patologia e reabilitação de edifícios, e editor do sítio e conferências PATORREB. É consultor no campo do comportamento higrotérmico, da patologia e reabilitação, da ventilação natural e do comportamento térmico e acústico de edifícios.⁷⁴⁹

⁷⁴⁹ Cf. CORVACHO, Helena, OLIVEIRA, Ana Maria, “Conversas – Prof. Vasco Peixoto de Freitas”, in *Construção Magazine*, n.º 35, 2010, pp.8 a 12.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES DOCUMENTAIS

ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (AHMOPTC)

Colecção de Processos Individuais de Funcionários (CPI):

- Ofício n.º 2877, do presidente da comissão encarregue da revisão do regulamento das construções de cimento armado, Manuel da Terra P. Viana, ao ministro do Comércio e Comunicações, de 20 de Agosto de 1930.
- Ofício do ministro do Comércio e Comunicações, de 21 de Agosto de 1930.
- Ofício do arquitecto Pedro Joze Pézerat ao Ministro das Obras Públicas, de 25 de Outubro de 1864.
- Ofício B718787, de Tertuliano Lacerda Marques, de 8 de Setembro de 1903.
- Ofício n.º 846, do engenheiro director interino da 1.ª Direcção de Obras Públicas do Distrito de Lisboa, ao conselheiro director-geral de obras públicas e minas, de 1 de Outubro de 1903.
- Ofício n.º 1119, do conselheiro director-geral de obras públicas e minas, de 16 de Dezembro de 1904.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, SECÇÃO DE ICONOGRAFIA

Tinoco, João Nunes (Pub.),

Planta da cidade de Lisboa em q se mostrão os muros de vermelho com todas as ruas e praças da cidade dos muros a dentro co as declarações postas em seu lugar, 1853.

Disponível em <http://purl.pt/4503>.

CML, ARQUIVO FOTOGRÁFICO

- Fotografia do Largo Trindade Coelho, de autoria desconhecida, s/d, código de referência PT/AMLSB/AF/LSM/000661.
- Fotografia da fachada da Igreja de São Roque, de autoria desconhecida, s/d, código de referência PT/AMLSB/AF/LSM/000339.
- Fotografia da fachada do edifício dos Banhos Termais de São Paulo. Da autoria de Armando Serôdio, 1968, código de referência PT/AMLSB/AF/SER/S05319.
- Fotografia do Largo Trindade Coelho por ocasião da extracção da lotaria, da autoria de Joshua Benoliel, 1908, código de referência PT/AMLSB/AF/JBN/000261.
- Fotografia do início das obras do museu, projectadas pelo arquitecto Adães Bermudes, da autoria de Paulo Guedes, s/d, código de referência PT/AMLSB/AF/PAG/000102.
- Fotografia da fachada do museu, após as obras projectadas por Adães Bermudes, da autoria de Paulo Guedes, s/d, código de referência PT/AMLSB/AF/PAG/000514.
- Fotografia da fachada do Museu, da autoria de Joshua Benoliel, 1908, código de referência PT/AMLSB/AF/JBN/000261.
- Fotografia da fachada do Museu, da autoria de Joshua Benoliel, 1920, código de referência PT/AMLSB/AF/JBN/001665.

INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/ TORRE DO TOMBO (IAN/TT)

- Ministério do Reino, Conselho Geral de Beneficência, Mç.4507 e Mç.4562.
- MOPCI, Proc.21, Mç.470, ofício da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas Comercio e Indústria, Direcção Geral das Obras Públicas e Minas, Repartição de Obras Públicas, ao Inspector dos Serviços de Obras Públicas do Distrito de Lisboa, de 12 de Dezembro de 1901.
- Hospital de São José, Lv 943, fl. 35 v.

SCML, ARQUIVO DA DIRECÇÃO DE GESTÃO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Comissão Administrativa de Obras, Revalorização do Património da Misericórdia, 1ª pasta:

- Ofício s/n., do provedor da SCML, ao MOP, de 29 de Julho de 1959.

PERES GUIMARÃES, Fernando,

Museu de Arte Sacra de S. Roque, desenhos de pormenor, 1967.

Processo 115 D, Dossier S. Roque – Igreja e Museu, 5º volume:

- RODRIGUES, Maria João Madeira, *Reflexão acerca do Museu de São Roque no Programa de Redefinição Cultural da Misericórdia de Lisboa*, 1980, texto e plantas inéditos.

Processo 115 D, Dossier S. Roque – Igreja e Museu, 6º volume:

- Ofício 2/82, da conservadora Maria João Madeira Rodrigues, ao chefe da Divisão da Secretaria-Geral da SCML, Vítor Frias, de 12 de Janeiro de 1982.
- Memória referente às obras de conservação dos museus I e II, do engenheiro técnico principal da Comissão Administrativa de Obras (CAO) da SCML, Carlos Alberto da Costa Luís, de 16 de Junho de 1982.
- Informação do engenheiro técnico da CAO, Carlos Alberto da Costa Luís, ao presidente da CAO, de 20 de Julho de 1982.
- Proposta de preço, da firma José Antunes Sereno, de 19 de Julho de 1982.
- Ofício n.º 0531, do presidente da CAO, ao provedor da SCML, de 26 de Julho de 1982.
- Ofício 22/83, da assessora Maria João Madeira Rodrigues, ao presidente da CAO, de 20 de Maio de 1983.
- Ofício do presidente da CAO, à assessora Maria João Madeira Rodrigues, de 20 de Maio de 1983.

Processo 115 D, Dossier S. Roque – Igreja e Museu, 7º volume:

- *Memorandum*, da assessora Maria João Madeira Rodrigues, de 24 de Setembro de 1987.
- Acta da reunião, do Sector de Construção Civil da SCML e Museu de São Roque, de 28 de Novembro de 1988.

- *Plano de Obras a Realizar*, documento assinado por Maria João Madeira Rodrigues, Vítor Ferreira e Teresa Dias, anexo à acta da reunião de 28 de Novembro de 1988, de 2 de Dezembro de 1988.
- Ofício do gabinete de arquitectura de Rui Pedro Cabrita e Miguel Ângelo Pinto da Silva, à assessora, Maria João Madeira Rodrigues, de 16 de Dezembro de 1988.
- *Memória Sumária dos Trabalhos de Restauro no Museu da Igreja de São Roque*, ofício do arquitecto Rui Cabrita, à conservadora Maria João Madeira Rodrigues, de 20 de Fevereiro de 1989.
- *Proposta de Beneficiação do Museu I*, da assessora Maria João Madeira Rodrigues, ao secretário-geral da SCML, Vitor Frias, de 29 de Março de 1989.
- Informação n.º 592, da arquitecta Maria João Eloy, dos Serviços Técnicos da SCML, ao provedor-adjunto, Artur Bivar, de 2 de Fevereiro de 1990.

Processo 115 D, Dossier S. Roque – Igreja e Museu, 8º volume:

- Ofício do arquitecto Rui Cabrita, à assessora Maria João Madeira Rodrigues, de 3 de Fevereiro de 1990.
- Extracto da Acta n.º 20, da Sessão da Mesa da SCML de 15 de Maio de 1990.
- Informação n.º 323/90, do engenheiro Pires da Costa, do Sector da Conservação dos Serviços Técnicos da SCML, ao provedor-adjunto, engenheiro Artur Bivar, de 15 de Junho de 1990.
- Ofício n.º 0678, do provedor-adjunto, Artur Bivar, ao arquitecto Rui Cabrita, de 28 de Junho de 1990.
- Acta da reunião, do *Projecto e Obra de Remodelação do Museu I de São Roque*, de 5 de Julho de 1990.
- Informação n.º 406, dos Serviços Técnicos da SCML, ao engenheiro Pires da Costa, de 27 de Julho de 1990.
- Ofício n.º 0884, do provedor-adjunto, engenheiro Artur Bivar, à firma DURPOL – Obras de Construção, Lda, de 8 de Agosto de 1990.
- Ofício do arquitecto Rui Cabrita, à arquitecta Maria João Eloy, dos Serviços Técnicos da SCML, de 2 de Agosto de 1990.
- Ofício n.º 1006, do coordenador do SEPC, Carvalho dos Santos, ao arquitecto Rui Cabrita, de 10 de Setembro de 1990.
- Ofício n.º 1039, do coordenador do Sector de Conservação da SCML, engenheiro Pires da Costa, à firma DURPOL – Obras e Construções, Lda., de 14 de Setembro de 1990.

- Informação n.º 512, do engenheiro Mendes Serrano, dos Serviços Técnicos da SCML, ao coordenador do Sector de Conservação da SCML, engenheiro Pires da Costa, de 15 de Outubro de 1990.
- Ofício n.º 1173, do provedor-adjunto da SCML, Artur Bívar, ao arquitecto Rui Cabrita, de 19 de Outubro de 1990.
- Ofício do arquitecto Rui Cabrita, ao provedor-adjunto da SCML, Artur Bívar, de 25 de Outubro de 1990.
- *1.º Auto de Medição de Trabalhos*, factura n.º 72/ 90, da firma DURPOL – Obras e Construções, Lda., à SCML, de 9 de Novembro de 1990.
- Ofício da assessora, Maria João Madeira Rodrigues, ao provedor-adjunto da SCML, engenheiro Artur Bívar, de 22 de Novembro de 1990.
- Ofício de Maria João Madeira Rodrigues, ao provedor-adjunto da SCML, Artur Bívar, de 3 de Dezembro de 1990.
- Ofício do arquitecto Rui Cabrita, à arquitecta Maria João Eloy, dos Serviços Técnicos da SCML, com referência aos elementos do projecto de execução da obra de Remodelação do Museu I da Igreja de S. Roque, de 3 de Dezembro de 1990.
- Ofício (n.º?) do secretário-geral, Vítor Frias, ao engenheiro Pires da Costa, do Sector de Conservação dos Serviços Técnicos da SCML, de 10 de Dezembro de 1990.
- *2.º Auto de Medição de Trabalhos*, factura n.º 85/ 90, da firma DURPOL – Obras e Construções, Lda., à SCML, de 26 de Dezembro de 1990.
- Ofício 0100 (?), do provedor-adjunto, Artur Bívar, ao arquitecto Rui Cabrita, de 18 de Janeiro de 1991.
- *3.º Auto de Medição de Trabalhos*, factura n.º 12/ 91, da firma DURPOL – Obras e Construções, Lda., à SCML, de 3 de Fevereiro de 1990.

Processo 115 D, Dossier S. Roque – Igreja e Museu, 9º volume:

- Ofício da chefe de Secção dos Serviços da Lotaria, Laurinda Sacadura Cabral, à responsável pelos Serviços de Processamento de Prémios, de 28 de Dezembro de 1990.
- *Informação dos Serviços n.º 26*, do engenheiro Mendes Serrano, dos Serviços Técnicos da SCML, ao engenheiro Pires da Costa, de 14 de Janeiro de 1991.
- Ofício do arquitecto Rui Cabrita, à Divisão dos Serviços Técnicos da SCML, de 20 de Fevereiro de 1991.
- *4.º Auto de Medição de Trabalhos*, ofício com ref.^a C/66/91/MS, da firma DURPOL – Obras e Construções, Lda., à SCML, de 12 de Março de 1991.

- Acta de abertura das propostas para o concurso limitado para execução da empreitada de “*Obras de Restauro na Igreja de São Roque – Museu I*”, de 5 de Abril de 1991.
- Ofício n.º 169/SEPC, do técnico Fernando Valdoeiros, ao engenheiro Carvalho dos Santos, de 11 de Abril de 1991.
- 5º *Auto de Medição de Trabalhos*, ofício com ref.^a C/79/91/MS, da firma DURPOL – Obras e Construções, Lda., à SCML, de 8 de Abril de 1991.
- Contrato número Seiscentos e Quarenta e Três, referente à empreitada de *Obras de restauro na Igreja de São Roque – Museu I*, de 20 de Maio de 1991.
- Auto de recepção provisória da empreitada de *Substituição da cobertura do Sector I do Museu de S. Roque e Obras de Beneficiação do Terraço/ Cobertura do Arquivo*, adjudicada à firma DURPOL – Obras e Construções, Lda., de 12 de Julho de 1991.
- Informação n.º 300/SC, do coordenador dos Serviços Técnicos, engenheiro Pires da Costa, ao provedor-adjunto da SCML, engenheiro Artur Bívar, de 24 de Julho de 1991.
- Auto de consignação dos trabalhos da empreitada *Obras de restauro na Igreja de São Roque – Museu I*, adjudicada à firma Comprojecto – Projectos e Construções, Lda., de 3 de Fevereiro de 1992.
- Fax do arquitecto Rui Cabrita, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 1 de Abril de 1992.
- *Proposta de Trabalhos a Mais*, orçamento n.º 1400/26/92, da firma Comprojecto – Projectos e Construções, Lda., de 31 de Março de 1992.
- Fax do arquitecto Rui Cabrita, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 1 de Abril de 1992.
- Informação n.º 61/92, da conservadora do Museu, Matilde Sousa Franco, à secretária-geral da SCML, de 3 de Abril de 1992.
- *Relato N.º I*, fax do chefe de Divisão dos Serviços Técnicos da SCML, ao arquitecto Rui Cabrita, de 8 de Abril de 1992.
- *Proposta de Trabalhos a Mais*, n.º 1401/26/92, da firma Comprojecto – Projectos e Construções, Lda., de 8 de Abril de 1992.
- Fax do arquitecto Rui Cabrita, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 14 de Abril de 1992.
- *Proposta de Trabalhos a Mais*, orçamento n.º 1403/26/92, da firma Comprojecto – Projectos e Construções, Lda., de 10 de Abril de 1992.
- *Proposta de Trabalhos a Mais*, orçamento n.º 1406/26/92, da firma Comprojecto – Projectos e Construções, Lda., de 29 de Abril de 1992.

- Informação n.º 133/92, da conservadora do museu, Matilde Sousa Franco, à secretária-geral da SCML, de 11 de Maio de 1992.
- Informação n.º 140/92, da conservadora do museu, Matilde Sousa Franco, ao director do Departamento de Obras da SCML, engenheiro Pires da Costa, de 14 de Maio de 1992.
- Informação n.º 136, do director do Departamento de Obras, engenheiro Pires da Costa, ao provedor-adjunto, Ruy Seabra, de 13 de Maio de 1992.
- Ofício do arquitecto Rui Cabrita, ao director do Departamento de Obras da SCML, engenheiro Pires da Costa, de 28 de Maio de 1992.
- Ofício n.º 0463, do director do Departamento de Obras da SCML, engenheiro Pires da Costa, à firma Comprojecto, de 3 de Julho de 1992.
- *Auto de Vistoria e Medições de Trabalhos*, folha n.º 47, do Departamento de Obras da SCML, de 20 de Julho de 1992.
- *Proposta de Trabalhos a Menos*, orçamento n.º 1409/26/92, da firma Comprojecto – Projectos e Construções, Lda., de 14 de Agosto de 1992.

Processo 115 F, Dossier Museu, 10º volume:

- Auto da recepção definitiva da empreitada de *Substituição da Cobertura do Sector I do Museu de S. Roque e Obras de Beneficiação do Terraço/Cobertura do Arquivo*, adjudicada à firma DURPOL, de 18 de Fevereiro de 1994.
- Ofício com ref.ª GAFE, da provedora da SCML, Maria do Carmo Romão, à directora do IPM, Raquel Henriques da Silva, de 21 de Março de 2001.

SCML, ARQUIVO DO MUSEU DE SÃO ROQUE

Certidão da Deliberação da Mesa da SCML, de 24 de Março de 1981.

Conjunto de plantas e desenhos de Sérgio Infante, *Museu de S. Roque, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, 1983.

Dossier Ampliação/ Reestruturação do Museu de S. Roque:

- *Acta da 157.ª Sessão Ordinária da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 16 de Março de 1995.*

- Ofício do arquitecto João Bento d’Almeida, para o conservador Nuno Vassallo e Silva, de 15 de Maio de 1995.
- Ofício com ref.^a 072/95, do conservador Nuno Vassallo e Silva, à secretária-geral da SCML, Elvira Brandão, de 23 de Maio de 1995.
- Ofício com ref.^a GAFE/ 094, da provedora, Maria Fernanda Mota Pinto, à secretária de estado da Cultura, Eduarda Leal Coelho, de 23 de Junho de 1995.
- *Ampliação e Reestruturação do Museu de S. Roque da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, do conservador, Nuno Vassallo e Silva, de 23 de Maio de 1995, anexo ao ofício com ref.^a GAFE/ 094, da provedora, Maria Fernanda Mota Pinto, à secretária de estado da Cultura, Eduarda Leal Coelho, de 23 de Junho de 1995.
- Ofício com ref.^a 00459, do director-geral da Direcção-Geral dos Serviços de Gestão e Organização da Secretaria de Estado da Cultura, Rui Alberto do Amaral Leitão, à provedora da SCML, Maria do Carmo Romão, de 31 de Janeiro de 1996.
- Ofício com ref.^a INF.34/GAFE/96, da coordenadora do GAFE, Alda Matias, à provedora da SCML, Maria do Carmo Romão, de 5 de Julho de 1996.
- *Acta da 39.ª Sessão Ordinária da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 3 de Outubro de 1996.*
- Memorando Interno com ref.^a 73/96, da secretária-geral da SCML, Elvira Brandão, à provedora da SCML, Maria do Carmo Romão, de 20 de Novembro de 1996.
- Ofício do arquitecto João Bento d’Almeida, ao conservador, Nuno Vassallo e Silva, de 27 de Novembro de 1996.
- Fax com ref.^a 63000/287/96, do director-coordenador do Departamento de Obras da SCML, Fernando Pires da Costa, ao arquitecto João Bento d’Almeida, de 3 de Dezembro de 1996.
- Ofício do arquitecto João Bento d’Almeida, ao director-coordenador do Departamento de Obras da SCML, engenheiro Pires da Costa, de 6 de Dezembro de 1996.
- Ofício do engenheiro Vítor Vajão, ao director-coordenador do Departamento de Obras da SCML, engenheiro Pires da Costa, de 9 de Dezembro de 1996.
- Ofício da firma Safre – Estudos e Projectos de Engenharia, Lda, ao director coordenador do Departamento de Obras da SCML, engenheiro Pires da Costa, de 11 de Dezembro de 1996.
- Memorando Interno com ref.^a 13/97, da secretária-geral da SCML, Elvira Brandão, à provedora da SCML, Maria do Carmo Romão, de 29 de Janeiro de 1997.

- Memorando Interno com ref.^a 15/97, da secretária-geral da SCML, Elvira Brandão, à provedora da SCML, Maria do Carmo Romão, de 5 de Fevereiro de 1997.
- *Acta da 56.ª Sessão Ordinária da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 6 de Fevereiro de 1997.*
- Memorando Interno com ref.^a 21/97, da secretária-geral da SCML, Elvira Brandão, à provedora da SCML, Maria do Carmo Romão, de 20 de Fevereiro de 1997.
- Informação para Despacho com ref.^a 022/97, do conservador, Nuno Vassallo e Silva, à secretária-geral da SCML, Elvira Brandão, de 24 de Fevereiro de 1997.
- *Acta da 61.ª Sessão Ordinária da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 13 de Março de 1997.*
- Memorando Interno com ref.^a 69/97, da secretária-geral da SCML, Elvira Brandão, à provedora da SCML, Maria do Carmo Romão, de 8 de Maio de 1997.
- Ofício com ref.^a 85/C.P.T./P.V., proc.n.º 506/97, do arquitecto Carlos Pietra Torres, ao director-coordenador do Departamento de Obras da SCML, engenheiro Pires da Costa, de 7 de Maio de 1997.
- *Acta da 72.ª Sessão Ordinária da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 28 de Maio de 1997.*
- Fax com ref.^a 63073/238/97, da arquitecta Manuela Tiago, do Departamento de Obras da SCML, ao arquitecto Carlos Pietra Torres, de 31 de Julho de 1997.
- Memorando Interno com ref.^a 95/97, da secretária-geral da SCML, Elvira Brandão, à provedora da SCML, Maria do Carmo Romão, de 10 de Setembro de 1997.
- Ofício com ref.^a GAFE/122, da provedora da SCML, Maria do Carmo Romão, à presidente da CCRLVT, de 19 de Novembro de 1997.
- Ofício com ref.^a 1355/DSPGF/98, proc. nº LVT-029/CT/97, da Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, à provedora da SCML, Maria do Carmo Romão, de 12 de Novembro de 1998.
- Ofício com ref.^a 1000/660, da provedora da SCML, Maria do Carmo Romão, ao subdirector-geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, de 16 de Dezembro de 1998.
- Ofício com ref.^a 02025, do director geral da DGOTDU, João Biencard Cruz, à provedora da Santa Casa, Maria do Carmo Romão, de 9 de Abril de 1999.
- Memorando Interno com ref.^a 092/GAFE/2000, da coordenadora do GAFE, Alda Matias, à secretária-geral, Elvira Brandão, de 11 de Outubro de 2000.

Dossier Candidatura ao POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Actas V:

- *Relatório Mensal* da empreitada referente aos meses de Agosto/ Setembro 2006, da firma GF, à SCML, de 29 de Setembro de 2006.
- *Acta de reunião de obra n.º2*, de 6 de Setembro de 2006.
- *Acta de reunião de obra n.º3*, de 13 de Setembro de 2006.
- *Acta de reunião de obra n.º4*, de 20 de Setembro de 2006.
- *Acta de reunião de obra n.º8*, de 18 de Outubro de 2006.
- *Acta de reunião de obra n.º9*, de 25 de Outubro de 2006.
- *Ofício* com ref.^a 80/C.P./P.M., proc. n.º 506/06, da firma Intertraço, à SCML, de 27 de Outubro de 2006.
- *Relatório Mensal* da empreitada referente ao mês de Outubro 2006, da firma GF, à SCML, de 7 de Novembro de 2006.
- *Auto de medição n.º2* dos trabalhos contratuais, da firma GF, à SCML, de 7 de Novembro de 2006.
- *Acta de reunião de obra n.º11*, de 8 de Novembro de 2006.
- *Acta de reunião de obra n.º12*, de 15 de Novembro de 2006.
- *Acta de reunião de obra n.º13*, de 22 de Novembro de 2006.
- *Acta de reunião de obra n.º15*, de 7 de Dezembro de 2006.
- *Relatório Mensal* da empreitada referente ao mês de Novembro 2006, da firma GF, à SCML, de 12 de Dezembro de 2006.
- *Relatório Mensal* da empreitada referente ao mês de Dezembro 2006, da firma GF, à SCML, de 11 de Janeiro de 2007,

Dossier Candidatura ao POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Actas VI:

- *Acta de reunião de obra n.º17*, de 20 de Dezembro de 2006.
- *Acta da Reunião de Obra n.º 25*, de 21 de Fevereiro de 2007.
- *Acta da Reunião de Obra n.º 26*, de 28 de Fevereiro de 2007.
- *Acta da Reunião de Obra n.º 28*, de 14 de Março de 2007.
- *Acta da Reunião de Obra n.º 29*, de 21 de Março de 2007.
- *Acta da Reunião de Obra n.º 30*, de 28 de Março de 2007.
- *Acta da Reunião de Obra n.º 31*, de 4 de Abril de 2007.
- *Acta da Reunião de Obra n.º 32*, de 11 de Abril de 2007.
- *Acta da Reunião de Obra n.º41*, de 27 de Junho de 2007.
- *Acta da Reunião de Obra n.º45*, de 25 de Julho de 2007.

- *Acta da Reunião de Obra n.º46*, de 2 de Agosto de 2007.
- *Acta da Reunião de Obra n.º48*, de 22 de Agosto de 2007.
- *Acta da Reunião de Obra n.º50*, de 29 de Agosto de 2007.
- *Acta da Reunião de Obra n.º52*, de 12 de Setembro de 2007.
- *Acta da Reunião de Obra n.º53*, de 19 de Setembro de 2007.
- *Acta da Reunião de Obra n.º54*, de 26 de Setembro de 2007.
- *Acta da Reunião de Obra n.º55*, de 3 de Outubro de 2007.
- *Acta da Reunião de Obra n.º59*, de 31 de Outubro de 2007.
- *Acta da Reunião de Obra n.º60*, de 7 de Novembro de 2007.
- *Acta da Reunião de Obra n.º61*, de 14 de Novembro de 2007.
- *Acta da Reunião de Obra n.º63*, de 28 de Novembro de 2007.
- *Acta da Reunião de Obra n.º67*, de 2 de Janeiro de 2008.
- *Acta da Reunião de Obra n.º68*, de 9 de Janeiro de 2008.
- *Acta da Reunião de Obra n.º69*, de 16 de Janeiro de 2008.
- *Acta da Reunião de Obra n.º70*, de 23 de Janeiro de 2008.

Dossier Candidatura ao POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Actas VII:

- *Acta da Reunião de Obra n.º71*, de 30 de Janeiro de 2008.
- *Acta da Reunião de Obra n.º76*, de 5 de Março de 2008.
- *Acta da Reunião de Obra n.º81*, de 9 de Abril de 2008.
- *Acta da Reunião de Obra n.º84*, de 30 de Abril de 2008.
- *Acta da Reunião de Obra n.º89*, de 4 de Junho de 2008.
- *Acta da Reunião de Obra n.º91*, de 20 de Junho de 2008.
- *Acta da Reunião de Obra n.º95*, de 16 de Julho de 2008.
- *Acta da Reunião de Obra n.º96*, de 24 de Julho de 2008.
- *Acta da Reunião de Obra n.º98*, de 8 de Agosto de 2008.
- *Acta da Reunião de Obra n.º100*, de 20 de Agosto de 2008.
- *Acta da Reunião de Obra n.º101*, de 27 de Agosto de 2008.
- *Acta da Reunião de Obra n.º102*, de 8 de Setembro de 2008.
- *Acta da Reunião de Obra n.º103*, de 16 de Setembro de 2008.

Dossier Candidatura ao POC – Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, I:

- *Ofício com ref.^a GAFE*, da provedora da SCML, Maria do Carmo Romão, ao gestor do POC, José Manuel Vieira Rodrigues, de 21 de Março de 2001.

- Informação n.º 0121/IPM-RPM/2001, parecer da coordenadora-adjunta da Estrutura de Projecto da RPM, Joana Sousa Monteiro, de 1 de Outubro de 2001.
- Parecer n.º 0660/IPM-RPM/2001, ref.ª 00619, da coordenadora da RPM, Clara Camacho, à provedora da SCML, Maria do Carmo Romão, de 12 de Outubro de 2001.
- Ofício com ref.ª 009600 do chefe de projecto do POC, Rui Palmeiro dos Santos, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 26 de Abril de 2001.
- Ofício com ref.ª 1000/90, da provedora da SCML, Gertrudes Jorge, ao gestor do POC, António Mendes Baptista, de 20 de Fevereiro de 2002.
- Ofício com ref.ª 0372, do gestor do POC, António José Mendes Baptista, à provedora da SCML, Gertrudes Jorge, de 26 de Fevereiro de 2002.
- Ofício com ref.ª 1000/148, da provedora da SCML, Gertrudes Jorge, ao gestor do POC, António Mendes Baptista, de 12 de Março de 2002.
- Ofício com ref.ª 1000/491, da provedora da SCML, Maria José Nogueira Pinto, à gestora do POC, Helena Pinheiro de Azevedo, de 13 de Agosto de 2002.
- Ofício com ref.ª 1710, da gestora do POC, Helena de Azevedo, à provedora da SCML, Maria José Nogueira Pinto, de 23 de Setembro de 2002.
- Ofício com ref.ª 1000/285, do vice-provedor da SCML, Jorge Bacelar Gouveia, ao secretário de estado da Cultura, José Amaral Lopes, de 6 de Agosto de 2003.
- Fax com ref.ª 0904, da gestora do POC, Helena de Azevedo, à provedora da SCML, Maria José Nogueira Pinto, de 5 de Maio de 2004.
- Informação para Despacho com ref.ª 110/04, da conservadora, Teresa Morna, à secretária-geral da SCML, Helena Oliveira, de 14 de Maio de 2004.
- *Acta da 93.ª Sessão Ordinária da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 20 de Maio de 2004.*
- Ofício com ref.ª 1000/185, do vice-provedor, Jorge Bacelar Gouveia, à gestora do POC, Helena de Azevedo, de 31 de Maio de 2004.
- Ofício com ref.ª 1059/2004/UEP/AIA, da directora da UEP, engenheira Isabel Azevedo, ao administrador-delegado da SCML, Nunes Barata, de 11 de Outubro de 2004.
- *Acta da 113.ª Sessão Ordinária da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 21 de Outubro de 2004.*
- Informação com ref.ª 236/04, da conservadora, Teresa Morna, à secretária-geral da SCML, Helena Oliveira, de 8 de Novembro de 2004.
- Ofício n.º 506/04, do arquitecto Carlos Pietra Torres, à SCML, de 25 de Novembro de 2004.

- Informação com ref.^a 1385-2004-UEP-MT, da arquitecta Manuela Tiago, à directora da UEP, engenheira Isabel Azevedo, de 29 de Novembro de 2004.
- Projecto de deliberação apresentado pelo vice-provedor, Jorge Bacelar Gouveia, de 2 de Dezembro de 2004.
- Informação com ref.^a 001/2005, da conservadora, Teresa Morna, à secretária-geral, Helena Oliveira, de 5 de Janeiro de 2005

Dossier 3. CS (CAO), 4. Sist. Alarmes c. Roubo, 5. Sist. Alarmes c. Incêndio, 1978 – 1987:

- *Normas Básicas de Segurança e Protecção contra Incêndio*, de 12 de Maio de 1987.

Dossier Igreja – Projecto, Estudo de Recuperação, S.C.C./ Museu, 1983 – 1990:

- *Plano de Acções do Museu para 1989*, de Maria João Madeira Rodrigues, de 23 de Janeiro de 1989.
- Informação 60/89, da técnica do museu, Filomena Brito, ao chefe de Divisão da Secretaria-Geral, Vítor Frias, de 22 de Novembro de 1989.
- Informação 614/89, do engenheiro Fernando Pires da Costa, do Sector de Conservação dos Serviços Técnicos da SCML, ao provedor-adjunto, engenheiro Artur Bívar, de 15 de Dezembro de 1989.
- Parecer 63/89, da técnica do museu, Filomena Brito, ao chefe de Divisão da Secretaria-Geral, Vítor Frias, de 21 de Dezembro de 1989.

Dossier POC – Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Actas das Reuniões do POC, Contrato de Homologação do POC, Ampliação/ Remodelação – Memória Descritiva, Orçamentos Actualizados (2006):

- Informação para Despacho com ref.^a 0014/07, da técnica superior do Museu, Helena Mantas, à secretária-geral da SCML, Helena Oliveira, de 15 de Janeiro de 2007.
- Ofício com ref.^a 2644, da gestora do POC, Helena de Azevedo, ao provedor da SCML, Rui Ferreira da Cunha, de 10 de Novembro de 2006.
- *Contrato de Concessão de Comparticipação Financeira entre Intervenção Operacional da Cultura e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, de 9 de Novembro de 2006.
- Informação para Despacho com ref.^a 0014/07, da técnica superior do Museu, Helena Mantas, à secretária-geral da SCML, Helena Oliveira, de 15 de Janeiro de 2007.
- *Acta de Reunião*, n.º 2-2007, de 16 de Fevereiro de 2007.
- *Acta de Reunião*, n.º 4-2007, de 13 de Abril de 2007.

Dossier POC, Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Correspondência Recebida Interna, Saída de Correspondência Interna:

- *Acta da 124ª Sessão da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 5 de Janeiro de 2005.*
- *Alteração. Projecto de Arquitectura. Projecto de Licenciamento. Memória Descritiva*, da firma Intertraço, anexo ao ofício s/nº, da directora da UEP, Isabel Azevedo, à conservadora, Teresa Morna, de 25 de Janeiro de 2005.
- Ofício s/nº, do arquitecto Carlos Pietra Torres, à directora da UEP, engenheira Isabel Azevedo, de 2 de Março de 2005.
- Informação para Despacho com ref.^a 0252-2005-UEP-MT, da arquitecta Manuela Tiago, do Departamento de Obras, à directora da UEP, engenheira Isabel Azevedo, de 7 de Março de 2005.
- Informação para Despacho com ref.^a 045/2005, da conservadora, Teresa Morna, à secretária-geral da SCML, Helena Oliveira, de 8 de Março de 2005.
- Memorando Interno com ref.^a 043/2005, da conservadora, Teresa Morna, à secretária-geral da SCML, Helena Oliveira, de 7 de Março de 2005.
- Informação para Despacho com ref.^a 0671/2005/UEP/AIA, da directora da UEP, Isabel Azevedo, ao administrador-delegado, Nunes Barata, de 15 de Junho de 2005.
- *Nota da reunião havida em 2005.07.18 com a gestora do POC, Dra. Helena Azevedo*, da secretária-geral, Helena Oliveira, de 20 de Julho de 2005.
- Memorando Interno com ref.^a 163/05, da técnica superior do Museu, Helena Mantas, à secretária-geral da SCML, Helena Oliveira, de 20 de Julho de 2007.
- Informação para Despacho com ref.^a 0980/2005/UEP/AIA, da directora da UEP, Isabel Azevedo, ao director patrimonial da SCML, Soares Franco, de 7 de Setembro de 2005.
- *Projecto de Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Ponto da situação em 2005.09.05*, da conservadora, Teresa Morna, de 5 de Setembro de 2005.
- Informação para Despacho com ref.^a 336/2005, da secretária-geral, Helena Oliveira, ao provedor da SCML, Rui da Cunha, de 13 de Outubro de 2005.
- Ofício com ref.^a 451, da firma GF, ao administrador-delegado da SCML, José Nunes Barata, de 5 de Maio de 2006.
- Ofício com ref.^a JS/LII_2093_4, da firma Construtora San José, ao director do DGIP, engenheiro Silva Rosa, s/d, com carimbo de entrada na SCML de 1 de Fevereiro de 2007.

- Informação para Despacho com ref.^a 0319-GG-UMO-2007, da técnica superior do DGIP, engenheira Goreti Guerreiro, ao director do DGIP, engenheiro Silva Rosa, de 22 de Fevereiro de 2007.
- Ofício com ref.^a 063/2007, da firma GF, à técnica superior do DGIP, engenheira Goreti Guerreiro, de 15 de Fevereiro de 2006.
- E-mail da técnica superior do DGIP, engenheira Goreti Guerreiro, ao engenheiro João Appleton, da firma A2P Estudos e Projectos, Lda., de 3 de Abril de 2007.
- Ofício com ref.^a 1378, da gestora do POC, Helena de Azevedo, ao provedor da SCML, Rui Cunha, de 24 de Abril de 2007.
- *Informação n.º9 – Apresentação de Previsão de Cronograma Financeiro até ao final da Obra*, da firma GF, à SCML, de 4 de Maio de 2007.
- E-mail do engenheiro João Appleton, da firma A2P Estudos e Projectos, Lda., à técnica superior do DGIP, engenheira Goreti Guerreiro, de 3 de Maio de 2007.
- *Parecer sobre a Intervenção Estrutural no Edifício do Museu de S. Roque (Lisboa)*, com ref.^a E435-Museu de S. Roque, do engenheiro João Appleton, da firma A2P Estudos e Projectos, Lda., de 2 de Maio 2007, anexo ao e-mail do engenheiro João Appleton, de 3 de Maio de 2007.
- *Ponto da Situação*, da técnica superior do DGIP, engenheira Goreti Guerreiro, de 21 de Junho de 2007.
- *Ampliação/ Remodelação do Museu de S. Roque – Ensaio de Caracterização da Estrutura do Edifício do Museu de S. Roque, Relatório Preliminar*, Processo nº 876/00, Oz, Lda., de Junho de 2007.
- *Edifício do Museu de São Roque – Lisboa, Nota Técnica sobre a Intervenção Estrutural*, da firma Safre, de 28 de Junho de 2007.
- *Informação n.º11 – Trabalhos a Mais e a Menos*, da firma GF, à SCML, de 29 de Junho de 2007.
- *Informação n.º12 – Frentes de Trabalho em Curso*, da firma GF, de 29 de Junho de 2007.
- *Comunicação de Estaleiro*, n.º 3, da Construtora San José, à firma GF, de 5 de Setembro de 2007.
- *Informação n.º30 – Ponto de Situação da Obra*, com ref.^a 068/2008, da firma GF, à SCML, de 24 de Março de 2008.
- Ofício com ref.^a 631, da firma Oz, Lda., à SCML, de 27 de Julho de 2007.

Dossier POC – Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque: Saída de Correspondência Externa (Gestora POC), Correspondência Recebida Externa (Gestora POC), Saída de Correspondência Externa, Correspondência Recebida Externa, I:

- Ofício com ref.^a 000830, da gestora do POC, Helena de Azevedo, à provedora da SCML, Maria José Nogueira Pinto, de 1 de Abril de 2003.
- Ofício ref.^a 00878, da gestora do POC, Helena de Azevedo, à provedora da SCML, Maria José Nogueira Pinto, de 21 de Abril de 2005.
- Fax ref.^a 726, do atelier de arquitectura Intertraço, à arquitecta Manuela Tiago da SCML, de 21 de Julho de 2005.
- Informação n.º DRL/1726/2005, do IPPAR e Direcção Regional de Lisboa, de 2 de Setembro de 2005.
- Despacho da vereadora da CML, Eduarda Napoleão, de 7 de Outubro de 2005.
- Ofício com ref.^a 1000/388, do provedor da SCML, Rui Ferreira da Cunha, à gestora do POC, Helena de Azevedo, de 13 de Outubro de 2005.
- Ofício com ref.^a 1000/327, do provedor da SCML, Rui Ferreira da Cunha, à gestora do POC, Helena de Azevedo, de 17 de Outubro de 2006.

Dossier Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque, Abertura do Concurso, Anúncio, Deliberações de Mesa, Diversos, Divulgação, Orçamentos:

- *Acta da 119.ª Sessão Ordinária da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 2 de Dezembro de 2004.*
- *Acta da 126ª Sessão Ordinária da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 20 de Janeiro de 2005.*
- *Acta da 133ª Sessão Ordinária da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 10 de Março de 2005.*
- *Acta da 135.ª Sessão Ordinária da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 24 de Março de 2005.*
- *Acta da 7.ª Sessão Ordinária da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 13 de Outubro de 2005.*
- *Acta da 28.ª Sessão Ordinária da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 9 de Março de 2006.*
- *Acta da 34.ª Sessão Ordinária da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 20 de Abril de 2006.*

Dossier Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque. RPM – Correspondência (Saída e Recebida):

- Ofício com a ref.^a GAFE, da provedora da SCML, Maria do Carmo Romão, à directora do IPM, Raquel Henriques da Silva, de 21 de Março de 2001.
- Ofício com ref.^a 064/05, da conservadora do Museu de São Roque, Teresa Morna, à coordenadora da RPM, Clara Camacho, de 28 de Março de 2005.
- Informação n.º 018i/IPM-RPM/2005 (121/IPM-RPM/2001), do IPM, à gestora do POC, Helena de Azevedo, de 12 de Abril de 2005.
- Ofício com ref.^a 164/05, da técnica superior do Museu, Helena Mantas, à coordenadora da RPM, Clara Camacho, de 21 de Julho de 2005.
- *Museu de São Roque – Alteração, Instalação de Tratamento de Ar*, do engenheiro Luís Elias Casanovas, de 12 de Julho de 2005, anexo ao ofício com ref.^a 164/05, da técnica superior do Museu, Helena Mantas, à coordenadora da RPM, Clara Camacho, de 21 de Julho de 2005.
- Ofício com ref.^a 1000/362, do provedor da SCML, Rui Cunha, à subdirectora do IPM, Clara Camacho, de 24 de Novembro de 2006.

Dossier Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Saída de Correspondência Interna:

- Memorando Interno com ref.^a 176/07, da conservadora, Teresa Morna, à secretária-geral da SCML, Helena Oliveira, de 20 de Junho de 2007.
- Ofício com ref.^a 1000/76, do provedor da SCML, Rui Ferreira da Cunha, ao director-geral da DGEMN, Vasco Martins Costa, de 3 de Março de 2006.
- Ofício com ref.^a 00709, do director-geral da DGEMN, Vasco Martins Costa, ao provedor da SCML, Rui Ferreira da Cunha, de 14 de Março de 2006.
- Informação para Despacho com ref.^a 275/07, da conservadora, Teresa Morna, à secretária-geral da SCML, Helena Oliveira, de 5 de Novembro de 2007.
- Informação para Despacho com ref.^a 278/2007, da conservadora, Teresa Morna, à secretária-geral da SCML, Helena Oliveira, de 7 de Novembro de 2007.
- E-mail da firma GF, ao professor engenheiro Vasco Peixoto de Freitas, de 11 de Janeiro de 2008.
- *Memória Descritiva do Projecto de Alterações*, Proc. n.º829/EDI/2008, do atelier de arquitectura Intertraço, de Junho de 2008.
- *Relatório Mensal* da empreitada referente ao mês de Julho de 2008, da firma GF, à SCML, s/d.

Dossier Saída de Correspondência (POC), III:

- *Recepção Provisória (Auto de Vistoria)*, da Construtora San José, de 31 de Outubro de 2008.

Dossier S.C.C. (CAO), Obras, 1981-1987:

- Ofício 6/84, da assessora Maria João Madeira Rodrigues, ao adjunto do provedor, Manuel Pinto, de 7 de Fevereiro de 1984.
- Certidão da acta da Sessão da Mesa de 12 de Novembro de 1985.
- Ofício 49/86, da assessora Maria João Madeira Rodrigues, ao provedor da SCML, de 9 de Junho de 1986.
- Ofício 57/86, da assessora Maria João Madeira Rodrigues, ao chefe de Divisão da Secretaria-Geral da SCML, Vítor Frias, de 11 de Julho de 1986.
- Ofício (s/n.º) do chefe de Divisão da Secretaria-Geral, Vítor Frias, ao provedor da SCML, de 16 de Julho de 1986.
- Ofício 46/87, parecer da assessora Maria João Madeira Rodrigues, ao chefe de Divisão da Secretaria-Geral, Vítor Frias, de 17 de Julho de 1987.
- Informação à consideração superior, do chefe de Divisão da Secretaria-Geral, Vítor Frias, de 17 de Julho de 1987.
- Informação da chefe de Secção do Processamento de Prémios da Lotaria Nacional, Celeste Costa, ao director da Lotaria Nacional, de 28 de Setembro de 1987.
- Ofício 55/87 da assessora Maria João Madeira Rodrigues, ao adjunto do provedor da SCML, Artur Bívar, de 8 de Outubro de 1987.
- Informação, não assinada, remetida a Maria João Madeira Rodrigues, de 8 de Outubro de 1987.

Dossier SIGERP 1982-1988:

- Ofício do arquitecto Sérgio Infante, à assessora Maria João Madeira Rodrigues, de 16 de Janeiro de 1986.

GUIMARÃES, Fernando Peres,

Museu de Arte Sacra de S. Roque – Ante-Projecto, Comissão Administrativa de Obras, Memória Descritiva, 18 de Março de 1965, documento inédito.

GUIMARÃES, Fernando Peres,

Remodelação do Museu de Arte Sacra da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Acabamentos, Comissão Administrativa de Obras, Caderno de Encargos, 21 de Maio de 1967, documento inédito.

GUIMARÃES, Fernando Peres,

Remodelação do Museu de Arte Sacra da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Acabamentos, Comissão Administrativa de Obras, Memória Descritiva, 21 de Maio de 1967, documento inédito.

Pasta Alterações ao Projecto de Arquitectura (2ª fase), 2007:

- Desenhos – *Alterações ao Projecto Base*, da firma Intertraço, de 26 de Abril de 2007.
- *Memória Descritiva*, do arquitecto Carlos Pietra Torres, da firma Intertraço, de 26 de Abril de 2007.

Pasta Museu de S. Roque, Projecto de Execução, Especialidades:

- *Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Museu de S. Roque. Iluminação Geral e Museológica*, de Vítor Vajão – Atelier de Iluminação e Electrotecnia, Lda., de 28 de Julho de 2005.

Pasta Remodelação/ Ampliação do Museu de S. Roque:

- Informação para Despacho com ref.^a 130/2008, da conservadora, Teresa Morna, à secretária-geral da SCML, Helena Oliveira, de 16 de Julho de 2008.

Pasta Remodelação/ Ampliação do Museu de São Roque, Projectos de Execução, Iluminação/ Áudio:

- Fax com ref.^a 020/05, da conservadora, Teresa Morna, ao arquitecto Carlos Pietra Torres, de 31 de Janeiro de 2005.

Pasta Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Museu de São Roque, Remodelação e Ampliação, Estudo Prévio, Intertraço, Junho de 1997:

- *Estudo Prévio*, anexo ao ofício com ref.^a 129/C.P.T/P.V., proc. 506/97, do arquitecto Carlos Pietra Torres, ao conservador, Nuno Vassalo e Silva, de 26 de Junho de 1997.
- *Projecto de Arquitectura, Memória Descritiva*, de 1 de Setembro de 2005.

Pasta sem título, com carimbo de entrada no DGIP nº 4061, de 22 de Maio de 2007:

- Desenhos da firma Intertraço, de 2005 e 2007.

RODRIGUES, Maria João Madeira,

Museu de Arte Sacra de S. Roque – Ante-Projecto, Comissão Administrativa de Obras, Programa, 18 de Março de 1965, documento inédito.

RODRIGUES, Maria João Madeira,

Programa para 1983, Documento Anexo Nº1, Ampliação do Museu de São Roque, documento inédito, policopiado e apresentado na Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a 10 de Fevereiro de 1983.

SCML, ARQUIVO HISTÓRICO

Auto da Inauguração do Museu do Tesouro da Capela de São João Baptista em São Roque, de 11 de Janeiro de 1905, SCML/IG/SJB/03/Livro 001.

Correspondência expedida pela provedoria:

SCML/GA/01/ Lv 018, fl.138, (17 de Junho de 1853).

SCML/GA/01/ Lv 018, fls.234 e 234v, (22 de Março de 1854).

SCML/GA/01/ Lv 018, fl.281, (1 de Setembro de 1854).

Correspondência expedida pela repartição do Património:

SCML/GA/01/02/ Lv 066, (11 de Janeiro de 1965), ofício n.º 31, para o chefe da Repartição da Secretaria.

Documentos de despesa:

Cota A-519, Folha de féria n.º2522, de 25 de Abril de 1908.

Cota A-520, Folha de féria n.º2519, de 2 de Maio de 1908.

Cota A-520, Folha de féria n.º2561, de 9 de Maio de 1908.

Cota A-520, Folha de féria n.º2723, de 16 de Maio de 1908.

Cota A-520, Folha de féria n.º2732, de 23 de Maio de 1908.

Cota A-520, Folha de féria n.º2733, de 30 de Maio de 1908.
Cota A-520, Folha de féria n.º2793, de 6 de Junho de 1908.
Cota A-521, Folha de féria n.º2806, de 12 de Junho de 1908.
Cota A-521, Folha de féria n.º2955, de 20 de Junho de 1908.
Factura da Fábrica Nacional de Louça Constância, de 5 de Maio de 1908 (sem cota, anexada à Folha de féria de 20 de Junho de 1908).
Cota A-521, Folha de féria n.º3194, de 27 de Junho de 1908.
Cota A-522, Folha de féria n.º59, de 25 de Julho de 1908.
Cota A-522, Folha de féria n.º122, de 1 de Agosto de 1908.
Cota A-522, Folha de féria n.º123, de 8 de Agosto de 1908.
Cota A-522, Folha de féria n.º124, de 14 de Agosto de 1908.
Cota A-522, Folha de féria n.º125, de 22 de Agosto de 1908.
Cota A-522, Folha de féria n.º126, de 29 de Agosto de 1908.
Cota A-523, Folha de féria n.º369, de 5 de Setembro de 1908.
Cota A-523, Folha de féria n.º370, de 12 de Setembro de 1908.
Cota A-523, Folha de féria n.º433, de 19 de Setembro de 1908.
Cota A-523, Folha de féria n.º434, de 26 de Setembro de 1908.
Cota A-523, Folha de féria n.º435, de 3 de Outubro de 1908.
Cota A-524, Folha de féria n.º437, de 10 de Outubro de 1908.
Cota A-524, Folha de féria n.º439, de 17 de Outubro de 1908.
Cota A-524, Folha de féria n.º440, de 24 de Outubro de 1908.
Cota A-524, Folha de féria n.º441, de 31 de Outubro de 1908.
Cota A-524, Folha de féria n.º704, de 7 de Novembro de 1908.
Cota A-524, Folha de féria n.º705, de 14 de Novembro de 1908.
Cota A-524, Folha de féria n.º707, de 21 de Novembro de 1908.
Cota A-524, Folha de féria n.º708, de 28 de Novembro de 1908.
Cota A-525, Folha de féria n.º975, de 5 de Dezembro de 1908.
Cota A-525, Folha de féria n.º976, de 12 de Dezembro de 1908.
Cota A-525, Folha de féria n.º978, de 30 de Dezembro de 1908.
Cota A-525, Folha de féria n.º (?), de 2 de Janeiro de 1909.
Cota A-525, Folha de féria n.º 1231, de 15 de Janeiro de 1909.

Livros de Actas da Mesa:

- SCML/OA/MS/04/ Lv 001, fl. 108, (28 de Março de 1853).
- SCML/OA/MS/04/ Lv 002, fls.2v e 3v, (2 de Maio de 1853).
- SCML/OA/MS/04/ Lv 002, fl.10, (2 de Junho de 1853).
- SCML/OA/MS/04/ Lv 002, fl.15, (16 de Junho de 1853).
- SCML/OA/MS/04/ Lv 002, fl.35, (8 de Agosto de 1853).
- SCML/OA/MS/04/ Lv 002, fl.90v, (15 de Novembro de 1853).
- SCML/OA/MS/04/ Lv 003, fl.4, (9 de Janeiro de 1854).
- SCML/OA/MS/04/ Lv 003, fl.85 (18 de Maio de 1854).
- SCML/OA/MS/04/ Lv 003, fl.93 (5 de Junho de 1854).
- SCML/OA/MS/04/ Lv 004, fl.1 (3 de Julho de 1854).
- SCML/OA/MS/04/ Lv 015, fl. 69 a 69v e 74v, (21 de Outubro de 1892).
- SCML/OA/MS/04/Lv 016, fl. 178v, (4 de Janeiro de 1902).
- SCML/OA/MS/04/Lv 016, fl.225v, (9 de Outubro de 1902).
- SCML/OA/MS/04/ Lv 016, fl.242v, 243, 256v e 261, (12 de Março, 28 de Maio e 2 de Julho de 1903).
- SCML/OA/MS/04/ Lv 017, fl.31, (19 de Janeiro de 1905).
- SCML/ AO/MS/04/Lv 021, p.13, (05 de Janeiro de 1928).
- SCML/ AO/MS/04/Lv 021, p.196, (25 de Outubro de 1928).
- SCML/OA/MS/04/Lv 021, pp.468 e 469, (25 de Junho de 1929).
- SCML/OA/MS/04/Lv 021, p.499, (22 de Agosto de 1929).
- SCML/OA/MS/04/Lv 021, pp.534 e 535, (7 de Outubro de 1929).
- SCML/OA/MS/04/Lv 021, pp.541 e 542, (10 de Outubro de 1929).
- SCML/OA/MS/04/Lv 022, pp.125 e 126, (3 de Abril de 1930).
- SCML/OA/MS/04/Lv 022, pp.571 e 572, (20 de Agosto de 1931).
- SCML/OA/MS/04/Lv 024, pp.111 e 112, (9 de Setembro de 1933).
- SCML/OA/MS/04/Lv 025, pp.260 e 261, (9 de Janeiro de 1936).
- SCML/OA/MS/04/ Lv026, p.305, (1 de Outubro de 1937).
- SCML/OA/MS/04/Lv 026, pp.453 e 454, (10 de Março de 1938).
- SCML/OA/MS/04/Lv 027, p.6, (19 de Maio de 1938).
- SCML/OA/MS/04/ Lv 030, p.49, (1 de Julho de 1943).
- SCML/OA/MS/04/Lv 046, fl.144v, (27 de Abril de 1963).
- SCML/OA/MS/04/Lv 046, fl.215v, (18 de Dezembro de 1963).
- SCML/OA/MS/04/Lv 047, fls.136 e 137, (18 de Junho de 1964).

SCML/OA/MS/04/Lv 047, fl.377, (23 de Dezembro de 1964).
SCML/OA/MS/04/Lv 051, fls.268 e 269, (11 de Julho de 1968).
SCML/OA/MS/04/Lv 051, fl.427, (19 de Dezembro de 1968).
SCML/AO/MS/04/Lv 070, fl.371, (21 de Julho de 1981).
SCML/AO/MS/04/Lv 070, fl.455, (16 de Setembro de 1981).
SCML/AO/MS/04/Lv 073, fl.84, (10 de Fevereiro de 1983).
SCML/AO/MS/04/Lv 084, s/nº pp., (13 de Dezembro de 1988).
SCML/AO/MS/04/Lv 085, s/nº pp., (24 de Outubro de 1989).
SCML/AO/MS/04/Lv 087, s/n.º pp., (29 de Outubro de 1991).

Livros de Caixa:

Livro de Caixa n.º85, fl. 125, Despesa 81.
Livros de Caixa n.º 95 a 98.
Livro de caixa n.º 96, despesa n.º16, fl.208, (8 de Julho de 1929).
Livros da Caixa Corrente, SCML/GF/DR/02/Lv 033, fl. 14.

Livros do Cofre Geral:

SCML\GF\DR\01\Lv 003, fl.68, (6 de Dezembro de 1768).
SCML\GF\DR\01\Lv 003, fl.71 (8 de Dezembro de 1768).

Obras, A Sala de Extracções, Orçamento, plantas e condições do concurso para arrematação da construção da nova Sala das Extracções, 1899-1900, Caixa 3, Processo N.º21.

Obras, Orçamentos de diversas obras feitas nos edifícios da Misericórdia, 1908, Maço 3, Processo 5:

- Orçamento do encarregado de obras, João Filippe Nunes Júnior, de 19 de Fevereiro de 1908.
- Orçamento do encarregado de obras, João Filippe Nunes Júnior, de 29 de Setembro de 1908.
- Orçamento do encarregado de obras, João Filippe Nunes Júnior, de 19 de Outubro de 1908.

Obras, Orçamentos, Cota de transferência: UI-1, N°14522 (1926-29):

- *Orçamento para ampliação do museu*, aprovado na sessão da Mesa de 24 de Outubro de 1929.

Obras, Orçamentos, cota de transferência: UI-3, n.º 14524:

- *Orçamento para as reparações a fazer nos antigos salões do museu e sua respectiva ampliação*, aprovado na sessão da Mesa de 3 de Abril de 1930.

Obras, Projecto de Obras para a Sala do Conselho de Beneficência, no edifício da Misericórdia, 1858, Maço 3, Processo N.º33:

- Ofício de Pézerat à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 14 de Janeiro de 1854.
- Ofício de Pézerat à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 6 de Julho de 1854.

Obras, Reconstrução do edifício principal Largo S. Roque, Tesouraria e Sala do Tesouro da Capela de S. João Baptista, 1902, Maço 3, Processo N.º17:

- Ofício do arquitecto Adães Bermudes ao provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 10 de Julho de 1902.
- Condições e Caderno de Encargos apresentados pelo arquitecto Arnaldo Redondo Adães Bermudes à SCML, de 12 de Setembro de 1902.
- *Projecto para a instalação do Tesouro da Capela de S. Roque na Misericórdia de Lisboa*.
- Memória descritiva das obras a mais no edifício da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 27 de Maio de 1903.

Planta geral da Igreja de São Roque, cerca e demais edifícios que hoje pertencem à Santa Casa da Misericórdia, c.1808. Sem cota. Referência 303 do processo de restauro do Arquivo Histórico da SCML.

BIBLIOGRAFIA

AGAREZ, Ricardo,

“De regra, renda e desenho: arquitectura para a Misericórdia de Lisboa c.1960”, in MORNA, Teresa, MANTAS, Helena (Coord.), *Património Arquitectónico, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, volume 2, tomo I, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa/ Museu de São Roque, Lisboa, 2010.

ASSUNÇÃO, Ana Paula, ANICETO, Jorge Vasconcelos,

História da Fábrica de Louça de Sacavém, Museu de Cerâmica de Sacavém, Sacavém, 2000.

ARCHEOFACTU,

Museu de S. Roque, Conservação Preventiva, documento policopiado apresentado pela firma Archeofactu, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Julho de 2008.

BLANES, Fátima de Llera, CUNHA, José Montalvão, RODRIGUES, Madalena,

Levantamento e Identificação das Estruturas Arquitectónicas na Área de Transição da Zona Residencial para a Igreja da Casa Professa de São Roque, documento policopiado apresentado pelas firmas In Situ, Lda. e Topometria, Lda., à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 27 de Junho de 2007

CAETANO, Joaquim Oliveira,

Pintura. Século XVI ao Século XX. Colecção de Pintura da Misericórdia de Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Museu de São Roque, Lisboa, 1998.

CARDOSO, Rogério Seabra,

Provedores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa desde 1851, Arquivo Histórico/ Biblioteca da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Lisboa, 1995.

CARDOSO, Rogério Seabra (Coord.),

Colectânea Legislativa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1498-1998), Arquivo Histórico/ Biblioteca da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Lisboa, 1998.

CARITA, Hélder,

“A Igreja, a Rua Larga e o Bairro Alto de São Roque”, in MORNÁ, Teresa, MANTAS, Helena, (Coord.), *Património Arquitectónico, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, volume 1, Lisboa, 2006.

“Carta de Veneza 1964 – Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios”, in PRIMO, Judite, (Org.), *Museologia e Património: Documentos Fundamentais*, Cadernos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Centro de Línguas Antigas e Modernas, n.º 15, Lisboa, 1999.

CASANOVAS, Luís Elias,

“A sustentabilidade: o equilíbrio entre o clima exterior e as condições-ambiente dos espaços museológicos: o Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e o Museu de São Roque”, in *ECR – Estudos de Conservação e Restauro*, n.º2, Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes (CITAR), Universidade Católica Portuguesa, Porto, Dezembro de 2010.

Catalogo Illustrado da Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola celebrada em Lisboa em 1882 sob a Protecção de Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Luiz e a Presidencia de Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Fernando II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882.

CHOAY, Françoise,

Alegoria do Património, Edições 70, Lisboa, 2008.

CID, Jorge,

“São Roque e o seu Museu”, in *Portugal – A Arte: os Monumentos: a Paisagem: os Costumes: as Curiosidades*, Portucalense Editora, Lda. – Barcelos, Lisboa, 1933.

CORVACHO, Helena, OLIVEIRA, Ana Maria,

“Conversas – Prof. Vasco Peixoto de Freitas”, in *Construção Magazine*, n.º 35, 2010

FILIPE, Iola,

Relatório dos Trabalhos Arqueológicos, Escavação Arqueológica e Acompanhamento Arqueológico no Museu de São Roque, documento policopiado apresentado pela firma Era – Arqueologia S.A. à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2007.

FIGUEIREDO, Cândido,

Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa, 20.^a Edição, Bertrand Editora, Venda-Nova, 1989.

FRANÇA, José-Augusto,

“Pierre Joseph Pezerát (1801-1872). Le dernier architecte Neo-classique à Lisbonne”, in separata do *Bulletin de la Société de l’Histoire de l’Arte Français*, Paris, F. De Nobell, 1979.

FREITAS, Vasco Peixoto de, GONÇALVES, Pedro Filipe,

Estudo sobre o Comportamento Higrotérmico das Soluções Construtivas propostas para a Remodelação do Museu de São Roque, documento policopiado apresentado pela firma Prof. Eng.º Vasco Peixoto de Freitas, Lda., à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Outubro de 2007

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, volume IX, Editorial Enciclopédia, Limitada, Lisboa, Rio de Janeiro, s/d.

LUCENA, Armando de,

Igreja de S. Roque e Museu de Arte Sacra, Monografias de Arte, 1946.

MESQUITA, Carlos, PIRES, João, RIBEIRO, Tiago,

Ampliação/ Remodelação do Museu de S. Roque – Ensaio de Caracterização da Estrutura do Edifício do Museu de S. Roque – Relatório Final, documento policopiado apresentado pela firma Oz, Lda., à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Julho de 2007

MORNA, Teresa Freitas (Coord.),

A Ermida Manuelina de São Roque, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Lisboa, 1999.

MORNA, Teresa Freitas,

“O Museu de São Roque – 100 Anos de História – 1905-2005”, *in* MORNA, Teresa Freitas, (Coord.), *100 anos Museu de São Roque*, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Lisboa, 2005.

NOÉ, Paula,

“A Casa Professa de São Roque e o Convento de São Pedro de Alcântara. Dois Modelos Arquitectónicos”, *in* MORNA, Teresa Freitas, MANTAS, Helena Alexandra, (Coord.), *Património Arquitectónico, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, volume 1, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Lisboa, 2006.

ORTIGÃO, Ramalho

O Culto da Arte em Portugal, António Maria Pereira Livreiro – Editor, Lisboa, 1896.

SOUSA, Osvaldo,

150 Anos da Caricatura em Portugal, Humorgrafe/ AMI – Associação Museu da Imprensa, Porto, 1997.

PAIS DA SILVA, Jorge Henrique, CALADO, Margarida,

Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura, Editorial Presença, Lisboa, Março 2005.

PEDREIRINHO, José Manuel,

Dicionário dos Arquitectos Activos em Portugal, do século I à actualidade, Edições Afrontamento, Porto, 1994.

PEREIRA, Luiz Gonzaga,

Monumentos Sacros de Lisboa em 1833, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, Lisboa, 1927.

Preços Correntes da Real Fábrica de Louça em Sacavém, Gilman & Commandita, Lisboa, 1910.

RAMOS, José da Silva,

“Museu de Arte Sacra da Misericórdia de Lisboa”, *in* RAMALHO, M. Costa, (Coord.) *Guia de Portugal Artístico*, volume IV, Lisboa, 1937.

RAMOS, Nuno Manuel Monteiro,

A Importância da Inércia Higroscópica no Comportamento Higrotérmico dos Edifícios, dissertação apresentada na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, para obtenção do grau de Doutor em Engenharia Civil, Junho 2007

RIBEIRO, Victor,

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Academia das Ciências, Lisboa, 1998, reprodução fac-similada da edição de 1902.

RODRIGUES, Maria João Madeira,

A Capela de S. João Baptista e as suas colecções, Colecção Historia da Arte, Edições Inapa, Lisboa, 1988.

RODRIGUES, Maria João Madeira,

Arquitectura – Igreja e Casa Professa de S. Roque, Cadernos de Arquitectura I, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1988.

RODRIGUES, Maria João Madeira,

Museu de São Roque, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2 de Julho de 1968.

RODRIGUES, Maria João Madeira, SOUSA, Pedro Fialho de, BONIFÁCIO, Horácio Pereira,

Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura, Quimera Editores, 4.^a edição, Coimbra, 2005.

SANTOS, António Maria,

“‘Vieillard & Touzet’ e a Configuração Arquitectónica da Lisboa Industrial. Do Património Construído ao Espólio Conservado”, in *Actas das Sessões, II Colóquio Temático ‘Lisboa Ribeirinha’, Padrão dos Descobrimentos, 2 a 4 de Julho de 1997*, Câmara Municipal de Lisboa, 1999.

SAPORITI, Teresa,

Azulejos de Lisboa do Século XX, Edições Afrontamento, Porto, 1992.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo,

A Misericórdia de Lisboa. Quinhentos Anos de História, Livros Horizonte e Misericórdia de Lisboa, Lisboa, 1998.

SERRÃO, Vítor,

Metodologia da História da Arte em Portugal: novos caminhos e bases teórico-conceituais, texto policopiado, apresentado ao curso de Mestrado em Arte, Património e Teorias do Restauro, Lisboa, Outubro de 2008.

SILVA, Raquel Henriques,

“Os Museus: história e prospectiva”, in PERNES, Fernando, (Coord.), *Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX*, Volume III, Edições Afrontamento/ Fundação Serralves, 2002.

SIMÕES, João Miguel,

“O complexo de São Roque, a colina secreta de Lisboa”, in MORNA, Teresa, MANTAS, Helena (Coord.), *Património Arquitectónico, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, volume 2, tomo II, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa/ Museu de São Roque, Lisboa, 2010.

SIMÕES, João Miguel,

Relatório-síntese dos Livros de Obras do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1º Relatório Preliminar, documento policopiado apresentado à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 27 de Maio de 2005.

SIMÕES, João Miguel,

Relatório-síntese dos Livros de Obras do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2º Relatório Preliminar, documento policopiado apresentado à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 16 de Junho de 2005.

SIMÕES, João Miguel,

Volume Partilha Documental, documento policopiado apresentado à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 20 de Outubro de 2009.

SIMÕES, João Miguel,

Volume Segundo de Partilha Documental, documento policopiado apresentado à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 21 de Janeiro de 2009.

SIMÕES, João Miguel,

Volume Terceiro de Partilha Documental, documento policopiado apresentado à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 30 de Outubro de 2009.

SOUSA, Osvaldo,

150 Anos da Caricatura em Portugal, HUMORGRAFE/ AMI – associação museu da imprensa, Porto, Abril 1997.

TAVARES, Ana Filipa Nunes,

Reabilitação urbana – O caso dos pequenos centros históricos, dissertação apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa, para obtenção do grau de Mestre em Engenharia do Ambiente, 2008.

TELLES, Padre Balthezar,

Chronica da Companhia de IESU da Província de Portugal, segunda parte, Paulo Craesbeeck, Lisboa, 1647.

TOMÉ, Miguel,

Património e restauro em Portugal (1920-1995), FAUP Publicações, Porto, 2002.

TOSTÕES, Ana Cristina,

“Arquitectura Portuguesa do Século XX”, in PEREIRA, Paulo (Dir.), *História da Arte Portuguesa – Do Barroco à Contemporaneidade*, volume 3, Circulo de Leitores, Lisboa, 1995.

TOSTÕES, Ana Cristina,

“Da arquitectura à cidade, da cidade ao território. Arquitectura Portuguesa no Século XX”, in PERNES, Fernando, (Coord.), *Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX*, Volume III, Edições Afrontamento/ Fundação Serralves, Porto, 2002.

PERIODICOS

“A Exposição de Alfaias da capela de S. João Baptista de S. Roque”, in *Ilustração Portuguesa*, II Ano, 23 de Janeiro de 1905.

“A Sede e Museu da Fundação Calouste Gulbenkian”, in *Arquitectura: Arquitectura, Planeamento, Design, Artes Plásticas*, n.º 111, Setembro-Outubro, 1969.

Decreto de 16 de Junho de 1910, in *Diário do Governo*, n.º 136, de 23 de Junho de 1910.

Despacho conjunto da Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Saúde e da Solidariedade e Segurança Social, in *Diário da República*, 2ª série, nº17, 20 de Janeiro de 1996.

Despacho conjunto, n.º27/2002, in *Diário da República*, 2ª série, nº12, 15 de Janeiro de 2002.

Despacho conjunto n.º 587/ 2002, in *Diário da República*, 2ª série, nº170, 25 de Julho de 2002.

Despacho conjunto n.º 667/ 2005, in *Diário da República*, 2ª série, nº174, 9 de Setembro de 2005.

CAMELIER, George,

“As Loterias” in *Branco e Negro*, n.º 24, 1986.

“Cerâmica Constância. Uma personalização do ambiente”, in *Imobiliária: Negócios, Arquitectura, Habitação*, Ano 1, N.º3, Agosto de 1991.

CORVACHO, Helena, OLIVEIRA, Ana Maria,

“Conversas – Prof. Vasco Peixoto de Freitas”, in *Construção Magazine*, n.º 35, 2010.

“Ecos da Semana”, in *Sempre Fixe, Semanário Humorístico*, Lisboa, 12º Ano, N.º599, de 11 de Novembro de 1937.

Lei de bases do património cultural português n.º 13/85, in *Diário da Republica*, n.º 26/85, de 6 de Julho de 1985.

MASSAPINA, Vasco,

“Arquitectos Joaquim Bento d’Almeida, João Paulo Bento d’Almeida”, in *Arquitectos*, n.º47/ 48, Fevereiro/ Março de 1997.

“O Museu de S. Roque tem novas instalações”, in *Diário de Lisboa*, Ano 48º, nº 16356, 2 de Julho de 1968

O Ocidente, Revista Illustrada de Portugal e do Extrangeiro, 28º anno, XXVIII volume, nº 961, 10 de Setembro de 1905.

O Ocidente, Revista Illustrada de Portugal e do Extrangeiro, 28º anno, XXVIII volume, nº 971, 20 de Dezembro de 1905.

“O thesouro da capella de S. João Baptista. A sua exposição permanente”, in *Diário de Notícias*, 41º Ano, n.º 14:051, 11 de Janeiro de 1905.

“Os Duques de Connaught. A visita ao Quartel de Cabeço de Bola”, in *O Século*, 25º ano, nº 8.275, 12 de Janeiro de 1905.

“Os Duques de Connaught. O dia de hontem”, in *Diário de Notícias*, 41º ano, n.º 14.052, 12 de Janeiro de 1905.

Portaria n.º 18 209, in *Diário do Governo*, I Série, Número 13, Ministérios do Interior, das Obras Públicas e da Saúde e Assistência, de 16 de Janeiro de 1961.

“Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Antiga Casa Professa dos Jesuítas em São Roque”, in *Archivo Pittoresco*, Semanário Illustrado, Volume 5, Editores Proprietários – Castro Irmão & C.^a, Lisboa, 1862.

“S. Roque e os seus Artistas”, in *Revista Municipal*, Ano XIV, nº58, Publicação Cultural da Câmara Municipal de Lisboa, 3º Trimestre de 1953.

SOUSA, Margarida Bon de,

“Portugal ganha 2,7 mil milhões em fundos”, in *Diário de Notícias*, edição n.º 2760, 22 de Julho de 2003.

FONTES ELECTRÓNICAS

BACKHEUSER, Luiz Alberto Fresl,

“Os ‘Brasileiros’ e a azulejaria exterior portuense do século XIX”, in *Arquitextos*, n.º 069.05, Fevereiro de 2006, disponível em portal Vitruvius (<http://vitruvius.es/revistas>), consultado em 26 de Junho de 2010.

Breve História do Estuque em Portugal, disponível em <http://www.estuque-decorativo.com.pt>, consultado a 17.12.2009.

“Maria José Nogueira Pinto”, in *Infopédia* [em linha], Porto, Porto Editora, 2003-2011, sítio [http://www.infopedia.pt/\\$maria-jose-nogueira-pinto](http://www.infopedia.pt/$maria-jose-nogueira-pinto), consultado a 03.01.2011.

PEIXEIRO, Celestino João Ramos, RUAS, Henrique Águas Gomes,

Construção Civil – Glossário de Termos Técnicos, p.95, disponível em www.formate.com/.../4331-glossario-de-termos-tecnicos-da-construcao.html.

Sítio acerca da técnica de *flocagem*, <http://www.allflock.com.br/floco.html>, consultado a 14.09.2010.

Sítios acerca das características do MDF, <http://www.design-technology.org/mdf.htm>, <http://www.fpl.fs.fed.us/documnts/pdf1994/engli94a.pdf>, consultados a 05.02.2011.

Sítio acerca de materiais de construção – isolamento térmico, <http://www.ecocasa.pt/>, consultado em 19.02.2011.

Sítio acerca de Pladur®, <http://www.pladur.com/pt-pt/particulares/descubra-pladur/Paginas/que-e-pladur.aspx>, consultado em 05.02.2011.

Sítio acerca de unidades de medida, <http://www.ancruzeiros.pt/ancunidades.html>, consultado em 30.06.2010.

Sítio com notas biográficas acerca do engenheiro Vitor Vajão,
<http://www.ulusofona.pt/index.php/instituto-de-estudos-de-seguranca/pos-graduacoes/seguranca-bens-culturais>, consultado a 26.10.2010.

Sítio da Assembleia da Republica,
<http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=1359>, consultado a 05.01.2011
<http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=2228>, consultado a 04.01.2011.

Sítio da Ordem dos Arquitectos, <http://www.oasrs.org/conteudo/dossiers/dossiers3.asp>, consultado em 05.12.2010.

Sítio da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
<http://www.scml.pt/default.asp?site=scml&sub=&id=3&mnu=3&layout=>, consultado em 11.01.2011.

Sítio da Universidade Católica Portuguesa, <http://www.ucp.pt>, consultado em 14.02.2011.

Sítio do Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes – CITAR,
http://artes.ucp.pt/citar/pt/areas/02/cv/cbc/LuisCasanovas_CV.pdf, consultado a 10.01.2011.

Sítio do ICOMOS – Comissão Nacional Portuguesa, <http://icomos.fa.utl.pt>, consultados em 25.04.2010.

Sítio do MAS – Miguel Ângelo Silva Projectos de Arquitectura Lda., <http://www.mas-arquitectos.com>, consultado a 21.09.2010.

Sítio do VI Encontro Nacional de Estudantes de Engenharia Civil, 2010, Universidade de Évora,
<http://sites.google.com/site/vieneecuniversidadedeavora/home/palestras/engenheiro-joao-ingleton>, consultado em 14.02.2011.